UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

LUIZ MATEUS DA SILVA FERREIRA

Terra, Trabalho e Indústria na Colônia de Imigrantes Dona Francisca (Joinville),
Santa Catarina, 1850-1920

Versão Corrigida

São Paulo
2019

Prof. Dr. Vahan Agopyan
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda
Diretora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta
Chefe de Departamento da História

Prof. Dr. Francisco de Assis Queiroz
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História Econômica

LUIZ MATEUS DA SILVA FERREIRA

Terra, Trabalho e Indústria na Colônia de Imigrantes Dona Francisca (Joinville),
Santa Catarina, 1850-1920

Versão Corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História Econômica da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo para a obtenção do título de Doutor em
Ciência.

Área de concentração: História Econômica

Orientador: Prof. Dr. Renato Perim Colistete

São Paulo
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

Ferreira, Luiz Mateus da Silva

Terra, Trabalho e Indústria na Colônia de Imigrantes Dona Francisca (Joinville), Santa Catarina, 1850-1920/ Luiz Mateus da Silva Ferreira; orientador, Renato Perim Colistete. São Paulo, 2019.

325 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Econômica.

1. Colonização – Brasil. 2. Imigração alemã – Século XIX. 3. Colônia Dona Francisca – Joinville. 4. Santa Catarina. 5. Terra. 6. Trabalho. 7. Indústria. 8. Concentração fundiária. 9. Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo. I. Colistete, Renato Perim, orient.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA TESE

Termo de Ciência e Concordância do orientador

Nome do (a) aluno (a): LUIZ MATEUS DA SILVA FERREIRA

Data da defesa: 31/5/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): RENATO PERIM COLISTETE

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 30/7/2019

Prof. Dr. Renato Perim Colistete

Nome: Luiz Mateus da Silva Ferreira

Título: Terra, Trabalho e Indústria na Colônia de Imigrantes Dona Francisca (Joinville), Santa Catarina, 1850-1920.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Ciência.

Aprovado em 31 de maio de 2019

Banca Examinadora

Prof. Dr. Renato Perim Colistete

Instituição: Universidade de São Paulo (FEA/USP)

Julgamento: Aprovado

Profa. Dra. Beatriz Gallotti Mamigonian

Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Julgamento: Aprovado

Profa. Dra. Maria Lucia Lamounier

Instituição: Universidade de São Paulo (FEARP/USP)

Julgamento: Aprovado

Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar

Instituição: Universidade de São Paulo (FFLCH/USP)

Julgamento: Aprovado

*Para Luciana, minha amada esposa,
João Victor e Matheus, meus filhos.*

AGRADECIMENTOS

Nesse pequeno espaço reservado aos agradecimentos, não é possível expressar o tamanho da minha gratidão e nominar todas as pessoas que, de alguma maneira, contribuíram para a realização deste trabalho. Ainda assim, preciso correr o risco de cometer a injustiça de não citar o nome de algumas pessoas e instituições para agradecer outras que ofereceram importância fundamental na concretização desta tese.

Agradeço, primeiramente, ao meu orientador, Prof. Renato Perim Colistete (FEA-USP), pela atenção, dedicação e paciência. Com observações sempre muito ponderadas e precisas, mostrou-me a relevância da crítica às fontes e a necessidade e importância da análise despida de preconceitos ou paixões. Obrigado pela confiança e autonomia que me concedeu no decorrer da pesquisa, e por respeitar o tempo necessário para que as minhas dúvidas e inquietações fossem, aos poucos, transformadas em conhecimentos que resultaram neste trabalho. Sinto-me honrado e privilegiado por tê-lo como orientador nesta tese. Muito obrigado!

Agradeço ao amigo de toda hora e mestre Prof. Pedro Antonio Vieira (UFSC), que sempre me estimulou e apoiou ao longo da minha trajetória acadêmica. Sou eternamente grato por sua atenção, respeito e carinho.

Também sou muito grato aos membros da banca de qualificação, Profa. Maria Lúcia Lamounier (FEARP/USP) e Prof. Carlos de Almeida Prado Bacellar (FFLCH/USP). Suas observações, críticas e sugestões foram muito valiosas para desenvolver as ideias e argumentos iniciais desta tese.

Agradeço aos professores, funcionários e discentes dos Programas de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP) e da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP), que tornaram a minha difícil estada em São Paulo menos dolorosa e muito rica em conhecimento. Em especial, agradeço aos professores Gilberto Tadeu Lima (FEA/USP), Pedro Garcia Duarte (FEA/USP), Vera Lucia Fava (FEA/USP), Miriam Dolhnikoff (FFLCH/USP) e Monica Duarte Dantas (FFLCH/USP).

Sou eternamente grato ao meu paternal amigo José Aluizio de Andrade, que sempre esteve presente apoiando-me nas mais difíceis decisões pessoais. Sou infinitamente grato à minha amada amiga Sarita Melaine Paiva de Andrade, que, com paciência e dedicação incomuns, revisou este trabalho, corrigindo e sugerindo mudanças formais e gramaticais ao texto. Sou grato também ao amigo de toda hora André da Silva Redivo que, além do apoio e

atenção habituais, gentilmente se dispôs a tratar algumas das imagens que são apresentadas nesta tese.

Agradeço ao historiador Dilney Cunha, diretor do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ), que prestou apoio indispensável ao desenvolvimento desta pesquisa, fornecendo informações, discutido ideias e dúvidas que foram surgindo em meio ao grande volume de documentos disponíveis no AHJ. Sou grato aos funcionários do AHJ, especialmente a Maria Judite Pavesi, Terezinha Fernandes da Rosa Hoegen, Leandro Brier Correia, Jacson de Borba e Cátia Regina Hodecker, que foram extremamente atenciosos e dedicados durante minhas visitas à instituição. Também sou grato pela atenção e gentileza das senhoras Fátima Argon, arquivista do Museu Imperial de Petrópolis, e Sônia Nascimento de Lima, chefe do arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Agradeço de coração a atenção e dedicação da querida amiga Helena Remina Richlin, que gentilmente traduziu e transcreveu documentos fundamentais à realização deste trabalho. Agradeço também a Brigitte Brandenburg pelos importantes esclarecimentos e indicações de fontes documentais.

Aos meus filhos, João Victor e Matheus, aproveito esse espaço não apenas para agradecer, mas para pedir perdão pela irritação e ausência no decorrer do doutorado. Espero que vocês me perdoem e um dia compreendam que foi a oportunidade de oferecer um futuro melhor a vocês que motivou a realização deste trabalho nesse momento.

Por fim, sou infinitamente grato à minha esposa, Luciana, que soube suportar minhas crises e ausências, bem como as dificuldades e intempéries que afetaram nossas vidas no decorrer do doutorado. Com sua persistência e forças incomuns, não me deixou caminhar só no áspero caminho que percorri para desenvolver e concluir esta tese. Seu amor, compreensão e dedicação conservaram nossa família; sua paciência, respeito, apoio, carinho e atenção foram fundamentais para o desenvolvimento do meu trabalho. Muito obrigado, amor!

RESUMO

Esta tese examina a experiência de colonização da colônia Dona Francisca, um dos maiores e mais importantes núcleos de colonização alemã do Brasil no século XIX. Fundada em 1851, na região nordeste de Santa Catarina, a colônia Dona Francisca, hoje município de Joinville, foi concebida e organizada pela “Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo”, empresa alemã especificamente constituída para colonizar parte das terras pertencentes ao patrimônio dotal da Princesa Dona Francisca em Santa Catarina. As principais fontes de arquivo utilizadas neste estudo compreendem um conjunto variado de documentos: títulos e listas de proprietários de terras, contratos de concessão, compra e venda de terrenos, correspondências de imigrantes, livros-caixa e documentos da direção da colônia, crônicas e jornais de época e relatórios da direção da “Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo”. As evidências apresentadas nesta tese questionam e complementam os estudos da história de Joinville e da formação econômica de Santa Catarina. Ao mesmo tempo, amplia o escopo de análise da história econômica do Brasil ao oferecer dados quantitativos, estatísticas e indicadores que permitem avaliar o grau de concentração da posse da terra e o desenvolvimento econômico inicial de Joinville, uma economia organizada a partir do trabalho livre do colono europeu e da pequena produção mercantil voltada aos abastecimentos interno e externo.

Palavras-chave: Colonização alemã. Século XIX. Colônia Dona Francisca. Joinville. Santa Catarina. Brasil. Terra. Trabalho. Produção. Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo.

ABSTRACT

This thesis has examined the experience of colonization of the Dona Francisca colony, one of the largest and most important centers of German colonization in Brazil in the nineteenth century. Established in 1851 in the northeast region of Santa Catarina (Brazil), the Dona Francisca colony, current Joinville city, was conceived and organized by the “Colonization Society of 1849 in Hamburg”, a German company specifically constituted in order to colonize part of the lands, which belonged to the Princess Dona Francisca’s nuptial patrimony, in Santa Catarina. The main archive sources used in this research have included a varied set of documents. Among them are titles and lists of landowners, contracts of concession, buying and selling of lands, immigrants’ correspondence, and book of accounts and of documents of the colony direction, memorial and journal from that time beyond reports from Colonization Society of 1849, in Hamburg. The presented evidences in this thesis have questioned and complemented the studies on History of the Joinville city as well as the economic formation of Santa Catarina. Simultaneously, it has expanded the scope of Brazilian economic history analysis by offering quantitative data, statistics, and indicators that allow evaluating the concentration of land property and initial economic development of Joinville city, of which economy was organized from the free labor of the European colonists and small mercantile production that supplied both internal and external markets.

Keywords: German Colonization. Nineteenth century. Dona Francisca’s colony. Joinville. Santa Catarina. Brazil. Land. Labor. Production. Colonization Society of 1849 in Hamburg.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 2.1 - Confederação dos Estados Alemães, 1815-1866	88
Figura 2.2 - Emigração germânica intercontinental, 1820-1914	94
Figura 3.1 - Demarcação das terras de Dona Francisca em Santa Catarina, 1846	111
Figura 3.2 - Visão da colônia Dona Francisca, 1850.....	138
Figura 5.1 - Fazenda Pirabeiraba e demarcação de lotes de terras no limite norte da colônia Dona Francisca, 1886	194
Figura 5.2 - <i>São Bento Wagen</i> na Estrada Dona Francisca no final do século XIX.....	215
Figura 5.3 - Fábrica de barricas de Michael Vogelsanger	217
Figura 5.4 - Número de carroças de quatro rodas na colônia Dona Francisca, 1861-1884....	220
Figura 6.1 - Distribuição dos lotes de terras na colônia Dona Francisca, 1852	230
Figura 6.2 - Distribuição dos lotes de terras na colônia Dona Francisca, 1859	231
Figura 6.3 - Distribuição dos lotes de terras na colônia Dona Francisca, 1868	232
Figura 6.4 - Localização das terras do Conde d'Eu no Vale do Itapocu, 1873	246
Figura 6.5 - Distribuição dos lotes de terras em Joinville, 1886	248
Figura 6.6 - Distribuição dos lotes de terras em São Bento, 1886	249
Figura 6.7 - Coeficiente de Gini de concentração da posse da terra por estratos de proprietários em Joinville no período 1852-1920, de acordo com a classificação do censo agrícola de 1920.....	252
Figura 6.8 - Território em litígio entre Paraná e Santa Catarina no início do século XX	255

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 - Emigração alemã transatlântica, 1820-1919	95
Tabela 2.2 - Emigração alemã via portos de Bremen e Hamburgo para os principais países de destino, 1847-1914	96
Tabela 2.3 - Imigração para a colônia Dona Francisca segundo nacionalidade, grupo etário, religião e sexo dos colonos, 1850-1888.....	101
Tabela 2.4 - Imigração para a colônia Dona Francisca segundo as profissões dos colonos, 1850-1888	101
Tabela 3.1 - Número de navios que aportaram em Hamburgo vindos do Brasil, 1814-1825	117
Tabela 3.2 - Balanço comercial do Brasil em relação a Hamburgo, 1836-1848.....	119
Tabela 4.1 - Preços dos alimentos, ferramentas e utensílios comercializados na colônia Dona Francisca, 1851-1852.....	150
Tabela 4.2 - Renda estimada de uma família média da colônia Dona Francisca	155
Tabela 4.3 - Colonização da colônia Dona Francisca até 31 de dezembro de 1852	158
Tabela 4.4 - Projeção das receitas e despesas da Sociedade Colonizadora, 1851-1855.....	162
Tabela 4.5 - Origem dos imigrantes da colônia Dona Francisca, 1855-1864	172
Tabela 4.6 - Colonos enviados de Hamburgo à colônia Dona Francisca, 1850-1869.....	174
Tabela 5.1 - População da freguesia de São Francisco do Sul, 1840-1856	181
Tabela 5.2 – Valores das diárias pagas aos colonos da Dona Francisca conforme qualificação	190
Tabela 5.3 - Área cultivada e população da colônia Dona Francisca, 1856-1859	198
Tabela 5.4 - Principais gêneros agrícolas cultivados na colônia Dona Francisca, 1857-1859	200
Tabela 5.5 - Produção agrícola da colônia Dona Francisca, 1860-1868	201
Tabela 5.6 - População da colônia Dona Francisca segundo faixa etária, 1867-1868	202
Tabela 5.7 - População da colônia Dona Francisca segundo sexo, estado civil, nacionalidade e religião, 1867-1868	202
Tabela 5.8 - Produção agrícola da colônia Dona Francisca, 1870-1875	204
Tabela 5.9 - Produção de manufaturas na colônia Dona Francisca, 1868.....	206
Tabela 5.10 - Valores das vendas de manufaturas da colônia Dona Francisca, 1868.....	207
Tabela 5.11 - Balanço do comércio da colônia Dona Francisca com outros mercados, 1862-1879	208
Tabela 5.12 - Especializações e número de colonos especializados empregados na colônia Dona Francisca, 1852-1875.....	209
Tabela 5.13 - Indústrias artesanais e estabelecimentos comerciais na colônia Dona Francisca, 1857-1868.....	211
Tabela 5.14 - Evolução da atividade criatória na colônia Dona Francisca, 1859-1874	219

Tabela 6.1 - Distribuição dos terrenos particulares na colônia Dona Francisca, 1852-1864...	229
Tabela 6.2 - Estatística descritiva dos terrenos particulares na colônia Dona Francisca, 1852-1864	229
Tabela 6.3 - Estatística descritiva dos terrenos particulares na colônia Dona Francisca sem <i>outliers</i> , 1852-1864.....	233
Tabela 6.4 - Maiores proprietários de terras na colônia Dona Francisca em fins de 1852.....	241
Tabela 6.5 – Percentual de concentração fundiária e índice de Gini da posse da terra na colônia Dona Francisca, 1852-1864	243
Tabela 6.6 - Percentual de concentração fundiária e índice de Gini da posse da terra na colônia Dona Francisca excluindo os <i>outliers</i> das distribuições, 1852-1864.....	244
Tabela 6.7 – Índice de Gini da posse da terra na colônia Dona Francisca com e sem <i>outliers</i> , 1852-1864	244
Tabela 6.8 - Distribuição das propriedades urbanas e rurais em Joinville, 1891	247
Tabela 6.9 - Estatística descritiva dos terrenos particulares na colônia Dona Francisca e Joinville excluindo os <i>outliers</i> das distribuições, 1852-1891	250
Tabela 6.10 - Percentual de concentração fundiária e índice de Gini da posse da terra em Joinville com e sem <i>outliers</i> na distribuição, 1891	250
Tabela 6.11 - Distribuição das propriedades rurais em Joinville, 1920	252
Tabela 6.12 - Distribuição das propriedades rurais em Santa Catarina, 1920.....	253
Tabela 6.13 - Concentração da área apropriada por proprietários de terra em Santa Catarina, regiões e municípios catarinenses, 1920.....	254

SUMÁRIO

Agradecimentos	i
Resumo	iii
Abstract.....	iv
Lista de Ilustrações	v
Lista de Tabelas	vi
INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1 – IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NO BRASIL IMPERIAL	23
1.1 Os ideais de colonização de D. João VI e D. Pedro I	24
1.2 A política de imigração do governo regencial, 1831-1840.....	32
1.3 Terras e colonização em debate na década de 1840.....	38
1.4 Concepções da política imigratória brasileira, 1850-1889.....	46
1.5 Sociedade Central de Imigração	63
1.6 Conclusões	70
CAPÍTULO 2 – A EMIGRAÇÃO ALEMÃ NO SÉCULO XIX.....	73
2.1 Grandes fluxos migratórios de europeus no século XIX	74
2.1.1 Primeira grande onda de emigração europeia, 1815-1880.....	76
2.1.2 Segunda grande onda de emigração europeia, 1881-1914.....	80
2.2 A situação da Alemanha e a emigração no século XIX.....	87
2.3 Perfil do imigrante alemão.....	100
2.4 Conclusões	104
CAPÍTULO 3 – ANTECEDENTES DA COLONIZAÇÃO DAS TERRAS DE DONA FRANCISCA.....	107
3.1 As terras de Dona Francisca.....	108
3.1.1 Medição e demarcação das terras dotais	110
3.1.2 Presença e exclusão dos nacionais	112
3.2 O interesse hamburguês de colonizar o sul do Brasil	117
3.3 O programa de colonização dos empresários hamburgueses	122
3.4 O contrato com o Príncipe de Joinville.....	126
3.5 O plano da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo	129
3.6 Dona Francisca, a terra prometida	136
3.7 Conclusões	142

CAPÍTULO 4 – O INÍCIO DA COLÔNIA DONA FRANCISCA E A PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO	144
4.1 Os primeiros anos da colônia Dona Francisca	145
4.2 A ação colonizadora da Sociedade de Hamburgo, 1851-1855	157
4.3 O indispensável auxílio do governo brasileiro.....	161
4.4 Conclusões	176
CAPÍTULO 5 – TRABALHO E PRODUÇÃO NA COLÔNIA DONA FRANCISCA	178
5.1 Mercado de trabalho na colônia Dona Francisca.....	178
5.1.1 A mão de obra escrava	178
5.1.2 O regime de parceria	183
5.1.3 A mão de obra assalariada.....	186
5.2 Evolução econômica da colônia Dona Francisca.....	197
5.2.1 Agricultura	197
5.2.2 Comércio e indústria	206
5.2.3 Erva-mate	212
5.2.4 Atividade criatória.....	219
5.3 Conclusões	221
CAPÍTULO 6 – DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA NA COLÔNIA DONA FRANCISCA, JOINVILLE E SANTA CATARINA	224
6.1 A questão fundiária na formação de Santa Catarina	224
6.2 Classificação e distribuição fundiária na colônia Dona Francisca.....	227
6.3 Comércio de terras na colônia Dona Francisca.....	234
6.4 Organização política na colônia: Lei Fundamental e a Associação de Proprietários de Dona Francisca.....	238
6.5 Concentração da posse da terra na colônia Dona Francisca	243
6.6 Concentração fundiária em Joinville no final do século XIX.....	245
6.7 Concentração fundiária em Joinville e Santa Catarina em 1920	251
6.8 Conclusões	256
CONCLUSÕES GERAIS.....	258
APÊNDICE	264
Apêndice A	264
Apêndice B	275
Apêndice C	292
REFERÊNCIAS	306

INTRODUÇÃO

Esta tese analisa a experiência de colonização da colônia Dona Francisca, um dos maiores e mais importantes núcleos de colonização alemã do Brasil no século XIX. Constituída em 1851, na região nordeste de Santa Catarina, a colônia Dona Francisca, hoje município de Joinville, foi concebida e organizada pela “Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo”, empresa especificamente organizada para colonizar as terras da Dona Francisca. Entre os acionistas da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, encontravam-se grandes negociantes e políticos hamburgueses, firmas de comércio e navegação, bem como bancos de investimentos ligados ao alto círculo financeiro e comercial da Europa no século XIX. Também entre os acionistas da empresa colonizadora estavam o Príncipe de Schönburg-Waldenburg e François de Orléans, Príncipe de Joinville, casado com a Princesa Dona Francisca, irmã de D. Pedro II. Percebe-se, pelo porte dos acionistas da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, as elevadas expectativas em relação ao progresso da colônia Dona Francisca.

Ao mesmo tempo, na arena política brasileira, a colônia Dona Francisca foi alvo de constantes críticas de parlamentares que se opunham à política de colonização do governo brasileiro. As críticas ganharam força após decisiva intervenção do Príncipe de Joinville, que, em defesa dos seus investimentos e interesses particulares na colônia Dona Francisca, solicitou a D. Pedro II que evitasse o naufrágio do empreendimento colonizador hamburguês em Santa Catarina. Em seguida, o governo brasileiro assinou o primeiro de sucessivos contratos que garantiram o financiamento de grande parte dos investimentos feitos na colônia e do transporte de uma parcela considerável dos imigrantes encaminhados pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo para Dona Francisca.

De 1851 a 1888, Dona Francisca recebeu mais de 17 mil colonos de origem germânica (alemães, austríacos, suíços, noruegueses, dinamarqueses e russos), número que corresponde a cerca de 20% do total de imigrantes germânicos que desembarcaram no Brasil no período.¹ Estabelecidos como pequenos proprietários, os colonos que chegaram à Dona Francisca eram, na sua absoluta maioria, agricultores, artífices e artesãos pobres que dependiam do crédito e emprego oferecidos pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo e particulares para pagar as dívidas contraídas com a compra das passagens, alimentos, ferramentas e utensílios, aquisição do terreno e construção de uma pequena e modesta moradia. De outra parte, entre os colonos

¹ “Trigésimo oitavo relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, março de 1891”. Tradução Helena Remina Richlin. Arquivo Histórico de Joinville (AHJ).

da Dona Francisca havia imigrantes relativamente abastados, pessoas com formação técnica e acadêmica, profissionais do setor urbano, comerciantes e pequenos industriais. Com dinheiro e conhecimentos, esses colonos relativamente abastados ajudaram a organizar a sociedade e fomentar o desenvolvimento econômico da colônia Dona Francisca, que, desde o início, baseou-se em atividades ligadas ao comércio e à produção de manufaturas artesanais. A partir do final da década de 1870, o beneficiamento e exportação de erva-mate impulsionaram a economia da colônia e a produção de manufaturas de Joinville, que, em pouco tempo, se tornou o maior centro econômico industrial do estado de Santa Catarina.

Apesar da relevância da colônia Dona Francisca no contexto da colonização brasileira no século XIX, e da importância de Joinville na formação econômica de Santa Catarina, a experiência de colonização da Dona Francisca é pouco conhecida na historiografia nacional, que, por exemplo, praticamente desconhece o sistema de parceria experimentado na colônia Dona Francisca, nem o fato de que o trabalho livre, predominante, coexistiu com o emprego da mão de obra escrava. Mesmo em Santa Catarina, a história econômica de Joinville ainda é pouco conhecida, sendo, em geral, discutida a partir das interpretações clássicas de alguns pesquisadores, cronistas e historiadores locais que, com interesses específicos, traduziram alguns documentos da história de Joinville, documentos esses na sua maioria redigidos no vernáculo alemão.

As evidências apresentadas nesta tese questionam algumas interpretações da história econômica do Brasil e de Santa Catarina. O primeiro questionamento diz respeito ao perfil do imigrante europeu e à colonização do sul do país na segunda metade do século XIX. Em geral, a historiografia distingue a colonização da região sul como espontânea, enfatizando o fato de os imigrantes chegarem com algum recurso para adquirir um lote de terra.² No entanto, no caso da colônia Dona Francisca, sua colonização foi, em grande medida, dirigida e fortemente subsidiada pelo governo brasileiro. A grande maioria dos colonos chegou à Dona Francisca sem nenhum recurso financeiro e dependia de crédito oferecido pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo para comprar um lote de terra.

A tese ainda apresenta evidências que contestam um pensamento bastante difundido na historiografia: o de que a colônia Dona Francisca foi, desde o início, um empreendimento modelo, bem sucedido, independente de grandes favores do governo brasileiro por ser um

² Por exemplo, ver: J. Fernando Carneiro, *Imigração e colonização no Brasil* (Publicação Avulsa nº 2. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1950); Maria Thereza Petrone, *O imigrante e a pequena propriedade* (São Paulo: Brasiliense, 1982); Caio Prado Jr., *História Econômica do Brasil* (São Paulo: Brasiliense, 2006).

negócio privado, organizado e dirigido por uma importante sociedade de empresários alemães. Essa sociedade, segundo alguns estudiosos, não apenas planejou minuciosamente a colonização das terras de Dona Francisca, como se preocupou em garantir todo apoio e segurança necessários ao estabelecimento e prosperidade dos colonos.³ Apolinário Ternes, por exemplo, enfatiza a preocupação e comprometimento do “empresário e político alemão” Christian Mathias Schröder, que, conforme Ternes, “planejou, organizou e executou um dos mais ambiciosos projetos de emigração e de colonização da América Latina através da implantação da Colônia Dona Francisca”.⁴ O autor ainda destaca o “senso de organização” dos empresários alemães e o respeito da Sociedade Colonizadora de Hamburgo “pelos direitos dos futuros colonizadores”, observando: “não apenas se planejava com antecedência a colonização, como se cuidava de todos os detalhes, objetivando-se garantir o apoio e segurança para os imigrantes”. Ternes ressalta ainda o “caráter totalmente reverso desta colonização, à açoriana”. Segundo o autor, “aquela era promovida praticamente à revelia dos imigrantes, esta – a alemã – partia de bases empresariais, caráter particular, nela se investindo respeitáveis somas em dinheiro”.⁵ Conforme Ternes, constituiu-se, assim, um “empreendimento modelar”, uma “colônia bem organizada”, uma “pequena Alemanha” em terras brasileiras.⁶

Da mesma forma, em seu estudo sobre a “Colônia Alemã Dona Francisca”, Percy Ernst Schramm afirma: “Se alguma vez houve uma colonização alemã, que ocorreu conscientemente, com cautela e benevolência, em maior escala e em proporção aos meios disponíveis para o investimento pretendido, é este o caso”.⁷ Também Miltenberg escreveu: “nunca houve um empreendimento tão cuidadosamente preparado, cautelosamente iniciado e conscienciosamente dirigido como a Colônia Dona Francisca, a pérola do Brasil”.⁸

Não obstante, esta tese mostra a precariedade da colonização inicial da Dona Francisca, as dificuldades causadas pela falta de planejamento da colonização e que, não fosse o apoio

³ R. J. Miltenberg, *Die Deutsche Kolonie Dona Francisca in der südbrasilischen Provinz Santa Catharina* (Berlin: Fr. Schneider & Comp., 1852); Percy Ernst Schramm, *Neun Generationen: dreihundert Jahre deutscher “Kulturgeschichte” im Lichte der Schicksale einer Hamburger Bürgerfamilie (1648-1948)*, Vol. 2 (Vandenhoeck & Ruprecht, 1964), Cap. 14; “Die Deutsche Siedlungskolonie Dona Francisca”, *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas* (Hamburg University Press, Nº 1, 1964), 283-324; Carlos Henrique Oberacker Jr., “Joinville: Fundação Hamburguesa”, *Revista de História* (São Paulo: USP, v. 31, nº. 64, 1965), 427-431; Apolinário Ternes, *História de Joinville: uma abordagem crítica* (Joinville: Meyer, 1981), Cap. IV.

⁴ Ternes, *História de Joinville*, 35.

⁵ *Ibidem*, 93-94.

⁶ *Ibidem*, 86 e 119.

⁷ Schramm, “Die Deutsche Siedlungskolonie Dona Francisca”, 316.

⁸ Miltenberg, *Deutsche Kolonie Dona Francisca*, 16.

financeiro do governo brasileiro, a Sociedade Colonizadora de Hamburgo não teria sido capaz de continuar com o seu projeto de colonização em Santa Catarina.

A tese ainda demonstra que o desenvolvimento econômico da colônia Dona Francisca e a industrialização de Joinville não ocorreram devido ao isolamento regional e ao mercado fechado, como, segundo Maria Luiza Renaux Hering, teria predominado nas regiões de colonização alemã de Santa Catarina.⁹ Mostra-se que, desde o início, houve intenso comércio entre Dona Francisca e outras localidades do Brasil e do exterior. A produção de tábuas, móveis, artigos de couro, carroças, calçados e roupas da colônia era frequentemente comercializada nos mercados do Rio de Janeiro e São Francisco do Sul. Deste porto, a erva-mate beneficiada em Joinville foi exportada em grande medida para a Argentina, Uruguai, Chile e Europa. A produção mercantil voltada ao abastecimento interno e externo e, sobretudo, o comércio, beneficiamento e exportação do mate, provocaram a expansão dos mercados de trabalho, bens e serviços e induziram a produção industrial de Joinville.

Por fim, a tese apresenta dados, estatísticas e indicadores que permitem avaliar o grau de concentração fundiária na colônia Dona Francisca e Joinville, onde, conforme mostram as medidas quantitativas, o predomínio da pequena propriedade se traduziu em uma menor concentração da posse da terra no século XIX e início do século XX. Nota-se, porém, que o predomínio da pequena propriedade rural não significa necessariamente menor concentração da posse da terra. Analisando-se os dados do recenseamento agrícola brasileiro de 1920, constatou-se que, apesar do grande número de pequenos proprietários, a concentração fundiária era bastante elevada no estado de Santa Catarina. Esse resultado mostra que o tipo de colonização, o predomínio da pequena propriedade rural e a distribuição mais igualitária da terra em algumas regiões catarinenses, notadamente nas áreas de colonização europeia, não favoreceram a formação de uma estrutura fundiária menos concentrada no conjunto do estado catarinense no início do século XX.

As principais fontes de arquivo utilizadas nesta tese compreendem um conjunto variado de documentos: títulos e listas de proprietários de terras na colônia Dona Francisca, contratos de concessão, compra e venda de terrenos, livros-caixa, correspondências de imigrantes, jornais da época, documentos da direção da colônia e relatórios da “Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo”. Essas fontes, frequentemente pouco ou ainda não utilizadas na história econômica catarinense, fazem parte do acervo do Arquivo Histórico de Joinville e, em geral,

⁹ Maria Luiza Renaux Hering, *Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento* (Blumenau: Editora da FURB, 1987), 12.

ficaram restritas à análise e interpretações de alguns pesquisadores, cronistas e historiadores locais que compreendem a língua alemã. Ao fazer uma releitura dessas fontes, esta tese complementa os estudos da história de Joinville e da formação econômica de Santa Catarina. Ao mesmo tempo, a tese busca ampliar o escopo de análise da história econômica do Brasil ao oferecer dados quantitativos sistematizados, estatísticas e indicadores que permitem avaliar o grau de concentração fundiária e o desenvolvimento de Joinville, uma economia organizada a partir do trabalho livre do colono europeu e da pequena produção mercantil voltada ao abastecimento interno e externo.

O Capítulo 1 apresenta um panorama histórico das políticas imigratórias dos reinados de D. João VI e D. Pedro II. Especificamente, apresentam-se os objetivos, projetos, debates e as principais medidas de estímulo à imigração no Brasil no decorrer do século XIX. Analisam-se os projetos imigrantistas do governo e da classe dos fazendeiros, a proposta da imigração de *coolies* chineses e as críticas da “Sociedade Central de Imigração”. O propósito da análise é avaliar as condições e o contexto político e institucional no qual foi fundada e se desenvolveu a colônia Dona Francisca, vista pelo governo imperial brasileiro como “uma colônia destinada a servir de centro de atração de imigrantes”.¹⁰

O Capítulo 2 examina a situação da Alemanha e a emigração alemã no século XIX. Os objetivos do capítulo são compreender as principais razões que motivaram a migração transoceânica de alemães, estabelecer as diferenças entre os fluxos imigratórios de europeus no século XIX, o que inclui a distinção dos grupos e interesses dos imigrantes que chegaram ao Brasil, e identificar o perfil dos colonos que desembarcaram na colônia Dona Francisca.

No Capítulo 3, são apresentadas a origem e as características do patrimônio de 25 léguas quadradas de terras dos Príncipes de Joinville em Santa Catarina; as condições da concessão de parte daquele patrimônio a um grupo de empresários hamburgueses; assim como os interesses e a composição acionária da “Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo”, que foi constituída especificamente para colonizar as terras concedidas pelos Príncipes de Joinville. Analisa-se, ainda, o plano de colonização da Sociedade de Hamburgo e como ela procurou atrair colonos para Dona Francisca.

O Capítulo 4 analisa a colonização inicial das terras de Dona Francisca e avalia o apoio do governo brasileiro à colônia. Primeiro, discutem-se as condições e os aspectos gerais da

¹⁰ Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, “Colônia Dona Francisca”, 21, in Brasil, *Relatorio... Ministro Sergio Teixeira de Macedo* (Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1859).

fundação da Dona Francisca para, em seguida, analisar questões específicas, como salários, preços e custos da propriedade da terra, as condições e os problemas enfrentados pelos colonos, a ação colonizadora da Sociedade de Hamburgo e as dificuldades da empresa em seguir com o seu projeto de colonização em Santa Catarina. A partir deste último ponto, são discutidos o plano e as finanças da Sociedade Colonizadora e sua relação com o governo imperial brasileiro, que ofereceu apoio indispensável à colonização da Dona Francisca.

No Capítulo 5 são discutidas questões relativas à formação do mercado de trabalho, evolução da agricultura, produção de manufaturas artesanais, atividade criatória, comércio, beneficiamento e exportação do mate e à industrialização inicial de Joinville. Especificamente, examinam-se o emprego de escravos na colônia, as experiências e os contratos de parceria, as principais características do trabalho assalariado, as dificuldades iniciais e o progresso agrícola da Dona Francisca, a expansão da atividade criatória, os efeitos da construção da Estrada da Serra e os principais condicionantes do desenvolvimento comercial e industrial de Joinville.

O Capítulo 6 inicialmente analisa o comércio de terras e a estrutura fundiária na colônia Dona Francisca e, em seguida, apresenta estatísticas e indicadores que permitem avaliar a desigualdade na distribuição da propriedade da terra na colônia no século XIX e em Joinville no início do XX. Apresentam-se, ainda, indicadores de concentração da posse da terra para os municípios e regiões de Santa Catarina em 1920. Esses indicadores sustentam a conclusão de que o predomínio da pequena propriedade rural em algumas importantes regiões catarinenses, principalmente nas áreas de colonização europeia, não favoreceu a formação de uma estrutura fundiária menos concentrada no conjunto do estado catarinense no início do século XX.

Por fim, são apresentadas as principais conclusões da tese, que examina a colonização, formação econômica e concentração fundiária na colônia Dona Francisca, um dos maiores e mais importantes núcleos coloniais de Santa Catarina e do Brasil no século XIX. Na parte final, como apêndice, apresentam-se documentos e tabelas importantes para o estudo da história de Joinville.

CAPÍTULO 1

IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NO BRASIL IMPERIAL

Este capítulo tem por objetivo apresentar as concepções de política imigratória no Brasil durante o período compreendido entre os reinados de D. João VI e D. Pedro II. Por um lado, essa exposição é necessária para entender a conjuntura política e social e as condições que o Brasil oferecia aos imigrantes europeus e às companhias de colonização no século XIX. Por outro, o tema deste capítulo ajuda a compreender o apoio quase incondicional do governo brasileiro à colônia Dona Francisca, que, embora fosse um empreendimento particular, organizado e dirigido pela “Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo”, foi uma das colônias que mais recebeu auxílio financeiro do governo imperial brasileiro.

O capítulo está dividido em seis seções. Na primeira, apresenta-se um breve panorama histórico da política de incentivos à imigração inaugurada por D. João VI no Brasil, buscando-se reconstituir a preferência pelo imigrante europeu, especialmente o alemão, as pretensões da política imigratória do governo brasileiro e as principais disposições e medidas de estímulo à imigração. Na segunda seção, examina-se a política de imigração do governo brasileiro durante o período regencial (1831-1840). A terceira seção apresenta a discussão em torno de um dos mais relevantes temas da política de colonização do Brasil no século XIX: a regularização da posse e a concessão de terras aos imigrantes. A análise dessa discussão permite identificar a coexistência de duas importantes correntes políticas imigrantistas no país: (1) a governamental, especialmente representada pela elite da classe política próxima a D. Pedro II e por intelectuais brasileiros; e (2) a dos fazendeiros. A quarta seção mostra as concepções da política imigratória brasileira a partir de 1850, destacando os objetivos, planos e debates travados entre os representantes daquelas duas correntes políticas. Especificamente, são apresentadas as principais medidas de estímulo à imigração, a tentativa do governo brasileiro de desvincular a colonização do país com imigrantes europeus dos interesses imediatos da classe dos fazendeiros e a proposta de importar *coolies* chineses. A quinta seção expõe as críticas e o projeto imigrantista da “Sociedade Central de Imigração”. Por fim, na sexta seção, apresenta-se a conclusão do capítulo.

1.1 Os ideais de colonização de D. João VI e D. Pedro I

A política de incentivos à imigração estrangeira no Brasil teve início logo depois da transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808. O primeiro ato específico de D. João VI relacionado ao assunto foi o decreto de 25 de novembro de 1808, que autorizou a concessão de sesmarias aos estrangeiros residentes no Brasil. Mais tarde, a Carta Régia de 23 de setembro de 1811 concedeu terras para estabelecimento de uma colônia de irlandeses no Rio Grande do Sul. Em 1818, o decreto de 6 de maio mandou comprar terras no distrito de Cantagalo, região serrana do Rio de Janeiro, para assentar colonos suíços católicos. Dez dias depois, um novo decreto aprovou as condições para fundação da colônia suíça de Nova Friburgo, a primeira experiência bem-sucedida de colonização europeia não portuguesa no Brasil. Posteriormente, foram aprovadas as concessões para criação das colônias São Jorge de Ilhéus e Leopoldina, ambas na Bahia. Em 1820, D. João VI reafirmou seu compromisso com a colonização do país ao convidar os povos alemães a imigrarem para o Brasil, oferecendo terras a todo imigrante católico que viesse se estabelecer no país. Em 1821, o decreto de 2 de junho concedeu a Sebastião Nicolau Gachet, cidadão suíço que havia contribuído para fundação de Nova Friburgo, uma légua quadrada de terra para “estabelecimento de estrangeiros industriais”.¹

Os objetivos dessas disposições eram, principalmente, demográficos, reconhecida a necessidade de povoar o território brasileiro. Entretanto, as medidas adotadas por D. João VI não se revelaram suficientes e a imigração europeia para o Brasil permaneceu reduzida.² Durante o primeiro reinado (1822-1831), D. Pedro I prosseguiu com a política joanina de incentivos à imigração europeia, preferencialmente a alemã. A decisão de 31 de março de 1824 estabeleceu uma colônia de alemães nas terras da “Real Feitoria Linho Cânhamo”, no Rio Grande do Sul. A mesma decisão proibiu a utilização de escravos na colônia, transferindo os cativos do local à Corte no Rio de Janeiro.³

¹ Brasil, Carta Régia de 23/9/1811, Decretos de 25/11/1808, 6/5/1818, 16/5/1818, 16/3/1820, 2/6/1821, in “Coleção de Leis do Império do Brasil” (CLIB), Câmara dos Deputados; Luiza Horn Iotti (Org.), *Imigração e Colonização: legislação de 1747 a 1915* (Porto Alegre: ALERS; Caxias do Sul: EDUCS, 2001), 42-54; Heinrich Handelmann, *História do Brasil* (t. II, 4ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982), 127-130, 344-345; Ferdinand Schröder, *A imigração alemã para o Sul do Brasil até 1859* (São Leopoldo: UNISINOS; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003), 39-44; Adolfo Bernardo Schneider, *Povoamento, imigração e colonização: a fundação de Blumenau e Joinville* (Joinville: edição do autor, 1983), 271-276; Amado Luiz Cervo, *O parlamento brasileiro e as relações exteriores: 1826-1889* (Brasília: UnB, 1981), 135.

² Emília Viotti da Costa, *Da Senzala à Colônia* (5ª edição. São Paulo: UNESP, 2010), 107-109; Handelmann, *História do Brasil*, t.II, 344; Schröder, *Imigração*, 68-75; Carneiro, *Imigração*, 61.

³ Brasil, Decisão nº 80 de 31/3/1824, CLIB de 1824 (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886), 58.

A 25 de julho de 1824 foi fundada a “Colônia Alemã São Leopoldo”. Os primeiros colonos estabelecidos nessa colônia foram recrutados na Alemanha pelo Major Georg Anton von Schäffer, que, em nome do governo brasileiro, ofereceu aos imigrantes alemães as seguintes vantagens: pagamento das passagens e despesas de viagem; liberdade de culto; direito à cidadania brasileira; diárias no valor de 160 réis durante o primeiro ano e de 80 réis no segundo ano; livre propriedade de um terreno de 160 mil braças quadradas (77 hectares); cavalos, bois, vacas e porcos em quantidade proporcional ao tamanho da família; isenção de impostos e de prestação de serviços militar durante dez anos. Em contrapartida, impunha-se uma única condição aos colonos: a inalienabilidade de suas terras durante os primeiros dez anos.⁴

Entre 1824 e 1830, desembarcaram no Brasil mais de 5 mil colonos germânicos.⁵ Parte desses imigrantes foi recrutada para integrar o Regimento de Estrangeiros, criado pelo decreto de 8 de janeiro de 1823 com o objetivo de garantir militarmente a soberania do país. A resistência portuguesa em reconhecer a independência do Brasil provocou um conflito armado em solo brasileiro, parcialmente ocupado pelas tropas portuguesas entre 1822 e 1823. Acresce-se ainda o movimento revolucionário separatista batizado de Confederação do Equador (1824) e a Guerra Cisplatina (1825-1828). Assim, nas primeiras décadas do século XIX, a política de imigração e povoamento do Brasil estava, em parte, associada à inteligência estratégica de defesa da unidade territorial e independência do país.⁶

De outra parte, conforme o pensamento dominante da época, o fato de o Brasil possuir uma população heterogênea, majoritariamente composta por mestiços e escravos negros, impediria o desenvolvimento econômico e social do país. Em representação à Assembleia Geral Constituinte, em 1823, José Bonifácio de Andrada e Silva deixou clara essa ideia. Dizia ele: “É preciso que não venham mais aos nossos portos milhares e milhares de negros [...]. É tempo pois, e mais que tempo, que acabemos com [o] tráfico [...], para que venhamos a formar em poucas gerações uma nação homogênea, sem o que nunca seremos verdadeiramente livres, respeitáveis e felizes.” Em seguida, o autor afirmou: “É da maior necessidade ir acabando tanta

⁴ Iotti, *Imigração*, 84; Schröder, *Imigração*, 58-59; José Bonifácio de Andrada e Silva, “Instruções de José Bonifácio a Schäffer”, 21/8/1822, in *José Bonifácio: a defesa da soberania nacional e popular*, organização Elisiane da Silva, Gervásio R. Neves, Liana B. Martins (Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2013), 247-251; Jean Roche, *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul* (Porto Alegre: Editora Globo, 1969), 94-95.

⁵ Roche, *Colonização*, 95; Schröder, *Imigração*, 67; Ernesto Pellanda, *Colonização germânica no Rio Grande do Sul, 1824-1924* (Porto Alegre: Globo, 1925), 24-25.

⁶ Brasil, Decreto de 8/1/1823, *CLIB* de 1823, 2; Handelsmann, *História do Brasil*, t.II, Cap. XV; Hélio Vianna, *História do Brasil* (Vol. III, 4ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1966), 23-32; Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno, *História da política exterior do Brasil* (Brasília: UnB, 2011), 33-35; Roche, *Colonização*, 95, 98-99; Schröder, *Imigração*, 45-56, 61, 67, 71 e 95; Prado Jr., *História*, 183-185; Petrone, *Imigrante*, 28-31; George P. Browne, “Política imigratória no Brasil Regência”, *Revista do IHGB*, vol. 307 (Abril-Junho, 1975), 38.

heterogeneidade física e civil; cuidemos pois desde já em combinar sabiamente tantos elementos discordes e contrários [...] para que saia um todo homogêneo e compacto”.⁷

Em sua representação, José Bonifácio também combateu a associação do trabalho escravo à riqueza nacional, argumentando que “a introdução de novos africanos no Brasil não aumenta nossa população, e só serve de obstar a nossa indústria”. Bonifácio também afirmou que a mão de obra escrava não oferecia mais lucros que o trabalho livre; lembrou dos vícios da escravidão sobre a formação do Brasil; censurou a grande lavoura predatória; e defendeu o desenvolvimento da agricultura do país a partir da pequena propriedade com trabalho livre e introdução de métodos de cultivo europeus.⁸ Em 1811, Hipólito José da Costa já salientava a necessidade de introduzir melhoramentos na agricultura brasileira, o que, segundo ele, só seria possível com a importação e instalação de colonos europeus como pequenos proprietários rurais. Hipólito afirmava que “o colono rústico do Brasil jamais alteraria a sua rotina de trabalhar a terra, que aprendeu de seus pais, sem que veja que o seu vizinho, por seguir diferente método, obtém melhores colheitas, e mais proveito”.⁹

Para uma parcela importante da elite política e intelectual do Brasil, a imigração europeia constituía um instrumento de civilização e, nesse sentido, a colonização tornou-se um dos objetivos essenciais do Estado brasileiro. Maria Thereza Petrone lembra que, na concepção de muitos contemporâneos, a colonização baseada na pequena propriedade e no trabalho livre do imigrante europeu era a solução para todos os males econômicos e sociais do Brasil.¹⁰ Da mesma forma, a política de colonização implicava, como observou Maria Lucia Lamounier, a reordenação das instituições e da sociedade brasileiras, o que necessariamente incluía o ordenamento jurídico e a redistribuição da propriedade da terra, transformações nas práticas agrícolas, organização do mercado de trabalho livre e redução da presença do africano, considerado cultural e racialmente inferior.¹¹

Ainda segundo Lamounier, a formação de núcleos coloniais e a imigração em massa de europeus também significavam aumentar a população branca em contraposição à negra, o que

⁷ José Bonifácio de Andrada e Silva “Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil Sobre a Escravatura”, in *José Bonifácio de Andrada e Silva*, organização e introdução Jorge Caldeira (São Paulo: Editora 34, Coleção Formadores do Brasil, 2002), 201-202.

⁸ *Ibidem*, 204-210.

⁹ Hipólito José da Costa, “Observações sobre o estado da agricultura e população no Brasil”, *Correio Braziliense* (Londres: W. Lewis, Paternoster-row, 1811), 239.

¹⁰ Petrone, *Imigrante*, 18.

¹¹ Maria Lucia Lamounier, “Between slavery and free labour: experiments with free labour and patterns of slave emancipation in Brazil and Cuba c.1830-1888” (PhD thesis, The London School of Economics and Political Science, 1993), 140; “Ferroviárias, agricultura de exportação e mão de obra no Brasil no século XIX” (Tese de Livre-Docência, FEA de Ribeirão Preto/USP, 2008), 45.

resultaria no “branqueamento” da sociedade brasileira, “uma espécie de ajuste na composição racial e de cor nacional”, assinala a autora. Assim sendo, “as origens e herança cultural, religiosa e racial dos imigrantes, futuros pequenos proprietários ou trabalhadores, eram pontos fundamentais para os rumos que se desejava imprimir em termos da formação e composição da nação”.¹² Por questões religiosas, os irlandeses, que à época constituíam parte significativa da corrente emigratória europeia, eram desejados pelo governo brasileiro. Havia, porém, ressalvas à imigração irlandesa. “Os irlandeses”, escreveu Lacerda Werneck, “são da mesma religião que nós; são católicos, praticam o culto e conservam as tradições da Igreja com um escrúpulo e zelo digno dos tempos da fé a mais fervorosa. No entanto, por outras considerações igualmente atendíveis, ela oferece sérios embaraços”.¹³

De outra parte, na concepção de parte da elite política e intelectualidade brasileiras, o alemão reunia todas as qualidades do colono ideal.¹⁴ “O alemão” afirmou Lacerda Werneck, “é sóbrio, econômico, pacífico e trabalhador. Tem demais um decidido amor às instituições monárquicas. Ele reúne a essas virtudes a paciência e a moderação. Os seus divertimentos, as suas distrações são regradas e metódicas”. Logo, “a Alemanha é o país, donde nos parece, poderemos prover-nos de uma abundante seara de colonização”.¹⁵ Além disso, Dona Leopoldina, arquiduquesa da Áustria, importante reino da Confederação Alemã, foi casada com D. Pedro I, sendo a primeira imperatriz consorte do Brasil. Segundo Ferdinand Schröder e Hélio Viana, os laços matrimoniais entre os reinos do Brasil e Áustria tiveram influência na política de colonização do primeiro reinado.¹⁶ A respeito, Johann Smidt, Burgomestre de Bremen, escreveu em seu relatório de 21 de agosto de 1826 que o chanceler austríaco, Príncipe de Metternich, havia demonstrado interesse na imigração alemã para o Brasil, onde, conforme Smidt, o alemão poderia vir a ser favorecido devido a relações de parentesco entre as duas monarquias.¹⁷

Resumindo, a política de imigração de D. João VI e D. Pedro I tinha os seguintes objetivos fundamentais: primeiro, demográfico, com intenção estratégica de defesa da unidade territorial e soberania nacional; segundo, econômico, com o esperado progresso e diversificação da produção agrícola a partir da pequena propriedade rural cultivada com trabalho livre de

¹² Lamounier, *Ferrovias*, 45.

¹³ Luiz Peixoto de Lacerda Werneck, *Ideias sobre colonização* (Rio de Janeiro: Laemmert, 1865), 100.

¹⁴ Brasil, *Relatório... Ministro Joaquim Marcelino de Brito* (Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1847), 42; Andrada e Silva, “Instruções”; Lacerda Werneck, *Ideias*, 99-105;

¹⁵ Lacerda Werneck, *Ideias*, 101-102.

¹⁶ Schröder, *Imigração*, 45-46; Vianna, *História do Brasil*, 111.

¹⁷ Schröder, *Imigração*, 45-46.

colonos europeus; e terceiro, sociocultural, com o alegado intuito de aperfeiçoar a população brasileira; quer dizer, “branquear” e “civilizar” o povo e introduzir o ideal de valorização do trabalho manual, considerado serviço de escravo na ideologia de então. No que diz respeito a esse último objetivo, Petrone lembra: “todos os que projetaram a criação de núcleos de pequena propriedade para povoar o país, sempre excluíram o escravo. Temia-se que o imigrante fosse atingido pela ideia [...] de que o trabalho manual, o trabalho na terra, em vez de enobrecer [...], aviltava”.¹⁸

A política de incentivos à imigração europeia durante os reinados de Dom João VI e Dom Pedro I também foi uma resposta às pressões diplomáticas pelo fim do tráfico negreiro. Em 1811, Hipólito José da Costa escreveu a respeito: “As determinações da Legislatura Inglesa, sobre a abolição da escravatura, têm já começado a influir o Governo do Brasil; e portanto qualquer golpe que se dê à importação destes trabalhadores da África, é necessário supri-los com gente de outra parte”.¹⁹ A influência britânica na política imigratória de D. Pedro I fica evidente na carta de José Bonifácio dirigida ao representante do Brasil em Londres, Felisberto Caldeira Brant Pontes. Escreveu ele: “a fim de regular as suas negociações com o ministro britânico, apresso-me em comunicar a V.S.^a que sua Majestade Imperial está intimamente convencido não só da injustiça de semelhante comércio [negreiro], mas ainda da perniciosa influência que ele tem sobre a civilização e prosperidade do Império”. José Bonifácio prosseguiu dizendo que D. Pedro I mandava-o assegurar, “para conhecimento do governo de sua Majestade Britânica, que os seus sentimentos são os mais liberais possíveis” e que “se conseguirá a abolição gradual do tráfico de escravos, sendo em tempo razoável, e proporcionado à falta de braços ora existente neste país”.²⁰

Depois de longa negociação, o acordo anglo-brasileiro de 23 de novembro de 1826 fixou o prazo de três anos após ratificações, o que aconteceu em 13 de março de 1827, como limite para o Brasil abolir o tráfico de escravos. Ao mesmo tempo, ratificaram-se os tratados anglo-portugueses de 22 de janeiro de 1815 e 28 de julho de 1817, “com o mesmo efeito que teriam se tivessem sido inseridos, palavra por palavra” na convenção de 1826. Tais fatos significaram que D. Pedro I, assim como fizera seu pai, D. João VI, reconheceu como ilegal o comércio de escravos ao norte do Equador e autorizou o direito de visita em alto-mar a navios suspeitos do tráfico ilícito. Pouco tempo depois, em 17 de agosto de 1827, o governo brasileiro aceitou

¹⁸ Petrone, *Imigrante*, 39.

¹⁹ Costa, “Observações”, 238.

²⁰ “José Bonifácio a Brant”, carta de 24/2/1823, in *José Bonifácio de Andrada e Silva*, 172-173.

termos do acordo comercial propostos pelo secretário de estado dos negócios estrangeiros britânico, George Canning.²¹

Os tratados anglo-brasileiros de 23 de novembro de 1826 e 17 de agosto de 1827 tiveram grande repercussão e foram fortemente condenados na arena política brasileira. Na Câmara, os deputados afirmaram ser humilhante e nociva a subordinação do Brasil aos interesses da Inglaterra.²² Essa crítica foi resumida no voto do deputado Raymundo José da Cunha Matos, membro da comissão diplomática encarregada de avaliar o tratado de 23 de novembro de 1826. Para Cunha Matos, “a convenção celebrada entre o governo do Brasil e o britânico para a final abolição do comércio da escravatura [...] é derogatória da honra, interesse, dignidade, independência e soberania da nação brasileira”. No seu entender, o acordo foi uma imposição inglesa e prejudicava enormemente a economia brasileira. De acordo com o deputado, a abolição do tráfico negreiro no prazo de três anos destruiria a agricultura, aniquilaria a navegação e arruinaria as rendas públicas do Brasil. Cunha Matos também considerava que a convenção era prematura e extemporânea, uma vez que o Brasil ainda encontrava-se escassamente povoado, e porque ela foi consolidada em uma época em que circulava no parlamento um projeto que associava a abolição gradual do tráfico de escravo à promoção da imigração e colonização estrangeira.²³

Dias depois, em discurso apoiado pela maioria de seus pares, o deputado Clemente Pereira dizia: “a convenção da abolição de escravatura é a todas as luzes ofensiva da honra, dignidade, independência e soberania nacional”, porém, como o tratado já tinha sido assinado, continuou, “nada mais temos que dizer ao governo, senão que esta câmara fica inteirada”. Clemente Pereira lembrou que não cabia à Câmara dos Deputados validar ou anular os tratados assinados por D. Pedro I e seus ministros, mas apenas denunciá-los pelas consequências de seus atos. Em seguida, o deputado ponderou se convinha ou não aos interesses do Brasil abolir o tráfico. Ele considerava que sim, convinha, e, olhando a convenção por este lado, não se podia deixar de louvá-la, afirmou Clemente Pereira. No seu entender, o problema estava no momento e no prazo estabelecido para extinguir o comércio negreiro. Clemente Pereira argumentou que não existiam no Brasil braços suficientes para promover a expansão da agricultura no país e não havia, naquele momento, meios de adquiri-los no curto prazo de três anos; afirmou ainda

²¹ Alan K. Manchester, *Preeminência inglesa no Brasil* (São Paulo: Brasiliense, 1973), Cap. VIII; Leslie Bethell, *A abolição do comércio brasileiro de escravos* (Brasília: Senado Federal, 2002), 83-84; Cervo e Bueno, *História da Política*, 42; Prado Jr., *História*, 145-148; Cervo, *Parlamento*, 133-134.

²² Brasil, *Anais da Câmara dos Deputados (ACD)*, Sessões de 2, 3 e 4 de julho de 1827, t. III, 10-52.

²³ ACD, Sessão de 2/7/1827, t. III, 11-12.

que a imigração europeia em grande escala era uma ilusão, devido, sobretudo, à escassez de recursos financeiros do país e à falta de habilidade dos agentes públicos brasileiros na promoção e gestão da colonização estrangeira. Na sua opinião, o meio mais seguro e permanente de fornecer braços à lavoura consistia “na propagação da gente negra”, segundo ele, “nenhum outro [meio] melhor do que este se oferecia”.²⁴

Na mesma época, foram apresentados no Senado, na forma de projeto de lei, os planos do governo brasileiro para colonização do país. Pela proposta, os diplomatas brasileiros na Europa ficavam autorizados a facilitar a imigração voluntária de europeus para o Brasil, sendo estes classificados em duas categorias: os que receberiam terras do governo para se estabelecerem como pequenos proprietários, e os que viriam diretamente para trabalhar nas propriedades de quem os importasse. O projeto especificava que, para se estabelecerem no Brasil como proprietários, os colonos deveriam ser empreendedores capitalistas ou oficiais fabris, lavradores ou criadores de gado, os quais não receberiam do governo mais do que um terreno contendo um quarto de légua quadrada.²⁵ A exceção era para os colonos que quisessem dedicar-se à criação de gado, que então receberiam meia légua quadrada de terra. Em ambos os casos, os imigrantes estariam isentos do pagamento de impostos pelo prazo de oito anos, desde que permanecessem cultivando suas terras durante esse período. Além disso, o projeto propunha a livre importação de máquinas destinadas à lavoura, liberdade religiosa e isenção do serviço militar aos colonos estrangeiros. Por fim, previa-se a criação da “Direção Central de Imigração” e de comissões provinciais para organizar as colônias estrangeiras.²⁶

Divergências entre os membros da comissão responsável pela avaliação do projeto e a falta de informações estatísticas dificultaram o andamento da proposta do governo.²⁷ A apresentação da proposta, no entanto, desencadeou o debate sobre uma das mais relevantes questões da política de colonização do Brasil no século XIX: a terra deveria ser vendida ou doada aos colonos europeus? Para José Saturnino da Costa Pereira e Nicolau de Campos Vergueiro, não se podia conceder aos estrangeiros aquilo que se negava aos nacionais. Francisco de Assis Mascarenhas, Marquês de Palmas, discordava, lembrando que a finalidade do projeto era atrair “estrangeiros industriais e capitais” para o Brasil. O Marquês julgava necessário conceder terras gratuitamente aos colonos, dispensando-os de “todo ônus enquanto

²⁴ ACD, Sessão de 4/7/1827, t. III, 37-52.

²⁵ 1 légua quadrada ≈ 3.600 hectares, conforme José Gabriel de Lemos Brito, *Pontos de partida para a história econômica do Brasil* (Brasília, Série 5ª, Vol. 155, 2ª edição. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1939), 477.

²⁶ Brasil, Anais do Senado do Império do Brasil (AS), Sessão de 30/6/1827, t. I, 330-332.

²⁷ AS, Sessões de 2 e 6 de julho de 1827, t. I, 335-336, 361-362.

eles também não percebem fruto do seu trabalho”. Em seu apoio, Manoel Jacinto Nogueira da Gama, Marquês de Baependi, defendeu a necessidade de facilitar os meios e oferecer o melhor possível para atrair o maior número de imigrantes para o país.²⁸

As notícias sobre a experiência exitosa da colônia São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, fortaleciam o argumento dos parlamentares que defendiam a proposta do governo de subvencionar a colonização europeia, facilitando ao colono o acesso à terra e oferecendo-lhe todo o apoio à sua fixação como pequeno proprietário rural.²⁹ A oposição, no entanto, considerava exageradas as vantagens e os privilégios concedidos aos imigrantes; achava o projeto de colonização do governo muito dispendioso; e lembrava dos custos elevados e do pouco êxito dos núcleos de colonização europeia criados entre 1818 e 1829. Na opinião do prestigiado conselheiro Nicolau de Campos Vergueiro, “chamar colonos para fazê-los proprietários a custas de grandes despesas, é uma prodigalidade ostentosa, que não se compadece com o apuro de nossas finanças”. Vergueiro defendeu, no Senado, o fim do dispendioso sistema de colonização adotado pelo governo imperial, que, segundo ele, oferecia regalias exorbitantes e logo convertia o proletariado europeu em proprietário de terra no Brasil à custa dos cofres públicos; reconheceu, no entanto, a utilidade e importância das colônias de europeus para atrair imigrantes espontâneos; mas, coerente com sua doutrina, ponderou: embora o mais eficaz e desejável fosse que o governo fizesse todas as despesas necessárias à colonização do país, havia escassez de recursos públicos para promoção da imigração na escala que requeriam os interesses do país.³⁰

A opinião de Vergueiro correspondia à posição de muitos parlamentares da época, que, nos acalorados debates de 1827, já haviam externado serem contrários à política de concessões e privilégios para estabelecimento de europeus como pequenos proprietários no Brasil. A oposição à política imigrantista governamental ganhou força nos anos 1830, quando movimentos revolucionários de cunho liberal agitaram o país e criaram um ambiente político hostil à execução dos planos do governo, que incluíam a distribuição de terras públicas e subsídios à imigração europeia.³¹

²⁸ AS, Sessão de 6/7/1830, t. I, 372-375.

²⁹ AS, Sessão de 10/5/1830, t. I, 50-51.

³⁰ AS, Sessão de 6/7/1830, t. I, 372-375; Sessões de 11, 16, 18 e 25 de setembro de 1848, t. V, 100-111, 223-249, 254-257, 345-346.

³¹ “Falla do Throno”, Sessões de 3/5/1829 e 3/5/1830, in Brasil, *Fallas do Throno desde o anno de 1823 até o ano de 1889* (Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1889), 166-167 e 179; Vianna, *História do Brasil*, v. III, 36-37.

Contra as pretensões do governo estavam a baixa popularidade de D. Pedro I, a política de contenção de gastos de seus opositores e os interesses dos fazendeiros, que defendiam a imigração estrangeira para suprir as fazendas, cujo suprimento de trabalho consideravam estar ameaçado diante da iminente suspensão do tráfico negreiro. Nesse caso não importava a origem dos trabalhadores: europeus ou africanos livres. Pressionado, D. Pedro I não pôde deixar de sancionar a lei orçamentária de 15 de dezembro de 1830, que, em seu artigo quarto, assim determinou: “Fica abolida em todas as Províncias do Império a despesa com a colonização estrangeira”.³²

Depois, diante da instabilidade causada pela abdicação de D. Pedro I, em 1831, e pelas sucessivas revoltas regionais, as quais subtraíram importantes somas dos cofres públicos, a Assembleia Geral Legislativa não aprovou orçamento para fins de imigração e colonização estrangeira durante todo o período regencial (1831-1840). O revés, porém, ao contrário do que afirmam alguns importantes estudos, não significou que os esforços de colonização do governo brasileiro foram suspensos nesse período.³³ Veremos a seguir como o governo regencial tentou promover a imigração e colonização europeia no Brasil durante a década de 1830.

1.2 A política de imigração do Governo Regencial, 1831-1840

A supressão de créditos para colonização na lei orçamentária de 1830, e a posterior falta de recursos no orçamento do governo regencial para aquele fim, não significaram que o governo brasileiro deixou de empenhar-se em favor da colonização estrangeira. Os acordos firmados com a Inglaterra e o fato de a emigração europeia ser um grande e importante negócio na época obrigavam o governo brasileiro a ocupar-se com a matéria. Em relatório de 1832, o Ministro dos Negócios do Império, José Lino dos Santos Coutinho, advertiu os deputados quanto à crise de mão de obra que resultaria da abolição do tráfico negreiro e defendeu a urgência de “pôr todo o cuidado em aumentar as forças produtivas, não só facilitando a introdução de máquinas apropriadas mas ainda promovendo-se a emigração de gente trabalhadora”.³⁴

Não obstante, a resistência parlamentar a qualquer medida de apoio direto do governo central à colonização europeia persistiu. O decreto de 12 de abril de 1835 reiterou a

³² Brasil, Art. 4º da Lei de 15/12/1830, *CLIB* de 1830 (Rio de Janeiro, Typ. Nacional, t. I, 1876), 100.

³³ São exemplos dos que afirmam que a lei orçamentária de 1830 suspendeu os esforços de colonização durante o período regencial: Handelman, *História do Brasil*, t.II, 345; Roche, *Colonização*, 99; Browne, “Política”, 37-48; Vianna, *História do Brasil*, 112; Iotti, *Imigração*, 23; Loraine S. Giron e Heloisa E. Bergamaschi, *Colônia: um conceito controverso* (Caxias do Sul: EDUCS, 1996), 13-23; Beatriz Maria Lazzari, *Imigração e ideologia* (Porto Alegre: EST; Caixas do Sul: UCS, 1980), 49.

³⁴ Brasil, *Relatório... Ministro José Lino dos Santos Coutinho* (Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1832), 9.

determinação da lei orçamentária de 15 de dezembro de 1830, suprimindo as despesas com colonização estrangeira em todas as províncias do império brasileiro.³⁵ Sem recursos financeiros suficientes e não dispondo de patrimônio próprio, isto é, de terras públicas provinciais, a maioria das províncias acabou não auxiliando a colonização estrangeira. Acrescesse ainda a falta de interesse de alguns governos provinciais em assentar colonos europeus como pequenos proprietários. Eram sobretudo os casos de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, onde a posse da terra estava concentrada nas mãos da classe fundiária escravista. Essa classe, depois do tratado anglo-brasileiro de 23 de novembro de 1826 e da lei de 7 de novembro de 1831, que previa sanções a quem importasse escravos, ocupou-se em proteger seus plantéis, utilizando-se, para isso, toda a sua influência para criação de leis e tributos provinciais que dificultassem a saída de cativos negros para outras regiões.³⁶

Ao mesmo tempo, a aristocracia rural escravista buscou articular mecanismos para manter o fluxo internacional de escravos africanos e, assim, preservar a oferta de mão de obra à grande lavoura. Mas a falta de força de trabalho não constituía a única preocupação da aristocracia de fazendeiros. Esta também temia perder poder político com a formação de uma classe de pequenos proprietários rurais livres.

Em 1835, o Ministro Joaquim Vieira da Silva e Sousa, reconhecendo a resistência parlamentar a qualquer medida de apoio direto à colonização, lembrou aos deputados a importância da “aquisição de braços estrangeiros” ao progresso econômico do Brasil e enfatizou o compromisso do governo regencial em promover a importação de colonos sem sacrificar os cofres públicos. Nas palavras do Ministro Silva e Sousa:

Senhores [...] Não pensem que [...] o Governo tenha em vista ressuscitar o sistema de colonização até agora praticado entre nós, seus vícios e as consequências deles são bem conhecidos para que não deseje restabelecê-lo; o Governo tem sim em vista atrair capitalistas e homens laboriosos, que se transplantem para o nosso país, sem despesa da nossa parte, e sem outras concessões, mais que as de terrenos e de certas exceções por um determinado número de anos. Neste espírito está concebido um projeto que em tempo oportuno será oferecido à vossa consideração.³⁷

Naquele mesmo ano, Manoel Alves Branco, Ministro das Relações Exteriores, também defendeu a concessão de terras aos colonos imigrantes e a inclusão de recursos no orçamento do governo imperial para fins de colonização. Dizia Alves Branco: “A necessidade de gente branca e industriosa para o Brasil é reconhecida por todos”, porém “ainda se precisam de meios

³⁵ Brasil, Decreto de 12/4/1835, *CLIB* de 1835, 22-32.

³⁶ Brasil, Lei de 7/11/1831, *CLIB* de 1831, 182; Handelsmann, *História do Brasil*, t. II, 340-342; Bert J. Barickman, *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003), 226-235.

³⁷ Brasil, *Relatório... Ministro Joaquim Vieira da Silva e Sousa* (Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1835), 26.

mais eficazes para este fim; e estes não podem deixar de ser, senão a concessão de terras e de alguns fundos postos à disposição do Governo, para serem distribuídos, logo à chegada dos mesmos colonos”.³⁸

Em 1836, o Ministro José Inácio Borges apelou à “sabedoria e patriotismo” dos parlamentares para aprovar uma lei que regulamentasse a venda ou aforamento de terras devolutas, o que, segundo ele, favoreceria a imigração para o Brasil.³⁹ No ano seguinte, o Ministro Antônio Paulino Limpo de Abreu reiterou o pedido feito por Inácio Borges, salientando que “sem a precisa faculdade para o Governo conceder sesmarias e algumas isenções a Companhias ou a indivíduos que se comprometam a cultivar as terras com braços livres, será mais difícil conseguir-se a emigração que nos convém”.⁴⁰

Nessa época o governo imperial brasileiro buscou meios alternativos para atrair e contratar mão de obra. Em 1836, o governo concedeu terras e privilégios exclusivos à empresa anglo-brasileira “Companhia de Navegação do Rio Doce”, exigindo, como contrapartida, a introdução de pelo menos 2.880 colonos europeus dentro do prazo de sete anos. O governo central ainda apoiou a organização da “Companhia Colonizadora da Bahia” (1835) e da “Sociedade Promotora da Colonização do Rio de Janeiro” (1836). Entre os acionistas dessas duas associações encontram-se comerciantes estrangeiros e nacionais, autoridades e políticos brasileiros influentes, como Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta, Miguel Calmon du Pin e Almeida, Francisco de Montezuma e Pedro de Araujo Lima.⁴¹

Ambas as sociedades, baiana e fluminense, surgiram em meio ao movimento liberal internacional da década de 1830 e resultaram de uma ideia que passou a ser bastante difundida na época, a de que “a colonização de um novo país é muito mais bem administrada por empreendedores privados do que pelo governo”.⁴² No Brasil, essa ideia foi explicitamente apresentada na obra intitulada *Memória sobre o estabelecimento d’uma companhia de colonização nesta província*, publicada na Bahia, em 1835. Seu autor, Miguel Calmon du Pin e Almeida, defendeu que a melhor solução para introdução de colonos úteis ao Brasil era entregar às companhias privadas a tarefa da colonização.⁴³

³⁸ Brasil, *Relatorio... Ministro Manoel Alves Branco* (Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1835), 12-13.

³⁹ Brasil, *Relatorio... Ministro José Inácio Borges* (Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1836), 21-22.

⁴⁰ Brasil, *Relatorio... Ministro Antônio Paulino Limpo de Abreu* (Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1837), 20.

⁴¹ Brasil, *Ibidem*, 21; Decretos de 8/1/1836 e 9/8/1836; “Estatutos da Sociedade Promotora de Colonização do Rio de Janeiro”, 15/1/1836, *CLIB* de 1836 (Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1837), 1-4, 9-13, 203-207; “Acta da Instalação da Companhia de Colonização da Província da Bahia”, *O Sete d’Abril*, nº 299 de 2/12/1835, 2;

⁴² John Galt, “On Colonial Undertakings”, *Blackwood’s Edinburgh Magazine*, vol XX (July-Dec., 1826), 304-308.

⁴³ Miguel Calmon du Pin e Almeida, *Memória sobre o estabelecimento d’uma Companhia de colonização nesta Província* (Bahia: Typographia do Diário de G. J. Bizerraz & Cia, 1835), 11-12.

Calmon começa sua obra com a seguinte epígrafe: “The business of settling a new Country is much better managed by private adventurers than by government”. Esse excerto foi extraído do artigo intitulado “On Colonial Undertakings”, publicado em 1826 no *Blackwood’s Edinburgh Magazine*.⁴⁴ John Galt, autor do artigo, atuou como dirigente de duas importantes companhias privadas de colonização, a “Canada Company” e a “British American Land Company”. “Ao fazer referência a Galt”, observou Juan Pérez Meléndez, “Calmon mostra que as elites brasileiras estavam bem familiarizadas com iniciativas comerciais ultramarinas e bastante atentas ao desempenho de empresas de colonização estabelecidas nas décadas de 1820 e 1830” para transportar e estabelecer colonos europeus, principalmente ingleses, irlandeses e alemães, no Novo Mundo.⁴⁵

Preocupado com o fim do tráfico internacional de escravo, atento às transformações e crises dos principais países europeus fornecedores de imigrantes e às iniciativas das companhias estrangeiras de colonização, na década de 1830 o governo brasileiro planejava promover a colonização sistemática do Brasil com imigrantes europeus para, deste modo, obter a mão de obra necessária ao progresso do país. Em consonância com esse objetivo, o decreto de 9 de dezembro de 1835 instruiu os presidentes e assembleias provinciais a estimularem a imigração europeia, orientando-os a fornecer transporte e mantimentos aos imigrantes, facilitar o emprego dos colonos na agricultura, promulgar leis provinciais de incentivo à imigração e realizar contratos com empresários e companhias privadas dispostas a empreender na colonização.⁴⁶

A primeira iniciativa provincial nessa direção foi do governo de Santa Catarina, com a publicação da lei nº 49 de 15 de junho de 1836, denominada de “Lei de Colonização de Santa Catarina”. Essa lei autorizou “a colonização por empresa, quer por companhia, quer individualmente, tanto nacionais como estrangeiras”.⁴⁷ O primeiro efeito da nova lei foi a ratificação da concessão feita ao comerciante inglês Cristóvão Bonsfield, que escolheu as terras localizadas no Ribeirão dos Alferes, braço do Rio Tijucas, para fundar uma serraria e organizar uma colônia de agricultores. Bonsfield assentou alguns poucos colonos norte-americanos e logo transferiu a propriedade à sociedade comercial Wells, Pedrick e Gonçalves, constituída por Lemuel Wells, cônsul norte-americano na Cidade de Desterro, e pelos comerciantes John C. Pedrick e José Gonçalves dos Santos Silva. À primeira leva de imigrantes não sucederam outras,

⁴⁴ Galt, “On Colonial”, 304-308.

⁴⁵ José Juan Pérez Meléndez, “Reconsidering colonization policy in Imperial Brazil: the regency years and the world beyond”, *Revista Brasileira de História*, v. 34, nº 68 (jul/dez, 2014), 50.

⁴⁶ Brasil, Decreto de 9/12/1835, *CLIB* de 1835, 134-141.

⁴⁷ Santa Catarina, Lei nº 49 de 15/6/1836, “Coleção de Leis da Província de Santa Catarina” (*CLPSC*), 89.

e, assim, a iniciativa de Bonsfield foi apenas um ensaio malsucedido de colonização com colonos norte-americanos.⁴⁸

As disposições da “Lei de Colonização de Santa Catarina” também orientaram a fundação, em 1836, da colônia Nova Itália, localizada às margens do Rio Tijucas Grande, onde foram assentados 180 imigrantes italianos vindos da Ilha da Sardenha. Os colonos foram encaminhados pela firma Demaria e Schutel, de propriedade do armador inglês Carlos Demaria e do médico suíço Henrique Schutel. Desde o início, Demaria e Schutel encontraram dificuldades para cumprir os dispositivos da lei catarinense de colonização, especialmente no que diz respeito à medição, demarcação e distribuição dos terrenos aos colonos, o que gerou insatisfações, desavenças e reclamações dos imigrantes contra a direção da colônia. Pouco tempo depois, Demaria e Schutel entraram em litígio com o governo catarinense devido à contestação promovida pelo Capitão João Amorim Pereira, proprietário de parte das terras que o governo provincial havia concedido à empresa colonizadora.⁴⁹

Em razão da reclamação do Capitão João Amorim Pereira, o governo de Santa Catarina promulgou a lei nº 79 de 02 de maio de 1837, que autorizou a desapropriação de terras particulares para fins de colonização. Logo, porém, surgiu um obstáculo às iniciativas do governo catarinense. A decisão nº 355 de 21 de julho de 1837, declarou que a Assembleia Legislativa de Santa Catarina havia excedido suas atribuições quando, antes da designação das terras devolutas pertencentes à Província, concedeu terrenos para o estabelecimento de colônias. Na prática, essa decisão pôs fim à ação colonizadora do governo de Santa Catarina, única província do império a constituir colônias estrangeiras durante o período regencial.⁵⁰

Refletindo a posição dominante na Câmara dos Deputados da época, o Ministro Cândido José de Araújo Viana afirmou: “Pensa o governo que a concessão de terras a indivíduos, ou Companhias, que as cultivem com braços livres, que a concessão de vantagens aos lavradores atuais [...], são os meios mais eficazes, de que podemos lançar mão”, entretanto, “povoar o

⁴⁸ Santa Catarina, *Relatorio... Presidente da Província, Albuquerque Cavalcanti, 1836*, 10-11; *Fala... Jose Joaquim Machado de Oliveira, Presidente da Província de Santa Catharina...*, em 1/3/1837 (Cidade do Desterro: Typ. Provincial, 1837), 13; *Discurso Pronunciado... pelo respectivo Presidente, O Brigadeiro João Carlos Pardal* (Cidade do Desterro: Typ. Provincial, 1838), 10-12; Walter Fernando Piazza, *A colonização de Santa Catarina* (Florianópolis: Lunardelli, 1994), 102-103.

⁴⁹ Santa Catarina, *Fala... Jose Joaquim Machado de Oliveira, Presidente da Província, 1837*, 13; *Discurso Pronunciado... Carlos Pardal, 1838*, 10-12; Browne, “Política”, 44-45; Jacinto Antonio de Mattos, *Colonização do Estado de Santa Catharina: dados históricos e estatísticos, 1640-1916* (Florianópolis: “O Dia”, 1917), 94-96; Piazza, *Colonização*, 103-107.

⁵⁰ Santa Catarina, Lei nº 79 de 2/5/1837, CLPSC de 1837, 180-182; Brasil, Decisão nº 355 de 21/7/1837, CLIB de 1837 (Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1861), 274; “Mapa estatístico das colônias existentes no Império”, in Brasil, *Relatório... Ministro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz* (Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1855), anexo; Handelsmann, *História do Brasil*, t.II, 127-130, 345; Browne, “Política”, 44; Schröder, *Imigração*, 78.

Brasil à custa dos cofres públicos é [...] uma verdadeira quimera”.⁵¹ Assim, durante o período regencial, a Assembleia Geral Legislativa aprovou somente medidas indiretas para encorajar a imigração para o Brasil.

A primeira medida parlamentar refletindo essa abordagem indireta foi a lei de naturalização de 23 de outubro de 1832, que concedeu nacionalidade brasileira aos estrangeiros maiores de 21 anos estabelecidos como proprietários de terra ou estabelecimento industrial, ou, ainda, exercendo alguma profissão útil há pelo menos quatro anos no país. Em 1835, aprovou-se a isenção do imposto de ancoragem às embarcações que transportassem mais de 100 colonos brancos para o Brasil, o que, no entendimento parlamentar, reduziria o preço da passagem para os imigrantes. Depois, foi sancionada a lei de 11 de outubro de 1837, que buscou encorajar a imigração estrangeira regulando os contratos de locação de serviços dos colonos.⁵²

Todas essas medidas de estímulo indireto não surtiram o efeito esperado, sendo muitas vezes criticadas por importantes representantes da classe política e por intelectuais brasileiros.⁵³ Em 1875, por exemplo, João Cardoso de Meneses e Sousa, analisando os efeitos da lei de locação de serviços, concluiu que ela havia contribuído mais para afastar a imigração do que atraí-la ao Brasil.⁵⁴ Pouco sucesso também tiveram as iniciativas das já mencionadas Sociedade Promotora de Colonização do Rio de Janeiro e Companhia Colonizadora da Bahia em seus objetivos de introduzirem colonos europeus no Brasil.⁵⁵ Por outro lado, as colônias criadas durante os reinados de D. João VI e D. Pedro I não contribuíram como esperado para atrair a imigração espontânea, e, com poucas exceções, não resistiram à falta do financiamento público e desapareceram quase por completo durante o período regencial.⁵⁶

⁵¹ Brasil, *Relatorio... Ministro Candido José d'Araujo Viana* (Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1841), 29.

⁵² Brasil, Lei de 23/10/1832, Art. 18 da Lei nº 99 de 31/10/1835, Lei nº 108 de 11/10/1837, *CLIB*.

⁵³ AS, Sessões de 25, 26 e 27 de abril de 1843, t. IV, 323-418; Manuel Felizardo de Sousa e Mello, “Relatório da Repartição Geral das Terras Públicas”, 17-18, in Brasil, *Relatório... Ministro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz* (Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1856); *Relatorio... Ministro Teodoro Machado Freire Pereira da Silva* (Rio de Janeiro: Typ. Universal de E. & H. Laemmert, 1871), 31; “Fallas do Throno” de 4/5/1862, in *Fallas*, 573; João Cardoso de Meneses e Sousa, *Theses sobre colonização do Brasil* (Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1875), 32, 258-270; Alfredo de Escragnolle Taunay, “Discurso”, *A Imigração*, nº 6 (Out. 1884), 1-2.

⁵⁴ Meneses e Sousa, *Theses*, 270.

⁵⁵ “Estatísticas do depósito da Sociedade Promotora de Colonização do Rio de Janeiro”, in Brasil, *Relatorio... Ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos* (Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1838), Quadro 7; “Mapa dos colonos inscritos pala Sociedade Promotora de Colonização do Rio de Janeiro”, in Brasil, *Relatorio... Ministro Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque* (Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1839), Quadro 8, Browne, “Política”, 46.

⁵⁶ Manoel Felizardo de Souza e Mello, “Relatório da Repartição Geral das Terras Públicas”, 19-32, in Brasil, *Documentos anexos ao Relatório... Ministro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz* (Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1855) Roche, *Colonização*, 93-100; Handelman, *História do Brasil*, t.II, 127-130, 315-358; Browne, “Política”, 47; Petrone, *Imigrante*, 22 e 27; Robert Avé-Lallemant, “A Província de Santa Catarina”, in Robert Avé-Lallemant, *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo* (Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980), 133-134; Emília Viotti da Costa, *Da Monarquia à República* (São Paulo: UNESP, 1999), 195-196; *Da Senzala à Colônia*, 107.

Em meio aos sucessivos fracassos, e diante da preocupação em sistematizar a obtenção de mão de obra livre, em junho de 1838 foram apresentados à Câmara dos Deputados dois projetos que propunham o apoio direto do governo central à importação de colonos europeus, o que incluía a concessão de terras aos imigrantes. Não obstante, quase dois anos depois, quando os projetos foram à primeira discussão, os deputados resolveram encaminhá-los à comissão especial para análise e adequações. A 16 de junho de 1840, a referida comissão apresentou novo projeto à Câmara. A discussão o projeto foi novamente adiada após emendas e divergências parlamentares.⁵⁷

Em 1841, o gabinete conservador dirigido pelo Ministro Candido José de Araujo Viana julgava não ser possível opor-se à Assembleia Geral Legislativa, e por isso tomou duas medidas destinadas a fortalecer a administração central. A primeira medida foi o restabelecimento do Conselho de Estado, extinto pelo Ato Adicional de 1834 e recriado pela lei nº 234 de 23 de novembro de 1841. A partir de então, o Conselho assumiu função preliminar e complementar ao poder legislativo. A segunda medida do gabinete de Araújo Viana foi solicitar a dissolução da Câmara dos Deputados, dominada pelo Partido Liberal. Em seguida, novas eleições foram convocadas e uma Assembleia predominantemente conservadora foi eleita. A partir de então teve início um novo e longo debate em torno da política imigratória do Brasil.⁵⁸

1.3 Terras e colonização em debate na década de 1840

Em agosto de 1842, foi apresentado ao Conselho de Estado um projeto de lei sobre terras devolutas e colonização. Seus autores, Bernardo Pereira de Vasconcelos e José Cesário de Miranda Ribeiro, deixaram claro na exposição precedente à proposta que, tendo em vista as consequências da redução da oferta de mão de obra após o fim do tráfico de escravos, resolvido em tratados que forçavam o governo brasileiro a respeitar, o projeto visava criar meios de estimular a imigração de trabalhadores europeus pobres. Estes, conforme os proponentes do projeto, substituiriam o trabalho escravo na grande lavoura. Para tanto, salientaram Vasconcelos e Miranda Ribeiro, era necessário dificultar que o imigrante pobre se tornasse proprietário de terra logo que chegasse ao Brasil. Nas palavras dos autores do projeto: “de agora em diante sejam as terras vendidas sem exceção alguma, aumentando-se assim o valor das terras

⁵⁷ ACD, Sessão de 16/6/1838, t. I, 351-353; Sessões de 7, 21, 22 de maio e 16 de junho de 1840, t. I, 214, 217-122; 407-409, 413-425, 739-743; Sessões de 20 e 21 de agosto de 1840, t. II, 661-667, 673-680; Sessão de 16/9/1843, 161-163.

⁵⁸ José Honório Rodrigues, *O parlamento e a consolidação do império, 1840/1861* (Brasília: Câmara dos Deputados, 1982), Cap. I; *Atas do Conselho de Estado* (Brasília: Senado Federal, 1973-1978), Introdução; Brasil, Lei nº 234 de 23/11/1841, *CLIB* de 1841 (Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1842), 58.

e dificultando-se consequentemente sua aquisição, é de esperar que o imigrado pobre alugue o seu trabalho efetivamente por algum tempo antes de obter maior de se fazer proprietário”. Os proponentes da proposta argumentaram que era imprescindível cessar “o abuso das posses, com que ainda se costuma apropriar terras devolutas” no Brasil.⁵⁹

Consequentemente, o projeto proibia apropriação pela posse e instituíu a compra como único meio de se adquirir terras no país. O projeto ainda incluía disposições que estabeleciam as normas para regularização da propriedade da terra, definiam quais terrenos seriam considerados devolutos, criavam um imposto territorial e direcionavam as rendas obtidas com esse imposto e com a eventual venda de terras públicas à promoção da imigração.⁶⁰

Em 10 de junho de 1843, Joaquim José Rodrigues Torres, Ministro da Marinha, leu na Câmara dos Deputados o projeto sobre terras devolutas e colonização aprovado no Conselho de Estado. Nos debates após a apresentação da proposta do governo, ganhou força o entendimento da importância do ordenamento jurídico da posse da terra e necessidade de aumentar a oferta de mão de obra agrícola do país. Todavia, a resistência dos deputados às exigências para regularização da propriedade fundiária e à cobrança do imposto territorial dificultou a tramitação do projeto. Acrescentem-se ainda as críticas de alguns parlamentares que acusavam a proposta ministerial de buscar atender apenas aos interesses dos grandes fazendeiros do Rio de Janeiro.⁶¹ O deputado baiano Manuel Antônio Galvão, por exemplo, advertiu: “eu hei de mostrar quando se tratar especialmente do imposto, que esta lei não teve em vista senão a província do Rio de Janeiro”.⁶² Para Galvão, o pagamento dos impostos previstos na proposta do governo só era viável aos grandes plantadores das regiões que apresentavam expressivo desenvolvimento agrícola, como o Vale do Paraíba, no sul da capital fluminense.

Rodrigues Torres respondeu às críticas dos deputados sustentando que a proposta visava oferecer “ao governo meios de importar colonos que venham prestar serviços e trabalho por conta dos proprietários que já existem”. O Ministro da Marinha esclareceu que a renda obtida por meio de eventual venda de terras públicas seria aplicada na importação de trabalhadores

⁵⁹ “Exposição e projeto sobre colonização e sesmarias aprovado na sessão de 8 de agosto de 1842”. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). BR RJHGB 125DL212.12.

⁶⁰ Para uma discussão do projeto sobre terras e colonização de 1842 ver: Warren Dean, “Latifúndia and land policy in nineteenth-century Brazil”, *The Hispanic American Historical Review*, v. 51, nº 4 (Nov., 1971), 606-621; Lígia Osório Silva, *Terras devolutas e latifúndio* (2ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2008), 105-124; Márcia Maria Menendes Motta, “Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX”. (Tese de Doutorado, Unicamp, 1996), Cap. IV.

⁶¹ ACD, Sessão de 10/6/1843, 592-594; Sessões de 21, 24, 26 e 27 de julho de 1843, 348-353, 379-415.

⁶² ACD, Sessão de 27/7/1843, 424.

europeus, mantendo, deste modo, o fluxo de mão de obra necessária à grande lavoura. Além disso, Rodrigues Torres observou que era muito difícil aos particulares “mandar vir colonos por sua conta para empregá-los nos trabalhos de suas fazendas, força é que o governo se encarregue disso; e para que o possa fazer é que se criam os impostos de que tratam os artigos 8º e 12º, além do produto das vendas das terras devolutas”. Para não deixar dúvidas, o Ministro da Marinha reiterou: “as rendas que se vão criar pelos artigos 8º e 12º [...] são destinadas para promover a introdução de braços de que a agricultura tem necessidade”.⁶³

Com poucas exceções, os deputados concordaram com a proposta do governo financiar a importação de trabalhadores europeus para empregá-los na lavoura. Havia, porém, muita hesitação quanto à criação de impostos sobre propriedade para esse fim, o que prolongou o debate por quase três meses. A 16 de setembro de 1843, a discussão foi finalmente concluída e o projeto de lei sobre terras devolutas e colonização aprovado na Câmara dos Deputados. Sua versão final, no entanto, revela a força da classe latifundiária e a dificuldade do governo em estabelecer mecanismos capazes de gerar os recursos necessários ao financiamento da imigração. A taxa de chancelaria para emissão de títulos de propriedade a posseiros e sesmeiros foi drasticamente reduzida de 0,25 real por braça quadrada para 0,01 real por braça quadrada para as terras cultivadas; o imposto sobre terras não cultivadas diminuiu em três quartos em relação à proposta original; e a disposição que previa multa e penhora das terras não regularizadas no prazo de três anos foi suprimida.⁶⁴

Ainda assim, segundo Warren Dean, o projeto tinha um considerável potencial para reorganizar a sociedade brasileira, pois permitiria reformar a posse concentrada da terra por meio da proibição da obtenção de terrenos por outro meio que não a compra; instituição de taxas de legitimação e revalidação de posses e sesmarias; cobrança de imposto territorial; e necessidade de legitimação, medição e demarcação das terras.⁶⁵

No Senado, o projeto de lei de terras e colonização aprovado na Câmara em 1843 tramitou em diferentes comissões, sendo discutido, emendado e adiado diversas vezes durante o quinquênio do gabinete liberal (1844-1850). Nesse período, cresceu o apoio parlamentar à imigração. No Senado, prevaleciam as ideias e os argumentos do eminente senador Nicolau de Campos Vergueiro. Este, embora condenasse a política imigrantista do governo imperial, que, segundo ele, consistia em converter o proletariado europeu em proprietário brasileiro à custa

⁶³ ACD, Sessões de 24 e 26 de Julho de 1843, 381 e 409-410.

⁶⁴ ACD, Sessão de 16/9/1843, 161-163.

⁶⁵ Dean, “Latifúndia”, 616-617.

dos cofres públicos, reconhecia a importância do apoio governamental à atração de imigrantes. Para Vergueiro, entre as razões que levavam milhares de europeus, principalmente os alemães, a optarem pelos Estados Unidos e não o Brasil estava o fato de o país norte-americano ter sido colonizado em grande parte por colonos germânicos. No seu entender, esse fato constituía um importante fator de atração, pois o imigrante alemão, sabendo que nos Estados Unidos havia um número significativo de “patrícios estabelecidos, consideram aquele país como uma espécie de pátria; ali encontram quem fala a sua língua, quem recebeu a mesma educação religiosa”. Como “o Brasil não oferece esta circunstância”, salientou Vergueiro, “é necessário [...] alguma despesa mesmo por parte do governo para estabelecer os primeiros núcleos da colonização; é necessário que haja algum estabelecimento que possa chamar a emigração”.⁶⁶

Vergueiro sustentou sua posição citando o caso de São Leopoldo, segundo ele, a “única colônia [no Brasil] acreditada na Alemanha, e para onde ninguém duvida ir”. Assim, no seu entender, o “principal meio de atrair a emigração para o Brasil é estabelecer núcleos que chamem os colonos, porque quando lhes constar que estão satisfeitos, seus parentes, seus patrícios, aqueles que falam a sua língua, que professem a sua religião, virão com maior facilidade”. Vergueiro acreditava que o estabelecimento de núcleos de colonização estimularia a imigração espontânea de europeus para o Brasil; mas, coerente na sua doutrina, ele advertiu que cerca de 75% dos imigrantes alemães pagavam suas passagens, no entanto “logo que se lhe promete transporte de graça, ninguém querará vir à sua custa”. Por conseguinte, Vergueiro defendeu a suspensão de subsídios indiscriminados à imigração e propôs que o governo central oferecesse empréstimos aos colonos para que eles custeassem suas despesas de viagem, ficando os imigrantes obrigados a reembolsar os cofres públicos. Apesar das manifestações de apoio às ideias de Vergueiro, a discussão do projeto de lei sobre terras e colonização foi mais uma vez adiada no Senado. O motivo? A hesitação dos senadores em definir os artigos do projeto que tratavam da regulamentação da propriedade da terra e fixá-los em lei.⁶⁷

Observa-se que, na época, a expansão da economia cafeeira ainda era incipiente e, apesar da pressão inglesa e das sanções ao tráfico negreiro previstas na lei de 1831, foi introduzido no país um número significativo de escravos africanos na década de 1840.⁶⁸ Ou seja, a escassez de mão de obra ainda não havia se tornado um problema real para os fazendeiros

⁶⁶ AS, Sessão de 13/9/1848, t. 5, 191-192 e 194.

⁶⁷ AS, Sessões de 13 e 16 de setembro de 1848, t. V, 191-195, 230-232.

⁶⁸ Brasil, Lei de 7/11/1831, também conhecida como Lei Feijó, *CLIB* de 1831, 182; Robert Conrad, *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888* (2ª edição. Tradução Fernando Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978), 32-33; Osório Duque Estrada, *A Abolição* (Brasília: Senado Federal, 2005), 31-45; Bethell, *Abolição*, 92-111, 437-446; Barickman, *Contraponto*, 226-235.

de café. Entretanto, os grandes plantadores brasileiros reconheciam não ser mais possível estender indefinidamente o tráfico, principalmente depois da promulgação da Lei Aberdeen, em 1845. Em virtude dessa lei, o aumento do estoque de cativos vindos diretamente da África tornou-se excessivamente arriscado e caro, mesmo para os grandes fazendeiros, sendo o acréscimo na importação de mão de obra africana e o comércio interprovincial de escravos uma solução de curto prazo.⁶⁹

Em meio ao contexto de incertezas, tornou-se cada vez mais urgente para membros do governo e do parlamento uma solução de longo prazo para obtenção da mão de obra necessária à grande lavoura. Em 1845, o legislativo aprovou um crédito de 200 contos de réis para importação de trabalhadores estrangeiros. No ano seguinte, com o intuito de estimular a imigração espontânea para o Brasil, o decreto nº 397 definiu que fossem reconhecidos como cidadãos brasileiros os estrangeiros residentes nas colônias São Leopoldo e São Pedro de Torres, situadas no Rio Grande do Sul. Em 1847, o decreto nº 520 de 11 de junho determinou que os cônsules do Brasil deveriam promover a imigração de trabalhadores europeus para o país. Mais tarde, a lei nº 514 de 28 de outubro de 1848 concedeu a cada província do país 36 léguas quadradas de terras devolutas, que deveriam ser exclusivamente destinadas à colonização. Observe-se que, embora a maioria das províncias não possuísse recursos suficientes para financiar a colonização, a lei de 28 de outubro de 1848 ofereceu aos governos provinciais a possibilidade de contemplar os interesses das elites regionais, por meio do assentamento de mão de obra estrangeira enquanto se discutiam os rumos da política de colonização do Brasil.⁷⁰

Por essa época, grandes cafeicultores do oeste paulista já ensaiavam utilizar o trabalho do imigrante europeu em lugar da mão de obra escrava. A primeira iniciativa foi a do senador Nicolau de Campos Vergueiro, que, em 1840, contratou colonos europeus para trabalharem na sua fazenda de Ibicaba, onde, mais tarde, fundou a “Colônia Senador Vergueiro”, berço da imigração europeia de iniciativa particular voltada à grande lavoura. A experiência e os resultados do empreendimento do senador Vergueiro foram analisados em inúmeros estudos, merecendo destaque os trabalhos de Carlos Perret-Gentil, João Pedro Carvalho de Moraes, Sergio Buarque de Holanda, Emília Viotti da Costa, Warren Dean, José Sebastião Witter e mais recentemente rediscutidos na importante contribuição de Bruno Witzel de Souza, não cabendo

⁶⁹ AS, Sessões de 11, 16, 18 e 25 de setembro de 1848, t. V, 100-111, 223-249, 254-257, 345-346; Bethell, *Abolição*, 277-309; Handelsmann, *História do Brasil*, t.II, 340-441; Barickman, *Contraponto*, 226-231; Conrad, *Últimos*, 32-41; Cervo, *Parlamento*, 141-154; Manchester, *Preeminência*, 219-220.

⁷⁰ Leis nº 369 de 18/9/1845, nº 514 de 28/10/1848; Decretos nº 397 de 3/9/1846, nº 520 de 11/6/1847, in *CLIB*.

aqui uma análise detalhada.⁷¹ Ressalta-se, porém, que “o emprego de imigrantes europeus na grande lavoura em lugar de negros envolvia uma verdadeira revolução nos métodos de trabalho vigente no país e, mais do que isso, nas concepções predominantes em todo o território do Império acerca do trabalho livre”.⁷²

Depois da experiência na Fazenda Ibicaba, quase todos os principais cafeicultores do oeste paulista contrataram trabalhadores europeus, principalmente portugueses, alemães e suíços, instalando-os em colônias situadas nas proximidades ou dentro das suas fazendas e empregando-os em regime de parceria. Entre 1852 e 1857, foram organizadas pelo menos 41 colônias de parceria na província de São Paulo, sendo empregados, nesse período, cerca de 4,5 mil europeus, dentre os quais predominavam alemães e suíços.⁷³

Importante estímulo indireto à imigração europeia foi a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, que aboliu o tráfico de escravos para Brasil. Com essa lei, a discussão sobre a necessidade de importar trabalhadores europeus para substituir a mão de obra africana ganhou impulso e, poucos dias depois da sua promulgação, a 4 de setembro de 1850, foi promulgada a lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras. Esta, entre outras disposições, proibiu a aquisição de terras por outro meio que não a compra e autorizou o governo imperial a importar anualmente, à custa do Tesouro, certo número de colonos para serem empregados em estabelecimentos agrícolas, nos trabalhos dirigidos pela administração pública ou na formação de colônias, devendo o governo brasileiro tomar antecipadamente as medidas necessárias para que tais colonos achassem emprego logo que desembarcassem.⁷⁴

O imposto territorial previsto na versão original da Lei de Terras foi suprimido, o que posteriormente suscitou diversas críticas. Os defensores do imposto acreditavam que este

⁷¹ Carlos Perret-Gentil, *A Colônia Senador Vergueiro* (Santos: Typ. Imparcial, 1851); João Pedro Carvalho de Moraes, *Relatório apresentado ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas* em 16/9/1870 (Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1870); Warren Dean, *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*, (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977), Cap. 4; Sérgio Buarque de Holanda, “As colônias de parcerias”, in *O Brasil Monárquico: reações e transações*, v. 5, t. II, organização Sérgio Buarque de Holanda (8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004), 289-307; “Prefácio”, 26-45; Costa, *Da Monarquia à República*, Cap. 5; *Da Senzala à Colônia*, 120-150; José Sebastião Witter, *Ibicaba, uma experiência pioneira* (São Paulo: APESP, Coleção Teses e Monografias, Vol. 5, 1982); Bruno Gabriel Witzel de Souza, “Imigração alemã e mercado de trabalho na cafeicultura paulista: um estudo quantitativo dos contratos de parceria”, *História Econômica & História de Empresas*, V. 15 nº 2 (jul./dez. 2012), 81-109.

⁷² Holanda, “Prefácio”, 27; “As colônias de parcerias”, 291.

⁷³ Manoel de Jesus Valdetaro, “Relatorio da Repartição Geral das Terras Publicas”, 87-101, in Brasil, *Relatorio... Ministro Marquez de Olinda* (Rio de Janeiro: Typographia Laemmert, 1858); João Pedro Carvalho de Moraes, *Relatório*, 1870, 12-13; Bruno Gabriel Witzel de Souza, “The combined effect of institutions and human capital for economic development: a case study of German immigration to São Paulo, Brazil, 1840- 1920” (Master Dissertation, Georg-August-Universität Göttingen, 2014), 35-36.

⁷⁴ Brasil, Leis nº 581 de 4/9/1850 e nº 601 de 18/9/1850, *CLIB* de 1850, 267 e 307.

obrigaria os grandes proprietários a aumentar a área de cultivo ou a dividir as terras não cultivadas em pequenos lotes para vendê-los a pequenos agricultores. Ocorrendo a primeira hipótese, haveria incremento na demanda por trabalhadores livres, na produção e na arrecadação fiscal do governo, enquanto a segunda possibilidade favorecia a reforma da posse concentrada da terra. Não obstante os argumentos em favor do imposto territorial, este desapareceu da lei finalmente aprovada. Além disso, a Lei de Terras de 1850 mostrou-se ineficiente e, mesmo após regulamentação, sua execução foi limitada e circunscrita.⁷⁵

Ainda assim, ao proibir a aquisição de terras por outro título que não a compra, a Lei de Terras de 1850 criou amparo jurídico aos particulares e companhias de colonização interessadas em empreender no Brasil. Na década de 1850, foram promulgados diversos decretos autorizando o funcionamento de empresas estrangeiras de colonização no Brasil, assim como foram aprovados contratos e feitas concessões a empreendedores individuais e sociedades privadas, nacionais e estrangeiras, para organização de núcleos coloniais no país.⁷⁶ Com efeito, no decênio 1851-1860 foram criadas 105 colônias no Brasil, sendo 98 particulares. Antes, entre 1822 e 1850, haviam sido constituídos 31 núcleos coloniais no país, dos quais menos da metade pertenciam a particulares.⁷⁷

A maioria das colônias criadas após a Lei de Terras foi estabelecida nas províncias de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Porém, como adverte Maria Thereza Petrone, os objetivos que orientaram a criação de núcleos coloniais de pequenos proprietários em São Paulo são diferentes daqueles que nortearam a fundação de colônias nas províncias do sul do Brasil. Segundo a autora, a pequena propriedade na órbita da grande lavoura cafeeira paulista, em rápida expansão, tinha a finalidade precípua de atrair imigrantes e servir de reservatório de mão de obra. “É esse aspecto”, afirma Petrone, “que induziu muitos fazendeiros a lotear, em seus domínios ou nos seus limites, as terras não próprias para a cultura do café, a fim de fixar próximo ao cafezal uma população que, para arredondar seus rendimentos,

⁷⁵ Sousa e Mello, “Relatorio da Repartição Geral de Terras Publicas”, 1855, 18; Candido Baptista de Oliveira, *Systema financial do Brasil* (S. Petersburgo: Typ. P. de Fischer, 1842), 24-26, 28-29; Aureliano Cândido Tavares Bastos, *A Provincia: estudo sobre a descentralização no Brasil* (Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1870), 355-360; *Os males do presente e as esperanças do futuro: estudos brasileiros* (São Paulo: Cia Nacional, 1939), 78-90; André Rebouças, *A agricultura nacional* (Rio de Janeiro: A. J. Lamoureux, 1883).

⁷⁶ Brasil... *Repartição Geral das Terras Públicas*, Avisos nº 1 de 8/2/1855; nº 3 de 21/4/1855; nsº 5 e 6 de 25/6/1855; nº 7 de 4/10/1855; nº 25 de 23/10/1855; Decisões nº 108 de 12/6/1856; nº 8 de 8/1/1857; nº 1.915 de 28/3/1857; nº 160 de 27/4/1857; nº 1.979 de 26/9/1857; nº 1.986 de 7/10/1857; nº 2.159 de 1/5/1858; Iotti, *Imigração*, 175-230.

⁷⁷ “Mapa estatístico das colônias existentes no Império”, in Brasil, *Relatório... Ministro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz*, 1855, anexo; Roche, *Colonização*, 142; Handelmann, *História do Brasil*, t.II, 127-130; Giron e Bergamaschi, *Colônia*, 69-83.

ofereciam sua força de trabalho em certas ocasiões”. Ainda conforme Petrone, nos limites do “império do café”, a pequena propriedade só pôde progredir depois da década de 1880, quando novos mecanismos econômicos e sociais e o grande afluxo de imigrantes europeus tornaram viáveis o desenvolvimento dos enclaves de pequena propriedade de imigrantes em São Paulo.⁷⁸

Fora da órbita da grande lavoura cafeeira, principalmente nas áreas de colonização recente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde a pequena propriedade não concorreria com o latifúndio monocultor exportador no aliciamento da mão de obra europeia, a criação de colônias de pequenos proprietários foi defendida por governantes e políticos brasileiros com as seguintes justificativas: 1) demográfica, com o intuito de defender as áreas de fronteira e valorizar as terras do interior do Brasil; 2) econômica, promovendo aperfeiçoamentos, expansão e diversificação da produção agrícola do país; 3) sociocultural, contribuindo para melhorar os hábitos, costumes e valores da população brasileira; 4) socioeconômica, constituindo uma camada social intermediária entre a aristocracia fundiária e os escravos, uma camada capaz de oferecer mão de obra no mercado de trabalho e expandir os mercados consumidor e fornecedor de manufaturas agrícolas, contribuindo, assim, com o desenvolvimento e modernização do Brasil.

Em suma, em meados do século XIX coexistiam no Brasil duas correntes políticas imigrantistas. A primeira corrente, especialmente representada pela elite da classe política próxima a D. Pedro II e por intelectuais brasileiros, apoiava a criação de colônias de pequenos proprietários com o objetivo de atrair o maior número possível de imigrantes europeus. Para essa corrente, o Estado brasileiro deveria subsidiar a imigração e auxiliar firmemente as colônias formadas por colonos europeus, além de adequar as leis civis do país para promover o aumento no fluxo e facilitar a integração dos imigrantes à sociedade brasileira.

A segunda corrente política imigrantista, representada pela elite dos fazendeiros de café, vendo escassear a oferta do trabalho escravo no país, reivindicava o apoio do governo para canalizar a mão de obra imigrante diretamente à grande lavoura cafeeira. Os produtores rurais exigiam subsídios oficiais para pagamento das passagens e despesas de transporte dos colonos, além de medidas legais que restringissem o acesso à terra pelos imigrantes pobres, que, não tendo como se estabelecer como proprietários logo em sua chegada, teriam de trabalhar durante algum tempo nas fazendas de café.

⁷⁸ Petrone, *Imigrante*, 27 e 48.

1.4 Concepções da política imigratória brasileira, 1850-1889

A extinção do tráfico de escravos da África para o Brasil, associada à expansão da lavoura cafeeira, intensificou a polarização das percepções das duas correntes políticas imigrantistas da época. A 7 de agosto de 1854, no Senado, Manoel Felizardo de Souza e Mello, diretor da Repartição Geral das Terras Públicas, defendeu a execução da Lei de Terras de 1850 e a colonização europeia. Em discurso aparteado, Manoel Felizardo alertou o Senado para a alegada oposição que faziam na Alemanha contra o Brasil os interessados na imigração para os Estados Unidos, representantes dos governos, sociedades colonizadoras, agências e companhias privadas de navegação. Felizardo explicou que as autoridades, os agentes, as firmas e a imprensa alemã divulgavam que os brasileiros apenas desejavam substituir os escravos pelos colonos alemães; que estes não podiam se deixar seduzir com notícias e promessas vindas do Brasil, pois o objetivo principal dos brasileiros era obrigar os imigrantes a trabalharem nas fazendas, onde seriam vistos como escravos.⁷⁹

Segundo Manoel Felizardo, para mudar esta opinião desfavorável, que “põe todos os obstáculos” à imigração para o Brasil, era necessário dar cumprimento à Lei de Terras, com a medição, demarcação e venda de terrenos aos imigrantes. Felizardo observou que não seria possível atrair pessoas que deixam sua pátria para se estabelecerem em outro país como lavradoras sem estarem convencidas de que, ao chegarem ao seu destino, encontrariam terrenos demarcados, livres e desembaraçados, com preço razoável e fixo. Também no sentido de melhorar a imagem do Brasil na Europa e favorecer a imigração para o país, Manoel Felizardo propôs: a) autorizar a livre consciência e prática da religião protestante no Brasil; b) divulgar, na Europa, a lei brasileira de naturalização e os direitos civis constitucionalmente garantidos aos cidadãos brasileiros, que, segundo ele, contavam com uma das mais modernas constituições do mundo; c) zelar pela segurança individual dos imigrantes, garantindo-lhes a inviolabilidade do direito de propriedade e facilitando-lhes a naturalização; d) facilitar a imigração ao país por meio de subsídios, tendo em vista ser a viagem da Europa para o Brasil mais demorada e dispendiosa do que para os Estados Unidos; e) melhorar os meios de comunicação e transporte no interior do Brasil; f) estimular a criação de sociedades beneficentes, que serviriam para acolher, orientar e auxiliar os colonos europeus recém-chegados.⁸⁰

⁷⁹ AS, Sessão de 7/8/1854, Livro IV, 215. Advertências semelhantes também foram apresentadas em 1856 por Hermann Blumenau, “O Brasil e seus adversários”, in Hermann Bruno Otto Blumenau, *A colônia alemã Blumenau na província de Santa Catarina no Sul do Brasil* [1856], Tradução Annemarie Fouquet Schünke; Organização Cristina Ferreira (Blumenau: Cultura em Movimento; Instituto Blumenau 150 anos, 2002), 35-46.

⁸⁰ AS, Sessão de 7 de agosto de 1854, Livro IV, 214-235.

Paralelamente, no verso do debate sobre terras e colonização estava a discussão sobre nacionalidade. A questão, que já havia acirrado o debate parlamentar na Assembleia Constituinte de 1823, refletia o ressentimento dos nacionais em relação aos estrangeiros.⁸¹ Em síntese, não seria possível, sem risco à ordem e à soberania da nação, que a massa de trabalhadores europeus que se pretendia importar permanecesse estrangeira.⁸² Por outro lado, existia uma preocupação quanto ao futuro da sociedade brasileira. A respeito escreveu Lacerda Werneck: “nosso país não é hoje uma colônia [...]. Nós constituímos um povo, uma nacionalidade, cujo futuro dependerá da inteligência das raças que lhe serão incorporadas, da natureza da civilização que a influenciará”.⁸³ Por um lado, defendia-se a imigração de trabalhadores europeus, principalmente alemães, qualificados como “sóbrios”, “laboriosos” “ativos” e “incansáveis”; por outro, repudiavam-se os argumentos favoráveis à imigração chinesa, considerada uma raça “sem força moral”, “decrépita” e “retrógrada”, nas palavras de Lacerda Werneck.⁸⁴

Nesse clima de ressentimento e preconceito se estendeu a discussão parlamentar sobre a política de imigração no Brasil na década de 1850. Nos debates de 1857, a notícia de que quase 2 mil chineses foram desembarcados no Rio de Janeiro entre 1854 e 1856 foi duramente criticada. Na Câmara, um deputado declarou: “quando procurávamos escoimar a nossa civilização da barbárie africana, [tentou-se] colonizar o império com o insolente asiático”. Em seguida, outro parlamentar criticou: “veio-nos gente de Cantão e de Macau, que é a escória da humanidade”.⁸⁵ Ainda em 1857, a assembleia provincial do Rio de Janeiro rejeitou, sem discussão, um projeto que visava estimular a imigração de africanos livres para o Brasil. Sobre essa proposta escreveu o editorial do *Jornal do Commercio* de 6 de outubro de 1857: “[a] colonização africana para o Brasil [...] é inteiramente contrária aos nossos próprios interesses, porque tal colonização é, além de inconveniente, muito e muito perigosa”, salientando, em seguida, a importância e conveniência da colonização europeia ao futuro da nação brasileira.⁸⁶

A absoluta maioria dos parlamentares aparentemente preferia a imigração europeia. A tentativa, entretanto, de imigração chinesa e o projeto de importação de africanos livres refletiam o fraco resultado da colonização do país. A este respeito, em meados de 1857,

⁸¹ José Honório Rodrigues, *A Assembleia Constituinte de 1823* (Petrópolis: Vozes, 1974), 56-60; Luiz Felipe de Alencastro e Maria Luiza Renaux, “Caras e modos dos migrantes e imigrantes”, in *História da vida privada no Brasil*, v. 2, Org. Luiz Felipe de Alencastro (São Paulo: Cia das Letras, 1997), 294-295; Cervo, *Parlamento*, 145.

⁸² AS, Sessões de 15 e 17 de julho de 1854, Livro III, 319-357;

⁸³ Lacerda Werneck, *Ideias*, 80.

⁸⁴ *Ibidem*, 75-80, 99-105.

⁸⁵ ACD, Sessão de 23/7/1857, 79 e 81.

⁸⁶ “Colonização africana”, *Jornal do Commercio*, Ano XXXII, nº 275, 6/10/1857, 1.

manifestou-se o fazendeiro e deputado fluminense João de Almeida Pereira Filho: “Acerca da colonização muito se tem discutido, muito se tem prometido, mas a verdade me obriga a dizer que não se tem correspondido à expectativa pública, nem o resultado está em proporção de tantos esforços, de tanto afã e de tanta promessa”. Para o deputado, o governo administrava mal os recursos destinados à imigração e oferecia muitas concessões e privilégios às empresas de colonização. Pereira Filho citou como exemplo o contrato que o governo imperial celebrou em 1856 com a Associação Central de Colonização para introdução de 50 mil colonos no país no prazo de cinco anos. “Nesse contrato”, disse ele, “olhou-se muito para um futuro remoto [...], e abandonou-se quase de todo o presente [...]; desprezou-se a cultura presente, os imensos capitais nela empregados, para favorecer-se os grandes núcleos coloniais”.⁸⁷

Já na sessão de 22 de julho de 1857, Pedro de Araujo Lima, Marquês de Olinda, presidente do Conselho de Ministros do Gabinete Conservador, adotou uma posição diferente, afirmando à Câmara que a colonização não poderia ser praticada no Brasil sem a concessão de grandes favores aos colonos, o que incluía a concessão gratuita de terras e transporte subsidiado. O Marquês de Olinda defendeu a formação de núcleos coloniais e destacou que os fazendeiros que experimentaram empregar mão de obra imigrante livre comumente sobrecarregavam os colonos de dívidas; afastava-os pela angústia de não poderem melhorar suas condições ou, inclusive, agravá-las.⁸⁸

No discurso do Ministro Marquês de Olinda, fica evidente a oposição do seu gabinete à pretensão dos grandes cafeicultores de obrigar imigrantes europeus a trabalhar nas fazendas de café. Olinda, no entanto, ponderou aos deputados que a política de colonização do governo cumpria igualmente dois objetivos: criar núcleos coloniais autônomos e introduzir novos braços para conservação da grande lavoura cafeeira. O Ministro salientou que, para oferecer braços às fazendas de café, o governo firmou um contrato com a Associação Central de Colonização, pois “o governo não podia, não devia entrar por si mesmo nesta operação”. Por outro lado, a Lei de Terras, regulamentada pelo decreto nº 1.318 de 30 de janeiro de 1854, autorizava o governo a criar núcleos de colonização a fim de ocupar espaços vazios e aumentar a produção agrícola do país. Por fim, o Marquês de Olinda defendeu ser essa uma medida imprescindível aos interesses da nação e destacou a importância de o governo auxiliar os estabelecimentos coloniais formados por empresas e empreendedores particulares no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.⁸⁹

⁸⁷ ACD, Sessão de 12/6/1857, 239.

⁸⁸ ACD, Sessão de 22/7/1857, 58-59.

⁸⁹ ACD, Sessão de 30/6/1858, 309-310.

Em 1859, no Senado, Marquês de Olinda defendeu novamente a dupla orientação da política de colonização governamental e combateu as insinuações de que o governo imperial, em favor de interesses particulares, especialmente das companhias de colonização, privilegiava o desenvolvimento de núcleos coloniais em lugares remotos. Segundo Olinda, o governo mandava vir os colonos europeus pagando-lhes as despesas de transporte até o porto das províncias de destino. “O fazendeiro”, disse ele, “só é obrigado a pagar as despesas da hospedaria na província e as de condução para a fazenda”. Dirigindo-se aos senadores, o Marquês questionou: que menos se pode exigir? O que mais o governo pode fazer? Emendando, em seguida: “Senhores, o governo não podia exigir do fazendeiro menos do que fez; o ônus recai sobre o tesouro, e já é ele bastante pesado. É necessário que o fazendeiro concorra da sua parte para melhorar sua sorte e que não espere pelo governo”.⁹⁰

Representando os interesses imediatos da classe dos grandes proprietários rurais, Manoel de Assis Mascarenhas criticou a autorização de crédito no valor de 6 mil contos de réis (art. 1º da lei nº 885 de 4 de outubro de 1856) concedido à Associação Central de Colonização para importação e estabelecimento de colonos europeus no país. Para ele, as vantagens obtidas dos contratos firmados com essa associação não estavam em proporção às despesas realizadas pelo tesouro nacional. Em seguida, Mascarenhas afirmou que não se podia confiar nessa associação, que, segundo ele, ao invés de apoiar os fazendeiros que necessitavam de braços, preocupava-se primeiro em pagar avultados ordenados a alguns de seus funcionários. Mascarenhas ainda criticou a criação de colônias no interior de diferentes províncias, afirmando que núcleos isolados absorviam as rendas do estado e produziam poucos benefícios ao país. No seu entender, o sistema de parceria inaugurado pelo senador Vergueiro constituía o melhor meio para atrair a mão de obra necessária à grande lavoura. Em seu apoio manifestaram-se os senadores Vergueiro, Bernardo de Souza Franco e Joaquim José Rodrigues Torres.⁹¹

O embate entre os defensores da instituição da pequena propriedade como meio mais eficaz de atrair imigrantes europeus e promover o desenvolvimento econômico do Brasil e representantes da classe dos fazendeiros que tentavam obter verbas oficiais para subsidiar a imigração para a grande lavoura não era novo. Na sessão do Senado de 16 de agosto de 1855, o senador Vergueiro defendeu a necessidade de o governo imperial dirigir seus esforços à introdução de imigrantes para trabalharem nas fazendas de café. Em resposta, Manoel Felizardo

⁹⁰ AS, Sessão de 16/6/1859, t. I, 128-129.

⁹¹ AS, Sessões de 14, 15 e 22 de junho de 1859, Livro I, 112-125 e 178; Brasil, Lei de 4/10/1856, in *CLIB* de 1856 (Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1857), 59.

de Souza e Mello rebateu: “Ninguém desconhece [...] a necessidade que todos os lavradores têm de aumentar o número de seus trabalhadores; mas essa necessidade é de hoje?” Não, essa necessidade sempre existiu, respondeu o próprio Manoel Felizardo, emendando, em seguida: “E como até há poucos anos supriam-se os lavradores dos braços necessários? Com seus próprios recursos. As fazendas eram alimentadas pela aquisição de escravos sem o menor auxílio pecuniário do governo”. Felizardo prosseguiu, dizendo: “Ora, se os lavradores se supriam de braços à sua custa, e se é possível obtê-los” com a importação de colonos europeus, “por que motivo não hão de procurar alcançá-los pela mesma maneira, isto é, à sua custa? Será justo que a nação contribua para que 10, 20, 100 ou 200 fazendeiros sejam supridos de braços à custa do país inteiro?”.⁹²

O debate parlamentar foi longo e apartado, mas deixa evidente a oposição entre os objetivos da política imigratória do governo (assentamento de colonos europeus como pequenos proprietários) e os interesses imediatos da classe dos fazendeiros, que, segundo observadores da época, não desejavam colonos livres, mas apenas trabalhadores para o lugar dos escravos.⁹³

Para Sergio Buarque de Holanda, a dificuldade da transição para o trabalho livre decorria do fato de o cativo ter estabelecido um padrão de trabalho inflexível e insubstituível para os fazendeiros acostumados à economia agrária tradicional baseada no braço escravo amplamente disponível. Conforme Buarque de Holanda, escapava a esses fazendeiros “uma noção rigorosamente precisa e objetiva dos direitos e deveres que implica o regime do trabalho livre”. Essa incompreensão, sustenta o autor, “refletiu-se em uma série de incidentes que tiveram sua culminância na sublevação dos colonos de Ibicaba”.⁹⁴ Igualmente escreveu Maria Thereza Petrone: “numa sociedade de mentalidade escravocrata não era fácil introduzir o trabalhador livre que não tinha emigrado para se sujeitar a certas condições de vida e de trabalho que o fazendeiro lhe queria impor”.⁹⁵

A revolta dos colonos de Ibicaba em fins de 1856 exerceu grande influência no processo de colonização do Brasil. As queixas e insatisfações dos colonos da fazenda do senador Nicolau de Campos Vergueiro foram descritas em detalhe por Thomas Davatz em livro publicado na

⁹² AS, Sessão de 16/8/1855, t. III, 325-328.

⁹³ AS, Sessões de 16, 17, 18, 20 e 21 de agosto de 1855, t. III, 311-334, 361-378, 388-413, 432-474, 484-522; Sessão de 7/8/1854, t. IV, 215; Dr. Blumenau, “O Brasil e seus adversários”, 36; Dr. José Pereira Rego Filho, *O Brasil e os Estados Unidos na questão da imigração*, conferência realizada em 16/12/1883 (Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884); Gilbert Farquhar Mathison, *Narrative of a visit to Brazil [1825]* apud Carneiro, *Imigração*, 12; K. F. Van Delden Laërne, *Brazil and Java: Report on coffee-culture in America, Asia and Africa* (London: W. H. Allen & Co., 1885), 131.

⁹⁴ Holanda, “Prefácio”, 26-27.

⁹⁵ Petrone, *Imigrante*, 23.

Suíça em 1858.⁹⁶ Com essa publicação, cujo título original, aliás, é muito mais contundente que o da tradução brasileira, suavemente intitulada *Memórias de um colono no Brasil*, as ocorrências de Ibicaba alcançaram grande repercussão na Europa, resultando em medidas restritivas à imigração europeia para o Brasil.⁹⁷ Em 1859, foi o governo da Prússia, com a promulgação do Restrito de Heydt, que impôs obstáculos à imigração prussiana para o Brasil. Mais tarde, outros estados germânicos e alguns países europeus também expediram instruções especiais para restringir o engajamento de imigrantes para o Brasil.⁹⁸

Intensificam-se, nesse contexto, as discussões entre os defensores da instituição da pequena propriedade como meio mais eficaz de atrair imigrantes europeus e promover o desenvolvimento econômico do Brasil e os partidários da importação de colonos para satisfazer os interesses imediatos da grande lavoura. Em longo discurso no Senado, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, Ministro das Relações Exteriores do Gabinete Conservador, defendeu a importância de o país constituir um “sistema de colonização, ou meio de estabelecer uma corrente de emigração em grande escala”. Para Cansanção de Sinimbu, o desenvolvimento agrícola e a riqueza do Brasil dependiam da colonização europeia; sem ela, observou o Ministro, haveria estagnação na produção e nas exportações e importações do país. Para evitar tais consequências, Cansanção de Sinimbu defendeu a atuação efetiva do Estado brasileiro na promoção da imigração europeia, sem dispensar, porém, a participação de particulares, os quais, afirmou ele, “podem e devem auxiliar o Estado na importação de braços, principalmente quando esses forem destinados a lavrar as terras e promover a riqueza desses particulares”.⁹⁹

Semelhante foi a opinião de Cândido Borges Monteiro, presidente da Associação Central de Colonização, que, em 22 de agosto de 1859, dirigiu-se ao Senado para responder às dúvidas e acusações levantadas contra aquela instituição. “Nossa agricultura”, dizia ele, “definha sensivelmente à míngua de braço, a nossa produção desce”, e, nestas condições,

⁹⁶ Thomas Davatz, *Die behandlung der Kolonisten in der Provinz São Paulo in Brasilien und deren Erhebung gegen ihre Bedrücker. Ein Noth-und Hilfruf an die Behörden und Menschenfreunde der Länder und Staaten, welchen die Kolonisten angehörten* (Chur: Druck von L. Hitz, 1858).

⁹⁷ Tradução literal do título original do livro de Thomas Davatz: *O tratamento dos colonos na província de São Paulo no Brasil e o levante contra seus opressores: um apelo e alerta aos amigos e autoridades dos estados aos quais os colonos pertencem*.

⁹⁸ Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja, “Relatório das Terras Publicas e da Colonização”, 25-73, in Brasil, *Relatorio... Ministro Manoel Felizardo de Souza e Mello* (Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1861); Moraes, *Relatório*, 1870, 36-37; Roche, *Colonização*, 108-109; Carlos Fouquet, *O imigrante alemão* (São Paulo: Instituto Hans Staden; São Leopoldo, FCC 25 de Julho, 1974), 71-72; Giralda Seyferth, “A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito”, in *Fazer a América*, organização Boris Fausto (São Paulo: EDUSP, 2000), 280; “Um documento importante para a história da colonização do Rio Grande do Sul: a portaria ministerial de Von Der Heydt, 1859”, *Jornal do Dia*, nº 1.241, Ano V, Porto Alegre, 15/3/1951, 4.

⁹⁹ AS, Sessão de 20/6/1859, t.1, 157.

“evidentemente quando se trata de procurar os meios mais convenientes de obtermos da Europa o trabalho que por largos anos nos foi fornecido pela África, trate-se de satisfazer uma necessidade reconhecida por todos os brasileiros em todos os pontos do Império”. Assim sendo, salientou Cândido Borges, a Associação Central de Colonização apoiou os três sistemas utilizados para dar impulso à colonização do país: trabalho assalariado, parceria e pequena propriedade; não favoreceu um em detrimento do outro, embora tenha atuado diretamente sobre os dois primeiros sistemas, sendo apenas intermediários entre os colonos e a administração no terceiro. “Mas não nos iludamos”, advertiu Cândido Borges, “porque o verdadeiro sistema de colonização, em um país como o nosso, [...] é o sistema de propriedade, verdadeiro sistema sólido, permanente e eficaz e vantajoso; porque é ele quem [...] dá interesse e dignidade à agricultura, [...] que planta e desenvolve o valor territorial”.¹⁰⁰

Ao responder às acusações de que a Associação Central de Colonização nada fazia pela lavoura do país, e que a instituição impunha condições excepcionais aos fazendeiros que desejavam contratar trabalhadores europeus para suas fazendas, Cândido Borges notou que o Estado brasileiro, em favor da grande lavoura, comprometeu-se, por meio da Associação, a conceder passagem gratuita pelo prazo de três anos aos colonos que os fazendeiros quisessem contratar. Todavia, segundo Cândido Borges, havia fazendeiros que, além de desfrutar das vantagens concedidas pelo governo imperial, solicitavam a imposição de condições onerosas aos colonos importados pela Associação, o que era inadmissível perante a lei. Ele lembrou que todo fazendeiro podia contratar trabalhadores diretamente na Europa, mas se “acha maiores garantias e vantagens nos contratos feitos perante a Associação, é necessário também que, encarando cada colono como um homem livre [...] se contente em obter dele o trabalho a que legitimamente tem direito pelas vantagens que efetivamente concede”.¹⁰¹

Nota-se nos acalorados debates parlamentares da década de 1850 que, apesar da opinião influente de alguns célebres representantes da classe dos fazendeiros, estes não conseguiram controlar a política imigratória do governo imperial que, no seu afã de sistematizar a contratação de mão de obra livre e promover a modernização da sociedade brasileira, tentou desvincular a colonização do país dos interesses imediatos da classe dos fazendeiros. Esse fato foi destacado na importante análise de Heinrich Handelmann, que assim escreveu em 1860: “o governo imperial [brasileiro] se firma, por princípio, na opinião de que somente a colonização e

¹⁰⁰ AS, Sessão de 22/8/1859, t. III, 149, 154-155.

¹⁰¹ AS, Sessão de 22/8/1859, t. III, 154.

imigração de proprietários livres [...] merece ser promovida”.¹⁰² Na mesma época, Cansanção de Sinimbu dizia ao Senado: “o governo está tão convencido das vantagens, da utilidade, da necessidade mesmo da introdução de braços livres no nosso país que, se lhe fosse lícito, prescindiria de qualquer outra matéria para cuidar exclusivamente dessa”.¹⁰³

A resistência do governo brasileiro à intenção da classe dos fazendeiros de direcionar diretamente a imigração europeia para a grande lavoura, e a política governamental em favor do estabelecimento de imigrantes europeus em núcleos coloniais como pequenos proprietários, não significam que o governo não estava preocupado com a grande lavoura. Desconsiderar os interesses dos fazendeiros era impensável, impraticável, uma vez que a agricultura de exportação constituía a principal atividade econômica do país. Para um grupo importante da elite política e intelectual brasileira, a solução à falta de braços na agricultura do país depois da abolição do tráfico de escravos, em 1850, viria a mais largo prazo, com a imigração espontânea e ininterrupta de trabalhadores europeus. Para tanto, esse grupo defendia que o Estado deveria apoiar as iniciativas particulares de colonização e auxiliar colônias cuja solidez e prosperidade poderiam induzir a imigração europeia, principalmente a alemã. Eram, sobretudo, os casos das colônias São Leopoldo e Dona Francisca.

No curto prazo, não havia como compensar a entrada da mão de obra interrompida com a extinção do tráfico negreiro. “O lavrador europeu”, salientou Handelsmann, “não emigra para a América a fazer serviço forçado de lavoura [...]. Ao contrário, o europeu, o lavrador alemão, quando transpõe o oceano, quer ser o que era no seu país ou que debalde procurou ser: senhor livre no seu próprio pedaço de terra”.¹⁰⁴ Assim, a opinião dominante era que solução para a grande lavoura brasileira dava-se via manutenção do trabalho escravo e a emancipação gradual da escravidão. Seria evitar, deste modo, a desorganização da produção agrícola exportadora e os possíveis efeitos de uma solução mais radical.¹⁰⁵ Entretanto, como conservar uma instituição – a escravidão – condenada à extinção e que criava sérios embaraços à imigração europeia para o Brasil?

Para Handelsmann, devido às condições naturais e climáticas e ao sistema de produção agrícola, as províncias do açúcar e do algodão, principalmente Pernambuco, Bahia e Maranhão, não se prestavam à imigração de agricultores europeus. Por outro lado, afirmava o autor, as

¹⁰² Handelsmann, *História do Brasil*, t. II, 348.

¹⁰³ AS, Sessão de 3/9/1860, t. IV, 375.

¹⁰⁴ Handelsmann, *História do Brasil*, t. II, 346.

¹⁰⁵ Sergio Buarque de Holanda, *O Brasil Monárquico: do Império à República* (v. 7, t. II, 7ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005), 154 e 330.

condições existentes nas três províncias do sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e em algumas regiões de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais eram adequadas para receber colonos europeus. Segundo Handelsmann, porém, para que ocorresse a imigração espontânea e em grande escala de europeus para região centro-sul do Brasil, seria necessário, como condição preliminar, favorecer a pequena lavoura, devendo-se pouco a pouco substituir o fazendeiro pelo pequeno lavrador, e a mão de obra escrava, pelo trabalho livre. O autor argumenta que mudanças como essas não só favoreceriam a imigração espontânea de europeus para o Brasil como provocariam o deslocamento da força de trabalho escrava do sul para as regiões do país cujas plantações precisavam urgentemente de mão de obra. “Assim”, escreveu Handelsmann, “verificar-se-ia no Brasil a mesma divisão do interior da União Norte-Americana, a divisão em agrupamento tríplice: de Estados de lavoura livre, de Estados de lavoura mista com criadores de escravos, e de Estados plantadores que necessitam dos escravos”.¹⁰⁶

Ou seja, considerando as condições climáticas, as experiências de colonização e as condições produtivas e sociais herdadas da época colonial, Handelsmann propunha uma divisão norte e sul do território brasileiro. A partir desse recorte, o governo imperial deveria reformar a posse da terra e promover a colonização e o trabalho livre no extremo sul e no centro-sul do país, sem desorganizar os sistemas de produção agrícola exportador do norte e de algumas regiões do centro-sul, as quais, no médio e longo prazos, ajustar-se-iam ao sistema agrícola baseado na pequena propriedade e no trabalho livre. Desta forma, Handelsmann expressou uma visão peculiar de como o Estado brasileiro poderia manter a escravidão associada à colonização europeia, ou seja, como conciliar o projeto de modernização da nação brasileira com as necessidades da grande lavoura.

Handelsmann ainda defendeu a necessidade de se alterar a legislação brasileira no sentido de oferecer igualdade de direitos entre cidadãos natos e naturalizados e às pessoas de religião protestante. O autor sugeriu que as leis do país também fossem publicadas em língua alemã, o que facilitaria as relações e daria aos imigrantes germânicos a plena consciência de seus direitos e deveres no Brasil. Além disso, Handelsmann argumentou que essas eram reformas necessárias para atrair a imigração espontânea de colonos alemães para o país, pois “o imigrante, quando sai da terra natal, para procurar uma nova pátria além-oceano, naturalmente tem em vista, em primeiro lugar, a fundação de nova existência material segura e, se possível, em melhores condições”. Em segundo lugar, afirma Handelsmann, o imigrante deseja “que a plena posse dos

¹⁰⁶ Handelsmann, *História do Brasil*, t. II, 347.

direitos de cidadão, a que ele renunciou ao expatriar-se, seja recobrada na nova pátria, o mais breve possível”.¹⁰⁷ Handelsmann é um exemplo das tentativas da época de conciliar o sistema escravista e a economia de pequena propriedade.

Reconhecendo a importância de tornar a legislação brasileira mais favorável aos estrangeiros, o governo imperial adotou uma série de medidas legais e administrativas no intuito de encorajar a imigração e impulsionar a colonização do Brasil a partir de 1860. O decreto nº 1.096, de 10 de setembro de 1860, regulou os direitos civis e políticos dos filhos de estrangeiros nascidos no Brasil, cujos pais não estivessem a serviço de sua nação. Em seguida, foi aprovado um crédito de mais de 914 contos de réis para despesas com medição de terras públicas e colonização. Em 1861, foi criada, no âmbito da Secretaria da Agricultura, a Diretoria das Terras Públicas e Colonização, com a especial atribuição de executar os termos da Lei de Terras e do decreto nº 1318, de 30 de janeiro de 1854, e promover a colonização estrangeira. Mais tarde, o decreto nº 1.144, de 11 de setembro de 1861, reconheceu matrimônio e regulou os registros de casamentos, nascimentos e óbitos de pessoas estabelecidas no Brasil que não confessavam a religião oficial do Estado. Em 1862, em decisão de 30 de junho, foi autorizada a nomeação de sacerdotes estrangeiros para o cargo de vigários, sendo-lhes garantida a mesma cômputo paga aos nacionais.¹⁰⁸

Além disso, em 1865 o Ministério da Agricultura mandou espalhar informações do Brasil na Europa, especialmente na Alemanha, Suíça, Portugal, França e Reino Unido. As notícias destacavam a qualidade e fertilidade do solo, o clima, a prosperidade da agricultura, o preço das terras, mais baratas que as dos Estados Unidos, a consolidação das instituições brasileiras e o desenvolvimento do comércio e da indústria do Brasil. Ainda em 1865, o governo brasileiro autorizou os cônsules do país a pagarem aos emigrantes europeus, que desejassem se dirigir ao Brasil, a diferença do preço das passagens entre os portos brasileiros e os da América do Norte.¹⁰⁹

Em 1867, o decreto nº 3.784 de 19 de janeiro estabeleceu novas normas para a divisão das terras públicas e concessão de lotes nas colônias do Estado, fixando o preço dos terrenos e o prazo de cinco anos para pagamento dos lotes coloniais; o decreto determinou também a gratuidade na concessão do título de propriedade e o fornecimento de instrução primária e

¹⁰⁷ Handelsmann, *História do Brasil*, t. II, 352.

¹⁰⁸ Brasil, Decretos nº 1.096 de 10/9/1860, nº 2.748 de 16/2/1861, nº 1.144 de 11/9/1861; Decisão nº 349 de 30/6/1862 *CLIB* (1860), 45; (1861), 21, 129; “Coleção de Decisões do Império de 1861”, 270.

¹⁰⁹ Brasil, *Relatório... Ministro Antonio Francisco de Paula Souza* (Rio de Janeiro: Perseverança, 1865), 41-42; *Ministério da Agricultura*, Circular de 25/4/1865, *CLIB* de 1865 (Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1865), 185.

religiosa, sementes, ferramentas agrícolas, auxílio financeiro e assistência médica aos colonos. O governo brasileiro buscava, deste modo, induzir a imigração europeia. No entanto, os relatórios oficiais afirmam unanimemente que a imigração espontânea de colonos europeus para o Brasil permaneceu pouco expressiva.¹¹⁰

Em 1869, Joaquim Antão Fernandes Leão, Ministro da Agricultura do Gabinete Conservador, assim resumiu a história da política imigratória do Brasil: “em matéria de imigração e colonização temos ensaiado todos os sistemas, consumido grossas somas sem, entretanto, haveremos logrado ainda resolver o problema, que mais interessa ao presente e ao futuro do país”. O Ministro lembrou os meios experimentados: ação direta do governo, iniciativa particular e ambas combinadas. Fernandes Leão observou a forma das diferentes tentativas – parcerias, núcleos coloniais baseados no regime de pequena propriedade – como focos de atração, venda de terras públicas e lembrou ainda a nacionalidade dos imigrantes que preferencialmente se buscou atrair: alemães, suíços, portugueses, chineses, ingleses e norte-americanos. O Ministro destacou os incentivos oferecidos aos imigrantes: passagens gratuitas, pagamento das despesas de viagem, auxílio e prêmios em dinheiro, isenções de impostos e liberdade de culto. E assim Fernandes Leão concluiu seu raciocínio: “Nenhum desses sistemas tem apresentado resultados satisfatórios, e a despeito dos pesados sacrifícios que os cofres públicos têm feito em seus ensaios, ainda não podemos firmar, na prática, a preferência que qualquer deles deva merecer”.¹¹¹

Em seguida, o Ministro Fernandes Leão destacou que o baixo fluxo imigratório limitava a oferta de mão de obra e o progresso da agricultura do país. Advertiu ele ainda sobre as consequências da escassez de trabalhadores agrícolas para a expansão da produção da grande lavoura e, então, sugeriu a importação de trabalhadores do Indostão e da China, onde, segundo Fernandes Leão, “o trabalho oferecido por ilimitada concorrência tem preço vil, e ainda assim não acha quem lhe aceite as propostas”.¹¹²

¹¹⁰ Brasil, *Relatorio... Ministro Manoel Felizardo de Souza e Mello*, 1861, 49-57; *Relatorio... Ministro Antonio Francisco de Paula Souza*, 1865, 37-46; *Relatorio... Ministro Manoel Pinto de Souza Dantas* (Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1868), 34-41; *Relatorio... Ministro Joaquim Antão Fernandes Leão* (Rio de Janeiro: Typ. do Diario do Rio de Janeiro, 1869), 61-71; *Relatorio... Ministro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque* (Rio de Janeiro: Typ. Universal de E. & H. Laemmert, 1870), 33-37; Decreto nº 3.784 de 19/1/1867, *CLIB* de 1867 (Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1867), 31.

¹¹¹ Brasil, *Relatorio... Ministro Joaquim Antão Fernandes Leão*, 1869, 61.

¹¹² *Ibidem*, 63-64 e 68.

Em 1870, a ideia da importação dos *coolies* asiáticos foi amplamente debatida no parlamento.¹¹³ A proposta, no entanto, sucumbiu às críticas e o debate se concentrou na urgência da promoção da imigração europeia em grande escala e nos resultados obtidos face às grandes despesas do governo imperial brasileiro com a colonização. Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, Ministro da Agricultura do Gabinete Conservador, assinalou, em relatório de 7 de março de 1870, que a política de imigração subsidiada consumiu grandes somas da receita do Estado durante anos sem que os resultados fossem satisfatórios. O Ministro salientou que os núcleos coloniais não haviam se tornado polos de atração de imigrantes europeus e que a prosperidade da agricultura no país continuava ameaçada pela escassez de mão de obra. Diogo Velho enfatizou, ainda, que, ao longo de mais de vinte anos, o governo brasileiro concedeu numerosos favores aos imigrantes que desembarcaram no Brasil; “adiantou-lhes dinheiro para a viagem, prodigalizou-lhes à custa do tesouro facilidades para prosperarem como proprietários de terra”. Conforme Diogo Velho, esperava-se, como prêmio desse esforço, a imigração espontânea de europeus, que, porém, ainda era quase nula. “Em presença dos fatos”, escreveu ele, “somos levados a crer que o sistema até agora adotado deve ser repellido como pernicioso ao êxito dos nossos desejos”.¹¹⁴

Alinhado à doutrina que defendia a maior participação da iniciativa privada no negócio da colonização, Diogo Velho defendeu que o governo central cumprisse com sua função tutelar, garantindo aos imigrantes o direito à propriedade, a possível igualdade de direitos civis e políticos, a liberdade de culto e a segurança individual e da família. O Ministro defendeu também a ação ativa e eficaz do governo na proteção das companhias e associações de colonização, na preparação e expansão da infraestrutura indispensável para impulsionar a imigração espontânea e na promoção constante da propaganda do Brasil no exterior. Caberia todo o resto em matéria de colonização à iniciativa privada, individual ou coletiva, assinalou Diogo Velho.¹¹⁵

Na mesma linha de pensamento, a 12 de novembro de 1870, Inácio Cunha Galvão e Francisco Pinheiro Guimarães apresentaram ao governo uma proposta de imigração em grande

¹¹³ Sociedade Importadora de Trabalhadores Asiáticos, *Demonstração das conveniências e vantagens á lavoura no Brasil pela introdução dos trabalhadores asiáticos (da China)* (Rio de Janeiro: Typ. de P. Braga & Ca., 1877); Salvador de Mendonça, *Trabalhadores Asiáticos* (New York: Typ. Novo Mundo, 1879); José Maria Elias, “Os debates sobre o trabalho dos chins e o problema da mão de obra no Brasil durante o século XIX”, *Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores de História* (São Paulo: FFLCH-USP, 1973), 697-715; Robert Conrad, “The Planter Class and the Debate over Chinese Immigration to Brazil, 1850-1893”, *International Migration Review*, v. 9, nº 1 (primavera de 1975), 41-55; Cervo, *Parlamento*, 178-187; Costa, *Da Monarquia à República*, 310-312.

¹¹⁴ Brasil, *Relatório... Ministro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque*, 1870, 34.

¹¹⁵ *Ibidem*, 35-36.

escala. Na exposição que precede a proposta, os autores do projeto analisaram as causas do pouco êxito do governo brasileiro em atrair ao país uma corrente espontânea de imigrantes europeus. Segundo Cunha Galvão e Pinheiro Guimarães, a instabilidade dos ministérios e as ideias, muitas vezes contrárias, dos agentes públicos provocaram a falta de unidade de pensamento e de perseverança na execução dos planos e medidas do governo. Daí, conforme os proponentes, o “descalabro completo das esperanças fundadas na ação governamental” e a “enorme perda de dinheiros públicos”. Por outro lado, os autores da proposta afirmam que “a iniciativa particular sujeita a intervenção constante do Governo, [...] em vão tem tentando vencer as inúmeras dificuldades que se lhes antepõem”.¹¹⁶

Em seguida, Cunha Galvão e Pinheiro Guimarães argumentam que melhores resultados só poderiam ser esperados da iniciativa privada, livre da constante intervenção do Estado, cujo apoio, no entanto, era indispensável. Nesses termos, os signatários do projeto propunham-se a: 1º) introduzir e estabelecer em diferentes províncias do império pelo menos 255 mil europeus no prazo de vinte anos, excluindo desse total os portugueses, que, à época, já emigravam espontaneamente para o Brasil; 2º) investir na construção e conservação de estradas, pontes e canais; promover o melhoramento de rios e portos para desenvolvimento da navegação interna; comprar ou construir edifícios nas colônias; estabelecer máquinas e manufaturas de diversos gêneros (serrarias, engenhos de açúcar, aguardente, araruta, moinhos, olarias, fábricas de ferro e de tecidos de algodão), dentro ou fora dos limites dos núcleos coloniais, mas sempre em conexão com eles. Todas essas construções, materiais e máquinas ficariam hipotecadas ao governo imperial durante os vinte anos da concessão, como garantia do cumprimento das condições a que se sujeitam os autores do projeto; 3º) desenvolver as colônias existentes que apresentassem elementos de prosperidade; 4º) constituir agências de imigração no país e no exterior e organizar uma propaganda sistemática; 5º) assumir os compromissos vigentes do governo imperial em matéria de imigração.

Em contrapartida, Cunha Galvão e Pinheiro Guimarães requeriam: 1º) a garantia ou concessão de um empréstimo no valor de 15.000:000\$000, o qual seria amortizado em vinte anos; 2º) o direito, durante o mesmo prazo, de todo o acréscimo na renda de importação e exportação das províncias onde fossem estabelecidos mais de 10 mil imigrantes; 3º) o produto da venda das terras públicas situadas em continuidade aos núcleos coloniais estabelecidos pelos empresários, em uma extensão igual à que o mesmo núcleo ocupasse, e nas margens dos rios onde os empresários estabelecessem navegação e das estradas e canais abertos por eles. Não

¹¹⁶ “Atas do Terceiro Conselho de Estado, 1868-1873”, Ata de 15/11/1871, in Rodrigues, *Atas*.

haveria exclusividade, ficando os governos, imperial e provinciais, os particulares, associações e empresas de colonização livres para promoverem a introdução de imigrantes.¹¹⁷

O parecer da Seção de Negócios do Conselho de Estado foi favorável à proposta, destacando a urgência da imigração em larga escala ante a “aproximação da emancipação dos escravos do Império”. Houve, porém, divergências e ressalvas no julgamento dos termos do projeto, que, para ser mais bem avaliado, a pedido do governo, foi submetido ao plenário do Conselho. Este, a 15 de novembro de 1871, após longa discussão, rejeitou *in limine* o projeto de Inácio Cunha Galvão e Francisco Pinheiro Guimarães.

A minoria que apoiou a proposta no Conselho pleno lembrou que, quando o plano foi debatido na Seção dos Negócios, todos concordaram que a introdução de braços livres era necessidade de primeira ordem. Depois, com a promulgação da Lei do Ventre Livre, a 28 de setembro de 1871, observou Bernardo de Souza Franco, a imigração europeia em larga escala tornou-se urgente, devendo o Estado concentrar todos seus esforços para essa empresa. Todavia, ponderou o conselheiro, “o Governo Imperial tem desde muitos anos despendido esforços e avultadas somas, sem que a imigração espontânea tenha tido incremento”. Diante do insucesso do governo e das experiências bem-sucedidas de alguns particulares, Souza Franco defendeu a aprovação da proposta de Inácio Cunha Galvão e Francisco Pinheiro Guimarães. Com ele votaram: Luiz Pedreira do Coutto Ferraz (Barão de Bom Retiro), José Ildefonso de Souza Ramos (Barão de Três Barras) e Cândido José de Araújo Viana (Visconde de Sapucaí).¹¹⁸

Os opositores do projeto, a maioria, combateram-no apresentando os defeitos e lacunas que, segundo eles, tornavam-no inaceitáveis. A maior parte dos conselheiros que se opôs à proposta considerava que as sociedades que desejavam empreender no negócio da colonização deveriam fazê-lo livremente, cabendo ao governo garantir-lhes uma legislação justa e liberal em matéria civil, religiosa e política, e pôr à sua disposição boas terras para a agricultura e criação. Os opositores justificaram sua posição apoiados no argumento de que o projeto afastava o governo das decisões de onde e como seriam empregados os vultosos capitais que o Estado deixaria à disposição dos empresários, os quais, em vista do exposto, dependiam integralmente do financiamento público para realização do seu empreendimento. Os opositores chamavam a atenção para o fato de os autores do projeto não oferecerem contrapartida e garantias suficientes à execução da proposta; alertavam que não havia como o poder público fiscalizar a empresa no

¹¹⁷ “Atas do Terceiro Conselho de Estado, 1868-1873”, Ata de 15/11/1871, in Rodrigues, *Atas*; Brasil, *Relatorio... Ministro Barão de Itaúna* (Rio de Janeiro: Typographia Universal de E. & H. Laemmert, 1872), 23-29.

¹¹⁸ “Atas do Terceiro Conselho de Estado, 1868-1873”, Ata de 15/11/1871, in Rodrigues, *Atas*.

cumprimento das obrigações contraídas; apontavam problemas nos cálculos apresentados pelos proponentes, e advertiam que o governo não podia conceder o excedente das rendas de importação e exportação das províncias durante vinte anos, considerando que esse excedente foi gerado devido ao estabelecimento dos imigrantes introduzidos pelos autores do projeto.¹¹⁹

Em vista do grande negócio que havia se transformado o transporte de imigrantes e a colonização, Inácio Cunha Galvão e Francisco Pinheiro Guimarães não desistiram: reformularam a proposta e apresentaram-na novamente ao governo. No novo projeto os proponentes se comprometiam a: 1º) introduzir e estabelecer, no prazo de dez anos, 180 mil colonos nas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo; 2º) assumir as colônias do Estado estabelecidas nessas três províncias, ficando sub-rogados nos direitos que competem ao governo imperial e nos compromissos contratados em 30 de dezembro de 1871 com a Sociedade Colonizadora de Hamburgo; 3º) construir e conservar as vias de comunicação necessárias à prosperidade dos núcleos coloniais; a edificar capelas, casas de oração, escolas e hospitais nas colônias; e a medir e demarcar as terras que comprassem para vender aos imigrantes.

Em contrapartida, os signatários da proposta requeriam ao governo do império: 1º) que lhes fossem vendidas terras devolutas ao preço de 1/2 Real a braça quadrada, com prazo de cinco anos para pagamento; 2º) uma subvenção de 24 contos de réis pela introdução e estabelecimento dos 180 mil imigrantes, sendo que o pagamento da subvenção deveria ser efetuado a cada mil colonos introduzidos; 3º) a concessão do direito de explorar as minas existentes nas terras que comprassem; 4º) um prêmio de 100:000\$000 por núcleo de 10 mil colonos estabelecidos e em condições de prosperidade. Apesar de Cunha Galvão e Pinheiro Guimarães desistirem da maior parte dos favores impugnados pelo plenário do Conselho de Estado, novamente os autores da proposta não conseguiram parecer favorável ao seu pedido.¹²⁰

Nota-se que o receio dos conselheiros de Estado em relação à proposta de Cunha Galvão e Pinheiro Guimarães tinha fundamento. Em primeiro lugar, não havia garantia que a iniciativa privada cumpriria a expectativa otimista de promover a imigração em larga escala. À época, a maioria dos imigrantes europeus preferia os Estados Unidos e a Argentina ao Brasil. Além disso, diferentes governos da Europa desencorajavam a imigração para o país, devido, sobretudo, à persistência da escravidão. A esse respeito observou Dr. Blumenau em 1870:

O Brasil está muito prejudicado pela escravidão; enquanto ela subsistir será sempre a pedra de escândalos para a maior parte dos imigrantes e, ao mesmo tempo, o fácil e

¹¹⁹ “Atas do Terceiro Conselho de Estado, 1868-1873”, Ata de 15/11/1871, in Rodrigues, *Atas; Brasil, Relatorio... Ministro Barão de Itaúna*, 1872, 23-29.

¹²⁰ Brasil, *Relatorio... Ministro Francisco do Rego Barros Barreto* (Rio de Janeiro: Typ Americana, 1872), 18-20.

multíssimas vezes eficaz espantinho, de que os adversários e concorrentes do Brasil na arena da imigração sempre se servem para desacreditá-los e dele conservar afastados os imigrantes; ‘sereis míseros escravos brancos entre pretos’; este dito foi e será eficaz em milhares de casos.¹²¹

Em 1885, Van Delden Laërne escreveu: “É minha convicção que [...] enquanto a escravidão for mantida, nenhum programa pode ser baseado no trabalho livre”.¹²² Como Inácio Cunha Galvão e Francisco Pinheiro Guimarães poderiam impulsionar a imigração espontânea em grande escala para o Brasil nessas circunstâncias? Ao que tudo indica, somente um plano orientado pelo Estado, motivado e garantido pelas instituições do país poderia lograr melhor sorte na promoção da imigração europeia.

Em segundo lugar, depois de cinco anos de conflito, o Brasil saía empobrecido e endividado da Guerra do Paraguai (1864-1870). Assim, o governo brasileiro não podia garantir a Inácio Cunha Galvão e Francisco Pinheiro Guimarães o capital requerido para execução do projeto de imigração em grande escala. Não foi por outra razão, senão a falta de recursos, que em fins de 1879 o Ministro Cansanção de Sinimbu mandou suspender temporariamente todos os favores contidos na lei de 19 de janeiro de 1867. Nas palavras do Ministro:

Não sendo suficiente para ocorrer a todas as despesas necessárias ao serviço da colonização do império a verba consignada na vigente lei do orçamento, e não se podendo, por isso, atualmente, tornar efetivos os favores e auxílios determinados no regulamento que baixou com o decreto nº 3784 de 19 de janeiro de 1867, hei, por bem, decretar que seja, provisoriamente, suspensa a execução do mesmo decreto.¹²³

Em 1879, reconhecia-se a inevitabilidade da abolição da escravidão no Brasil. Suprimido o tráfico negreiro, a mão de obra africana tornou-se cara no mercado brasileiro. Por outro lado, a campanha abolicionista ganhava força com o apoio da opinião pública. Ao mesmo tempo, as estatísticas de imigração mostravam um declínio constante no fluxo migratório para o Brasil no período 1876-1879 (Apêndice A, Tabela A1). Com poucos recursos para tentar reverter a queda da imigração europeia, o governo brasileiro, com o apoio da classe latifundiária, encampou a ideia da imigração asiática. Na Câmara dos Deputados, Antônio Moreira de Barros, Ministro das Relações Exteriores do Gabinete Liberal, explicou que o governo planejava importar *coolies* chineses como meio de auxiliar a transição do trabalho escravo para o assalariado. A imigração chinesa seria direcionada, segundo o Ministro, para atender às necessidades de mão de obra da grande lavoura, não conflitando, deste modo, com os convenientes benefícios da colonização europeia. Porém, a reação à proposta do governo foi imediata e enérgica. Os opositores da ideia da imigração chinesa combateram-na afirmando que

¹²¹ Dr. Blumenau *apud* Carneiro, *Imigração*, 15.

¹²² Laërne, *Brazil and Java*, 89.

¹²³ Brasil, Decreto nº 7.570 de 20/12/1879, *CLIB* de 1879 (Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1880), 755.

coolies chineses constituíam um risco à civilização brasileira, pois pertenciam a uma raça inferior, degradante, imoral e servil.¹²⁴

Houve intensa discussão sobre as possibilidades e consequências da imigração chinesa para o Brasil. O debate é controvertido, inflamado e eivado de preconceito, mas, na verdade, foi justamente devido ao preconceito em relação aos *coolies* chineses que aflorou a ideia de substituir o escravo africano pelo trabalhador chinês.¹²⁵ No Senado, Cansação de Sinimbu reiterou os argumentos de Moreira de Barros e explicitou a intenção do governo com a imigração chinesa. Dizia ele: “Em situação como a nossa, em que os processos agrícolas são ainda tão imperfeitos, [...] a força muscular deve suprir a falta de inteligência” e, assim sendo, “convém sem dúvidas trabalhadores cujo salário seja módico”. Cansação de Sinimbu afirmou que o trabalhador chinês, mais sóbrio e paciente do que o europeu, aceitava receber menor salário, deixando, assim, maior soma de lucros aos proprietários. Segundo Sinimbu, satisfeitas as necessidades de mão de obra da grande lavoura, o trabalhador europeu encontraria incentivos para aceitar o convite de emigrar espontaneamente para o Brasil; isto é, longe das obrigações impostas pelos fazendeiros, o europeu imigraria para o país a fim de estabelecer como pequeno proprietário, pois, advertiu Sinimbu, “o europeu não emigra para as regiões da América senão com a esperança ou quase certeza de se tornar proprietário”.¹²⁶

A intenção do governo brasileiro de substituir o escravo africano pelo trabalhador chinês não foi bem recebida pela *Anti-Slavery Society*, que dirigiu ofício ao embaixador da China em Londres advertindo-o dos riscos da imigração chinesa para o Brasil ante a persistência da escravidão no país. Sinimbu, no entanto, fez pouco caso da oposição da Sociedade Antiescravista inglesa, dizendo que se tratava de jogo político. A 3 de outubro de 1881, foi celebrado o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e a China. Do lado brasileiro, o acordo foi assinado com objetivo de promover a importação de trabalhadores chineses. Mesmo assim, a ideia da importação dos *coolies* chineses como solução à grande lavoura acabou sucumbindo à pressão externa da *Anti-Slavery Society* e aos rumorosos protestos internos da Sociedade Central de Imigração (SCI).

¹²⁴ ACD, Sessões de 1, 3, 4, 9 e 11 de setembro de 1879, t. IV, 295-309; t. V, 16-22, 32-46, 68-76, 88-96; e 1/8/1883, t. IV, 463; Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, *Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife, outubro de 1878* (Recife: Typographia de Manoel F. Faria & Filhos, 1879); Mendonça, *Trabalhadores*; Conrad, “Planter”, 41-55; Elias, “Debates”, 697-715; Cervo, *Parlamento*, 178-187; Sociedade Importadora de Trabalhadores Asiáticos, *Demonstração*.

¹²⁵ ACD, Sessões de 1, 3, 4, 9 e 11 de setembro de 1879; AS, Sessão de 16/9/1870, t. IV, 189-190; Mendonça, *Trabalhadores*, 225.

¹²⁶ AS, Sessão de 1/10/1879, t. X, 5.

Crítica ferrenha da escravidão e do latifúndio improdutivo, a SCI defendeu a importação de colonos europeus e combateu intensamente a imigração chinesa com argumentos de cunho ideológico racial, notadamente expressados por Alfredo de Escragnolle Taunay.¹²⁷ Veja-se a seguir o projeto imigrantista da SCI.

1.5 Sociedade Central de Imigração

Em 1883, Karl von Koseritz, deputado provincial no Rio Grande do Sul, jornalista e proprietário do *Deutsche Zeitung de Koseritz* (Jornal Alemão de Koseritz), Dr. Hermann Blumenau, fundador da colônia Blumenau, e Hugo A. Gruber, diretor do *Allgemeine Deutsche Zeitung für Brasilien* (Jornal Geral Alemão para o Brasil), editado no Rio de Janeiro, reuniram-se para fundar a Sociedade Central de Imigração (SCI). Esta, em pouco tempo, recebeu o apoio de profissionais liberais, negociantes envolvidos no comércio exterior, funcionários públicos, políticos e intelectuais brasileiros, que, segundo Michael Hall, formavam “um grupo de classe média consciente de seus interesses próprios e donos de uma crítica coerente e cabal da sociedade tradicional brasileira”.¹²⁸ Entre os integrantes desse grupo encontravam-se alguns notáveis, dentre eles Alfredo de Escragnolle Taunay e André Rebouças, eleitos como membros da primeira direção da SCI, Henrique de Beaurepaire Rohan, Dr. Ennes de Sousa, Ferdinand Schmidt, José Luís Cardoso de Sales (Barão de Irapuã), José Hermann de Tautphoeus (Barão de Tautphoeus), Antônio Luís von Hoonholtz (Barão de Tefê), Gustavo Trinks, Comendadores Oliveira Lisboa e Malvino Reis, Conselheiro Dr. Nicolau Moreira, Dr. Vicente de Souza, João Clapp, Hugo A. Gruber, Dr. Ferreira de Araujo e Major Leite de Castro.¹²⁹

Conforme seus estatutos, a SCI tinha como objetivos primordiais promover o aumento da imigração europeia para o Brasil; oferecer esclarecimentos e orientações aos imigrantes; difundir no país informações a respeito do progresso das colônias de pequenos proprietários; formar opinião sobre a conveniência e “inequívocas vantagens da imigração europeia”; divulgar, na Europa, questões relativas à imigração para o Brasil; militar veementemente, sobretudo por meio da imprensa e “pelas relações e posições dos seus membros”, para que

¹²⁷ Decreto nº 8.651 de 24/8/1882, in Brasil, *Relatorio... Ministro Lourenço Cavalcanti de Albuquerque* (Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1883) Anexo I; AS, Sessões de 1/10/1879, t. X, 5-6; 11/8/1887, t. IV, 174-183; 5/7/1888, t. III, 45-51; *A Imigração*, nsº 1 a 4 (Dez. 1883 a Ago. 1884), 2-4, 9; Laërne, *Brazil and Java*, 148-151; Carneiro, *Imigração*, 20; Cervo, *Parlamento*, 178-187; Elias, “Debates”, 697-715; Conrad, “Planter”, 41-55; Costa, *Da Monarquia à República*, 310-312.

¹²⁸ Michel Hall, “Reformadores de classe média no Império Brasileiro: a Sociedade Central de Imigração”, *Revista de História*, v. 53, nº 105 (1º trimestre de 1976), 153.

¹²⁹ *A Imigração*, nsº 1 a 4 (Dez. 1883 a Ago. 1884), 2-4; Carlos Henrique Oberacker Jr., *A contribuição teuta à formação da nação brasileira* (vol. II, 2ª ed. Rio de Janeiro: Presença, 1985), 279-284; Hall, “Reformadores”, 148.

fossem aprovadas as reformas necessárias à plena inserção dos colonos europeus e ao progresso da sociedade brasileira.¹³⁰

Entre as reformas propostas estava a mudança na estrutura fundiária do país. Para os idealizadores da SCI, era “incontestável verdade que a grande lavoura deve ir cedendo lugar a pequena propriedade rural”, sendo esta a principal condição para atrair e aumentar a imigração espontânea de europeus, que, na concepção da SCI, promoveriam o progresso da nação brasileira com disciplina e trabalho.¹³¹ De fato, assinalou Karl von Koseritz, “nós declaramos guerra ao latifúndio e tentamos levar à vitória o sistema de pequena propriedade, com a introdução de colonos agrícolas”.¹³²

Assim, logo na primeira reunião da SCI, realizada dia 14 de outubro de 1883, na sala Affonso Celso do Imperial Lyceu de Artes e Offícios do Rio de Janeiro, discutiu-se a necessidade da criação de um imposto territorial visando democratizar a propriedade da terra. Na oportunidade, Dr. Ennes de Souza salientou: “Cumpre organizar a democracia rural, e para isto torna-se preciso um travamento de medidas firmadas todas no imposto territorial, de maneira que cesse o abuso de imensas posses de terras sem utilização possível por parte de seus donos”.¹³³ Essa ideia foi minuciosamente apresentada no livro *Agricultura Nacional*, de André Rebouças. Na concepção de Rebouças, a adoção de um imposto territorial estimularia a expansão da pequena propriedade fundiária, uma vez que, para não pagar imposto sobre terras improdutivas, o fazendeiro lotearia a área excedente a sua plantação e venderia os terrenos a pequenos produtores rurais. Ainda segundo o autor, o imposto territorial também promoveria o uso racional e melhorias na produção agrícola. Além disso, na perspectiva do abolicionista André Rebouças, o fracionamento das grandes propriedades contribuiria para a definitiva extinção do trabalho escravo.¹³⁴

A proposta de um imposto territorial, como meio de reformar a posse concentrada da terra, não era nova. Em 1842, a ideia foi exposta por Candido Baptista de Oliveira e incorporada ao projeto de lei de terras e colonização do Conselho de Estado. Apresentado à Câmara dos Deputados em 10 de junho de 1843, o projeto do governo previa a cobrança de um imposto de 500 réis por meio quarto de légua quadrada de terras. Discutido, emendado e aceito pela

¹³⁰ “Estatutos da Sociedade”, *A Imigração*, nsº 1 a 4 (Dez. 1883 a Ago. 1884), 1.

¹³¹ “Acta da 1ª Sessão Preparatória”, *A Imigração*, nsº 1 a 4 (Dez. 1883 a Ago. 1884), 2.

¹³² Karl von Koseritz, *Imagens do Brasil* (São Paulo: EDUSP, 1980), 223.

¹³³ *A Imigração*, nsº 1 a 4 (Dez. 1883 a Ago. 1884), 4.

¹³⁴ André Rebouças, *A agricultura nacional: estudos econômicos, propaganda abolicionista e democratica, set. de 1874 a set. de 1883* (Rio de Janeiro: A. J. Lamoureux, 1883).

Câmara, o projeto passou ao Senado, que removeu o imposto territorial do projeto de lei de terras aprovado como lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Em relatório de 1855, Manoel Felizardo de Souza e Mello defendeu a adoção do imposto territorial. Na década de 1860, Tavares Bastos desenvolveu os principais argumentos em defesa do imposto territorial como meio de democratizar a propriedade fundiária no país. Nos anos 1870 e 1880, André Rebouças retoma a ideia com a publicação dos livros *A democracia rural brasileira* (1875) e *Agricultura nacional* (1883), recebendo o apoio de abolicionistas como Joaquim Nabuco e imigrantistas como Escragnolle Taunay.¹³⁵

Além da criação de um imposto territorial, o programa da SCI ainda incluía a organização de um registro nacional de terrenos devolutos, a fim de facilitar a aquisição de terras pelos imigrantes; negociação com o governo central e companhias ferroviárias para que fossem oferecidas terras às margens das linhas férreas para assentamento de colonos imigrantes; formação de opinião pública para que, por meio dela, se obtivessem as medidas legislativas amplamente favoráveis à imigração europeia; ativo combate ao latifúndio, proclamado pelos membros da Sociedade como irreversivelmente atrasado e ineficiente, herança dos “tempos da barbaria e de obscurantismo; [...] um fato monstruoso, quer sob o ponto de vista econômico, quer sob o ponto de vista social!”.¹³⁶

A SCI planejava obter autorização do Banco do Brasil para organizar colônias de pequenos proprietários em algumas fazendas falidas, abandonadas, sem cultivo e hipotecadas ao Banco. Além disso, a SCI projetou a formação de “Bancos Regionais de Imigração” a partir da associação dos imigrantes europeus já estabelecidos no Brasil. A Sociedade acreditava que, reunidos em associação, os colonos formariam fundos suficientes para comprar terras, dividi-las em pequenos lotes e, em seguida, vendê-los aos seus amigos e parentes, os quais deveriam ser encorajados por aqueles a imigrar para o Brasil. Os fundos também serviriam para auxiliar os colonos recém-chegados durante os primeiros tempos.¹³⁷

A questão agrária constituía, portanto, o cerne do projeto imigratório da SCI, que previa a formação de uma classe rural composta de agricultores europeus autônomos. Nesse sentido,

¹³⁵ ACD, Sessões de 10/6/1843, 592-594 e 16/9/1843, 161-163; AS, Sessão de 21/8/1850, t. VI, 220-224; Oliveira, *Systema*, 24-26, 28-29; Tavares Bastos, *Males*, 78-90; *Província*, 355-360; André Rebouças, *A democracia rural brasileira* (Rio de Janeiro, 1875); *Agricultura nacional*; Sousa e Mello, “Relatório da Repartição Geral de Terras Públicas”, 18, in Brasil, *Relatório... Ministro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz*, 1856.

¹³⁶ Rebouças, *Agricultura nacional*, 65.

¹³⁷ *A Imigração*, nsº 1 a 4 (Dez. 1883 a Ago. 1884), 2, 5, 13; nº 5 (Set. 1884), 7; nº 8 (Jan. 1885), 2; nº 10 (Abril de 1885), 6; nº 11 (Maio e Jun. 1885), 5; nº 13 (Set. 1885), 1-2; nº 14 (Out. 1885), 3; nº 16 (Dez. 1885), 3; nº 17 (Jan. 1886), 1; nº 28 (Jan. 1887), 2; nº 56 (Abril de 1889), 5; nº 60 (Ago. 1889), 5.

a SCI se opôs, em geral, à política de concessões do governo imperial brasileiro e ao programa de subsídios à imigração em larga escala iniciada pelo governo de São Paulo em 1886. A SCI propunha, ao invés disso, que o governo comprasse ou desapropriasse fazendas falidas ou improdutivas, dividisse-as em pequenos lotes e os vendesse a famílias de agricultores europeus. A SCI também defendia que o transporte dos imigrantes fosse parcialmente subvencionado, isto é, com subsídios, o governo deveria reduzir o preço da passagem da Europa para o Brasil até mais ou menos o mesmo preço pago pelos imigrantes europeus que se dirigiam aos Estados Unidos. Para a SCI, a política de imigração indiscriminada, integralmente subvencionada e sem fiscalização efetiva atraía não apenas trabalhadores agrícolas, mas também pessoas do meio urbano, “gente paupérrima”, pertencente aos estratos sociais mais baixos da Europa, “elementos de anarquia, vícios e misérias sociais”, que pouco ou nada contribuíram para o programa de desenvolvimento econômico e social baseado na pequena propriedade rural.¹³⁸

As propostas da SCI, a divulgação de suas ações, seus argumentos em favor da pequena propriedade e da imigração europeia e suas críticas aos fazendeiros brasileiros, classificados como “monopolizadores e usurpadores do solo nacional”, “barões feudais”, “senhores da terra”, “vagabundos”, “gente preguiçosa, imóvel, apática, rotineira, inimiga do futuro”, foram publicados no periódico *A Imigração*.¹³⁹ Redigido e editado pela diretoria da SCI, o jornal circulou entre dezembro de 1883 e abril de 1891. Na sua primeira edição, publicada em 12 de dezembro de 1883, foram impressos os estatutos da SCI, o seu primeiro manifesto, a ata da primeira reunião, a relação dos membros da diretoria e um convite “a todas as pessoas que se interessam pela prosperidade do Brasil e se acham bem compenetradas da necessidade indeclinável da grande imigração europeia, a se inscreverem como sócios remidos, contribuintes e beneméritos”.¹⁴⁰

Em pouco tempo, a SCI contava com a adesão de 258 sócios, sendo 7 beneméritos, 56 remidos e 195 sócios contribuintes. Essa distinção variava de acordo com o valor que cada sócio contribuía no ato da sua inscrição. Todos os sócios contribuintes pagavam anualmente e de forma antecipada o valor de 10 mil-réis à Sociedade. Os sócios remidos contribuía uma só única vez com a soma de 100 mil-réis e os beneméritos com a importância de um conto de réis ou mais. No início de 1887, havia 382 membros no quadro social da SCI, a maioria (71,5%) sócios contribuintes. É ponto a ser destacado nas listas dos sócios da Sociedade a presença de

¹³⁸ *A Imigração*, nsº 1 a 4 (Dez. 1883 a Ago. 1884), 5-8; nº 22 (Jul. 1886), 11; nº 37 (Set. 1885), 1; nº 45 (Maio e Jun. 1888), 1; Koseritz, *Imagens*, 218-227; Hall, “Reformadores”, 153, 156-159.

¹³⁹ *A Imigração*, nº 10 (Abril, 1885), 3; nº 17 (Jan., 1886), 1; nº 55 (Mar., 1889), 7; nº 56 (Abril, 1889), 5 e 7.

¹⁴⁰ *A Imigração*, nsº 1 a 4 (Dez. 1883 a Ago. 1884), 1-4.

vários profissionais liberais, funcionários públicos, políticos e intelectuais brasileiros, comerciantes, nacionais e estrangeiros, representantes de firmas estrangeiras com filiais no Brasil, associações e companhias privadas vinculadas ao comércio exterior, navegação e, em maior ou menor medida, à imigração e colonização.¹⁴¹

A SCI ainda contava com o discreto, mas importante, apoio de D. Pedro II, como revelam os diários e correspondências de André Rebouças. Nesses registros, Rebouças relata que, durante reuniões informais com membros da SCI, D. Pedro II demonstrava entusiasmo com as ideias da associação e fazia sugestões pessoais a respeito da possibilidade de se adotar medidas específicas para incentivar a imigração espontânea de europeus e a pequena propriedade com base na criação de um imposto territorial.¹⁴² Na “Falla do Throno”, de 3 de maio de 1886, D. Pedro II manifestou pública e discretamente seu apoio às ideias da SCI ao observar a necessidade de se proporcionar meios para empregar os imigrantes como pequenos proprietários ou como trabalhadores agrícolas. “Para este fim”, assinalou o monarca, “é indispensável a revisão do decreto de 15 de março de 1879 sobre locação de serviços, e da lei de terras de 18 de setembro de 1850”.¹⁴³

Para a SCI, a revisão dessas duas leis era o “primeiro passo, o mais acertado, o mais necessário, mais urgentemente reclamado em favor da imigração”.¹⁴⁴ Em meados de 1884, quando se discutiu, na Câmara, um projeto de alteração da lei de 1879, a SCI criticou duramente a proposta, acusando-a de ser mais opressiva e injusta que a lei original. Para a SCI, os dispositivos do projeto violavam a liberdade do trabalhador e sua aprovação originaria a “servidão branca” no Brasil.

Em petição de 14 de março de 1885, dirigida à Câmara dos Deputados, a SCI requereu a revogação da lei de locação de serviços de 1879. Suas disposições, “iníquas e opressivas”, afirma o requerimento, atentavam contra os direitos individuais, feriam os princípios de equidade vigentes nos códigos das nações civilizadas e só contribuíam para continuar suscitando desconfiança na Europa em relação ao Brasil.¹⁴⁵ Em outros documentos, a SCI acusava a lei de locação de serviços de ser um obstáculo à imigração, sobretudo por promover

¹⁴¹ “Lista dos sócios da SCI” de 20/9/1884 e 15/1/1887, *A Imigração*, n. 6, (Out, 1884), 8; n. 28, (Jan, 1887), 8.

¹⁴² André Rebouças, *Diários e notas autobiográficas* (Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1938), 330; Maria Alice Rezende de Carvalho, *O Quinto Século: André Rebouças e a construção do Brasil* (Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ/UCAM, 1998), Cap. 3; Joselice Jucá, *André Rebouças: reforma e utopia no contexto do Segundo Império* (Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001), Cap. 4 e 5.

¹⁴³ “Falla do Throno” de 3/5/1886, *Fallas*, 836.

¹⁴⁴ *A Imigração*, nº 21 (Jun., 1886), 7.

¹⁴⁵ “Representação ao parlamento”, *A Imigração*, nº 10 (Abril, 1885), 3.

a “escravidão disfarçada”.¹⁴⁶ Enquanto se discutia a reforma da lei de 1879, a imigração italiana aumentou consideravelmente a oferta de mão de obra e a concorrência no mercado de trabalho brasileiro. Nessas condições, a lei de locação de serviços mostrou-se inconveniente e mesmo desnecessária, sendo revogada em 1890.¹⁴⁷

Em meados de 1886, respondendo, em parte, às reclamações da SCI, foi a vez da proposta de reforma da Lei de Terras de 1850 ocupar o centro dos debates parlamentares. Apresentado à Câmara dos Deputados em 22 de julho de 1886, o projeto reformista foi proposto por Antônio da Silva Prado, Ministro da Agricultura. Como grande proprietário e importante representante dos interesses dos cafeicultores paulistas, Antônio Prado tinha enorme interesse na imigração. Com efeito, sua proposta de reforma visava estimular o fluxo imigratório e, nesse sentido, previa a expansão da pequena propriedade e restrições à formação de latifúndios. Para tanto, o projeto autorizava o governo a vender, aforar ou conceder gratuitamente terrenos devolutos com no máximo 25 hectares de área, sendo proibida a venda de mais de 100 hectares ou o aforamento de mais de 200 hectares de terras a um mesmo particular. A proposta ainda fixava o preço, as condições e prazos de pagamento dos lotes que seriam medidos, demarcados e vendidos pelo governo. O texto também estabelecia os critérios e o prazo de um ano para entrada nos pedidos de revalidação de concessões e legitimação das posses de terras; previa a organização de um cadastro geral de terras públicas e possuídas; e reservava ao governo o direito de conceder terras devolutas para formação de colônias agrícolas.¹⁴⁸

Aprovado na Câmara com poucas alterações, o projeto de reforma da Lei de Terras apresentada por Antônio Prado passou ao Senado em 7 de outubro de 1886, onde foi discutido, emendado e submetido à comissão especial, composta por Diogo Velho, José Antônio Saraiva, Escragnolle Taunay e Cândido de Oliveira. A 26 de julho de 1887, a referida comissão apresentou seu parecer ao Senado, com um projeto substitutivo à proposta do governo. Apontando insuficiências e contradições no novo projeto, Antônio Prado defendeu a projetada lei de terras do governo e acusou a comissão de transformá-la em “lei de colonização”, a qual, segundo ele, buscava reativar a velha e ineficiente política de colonização inaugurada por Dom

¹⁴⁶ “Escravidão e contractos de locação de serviços”, “O trabalho e a locação de serviços”, “Locação de Serviços”, *A Imigração*, nº 6 (Out., 1884), 7; nº 12 (Jun. e Ago., 1885), 6-7; nº 21 (Jun., 1886), 7; Maria Lucia Lamounier, *Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879* (Campinas: Papirus, 1988), Cap. 4; Conrad, *Últimos*, 42-52.

¹⁴⁷ ACD, Sessões de 19/9/1882, t. v, 45-46; 26/6/1884, t. II, 209-212; e de 7 a 11 de julho de 1884, t. III, 42-118; AS, Sessão de 27/6/1887, t. II, 209; *A Imigração*, nº 26 (Nov., 1886), 1-2; Brasil, Decreto nº 213 de 22/2/1890, *CLB* de 1890, vol. 1, 294; Lamounier, *Da escravidão ao trabalho livre*, Cap. 4; Conrad, *Últimos*, 42-52.

¹⁴⁸ “Terras devolutas”, ACD de 1886, t. III, 12-15; “A nova lei de terras”, *A Imigração*, nº 35 (Jul., 1887), 2-3; nº 36 (Ago., 1887), 1-2; nº 37 (Set., 1887), 7.

João VI com a fundação de Nova Friburgo, isto é, a colonização baseada em concessões e favores aos imigrantes, como a construção de casas e fornecimento gratuito de sementes, alimentos e ferramentas agrícolas.¹⁴⁹

Para Antônio Prado, se, para estimular a imigração europeia, o governo brasileiro precisava fornecer gratuitamente gêneros de primeira necessidade, sementes e utensílios de trabalho aos imigrantes – como proposto no projeto substitutivo –, então o governo deveria, antes de tudo, subvencionar o pagamento da passagem transatlântica e despesas de transporte dos imigrantes desde o porto de embarque até seu destino, tal como ocorria na província de São Paulo. No seu entender, seguir o exemplo do governo paulista constituía o único meio para o Brasil atrair a corrente imigratória europeia na proporção que se desejava. Porém, advertiu, uma proposta de política de imigração ou colonização não podia se confundir com a reforma da Lei de Terras, cuja finalidade era regularizar as posses e concessões, reorganizar o registro de terras e fomentar o cultivo agrícola do país por meio da pequena propriedade.¹⁵⁰

Adiado o debate, o projeto voltou à discussão só em 29 de maio de 1888, quando, a pedido de Rodrigo Augusto da Silva, velho amigo e sucessor de Antônio Prado na pasta da Agricultura, a proposta retornou à comissão especial para revisão.¹⁵¹ Com a abolição da escravidão, a 13 de maio de 1888, e o expressivo aumento da imigração europeia no final da década de 1880, a discussão da reforma da Lei de Terras arrefeceu e a ideia de democratização da propriedade rural no Brasil sucumbiu à combinação dos interesses de parte do movimento republicano e dos grandes fazendeiros, que dominaram o governo durante a Primeira República.

A própria SCI, não obstante a sua retórica inflamada de outrora, adotou um tom conciliador para defender a adoção de um imposto territorial e proclamar a “democracia rural” baseada na pequena propriedade agrícola. Mas, com o afastamento de seus principais líderes, Beaurepaire Rohan, com quase 80 anos, Alfredo de Escagnolle Taunay, doente, e André Rebouças, exilado, a SCI foi extinta em 1891.¹⁵² À época, a imigração em massa de europeus para o Brasil era uma realidade, mas, ao contrário do que muitos esperavam, pouco contribuiu para reformar a posse concentrada da terra, servindo antes para escorar a velha estrutura fundiária e fortalecer o poder oligárquico dos fazendeiros.

¹⁴⁹ AS, Sessões de 7/10/1886, t. v, 327-329; 30 e 31 maio de 1887, t. I, 203-211, “Discursos” e “Anexos”; 1 a 3 de junho de 1887, t. II, 2-18; 26/7/1887, t. III, 272-311.

¹⁵⁰ AS, Sessão de 26/7/1887, t. III, 289-311.

¹⁵¹ AS, Sessão de 29/5/1888, t. I, 102.

¹⁵² *A Imigração*, nº 57 (Maio, 1889), 3; nº 60 (Ago., 1889), 1-2; nº 64 (Fev., 1890), 1-4; nº 65 (Mar., 1890), 1-2; nº 66 (Abril, 1890), 2-4; Hall, “Reformadores”, 169-170.

1.6 Conclusões

Com as pressões para o fim do tráfico de escravos e a reconhecida necessidade de povoar o território brasileiro, D. João VI e D. Pedro I adotaram uma política de incentivos à imigração europeia baseada em concessões de terras, subsídios e benefícios específicos aos imigrantes europeus. Com a introdução dos colonos, preferencialmente os de origem alemã, o governo brasileiro esperava povoar o país com o que via como gente branca e “laboriosa”, cuja missão era, sobretudo, aperfeiçoar e expandir a atividade agrícola do país; “branquear” e melhorar os hábitos, costumes e valores da população brasileira; substituir o trabalho escravo pelo livre e a grande propriedade pela pequena. Com esses propósitos, entre 1818 e 1830 foram constituídos nove núcleos de colonização europeia no Brasil: Leopoldina e São Jorge dos Ilhéus, na Bahia, Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, Rio Negro, no Paraná, São Leopoldo, Três Forquilhas e Torres, no Rio Grande do Sul, São Pedro de Alcântara, em Santa Catarina, e Santo Amaro, em São Paulo.

Estabelecidos sob os auspícios do governo, esses núcleos coloniais se caracterizaram pela organização baseada na pequena propriedade rural e no trabalho livre. No entanto, com exceção da colônia São Leopoldo, fundada em 1824, os núcleos de colonização europeia estabelecidos durante os reinados de D. João VI e D. Pedro I não conseguiram exercer a força de atração esperada. Com efeito, os resultados da imigração europeia foram exíguos no período, o que fortaleceu a oposição à política de concessões e subsídios à imigração do governo imperial. Com a suspensão, em 1830, de todas as despesas com colonização estrangeira e à falta de orçamento para fins de colonização durante o período regencial (1831-1840), a maioria das colônias criadas entre 1818 e 1829 não resistiu à falta do financiamento público e desapareceu quase por completo.

A situação mudou a partir de meados da década de 1840, ante o agravamento das pressões para o fim do tráfico negreiro, a expansão da produção cafeeira e o temor de uma possível falta de braços para a grande lavoura. Nesse contexto, a discussão em torno da necessidade de medidas efetivas de estímulo à imigração ocupou o centro dos debates parlamentares no Brasil. Apresentado à Câmara dos Deputados em 10 de junho de 1843, o projeto de lei de terras preparado pelo Conselho de Estado propunha a regulamentação da posse da terra, o que incluía instituir a compra como único meio de se adquirir terrenos no país e a criação de impostos sobre a propriedade da rural. Pretendia-se, assim, criar meios para o governo promover a imigração de trabalhadores pobres da Europa e, ao mesmo tempo, evitar que os imigrantes que chegassem ao Brasil, em lugar de trabalharem na grande lavoura por

algum tempo, tomassem posse de terras e, como proprietários, fossem trabalhar por conta própria. Com poucas exceções, os deputados concordaram com a proposta de o governo financiar a importação de trabalhadores europeus para empregá-los na lavoura. Havia, porém, muita resistência às exigências para regularização da propriedade fundiária e cobrança de impostos sobre propriedade, o que dificultou a tramitação do projeto.

No Senado, o imposto territorial aprovado na Câmara em 1843 foi removido. Devolvido à Câmara para sua aprovação, a versão final do projeto de lei de terras continha importantes emendas. Aprovado, foi promulgado como lei de 18 de setembro de 1850. Embora sua aplicação tenha sido limitada, a Lei de Terras de 1850 criou amparo jurídico que permitiu a ampliação de núcleos coloniais de pequenos proprietários no Brasil. Não obstante, a imigração europeia e, conseqüentemente, a oferta de mão de obra imigrante no país continuaram baixas. Paralelamente, os fazendeiros de café intensificaram seus protestos contra a política de colonização do governo brasileiro e exigiram apoio direto do Estado para canalizar a mão de obra de imigrantes diretamente à grande lavoura cafeeira.

Intensificou-se, nesse contexto, o debate entre os defensores da instituição da pequena propriedade como meio mais eficaz de atrair colonos europeus e promover o desenvolvimento econômico do Brasil e os partidários da importação de imigrantes apenas para satisfazer os interesses imediatos da grande lavoura. Notou-se que, apesar da influência da classe dos fazendeiros, o Estado brasileiro, no seu afã de sistematizar a contratação de mão de obra livre e promover a modernização da sociedade brasileira, tentou desvincular a colonização do país dos interesses imediatos da classe dos fazendeiros. Do ponto de vista do governo imperial brasileiro, a solução da falta de braços para a agricultura do país após a abolição do tráfico de escravos, em 1850, viria a mais largo prazo, com a imigração espontânea e ininterrupta de trabalhadores europeus.

No curto prazo, a solução adotada pela grande lavoura brasileira foi o tráfico interprovincial de escravos, a contratação de colonos europeus com o auxílio do governo, mas com custos e responsabilidades recaindo sobre os fazendeiros e, por fim, a importação de *coolies* chineses. Estes últimos seriam canalizados direta e unicamente à grande lavoura, e sem criar conflito com a colonização europeia. Amplamente apoiada pelos fazendeiros, a proposta da imigração chinesa foi encampada pelo governo imperial em 1879. A ideia, no entanto, sucumbiu diante da forte oposição à importação dos *coolies* chineses. As principais críticas à imigração chinesa foram desenvolvidas por Joaquim Nabuco e Alfredo de Eschagnolle Taunay, na Câmara e no Senado.

Na Sociedade Central de Imigração, Taunay articulou suas críticas à imigração chinesa com a proposta imigrantista da Sociedade, que, em favor da imigração europeia para o Brasil, declarou guerra ao latifúndio; reacendeu a ideia de se criar um imposto territorial como meio de promover a democracia rural no país; e reafirmou a ideia da colonização europeia como meio de modernizar a sociedade brasileira. Enfim, ainda que o Estado brasileiro apoiasse essa proposta e tenha adotando uma política imigratória destinada a atrair e estabelecer colonos europeus como pequenos proprietários, os interesses da classe dos fazendeiros do sudeste do país contrariaram o programa governamental. Somente fora da órbita do café, sobretudo nas províncias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a colonização europeia e os núcleos de pequenos proprietários europeus desenvolveram-se em maior medida.

O próximo capítulo apresenta um breve panorama histórico das grandes migrações transoceânicas de europeus, ressaltando as diferenças entre os fluxos imigratórios de meados e final do século XIX. A análise ajuda a compreender as condições externas ao debate político nacional a respeito da imigração e colonização do Brasil, bem como distinguir as características e os objetivos dos grupos de imigrantes que chegaram ao país durante o século XIX.

CAPÍTULO 2

A EMIGRAÇÃO ALEMÃ NO SÉCULO XIX

O objetivo deste capítulo é identificar as principais razões que motivaram não menos que cinco milhões de alemães a emigrarem para as Américas e Oceania durante o século XIX. Não há dúvida que a decisão de se expatriar obedeceu a diferentes razões, as quais variaram de acordo com a região e situação do imigrante. Assim sendo, investiga-se aqui a emigração alemã no contexto das grandes migrações transoceânicas de europeus do século XIX, pois estas como aquela são fenômenos de massa circunscritos ao mesmo momento histórico. A análise está dividida em quatro partes. Na primeira, são examinados dois grandes momentos das migrações europeias. O primeiro momento ocorreu, *grosso modo*, entre 1815 e 1880, com auge em meados do século XIX. Nessa época, os imigrantes germânicos representavam a maior parte do total de europeus que desembarcaram nas Américas. O segundo grande momento das migrações transoceânicas de europeus vai de 1881 a 1914. Nesse período, prevaleceu a imigração de portugueses, espanhóis, eslavos e, sobretudo, italianos. No conjunto, entre 1815 e 1914, os alemães formaram o segundo maior grupo de imigrantes europeus que desembarcaram nas Américas, atrás apenas dos italianos.

Na segunda parte da análise são examinadas a situação da Alemanha e a imigração alemã no século XIX. As estatísticas mostram que o número de pessoas que emigraram dos estados alemães cresceu rapidamente a partir de 1844, alcançando o seu auge em 1854. Somente nesse ano, mais de 240 mil pessoas deixaram a Alemanha, a maioria (aproximadamente 90%) rumo aos Estados Unidos. A partir de 1891, a emigração alemã declinou fortemente; em 1894, os registros apontam o embarque de cerca de 41 mil imigrantes alemães, menos da metade do total de embarques do ano anterior e pouco mais de um terço do número de 1891, quando pouco mais de 120 mil pessoas partiram dos portos da Alemanha em direção a outros países. A terceira parte apresenta o perfil do imigrante germânico que chegou à colônia Dona Francisca, objeto de estudo deste trabalho. Por fim, na quarta parte, apresenta-se a conclusão do capítulo.

2.1 Grandes fluxos migratórios de europeus no século XIX

O período clássico das grandes migrações transoceânicas de europeus se estende do começo do século XIX ao início da Primeira Guerra Mundial. As estatísticas migratórias são incertas, mas estima-se que, nesse período, mais de 50 milhões de pessoas migraram da Europa para o Novo Mundo em busca de melhores condições de vida. Cerca de 20% desse total migrou para as Américas entre 1815 e 1880. Predominou, nesse momento, a imigração de ingleses, irlandeses, alemães, suíços, escandinavos e, a partir de 1870, italianos, que preferencialmente se dirigiram para os Estados Unidos. O Brasil ocupou o segundo lugar na preferência dos europeus que escolheram migrar para a América Latina no período 1815-1880. Eram sobretudo portugueses, italianos e alemães, que, juntos representavam mais da metade do total de estrangeiros que chegaram ao Brasil nessa primeira grande onda de imigração europeia, cujo pico se deu em meados do século XIX.¹

O segundo grande movimento migratório transoceânico de europeus vai de 1881 a 1914. Pesquisadores calculam que mais de 700 mil pessoas em média partiram da Europa anualmente nas décadas de 1880 e 1890, e que, nos primeiros anos do século XX, o fluxo anual de imigrantes europeus para o Novo Mundo chegou a mais de 1 milhão de pessoas.² A emigração italiana foi sem dúvida a maior e mais intensa nessa época. Entre 1881 e 1914, não menos que 7,1 milhões de italianos desembarcaram nos países da América. Estados Unidos, Argentina e Brasil foram os destinos da grande maioria dos italianos que cruzaram o Atlântico rumo ao continente americano. Os portugueses formaram o segundo maior grupo de imigrantes a desembarcar nas Américas no período 1881-1914, seguidos em importância pelos espanhóis e eslavos.³

¹ Imre Ferenczi and Walter F. Willcox, *International migrations* (Nova York: NBER, 1929), Vol. 1: "Statistics"; Timothy J. Hatton and Jeffrey G. Williamson, *The age of mass immigration. Causes and economic impact* (Oxford: Oxford University Press, 1998), 7; John D. Gould, "European inter-continental emigration 1815-1914: patterns and causes", *The Journal of European Economic History* (8(3), 1979), 593-679; Blanca Sánchez-Alonso, "The other Europeans: immigration into Latin America and the international labor market", *Working Papers* (Universidad Carlos III de Madrid, Nov/2007), 1-33; "La época de las grandes migraciones: desde mediados del siglo XIX a 1930", *Mediterráneo Económico* (nº 1, 2002), 19-32; Herbert S. Klein, "Migração internacional na história das Américas", in *Fazer a América*, organização Boris Fausto (São Paulo: EDUSP, 2000), 13-32; Nicolás Sánchez-Albornoz, "A população da América Latina, 1850-1930", in *História da América Latina*, Vol. IV, organização Leslie Bethell (São Paulo: EDUSP, 2002), 187-188.

² Ferenczi and Willcox, *International migrations*, 230; Hatton and Williamson, *Age of mass*, 7-8.

³ Ferenczi and Willcox, *International migrations*, 499-550; Sánchez-Alonso, "Other Europeans", 1-33; Hatton and Williamson, *Age of mass*, 7; Klein, "Migração internacional", 23-31; Gianfausto Rosoli, "Un quadro globale della diaspora italiana nelle Americhe", *Altreitalie* (Turim, nº 8, 1992), 1-15; Eric J. Hobsbawm, *A era do capital* (São Paulo: Paz e Terra, 2016), Cap. 11.

Pesquisadores concordam que entre as razões do fenômeno migratório transoceânico de europeus encontram-se superpopulação, crises agrícolas, dificuldade de acesso à terra, pobreza extrema, fome, desemprego elevado, baixos salários, guerras, conflitos e perseguições políticas e religiosas. Esses fatores foram condicionantes conjunturais que afetaram os locais de origem dos imigrantes e agiram como forças de expulsão em determinados períodos. Ao mesmo tempo, as pessoas impelidas a emigrar foram atraídas pelas condições existentes nos países receptores de imigrantes. Essas condições incluem clima, mercado de trabalho, salários relativamente mais elevados, terra abundante e disponível, fertilidade do solo, estabilidade política e subsídios à imigração. Diferentes estudos mostram que a correlação entre migrações e as variáveis força de repulsão e atração é bastante alta e ajuda a compreender a variação e intensidade dos fluxos migratórios europeus em períodos específicos.⁴ No entanto, não há consenso na literatura sobre o que mais influenciou na decisão de emigrar, forças de expulsão ou atração. Para Timothy Hatton, por exemplo, dificilmente essa decisão foi baseada levando em conta somente as condições internas (forças de expulsão), ou apenas as condições no exterior (forças de atração). Ele sustenta que a principal motivação para a migração transoceânica de europeus era econômica, e, assim sendo, é mais razoável supor que os imigrantes tomavam suas decisões a partir da comparação, mesmo aproximada, das condições dos mercados locais e exterior.⁵

Como a grande migração intercontinental de alemães insere-se no fenômeno migratório transoceânico de europeus, é possível que razões semelhantes ou idênticas às que produziram a migração em massa de outros países tenham provocado o movimento migratório alemão no século XIX. Assim sendo, nas próximas seções analisa-se a emigração alemã no contexto do fenômeno migratório transoceânico de europeus.

⁴ Timothy J. Hatton and Jeffrey G. Williamson, "International migration and world development: a historical perspective", *NBER Historical*, Working Paper nº 41 (Sept., 1992), 1-64; *Age of mass*, 12-23; Richard A. Easterlin, "Influences on European overseas emigration before World War I", *Economic Development and Cultural Change*, nº 9 (1961), 331-351; Gould, "European inter-continental emigration", 593-679; Lowell E. Gallaway and Richard K. Vedder, "Emigration from the United Kingdom to the United States, 1860-1913", *Journal of Economic History*, Vol. 31, nº 4 (Dec., 1971), 885-897; Olav Magnussen and Gunnar Siqveland, "Migration from Norway to the USA, 1866-1914. The use of econometric methods in analyzing historical data", *The Scandinavian Journal of Economics*, Vol. 80, nº 1 (1978), 34-52; Allen C. Kelley, "International migration and economic growth: Australia, 1865-1935", *Journal of Economic History*, Vol. 25, nº 3 (Sep., 1965), 333-354; Simon Kuznets, "The contribution of immigration to the growth of the labor force", *The Reinterpretation of American Economic History*, edited by Robert Fogel and Stanley Engerman (New York: Harper and Row, 1971), 396-401; Sánchez-Albornoz, "A população da América Latina", 175-208; John M. Quigley, "An economic model of Swedish emigration", *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 86, nº 1 (Feb., 1972), 111-126; Douglas H. Graham, "Migração estrangeira e a questão da oferta de mão de obra no crescimento econômico brasileiro, 1880-1930", *Estudos Econômicos* (São Paulo, vol. 3, nº 1, abril/1973), 7-74.

⁵ Timothy J. Hatton, "The age of mass migration: what we can and can't explain", in *Migration and Mobility: The European Context*, edited by Subrata Ghatak and Anne S. Sassoos (New York: Palgrave, 2001), 11-29.

2.1.1 Primeira grande onda de emigração europeia, 1815-1880

Estimativas populacionais mostram que até meados do século XVIII a população da Europa cresceu muito lentamente, com taxa média anual inferior a 0,4%. A partir de então, essa taxa aumentou rapidamente, de modo que a população europeia quase duplicou entre meados dos séculos XVIII e XIX.⁶ Vários estudos demonstram que esse rápido aumento da população europeia, associado às reformas na legislação agrária, consolidação das grandes propriedades agrícolas de produção comercial, fragmentação das propriedades rurais camponesas, sucessivas crises na agricultura, industrialização e salários relativamente altos e crescentes nas cidades em expansão produziram um forte êxodo rural em diferentes países da Europa.⁷ Para Timothy Hatton e Jeffrey Williamson, grande parte do aumento e a variedade de taxas de emigração dos países europeus ao longo do século XIX são resultantes de forças demográficas e econômicas.⁸

Hatton e Williamson mostram que, durante o século XIX, o aumento da fecundidade e o declínio da mortalidade infantil criaram um excesso de jovens adultos no mercado de trabalho de diferentes países europeus. Ao mesmo tempo, a industrialização na Europa associada às melhorias nos meios de comunicação e transporte, queda do custo dos fretes internacionais e as oportunidades criadas com o crescimento das economias do Novo Mundo provocaram um hiato salarial entre o Velho e o Novo Mundo. Segundo os autores, essa divergência nos salários reais explica grande parte do movimento de ascensão e declínio da emigração europeia para os países das Américas e Oceania entre 1850 e 1913.⁹

Mas até meados do século XIX, a falta de informação e os custos elevados de transporte constituíam-se em importantes obstáculos à migração transoceânica de trabalhadores europeus. “O custo do movimento era muito elevado em relação à expectativa de ganhos e à capacidade de financiamento da maioria dos potenciais migrantes”, assinalam Hatton e Williamson.¹⁰ Assim sendo, é provável que a migração transatlântica em massa de europeus, em meados do

⁶ Carlos M. Cipolla, *História económica de la población mundial* (Barcelona: Ed. Crítica, 1978), Cap. 5; Georges Rudé, *Europe in the eighteenth century* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1972), Cap. 1; United Nations, *The world at six billion* (New York: UN, Population Division, ESA/P/WP 154, 1999), Table 2; Jeffrey G. Williamson, *Coping with city growth during the British Industrial Revolution* (Cambridge: Cambridge University Press, 1990), Cap. 1.

⁷ Easterlin, “Influences on European”, 331-351; Gould, “European”, 593-679; Williamson, *Coping*, Cap. 2; Eric J. Hobsbawm, *A era das revoluções* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016), Caps. 8 e 11; Karl Kautsky, *A questão agrária* (Rio de Janeiro: Gráfica Editora Laemmert, 1968), Cap. 8; Geneviève Bianquis, *A vida quotidiana na Alemanha* (Lisboa: Livros do Brasil, s/d), 59-69, 156-157.

⁸ Timothy Hatton and Jeffrey Williamson, “After the Famine: Emigration from Ireland, 1850-1913”, *Journal of Economic History*, Vol. 53, nº 3 (Sept., 1993), 575-600; “International migration” 12-14; *Age of mass*, Cap. 3.

⁹ Hatton and Williamson, *Age of mass*, Cap. 3.

¹⁰ *Ibidem*, 7.

século XIX, seja explicada em grande parte por outros fatores que não a diferença nos salários reais entre o Velho e o Novo Mundo.

Por volta de 1850, a maioria da população europeia ainda era predominantemente agrícola e, portanto, vulnerável aos efeitos das crises no campo. Assim, a combinação de forças demográficas, más colheitas sucessivas e a “doença da batata” na década de 1840 provocaram uma verdadeira catástrofe na Europa. Na Irlanda, cerca de 1 milhão de pessoas morreram de fome entre 1846 e 1851. No mesmo período, a fome, seguida por uma grave epidemia de tifo, arruinou partes dos campos dos estados alemães, enquanto nos cantões suíços de Schaffhausen, Bern e Friburgo a crise na agricultura gerou falta de alimentos, inflação e pobreza extrema. Como resultado, camponeses e trabalhadores rurais sem terras abandonaram o campo e foram procurar trabalho nas cidades.¹¹ “Aqueles que não conseguiam arranjar maneiras de viver”, observou Geneviève Bianquis, “emigraram às dezenas de milhares por ano, quase sempre todos para a América e de preferência para os Estados Unidos”.¹² Pesquisadores calculam que mais de 1,5 milhão de irlandeses abandonarem seu país entre 1845 e 1854, e perto de 1,2 milhão de pessoas emigraram dos estados alemães nesse período.¹³

Timothy Hatton e Jeffrey Williamson observam que, quanto maior a proporção da força de trabalho na agricultura, maior foi a emigração na Irlanda, e que, quanto maior a proporção de pequenas propriedades nos condados irlandeses, menor era a emigração. Segundo os autores, esses resultados sugerem que a falta de oportunidades na agricultura (incluindo oportunidades para obter ou herdar uma pequena propriedade rural) foi uma importante causa de emigração irlandesa no século XIX.¹⁴ Há evidências nos estados da Confederação Alemã (1815-1866) e regiões adjacentes que permitem considerar que razões semelhantes contribuíram para o grande movimento migratório germânico de meados do século XIX. Nessa época, predominavam as seguintes características nas principais regiões de emigração alemã: fragmentação das pequenas

¹¹ Timothy J. Hatton and Jeffrey G. Williamson, “What Drove the Mass Migrations from Europe in the Late Nineteenth Century?” *Population and Development Review*, Vol. 20, nº 3 (Sep., 1994), 533-559; “After the Famine”, 575-600; *Age of mass*, Caps. 3 e 5; Williamson, *Coping*, Cap. 2; Jay P. Dolan, *The Irish Americans* (New York: Bloomsbury, 2008), Cap. 3; Mack Walker, *Germany and the emigration, 1816-1885* (Cambridge: Harvard University Press, 1964), Caps. IV e VI; Hobsbawm, *A era das revoluções*, 260-261, 320-321; Dilney Cunha, *Suíços em Joinville: o duplo desterro* (Joinville: Letradágua, 2003), Cap. 1.

¹² Bianquis, *Vida quotidiana*, 157.

¹³ Ferenczi and Willcox, *International migrations*, 372-498, 728-736; Dolan, *Irish Americans*, Cap. 3; Hatton and Williamson, “After the Famine”, 575-600; *Age of mass*, Cap. 5; Peter Marschalck, *Deutsche Überseewanderung im 19 Jahrhundert: Ein Beitrag zur soziologischen Theorie der Bevölkerung* (Stuttgart: Ernst Klett, 1973) 35-49; Wolfgang Köllmann and Peter Marschalck, “German Emigration to the United States”, *Perspectives in American History* (Harvard University: The Charles Warren Center for Studies in American History, V. III, 1973), 517-521; Hobsbawm, *A era das revoluções*, 261; 321.

¹⁴ Hatton and Williamson, “After the famine”, 592.

e médias propriedades rurais, expansão dos domínios dos grandes proprietários, transformação dos camponeses em trabalhadores rurais assalariados e restrição das suas oportunidades de manter ou adquirir uma pequena propriedade agrícola. “A emigração [germânica] foi maior onde havia muitos agricultores, mas pouca agricultura”, observou Walter Kamphoefner.¹⁵ “Com poucas pequenas propriedades disponíveis”, escreveu Mack Walker, “muitos [alemães] foram empurrados para fora da sociedade do ‘East Elbia’, ou melhor, sua entrada nunca foi permitida; mas na América havia a possibilidade deles obterem sua própria terra”.¹⁶ Walker ainda observa que foi principalmente nas áreas onde predominavam as grandes propriedades, como na Pomerânia, Mecklenburg e Prússia, que a emigração do “East Elbia” tornou-se um movimento permanente nos anos 1850.¹⁷

Nessa época, a produção doméstica de manufaturas sofria a concorrência das fábricas, que, em geral, não conseguiam absorver a maior parte do excedente da população rural alemã. O depoimento de Josef Umann, imigrante alemão de Rochlitz (Boêmia) e estabelecido no núcleo colonial Linha Cecília, no Rio Grande do Sul, ajuda a compreender a situação de parte da população alemã em meados do século XIX. Escreveu ele: “Camponeses abastados havia muito poucos; a maioria mal possuía terra suficiente para plantar alguma batata inglesa e um pouco de cereais ou aveia. Todos os moradores de nossa comunidade, salvo alguns comerciantes e profissionais, eram tecelões manuais e produziam tecidos de algodão simples”. Conforme Umann, esse “trabalho propiciava um ganho muito pequeno, numa época em que a fiação mecânica brotava por toda parte”. Ainda de acordo com o imigrante, “na maior parte do tempo não havia emprego, e quando existia, a preferência recaía nos que não possuíam nenhuma propriedade, para preservá-los de uma morte lenta por inanição”. Segundo ele, a situação piorou no início do ano de 1866, quando estourou a guerra civil austro-prussiana. “Se o inverno já fora bastante triste, com desemprego geral e fome consequente”, escreveu Umann, “o verão não trouxe melhoras. Os pobres praticamente não tinham ocupação, afora coleta de galhos secos do bosque do senhor”.¹⁸

¹⁵ Walter D. Kamphoefner, “At the crossroads of economic development: Background factors affecting emigration from Nineteenth Century Germany”, in *Migration Across Time and Nations*, edited by Ira A. Glazier and Luigi De Rosa (New York: Holmes and Meier, 1986), 182.

¹⁶ A região do “East Elbia” compreendia as províncias da Prússia Oriental e Ocidental, Pomerânia, Posen, Silésia e Brandemburgo, os Estados livres de Mecklenburg e Schleswig-Holstein, Saxônia, Hanover e algumas áreas da Turingia, conforme Walker, *Germany*, 162. O “East Elbia” estava sob a influência dos Junkers, nobres grandes proprietários de terras que controlavam o exército e a política na região.

¹⁷ Walker, *Germany*, 164-165.

¹⁸ Josef Umann, *Memórias de um imigrante Boêmio* (Porto Alegre: EST/Nova Dimensão, 1981), 7-8, 10.

Também Júlio Lorenzoni, imigrante italiano do Vêneto (região que durante grande parte do século XIX foi controlada pelo Império Austríaco, um dos mais importantes membros da Confederação Alemã) e estabelecido no Rio Grande do Sul, conta que em 1877 a maioria dos habitantes do Vêneto “era composta de pobres camponeses, a quem tudo faltava [...]. O salário dos camponeses, naquela época, era [...] insuficiente para manter uma família, por pequena que fosse”, e comumente, relembra Lorenzoni, “no fim do ano, muitos poucos deixavam de ter dívidas a pagar. Assim, a situação dos agricultores tornava-se cada ano pior, e mesmo os que tinham alguma posse previam que em poucos anos tudo perderiam, ficando na miséria”. Lorenzoni ainda lembra que na sua família esperanças de melhor sorte não existiam e “a única solução a que chegaram era pois emigrar o quanto antes, vendendo tudo que possuíam, a fim de poder ter recursos que permitissem pagar a passagem da Itália para o Brasil e outros gastos inevitáveis numa viagem longa”.¹⁹

Em resumo, as evidências indicam que as principais forças que impulsionaram a migração transoceânica de europeus entre 1815 e 1880 foram demográficas e econômicas. A combinação do fenômeno do aumento demográfico na Europa, fragmentação das propriedades camponesas, consolidação das fazendas agrícolas de produção comercial, erosão dos direitos e oportunidades dos camponeses, industrialização, aumento do trabalho assalariado, serviram para produzir um significativo êxodo rural. Crises agrícolas e fome acentuaram esse êxodo, sendo a migração intercontinental a saída encontrada por dezenas de milhares de europeus. Agricultores e artesãos de áreas rurais e de regiões protoindústrias ou industrializadas, principalmente da Grã-Bretanha e estados da Confederação Alemã e Liga Setentrional Alemã, geralmente viajando em grupos familiares com o objetivo de adquirir terras e se estabelecerem no Novo Mundo, caracterizaram os primeiros fluxos de imigrantes europeus. Mas com a difusão da industrialização na Europa, crescimento econômico dos países do Novo Mundo, redução dos custos de transportes e maior integração dos mercados mundiais, as características e objetivos dos imigrantes europeus mudaram substancialmente no final do século XIX. A seguir, analisam-se algumas dessas mudanças.

¹⁹ Júlio Lorenzoni, *Memórias de um imigrante italiano* (Porto Alegre: Sulina, 1975), 14.

2.1.2 Segunda grande onda de emigração europeia, 1881-1914

A segunda grande onda migratória transoceânica de europeus ocorreu entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Entre 1881 e 1914, cerca de 30 milhões de pessoas migraram da Europa para as Américas. Eram sobretudo italianos, portugueses, espanhóis e eslavos que preferencialmente se dirigiam aos Estados Unidos. Argentina e Brasil ocuparam, respectivamente, os segundo e terceiro lugares na preferência dos europeus que escolheram migrar para o continente americano no período 1881-1914.²⁰ Esse fluxo migratório se diferencia substancialmente daquele de meados do século XIX. A primeira diferença está na origem dos imigrantes. Se antes de 1881 os europeus do Norte e Nordeste, principalmente da Grã-Bretanha e estados germânicos, constituíram a maior parte dos grupos de imigrantes que chegaram às Américas; de 1881 a 1914 predominou a imigração dos europeus do Sul (Itália, Portugal e Espanha) e Leste (Áustria, Hungria, Polônia e Rússia).²¹

A segunda diferença entre os grandes fluxos migratórios transoceânicos de europeus de meados e final do século XIX está no perfil dos imigrantes. Depois de 1880, embora um número significativo de famílias tenha deixado a Europa rumo ao Novo Mundo, a maior parte da imigração foi constituída por jovens adultos solteiros do sexo masculino.²² Timothy Hatton e Jeffrey Williamson notam que, imigrando sozinhos e não em grupos familiares, os imigrantes, em geral, “carregavam uma carga de dependência muito baixa com eles”. Ainda segundo os autores, “movendo-se como indivíduos solteiros, os imigrantes foram capazes de minimizar os custos da mudança, incluindo rendimentos perdidos durante a travessia e na procura de emprego. Tais custos foram reduzidos ainda mais pela assistência de amigos e parentes nos países de destino”.²³

O final do século XIX ainda marca outra importante mudança nos fluxos migratórios europeus. Estimativas mostram que depois de 1880, a imigração europeia para o Novo Mundo continha uma quantidade considerável de movimento não permanente (temporário e sazonal) de pessoas atraídas pelos salários relativamente mais altos em comparação à Europa. O exemplo clássico é o dos *golondrinas*, trabalhadores temporários, em grande parte italianos, que

²⁰ Hatton and Williamson, “What drove the mass migrations”, 533; *Age of mass*, 7-9; Sanchez-Alonso, “Other Europeans”, 4-6; Sánchez-Albornoz, “População”, 180-190; Glade, “América Latina”, 58-60; Klein, “Migração internacional”, 25-26;

²¹ Hatton and Williamson, *Age of mass*, 7-9; Klein, “Migração internacional”, 24; Sanchez-Alonso, “Other Europeans”, 5; Sánchez-Albornoz, “População”, 190.

²² Hatton and Williamson, “What drove the mass migrations”, 535; *Age of mass*, 11; Klein, “Migração internacional”, 25.

²³ Hatton and Williamson, “What drove the mass migrations”, 535-536; “International migration”, 8.

migravam para a Argentina atraídos pelos salários pagos na época da colheita de trigo e depois retornavam à Itália.²⁴ Pesquisadores estimam que quase metade dos imigrantes europeus que chegaram aos países da América Latina entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX retornou à Europa.²⁵ Para os Estados Unidos, Hatton e Williamson calculam uma taxa de retorno de 30% do total de imigrantes que entraram no país norte-americano entre os anos 1908 e 1914. Segundo Hatton e Williamson, essa taxa variou muito entre as diferentes nacionalidades, sendo quase 50% entre os italianos e espanhóis e 5% entre os russos.²⁶ “Fazer a América”, lembra Herbert Klein, “era o lema de quase todos os imigrantes que cruzavam o Atlântico. Para eles, a prioridade básica consistia em acumular poupança com as quais esperavam poder desfrutar de uma vida melhor em seus países de origem”.²⁷

As mudanças na origem, perfil e o movimento pendular dos imigrantes europeus no final do século XIX foram analisados e discutidos por diferentes pesquisadores. Alguns estudos ressaltam a expansão e melhoria nos meios de comunicação e transporte, estabilidade do preço das passagens, redução do tempo médio das viagens transatlânticas, diferenças salariais entre o Velho e o Novo Mundo, industrialização e a transição demográfica tardia de alguns países europeus como fatores mais importantes para explicar o expressivo aumento das migrações europeias e a alteração das características predominantes no fluxo migratório transoceânico no período 1881-1914.²⁸ No caso da América Latina, pesquisadores também destacam a expansão do setor primário exportador, urbanização, escassez de mão de obra e políticas nacionais de atração de europeus como fatores que ajudaram os países latino-americanos a ampliarem sua participação na distribuição do fluxo migratório de europeus no final do século XIX.²⁹

Não obstante, estudos recentes reafirmam a importância das forças demográficas e econômicas para impulsionar a imigração europeia no período 1881-1914. Utilizando fontes de salários reais internacionalmente comparáveis, Hatton e Williamson mostram que a emigração

²⁴ Hobsbawm, *A era do capital*, 306-307; *A era dos impérios*, 179-180; Klein, “Migração internacional”, 24; Sánchez-Albornoz, “População”, 189-190; Glade, “América Latina”, 57-61.

²⁵ Hatton and Williamson, “International migration”, 6; Sánchez-Albornoz, “População”, 189-190; Glade, “América Latina”, 57-61; Michael M. Hall, “Italianos em São Paulo (1880-1920)”, *Anais do Museu Paulista* (Tomo XXIX, São Paulo, 1979), 206; Sanchez-Alonso, “Other Europeans”, 4-5; André Luiz Lanza, “Imigrantes no Brasil e na Argentina: políticas de atração, fluxos, atividades e deslocamentos” (Dissertação de Mestrado, PROLAM/USP, 2015), 156-166.

²⁶ Hatton e Williamson, “International migration”, 6.

²⁷ Herbert S. Klein, “Migração internacional”, 24.

²⁸ Simon Kuznets, “Toward a Theory of Economic Growth”, *National Policy for Economic Welfare at Home and Abroad*, edited by Robert Lekachman (New York: Doubleday, 1955), 45-46; Easterlin, “Influences on European”, 338-341; 348-349; Klein, “Migração internacional”, 23-24; Sanchez-Alonso, “Other Europeans”, 3-4; Sánchez-Albornoz, “População”, 180-190; Hobsbawm, *A era do capital*, Caps. 3 e 12; *A era dos impérios*, Cap. 5; Glade, “América Latina”, 21-30, 57-61.

²⁹ Glade, “América Latina”, 21-61; Sánchez-Albornoz, “População”, 180-190.

européia no final do século XIX respondeu sistematicamente às diferenças salariais reais entre o país de origem e o de destino dos imigrantes, e que o movimento migratório transoceânico foi às vezes compensado e às vezes reforçado por influências demográficas diretas e, mais fracamente, pela mudança do nível de industrialização dos países europeus de origem do imigrante.³⁰

Hatton e Williamson ainda observam que cartas de amigos e parentes já estabelecidos no exterior provavelmente encorajaram a emigração de potenciais emigrantes. Além disso, os autores lembram que a passagem de muitos imigrantes foi financiada por parentes e amigos já estabelecidos no Novo Mundo. De acordo com Hatton e Williamson, as evidências sustentam o argumento de que a imigração passada encorajou a decisão e o destino dos futuros imigrantes. Os autores defendem essa hipótese de *path dependence* da imigração observando os efeitos da influência dos amigos e parentes, do estoque de imigrantes estabelecido no exterior e o fato de os imigrantes preferirem imigrar para locais onde pudessem preservar a língua e alguns dos costumes do país de origem. Eles concluem: “a escolha do destino dos potenciais emigrantes era fortemente influenciada pelo fluxo do ano anterior e pelo estoque total de imigrantes estabelecidos no mesmo país”.³¹

Cartas de imigrantes da colônia Dona Francisca e informações sobre essa colônia, constantemente publicadas em periódicos suíços e alemães, confirmam as observações de Hatton e Williamson. Por exemplo, em carta dirigida à família, o colono Rudolph Freudenberg, que emigrou de Oldenburg com sua mulher e cinco filhos em 1851, incentiva seus parentes a emigrem para Dona Francisca, ressaltando as qualidades do clima e solo da colônia, o preço e as condições para aquisição de um lote de terra, a ajuda financeira oferecida pela direção da colônia até a primeira colheita e as oportunidades reservadas na Dona Francisca para alfaiates, sapateiros, ferreiros, padeiros e outros operários e artesãos alemães.³² Mais tarde, o colono suíço Christian Herrmann, em carta dirigida a amigos e parentes, relata os valores pagos por dia de serviço na Dona Francisca e destaca que os colonos recém-chegados facilmente conseguiam emprego na colônia.³³ Em comunicação publicada na Alemanha em 1866, Ottokar Dörffel, redator do *Kolonie Zeitung* (Jornal da Colônia), relata que “mais de uma vez tinha recebido oportunidades e ofertas de conhecidos na América do Norte para dirigir-se para os Estados Unidos, mas o temor de lá ter de sacrificar meu ‘Deutschthum’ [germanidade] ao ‘Yankeethum’

³⁰ Hatton and Williamson, “What drove the mass migrations”, 534-535; *Age of mass*, Cap. 3.

³¹ Hatton and Williamson, “What drove the mass migrations”, 544.

³² “Carta de Rudolph Freudenberg”, in Miltenberg, *Die deutsche Kolonie Dona Francisca*, 30-32.

³³ “Carta de Christian Herrmann”, *Der Colonist*, nº 11, 12/3/1852, 41-44.

deixou-me a apreensivo, e por isso escolheu emigrar para Dona Francisca”, onde, segundo ele, a língua e costumes alemães foram preservados integralmente.³⁴ Provavelmente essas notícias encorajavam a emigração de parentes, amigos e outros potenciais emigrantes germânicos.

Analisando um conjunto de dados de 11 países europeus, inclusive a Alemanha, Hatton e Williamson observam que, nas últimas décadas do Século XIX, os salários reais aumentaram gradualmente e começaram a alcançar os salários reais do Novo Mundo. Para os autores, essa convergência salarial implicou a queda gradual das migrações transoceânicas nesses países. Hatton e Williamson identificam a formação de ciclos de imigração nos países europeus durante o período compreendido entre o final do século XIX e o início da Primeira Guerra Mundial. Segundo eles, nas fases iniciais do ciclo, forças demográficas combinadas com o hiato salarial entre o Velho e o Novo Mundo impulsionaram a imigração de europeus. Depois, mesmo quando os salários reais na Europa começaram a aumentar, fatores como industrialização, transição demográfica e o impacto cumulativo do estoque de imigrantes no exterior superaram o impacto da convergência dos salários reais. Mais tarde, quando as forças demográficas diminuíram e o efeito da industrialização enfraqueceu, as forças da convergência salarial entre o Velho e Novo Mundo fizeram as taxas de emigração caírem acentuadamente, mesmo antes da Primeira Guerra Mundial, concluem Hatton e Williamson.³⁵

Analisando o impacto da migração estrangeira na oferta de mão de obra no Brasil entre 1880 e 1930, Douglas Graham mostra que, a partir de 1888, o fluxo imigratório para o país foi significativamente afetado pelas flutuações econômicas dos Estados Unidos e Argentina, principais concorrentes do Brasil no destino dos imigrantes europeus. Segundo Graham, “qualquer declínio significativo no poder de atração da economia americana poderia ter um grande efeito sobre a oferta potencial de imigrantes europeus para o Brasil, devido ao papel dominante dos Estados Unidos como principal centro de imigração do Novo Mundo”.³⁶

Argentina e Brasil foram os destinos de quase 80% da mão de obra estrangeira que ingressou na América Latina durante o período 1881-1914.³⁷ No Brasil, foram sobretudo as pressões pelo fim da escravidão e o temor da elite cafeeira de faltarem braços para as lavouras do oeste paulista que levaram o governo a instituir uma política sistemática de fomento à

³⁴ “Quarto relatório da Sociedade dos Amigos de Geografia, em Leipzig, 1864”, *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung*, edições nº 13, 29/3/1866, 52-53; e nº 14, 4/4/1866, 56.

³⁵ Hatton and Williamson, *Age of mass*, Cap. 3

³⁶ Graham, “Migração”, 19.

³⁷ Ferenczi and Willcox, *International migrations*, 499-550; Herbert S. Klein, “A Integração dos imigrantes italianos no Brasil, na Argentina e Estados Unidos”, *Novos Estudos* (Nº 25, out./1989), 95-117; “Migração internacional”, 23-25; Sanchez-Alonso, “Other Europeans”, 4; Lanza, “Imigrantes”, Caps. 1 e 2.

imigração. Em São Paulo, os subsídios oferecidos pela administração pública atraíram cerca de 930 mil imigrantes entre 1889-1914, o equivalente a 36,5% do número total de estrangeiros que desembarcaram no Brasil nesse período.³⁸

Os italianos representaram mais de dois quintos dos quase 3 milhões de estrangeiros que entraram no Brasil entre 1881-1914. Nesse período, desembarcaram no país cerca de 1,3 milhão de italianos, dos quais quase dois terços se dirigiram ao estado de São Paulo, a maioria para trabalhar nas fazendas de café. A década de 1890 foi o momento de maior entrada de imigrantes italianos no Brasil (Apêndice A, Tabela A1). Nessa época, Estados Unidos e Argentina, principais destinos dos imigrantes europeus, estavam em recessão. Em contraste, no Brasil, a rápida expansão da economia cafeeira e os incentivos e oportunidades econômicas oferecidas pela urbanização impulsionavam a economia do país. Além disso, a abolição do trabalho escravo funcionou como importante fator de atração de imigrantes.³⁹

Os portugueses, que antes do início das migrações em massa, no final do século XIX, haviam constituído a maior corrente imigratória para o Brasil, perderam o primeiro lugar para os italianos. No entanto, a partir de 1904 os lusos retomaram a primazia, representando 37,5% dos estrangeiros que desembarcaram em solo brasileiro no decênio 1904-1913. Conforme Herbert Klein, o intenso crescimento demográfico durante o século XX, o baixo dinamismo econômico de Portugal e a rigidez da estrutura social impulsionaram a emigração portuguesa durante grande parte dos séculos XIX e XX.⁴⁰

Ainda segundo Klein, o Brasil sempre foi o principal destino dos portugueses. O idioma comum, os vínculos históricos e melhores oportunidades econômicas funcionaram como mecanismos de atração de imigrantes lusos para o país. O autor ainda acrescenta as extensas e duradouras relações econômicas e comerciais desenvolvidas por uma comunidade local de comerciantes portugueses estabelecidos no Brasil como fatores que fizeram do país a principal área de interesse para os imigrantes lusos. “Por esses motivos”, escreveu Klein, “o fluxo migratório português ocorreu independente dos vários subsídios que explicam a emigração de outros europeus para o Brasil”.⁴¹

³⁸ Hall, “Italianos em São Paulo”, 201-215; Klein, “Integração”, 95-117; Graham, “Migração”, 7-64; Maria Tereza S. Petrone, “Imigração”, in *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, Vol. 9, organização Boris Fausto (Rio de Janeiro: Bertrand, 2006), 111; Costa, *Da Senzala à Colônia*, Cap. 4; *Da monarquia à república*, 251-269.

³⁹ Hall, “Italianos em São Paulo”, 201-215; Petrone, “Imigração”, 111; Costa, *Da Senzala à Colônia*; Cap. 4; *Da monarquia à república*, 251-269; Graham, “Migração”, 7-64; Lanza, “Imigrantes”, Cap. 2.

⁴⁰ Hebert S. Klein, “A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil no fim do século XIX e no século XX”, *Revista Brasileira de Estudos de População* (São Paulo, v. 6, n. 2, jul/dez. 1989), 19.

⁴¹ Klein, “Integração”, 19.

Depois dos italianos e portugueses, foram os imigrantes de nacionalidade espanhola que chegaram em maior número no Brasil. De 1881 a 1914, entraram no país mais de 457 mil espanhóis, o que representa 15,5% do total de imigrantes que desembarcaram em solo brasileiro nesse período. Juntas, essas três nacionalidades representam 85,4% dos quase 3 milhões de estrangeiros que ingressaram no país entre 1881-1914.⁴² Diferentemente do período anterior, a maior parte desses imigrantes não veio para se estabelecer em colônias agrícolas; os italianos, em sua absoluta maioria, foram encaminhados para as lavouras de café, mas muitos deles, assim que puderam, trocaram a fazenda pelos centros urbanos, onde desempenharam importante papel na indústria e no comércio; os espanhóis e portugueses já emigravam com o objetivo de se fixarem nas cidades, principalmente no Rio de Janeiro, dedicando-se preferencialmente ao comércio e serviços. Em 1890, quase metade dos 351.545 estrangeiros estabelecidos no Brasil estava nas capitais brasileiras. Distrito Federal (Rio de Janeiro) e a cidade de São Paulo concentravam, naquele ano, cerca de dois quintos da população estrangeira radicada no país.⁴³

Entre 1890 e 1900, a população brasileira aumentou 20,8%, subindo de 14.333.915 para 17.318.556 habitantes.⁴⁴ Esse aumento está diretamente associado à massiva entrada de imigrantes: nesse período, entraram no país mais de 1,2 milhão de estrangeiros.⁴⁵ Porém, nem todos que chegaram se fixaram de forma permanente. Em São Paulo, conforme dados apresentados por Nicolás Sánchez-Albornoz, a taxa de permanência entre 1891-1900 foi de 72,9%; no decênio seguinte, de 10,3% e, entre 1911-1915, de 49%.⁴⁶ Esses resultados parecem estar associados à variação da conjuntura econômica, isto é, a expansão e retração da economia cafeeira.

A Argentina, principal destino dos europeus que migraram para a América Latina entre 1881-1914, recebeu mais de 4,2 milhões de imigrantes no período. Prevaleceu, nesse momento, a imigração de italianos, seguida pelos espanhóis, alemães e franceses. Todavia, a exemplo do que aconteceu no Brasil, a chegada não significou necessariamente a permanência dos imigrantes em solo argentino. Na Argentina, sobretudo, a conjuntura econômica exerceu grande influência sobre o movimento migratório. Durante as fases de expansão econômica, registra-se uma maior entrada de estrangeiros no país; inversamente, nos momentos de crises cíclicas e

⁴² Apêndice A, Tabela A1.

⁴³ Klein, “Integração”, 21; Sánchez-Albornoz, “População”, 192; Lanza, “Imigrantes”, Cap. 2; Boris Fausto, “Brasil: estrutura social e política da primeira república, 1889-1930”, in *História da América Latina*, Vol. 5, organização Leslie Bethell (São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008), 761-769.

⁴⁴ Brasil, Directoria Geral de Estatística, *Recenseamento do Brasil, Realizado em 1/9/1920*. População. Vol. IV, 1ª parte (Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1926), 8.

⁴⁵ Apêndice A, Tabela A1.

⁴⁶ Sánchez-Albornoz, “População”, 185.

recessões prolongadas, o fluxo migratório de europeus para a Argentina diminuiu ou foi completamente interrompido. Os dados disponíveis ainda mostram um movimento constante de reemigração da Argentina para a Europa ou para outros países das Américas.⁴⁷ Segundo Sánchez-Albornoz, 74% dos imigrantes italianos que chegaram à Argentina durante a década de 1880 fixaram suas raízes. Nessa época, o país vivia uma fase de grande prosperidade e expansão econômica. Na década seguinte, com a crise econômica, a proporção de imigrantes italianos que se fixaram na Argentina caiu para 47%. Para os mesmos períodos, as taxas de assentamento permanente de espanhóis no país argentino foram 85% e 56% respectivamente.⁴⁸

Resumindo, o primeiro grande movimento migratório transoceânico de europeus, delimitado entre 1815 e 1880 e que atingiu seu auge em meados do século XIX, diverge substancialmente da imigração em massa do período 1881-1914. A primeira diferença diz respeito à motivação dos imigrantes. De 1815 a 1880, foram, sobretudo, as forças demográficas e econômicas europeias (industrialização, crises agrícolas, aumento do trabalho assalariado, desemprego, fragmentação da propriedade rural camponesa e consolidação das fazendas de produção agrícola comercial) e a fome que impulsionaram o movimento migratório europeu para o Novo Mundo. Conforme os estudos recentes de Timothy Hatton e Jeffrey Williamson, no período 1881-1914, foi o hiato salarial entre os países de origem e destino dos imigrantes o principal fator de influência do movimento migratório transatlântico de europeus. Forças demográficas, industrialização tardia de alguns países europeus e um estoque crescente de imigrantes já estabelecidos no exterior contribuíram para impulsionar esse movimento.⁴⁹

A segunda diferença entre os dois grandes momentos das migrações transoceânicas de europeus refere-se à mudança na origem dos imigrantes europeus. Entre 1815 e 1880, ingleses, irlandeses, alemães e escandinavos predominaram na composição dos grupos de imigrantes europeus, que preferencialmente se dirigiram para os Estados Unidos. No final do século XIX, foram os europeus do Leste e do Sul, sobretudo italianos, portugueses, espanhóis e eslavos que predominaram no fluxo migratório transoceânico de europeus. Os Estados Unidos continuaram como principal destino dos imigrantes; países da América Latina, principalmente Argentina e Brasil, porém, tornaram-se grandes receptores de imigrantes europeus.

A terceira diferença está associada aos objetivos dos imigrantes. Durante grande parte do período 1815-1880, a maioria dos europeus que emigraram para os países do Novo Mundo

⁴⁷ Sánchez-Albornoz, “População”, 186-190; Klein, “Integração”, 102; Sanchez-Alonso, “Other Europeans”, 4; Lanza, “Imigrantes”, 93-106, 156-166.

⁴⁸ Sánchez-Albornoz, “População”, 190-191.

⁴⁹ Hatton and Williamson, *Age of mass*, Cap. 3.

partiu da Europa com o objetivo de adquirir terras e se estabelecer permanentemente nos países de destino. A partir das últimas décadas do século XIX, houve um movimento considerável de migrações não permanentes e reimplantações. Esse movimento foi impulsionado pela diferença salarial entre os países de origem e destino dos imigrantes. Quando os salários reais na Europa começaram a aumentar e alcançar os salários reais do Novo Mundo, a convergência salarial serviu para manter emigrantes potenciais em casa. Como prevê a teoria econômica, quanto maior o salário real local, menor a taxa de migração. Quando as forças de transição demográfica diminuíram e o impacto da industrialização diminuiu, a convergência salarial entre o Velho e Novo Mundo fizeram as taxas de emigração caírem fortemente em diferentes países europeus, mesmo antes da Primeira Guerra Mundial, como argumentaram Hatton e Williamson.⁵⁰

O movimento migratório transoceânico de alemães no século XIX parece seguir esse movimento geral das migrações europeias. A próxima seção analisa as condições e razões que conduziram a emigração alemã.

2.2 A situação da Alemanha e a emigração no século XIX

Com a derrota de Napoleão e a assinatura do Tratado de Viena em 1815, a Alemanha foi reorganizada política e administrativamente. A aliança entre as cidades livres alemãs (Frankfurt, Bremen, Hamburgo e Lübeck) e vários estados monárquicos soberanos, sendo a Prússia e a Áustria os mais importantes, deu origem à Confederação Alemã (1815-1866). Esta não possuía um governo central, mas um conselho legislativo – o *Bundestag* – estabelecido em Frankfurt e que possuía poderes para deliberar sobre questões comuns a todos os confederados. Os membros do *Bundestag* não eram eleitos pelo voto popular e suas resoluções dependiam da anuência dos soberanos dos reinos, principados e ducados que integravam a Confederação.⁵¹ A Figura 2.1 a seguir mostra a configuração da Alemanha no período 1815-1866.

⁵⁰ Hatton and Williamson, *Age of mass*, Cap. 3.

⁵¹ “*Deutsche Bundesakte*, 1815”, in documentArchiv.de; Thomas Nipperdey, *Deutsche Geschichte 1866-1918: Machtstaat vor der Demokratie* (Bd. 2. München: C. H. Beck, 1985), Caps. 1 e 3; Reinhard Rürup, *Deutschland im 19. Jahrhundert, 1815-1871* (Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1992), 125-134; Giralda Seyferth, *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim* (2ª edição. Porto Alegre: Editora Movimento, 1999), 18-19; Fouquet, *Imigrante*, 65-66; Bianquis, *Vida quotidiana*, 18-24.

Figura 2.1 – Confederação dos Estados Alemães, 1815-1866

Nota: A Confederação Alemã incluía a Áustria, os reinos da Prússia, Baviera, Hannover, Württemberg e Saxônia, os Grão-Ducados de Baden, Saxe-Weimar, Hesse-Darmstadt, Mecklemburgo-Schwerin, Mecklemburgo-Strelitz, Oldenburg; o eleitorado de Hesse-Kassel; os Ducados de Nassau, Brunswick, Hildburghausen, Anhalt-Dessau, Saxe-Coburg-Gotha, Bernburg, Meiningen, Köthen e Holstein; as quatro cidades livres de Frankfurt, Hamburgo, Bremen e Lübeck; parte dos Países-Baixos e vários pequenos principados independentes.

Fonte: “Karte des Deutschen Bundes 1815–1866, by ziegelbrenner (Creative Commons), Source of Information: Putzger – Historischer Weltatlas, 89. Auflage, 1965.

Merece destaque o fato de a Confederação Alemã não constituir uma federação plena, mas a reunião de estados autônomos, cuja unidade estava baseada, essencialmente, na utilização da língua alemã. As diferenças regionais eram substanciais e os estados estavam organizados de acordo com suas tradições, leis e costumes. Deste modo, o *Bundestag* não foi uma instância única e soberana capaz de superar a heterogeneidade das condições políticas e socioculturais historicamente estabelecidas nos diferentes estados alemães. Prevaleceram, assim, algumas relações sociais feudais, que persistiram mesmo depois da emancipação dos servos na Alemanha.⁵²

⁵² Max Weber, “Capitalismo e sociedade rural na Alemanha”, *Textos Seleccionados* (São Paulo: Nova Cultural; Círculo do Livro, 1997), 130-134, 138-139; Rürup, *Deutschland*, 125-134; Walker, *Germany*, 1-2; Bianquis, *Vida quotidiana*, 18-24; Seyferth, *Colonização*, 18-20; Cunha, *História do trabalho*, 33.

Na Pomerânia, por exemplo, os servos não tinham direito à posse da terra, mesmo assim não podiam deixá-la e eventualmente eram vendidos com a propriedade onde estavam estabelecidos. O excedente da produção era reservado ao senhor, para quem o camponês trabalhava de três a seis dias na semana e devia total obediência, não podendo exercer um ofício ou mesmo se casar sem expressa autorização. Os camponeses ainda estavam sujeitos ao *Bauernlegen* (expropriação), isto é, direito que os *Junkers* (nobres grandes proprietários de terras que controlavam o exército e a política na Prússia) tinham de retomar as terras que os camponeses cultivavam, ou mesmo destituir uma aldeia inteira para ampliar seu bosque ou expandir sua área de caça, sem que por isso pagassem qualquer indenização aos camponeses. Mesmo depois da emancipação dos servos na Prússia, em 1798, a sujeição e a prática do *Bauernlegen* prosseguiram durante algum tempo.⁵³

É importante frisar a influência dos costumes nas sociedades alemãs, especialmente no que diz respeito à transmissão da propriedade. Em determinados estados alemães prevalecia o *Realerbteilung*, sistema de partilha no qual os bens eram igualmente divididos entre os herdeiros. Nas regiões onde se empregava esse sistema, a principal consequência do excedente da população rural foi a fragmentação da propriedade camponesa, que, em geral, se tornou insuficiente para prover o sustento à família. Além disso, como os camponeses geralmente possuíam poucos recursos financeiros para pagar tributos e cobrir as despesas necessárias, habitualmente hipotecavam suas propriedades. Assim, com a morte do progenitor, os filhos herdavam uma pequena posse comumente endividada e com dimensões que dificultavam prover o sustento à família. Nessas condições, muitos camponeses deixavam suas propriedades para procurar trabalho assalariado no campo e nas cidades próximas ou cruzavam o Atlântico em direção aos Estados Unidos, que, no início do século XIX, apareceram como uma oportunidade aos europeus que desejavam fugir da proletarização e, ao mesmo tempo, se estabelecerem como proprietários de terras.⁵⁴

Em outros estados alemães subsistia o fideicomisso, forma de sucessão na qual apenas o filho mais velho herdava a terra após a morte do genitor. Esse sistema de partilha preservava a grande propriedade agrícola e a sua capacidade de gerar excedente econômico. Ao mesmo tempo, fortalecia a tendência à concentração fundiária e à proletarização no campo, uma vez

⁵³ Friedrich Engels, *Revolução e contrarrevolução na Alemanha* [1852] (Lisboa: Edições Avante), 7-45; Rürup, *Deutschland*, 49-51; 84-105; Weber, “Capitalismo”, 130-134, 138-139; Seyferth, *Colonização*, 20-24; Bianquis, *Vida quotidiana*, 59-60.

⁵⁴ Walker, *Germany*, 3; Weber, “Capitalismo”, 138-139; Kautsky, *Questão agrária*, 215-225; Bianquis, *Vida quotidiana*, 157; Seyferth, *Colonização*, 23.

que, ao garantir a indivisibilidade da propriedade da terra, favorecia o investimento na produção e a expansão do latifúndio com a fusão ou arrendamento das áreas adjacentes. Quanto maior fosse o lucro do fazendeiro e a renda dos donos da terra, maior a tendência à concentração fundiária, a expansão da área cultivada com produtos destinados ao mercado e menor a parcela aplicada à produção de subsistência.⁵⁵

Diversos estudos sugerem que a interação entre o crescimento acelerado da população, sistema de herança, diminuição das oportunidades de acesso à terra e as possibilidades limitadas dos camponeses conseguirem um emprego rural, influenciaram a emigração.⁵⁶ Assim sendo, segundo Timothy Hatton e Jeffrey Williamson, espera-se que, em geral, comunidades com famílias numerosas apresentem taxas elevadas de emigração, pois “a perspectiva de emigração era certamente preferível aos baixos salários e ao subemprego do trabalhador rural”.⁵⁷

Entre 1800 e 1816, vários estados da Confederação Alemã haviam abolido a servidão e instituído reformas na legislação agrária, as quais, no entanto, não estavam completamente concluídas em 1848. Em troca da liberação das obrigações feudais, os camponeses foram obrigados a entregar ao antigo senhor de um quarto a metade das suas terras, ou pagar-lhe uma quantia equivalente em dinheiro.⁵⁸ Como geralmente não possuíam recursos financeiros para pagar seus antigos senhores, muitos camponeses acabaram entregando parte de suas terras. “As propriedades dos camponeses assim amputadas”, observou Geneviève Bianquis, “tornavam-se tão exíguas que já não bastavam para o sustento de uma família”.⁵⁹ Nessas condições, os camponeses geralmente vendiam a parcela de terras que lhes restava a grandes proprietários dispostos a ampliar seus domínios, e saíram para procurar emprego remunerado no campo e nas cidades próximas, passando, assim, à classe de trabalhadores assalariados sem terras.⁶⁰

A situação de um número considerável de camponeses e artesãos rurais germânicos se agravou com o fim das Guerras Napoleônicas, em 1815. Por um lado, a desmobilização das tropas provocou a redução significativa dos salários em determinados estados germânicos; por outro, o fim do Bloqueio Continental implicou uma enxurrada de mercadorias inglesas no

⁵⁵ Kautsky, *Questão agrária*, 215-225; Seyferth, *Colonização*, 23.

⁵⁶ Briant Lindsay Lowell, *Scandinavian exodus: Demography and social development of 19th Century rural communities* (Boulder, Colorado: Westview Press, 1987), 212-216; David Fitzpatrick, “Irish Emigration in the Later Nineteenth Century”, *Irish Historical Studies*, V. 22, Issue 86 (Sept. 1980), 138; Kamphoefner, “At the crossroads of economic development”, 182; Walker, *Germany*, 164-165; Hatton and Williamson, *The age of mass immigration*, 16; “After the Famine”, 589-590; Seyferth, *Colonização*, 23.

⁵⁷ Hatton and Williamson, “After the Famine”, 590.

⁵⁸ Hobsbawm, *A era das revoluções*, 245; Kautsky, *Questão agrária*, 46; Seyferth, *Colonização*, 22; Bianquis, *Vida quotidiana*, 63 e 66.

⁵⁹ Bianquis, *Vida quotidiana*, 63.

⁶⁰ Weber, “Capitalismo”, 138-139; Kautsky, Cap. IV; Bianquis, *Vida quotidiana*, 63, 66, 157.

continente. Os artigos ingleses, especialmente os têxteis, em geral mais baratos e com melhor qualidade, desorganizaram a produção doméstica alemã e tecelões e artesãos rurais ficaram ociosos. As péssimas colheitas de 1816-1817 acentuaram a crise, principalmente no sudeste da Confederação Alemã. A partir de então, a emigração alemã para a América do Norte deixou de ser uma iniciativa individual e transformou-se em movimento coletivo, com fluxo contínuo de grandes proporções. Os registros do Ducado de Württemberg informam que, em 1815, apenas três pessoas haviam deixado a região rumo aos Estados Unidos; em 1816, esse número subiu para 443; e em 1817, até julho, cerca de 6 mil pessoas emigraram de Württemberg para o país norte-americano. À época, as autoridades do Grão-ducado de Baden fizeram o possível para encorajar a emigração e até o início de 1817 foram emitidos cerca de 18 mil autorizações de emigração, na época o equivalente a 2% da população de Baden. Fontes contemporâneas informam que, em 1817, as principais estradas às margens do Reno encontravam-se cheias de pobres infelizes ansiosos para migrarem para os Estados Unidos. Entre 1816 e 1817, mais de 20 mil pessoas de origem germânica desembarcaram no país norte-americano.⁶¹ Mack Walker observa que essa emigração foi predominantemente de famílias e não de indivíduos viajando sozinhos. Ainda conforme Walker, a maioria dos imigrantes tinha ocupação não agrícola, eram artesãos rurais, comerciantes e artífices de aldeias. Eram, em geral, pessoas pobres, mas que possuíam algum dinheiro para emigrar; na época, segundo Mack Walker, os mais pobres não tinham como pagar o preço da passagem transatlântica.⁶²

As boas colheitas dos anos seguintes agiram como um freio à emigração alemã. Porém, o excedente populacional do campo e a criação, em 1820, de um imposto de classe com valor fixo mensal equivalente a mais ou menos o rendimento de dois a três dias de trabalho do camponês, criaram mais dificuldades à vida econômica das comunidades puramente agrícolas. “Nas partes do sul de Baden”, escreveu Philippovich, “por um longo tempo, uma proporção da população, correspondente ao excesso de nascimentos, teve que sair do país ou procurar emprego em indústrias próximas. Não havia meios de subsistir”.⁶³ Em seguida, a emigração voltou a crescer aceleradamente. Em 1829, menos de 600 imigrantes haviam embarcado nos portos alemães com destino ao Novo Mundo; em 1830 esse número subiu para quase 2 mil; no ano seguinte saltou para cerca de 2,4 mil e em 1832 chegou a mais de 10,3 mil pessoas. Os

⁶¹ Walker, *Germany*, 3-4, 7-8; Ernst Ludwig Brauns, *Amerika und die moderne völkerwanderung* (Potsdam: H. Vogler, 1833), 317; Eugen von Philippovich, *Auswanderung und Auswanderungspolitik in Deutschland* (Leipzig: Duncker & Humblot, 1892), 113 e 117; *Mainzer Zeitung* de 3/5/1817, nº 53; Ferenczi and Willcox, *International migrations*, 114-122.

⁶² Walker, *Germany*, 8-9.

⁶³ Philippovich, *Auswanderung*, 130.

registros de imigração dos Estados Unidos confirmam a chegada de quase 125 mil imigrantes alemães na década de 1830.⁶⁴

Em meados da década de 1840 a situação na Alemanha se agravou. Por essa época, a população rural dos estados alemães vivia basicamente de batatas. Assim, quando a “doença da batata” arruinou as plantações, os resultados foram grave escassez de alimentos, inflação, fome e miséria extremas. Essa situação combinada com a modernização da produção agrícola voltada para o mercado transformou um grande número de camponeses e pequenos proprietários em trabalhadores rurais assalariados.⁶⁵

Nesse contexto, a emigração foi a válvula de escape para milhares de pessoas que, em meados do século XIX, não encontraram meios de subsistir nos estados alemães, fosse no campo ou nas cidades. Mas para onde ir? Como emigrar? O que levar? Essas eram dúvidas recorrentes entre aqueles que desejavam buscar no Novo Mundo as condições e oportunidades que não encontravam na terra natal. O interesse maciço da população germânica pela emigração estimulou a publicação de vários livros, revistas e guias destinados aos imigrantes de língua alemã.⁶⁶ Entre 1841 e 1860, foram lançadas mais de 80 publicações específicas. Eram, no entanto, os jornais que causavam maior repercussão no público geral; por isso, de 1846 a 1852, foram criados diversos periódicos exclusivamente dedicados aos assuntos de imigração, dentre os quais acham-se *Der Kolonist*, *Mittheilungen Betreffend die Kolonie Dona Francisca*, *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung*, *Deutsche Auswanderer-Zeitung*.⁶⁷

Por outro lado, para muitos governos alemães, a migração intercontinental foi a solução para se livrar da massa de trabalhadores pobres desempregados e de camponeses miseráveis e insatisfeitos, os quais representavam uma ameaça latente à ordem social em uma época marcada por movimentos revolucionários. É o que indica o editorial do *Illustrierte Zeitung*: “é certo que,

⁶⁴ Ferenczi and Willcox, *International migrations*, 686-696.

⁶⁵ Walker, *Germany*, 71-73; Rürup, *Deutschland*, 55-56; 207-209; August Sartorius von Waltershausen, *Deutsche Wirtschaftsgeschichte 1815-1914* (Jena, Verlag von Gustav Fischer, 1923), 132; Bianquis, *Vida quotidiana*, 63; Hobsbawm, *A era das revoluções*, 238; 321.

⁶⁶ Entre os livros publicados na época encontram-se: F. Schmidt, *Grundzüge einer geregelten Auswanderung der Deutschen; mit besonderer Rücksicht auf Süd-Brasilien* (Hamburg: Perthes, 1842); Dr. Blumenau, *Südbrasilien in seinen Beziehungen zu deutscher Auswanderung und Kolonisation* (Rudolfstadt: Froebel, 1850); *Leitende Anweisungen für Auswanderer nach der Provinz Santa Catharina in Südbrasilien* (Rudolfstadt: Froebel, 1851); *Deutsche Kolonie Blumenau in der Provinz Santa Catharina in Südbrasilien* (Rudolfstadt: Froebel, 1856); R. J. Miltenberg, *Die Deutsche Kolonie Dona Francisca in der südbrasilischen Provinz Santa Catharina* (Berlin: Fr. Schneider & Comp., 1852); Theodor Rodowicz-Oswiecimsky, *Die Colonie Dona Francisca in Südbrasilien* (Hamburg: J.S. Mefyler und Melle, 1853); Robert Avé-Lallemant, *Reise durch Süd-Brasilien im Jahre 1858* (Leipzig: F. A. Brockhaus, 1859); Heinrich Handelsmann, *Geschichte von Brasilien* (Berlin: J. Springer, 1860).

⁶⁷ Klaus Richter, “A fundadora de Joinville: sociedade colonizadora de 1849 em Hamburgo”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. 3º fase, nº. 4. 1982/1983, 76; Fouquet, *Imigrante*, 74-77.

graças à emigração, a redução da força de trabalho pode multiplicar e facilitar o ganho daqueles que ficam, e essa convicção também fez com que, de modo geral, se avistasse a emigração como um meio oportuno contra a pobreza”. Assim sendo, segundo o periódico, quem deveria emigrar eram as pessoas pertencentes à classe mais baixa da população, desempregados e indivíduos sem recursos, pessoas “que pesam em grande número sobre a pátria, por isso, o afastamento destes é importante para benefício deles próprios e da pátria”. Em seguida, o editorial adverte que “se a terra natal deseja livrar-se de uma parte da classe mais pobre, a fim de reduzir os riscos sociais provocados pelo crescimento excessivo do proletariado”, ela também precisa orientar a emigração, uma vez que “só se pode esperar um resultado favorável da emigração, se emigrarem somente aqueles que não dispõem de recursos [...]”.⁶⁸

Na ausência de instituições governamentais para dirigir a emigração organizada, surgiram nos estados alemães várias associações civis e comerciais de apoio e fomento à emigração alemã. Entre 1840 e 1850 foram fundadas cerca de 30 sociedades de emigração e colonização. Uma das principais associações criadas nessa época foi a *Colonisations-Verein von 1849 in Hamburg* (Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo), a maior e mais importante sociedade de colonização a empreender no Brasil no século XIX. Entre 1850 e 1888, essa empresa organizou 174 expedições e encaminhou 17.408 imigrantes de Hamburgo para a colônia Dona Francisca, o equivalente a aproximadamente 20% do total de colonos germânicos que chegaram ao Brasil nesse período.⁶⁹

A Figura 2.2 a seguir mostra a emigração germânica intercontinental entre 1820 e 1914. Nota-se que o primeiro grande salto da emigração alemã ocorreu em meados da década de 1840. De 1840 a 1843 não houve variações significativas no movimento migratório transoceânico de alemães, que durante esses quatro anos ficou um pouco abaixo da média anual do quadriênio anterior. Entre 1844 e 1847, como resultado imediato da crise agrícola de 1846-1847, houve um aumento expressivo na emigração germânica intercontinental, que subiu de 16.867 pessoas em 1843 para 45.655 em 1844; no ano seguinte esse número saltou para 73.259, alcançando 93.752 em 1846 e 108.457 emigrantes em 1847. No total, foram mais de 321 mil alemães que deixaram a Europa no período 1844-1847.

⁶⁸ *Illustrierte Zeitung*, Leipzig, N° 409, de 3/5/1851, 281-282. AHJ.

⁶⁹ “Trigésimo oitavo relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, março 1891”. Trad. Helena R. Richlin. AHJ; Richter, “Fundadora de Joinville”, 77, 104; Fouquet, *Imigrante*, 74.

Figura 2.2 - Emigração germânica intercontinental, 1820-1914

Fonte: Ferenczi and Willcox, *International migrations*, 686-696.

Em 1848, o volume da emigração germânica intercontinental declinou e até 1850 manteve-se abaixo do registrado nos anos 1846 e 1847. De acordo com Mack Walker, durante o triênio 1848-1850 a queda na emigração germânica transoceânica deveu-se basicamente a três fatores: 1) as péssimas colheitas e a grande emigração de 1846 e 1847 pressionaram o preço da terra para baixo, permitindo a alguns trabalhadores adquirirem uma pequena propriedade rural; 2) nas áreas onde havia escassez de mão de obra houve um acréscimo nos salários devido à emigração em massa, o que incentivou a permanência de potenciais emigrantes; 3) a revolução de 1848 trouxe esperança de mudanças a alguns cidadãos.⁷⁰

No entanto, a expectativa de dias melhores durou pouco tempo e, a partir de 1851, a emigração germânica voltou a subir. A Tabela 2.1 a seguir mostra que a década de 1850 assistiu à primeira grande onda emigratória alemã, cujo pico se deu em 1854, quando mais de 240 mil pessoas deixaram os estados alemães (Figura 2.2). Pressão do excedente da população sobre a terra, fome e efeitos da industrialização foram as principais razões da emigração de mais de 1,2 milhão de alemães na década de 1850. Segundo Walker, a maior parte desse contingente migratório teve origem nas áreas do sul e oeste da Confederação Alemã e pertencia aos estratos mais baixos da classe média.⁷¹

⁷⁰ Walker, *Germany*, 154-156.

⁷¹ *Ibidem*, 157.

Tabela 2.1 – Emigração alemã transatlântica, 1820-1919

<i>Décadas</i>	<i>Imigrantes Germânicos</i>	<i>Décadas</i>	<i>Imigrantes Germânicos</i>
1820-1829	7.827	1870-1879	606.625
1830-1839	121.407	1880-1889	1.284.022
1840-1849	557.878	1890-1899	590.836
1850-1859	1.212.097	1900-1909	267.183
1860-1869	1.214.567	1910-1919	106.670

Fonte: Ferenczi and Willcox, *International migrations*, 686-696.

Ainda segundo Walker, em razão da migração em massa, as populações de Württemberg e Baden foram reduzidas em cerca de 4% no período 1850-1855; em um espaço de tempo menor, entre 1852 e 1855, o número de habitantes do Palatinado também caiu quase 4%, enquanto a população do Eleitorado de Hesse declinou 2,5% no quadriênio 1852-1855.⁷²

Nos anos 1856 e 1857, a emigração germânica intercontinental permaneceu elevada, com média anual de 130 mil embarques. No entanto, em 1858 o número de pessoas que partiram dos portos alemães caiu pela metade em comparação ao ano anterior, quando pouco mais de 148 mil pessoas deixaram os estados alemães.⁷³ Esse declínio persistiu nos anos seguintes e estava parcialmente associado ao rápido crescimento industrial da Alemanha. A partir do final da década de 1850, a indústria alemã absorveu importante parcela da mão de obra urbana; artesãos e artífices se adaptaram à realidade industrial, formando cooperativas de onde saíam operários especializados e pequenos empresários.

A Tabela 2.2 a seguir mostra a emigração germânica via portos de Hamburgo e Bremen. Desses dois portos partiram quase 80% dos imigrantes germânicos que cruzaram o Atlântico no século XIX. De 1851 a 1855, mais de 400 mil pessoas embarcaram nos portos de Hamburgo e Bremen, sendo 322.400 (80%) com destino aos Estados Unidos; 16.400 (4,1%) rumo ao Canadá; 11.700 (2,9%) em direção à Austrália; e 8.100 (2%) encaminhados ao Brasil. Cerca de um quinto desse último montante tinha como destino a colônia Dona Francisca.⁷⁴

⁷² Walker, *Germany*, 157.

⁷³ Ferenczi and Willcox, *International migrations*, 686-696.

⁷⁴ Mönckmeier, *Deutsche*, 192; Relatórios da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, vários anos. Traduções de Helena Remina Richlin. AHJ.

Tabela 2.2 – Emigração alemã via portos de Bremen e Hamburgo para os principais países de destino, 1847-1914

Períodos	Total	Número de Imigrantes									
		EUA	%	Canadá	%	Brasil	%	Argentina	%	Austrália	%
1847-1850	145.300	129.400	89,1	9.600	6,6	1.100	0,8	-	-	4.800	3,3
1851-1855	403.100	322.400	80,0	16.400	4,1	8.100	2,0	-	-	11.700	2,9
1856-1860	268.500	227.300	84,7	10.200	3,8	9.900	3,7	-	-	7.000	2,6
1861-1865	249.400	208.400	83,6	10.800	4,3	3.900	1,6	-	-	7.000	2,8
1866-1870	530.200	474.200	89,4	14.800	2,8	9.600	1,8	-	-	2.200	0,4
1871-1875	394.700	365.100	92,5	900	0,2	11.600	2,9	700	0,2	5.200	1,3
1876-1880	228.100	195.300	85,6	400	0,2	9.300	4,1	800	0,4	4.700	2,1
1881-1885	857.300	797.000	93,0	2.700	0,3	7.900	0,9	3.000	0,3	5.400	0,6
1886-1890	485.200	440.100	90,7	1.200	0,2	10.900	2,2	5.300	1,1	2.500	0,5
1891-1895	402.600	371.500	92,3	11.300	2,8	8.400	2,1	3.600	0,9	1.500	0,4
1896-1900	127.200	107.400	84,4	1.700	1,3	4.000	3,1	2.800	2,2	1.000	0,8
1901-1905	146.600	134.900	92,0	1.200	0,8	2.600	1,8	1.800	1,2	800	0,5
1906-1910	133.100	120.300	90,4	2.000	1,5	1.400	1,1	2.800	2,1	700	0,5
1911-1914	78.800	61.300	77,8	3.300	4,2	800	1,0	3.600	4,6	1.200	1,5
Total	4.450.100	3.954.600	88,9	86.500	1,9	89.500	2,0	24.400	0,5	55.700	1,3

Fonte: Mönckmeier, *Deutsche*, 192.

Não obstante, na época, a maior parte dos alemães ainda vivia em pequenas aldeias com menos de 2 mil habitantes. Nessas comunidades, predominava uma população de trabalhadores rurais assalariados sem terras que estavam sujeitos a uma elite de grandes proprietários, formada por aristocratas e capitalistas fundiários. Foi, sobretudo, esse proletariado rural sem terras e sem perspectivas que manteve o fluxo migratório germânico para os Estados Unidos mesmo durante a Guerra Civil Norte-americana (1861-1865). Nessa época, a imigração alemã para o país norte-americano, via portos de Bremen e Hamburgo, caiu 8,3% em relação ao quinquênio 1856-1860, e foi 35,4% menor em comparação ao período 1851-1855 (Tabela 2.2).

A imigração alemã para o Brasil também caiu no início dos anos 1860. A Tabela 2.2 mostra que 8,1 mil imigrantes germânicos embarcaram no porto de Hamburgo com destino ao Brasil no período 1851-1855; no quinquênio seguinte, esse número subiu para 9,1 mil, mas, entre 1861-1865, partiram daquela cidade alemã em direção aos portos brasileiros pouco mais de 4 mil imigrantes germânicos. A causa principal desse declínio foi a grande repercussão na Europa da revolta dos colonos da Fazenda Ibicaba, propriedade do senador Nicolau de Campos Vergueiro, localizada no oeste da província de São Paulo (ver Capítulo 1).⁷⁵ Em consequência aos acontecimentos de Ibicaba, surgiram medidas restritivas e proibitivas à emigração para o Brasil. O primeiro ato nesse sentido foi do governo prussiano, com a promulgação do decreto do Ministro August von der Heydt, em novembro de 1859. A medida suspendeu concessões e impôs embaraços à atuação de agentes e empresas que trabalhavam no engajamento e transporte de imigrantes prussianos para o Brasil.⁷⁶

Embora o Restrito de Heydt tenha dificultado o engajamento de imigrantes para o Brasil, o país seguiu recebendo colonos germânicos. De 1860 a 1865, desembarcaram nos portos brasileiros 1,8 mil alemães em média a cada ano. No período 1866-1870, foram encaminhados de Hamburgo para o Brasil 9,6 mil pessoas, e, no quinquênio seguinte, 11,6 mil imigrantes embarcaram no porto da cidade alemã em direção ao país (Tabela 2.2). Esse aumento deve-se, em maior parte, à guerra austro-prussiana (1866) e aos conflitos internos que se seguiram até a unificação alemã em 1871. Para fugir dessa hostilidade, muitos alemães, alguns deles estimulados por seus familiares já estabelecidos no Brasil, procuraram emigrar para este país.

Os interessados em emigrar para o Brasil contavam com o auxílio de agentes e empresas de colonização que, por vezes, procuravam ludibriar as autoridades alemãs para continuar

⁷⁵ Thomas Davatz, *Memórias de um colono no Brasil: 1850* (Tradução, prefácio e notas de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Editora Martins; EDUSP, 1972).

⁷⁶ Azambuja, “Relatório das Terras Publicas e da Colonisação”, 28-38, in Brasil, *Relatorio... Ministro Manoel Felizardo de Souza e Mello*, 1861; Moraes, *Relatório*, 1870, 36-37; Roche, *Colonização*, 108-109.

encaminhando colonos ao Brasil, cujo governo, na época, oferecia comissões aos agenciadores e subsídios aos imigrantes que se dirigissem ao país. Por outro lado, as restrições dos estados alemães não incluíam o recrutamento de imigrantes para a América do Norte. Por isso, muitos colonos, originalmente recrutados para emigrarem para os Estados Unidos, eram convencidos por agentes estabelecidos em Hamburgo a embarcarem rumo ao Brasil. Entre 1860 e 1870, foram encaminhados daquele porto para o país mais de 14 mil imigrantes alemães (Tabela 2.2), sendo a grande maioria dirigida às províncias do Espírito Santo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde importantes núcleos de colonização europeia foram criados com o objetivo de atrair a imigração espontânea.⁷⁷ Mais de um quinto do total de imigrantes germânicos que desembarcaram no Brasil entre 1860 e 1870 foi para a colônia Dona Francisca.⁷⁸

É preciso observar que a Tabela 2.2 contém informações referentes à emigração germânica nos períodos anterior e posterior à unificação alemã. Assim, os dados da referida tabela incluem estatísticas das diferentes configurações político-administrativas da Alemanha, isto é, da Confederação Alemã (1815-1866), da Liga Setentrional Alemã (1866-1871), do Império Alemão (1871-1918) e de regiões adjacentes que utilizavam a língua alemã. Portanto, a Tabela 2.2 não mostra exatamente o número de alemães que emigraram entre 1847-1914, mas sim o total de pessoas identificadas como alemães (suíços, austríacos, dinamarqueses, russos, alemães, poloneses) que emigraram via portos de Bremen e Hamburgo nesse período.

É certo, porém, que a maior parte das mais de 2,4 milhões de pessoas que deixaram a Confederação Alemã e imediações no período 1815-1865 emigrou devido à pressão exercida pelo excedente da população rural, à erosão dos direitos e oportunidades dos camponeses, à falta de meios para subsistir e à fome. Entre 1865-1870, as razões mais importantes que levaram à emigração de quase 1 milhão de alemães estão vinculadas às guerras dano-prussiana (1864) e austro-prussiana (1866), ambas envolvendo a posse dos Ducados de Schleswig e Holstein, e a guerra franco-prussiana (1870-1871), que culminou com a unificação alemã em 1871. A década de 1880 é a de maior volume da emigração alemã. Nessa época, quase 1,3 milhão de pessoas deixaram a Alemanha. Os efeitos da depressão econômica do final do século XIX foram

⁷⁷ Brasil, Directoria Geral de Estatística, *Recenseamento da População do Império do Brasil de 1872*, Vol. I (Rio de Janeiro: Typ. de Leuzinger e Filhos, 1876); *Relatório... Ministro José Fernandes da Costa Pereira Junior*, (Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1875), 249-250; *Relatório... Ministro Tomás José Coelho de Almeida* (Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1877), 406-407; Relatórios da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, vários anos. Traduções Helena R. Richlin. AHJ; Roche, *Colonização*, 101-113; Schröder, *Imigração*, 100-143; Carneiro, “A colonização no Sul do Brasil, *Imigração e colonização*, 41-59; Paulo Pinheiro Machado, *A política de colonização do Império* (Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999), 73; Olivio Manfroí, *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais* (Porto Alegre: Grafosul; Instituto Estadual do Livro, 1975), 34-65.

⁷⁸ Apêndice A, Tabelas A1 e A4.

a principal causa do fenômeno imigratório alemão na década de 1880, principalmente entre os anos 1880 e 1885, quando mais de 974 mil alemães deixaram o país.

De 1892 a 1898 a emigração alemã caiu firmemente; em 1893, foram registradas cerca de 88 mil partidas, 24,6% a menos que no ano anterior; em 1894, o número de embarque de emigrantes alemães declinou para 41 mil; em 1898, para pouco mais de 22 mil, um décimo do número de 1881, quando quase 221 mil pessoas embarcaram nos portos alemães rumo a outros países. De 1900 a 1914, emigraram em média 25,4 mil alemães a cada ano, número muito abaixo da média da última década do século XIX, cujo volume já era bastante baixo em relação às décadas anteriores.⁷⁹ Esse declínio na emigração alemã antes mesmo da Primeira Guerra Mundial está associado às oportunidades que a industrialização e o desenvolvimento econômico da Alemanha passaram a oferecer a sua população, como prevê a teoria: quanto maiores as oportunidades e o salário real local, menor a taxa de migração.

Resumindo, no início do século XIX, as reformas no campo e a reorganização política e territorial da Alemanha provocaram inquietação e instabilidade à população em geral. Em determinadas regiões, o fim do Bloqueio Continental, em 1815, fez muitos tecelões e artesãos rurais ficarem ociosos. A crise agrícola de 1816-1817 acentuou as dificuldades e insatisfações. Escassez de alimentos, inflação, desemprego, fome e pobreza extrema impulsionaram a emigração de grupos familiares germânicos em 1816 e 1817. Em meados do século XIX, causas gerais (crises agrícolas, revoluções, fome, aumento da população) que afetaram muitas partes da Europa Ocidental, combinadas com condições específicas (política, tradição, fragmentação das pequenas e médias propriedades rurais) de determinadas regiões alemãs provocaram o intenso movimento migratório germânico do período 1845-1854.

Ao longo do século XIX, predominou nos fluxos migratórios transoceânicos alemães a emigração de grupos familiares que desejavam adquirir terra e se estabelecer permanentemente no Novo Mundo. Trabalhadores rurais partiram em direção ao Novo Mundo à procura de terra; pequenos comerciantes, farmacêuticos e botânicos emigraram em busca de oportunidades para empreender; artesãos e operários (vidraceiro, sapateiro, carpinteiro, pedreiro) embarcaram com a perspectiva de se estabelecer como proprietários e exercerem seus ofícios. A maioria dos imigrantes germânicos possuía conhecimentos e habilidades escassas nos países das Américas e desejava exercê-las livremente, isto é, sem as restrições impostas pela tradição, livres dos

⁷⁹ Apêndice A, Tabela A3.

pesados impostos e isentos da obrigação de servir ao exército em uma época de constantes conflitos internos na Alemanha.

A próxima seção apresenta o perfil dos imigrantes germânicos que chegaram à colônia Dona Francisca, no sul do Brasil, entre 1850 e 1888.

2.3 Perfil do imigrante alemão

A falta e a imprecisão das informações das listas de embarque de imigrantes tornam difícil a tarefa de traçar um perfil geral dos imigrantes europeus que chegaram às Américas durante o século XIX, seja qual for a sua origem. No caso dos imigrantes alemães, a dificuldade é ainda maior, pois os dados disponíveis geralmente incluem como alemães os imigrantes teuto-dinamarqueses, teuto-poloneses, teuto-húngaros, teuto-russos, noruegueses, austríacos e suíços de língua alemã.

No caso do Brasil, uma alternativa para traçar o perfil mais preciso do imigrante alemão que chegou ao país no século XIX são os relatórios dos diretores das colônias, os registros eclesiásticos, as cartas de imigrantes e os estudos genealógicos consolidados. Entretanto, uma avaliação global dessas fontes ultrapassaria os limites deste trabalho, que analisa a formação e desenvolvimento da colônia Dona Francisca. Por outro lado, restringir a análise aos colonos desse importante núcleo colonial não diminui a consistência da representação do imigrante alemão que chegou ao país. Dona Francisca recebeu aproximadamente 20% do total dos colonos germânicos que desembarcaram no Brasil entre 1850 e 1888.

A Tabela 2.3 a seguir mostra que, no período 1850-1888, foram encaminhadas à colônia Dona Francisca 17.408 pessoas, sendo 12.290 (70,6%) alemães, 3.224 (18,5%) austríacos e 1.894 (10,9%) suíços, noruegueses, dinamarqueses, russos e outros europeus. A maioria dos imigrantes que chegou à colônia saiu do norte e do leste da Alemanha, principalmente do Reino da Prússia e dos Ducados de Mecklemburgo-Schwerin e Schleswig-Holstein. Ainda conforme a Tabela 2.3, os homens representaram 58,3% do total de imigrantes encaminhados à Dona Francisca e a imigração de ambos os sexos foi altamente concentrada nas faixas etárias de 10 a 45 anos (65,6%) e na religião protestante (68,6%).

Tabela 2.3 – Imigração para a colônia Dona Francisca segundo nacionalidade, grupo etário, religião e sexo dos colonos, 1850-1888

Imigrantes	Número de imigrantes	%
<i>Nacionalidade</i>		
Alemães	12.290	70,6
Austriacos	3.224	18,5
Outros europeus*	1.894	10,9
Total	17.408	100
<i>Faixa etária</i>		
Menores de 4 anos	1.663	9,4
4 a 10 anos	2.887	16,6
10 a 45 anos	11.423	65,6
Mais de 45 anos	925	5,3
Não informados	540	3,1
Total	17.408	100
<i>Religião</i>		
Protestante	11.944	68,6
Catolicismo	5.430	31,2
Judeus	34	0,2
Total	17.408	100
<i>Sexo</i>		
Masculino	10.154	58,3
Feminino	7.254	41,7
Total	17.408	100

Fonte: “Trigésimo oitavo relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, março de 1891”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ.

Nota: *suíços, franceses, noruegueses, dinamarqueses e russos.

Quanto às profissões dos colonos encaminhados à colônia Dona Francisca, nota-se na Tabela 2.4 que, apesar do predomínio da imigração de agricultores, mais de um quarto dos imigrantes eram artesãos, operários e profissionais com formação técnica e acadêmica.

Tabela 2.4 – Imigração para a colônia Dona Francisca segundo as profissões dos colonos, 1850-1888

Profissões	Número de imigrantes	%
Agricultores	12.911	74,2
Artesãos	2.288	13,1
Operários	562	3,2
Outros*	1.647	9,5
Total	17.408	100

Fonte: “Trigésimo oitavo relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, março de 1891”. Trad. Helena R. Richlin. AHJ.

Nota: *Professores, engenheiros, militares, botânicos, teólogos, médicos, advogados, farmacêuticos, comerciantes e pequenos industriais.

A diversidade da formação e a qualificação dos colonos da Dona Francisca logo chamaram a atenção de autoridades e viajantes que visitaram a colônia. Em 1855, Manoel Felizardo de Souza e Mello, diretor da Repartição Geral de Terras Públicas, assinalou em seu relatório o precoce desenvolvimento de casas de comércio e de pequenas manufaturas na colônia, e destacou que, entre os colonos, havia tanoeiros, ferreiros, carpinteiros, pedreiros, marceneiros, funileiros, sapateiros, alfaiates e oleiros.⁸⁰ Três anos depois, em visita a Dona Francisca, Robert Avé-Lallemant salientou que a colônia se distinguia dos demais núcleos coloniais devido à “educação e bons costumes” dos colonos. Impressionado, Avé-Lallemant escreveu: “Há, entre eles gente de formação erudita, de origem nobre”, pessoas vindas de “classes sociais que não parecem feitas para a emigração. [...] dificilmente haveria em qualquer outra parte um lugar de tão limitado número de habitantes em que houvesse tão boa educação e costumes como em Dona Francisca”.⁸¹

Avé-Lallemant afirma que grande parte dos colonos da Dona Francisca iniciou suas atividades sem nenhum ou com poucos recursos, mas “muitos começaram com recursos, algumas famílias com abundantes recursos”, os quais, segundo o viajante, logo foram aplicados em estabelecimentos agrícolas e comerciais; surpreso, Avé-Lallemant destacou: “há, no lugar, mais artífices e lojas de fazenda e vendas do que é de supor” em uma colônia com menos de dez anos de existência. Em 1860, foi a vez de o presidente da província de Santa Catarina, Francisco Araújo Brusque, chamar a atenção para o fato de 891 colonos da Dona Francisca, o equivalente a um terço da população da colônia, dedicar-se à indústria e comércio.⁸² Vale notar, na Alemanha, a família tradicional camponesa produzia praticamente tudo que consumia (alimentos, móveis, roupas, algumas ferramentas e utensílios). Assim, os colonos, mesmo os agricultores, tinham conhecimento e habilidades que favoreciam o desenvolvimento da pequena indústria artesanal e do comércio na Dona Francisca, como será visto mais à frente.

Merece atenção a observação de Avé-Lallemant de que “muitos” colonos que iniciaram suas atividades na Dona Francisca possuíam recursos. Esses “muitos”, na verdade, eram exceções. Entre 1850 e 1855, chegaram à colônia mais de 1.680 imigrantes e apesar de todos terem assumido suas despesas de viagem, aparentemente a maioria não tinha ou havia gasto

⁸⁰ Souza e Mello, “Relatório da Repartição Geral das Terras Públicas”, 28, in Brasil, *Documentos anexos ao Relatório... Ministro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz*, 1855.

⁸¹ Avé-Lallemant, *Santa Catarina*, 182-185.

⁸² Santa Catarina, *Relatório do Presidente da Província, Francisco Carlos d'Araújo Brusque*, 1860, 14; Avé-Lallemant, *Santa Catarina*, 184, 190.

quase todo o seu dinheiro na travessia.⁸³ Segundo o imigrante Gustav Strobel, que chegou à colônia em novembro de 1854, o preço da viagem de Hamburgo para Dona Francisca era bastante elevado, custava 80 táleres por adulto e 40 táleres para as crianças menores de 10 anos de idade.⁸⁴ Para se ter uma ideia, na época 80 táleres compravam de 6 a 10 hectares de terras na área rural da Dona Francisca, ou um terreno de 2.500 m² com uma casa simples na área urbana da colônia, ou ainda pagava a construção de até três moradias rústicas.⁸⁵

A documentação referente à colonização da Dona Francisca permite identificar três categorias distintas de imigrantes. A primeira era constituída por jovens adultos desempregados e famílias camponesas pobres, geralmente numerosas, que deixaram a Europa para trabalhar como empregados a fim de acumularem dinheiro para se estabelecerem como pequenos proprietários de terra. Grande parte dessas famílias vendia o que possuía ou recorria aos empréstimos oferecidos pela “Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo” para financiar a viagem da Europa para a colônia Dona Francisca. Os imigrantes suíços ainda contavam com o financiamento de suas comunidades de origem, que geralmente financiavam a emigração de pobres, desempregados, mendigos e indigentes, os quais, não obtendo meios suficientes para subsistir, geravam custos às comunidades e ao governo dos Cantões da Suíça.⁸⁶

A segunda categoria de imigrantes era formada por famílias que possuíam recursos financeiros suficientes para cobrir as despesas de viagem e se estabelecer na colônia, mas seu sustento dependia do esforço e trabalho de todos os membros da família. Nessa categoria, havia agricultores, artífices e operários que geralmente dividiam seu tempo entre o cultivo da sua propriedade e o trabalho como diaristas na colônia.

Os colonos relativamente abastados pertenciam à terceira categoria. Em geral, eram pessoas que não reuniam as habilidades necessárias a um colono típico, mas tinham capital e conhecimento para empreender na colônia e, assim, gerar emprego a outros colonos. Em seu primeiro relatório, a direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo manifestou-se a respeito.

⁸³ *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung*, nº 25, de 28/2/1852, 99; “Sobre a Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil”, *Der Colonist*, nº. 2, 14/01/1853, 6-7; Coutto Ferraz, “Colônia Dona Francisca”, 1-3, in Brasil, *Relatorio... Ministro Sergio Teixeira de Macedo*, 1859; Carta do colono suíço Martin Stamm às autoridades da Suíça, transcrita em Cunha, *Suíços*, 126-127; Gustav Hermann Strobel, *Relatos de um pioneiro da colonização alemã* (Estante Paranista, nº 27. Curitiba: Literotécnica, 1987), 30-31; “Lista de imigrantes da colônia Dona Francisca”.

⁸⁴ Strobel, *Relatos*, 32.

⁸⁵ “Registro de lote de terra, 1852-1897”. BR SCAHJ CF 12, Série Sociedade Colonizadora, cxs 1 a 4, prat. 41; “Listas de imigrantes da colônia Dona Francisca”. AHJ; Maria T. Böbel e Raquel S. Thiago Joinville: *os pioneiros*, Vol. 1 (Joinville: UNIVILLE, 2010), 63-69, 74-77, 93-96, 104-107, 117-168, 182-210; Theodor Rodowicz-Oswiecimsky, *A Colônia Dona Francisca* (Florianópolis: EDUFSC, FCC; Joinville: FCJ, 1992), 71.

⁸⁶ “Terceiro relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, abril de 1853”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ; Böbel e S. Thiago Joinville, 49-55; Cunha, *Suíços*, 24-28, 63-69.

Diziam os dirigentes, “o mais urgente no momento é providenciar a emigração dos desprovidos de recursos”, dos desempregados, das “famílias pobres e honestas, dispostas a trabalhar, vindas em especial da classe camponesa”, pessoas que “servirão enormemente para facilitar e tornar vantajosa a colonização para pessoas abastadas, porque com a existência de uma numerosa população sem recursos, estará eliminado o principal obstáculo à colonização [...], ou seja, a falta de mão de obra”.⁸⁷

Em resumo, os grupos de imigrantes germânicos que chegaram à Dona Francisca, e ao Brasil de modo geral no século XIX, eram predominantemente formados por famílias de agricultores geralmente pobres que emigraram da Europa com a expectativa de adquirir terras e se estabelecerem permanentemente no país. Havia, porém, um número expressivo de artesãos e operários qualificados, bem como a presença de colonos relativamente abastados, oriundos dos estratos mais baixos da classe média. Para a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, essas pessoas relativamente abastadas, ao investirem seu capital em algum empreendimento colonial na Dona Francisca, contribuiriam para fomentar o desenvolvimento econômico da colônia, reduzir os custos da Sociedade com o financiamento e manutenção de colonos pobres e, ao mesmo tempo, valorizar as terras da Dana Francisca.

2.4 Conclusões

Nos primeiros grandes fluxos migratórios transoceânicos de europeus, cujo pico ocorreu em meados do século XIX, predominou a imigração de ingleses, irlandeses e germânicos que preferencialmente emigraram para os Estados Unidos. De 1815 a 1880, aproximadamente 90% dos emigrantes germânicos foram para o país norte-americano. Nesse período, houve três grandes momentos da emigração alemã. O primeiro momento ocorreu em 1817, como resultado da combinação de reformas instituídas nos estados alemães, erosão dos direitos e oportunidades dos camponeses e crise na agricultura.

O segundo grande momento da emigração alemã ocorreu no decênio 1845-1854, quando mais de 1,1 milhão de pessoas deixaram os estados alemães, a maioria (aproximadamente 90%) rumo aos Estados Unidos. Nessa época, as principais razões para a emigração alemã incluem fragmentação das pequenas e médias propriedades rurais, expansão dos domínios dos grandes proprietários, transformação dos camponeses em trabalhadores rurais assalariados e restrição das suas oportunidades de manter ou adquirir uma pequena propriedade agrícola, consolidação

⁸⁷ “Primeiro relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, março de 1851”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ.

das fazendas agrícolas de produção comercial, desemprego, fome e pobreza extrema. Além disso, é provável que, nesse contexto, cartas de imigrantes germânicos já estabelecidos no Novo Mundo tenham encorajado a emigração e contribuído para o aumento geral da emigração alemã em meados do século XIX.

Nessa época, a Alemanha não constituía uma nação, com um governo soberano, mas sim a reunião de cidades, reinos e principados independentes e constantemente abalados por conflitos internos. Foi devido a esse ambiente instável e hostil, agravado no período 1864-1871 com as guerras de unificação, que ocorreu o terceiro grande momento da emigração alemã no século XIX. De 1865 a 1871, cerca de 1 milhão de pessoas deixaram os estados alemães. No início da década de 1880, durante o segundo grande momento das migrações transoceânicas de europeus, delimitado entre 1881 e 1914, nota-se um incremento na emigração alemã. Daqueles cujos destinos são conhecidos, 92% foram para os Estados Unidos, 1% para o Brasil, 1% para outros países da América Latina, 1% para Austrália, Canadá, África e Ásia. Esse incremento no movimento imigratório alemão pode ser associado à crise econômica europeia do final do século XIX. Em seguida, porém, com a recuperação da atividade econômica e as oportunidades que a industrialização e o desenvolvimento econômico da Alemanha passaram a oferecer a sua população, a emigração alemã declinou firmemente, mesmo antes do início da Primeira Guerra Mundial.

Enquanto a emigração alemã declinava, portugueses, espanhóis, austríacos, húngaros, eslavos e italianos emigravam em massa para as Américas, atraídos pelas oportunidades e salários relativamente mais altos. Eram sobretudo jovens adultos solteiros do sexo masculino que viajavam sozinhos com o objetivo de retornar à pátria após acumular poupança nos países das Américas. Este perfil é bastante diferente dos imigrantes germânicos que chegaram às Américas no início e meados do século XIX. Nessa época, os grupos de imigrantes eram predominantemente formados por famílias de agricultores que emigraram da Europa com a expectativa de adquirir terras e se estabelecer permanentemente no país de destino. Essa mudança nas características e nos objetivos dos imigrantes europeus ajuda a compreender a distribuição dos colonos e trabalhadores que chegaram ao Brasil durante o século XIX.

Entre 1881 e 1914, mais de dois quintos dos imigrantes que desembarcaram no Brasil eram italianos e a grande maioria foi para São Paulo atraída pelas oportunidades de trabalho nas fazendas de café e na indústria. Nota-se, porém, que a taxa de permanência dos imigrantes que chegaram em São Paulo no período 1891-1914 foi de aproximadamente 50%. Nessa época, os alemães representaram apenas 2,5% do total de estrangeiros que chegaram aos portos

brasileiros e, em geral, foram se estabelecer nas regiões onde a colonização alemã já estava consolidada. Somente em Joinville, antiga colônia Dona Francisca, desembarcaram quase um terço do total de imigrantes alemães que chegaram ao Brasil entre 1881 a 1888. Considerando o período de 1851 a 1888, Dona Francisca recebeu cerca de 20% do total de colonos germânicos que desembarcaram no país no período.

O próximo capítulo apresenta como foi concebida a colônia Dona Francisca, um dos maiores e mais importantes núcleos de colonização alemã do Brasil no século XIX.

CAPÍTULO 3

ANTECEDENTES DA COLONIZAÇÃO DAS TERRAS DE DONA FRANCISCA

Este capítulo tem o objetivo de apresentar o plano de concepção da colônia Dona Francisca, inaugurada a 9 de março de 1851, em terras pertencentes ao patrimônio dos Príncipes de Joinville em Santa Catarina. Cinco anos antes da fundação da colônia, um grupo formado por grandes negociantes, armadores, banqueiros e políticos hamburgueses reuniu-se em sociedade com o objetivo de organizar a imigração alemã para o Brasil a partir de Hamburgo. Com o apoio do Senado e da Câmara de Comércio de Hamburgo e de autoridades brasileiras, os empresários hamburgueses apresentaram ao governo brasileiro uma proposta de colonização que previa a criação de grandes colônias agrícolas nas províncias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde seriam estabelecidos cerca de 40 mil colonos alemães ao longo de 20 anos. Para tanto, os empresários hamburgueses requeriam do governo brasileiro uma série de favores, benefícios e concessões.

A proposta, porém, não encontrou o apoio necessário no Conselho de Estado, levando os hamburgueses a negociar com o Príncipe François de Orléans (Príncipe de Joinville), que, pelo seu casamento com a Princesa Dona Francisca, irmã de D. Pedro II, havia recebido como parte do dote nupcial 25 léguas quadradas de terras na província de Santa Catarina. Após longa negociação, o Príncipe de Joinville aceitou ceder parte dessas terras à “Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo”, fundada especificamente para colonizá-las. Quase dois anos depois da concessão, foi fundada a colônia Dona Francisca, que se tornou um dos mais importantes núcleos coloniais do Brasil no século XIX.

O capítulo está organizado em sete seções. Na primeira, apresenta-se a origem do patrimônio dotal dos Príncipes de Joinville em Santa Catarina, ressaltando a presença e exclusão dos nacionais das terras dotais. Em seguida, na segunda e terceira seções, faz-se a análise do interesse e do plano hamburguês de colonizar o sul do Brasil. Na quarta seção, apresentam-se as condições sob as quais a Sociedade Colonizadora de Hamburgo obteve a concessão de parte das terras dos Príncipes de Joinville. A quinta seção examina o programa de colonização da sociedade hamburguesa de colonização. Depois, na sexta seção, faz-se uma análise de como a Sociedade Colonizadora de Hamburgo buscou atrair imigrantes para Dona Francisca, a terra prometida. Por fim, na sétima seção, apresenta-se a conclusão do capítulo.

3.1 As terras de Dona Francisca

A história da colônia Dona Francisca tem início em 1º de maio de 1843, com o casamento da Princesa Francisca Carolina, irmã de D. Pedro II, com o Príncipe François de Orléans (Príncipe de Joinville), filho de Luís Felipe, Rei da França.¹ Como parte do dote nupcial, os Príncipes receberam 25 léguas quadradas de terras, as quais poderiam ser escolhidas em um ou mais lugares da província de Santa Catarina.² Para escolher e tomar posse do patrimônio dotal de Dona Francisca, o Príncipe de Joinville enviou o engenheiro francês Louis François Léonce Aubé, que, em 1844, desembarcou em Desterro, atual Florianópolis, capital de Santa Catarina. Em solo catarinense, o representante do Príncipe de Joinville foi recebido pelo então presidente da Província, Antero Jozé Ferreira de Brito, que logo lhe indicou as terras situadas na parte continental da Vila de São Francisco como as melhores de Santa Catarina, pois apresentavam solo fértil e estavam próximas ao melhor porto marítimo da Província.³

Depois de avaliar o local indicado, Léonce Aubé comunicou ao Mordomo da Casa Imperial e procurador dos Príncipes de Joinville no Brasil, Paulo Barbosa da Silva, que havia escolhido as terras localizadas na margem direita do Rio São Francisco, na Vila de mesmo nome, região nordeste de Santa Catarina, para compor o dote da Princesa Dona Francisca. Léonce Aubé conhecia as condições favoráveis da região à produção agrícola, das facilidades que o porto de São Francisco oferecia ao comércio marítimo de longa distância e as vantagens econômicas e a importância da precária, porém já estabelecida, Estrada de Três Barras, cuja direção, partindo de São Francisco, seguia rumo à Vila Nova do Príncipe, no Paraná, de onde se poderia alcançar a feira de Sorocaba pelo Caminho de Viamão.⁴ Foram essas as razões que levaram Léonce Aubé a escolher as terras localizadas na margem direita do Rio São Francisco como complemento do dote de Dona Francisca.

¹ Plácido Olímpio de Oliveira, “O primeiro capítulo da história de Joinville”, *Álbum Histórico do Centenário de Joinville* (Joinville: SAJ, 1951), 9-13; Américo L. Jacobina Lacombe, “A colonização e os dotes das Princesas”, *Digesto Econômico*, nº 94 (Rio de Janeiro, 1952), 121-127; Schneider, *Povoamento*, 69-70; Carlos Ficker, *História de Joinville* (2ª edição. Joinville: Imp. Ipiranga, 1965), 15-24.

² Art. 4º, § 3º do “Contrato de casamento de S.A.R. o Príncipe de Joinville com S.A.R. a Senhora Princesa Dona Francisca Carolina”, celebrado em 22/4/1843. Série Domínio Dona Francisca. BR SCAHJ CF 12, cx 1, prat. 36. Cópia no Apêndice C, Documento C1.

³ Santa Catarina, *Falla... Presidente da Província, O Marechal de Campo, Antero Jozé Ferreira de Brito*, 1/3/1845 (Cidade do Desterro: Typ. Provincial, 1845), 14.

⁴ Santa Catarina, *Falla... Presidente da Província, Antero Jozé Ferreira de Brito*, 1/3/1841 (Cidade do Desterro: Typ. Provincial, 1841), 1 e 8; *Falla... Presidente da Província, Antero Jozé Ferreira de Brito*, 1/3/1842, Cidade do Desterro: Typ. Provincial, 1842), 19; Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina* (Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1978), Cap. XI; Charles Van Lede, *Mapa Corográfico da Província de Sta. Catharina* (Bruxelas: J. Collon, 1842); “Colonização Industrial”, *Jornal do Commercio*, nº 79, 27/3/1841, 1.

Em sua comunicação a Paulo Barbosa da Silva, Léonce Aubé advertiu que o litoral catarinense “estava todo invadido, legítima e ilegitimamente, assim como as margens dos rios navegáveis de um lado e de outro”. De posse dessas informações, Paulo Barbosa escreveu ao Ministro dos Negócios do Império, José Carlos Pereira de Almeida Torres, informando que, não havendo terras disponíveis na costa catarinense e “conhecendo-se que as terras decrescem de preço e melhoria à medida que se afastam do litoral e dos veículos naturais de comunicação, que facilitam a exportação dos gêneros que possam produzir”, não se poderia cumprir literalmente o contrato de casamento dos Príncipes, no qual, salientou Paulo Barbosa, se explicita dever a escolha das terras que constituem parte do dote da Princesa Dona Francisca recair sobre “terras devolutas que podem ser escolhidas nas melhores localidades da província de Santa Catarina”. Em seguida, Paulo Barbosa afirmou que as 25 léguas quadradas de terras, concedidas como complemento ao dote matrimonial, não poderiam compreender um só terreno sem que fosse questionado o direito dos proprietários de terras da região de São Francisco.⁵

Após refletir sobre as observações do Conselheiro Paulo Barbosa, o Ministro Almeida Torres solicitou ao presidente da província de Santa Catarina que verificasse a possibilidade de desapropriar, mediante indenização, os posseiros e sesmeiros que tinham terras na parte continental da Vila de São Francisco, para que naquela região fosse feita a concessão do dote da Princesa Dona Francisca.⁶ A 12 de novembro de 1845, poucos dias depois de receber a visita de D. Pedro II, o presidente Antero Jozé Ferreira de Brito expediu um ofício instruindo o juiz da comarca de São Francisco a fixar editais em locais públicos daquela Vila e nas proximidades dos terrenos situados na margem direita do Rio São Francisco, comunicando que todos os proprietários de terras da área compreendida entre os Rios Pirabeiraba, ao norte, e Itapocu, ao sul, deveriam comparecer para alegar e reclamar seu direito, sob pena de que, não comparecendo, se procederia, à revelia, a medição e demarcação de 25 léguas quadradas de terras, cujo patrimônio dotal dos Príncipes de Joinville constituiriam.⁷

⁵ “Ofício de Paulo Barbosa a Almeida Torres, Ministro do Império”, 29/11/1844, 1. Museu Imperial. Arquivo Paulo Barbosa, Tomb.: 3126.

⁶ Brasil, *Relatório... Ministro José Carlos P. de Almeida Torres* (Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1845), 3.

⁷ “Registros de medição e demarcação, 1846”. Série Domínio Dona Francisca. BR SCAHJ CF 12, cx 1, prat. 37; “Chegada de SS. MM. II. A Santa Catarina”, *Jornal do Commercio*, nº 286, 20/10/1845,1; Adolfo Bernardo Schneider, “A formação do patrimônio dotal da Princesa Dona Francisca”, *Boletim Stein*, (Joinville: Edição de dezembro de 1964), 6; Ficker, *História de Joinville*, 28.

3.1.1 Medição e demarcação das terras dotais

Cumpridas as exigências e os prazos legais, a 20 de dezembro de 1845, a comissão, chefiada pelo tenente-coronel Jerônimo Francisco Coelho, deu início aos trabalhos de medição e demarcação do patrimônio dotal dos Príncipes de Joinville em Santa Catarina. Seguindo as instruções do presidente provincial Antero Jozé Ferreira de Brito, a medição das terras foi realizada no sentido Norte-Sul. O trajeto partia do Rio Pirabeiraba em direção mais ou menos paralela à margem direita do Rio São Francisco, desviando unicamente das terras apropriadas, apossadas ou cultivadas que existiam nas margens daquele rio e de seus afluentes, sendo respeitada a orientação de demarcar pelo menos três portos para garantir a comunicação das terras dos Príncipes com o Rio São Francisco e a partir dele com o mar.

Por decorrência, a linha de demarcação das terras dotais, delimitadas entre a margem direita do Ribeirão do Cascalho, ao norte do Rio Pirabeiraba, e o Rio Itapocu, na sua confluência com o Rio Cardoso, ao sul, não configurou uma linha reta no sentido Norte-Sul, mas um recorte constituído por muitas reentrâncias e saliências ligadas por trinta e sete marcos, como mostra a Figura 3.1 a seguir. Ainda assim, as terras do eminente coronel Francisco de Oliveira Camacho ficaram dentro dos limites demarcados, formando um enclave nas terras dos Príncipes – a “Colônia Agrícola do Coronel Camacho”.

Os trabalhos de delimitação das terras dotais terminaram em 13 de março de 1846, faltando ainda demarcar cerca de 33 milhões de braças quadradas para completar as 25 léguas quadradas de terras que constituiriam o patrimônio dos Príncipes de Joinville na província de Santa Catarina. Em complemento ao que faltava e considerando os pântanos, as lagoas e os terrenos absolutamente inaproveitáveis, foram apropriadas e incluídas na demarcação todas as terras localizadas na margem esquerda do Rio Itapocu até as encostas da Serra Geral, que delimitavam as terras dos Príncipes a Oeste.⁸

⁸ “Registros de medição e demarcação, 1846”. Série Domínio Dona Francisca. BR SCAHJ CF 12, cx 1, prat. 37; Adolfo Bernardo Schneider, “A formação do patrimônio dotal da Princesa Dona Francisca”, *Boletim Stein*, (Joinville: edições de novembro e dezembro de 1964 e de janeiro a março de 1965), 6; “O patrimônio dotal da Princesa Dona Francisca”, 6; Ficker, *História de Joinville*, 27-34.

3.1.2 Presença e exclusão dos nacionais

Nos registros de sesmaria de São Francisco e nos autos de medição e demarcação de Francisco Jerônimo Coelho, constam os nomes dos proprietários das terras localizadas na margem direita do Rio São Francisco, dentre os quais se acham pessoas e famílias influentes da região, como os eminentes coronéis Antonio João Vieira e Francisco de Oliveira Camacho, os sesmeiros Francisco Fernandes Dias, José Cordeiro, Januário d'Oliveira Cercal, Salvador Gomes de Oliveira, Manoel Gomes, Luiz Dias do Rosário, Vicente Dias do Rosário, Ana Afonso Moreira, Francisco e José da Maia, João Cercal, Antonio e João da Veiga, Agostinho Budal e os alferes Miranda e Laurindo Laranjal. Quando foram medidas e demarcadas as terras que constituiriam o patrimônio dotal da Princesa Dona Francisca, havia de 40 a 50 propriedades na região. Em geral, cada propriedade era habitada por uma família de seis a oito pessoas, que empregava em média dois escravos.⁹ Assim sendo, estima-se que, por volta de 1850, a população que ocupava a área confrontante às terras pertencentes ao dote de Dona Francisca era composta de 320 a 500 habitantes, incluindo 80 a 100 escravos.

Há evidências de que parte dessa população ofereceu apoio indispensável à fundação da colônia Dona Francisca. Por exemplo, os coronéis Antonio Vieira e Francisco de Oliveira Camacho, que acompanharam a chegada e o estabelecimento dos pioneiros da colonização das terras de Dona Francisca, ofereceram suas canoas e escravos para transportar os imigrantes, suas bagagens e pertences, do porto de São Francisco à colônia. Dr. Köstlin, que acompanhou os preparativos para recepção dos primeiros colonos embarcados em Hamburgo, relatou que os brasileiros, moradores da região, foram empregados no desmatamento, na abertura de picadas e na construção das primeiras casas e ranchos coloniais.¹⁰ Theodor Rodowicz, imigrante que chegou à Dona Francisca em setembro de 1851, registrou minuciosamente o modelo e as técnicas de construção das primeiras edificações da colônia, descrevendo que elas seguiam o “sistema brasileiro de construções” e destacando a habilidade dos nacionais na transformação das árvores em tábuas e vigas de construção das choupanas.¹¹ Também os imigrantes Samuel

⁹ Santa Catarina, *Falla... Presidente da Provincia, Antero Jozé Ferreira de Brito*, 1841, Mapa 15; *Falla... Presidente da Provincia, Dr. João José Coutinho*, 1/3/1855 (Cidade de Desterro, 1855), 35; *Falla... Presidente da Provincia, Dr. João José Coutinho*, 1/3/1857 (Rio de Janeiro: Typ. Const. de J. Villeneuve, E. C., 1857), 37; “Registros de medição e demarcação”; “Registros Cartográficos, 1846”; “Registros de Sesmarias de Santa Catarina”. AHJ, Coleção Memórias da Cidade (CMC) nº 33.0.01.01; mapoteca nº. 02.01.01; Cunha, *História do trabalho em Joinville*, 110; Saint-Hilaire, *Viagem*, 146.

¹⁰ “A Colônia Dona Francisca”, *O Conciliador Catharinense*, nº 256, 28/10/1851, 3; Relato do Dr. Hans Köstlin, *Hamburger Nachrichten*, nº 306, 26/12/1851. Microfilme, CMC nº 0.01.08.002. AHJ; “Terceiro relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, abril de 1853”. Trad. Helena R. Richlin; Marinho de Souza Lobo, “Colônia D.^a Francisca”, in *Álbum Histórico do Centenário de Joinville* (Joinville: SAJ, 1951), 27;

¹¹ Rodowicz, *Colônia*, 39-43.

Meyer e Otto Wachsmuth deixaram registros da presença de trabalhadores brasileiros na época da fundação da colônia.¹²

Em memorial de 20 de outubro de 1853, Friedrich Gültzow, diretor gerente da sociedade hamburguesa de colonização, também relatou a participação dos nacionais nos trabalhos de construção da Dona Francisca, informando que trabalhavam na colônia de 80 a 100 brasileiros, com cujos serviços, escreveu Gültzow, “o diretor e engenheiros da Sociedade se declaram completamente satisfeitos”.¹³ Os colonos, no entanto, estavam parcialmente aborrecidos com a presença dos brasileiros, como denunciou Karl Konstantin Knüppel, redator do primeiro jornal da colônia, um pequeno manuscrito intitulado *Der Beobachter am Mathiasstrom* (O observador às margens do Rio Mathias). Conforme Knüppel, disposta a reduzir o preço da mão de obra, “a direção da colônia trouxe trabalhadores brasileiros para fazer concorrência aos alemães, dá-lhes mesmo em tudo a preferência”, de modo que “o imigrante recém-chegado, não habituado com a alimentação da região, [...]; sensível aos efeitos do clima, ao qual não está acostumado [...], não pode competir com aqueles”.¹⁴

Nos livros-caixa da direção da colônia encontram-se outras evidências que comprovam o emprego de trabalhadores nacionais nos primeiros anos da Dona Francisca. Por exemplo, há anotações de pagamentos a Salvador Francisco, Bernardo Gonçalves, Anastácio e Francisco Cidral, Isídio de Moraes e João Alves pelos serviços de desmatamento, abertura de picadas e caminhos, construção de ranchos e fornecimento de ripas e tábuas de madeira. No terceiro relatório da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, consta a informação de que, em 1855, treze trabalhadores brasileiros foram contratados pela administração da colônia para acompanhar e auxiliar a expedição de reconhecimento da Serra Geral, chefiada pelo inspetor e membro da direção da colônia, Carl Pabst. Existem, ainda, relatos de ter a colonização das terras de Dona Francisca representado um crescente mercado para os produtores e comerciantes da Vila de São Francisco, que passaram a fornecer quase todos os gêneros alimentícios de primeira necessidade à colônia, sobretudo peixes e farinha de mandioca.¹⁵ Maria Emilie Stamm, filha dos imigrantes

¹² “Carta de Samuel Meyer” de 20/4/1852, in *Mittheilungen Betreffend Dona Francisca*, nº 3, out/1852, 8-9. Fotocópia. Série microfilmada, impressa e não catalogada, identificada como livros brancos no AHJ; “Relato de um imigrante”, Dr. Otto Wachsmuth, agosto de 1852, in Böbel e S. Thiago, *Joinville*, 110-116.

¹³ “Pró-memória para servir de apoio à petição da Sociedade Colonizadora Hamburguesa”, 20/10/1853, 3. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. BR RJHGB Lata 216, doc. 21.

¹⁴ “Colônia D^a Francisca no Sul do Brasil”, *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung*, nº 2, 4/1/1853, 5-6 e nº 3, 6/1/1853, 9.

¹⁵ “Livro Caixa, 1852-1854”. Série Sociedade Colonizadora. BR SCAHJ CF 12. cxs 1 e 2, prat. 40; “Terceiro Relatório Sociedade Colonizadora, abril de 1853”. Trad. Helena R. Richlin. AHJ; “A Colônia de Dona Francisca”, *Jornal do Commercio*, nº 20, 20/1/1856, 2; Rodowicz, *Colônia*, 46; Strobel, *Relatos*, 32; Sousa e Mello, “Relatório da Repartição Geral de Terras Públicas” (1855), 28; (1856), 28; Ficker, *História de Joinville*, 61, 125-126.

Johann e Wilhemine Scharp, que chegaram à Dona Francisca em 1851, relata que aos domingos pela manhã, no porto, à beira rio, surgiam muitos brasileiros para oferecer seus produtos, especialmente a farinha de mandioca.¹⁶ Também a imigrante suíça Margaretha Mäder conta que “todos os dias vêm à colônia brasileiros com mantimentos”.¹⁷

Apesar da evidente presença e participação de trabalhadores nacionais e fornecedores locais, a direção da colônia Dona Francisca e os dirigentes da Sociedade Colonizadora buscaram, constantemente, se não negar, pelo menos ocultar a presença dos brasileiros na colônia, destacando em seus relatórios, correspondências e comunicações o caráter “puramente alemão” da Dona Francisca. Em comunicação publicada em 1864, Ottokar Dörffel, cônsul de Hamburgo em Joinville, membro da direção da colônia e redator do *Kolonie Zeitung* (Jornal da Colônia), informa que Dona Francisca era “um pedaço de terra alemã, tão pura, como dificilmente se encontraria outra a não ser na Alemanha. A maioria de nós não tem até agora nenhum contato com o elemento brasileiro”.¹⁸ Três anos depois, em levantamento estatístico realizado pela subdelegacia de Joinville, a região circunvizinha à colônia, e que estava subordinada àquela jurisdição policial, foi discriminada como distrito “puramente brasileiro”, em oposição à Dona Francisca, esta “puramente alemã”.¹⁹ Em 1877, na primeira edição do jornal *Gazeta de Joinville*, o comerciante Carl Lange, referindo-se ao início da colonização do município, enfatizou que “naquela época, constituímos aqui um pequeno mundo à parte [...] quase sem nenhum contato com os nacionais estabelecidos ao nosso lado em terra firme [...]”.²⁰

Ainda que os colonizadores europeus constituíssem a maior parcela da população da Dona Francisca e fortalecessem dia a dia sua identidade étnica pelas suas instituições (igreja, escola, associações culturais, imprensa), linguagem, hábitos e costumes, nota-se que, além da participação no comércio e a execução de vários e diferentes serviços, cedo os brasileiros se estabeleceram na colônia. Os registros mostram que, em 1857 e 1859, foram arrendadas terras pelo período de 10, 20 e 30 anos a Isidoro de Moraes, José Gomes de Oliveira, Custódio Joaquim Tavares, Antonio Bueno da Rocha, Joaquim Carvalho Bueno, Joaquim Antonio da Silva, João da Veiga Coutinho, Joaquim dos Santos, Joaquim José Antonio Francisco, Antonio João Rodrigues, João Antonio Pereira e Manoel José Gomes de Oliveira. Mais tarde, atraídos pelo

¹⁶ “Relato de Emilie Stamm” *apud* Cunha, *História do trabalho em Joinville*, 112.

¹⁷ “Carta de Margaretha Mäder” de 4/8/1852, *Der Colonist* nº 17, 1/5/1853, 67-68. Trad. Helena R. Richlin.

¹⁸ “Quarto Relatório da Sociedade dos Amigos de Geografia, em Leipzig, 1864”, *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung*, edições nº 13, 29/3/1866, 52-53; nº 14, 4/4/1866, 56.

¹⁹ “Décimo sétimo relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, setembro de 1868”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ; “*Statistik der Kolonie Dona Francisca vom Jahre 1867*”, 6. Cópia. Arquivo pessoal do historiador Dilney Cunha, diretor do Arquivo Histórico de Joinville.

²⁰ “Editorial”, *Gazeta de Joinville*, 25/9/1877, 1. AHJ.

crescimento econômico da Dona Francisca, outros nacionais de origem luso-brasileira se estabeleceram na “Cidade de Joinville”, núcleo urbano da colônia. Muitos deles investiram seus recursos em atividades ligadas ao beneficiamento e exportação de mate, cujo desenvolvimento deu origem à “oligarquia do mate”, principalmente representada pela família Gomes de Oliveira e por Abdon Baptista, prefeito de Joinville, vice-governador de Santa Catarina, deputado provincial, estadual e federal e senador da república.²¹

A ativa participação dos brasileiros nos negócios da “Cidade de Joinville” lhes permitiu participar, desde o início, da vida política do município. Por exemplo, em 1868, nas primeiras eleições municipais de Joinville, foram eleitos quatro Juizes de Paz, sendo João Domingos Pereira e Francisco Antonio Vieira os mais votados, seguidos pelos imigrantes C. J. Parucker e Adolph Haltenhoff. Para vereadores, elegeram-se sete colonos, todos de origem germânica. Ao comunicar o resultado das eleições aos seus acionistas em Hamburgo, a direção da Sociedade Colonizadora assim informou: “a 7 e 8 de setembro do ano passado [1868], houve a eleição dos funcionários municipais, que recaiu, entre outros, sobre os seguintes colonos: Jacob Muller, Dr. Haltenhoff, Friedrich Lange, Benno v. Frankenberg, Bernhard Poschaan Jr., Ludwig v. Lasperg, Jean Bauer e C. J. Parucker”.²² Vê-se que a direção da empresa informa nominalmente a escolha de oito dos dez representantes eleitos, omitindo apenas a eleição dos brasileiros.

Frente a essas evidências, naturalmente surge a seguinte questão: qual a intenção dos dirigentes da colônia e da direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo na velada tentativa de omitir a participação dos brasileiros da vida econômica, política e social da Dona Francisca? Para o historiador joinvilense Dilney Cunha, essa tentativa se insere na estratégia dos dirigentes de preservar o caráter “puramente alemão” da Dona Francisca e, assim, construir e fortalecer uma identidade étnica que permitisse distinguir o sóbrio e laborioso imigrante alemão dos luso-brasileiros, caboclos e afro-descendentes, qualificados, segundo contemporâneos, como indivíduos atrasados e indolentes.²³

²¹ “Registro de Terras”. Fundo Domínio Dona Francisca, documentos em catalogação. AHJ; Cunha, *História do trabalho em Joinville*, 67; Carlos Gomes de Oliveira, *Integração: estudos sociais e históricos. Joinville, Santa Catarina, Brasil* (Florianópolis: Gráfica Canarinho, 1984), 91-93, 113-119; Ricardo Costa de Oliveira, “Oliveira entre alemães. Estudo de caso da classe dominante no noroeste de Santa Catarina: da lavoura escravista para indústria e política”, *Revista de Sociologia e Política* (nº 4/5, 1995), 95; Oswaldo R. Cabral, *História política em Santa Catarina durante o império*, Vol. 4 Org. Sara Regina P. dos Reis (Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004), 1699; Raquel S. Thiago, “Um caso de liderança luso-brasileira na região de Joinville: Abdon Baptista, 1884-1922” (Dissertação de Mestrado, UFSC, 1983), 16-85.

²² “Décimo oitavo relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, novembro de 1869”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ.

²³ Cunha, *História do trabalho*, 57-58.

Dentro de uma perspectiva sociocultural, Dilney Cunha argumenta que, na concepção da época, essa inferioridade do trabalhador brasileiro em relação ao alemão estava associada a critérios étnico-raciais, sendo, portanto, inata. Assim sendo, o historiador sustenta que os dirigentes da colônia e da Sociedade Colonizadora evitavam associar Dona Francisca aos nacionais, pois temiam que a opinião sobre os brasileiros na Europa, principalmente a sua mentalidade escravista, pudesse influenciar negativamente a imagem da “Colônia Alemã de Dona Francisca”.²⁴

Como visto no Capítulo 1, um dos principais motivos pelo qual se proibiu o trabalho escravo nos núcleos de colonização europeia estabelecidos no Brasil foi o pensamento muito difundido na sociedade escravocrata brasileira de que o trabalho manual, especialmente o de cultivar a terra, era degradante. Temia-se que o imigrante fosse atingido por essa ideia; que se acostumassem com a crença de que o trabalho manual aviltava em vez de enobrecer; e que mesmo o branco europeu estaria em condição inferior pelo fato de se dedicar à lavoura. A incapacidade da classe dos grandes proprietários brasileiros de superar as relações sociais estabelecidas com a escravidão era conhecida, difundida e criava embaraços à imagem do Brasil na Europa. Portanto, é razoável considerar que o fato de existirem sesmeiros proprietários de escravos estabelecidos nas proximidades da Dona Francisca e haver arrendatários de terras e negociantes brasileiros dentro dos limites da colônia poderia gerar desconfiança nos acionistas, emigrantes e governos alemães quanto às condições existentes no empreendimento colonial hamburguês e as suas possibilidades de progresso. Não faltavam exemplos, no Brasil, de núcleos agrícolas de colonização europeia que haviam fracassado e de colonos que passaram a empregar escravos em suas propriedades.

Assim, tudo leva a crer que as recorrentes tentativas de se omitir a participação dos brasileiros na vida da Dona Francisca decorriam da estratégia dos empresários hamburgueses para atrair imigrantes e investidores alemães, que eram indispensáveis para que a Sociedade Colonizadora alcançasse seus objetivos primordiais em relação à colonização do sul do Brasil: controlar parte do importante negócio do transporte de imigrantes germânicos e criar grandes colônias agrícolas onde o “alemão pudesse permanecer alemão” e, deste modo, colaborar para incrementar as relações comerciais entre Brasil e Alemanha, com efeitos positivos no comércio e na navegação de Hamburgo.²⁵ Veja-se a seguir como esses objetivos foram concebidos.

²⁴ Cunha, *História do trabalho*, 57.

²⁵ Primeiro e segundo relatórios da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, março de 1851 e maio de 1852. Traduções Helena Remina Richlin. AHJ.

3.2 O interesse hamburguês de colonizar o sul do Brasil

A 21 de agosto de 1822, José Bonifácio de Andrada e Silva expediu instruções ao Major Georg Anton von Schäffer, orientando-o como proceder para recrutar colonos e fomentar a imigração alemã para o Brasil. Autorizado a contratar pessoas para cuidar do embarque dos colonos, Schäffer logo montou um escritório de recrutamento na cidade portuária de Hamburgo e espalhou agentes pelo interior dos estados alemães. Esse escritório funcionou durante quase dez anos, e suas atividades chamaram a atenção dos mercadores e armadores hamburgueses, que, à época, procuravam estreitar suas relações comerciais com Brasil. Esses empresários hamburgueses encontraram apoio dos cônsules e comerciantes alemães estabelecidos no Rio de Janeiro e Salvador, os quais, desde 1817, atuavam ativamente para incrementar o comércio entre Brasil e Alemanha.²⁶ Os registros portuários de Hamburgo indicam que as ações dos negociantes alemães surtiram efeito. A Tabela 3.1 mostra que no ano de 1814 aportaram em Hamburgo apenas 2 navios vindos do Brasil; quatro anos depois, esse número saltou para 30; em 1819 subiu a 45, passando a 56 no ano seguinte. Em 1824, chegaram a Hamburgo 137 embarcações procedentes de portos brasileiros, aumento de 144,6% em relação ao ano de 1820.

Tabela 3.1 – Número de navios que aportaram em Hamburgo vindos do Brasil, 1814-1825

Ano	Número de navios
1814	2
1815	4
1816	7
1817	9
1818	30
1819	45
1820	56
1824	137
1825	130

Fontes: Ernst Baasch, *Beiträge zur Geschichte der Handelsbeziehungen zwischen Hamburg und Amerika* (Hamburg: L. Friederischen & Co., 1892), 174; Schröder, *Imigração*, 33; Carta do cônsul brasileiro em Hamburgo, Eustáquio Adolfo de Mello Mattos, ao Marquês de Inhambupe, 6/1/1827; “Missão Diplomática Brasileira em Hamburgo”. Ofícios de 1824 a 1834. Arquivo Histórico do Itamarati. Rio de Janeiro, est. 202, prat. 2, vol. 1.

²⁶ “Instruções particulares para servirem de regulamento ao Sr. Jorge Antônio Schäffer, na missão com que parte desta corte para a de Viena da Áustria, e outras”, 21/8/1822, in Brasil, Ministério das Relações Exteriores, *Cadernos do CHDD* (Ano 7, nº. 12, Primeiro Semestre, 2008), 24-27; Schröder, *Imigração*, 33-36, 47-75, 95-101; Adolfo B. Schneider, “A origem do projeto”, *Boletim Stein* (Joinville: Edição Jan/Fev. de 1967), 6.

A partir de 1822, o comércio do Brasil com Hamburgo, à época o principal entreposto comercial da Europa continental, ganhou impulso e rapidamente a cidade alemã se transformou em importante porto de entrada das exportações brasileiras na Europa.²⁷ Porém, a diferença na tarifa de importação, de 14% para os produtos ingleses e 24% para as mercadorias alemãs, não permitia a estas competirem com aqueles, o que levou o cônsul de Hamburgo na Bahia, Peter Peycke, a intervir e solicitar a D. Pedro I as mesmas condições alfandegárias concedidas às nações mais favorecidas da Europa, especialmente a Inglaterra. Em março de 1826, Peycke entregou a D. Pedro I, durante sua visita a Salvador, uma exposição na qual destacou as “grandes e inegáveis vantagens que as Cidades Hanseáticas, mormente o Porto de Hamburgo, oferecem ao Brasil”, pois “não tendo a Alemanha colônias próprias, cujas produções possam gozar ali de preferência” os gêneros do Brasil, “mediante um direito igual para todas as nações”, encontrariam nos portos hanseáticos “vantagens que nenhuma outra nação da Europa oferece, existindo pelo contrário muitas que, para favorecerem suas colônias e navegação, usam de um sistema ou motivo proibitório e nocivo ao Brasil”.²⁸

Em resposta, D. Pedro I afirmou que não poderia ser concedido igual tratamento tarifário sem a assinatura de um acordo comercial. Assim sendo, logo o Síndico de Hamburgo, Karl Sieveking, deu início às negociações que resultaram na assinatura do “Tratado de Comércio e Navegação entre os Senados das Cidades Livres e Hanseática de Lübeck, Bremen e Hamburgo e o Brasil”, em 17 de novembro de 1827.²⁹ A partir de então, cresceu o número de comerciantes e firmas comerciais alemãs no Brasil. Em 1821, existiam apenas seis grandes casas de comércio alemãs no Rio de Janeiro; em 1830 já eram 20; em 1844, esse número subiu para 25, e para 50 em 1850. Nessa época, Porto Alegre, Rio Grande, São Paulo e Santos também contavam com importantes empresas teutas de importação e exportação, dentre as quais encontra-se a firma Theodor Wille & Cia, uma das principais exportadoras de café do Brasil no século XIX, com filiais no Rio de Janeiro, São Paulo e Santos.³⁰

A maior presença de comerciantes e casas de comércio alemãs no Brasil contribuiu para intensificar as relações comerciais entre o país e Hamburgo; em 1841, um a cada três navios

²⁷ Baasch, *Beiträge zur Geschichte*, 174; Herbert Minnemann, *Tratado de Comércio e Navegação entre os Senados das Cidades Livres e Hanseáticas de Lübeck. Bremen e Hamburgo e Sua Majestade o Imperador do Brasil* (Hamburgo: Instituto de Estudos Iberoamericanos, 1977), 63-67; Oberacker Jr., *Contribuição*, 200-201; Schneider, *Povoamento*, 120-126, 158-166; Schröder, *Imigração*, 33; Richter, “Fundadora de Joinville”, 77-78; Sylvia Ewel Lenz, *Alemães no Rio de Janeiro* (Bauru: EDUSC, 2008), 85-105.

²⁸ “Exposição do cônsul hamburguês na Bahia, Peter Peycke, à Sua Majestade o Imperador D. Pedro I”, 22/3/1826, in Minnemann, *Tratado*, 19-24.

²⁹ Minnemann, *Tratado*, 141-167.

³⁰ Oberacker Jr., *Contribuição*, 295-296; Lenz, *Alemães*, 138-140; Adolfo B. Schneider, “Comércio, Navegação, Migrações”, *Boletim Stein*, (Joinville: ed. de ago./out., 1967), 6.

que aportavam naquela cidade alemã tinha como origem o Brasil. Açúcar, café, peles, tabaco e cacau eram os principais produtos brasileiros exportados. Em contrapartida, o país importava dos estados alemães, via porto de Hamburgo, tecidos diversos, mobílias, teares, queijo, papel, entre outras mercadorias industrializadas. A Tabela 3.2 apresenta o balanço comercial entre Brasil e Hamburgo no período 1836-1848.³¹

Tabela 3.2 – Balanço comercial do Brasil em relação a Hamburgo, 1836-1848
(valores em marcos hamburgueses)

Ano	Exportações	Importações	Saldo	Ano	Exportações	Importações	Saldo
1836	12.417.000	4.100.000	8.317.000	1842	12.200.000	3.300.000	8.900.000
1837	12.059.000	3.150.000	8.909.000	1843	11.900.000	3.800.000	8.100.000
1838	11.746.000	3.600.000	8.146.000	1845	12.281.520	3.370.350	8.911.170
1839	13.847.000	4.300.000	9.547.000	1846	10.993.290	2.987.160	8.006.130
1840	17.442.000	3.800.000	13.642.000	1847	10.836.840	3.736.900	7.099.940
1841	13.835.000	4.080.000	9.755.000	1848	10.335.460	2.654.030	7.681.430

Fontes: *Einfuhr und Ausfuhr Hamburg – Brasilien*, 1845-1860. AHJ; Richter, “Fundadora de Joinville”, 78; Karl A. Müller, *Statistisches Jahrbuch für 1845* (Verlag der I. C. Hinrichsschen Buchhandlung. Leipzig, 1845), 68.

Nota-se na Tabela 3.2 que, entre 1836 e 1848, o resultado do balanço do comércio hamburguês-brasileiro foi bastante favorável ao Brasil. Merece destaque o fato de que as exportações de Hamburgo para o Brasil representaram em média 29% das importações no período 1836-1848. Como três quartos da diferença do saldo do balanço comercial eram pagos à vista, havia uma grande e constante saída de capitais de Hamburgo, o que levou um grupo composto de grandes negociantes, armadores, banqueiros e políticos hamburgueses a se reunir para elaborar um plano que viesse a melhorar a situação comercial da cidade alemã em relação ao Brasil.³²

Como visto no Capítulo 2, a década de 1840 assistiu a um rápido e expressivo aumento da emigração germânica. Os Estados Unidos eram o destino de aproximadamente 90% dos imigrantes germânicos, que na sua grande maioria migravam para aquele país a partir do porto de Bremen, vizinho e principal concorrente comercial de Hamburgo. Na época, o transporte marítimo de imigrantes constituía um grande negócio e os comerciantes e armadores de Bremen estavam obtendo lucros apreciáveis com o transporte de imigrantes alemães para América do Norte. Observando os resultados alcançados pelos negociantes de Bremen, os hamburgueses resolveram controlar parte do negócio dirigindo o transporte de imigrantes germânicos para América do Sul, sobretudo para o Brasil, pois, segundo o senador Sieveking, “o transporte de

³¹ “*Einfuhr und Ausfuhr Hamburg – Brasilien*, 1845-1860”. AHJ. Série microfilmes impressos.

³² “Plan für das Komitee zur Bildung eines Vereins zum Schutze, 27/5/1846”, S/599 Nr. 74,2 rot. Arquivo da Fundação Hanseática, Câmara de Comércio de Hamburgo; Schneider, “Comércio, navegação, migrações”, 6.

emigrantes para o Brasil poderia ganhar tanta importância para os armadores hamburgueses, quando conquistou para Bremen o transporte de imigrantes para os Estados Unidos”.³³

Com esse propósito, um grupo formado por grandes negociantes, armadores, banqueiros e políticos hamburgueses solicitou à Câmara de Comércio de Hamburgo que chamasse a atenção do governo de Hamburgo para a intenção do governo brasileiro de apoiar e favorecer a imigração alemã em larga escala para o Brasil. Os empresários hamburgueses ressaltavam que, se essa imigração fosse dirigida a partir de Hamburgo, a navegação e o comércio hamburguês ganhariam impulso com o transporte de imigrantes e com o fluxo de mercadorias entre Brasil e Alemanha, que na época não possuía colônias próprias.³⁴ Os empresários interessados no negócio advertiam que milhares de pessoas deixavam os estados alemães anualmente e levavam consigo força de trabalho e um capital estimado em 15 milhões de táleres.³⁵ De acordo com os empresários hamburgueses, a fortuna que saía anualmente da Alemanha servia apenas para enriquecer os países estrangeiros e fazer concorrência aos produtores alemães.³⁶

Com o apoio do Senado e da Câmara de Comércio de Hamburgo e de autoridades brasileiras, notadamente do cônsul geral do Brasil na Prússia, Johann Jacob Sturz, e do então embaixador brasileiro em Berlim, Visconde de Abrantes, que, em obra publicada em 1846, apresentou as vantagens e defendeu sua preferência pela imigração alemã, vinte das pessoas e firmas de comércio mais importantes de Hamburgo formaram, em 27 de maio de 1846, a “Associação provisória para a proteção da emigração alemã para o Brasil”.³⁷ Entre os membros dessa associação estavam Christian Matthias Schröder, Adolph Schramm, Ernst Merck e Robert M. Sloman, todos empresários diretamente ligados ao comércio e à navegação com o Brasil.

O comerciante hamburguês Adolph Schramm chegou ao Rio de Janeiro em 1827, na qualidade de secretário da missão diplomática das cidades livres e hanseáticas de Bremen,

³³ Heinrich Sieveking, “Hamburger Kolonisationspläne 1840-1842”, in *Preussische Jahrbücher*, Hrsg. Hans Delbrück (86 Band. Berlin: Georg Stilke, 1896), 152.

³⁴ Schramm, *Neun Generationen*, 126-130; Klaus Richter, “Primórdios da colonização sistemática alemã em Santa Catarina, 1846-1848”, *Revista do IHGSC* (3ª fase, nº 23, 2004), 11-14; Schneider, *Povoamento*, 163.

³⁵ Tâler: antiga moeda alemã equivalente a 1.200 réis em 1852.

³⁶ “Primeiro relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, março de 1851”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ.

³⁷ Visconde de Abrantes, *Memoria sobre meios de promover a colonização* (Berlim: Typ. de Unger Irmãos, 1846), 1; “Konv. Mss., Juni 1846, betr. Korrespondenz mit Visconde de Abrantes und H. G. C. Sturz”; “Plan für das Komitee zur Bildung eines Vereins zum Schutze, 27/5/1846”; “Schreiben des Komitees an Herrn Sturz, 4/6/1846”; “Schreiben des Komitees an Visconde d' Abrantes, 6/6/1846”; “Antwortschreiben d' Abrantes, 11/6/1846”; “Schreiben des Generalkonsuls Sturz an Verein, 12/6/1846”; “Schreiben des Komitees an d' Abrantes, 15/6/1846”; “Schreiben des Komitees an Generalkonsul Schröder, 16/6/1846”; S/599 Nr. 73 rot. e S/599 Nr. 74,2 rot. Arquivo da Fundação Hanseática; Richter, “Fundadora de Joinville”, 80; “Primórdios”, 11-14; “Cartas do Dr. Blumenau”, in *Cartas reveladas: a troca de correspondências entre Hermann Blumenau e Johann Jacob Sturz*, organização André F. Voigt (Blumenau: Cultura em Movimento, 2004), 25-70; Schneider, *Povoamento*, 120, 125, 158-166.

Hamburgo e Lübeck. Depois da assinatura do tratado de comércio e navegação entre as cidades hanseáticas e o Brasil, a 17 de novembro de 1827, Schramm retornou a Hamburgo, mas logo voltou ao Brasil para estabelecer, primeiro em Salvador e depois em Recife, uma firma de exportação de açúcar. Mais tarde, no lugar chamado Maroim, no Sergipe, Schramm tornou-se sócio de um engenho de açúcar. No Rio de Janeiro, mantinha amizade com políticos influentes, com os quais, conforme Schramm, ele poderia “conseguir mais do que seria possível conseguir mediante os meios usados em diplomacia”. Amigo de Schramm, Ernest Merck, da firma H. J. Merck & Cia, passou parte de sua formação comercial no Rio de Janeiro, onde estabeleceu importantes relações comerciais e políticas, que, a exemplo de Schramm, colocou à disposição para favorecer a recém-fundada associação hamburguesa de colonização.³⁸

O senador Christian Matthias Schröder, proprietário da firma de comércio e navegação Christian Matthias Schröder & Co., que durante a primeira metade do século XIX desempenhou papel importante no comércio entre Brasil e Hamburgo, importando, sobretudo, café e açúcar, atuou como representante dos senadores Nicolau de Campos Vergueiro e Francisco Antônio de Souza Queiroz no engajamento de colonos europeus, como se constata no anúncio publicado na edição de 3 de outubro de 1850 do *Neue Zürcher Zeitung*:

Famílias ou pessoas que desejam emigrar encontram acolhimento e abrigo seguro sob condições bastante vantajosas nas colônias alemãs situadas nas terras do príncipe de Joinville e dos senhores senadores Vergueiro e Queiroz na província de São Paulo no Brasil. Navios otimamente equipados, com passagens baratas, são regularmente expedidos por Christ. Math. Schröder e Comp. em Hamburgo.³⁹

Nessa época, a firma Schröder & Co. organizava e transportava imigrantes europeus para o Brasil, onde mantinha uma filial, no Rio de Janeiro. Esta era dirigida por Hermann Schröder, terceiro filho do senador Christian Matthias Schröder e cônsul geral de Hamburgo no Brasil. Entre 1846 e 1852, a companhia de navegação de Schröder transportou ao menos 750 colonos germânicos para o Brasil. Mais tarde, a firma Schröder & Co., que já em 1840 encontrava algumas dificuldades financeiras, foi abalada pela crise econômica internacional de 1857 e abriu falência. A partir de então, quem se destacou na organização do transporte marítimo de imigrantes germânicos para o Brasil foi a companhia hamburguesa de navegação de Robert M. Sloman. Entre 1856 e 1875, a firma de Sloman transportou 13.819 imigrantes para o Brasil em 80 expedições.⁴⁰

³⁸ Schramm, *Neun Generationen*, 129-131; Schneider, *Povoamento*, XL-XLII.

³⁹ *Neue Zürcher Zeitung* (Novo Jornal de Zürich), nº 276, 3/10/1850, 1.220. AHJ, série microfilmada.

⁴⁰ Richter, “Primórdios”, 27; “Fundadora de Joinville”, 91-94.

3.3 O programa de colonização dos empresários hamburgueses

Cientes da intenção do governo brasileiro de atrair e favorecer a imigração germânica, a “Associação provisória para a proteção da emigração alemã para o Brasil” constituiu comissão especial para elaboração de uma proposta.⁴¹ Em 3 de agosto de 1846, o cônsul de Hamburgo no Rio de Janeiro e sócio da firma Schröder & Co., Hermann Schröder, apresentou o projeto da associação hamburguesa ao Ministro Joaquim Marcelino de Brito.⁴² A proposta previa a criação de grandes colônias agrícolas nas províncias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde seriam estabelecidos cerca de 40 mil imigrantes alemães ao longo de 20 anos. Para tanto, os empresários hamburgueses requeriam do governo brasileiro a concessão gratuita de grandes e contínuas extensões de terras naquelas províncias, devendo essas terras ser bem localizadas e apropriadas à agricultura e ao comércio. Os empresários solicitavam, ainda, isenção de impostos; pagamento de um prêmio de 15 mil-réis para cada colono maior de 10 anos de idade que fosse introduzido no país; livre importação de mantimentos, materiais de construção, ferramentas e utensílios dos imigrantes durante o primeiro ano; dispensa dos colonos do serviço militar; liberdade de culto e livre constituição municipal às futuras colônias.⁴³

Enquanto aguardava a tramitação da sua proposta no Conselho de Estado, a associação hamburguesa, por intermédio do cônsul Schröder, contratou Hermann Bruno Otto Blumenau, que recém havia apresentado seu plano particular de colonização ao governo brasileiro. Os empresários hamburgueses desejavam aproveitar a experiência do Dr. Blumenau, que, após obter recomendações do cônsul J. J. Sturz e do embaixador Visconde de Abrantes, partiu de Hamburgo com destino ao Rio Grande do Sul, onde chegou em 20 de junho de 1846. Após permanecer algumas semanas na província rio-grandense, Dr. Blumenau possuía informações mais precisas, resultantes da avaliação *in loco* da situação da colonização alemã no sul do Brasil e das possibilidades de criação de estabelecimentos coloniais no Rio Grande do Sul. Por sua vez, os empresários hamburgueses tinham apenas as informações que lhes eram transmitidas pelos seus contatos no Rio de Janeiro e os dados contidos em relatórios oficiais, estes nem sempre precisos.⁴⁴

⁴¹ Brasil, Art. 2º, § 22; Art. 8º, § 4º, da Lei nº 317 de 21/10/1843; Art. 48º da Lei nº 369 de 18/9/1845; Decretos nº 356 de 26/4/1844 e nº 401 de 1/2/1845; in Iotti, *Imigração*, 38-55; Visconde de Abrantes, *Memoria*; “Missão diplomática de Paulo Barbosa da Silva” (1846), in Lacombe, *O mordomo do Imperador*, 225.

⁴² “*Vorstellung des Herrn Schröder bei der brasilianischen Regierung*, 3/8/1846”; “*Schreiben Schröder an Komitee*, 4/8/1846”, S/599 Nr. 74,2 rot. Arquivo da Fundação Hanseática.

⁴³ “*Plan für das Komitee*, 27.5.1846”. “*Vorstellung des Komitees an die brasilianische Regierung*, 27/5/1846”.

⁴⁴ “Extratos das cartas do Dr. Blumenau”, in Voigt, *Cartas*, 25-70; Vanessa Nicoceli, “Hermann Blumenau: uma experiência de colonização em Santa Catarina, 1846-1884” (Dissertação Mestrado, UFPR, 2014), 29-33; Richter, “Primórdios”, 15-22.

No projeto que apresentou ao governo brasileiro, Dr. Blumenau prometeu estabelecer 30 mil colonos alemães nas províncias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina no prazo de vinte anos, introduzindo 2,5 mil imigrantes nos primeiros cinco anos, 5 mil no segundo quinquênio, 10 mil no terceiro e 12,5 mil no quarto. Além disso, prometeu restringir o emprego de mão de obra escrava nas terras que viesse colonizar, o que na verdade era uma obrigação, visto que o trabalho escravo já havia sido proibido nos núcleos de pequenos proprietários europeus estabelecidos no Brasil. De outra parte, Dr. Blumenau requeria do governo brasileiro a venda de 400 léguas quadradas de terras naquelas duas províncias do Sul pelo preço de 30 contos de réis; o reconhecimento e garantia dos direitos civis dos colonos germânicos; a concessão de prêmios em terras para cada 80 imigrantes introduzidos acima do contratualmente estipulado; a autonomia para os colonos escolherem entre eles os seus juízes de paz e árbitros; dispensa dos imigrantes do serviço militar; concessão de certos benefícios e isenções de impostos de importação de ferramentas e utensílios domésticos.⁴⁵

A despeito da proposta abrangente, Dr. Blumenau declarava ter poucas esperanças em relação ao seu projeto devido à falta de apoio de algumas autoridades brasileiras, que lhe haviam dito: “não necessitamos de colonos em massa, mas sim de trabalhadores individuais” para se “colocar no lugar dos escravos”.⁴⁶ Desta forma, Dr. Blumenau passou a considerar transferir seus planos de colonização para o Uruguai. Mais tarde, em carta dirigida ao cônsul J. J. Sturz, reiterou que, reestabelecida a paz em Montevideu e mantida a “teimosia e obstinação” de certas autoridades brasileiras, o melhor seria buscar concretizar os planos no Uruguai, onde, conforme Dr. Blumenau, seria possível fazer mais e obter lucros com a colonização. Ao mesmo tempo, diante das incertezas que envolviam a aprovação do seu projeto, Dr. Blumenau aceitou o convite do cônsul Schröder para trabalhar para a associação hamburguesa, cujo projeto de colonização encontrava dificuldades para tramitar na Câmara dos Deputados.⁴⁷

Para Dr. Blumenau, não havia possibilidade de o projeto Associação de Hamburgo ser aprovado. Ele ponderava que os hamburgueses teriam que “desistir de prêmios em dinheiro e tornar a causa [colonização] a mais fácil possível”.⁴⁸ Ainda assim, Dr. Blumenau buscou apoio político para a proposta hamburguesa, sob o argumento de que Hamburgo possuía muitos negócios com o Brasil. Porém, nas cartas que enviou ao cônsul Sturz, Dr. Blumenau revelava sua insatisfação com os empresários hamburgueses, e deixava claro sua estratégia de prosseguir

⁴⁵ “Carta do Dr. Blumenau a Johann J. Sturz”, 11/8/1846, in Voigt, *Cartas*, 35-36; Richter, “Primórdios”, 13-14.

⁴⁶ “Carta do Dr. Blumenau a Johann J. Sturz”, 11/8/1846, in Voigt, *Cartas*, 36-37.

⁴⁷ “Carta do Dr. Blumenau a Johann J. Sturz”, 14/9/1846, in Voigt, *Cartas*, 40-45.

⁴⁸ *Ibidem*, 43.

com seu projeto particular de colonização, apesar de continuar trabalhando para a associação de Hamburgo.⁴⁹ Deste modo, Dr. Blumenau buscou manter-se envolvido nas negociações da emigração alemã para o Brasil com duas alternativas de negócios.

Em meio às discussões e articulações sobre o projeto de colonização dos empresários hamburgueses, a “Associação provisória para a proteção da emigração alemã para o Brasil” foi definitivamente constituída, passando a se chamar “Sociedade de promoção da emigração alemã para o Sul do Brasil”. Esta, por intermédio do bem relacionado comerciante hamburguês Adolph Schramm, logo obteve o apoio dos Ministros Manuel Antonio Galvão e Holanda Cavalcanti d’Albuquerque, que auxiliaram na reformulação do projeto original, apresentado em 3 de agosto de 1846 pelo cônsul Schröder e que ainda aguardava tramitação.⁵⁰

A 26 de novembro de 1846, a Sociedade de Hamburgo apresentou nova proposta ao Ministro Joaquim Marcelino de Brito, requerendo, em vez da concessão gratuita de terras, a venda de duas extensas porções de terras no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, cada uma contendo de 25 a 30 léguas quadradas. Porém, os empresários hamburgueses insistiam em obter subvenções do governo brasileiro, argumentando que, sem elas, não seria possível empreender a colonização alemã em larga escala no Brasil. Enquanto aguardavam o parecer do Conselho de Estado, os hamburgueses começaram a negociar com o Príncipe de Joinville, cujo patrimônio em terras na província de Santa Catarina reunia, segundo os dirigentes da Sociedade, todos os requisitos favoráveis à colonização alemã.⁵¹ Por outro lado, os empresários hamburgueses esperavam obter, por intermédio do Príncipe de Joinville, devido às suas relações pessoais com o cunhado, D. Pedro II, e aos interesses econômicos da Família Real, os favores considerados indispensáveis à empresa colonizadora. Importa salientar, desde o início o auxílio financeiro do governo brasileiro era visto como condição *sine qua non* ao projeto de colonização da sociedade hamburguesa.

⁴⁹ “Carta do Dr. Blumenau a Johann J. Sturz”, 14/9/1846, in Voigt, *Cartas*, 43.

⁵⁰ “Konv. Briefe, 1846/47, Korrespondenz mit Ad. Schramm”; “Vorstellung der Herren Schröder und Schramm an die brasilianische Regierung”; “Schreiben Schröder an Komitee, 23/10/1846”; “Schreiben Komitee an Schröder, 27/11/1846”; “Schreiben Schröder an Komitee, 15/12/1846”, S/599 Nr. 74,1 rot. e S/599 Nr. 74,2 rot, Arquivo da Fundação Hanseática; Schramm, *Neun Generationen*, 130-131; Richter, “Primórdios”, 24.

⁵¹ “Vorstellung der Herren Schröder und Schramm an die brasilianische Regierung”; “Schreiben Komitee an Schröder, 27/11/1846”; “Motive zu dem im Nov. 1846 entworfenen hbg. Kolonisationsplan”; “Entwurf einer Übereinkunft mit dem Prinzen von Joinville”; “Brief des Komitees betr. Landerwerben vom Prinzen von Joinville”; “Verhandlungsvollmacht des Komitees für Herrn Genaut, 20/2/1847”; “Schreiben des Herrn Genaut an General Konsul Schröder, 23/2/1847”; “Schreiben Schröder an Komitee, 27/2/1847”; “Schreiben des Komitees an Herrn Genaut, Paris, vom 26/3/1847”; “Schreiben des Komitees an Genaut, Febr. 1847”, S/599 Nr. 74,1 rot.; S/599 Nr. 74,3 rot., Arquivo da Fundação Hanseática; “Primeiro relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, março de 1851”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ.

A falta de entendimento entre o Príncipe de Joinville e os empresários hamburgueses travou as negociações. O Príncipe, esperando lucrar com a valorização das terras adjacentes, dispôs-se a conceder apenas 5 das 25 léguas quadradas de terras que formavam seu patrimônio em Santa Catarina. A proposta não agradou os hamburgueses, que, frente ao seu projeto de dirigir a emigração em grande escala para o Brasil, desejavam colonizar pelo menos quatro quintos das terras do Príncipe. Em meio às negociações com o Príncipe de Joinville, a Sociedade de Hamburgo recebeu a notícia que seu projeto não encontrou apoio suficiente no Conselho de Estado, que sequer aceitou discutir a proposta hamburguesa. Os empresários alteraram o projeto novamente e reapresentaram-no ao Conselho. Este, porém, rejeitou definitivamente a proposta da Sociedade de Hamburgo, alegando que, antes de definir os princípios básicos da política de terras e colonização do Brasil, o que incluía delimitar as terras devolutas, não avaliaria os projetos de colonização de companhias estrangeiras.⁵²

Pouco tempo depois estourou a revolução francesa de 1848, que derrubou Luís Felipe I, Rei da França, pai do Príncipe de Joinville. Resignado, Luís Felipe refugiou-se com sua família em Claremont, na Inglaterra, onde permaneceu exilado. Em fevereiro de 1849, diante da aflitiva situação financeira da família, o Príncipe de Joinville enviou Louis François Léonce Aubé a Hamburgo para negociar parte das suas terras com a “Sociedade de promoção da emigração alemã para o sul do Brasil”. Esta, porém, havia sido dissolvida em 1848, devido à instabilidade política e às incertezas resultantes dos levantes revolucionários que atingiram a Alemanha em março daquele ano. Em Hamburgo, Aubé encontrou o senador hamburguês Cristian Matthias Schröder, um dos signatários da extinta associação, que procurou reconstituir a sociedade para dar início às negociações. Embora não tenha obtido êxito na sua iniciativa, Schröder estava convicto de que os membros da antiga sociedade se recusaram a formar nova associação tão somente devido às circunstâncias da época. Assim, o próprio Schröder assumiu as negociações com o representante do Príncipe de Joinville, que o autorizou a repassar a uma sociedade por ações a tarefa de colonizar as terras que estavam sendo negociadas, sob a condição de que o próprio senador Schröder ficasse à frente da futura empresa.⁵³

⁵² “*Schreiben Schramm an Komitee*, 12/6/1847”; “*Schreiben Schramm an Komitee*, 10/7/1847”; “*Schreiben Schröder an Komitee*, 5/8/1847”; “*Schreiben Schramm an Komitee*, 14/9/1847”, S/599 Nr. 74,2 rot. Arquivo da Fundação Hanseática.

⁵³ “Primeiro relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, março de 1851”, Tradução Helena R. Richlin. AHJ; Richter, “Fundadora de Joinville”, 81-82; Ficker, *História de Joinville*, 40.

3.4 O contrato com o Príncipe de Joinville

A 5 de maio de 1849, reuniram-se, em Hamburgo, Louis François Léonce Aubé, como procurador do Príncipe e da Princesa de Joinville, e Christian Matthias Schröder, para celebrar o contrato pelo qual os Príncipes cederam 8 das suas 25 léguas quadradas de terras localizadas na província de Santa Catarina. Ficou acertado que, se o governo brasileiro não aceitasse pagar uma subvenção para as passagens dos imigrantes com idade entre 6 e 12 anos, os Príncipes concederiam mais uma légua quadrada de terra a Schröder, que, nesse caso, receberia o total de 9 léguas quadradas, cada uma medindo 1.600 hectares. Os Príncipes ainda prometiam negociar com o senador Schröder outras 12 léguas quadradas (19.200 hectares) de terras, a um preço fixo de 10 francos por hectare, as quais o Senador deveria aceitar ou recusar dentro do prazo de 4 anos. Independentemente do tamanho da concessão, o contrato reservava ao Príncipe de Joinville um terreno de 5 hectares na área urbana e 500 hectares de terras no distrito rural da futura colônia, bem como as minas que viessem a ser encontradas na área da concessão.⁵⁴

É importante observar que, inicialmente, o Príncipe de Joinville concedeu ao senador Schröder apenas 8 das 25 léguas quadradas de terras que formavam seu patrimônio na província de Santa Catarina, reservando para si o direito de explorar as 17 léguas restantes. O valor dessas terras, afirmou o Príncipe de Joinville, aumentaria “em virtude do crescimento da população e dos escoadouros de mercadorias e vias de comunicação que esta população promoverá”.⁵⁵ Com essa perspectiva, o Príncipe impôs uma série de condições para ceder as 8 léguas quadradas de terras ao senador Schröder. No contrato de onze cláusulas que indicavam o objeto do acordo e determinavam as obrigações das partes, merece destaque a cláusula quinta, que estabelecia, como condição *sine qua non* à concessão, a obrigação ao senador Schröder de preparar a infraestrutura necessária à recepção dos colonos, e fornecer a eles, durante os dois primeiros anos, contados a partir da chegada da primeira leva de imigrantes, os meios necessários a sua subsistência e prosperidade, o que incluía a construção de escolas, igrejas e hospitais.⁵⁶

Sabia o Príncipe que era fundamental promover os meios para fixação dos imigrantes, prosperidade inicial dos colonos e conservação da ordem social. A experiência fracassada da “Colônia Industrial do Saí” tinha deixado suas lições. Estabelecida em 1842, na Península do

⁵⁴ “Contrato de cessão de parte das terras dotais firmado entre o Príncipe de Joinville e Christian Matthias Schröder”. BR RJHGB Lata 216, doc. 21. Cópia no Apêndice C, Documento C2; “Primeiro relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, março de 1851”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ.

⁵⁵ “Carta do Príncipe de Joinville ao Conselheiro Paulo Barbosa da Silva, Claremont, 9 de fevereiro de 1855”, APB- Tomb. 3133-97. Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

⁵⁶ “Contrato de cessão de parte das terras dotais”. BR RJHGB Lata 216, doc. 21.

Saí, defronte à ilha de São Francisco, próxima às terras do Príncipe de Joinville, a colônia francesa organizada pelo médico homeopata Benoit Jules Mure foi uma experiência efêmera, apesar do otimismo e apoio que recebeu do governo brasileiro.⁵⁷

Inspirado nas ideias de Charles Fourier, Dr. Mure despertou a atenção das autoridades brasileiras e ganhou apoio da opinião pública ao tocar estrategicamente em temas de grande interesse do império, como a ocupação de terras devolutas, substituição do trabalho escravo e industrialização. Em longa carta publicada no *Jornal do Commercio*, Dr. Mure, representando a *Union Industrielle*, forneceu detalhes a respeito da intenção da *Union* de fundar uma colônia industrial no Brasil. Ressaltou que, diante das contínuas crises da indústria na Europa, não era difícil encontrar “hábeis e honrados” mecânicos, “capazes de construir máquinas de vapor”, para emigrarem às novas nações da América onde a “indústria tivesse tão evidente utilidade, que atraísse todas as atenções e assegurasse o bom êxito dessa tentativa”. Dr. Mure também afirmou que “a reunião de hábeis maquinistas que conosco teremos [...] permitirá [...] realizar um sem número de invenções úteis que na Europa ficaram no estado de teorias, menos por algum defeito em sua execução do que em consequência da extrema divisão da propriedade territorial”. Em seguida escreveu ele: “pela reunião de tais meios começaria a realizar-se a grande fecunda aplicação das forças mecânicas na agricultura. Quantos milheiros de braços ficarão substituídos por alguns desses meios [...]. Assim ficaria resolvido o grande problema do cativo e sair-se-ia desse fatal dilema”.⁵⁸

Em 11 de dezembro de 1841, o governo brasileiro aprovou a concessão ao Dr. Mure de duas léguas quadradas de terras devolutas na Península do Saí, na província de Santa Catarina. Em seguida, chegaram ao Rio de Janeiro os primeiros colonos, acompanhados dos dirigentes da *Union Industrielle*, Janain e Derrion. Estes, ao tomarem conhecimento de que a concessão das terras foi feita em nome do Dr. Mure e não da *Union*, exigiram a assinatura de um novo contrato. De outra parte, Dr. Mure os acusava de terem alterado os estatutos da *Union* sem o seu conhecimento. Diante dessa desavença, logo o otimismo em relação à “Colônia Industrial do Saí” se reverteu. Na companhia de um grupo de imigrantes que o apoiava, Dr. Mure partiu

⁵⁷ Santa Catarina, *Falla... Presidente da Província*, Antero Jozé Ferreira de Brito, 1842, 27; *Falla... Presidente da Província*, Antero Jozé Ferreira de Brito, 1/3/1843 (Cidade do Desterro: Typ. Provincial, 1843), 16-17; “Colonização Industrial”, *Jornal do Commercio*, nº 329, 21/12/1841, 1 e nº 332, 24/12/1841, 1; Antonio Carlos Güttler, “A colonização do Saí (1842-1844): esperança de falansterianos, expectativa de um governo” (Dissertação de Mestrado, UFSC, 1994), 56-162; Ivone C. d’A Gallo, “A aurora do socialismo: fourierismo e o falanstério do Saí (1839-1850)” (Tese de Doutorado, Unicamp, 2002), 11-38 e 163-230; Hoyêdo Nunes Lins, “Fourierismo no Brasil Meridional: a saga do falanstério do saí (1841-1844)”, *Revista de História Econômica & História de Empresas* (XIII, nº 1, Jan/Jun, 2010), 31-72; Ficker, *História de Joinville*, 24-27.

⁵⁸ “Colonização”, *Jornal do Commercio*, nº 333, 17/12/1840, 2.

do Rio de Janeiro em direção a São Francisco levando consigo mantimentos e pertences do conjunto daqueles recém-chegados. Na chegada ao Saí, no início de 1842, parte dos colonos decidiu abandonar o Dr. Mure e, em abril daquele ano, os dissidentes e mais alguns imigrantes que haviam ficado no Rio, liderados por Janain e Derrion e com o aval do governo brasileiro, fundaram, também no Saí, a colônia de Palmital. À cisão, seguiu-se uma série de conflitos ocasionados pela insatisfação e inquietação dos colonos e da rivalidade entre os núcleos do Saí e Palmital, o que aniquilou a experiência *fourierista* em Santa Catarina.⁵⁹

Não surpreende, portanto, que o senador Schröder tenha reconhecido a necessidade de assentar colonos nas terras dos Príncipes de Joinville de maneira ordenada, com regras, normas e princípios comuns e que buscassem garantir a ordem social e a prosperidade da coletividade. O Senador sabia que a falta de condições e garantias aos imigrantes e os conflitos resultantes da insatisfação dos colonos causariam embaraços à imigração germânica para o Brasil, bem como perspectivas negativas em relação ao futuro do empreendimento. Quanto maior fossem o fluxo de imigrantes e a produção colonial, maior seria a valorização das terras do Príncipe e os ganhos da futura sociedade hamburguesa com o transporte de imigrantes, venda dos lotes e comercialização dos produtos coloniais.

Assim sendo, Schröder comprometeu-se a introduzir na futura colônia pelo menos 1.500 imigrantes dentro do prazo de cinco anos, dos quais 100 colonos adultos deveriam chegar nos primeiros quinze meses, 200 nos nove meses seguintes e 400 em cada um dos três anos restantes. Schröder prometeu recepcionar e fornecer alojamento, ferramentas, sementes e alimentos a todos os colonos durante os dois primeiros anos, contados a partir da chegada da primeira leva de imigrantes. O Senador também deveria providenciar a construção de igrejas e escolas e a contratação de pregadores protestantes e católicos e professores, bem como construir e manter estradas e caminhos para facilitar a comunicação entre os colonos. O contrato ainda determinava que o senador Schröder deveria solicitar imediatamente ao governo brasileiro os favores considerados indispensáveis à colonização das terras de Dona Francisca, e que eram usualmente conferidos aos empreendimentos coloniais do país. De outra parte, os Príncipes se comprometeram a “fazer uso de todas as suas influências para consegui-los”. Caso os privilégios fossem negados, o Senador ficava livre para renunciar ao contrato.⁶⁰

⁵⁹ Santa Catarina, *Falla... Presidente da Província*, Antero Jozé Ferreira de Brito, 1843, 16; *Falla... Presidente da Província*, Antero Jozé Ferreira de Brito, 1/3/1844 (Cidade do Desterro: Typ. Provincial, 1844), 25; “Colonização Industrial”, *Jornal do Commercio*, n.º. 337, 31/12/1841, 2; Lins, “Fourierismo”, 56; Gallo, “A aurora do socialismo, 194-198; Güttler, “Colonização do Saí”, 142-145.

⁶⁰ “Contrato de cessão de parte das terras dotais”. BR RJHGB Lata 216, doc. 21.

Consumado o acordo em Hamburgo, Léonce Aubé dirigiu-se a Londres, onde o contrato foi ratificado pelos Príncipes em 28 de maio de 1849. Em seguida, Christian Matthias Schröder reuniu-se com Adolf Schramm e Georg Wilhelm Schröder para organizar a *Colonisations-Verein von 1849 in Hamburg* (Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo).

3.5 O plano da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo

Constituída a “Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo”, a direção provisória da empresa, presidida pelo senador Christian Matthias Schröder, dirigiu ao governo brasileiro, em 11 de agosto de 1849, uma petição com uma série de concessões em favor da colônia que se pretendia estabelecer nas terras dos Príncipes de Joinville, sublinhando que estes tinham interesse e apoiavam o empreendimento. O requerimento desdobrava-se em dez itens em que se requeriam alguns dos favores confiados à colônia de Charles Van Lede, fundada em 1845 na província de Santa Catarina. Entre eles, requeria-se a isenção aos colonos de toda e qualquer contribuição tributária durante os primeiros 10 anos e dispensa dos colonos do serviço militar. A sociedade hamburguesa também solicitava um auxílio para o pagamento das passagens dos colonos imigrantes com idade entre 5 e 12 anos, lembrando ao governo que igual favor havia sido concedido ao senador Nicolau de Campos Vergueiro em 1847 para transporte de colonos de Hamburgo para Santos nos navios “Francisca” e “Merk”.

A direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo também requeria a criação de uma alfândega e mesa de rendas no porto de São Francisco, a isenção de taxas portuárias para os navios empregados no transporte de imigrantes, bem como a isenção de impostos alfandegários para todos os utensílios, mobílias, ferramentas, sementes e alimentos necessários à instalação e sustento dos colonos, liberdade de culto, proibição do emprego do trabalho escravo na colônia e livre constituição municipal, tendo os imigrantes o direito de escolher entre eles seus árbitros e representantes.⁶¹

Enquanto aguardava a decisão do governo brasileiro, a direção provisória da Sociedade Colonizadora de 1849 publicou, em Hamburgo, os estatutos da empresa. O primeiro parágrafo do programa destacava as condições e qualidades das terras onde seria estabelecida a colônia, e deixava claro o objetivo da Sociedade: colonizar inicialmente oito, depois mais doze, em um total de vinte léguas quadradas de terras em Santa Catarina, concedidas contratualmente pelos Príncipes de Joinville. Ainda conforme o regimento da empresa, a comercialização de terras na

⁶¹ “Relação de concessões que pede a Sociedade Colonizadora estabelecida em Hamburgo ao Governo de Sua Majestade o Imperador do Brasil”. BR RJHGB Lata 216, doc. 21. Cópia no Apêndice B, Figura B1.

colônia Dona Francisca constituiria a principal fonte de receita da Sociedade Colonizadora. Logo, a demarcação dos lotes, a garantia dos direitos individuais, sobretudo no que diz respeito à propriedade privada e à liberdade comunal e religiosa dos colonos, a construção de estradas, escolas, hospitais e igrejas, todas garantias previstas no primeiro parágrafo do estatuto da empresa, faziam parte das condições que permitiriam à Sociedade atrair para a futura colônia o maior número possível de imigrantes e, deste modo, promover a valorização das terras da colônia. Somente assim a Sociedade poderia gerar os ganhos prometidos aos seus acionistas.

Para iniciar suas operações, a Sociedade Colonizadora estimava vender 1.000 ações no valor de 200 marcos hamburgueses ou 100 táleres prussianos cada uma, cuja soma formaria o fundo da Sociedade, que seria considerada definitivamente constituída a partir da subscrição de 800 ações. Cada acionista, por ação adquirida, obteria o direito a um terreno de 12,5 hectares na área rural da futura colônia. Caso quisesse fazer uso desse direito, o acionista deveria comunicar à direção da empresa e assumir o compromisso de colonizar tais terras no prazo de dois anos, com pelo menos uma família de colonos.

Na hipótese de não realizar a colonização no tempo estipulado, o acionista perderia todos os direitos sobre as terras que recebeu e ainda lhe seriam debitados 25% das parcelas pagas por ação, ou seja, 50 marcos hamburgueses. Os acionistas poderiam, em substituição aos 12,5 hectares rurais, optar pela posse de dois lotes de 2.500 m² cada, ambos localizados na futura “Cidade de Joinville”, núcleo urbano da colônia Dona Francisca. Neste caso, ficava dispensada a obrigação de colonização. Os acionistas que recebessem a escritura definitiva das terras deveriam devolver suas ações à Sociedade, mas continuariam com o direito de receber dividendos.⁶²

Em 15 de maio de 1850, o Decreto Imperial nº 537 aprovou praticamente todos os favores e privilégios requeridos pela direção provisória da sociedade hamburguesa na petição encaminhada ao governo brasileiro em 11 de agosto de 1849. Especificamente, foi concedido à Sociedade Colonizadora o direito de enviar colonos diretamente da Europa ao porto de São Francisco, onde os imigrantes desembarcariam livremente, quer dizer, isentos de impostos, com seus pertences de uso domésticos, mantimentos, ferramentas, sementes e animais destinados à lavoura ou para os trabalhos a serem executados na colônia. Além disso, os navios empregados pela Sociedade no transporte de colonos ficariam isentos de pagar taxa de ancoragem naquele porto. Os colonos imigrantes também ficavam isentos do imposto de sisa da primeira venda dos

⁶² “Estatutos da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo”. Anexo ao “Primeiro relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, março de 1851”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ.

bens de raiz e daqueles que recaíam sobre os estabelecimentos comerciais da colônia, desde que estes tributos não fossem decorrentes da imposição da câmara municipal ou da Assembleia provincial. As concessões e isenções tinham validade de cinco anos, podendo ser renovadas por igual período, caso a Sociedade Colonizadora viesse a aceitar empreender a colonização de outra extensão de terra pertencente ao patrimônio dotal da Princesa Dona Francisca. Por fim, o decreto nº 537 proibia terminantemente o emprego de mão de obra escrava na colônia.⁶³

Com as garantias do governo brasileiro, a direção provisória da sociedade hamburguesa de colonização, em reunião pública realizada em Hamburgo, a 11 de março de 1851, convidou todos os interessados no negócio da emigração a associarem-se por meio da subscrição de ações no valor de 200 marcos hamburgueses cada, com depósito inicial de 20%. Prometia-se aos futuros acionistas um ganho de 50% em cinco anos, o que seria obtido com a venda de 1.000 terrenos de 2.500 m² estrategicamente reservados em local onde seria fundada a “Cidade de Joinville”, mais 13.250 hectares de terras a serem vendidas na área rural da “Colônia Dona Francisca”.⁶⁴

Ponto importante a observar é a separação rigorosa entre a área rural da “Colônia Dona Francisca” e a “Cidade de Joinville”. Conforme relatório de março de 1851, a zona rural e as terras mais afastadas do centro da colônia seriam colonizadas primeiro, pois, deste modo, seria possível elevar o valor dos lotes mais próximos ao local reservado à futura cidade “devido a sua localização privilegiada para a venda de produtos, sendo o suficiente para permitir e justificar a futura elevação do preço”. Assim, a direção da Sociedade Colonizadora estipulou o preço do morgo de terra em 2 táleres prussianos, o equivalente a 9\$600 por hectare, para os terrenos mais afastadas do centro da colônia, acreditando não ser preciso vender mais de 3.750 hectares a este preço para, em seguida, elevar o preço daquelas terras para 14\$400 o hectare.⁶⁵ Na área destinada à fundação da “Cidade de Joinville”, foram reservados 500 lotes de terras de 2.500 m², que, inicialmente, deveriam ser vendidos a 6\$000, valor que, dizia o relatório, “qualquer pessoa assumiria”; e outros 500 lotes, igualmente com 2.500 m², a 30\$000. Os dirigentes da Sociedade justificavam a significativa diferença entre os preços dos terrenos devido “à grande variedade de vantagens que a localização privilegiada da colônia pode oferecer”.⁶⁶

⁶³ Brasil, Decreto nº 537 de 15/5/1850, *CLIB* de 1850”, Tomo XI. Parte I, 23.

⁶⁴ “Primeiro relatório da direção da Sociedade Colonizadora, março de 1851”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ.

⁶⁵ um morgo $\approx$ 2.500 m²; um táler = 1\$200 em 1852, “Registro de lotes de terras, 1852-1897”. Série Sociedade Colonizadora. BR SCAHJ CF 12. cxs 1 a 4, prat. 41.

⁶⁶ Primeiro e segundo relatórios da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, março de 1851 e maio de 1852. Traduções Helena Remina Richlin. AHJ.

A estratégia comercial dependia da velocidade do movimento migratório. A ideia era que, quanto maior o número de imigrantes introduzidos na colônia, maior seria a venda de terras, o que elevaria a receita e reduziria os custos do empreendimento. Por outro lado, os dirigentes da empresa advertiam que, independentemente do fluxo de imigrantes, o valor das terras não poderia ser elevado indiscriminadamente, pois nos Estados Unidos, principal destino dos imigrantes germânicos, era possível encontrar boas terras com localização privilegiada e com preços menores que os da colônia Dona Francisca. Além disso, segundo o relatório, no interior do Brasil o governo oferecia terras excelentes quase de graça. Todavia, ponderavam os empresários, em vista da fertilidade do solo e, principalmente, devido ao fato de a colônia dispor de um porto fluvial e estar próxima ao porto marítimo de São Francisco, o que reduzia os custos de transporte, cabia à Sociedade “tornar, na medida do possível, prazerosas aos colonos as vantagens naturais que são oferecidas pela localização da colônia, para que alguns táleres sobre o preço de compra das terras não tenham importância”.⁶⁷

É importante salientar que a venda de terras aos colonos era apenas parte da estratégia comercial da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, cujo objetivo primordial foi lucrar com a organização e transporte de imigrantes e exportação de gêneros agrícolas tropicais. Nota-se, porém, que a direção provisória da sociedade hamburguesa de 1849, ao contrário da associação de 1846, não explicitou, em seus estatutos, os objetivos de controlar parte do transporte de imigrantes alemães e explorar o futuro comércio entre a colônia e a Alemanha. Tais objetivos são, no entanto, evidentes no primeiro relatório da direção da Sociedade de 1849, dirigido sobretudo aos empresários interessados em investir na empresa. Conforme o relatório, para ampliar as relações comerciais com a Alemanha, fazia-se necessário colonizar terras cujo clima fosse propício ao cultivo de produtos como algodão, tabaco, café, cana de açúcar e erva mate, “porque caso se quisesse conduzir a colonização a um lugar de clima semelhante ao nosso, no qual os produtos não sejam muito diferentes dos nossos, ir-se-ia gerar concorrência ao invés de troca e ao invés de aumentar o comércio, diminuí-lo”. O documento também ressaltava as vantagens da proximidade das terras de Dona Francisca com o “suntuoso porto de São Francisco” e as possibilidades que as terras vizinhas do planalto de Curitiba ofereciam ao comércio com o interior do Brasil.⁶⁸

⁶⁷ “Primeiro relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, março de 1851”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ.

⁶⁸ *Ibidem*.

Assim, não por acaso, os primeiros empresários que se associaram ao grupo fundador da Sociedade Colonizadora de 1849 foram os comerciantes Friedrich Gültzow e Ernst Merck, ambos vinculados ao comércio importador e exportador do Brasil. Pouco tempo depois, pelo menos sete firmas comerciais, agências e empresas de navegação hamburguesas, todas ligadas ao comércio com o Brasil, tornaram-se acionistas da Sociedade Colonizadora. Eram elas: Robert M. Sloman, Knöhr & Burchard, N. O. Bieber, Joh. Berenberg-Gossler & Cia, August Bolten, J. C. Godeffroy & Filhos, F. Laeisz. Até 12 de junho de 1851, quando o diretor geral da Sociedade Colonizadora de 1849, Georg W. Schröder, comunicou a integralização das 800 ações necessárias à definitiva constituição da empresa, 76 pessoas e empresas haviam adquirido 843 ações da Sociedade, sendo a firma Schröder & Co. a principal acionista, com 300 ações.⁶⁹

Os navios empregados no transporte dos colonos embarcados em Hamburgo com destino à colônia Dona Francisca não pertenciam à Sociedade Colonizadora. Esta fretava as embarcações de seus acionistas ou por intermédio deles, os quais estavam envolvidos com o comércio marítimo e transporte de imigrantes para o Brasil. São os casos das firmas Schröder & Co., Robert M. Sloman, August Bolten, J. C. Godeffroy & Filhos, Knöhr & Burchard e N.O. Bieber. Estas duas últimas, com outras três empresas alemãs, fundaram, em 1855, a “Companhia Hamburgo-Brasileira de Navegação a Vapor”, antecessora da “Companhia Hamburgo-sul-americana de Navegação a Vapor”, ou simplesmente Hamburg Süd, hoje uma das maiores empresas de transporte marítimo de contêineres do mundo. Aliás, algumas das firmas que se associaram à “Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo” em meados do século XIX ainda existem, enquanto outras foram extintas não há muito tempo. Por exemplo, a companhia de navegação F. Laeisz ainda está ativa, com escritórios na Alemanha, Japão e Filipinas. A firma H. J. Merck & Cia, fundada no final do século XVIII, encerrou suas atividades na década de 1980 depois de atuar no comércio, navegação e no setor financeiro de Hamburgo, tendo participado, em 1856, de um consórcio de empresas que fundaram o *Norddeutsche Bank*, na época, o maior banco mercantil de Hamburgo. Entre as firmas participantes desse consórcio estava a Joh. Berenberg-Gossler & Cia, conhecida como *Berenberg Bank*, que, ao lado das firmas H. J. Merck & Cia, F. Laeisz e A. Bolten, todas acionistas da Sociedade Colonizadora, fundaram a *Hamburg America Line* (HAPAG), uma das maiores companhias de navegação da Alemanha. O *Berenberg Bank* está atualmente entre os

⁶⁹ “Assembleia Geral da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, realizada a 12 de junho”, *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung*, nº 75, 28/6/1851, 298-299; Richter, “Fundadora de Joinville”, 86-88.

maiores bancos de investimento do mundo, com escritórios em Hamburgo, Zurique, Frankfurt, Londres, Nova York e Londres.⁷⁰

A Schröder & Co., principal acionista da Sociedade Colonizadora de 1849, foi criada em 1767 pelo Burgomestre Christian Matthias Schröder. Quando este faleceu, em 1821, seus filhos e sobrinhos dirigiam os escritórios da empresa em Hamburgo, São Petersburgo, Riga, Amsterdã, Bremen e Londres. Com a morte do Burgomestre Schröder, coube ao seu filho, Christian Matthias Schröder, senador de Hamburgo de 1821 a 1858, assumir a empresa. Entre 1821 e 1856, a Schröder & Co. multiplicou suas operações com a criação de filiais em Trieste, Liverpool, Nova Orleans, Nova York, Rio de Janeiro e Lima. Além dessas, havia as empresas de membros da família em Quakenbrück, Jacarta e Singapura, cujos negócios estavam ligados a Schröder & Co. Em Londres, Johann Heinrich Schröder, irmão de Christian Matthias, representava os negócios da família atuando no comércio de *commodities* agrícolas. Em 1818, Johann fundou, em Londres, sua própria empresa, a J. H. Schröder & Co., abrindo filiais em Hamburgo e Liverpool. Com o capital acumulado decorrente da importação e exportação de açúcar, café, índigo e algodão, a J. H. Schröder & Co. passou a financiar a construção de ferrovias e o comércio, tornando-se, em seguida, um dos principais bancos de investimentos de Londres. A J. H. Schröder & Co. também figurava entre as acionistas da “Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo”.⁷¹

Explica-se assim o fato de a direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo explicitar em seus estatutos apenas seus objetivos quanto à comercialização de terras na Dona Francisca. A verdade é que, para levantar rapidamente o capital necessário ao cumprimento das obrigações contratualmente assumidas com o Príncipe de Joinville, os diretores da Sociedade Colonizadora reservaram aos futuros acionistas da empresa o transporte de imigrantes e a possibilidade de comércio entre a futura colônia e a Alemanha. Essa estratégia, por um lado, distribuía os riscos do capital imobilizado nas obras iniciais e necessárias à fundação da colônia Dona Francisca e, por outro, garantia ganhos imediatos aos acionistas da empresa, uma vez que a venda de terras aos colonos poderia gerar lucros somente a mais longo prazo.

⁷⁰ Rio Grande do Sul, *Relatorio... Sr. Conselheiro Angelo Moniz Silva Ferraz* (Porto Alegre: Typ. do Correio do Sul, 1859), 24-29; Henry Wulff, *Norddeutsche Bank in Hamburg, 1856-1906* (Berlin: Ecksteins, 1906); Michael North, “The great German banking houses and international merchants, sixteenth to nineteenth century”, in Alice Teichova, Ginette Kurgan-van Hentenryk, Dieter Ziegler, *Banking, Trade and Industry: Europe, America and Asia from the Thirteenth to the Twentieth Century* (Reino Unido: Cambridge University Press, 1997), 35-47; Richter, “Fundadora de Joinville”, 91-94; F. Laeisz, in www.laeisz.de/unternehmen/historie; Berenberg Bank, in www.berenberg.de/en; Hamburg Süd, in www.hamburgsud.com

⁷¹ Richard Roberts, *Schroder's: Merchants & Bankers* (Reino Unido: Macmillan Press, 1992), 3-40; Heeren, *Deutsches Geschlechterbuch* (Einzeldruck aus dem 5. ostfriesisches geschlechterbuch, 1862), 10-11; Schramm, *Neun Generationen*, 186.

Convém observar que a formação de sociedades por ações era relativamente comum na Alemanha em meados do século XIX. Sua origem remonta aos séculos XIV e XV, quando surgiram as primeiras experiências de empresas financiadas por ações na Prússia e na Áustria. Em 1682, foi organizada a *Brandenburg-African Company*, criada para mobilizar os recursos necessários ao comércio alemão na costa da África. Mais tarde, no final do século XVIII, outras grandes empresas comerciais por ações foram fundadas na Prússia e em Berlim. Porém, nessa época, ainda não havia regulamentação à criação de sociedades limitadas por ações, reguladas por lei somente no início do século XIX. Em 1821, foi constituída a *Rheinisch-Westindische Kompagnie*, empresa comercial de sociedade anônima que tinha como principal objetivo promover o comércio da Alemanha com as Índias Ocidentais e Américas.⁷²

Foi nesse contexto que se formou a “Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo”, uma grande empresa comercial que previa obter retorno com a comercialização de terras na colônia Dona Francisca e que, além dos lucros com a venda de terrenos na colônia, oferecia aos seus acionistas os ganhos potenciais com a organização e transporte de imigrantes germânicos para o sul do Brasil e o futuro comércio importador e exportador que os colonos da Dona Francisca poderiam proporcionar. Prova é que, de 1850 a 1888, a Sociedade Colonizadora contratou as agências de Robert M. Sloman, August Bolten, Knöhr & Burchard e as firmas Schröder & Co. e Hamburg Süd para realizar 98,2% das 174 viagens organizadas pela Sociedade com destino à colônia Dona Francisca. Nota-se, porém, que as agências contratadas pela empresa colonizadora atuavam, por vezes, apenas como agenciadores, subcontratando o transporte de imigrantes junto a diferentes companhias de navegação, algumas pertencentes a acionistas da Sociedade, outras não. Por exemplo, de 1850 a 1855, Sloman, Bolten e Knöhr organizaram quatorze das dezessete viagens que partiram de Hamburgo para Dona Francisca; nove delas foram realizadas por navios pertencentes a armadores e firmas hamburguesas, das quais apenas uma, a Schröder & Co., era acionista da Sociedade Colonizadora. Os outros oito navios eram propriedade de oito companhias de navegação diferentes e que não pertenciam ao grupo de acionistas da Sociedade, sendo duas suecas, uma norueguesa, uma inglesa, uma holandesa, duas do Grão-Ducado de Oldenburg e uma da cidade alemã de Altona.⁷³

Entretanto, logo ficou evidente que as expectativas e os cálculos dos hamburgueses foram excessivamente otimistas e, não fosse a decisiva intervenção do Príncipe de Joinville e o

⁷² Sven Klosa, *Die Brandenburgische-Africanische Compagnie in Emden* (Frankfurt: Peter Lang, 2011), 36-49; Hans Joachim Oehm, *Die Rheinisch-Westindische Kompagnie* (Neustadt an der Aisch: Schmidt, 1968), 43. “Allgemeines Deutsches Handelsgesetzbuch”, *Bundesgesetzblatt des Norddeutschen Bundes*, 1869, Nr. 32.

⁷³ Relatórios da Sociedade Colonizadora, vários anos. Traduções Helena R. Richlin. AHJ.

auxílio do financeiro do governo brasileiro, a Sociedade Colonizadora de 1849 naufragaria poucos anos depois da sua fundação, como será demonstrado no próximo capítulo. Antes, porém, analisa-se a propaganda espalhada na Europa para atrair colonos para Dona Francisca.

3.6 Dona Francisca, a terra prometida

Imediatamente após obter os benefícios e garantias do governo brasileiro, conferidos pelo Decreto Imperial nº 537, de 15 de maio de 1850, a Sociedade Colonizadora de Hamburgo mandou a São Francisco o engenheiro Hermann Günther, com a missão de escolher e tomar posse das 9 léguas quadradas de terras contratualmente concedidas pelos Príncipes de Joinville à empresa colonizadora. Em 22 de maio de 1850, chegaram às terras localizadas às margens do Rio Cachoeira, afluente do Rio São Francisco, cerca de 5 léguas de distância da cidade de mesmo nome, Hermann Günther e sua companheira, Julie Engell, Louis François Léonce Aubé e seu ajudante, Louis Duvoisin, e mais duas famílias de imigrantes germânicos contratadas no Rio de Janeiro pelo engenheiro Günther para formar um núcleo colonial e criar a infraestrutura básica à recepção da primeira leva de colonos que em breve partiria de Hamburgo.⁷⁴

Poucos meses depois, em fins de 1850, em relatório encaminhado ao representante da Sociedade Colonizadora e vice-cônsul da Suíça no Rio de Janeiro, Arthur Guiguer, Günther informou que todos os preparativos para a recepção dos colonos já estavam prontos. Conforme o engenheiro, o local de desembarque e a localização da futura “Cidade de Joinville” já estavam definidos e delimitados; as primeiras plantações e a abertura de uma estrada em direção à Serra Geral já haviam sido iniciadas; e já existiam no núcleo colonial um armazém, algumas casinhas para os colonos, duas casas maiores e um rancho espaçoso, que serviria de abrigo aos imigrantes recém-chegados até que eles construíssem as suas próprias moradias.⁷⁵

O relatório de Günther e as informações, escritas e verbais, apresentadas pelo cônsul Guiguer à direção da Sociedade Colonizadora e ao governo da Suíça, destacavam a qualidade do clima, a localização privilegiada e a fertilidade do solo da Dona Francisca, assim como o interesse e as expectativas do governo brasileiro em relação à colônia.⁷⁶ Essas informações

⁷⁴ Constituíam as duas famílias de imigrantes: Peter Schneider, prussiano, 26 anos, agricultor, sua mulher, Maria Catharina, 24 anos, e a filha, Catharina Schneider; Ewert Sebastian von Knorring, sueco, 33 anos, lavrador, sua esposa, Augusta Sophia von Knorring, 30 anos, e a recém-nascida Mathilde Elisabeth von Knorring. Conforme Ficker, *História de Joinville*, 54; Böbel e S. Thiago, *Joinville*, 31 e 34; Cunha, *Suíços*, 109.

⁷⁵ “Primeiro relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, março de 1851”; “Carta do senhor A. Guiguer, vice-cônsul suíço no Rio de Janeiro, à direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, a respeito da Colônia Dona Francisca”, 6/12/1850, *Der Colonist*, nº 3, 20/6/1851, 10-11. Traduções Helena R. Richlin.

⁷⁶ “Carta do senhor A. Guiguer”, *Der Colonist*, nº 3, 20/6/1851, 10-11; Rodowicz, *Colônia*, 15.

deram base à articulação de uma grande estrutura de engajamento de imigrantes alemães e suíços, que envolvia empresários, autoridades consulares, companhia de navegação, agentes de emigração e a imprensa. Com frequência, jornais como *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung* e *Der Colonist* divulgavam as mais entusiasmadas perspectivas sobre a colônia Dona Francisca. Ao mesmo tempo, esses periódicos noticiavam os riscos de emigrar para os Estados Unidos, destacando as dificuldades e a frustração daqueles que imigraram para o país norte-americano.⁷⁷

Em parte das publicações (cartas de imigrantes, artigos, anúncios, livros, folhetos) impressas na Alemanha e na Suíça, nota-se um duplo objetivo: primeiro, desestimular a emigração teuto-suíça para os Estados Unidos, à época o destino de quase 90% dos imigrantes germânicos, os quais, vale lembrar, na sua grande maioria dirigiam-se ao país norte-americano a partir do porto de Bremen, vizinho e rival de Hamburgo; segundo, estimular ao menos parte daqueles imigrantes a embarcarem no porto hamburguês com destino ao Brasil, citado como o novo “Eldorado”, rico em metais nobres e pedras preciosas, a terra prometida, cujo solo “equiparava-se às mais férteis do mundo”, um paraíso “extremamente belo, fascinante [...], um verdadeiro diamante à espera de um hábil mestre que o transforme na joia mais preciosa do mundo”.⁷⁸

Ao mesmo tempo, como incentivo ao embarque dos primeiros colonos que se dirigissem à Dona Francisca, a Sociedade Colonizadora de Hamburgo ofereceu adiantamentos e crédito para os imigrantes adquirirem um lote de terra na colônia. Àqueles que possuíssem recursos para pagar integralmente suas passagens, foram prometidos 6,25 hectares de terras por família, e para os solteiros, 2,5 hectares, nas mesmas condições.⁷⁹ Também com o propósito de atrair colonos, foi espalhada a notícia de que o Príncipe de Joinville, à época exilado na Inglaterra, havia reservado para si um terreno na futura “Cidade de Joinville” com a intenção de fixar residência na colônia Dona Francisca, descrita por R. J. Miltenberg, em obra publicada em Berlim, em 1852, como um lugar “onde o solo é de uma fertilidade inacreditável, o trabalho por isso bem mais fácil, a produção abundante e duplicada, [...] e a maioria das plantas europeias fornecem de duas a três colheitas por ano”.⁸⁰

⁷⁷ *Der Colonist*, edições nº 2, 13/6/1851, 7; nº 3, 20/6/1851, 9; nº 6, 11/7/1851, 24; nº 9, 4/3/1853, 35; nº 11, 18/3/1853, 44; nº 12, 25/3/1853, 48. Traduções Helena Remina Richlin.

⁷⁸ Hermann Bruno Otto Blumenau [1850], “Sul do Brasil em suas referências à emigração e colonização alemã”, in *Um alemão nos trópicos*, 49, 53, 67, 69.

⁷⁹ *Neue Zürcher Zeitung*, nº 276, 3/10/1850, 1220. Fotocópia. AHJ; Cunha, *Suíços*, 48; Richter, “Fundadora de Joinville”, 86.

⁸⁰ Miltenberg, *Die deutsche Kolonie Dona Francisca*, 6.

Miltenberg, que nunca visitou Dona Francisca, descreveu a recém-fundada colônia de maneira colorida. Dizia ele: “às margens verdes dos rios Mathias e Cachoeira e em três caminhos abertos na floresta virgem erguem-se inúmeras moradias de colonos em amável simplicidade [...], com um pequeno jardim defronte à porta, no qual amadurecem as laranjas douradas ao lado dos parreirais”. Em seguida, afirma: “nunca houve um empreendimento tão cuidadosamente preparado, cautelosamente iniciado e concisamente dirigido como a colônia Dona Francisca, a pérola do Brasil. [Em Dona Francisca] pode o colono dizer alegremente ao chegar. Aqui estou em casa! E aqui sou senhor!”.⁸¹

Essa descrição também foi reproduzida nas mais vivas cores na publicação do *Illustrirte Zeitung*, de Leipzig, em 3 de maio de 1851. Na oportunidade, o periódico apresentou um belo desenho em que aparecem o porto de desembarque da colônia e as primeiras casas dos colonos, com seus jardins floridos em meio à imponente floresta tropical (Figura 3.2).

Figura 3.1 – Visão da colônia Dona Francisca, 1850

Fonte: *Illustrirte Zeitung*, Leipzig, Nº 409, 3/5/1851, 281.

Em 20 de junho de 1851, o jornal *Der Colonist* publicou a carta que o representante da Sociedade Colonizadora no Rio de Janeiro, Arthur Guiguer, havia enviado à direção da empresa em 6 de dezembro de 1850. Na correspondência, Guiguer comunicava “que todas as medidas necessárias para o bom recebimento dos colonos às margens do São Francisco foram tomadas; vocês podem prometer um futuro confiável, seguro, feliz e fácil aos seus emigrantes”.⁸²

⁸¹ Miltenberg, *Die deutsche Kolonie Dona Francisca*, 16-18.

⁸² “Carta do senhor A. Guiguer”, *Der Colonist*, nº 3, 20/6/1851, 10-11.

Contudo, conta Theodor Rodowicz-Oswiecimsky, “a verdade era outra”. Rodowicz, que chegou à colônia em setembro de 1851, seis meses depois do desembarque dos primeiros imigrantes vindos de Hamburgo, registrou com rigor e crítica como foi o início da colonização da Dona Francisca. O colono denunciou a propaganda enganosa que foi difundida na Europa e relatou que, às vésperas da chegada dos pioneiros, a 9 de março de 1851, reinava a desolação na colônia Dona Francisca; que “estava tudo por fazer”, não havendo, na colônia, nada mais do que uma simples picada, dois ranchos espaçosos, um que servia de armazém e outros para o recebimento dos colonos, as casas de Aubé e Günther e duas choupanas. No que diz respeito às plantações existentes, relata Rodowicz, resumiam-se a “uma dúzia de bananeiras, alguns pés de café e de algodão”.⁸³

A partir da chegada dos primeiros colonos à Dona Francisca, jornais suíços e alemães passaram a publicar com frequência algumas cartas dos pioneiros. Os relatos eram publicados como provas irrefutáveis das notícias que antes se tinham apenas de oitiva. Nas mensagens, os colonos destacavam o comprometimento e o apoio da direção da colônia, a fertilidade do solo, a qualidade do clima, a satisfação e as expectativas quanto a um futuro próspero da Dona Francisca. A carta de Rudolph Freudenberg, escrita poucos meses depois da sua chegada à colônia, dá a dimensão dos exageros que só se justificam em um texto elaborado para fins publicitários. Conforme Freudenberg, Dona Francisca era uma “terra maravilhosa”, um “verdadeiro paraíso” à espera de “milhares de colonos, principalmente operários, entre eles alfaiates, sapateiros, ferreiros e padeiros”. O imigrante ainda destaca que, em comparação com a exploração na Alemanha, “existem muito mais escravos na Europa do que no Brasil”.⁸⁴

O depoimento de Freudenberg contrasta com o relato de Christian Herrmann, que chegou à colônia em julho de 1851, quatro meses depois de Freudenberg. Em carta dirigida aos amigos e parentes, Herrmann informa o estado da colônia. Escreveu ele: “Esperávamos uma cidade e muitas plantações e ficamos decepcionados com a realidade: em vez de cidade, encontramos choupanas feitas de barro e cobertas com folhas de palmeira. Somente uns 200 morgos [50 hectares] estavam desmatados e poucas plantações tinham sido feitas”. Herrmann, no entanto, não fez críticas à empresa colonizadora ou à direção da colônia; pelo contrário, em seu relato exaltava o apoio da Sociedade de Hamburgo, que lhe ofereceu trabalho na colônia, e celebrou a generosidade do Sr. Pabst, subdiretor da colônia, que lhe vendeu um lote urbano com área de 2.500 m² pelo mesmo preço das terras localizadas na área rural da Dona Francisca.

⁸³ Rodowicz, *Colônia*, 16.

⁸⁴ “Carta de Rudolph Freudenberg” de 1/7/1851, in Miltenberg, *Die deutsche Kolonie Dona Francisca*, 30-32.

Na época, na região agrícola da colônia, um terreno com o mesmo tamanho custava um quarto do valor do lote mais barato localizado no centro da Dona Francisca.⁸⁵

Em outra carta, a imigrante suíça Margaretha Mäder afirma que a viagem a bordo do navio “Florentin” havia sido ótima. No entanto, aquela viagem foi uma das mais desastrosas e trágicas da história da imigração para Dona Francisca, com a morte de 33 passageiros a bordo do “Florentin”, a maioria devido à epidemia de sarampo.⁸⁶ Também o colono e cronista Theodor Rodowicz comenta a expressiva carta de Georg Adolf Otto Niemeyer, acionista da Sociedade Colonizadora, encaminhada à administração em Hamburgo. Segundo Rodowicz, a carta de Niemeyer ressaltava, entre outros aspectos, a excelência do solo da Dona Francisca, embora, à época, ninguém houvesse “constatado a boa ou má qualidade das terras”. Entretanto, observou Rodowicz, como foi escrita para fins publicitários, a carta de Niemeyer foi reproduzida e distribuída entre os interessados a emigrar.⁸⁷ Como estas cartas existem outras, dentre elas a de F. A. von Randow, que dizia: “a colônia Dona Francisca é uma das mais prósperas regiões da terra e se tornará maior do que Nova York”.⁸⁸

Existem indícios de que essas cartas eram patrocinadas pela Sociedade Colonizadora, uma vez que seus dirigentes acreditavam que os relatos favoráveis dos colonos já estabelecidos ajudariam a combater a propaganda hostil que se fazia na Alemanha e na Suíça contra o Brasil. Em seu relatório anual dirigido aos acionistas da empresa, a direção da Sociedade Colonizadora manifestou-se a respeito. Diziam os dirigentes:

[...] a situação brasileira ainda é pouco conhecida na Alemanha e na Suíça e ainda imperam grandes preconceitos contra a emigração para aquele país. Os relatos favoráveis feitos por alemães e suíços lá domiciliados, entretanto não podem falhar em remover esses preconceitos, pelo menos no que se refere a algumas regiões do país, das quais Dona Francisca e arredores devem ser levados em conta e acreditamos que seja muito satisfatório poder indicar os progressos feitos até agora em relação a isto.⁸⁹

Os depoimentos dos colonos também serviram de estímulo aos seus parentes e amigos para emigrarem, o que colaborava para o progresso da empresa colonizadora. Para estes fins foi criado, em 1852, o periódico intitulado *Mittheilungen Betreffend die Kolonie Dona Francisca* (Notícias da Colônia Dona Francisca), editado em Hamburgo por Wilhelm Hühn, secretário da

⁸⁵ “Controle de demarcação e administração”; “Registro de lotes de terra, 1852-1897”. BR SCAHJ CF 12, Série Sociedade Colonizadora, cxs 1 a 4, prat. 41; cx 1, prat. 40; “Carta de Christian Herrmann” de 12/10/1851, *Der Colonist*, nº 11, 12/3/1852, 41-44.

⁸⁶ Cunha, *Suíços*, 59.

⁸⁷ Rodowicz, *Colônia*, 33; Cunha, *Suíços*, 54;

⁸⁸ “Relato de F. A. von Randow” de 29/1/1853, *Der Colonist*, nº 14, 10/4/1853, 56.

⁸⁹ “Quarto relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, julho de 1854”. AHJ.

Sociedade Colonizadora e proprietário de vasta extensão de terras na colônia Dona Francisca.⁹⁰ Também em suas publicações a empresa procurava combater a propaganda negativa contra o Brasil e atrair imigrantes e investidores alemães. Nesse sentido, os dirigentes da Sociedade diziam que, na província de Santa Catarina, não existiam grandes latifúndios e não eram permitidos escravos na Dona Francisca. Ao mesmo tempo, qualificavam a colônia como um lugar onde o alemão encontraria o ambiente e os meios favoráveis à sua prosperidade, ficando à margem da sociedade escravista brasileira. Os empresários hamburgueses destacavam que seriam assegurados a livre propriedade e direitos civis aos colonos. Eles ressaltavam, ainda, as possibilidades de se estabelecer um importante e ativo comércio entre a colônia e a Alemanha, o que permitiria aos imigrantes, a partir da produção de gêneros agrícolas e do comércio exportador, alcançar a prosperidade que não lhes foi possível obter na pátria de origem.⁹¹

Em conclusão, a propaganda tendenciosa e muitas vezes falaciosa que anunciava a recém-fundada colônia Dona Francisca como terra prometida, onde se podia fazer duas ou mais colheitas por ano devido ao solo extraordinariamente fértil e o clima ameno, fazia parte do plano articulado pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo para atrair o maior número possível de imigrantes. As motivações deste esforço eram as seguintes: (1) interessava à empresa organizar a emigração em grande escala para o sul do Brasil e, assim, além da venda de terras na colônia Dona Francisca, também oferecer aos seus sócios os ganhos com o importante negócio que envolvia o transporte de imigrantes; (2) quanto maior a população da Dona Francisca, menores seriam os custos da Sociedade Colonizadora para manter o empreendimento, uma vez que cedo a comunidade ganharia autonomia e passaria a absorver as despesas com a construção e manutenção de ruas, escolas, hospitais, igrejas e outros prédios públicos; (3) o acréscimo no número de colonos aumentaria a demanda por terrenos e, conseqüentemente, elevaria os preços dos lotes coloniais; (4) sendo as terras da Dona Francisca densamente habitadas e extensamente cultivadas, cresceria a possibilidade de se estabelecer um comércio lucrativo entre a colônia e a Alemanha, o que repercutiria positivamente no comércio e navegação de Hamburgo.

Logo, porém, a frustração e o desânimo se sobrepuseram às esperanças quanto ao futuro da Dona Francisca e, como será demonstrado mais à frente, não fossem o interesse particular e

⁹⁰ Em 1852, Wilhelm Hühn possuía dois terrenos na colônia, que somados perfaziam uma área de 46,5 hectares de terras. Em 1860, tornou-se proprietário de uma área de 378 hectares, distribuída em seis propriedades, a menor, com 2.500 m², localizada na *Nordstrasse*, lote nº 131, e a maior, com 258 hectares, situada na *Südstrasse*, terreno nº. 320. “Controle de demarcação e administração”; “Registro de lotes de terra, 1852-1897”. BR SCAHJ CF 12, Série Sociedade Colonizadora, cxs 1 a 4, prat. 41; cx 1, prat. 40.

⁹¹ “Primeiro relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, março de 1851”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ.

influência do Príncipe de Joinville e o auxílio financeiro do governo brasileiro, a colônia Dona Francisca poderia ter se tornado uma experiência efêmera ao invés de um dos mais importantes núcleos coloniais do Brasil no século XIX.

3.7 Conclusões

Com o propósito de apresentar como foi concebida a “Colônia Dona Francisca”, este capítulo mostrou a origem do patrimônio de 25 léguas quadradas de terras pertencentes ao Príncipe de Joinville, estrategicamente escolhido e demarcado na parte continental da Ilha de São Francisco, região nordeste da província de Santa Catarina. As terras do Príncipe reuniam, segundo a direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, todos os requisitos favoráveis à colonização alemã e à produção de gêneros de exportação, como algodão, tabaco, café, cana de açúcar e erva mate. Além disso, a sua localização apresentava vantagens ao comércio marítimo de longa distância devido à proximidade com o importante porto de São Francisco.

Verificou-se que a motivação dos empresários hamburgueses para elaborar um projeto de colonização do sul do Brasil foi a perspectiva de ampliar o comércio hamburguês-brasileiro, bem como obter retornos com o crescente e importante negócio do transporte de imigrantes germânicos. Foram esses os objetivos primordiais que levaram vinte das pessoas e firmas comerciais mais importantes de Hamburgo, muitas delas com negócios no Brasil, a reunirem-se, em 1846, para organizar a “Sociedade de promoção da emigração alemã para o Sul do Brasil”. Inicialmente os empresários hamburgueses planejavam criar grandes núcleos coloniais nas províncias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde os colonos, estabelecidos como pequenos proprietários rurais, deveriam produzir, sobretudo, gêneros agrícolas de exportação.

Os empresários hamburgueses apresentaram ao governo brasileiro um programa de colonização no qual requeriam uma série de concessões e benefícios. Não obtendo êxito nas suas negociações com o governo brasileiro, a Sociedade de Hamburgo passou a negociar com o Príncipe de Joinville, que em 1849 cedeu parte de suas terras na província de Santa Catarina a Christian Mathias Schröder, fundador da “Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo”, empresa especificamente constituída para colonizar e comercializar as terras concedidas pelo Príncipe de Joinville.

Demonstrou-se que a venda de terras na futura colônia constituía a principal fonte de receita da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, que prometia aos seus acionistas um ganho de 50% em cinco anos, o equivalente a 100 marcos hamburgueses por ação. Além disso, a Sociedade oferecia aos seus acionistas os ganhos potenciais com a organização e transporte de

imigrantes e o futuro comércio importador e exportador que os colonos poderiam proporcionar. Não por acaso, os primeiros acionistas da empresa foram grande negociantes, agentes e firmas de comércio e navegação hamburguesas com estreitas relações comerciais com o Brasil. Entre essas empresas, encontram-se firmas comerciais e bancos de investimentos que controlavam importantes corporações e estavam ligados ao alto círculo financeiro e comercial da Europa no século XIX, o que revela o grande negócio que era a emigração europeia na época e o tamanho das expectativas em relação à colônia Dona Francisca. Porém, pesava contra a empresa colonizadora, a visão negativa que se tinha do Brasil na Europa. Para combater essa visão, a Sociedade de Hamburgo recorreu a uma propaganda muitas vezes distorcida da realidade para atrair imigrantes, o que teve papel decisivo para viabilizar a colonização inicial das terras de Dona Francisca.

O próximo capítulo apresenta os principais aspectos da colonização inicial da Dona Francisca, bem como os detalhes do empreendimento colonizador hamburguês.

CAPÍTULO 4

O INÍCIO DA COLÔNIA DONA FRANCISCA E A PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO

A finalidade deste capítulo é apresentar os principais aspectos da formação inicial da colônia Dona Francisca, bem como as características do empreendimento colonizador hamburguês, que muito cedo necessitou do auxílio financeiro do governo brasileiro para não ver naufragar seu projeto de colonização em Santa Catarina. As evidências apresentadas a seguir são indispensáveis à compreensão do desenvolvimento da colônia Dona Francisca, permitindo refutar uma ideia bastante difundida na historiografia catarinense: a de que a colônia Dona Francisca foi, desde o início, um empreendimento modelo, bem sucedido e que não exigiu grandes favores do governo por ser um negócio privado, dirigido por uma sociedade de empresários alemães, que, segundo alguns estudiosos, não apenas planejaram minuciosamente a colonização das terras de Dona Francisca, como se preocuparam em garantir todo apoio e segurança necessários ao estabelecimento e prosperidade dos colonos.¹

O capítulo está organizado em quatro seções. Na primeira seção são apresentadas as condições e os aspectos gerais da fundação da colônia Dona Francisca e questões específicas, como infraestrutura, salários, preços e custos da propriedade da terra. Em seguida, são analisadas a ação colonizadora da Sociedade Colonizadora de Hamburgo e a precariedade da colonização inicial da Dona Francisca. Depois, na terceira seção, examinam-se as finanças da Sociedade Colonizadora de Hamburgo e as dificuldades da empresa em manter seu projeto de colonização em Santa Catarina. Demonstra-se que, para evitar o naufrágio do empreendimento colonizador, a direção da sociedade hamburguesa solicitou auxílio financeiro ao governo brasileiro, que, em 1855, após importante intervenção do Príncipe de Joinville, firmou um contrato com a Sociedade Colonizadora. A partir de então, o governo brasileiro assumiu papel fundamental no progresso da colonização da Dona Francisca. Por fim, na quarta seção, apresenta-se a conclusão do capítulo.

¹ Schramm, “Die Deutsche Siedlungskolonie Dona Francisca”, 283-324; *Neun Generationen*, Cap. 14; Ternes, *História de Joinville*, Cap. IV; Oberacker Jr., “Joinville”, *Revista de História*, 427-431; Miltenberg, *Die deutsche Kolonie Dona Francisca*.

4.1 Os primeiros anos da colônia Dona Francisca

Em 1º de fevereiro de 1851, ou seja, pouco mais de oito meses depois da entrada da expedição pioneira nas terras de Dona Francisca, chegou Eduard Schröder, filho do diretor-presidente da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, o senador Christian Matthias Schröder. Na companhia de seu amigo, Dr. Hans Köstlin, Eduard foi ao núcleo colonial com a missão de inspecionar as condições para a recepção dos 125 imigrantes alemães e suíços que, a bordo do veleiro norueguês “Colón”, haviam partido de Hamburgo em 10 de dezembro de 1850. Ao constatar que muito pouco havia sido feito, Eduard demitiu o engenheiro Hermann Günther, encarregado de providenciar os preparativos à recepção dos colonos, e assumiu a direção interina do núcleo colonial. Em seguida, contratou alguns trabalhadores brasileiros da região para os trabalhos de recepção dos colonos que chegariam em breve.²

Em 9 de março de 1851, chegaram ao núcleo colonial 118 imigrantes, 43 alemães e 75 suíços, a maioria lavradores, camponeses pobres, alguns deles deportados de suas comunidades de origem.³ No mesmo dia, desembarcaram, vindos do Rio de Janeiro, 74 noruegueses, que originalmente imigravam para os Estados Unidos, mas, devido a avarias em sua embarcação, resolveram seguir do Rio para Dona Francisca.⁴ Com a chegada desses 192 colonos, foi, então, oficialmente inaugurada a Colônia Dona Francisca.

Quase quatro meses depois, aportou em São Francisco o navio “Emma & Louise”, pertencente à firma de Christian Matthias Schröder, com 115 imigrantes a bordo.⁵ À época, a colônia contava com dois ranchos rústicos para alojamento coletivo e cerca de vinte choupanas, algumas cobertas de palha e outras com folha de palmeiras. Havia também a casa de Léonce Aubé, uma olaria, um armazém e a “Casa da Direção”, que abrigava os funcionários da Sociedade Colonizadora. Quase não existiam plantações e poucos eram os terrenos demarcados.⁶

² “Carta de Sebastian Weber”, *Der Colonist*, nº 6, 11/7/1851, 21-22; Relato do Dr. Köstlin, *Hamburger Nachrichten*, nº 306, 26/12/185; Rodowicz, *Colônia*, 16-18; Primeiro e segundo relatórios da Sociedade Colonizadora, março de 1851 e maio de 1852. Trad. Helena R. Richlin. AHJ; Ficker, *História de Joinville*, 63-66; Schneider, *Povoamento*, XXXVIII.

³ Durante a travessia faleceram 7 imigrantes a bordo do “Colón”. Sobre os colonos suíços que emigraram com o financiamento das suas comunidades de origem, ver Böbel e S. Thiago, *Joinville*, 49-55 e Cunha, *Suíços*.

⁴ Santa Catarina, *Falla... Presidente da Província*, Dr. João José Coutinho, 1852, 8-9; Sousa e Mello, “Relatório da Repartição Geral de Terras Públicas”, 28, in Brasil, *Documentos anexos ao Relatório... Ministro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz*, 1855; Rodowicz, *Colônia*, 18-19; Böbel e S. Thiago, *Joinville*, 63-69; “Carta de Sebastian Weber”, *Der Colonist*, nº 6, 11/7/1851, 21-22; Ficker, *História de Joinville*, 68-80.

⁵ “Carta de Christian Herrmann”, *Der Colonist*, nº 11, 12/3/1852, 41-44; Böbel e S. Thiago, *Joinville*, 74-77.

⁶ “Carta de Sebastian Weber”, *Der Colonist*, nº 6, 11/7/1851, 21-22; Rodowicz, *Colônia*, 38.

Não havendo número suficiente de lotes demarcados e disponíveis para serem ocupados e cultivados, e diante da precariedade da colônia e das necessidades imediatas dos imigrantes, em sua absoluta maioria sem dinheiro, os colonos foram empregados pelo diretor Eduard Schröder como diaristas, trabalhando no desmatamento e limpeza de terrenos, na medição de terras, construção de ranchos, pontes, valas e caminhos, abertura de picadas e na manutenção e limpeza da casa de recepção. Pelos serviços, a direção da colônia pagava 600 réis por dia de trabalho a um colono adulto do sexo masculino. A mulher ganhava menos, 400 réis, o mesmo que um rapaz bem disposto. A remuneração obtida como diaristas completava o adiantamento que a Sociedade Colonizadora destinava à alimentação e manutenção dos colonos durante os primeiros meses, permitindo a uma família parcimoniosa acumular recursos para pagar as dívidas contraídas com a compra das passagens, alimentos, ferramentas e utensílios, aquisição do lote de terra e construção de uma pequena e modesta moradia.⁷

Contudo, como o pagamento das diárias era por dia efetivamente trabalhado, com jornadas de 10h a 12h, dificilmente um colono recebia um salário mensal maior que 8 mil-réis nos primeiros meses, pois as chuvas incessantes e os problemas de aclimação (indisposições intestinais, infecções, mal-estar, erupções cutâneas) com frequência interrompiam os trabalhos temporariamente. Por outro lado, o solo lodoso, a má qualidade da terra e a umidade excessiva não favoreciam a produção agrícola, o que dificultava aos colonos se estabelecerem como proprietários e passarem a trabalhar por conta própria, quer dizer, extraindo da terra o seu sustento e o de sua família, assim como produzir um possível e desejado excedente.⁸

Nessas condições, a notícia de que, em 19 de julho, um novo grupo de imigrantes havia partido de Hamburgo com destino à Dona Francisca gerou grande apreensão na colônia. Por um lado, o diretor Eduard Schröder temia não conseguir manter a ordem devido à crescente insatisfação dos colonos com a situação precária; por outro, a informação de que muitos dos imigrantes que estavam por chegar traziam recursos, cuja soma alcançava 100 mil marcos hamburgueses, alimentou a esperança de investimentos e novos empregos na Dona Francisca.⁹

O colono e cronista Theodor Rodowicz conta que, com a chegada do navio dinamarquês “Gloriosa”, em 27 de setembro de 1851, Dona Francisca ganhou novas perspectivas. Conforme

⁷ “Livros Caixa, 1850-1852”. Série Sociedade Colonizadora, cx 1, prat. 40. BR SCAHJ CF 12 “Carta de Christian Herrmann”, *Der Colonist*, nº 11, 12/3/1852, 41-44; Rodowicz, *Colônia*, 94; Ficker, *História de Joinville*, 81; Cunha, *Suíços*, 125 e 129.

⁸ “Carta de Sebastian Weber”, *Der Colonist*, nº 6, 11/7/1851, 21-22; “Carta de Margaretha Mäder”, *Der Colonist* nº 17, 1/5/1853, 67-68; Rodowicz, *Colônia*, 94; Sousa e Mello, “Relatório da Repartição Geral de Terras Públicas”, in Brasil, *Relatório... Ministro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz*, (1855), 24; (1856), 29.

⁹ Rodowicz, *Colônia*, 20.

Rodowicz, entre os 75 passageiros que viajaram a bordo do “Gloriosa”, encontravam-se pessoas distintas, relativamente abastadas, oriundas do meio urbano, profissionais com formação técnica, acadêmica e experiência industrial e comercial. Eram 8 oficiais militares, 2 naturalistas, 7 economistas, 5 comerciantes, 2 candidatos a teólogo, 2 engenheiros, 1 médico, 1 professor e 1 doutor em direito. Também chegaram acionistas da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, pequenos industriais, comerciantes, técnicos e artesãos. “A maioria dessas pessoas”, dizia Rodowicz, “não estava em condições de serem colonos”.¹⁰ Semelhante opinião exprimiu o diretor da colônia ao recepcionar os imigrantes. Falou Eduard Schröder: “Cavalheiros e Damas não estavam sendo esperados, aqui unicamente precisamos de gente para trabalhar!”.¹¹ Para o diretor, os colonos recém-chegados não reuniam os requisitos necessários para realizar o trabalho pesado que a colônia exigia naquele momento.

Não obstante, o dinheiro e o capital humano daqueles imigrantes foram decisivos para o progresso da Dona Francisca. Merece destaque o fato de, ao chegarem à colônia e não encontrarem um número suficiente de terrenos demarcados e disponíveis, os imigrantes do “Gloriosa” organizaram-se e formaram uma comissão para reclamar com a direção. Esta, porém, pouco ou nada pôde fazer diante da impossibilidade de realizar a medição imediata dos lotes e das dificuldades impostas pelo pequeno número de caminhos abertos, que limitava a oferta de terrenos.¹² A solução foi oferecida por alguns colonos já estabelecidos, que resolveram vender parcial ou integralmente as suas terras aos recém-chegados, passando a trabalhar para estes, e, assim, recomeçar praticamente do zero, porém, livres do peso das dívidas.¹³

No final do ano de 1851 chegou mais um navio, o “Neptun”, com 78 imigrantes. Destes, a maioria possuía recursos e pagou suas passagens sem precisar recorrer aos adiantamentos fornecidos pela Sociedade Colonizadora. Entre os passageiros do “Neptun”, encontravam-se o pastor protestante Jacob Daniel Hoffmann, contratado pela Sociedade para trabalhar na colônia, Karl K. Knüppel, redator do primeiro jornal editado na Dona Francisca, os farmacêuticos Bernhard Bemba e Johann Schliemann, a professora Mary Caeciliane Henriette de Drusina, que fundou uma escola para moças, o comerciante Ferdinand Mantey e os acionistas da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, Friedrich Lehmann, Joh. G. W. Müller e Friedrich Loewe.¹⁴

¹⁰ Rodowicz, *Colônia*, 20.

¹¹ *Ibidem*, 30.

¹² Relato do Dr. Wachsmuth, in Böbel e S. Thiago, *Joinville*, 110-116.

¹³ “Terceiro relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, abril de 1853”. Trad. Helena R. Richlin; Rodowicz, *Colônia*, 31, 33, 89; Relato do Dr. Wachsmuth, in Böbel e S. Thiago, *Joinville*, 110-116; Ficker, *História de Joinville*, 103.

¹⁴ “Lista de Imigrantes”, 1851. AHJ; Böbel e S. Thiago, *Joinville*, 104-107.

Com recursos disponíveis para investir na construção de casas maiores e mais bem acabadas e em estabelecimentos agrícolas e comerciais, alguns dos imigrantes que chegaram nessas duas últimas expedições compraram mais de um lote de terra ou terrenos mais extensos que sua capacidade de cultivar. Logo, empregaram outros colonos no desmatamento e limpeza dos lotes, preparo e cultivo do solo e na construção da casa. Como exemplo, podem ser citados os nomes de Zacarias Hasselmann, proprietário de 70 hectares de terras distribuídos em três terrenos, Bernhard Poschaan Jr., que, em 1851, adquiriu uma olaria com 17 hectares de terras pela quantia de 1:100\$000 e fundou, em uma área de 25 hectares, um empreendimento agrícola onde chegou a empregar cerca de 60 colonos. Outro exemplo é Benno v. Frankenberg, que, em março de 1852, pagou 800 mil-réis por uma propriedade de 18 hectares, mais tarde ampliada para 37,5 hectares com a aquisição de 19,5 hectares de terras vizinhas; para construir sua casa, Frankenberg pagou 540 mil-réis. Em sua propriedade, Frankenberg empregou trabalhadores no cultivo de cana de açúcar e constituiu, ainda naquele ano de 1852, a primeira indústria cerâmica da Dona Francisca.¹⁵

Esses e outros investimentos aumentaram a demanda por trabalhadores, o que elevou os preços das diárias na colônia. Nota-se que, antes da chegada do “Gloriosa” e do “Neptun”, um colono adulto do sexo masculino recebia 600 réis por dia efetivo de trabalho da direção da colônia. Depois, o mesmo trabalhador podia ganhar de 700 a 800 réis por dia servindo a particulares. Carpinteiros, marceneiros, pedreiros e demais profissionais especializados no ramo da construção chegavam a ganhar de 1 a 2 mil-réis por dia de trabalho.¹⁶ Com esse aumento no valor das diárias, a direção da colônia “contratou trabalhadores brasileiros para fazer concorrência aos alemães”, denunciou o colono Karl K. Knüppel.¹⁷ Na mesma época, a Sociedade Colonizadora ajustou contratos em Hamburgo com 28 imigrantes solteiros, os quais, com adiantamento das passagens, embarcaram no navio “Emma & Louise”, que seguiu após o “Neptun”, rumo à colônia. O objetivo foi explicitamente declarado pela direção da empresa: “obter trabalho mais barato para a Sociedade”. Os dirigentes ainda recomendavam “a todos os

¹⁵ “Livros Caixa, 1852-1854”, “Controle de demarcação e administração”, “Registro de lote de terra, 1852-1897”. BR SCAHJ CF 12, Série Sociedade Colonizadora, cx 1, prat. 40; cxs 1 a 4, prat. 41; “Carta de Margaretha Mäder, *Der Colonist* nº 17, 1/5/1853, 67-68; Ficker, *História de Joinville*, 105 e 107.

¹⁶ “Livros Caixa, 1850-1852”. BR SCAHJ CF 12, Série Sociedade Colonizadora, cx 1, prat. 40; “Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil”, *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung*, nº. 2, 4/1/1853, 5-6; Relato do Dr. Wachsmuth, in Böbel e S. Thiago, *Joinville*, 110-116; “Carta de Samuel Meyer”, *Mittheilungen betreffend die Deutsche Kolonie Dona Francisca*, nº 3, outubro de 1852, 8-9; Rodowicz, *Colônia*, 71-73, 89.

¹⁷ “Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil”, *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung*, nº. 2, 4/1/1853, 5-6.

abastados que se dirigiam à Dona Francisca, que levassem consigo alguma força de trabalho, arranjando trabalhadores baratos e conhecidos”.¹⁸

Apesar do aumento do preço das diárias, dificilmente uma família que tivesse imigrado sem nenhum recurso, contando apenas com a força de seus braços, como a absoluta maioria das famílias que chegaram à colônia Dona Francisca, conseguiria se estabelecer e trabalhar por conta própria antes de 10 ou 20 anos, mesmo que houvesse na família dois ou três homens saudáveis e um número igual de mulheres em condições de trabalhar. Por exemplo, Nicolaus Stoll, lavrador, 39 anos, chegou à colônia em julho de 1851 acompanhado da mulher, Elisabeth, 40 anos, e dos filhos Jacob (17), Marcus (16), Conrad (7), Maria (6), Barbara (3 meses). Após 11 anos, essa família devia à direção da colônia, só de juros, 85.844 réis, fora a dívida original de 150.930 réis. Outro exemplo é o do agricultor Franz Müller: com uma dívida inicial de 444.820 réis, contraída em 1855, após 7 anos ele devia à direção 604.780 réis. É preciso observar que, devido aos períodos de chuvas e as doenças e males comuns, causados pela falta de aclimação, um colono trabalhava em média três dias na semana. Assim, ao empregar-se como diarista, recebendo 700 réis por dia, um trabalhador adulto do sexo masculino recebia cerca de 109 mil-réis em um ano, tendo que deduzir desse valor as despesas com alimentação, estimadas em 200 réis por dia para um colono adulto.¹⁹

O problema para os colonos conseguirem se estabelecer nas suas terras e pagarem suas dívidas devia-se menos às doenças causadas pela falta de aclimação do que à má qualidade das terras distribuídas aos imigrantes e os preços praticados na colônia, segundo relatos, bastante elevados. Por exemplo, em carta a sua irmã na Suíça, a imigrante Margaretha Mäder recomendava aos amigos e parentes que quisessem emigrar para Dona Francisca carregarem tudo o que pudessem, “roupas, louças, especialmente panelas [...] machado, machadinha, serra, em resumo, tudo o que uma família precisa, também roupas de cama, porque aqui não se consegue muitas destas coisas, e aquelas que se consegue, em geral, são sempre muito caras”.²⁰ Igualmente os imigrantes Otto Wachsmuth, Karl K. Knüppel e Gustav Strobel relatam que na colônia os “gêneros alimentícios são elevados”.²¹ A Tabela 4.1 a seguir apresenta os preços dos principais alimentos, ferramentas e utensílios comercializados na Dona Francisca.

¹⁸ “Segundo relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, maio de 1852”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ.

¹⁹ “Livros caixa, 1850-1890”. Série Sociedade Colonizadora, cx 1, prat. 40. BR SCAHJ CF 12; “Lista de Imigrantes da Colônia Dona Francisca”; Cunha, *Suíços*, 125-128.

²⁰ “Carta de Margaretha Mäder”, *Der Colonist* nº 17, 1/5/1853, 67-68.

²¹ Relato do Dr. Wachsmuth, in Böbel e S. Thiago, *Joinville*, 110-116; “Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil”, *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung*, nº. 2, 4/1/1853, 5-6; Strobel, *Relatos*, 32.

Tabela 4.1 – Preços dos alimentos, ferramentas e utensílios comercializados na colônia Dona Francisca, 1851-1852

Alimentos/Ferramentas e Utensílios	Preços em réis	Medida
Farinha de mandioca	\$120	Kg
Açúcar	\$180 a \$200	Kg
Café	\$320 a \$360	Kg
Arroz	\$80	Kg
Trigo	\$180	Kg
Pão feito com trigo	\$180	Kg
Carne de gado fresca	\$160	Kg
Carne suína fresca	\$320	Kg
Toucinho	\$560	Kg
Carne-seca	\$240	Kg
Leite	\$160	Litro
Aguardente	\$80	Litro
Ovos	\$240	Dúzia
Chinelos	\$320	Par
Chapéu de palha	\$340	Unidade
Panela de ferro	1\$120	Unidade
Chaleira	1\$720	Unidade
Machado	2\$000	Unidade
Pá	\$600	Unidade
Martelo	\$300	Unidade
Enxada	\$800	Unidade

Fontes: *Millheilungen Betreffend die Deutsche Kolonie Dona Francisca*, nº 1, agosto/1852, 1-24; “Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil”, *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung*, nº 3, 6/1/1853, 9; “Carta de Margaretha Mäder”, *Der Colonist* nº 17, 1/5/1853, 67-68; “Livros caixa, 1850-1852”. Série Sociedade Colonizadora, cx 1, prat. 40. BR SCAHJ CF 12.

O imigrante Theodor Rodowicz ainda observou que o “transporte dentro da colônia era bastante caro”. Ele cita o exemplo de Otto Niemeyer, que “comprou em São Francisco cal de rocha a 6 mil-réis a medida. Pelo transporte até a colônia ele pagou 4 mil-réis e para o transporte dentro da colônia, mais 6 mil-réis”. Rodowicz ainda relata o caso de outros dois imigrantes que “compraram cana por 13 mil-réis e pagaram 24 mil-réis pelo transporte até sua residência”.²²

Quanto à terra, nos dois primeiros anos da Dona Francisca, um lote rural custava de 9\$600 a 14\$400 o hectare, com prazo de três anos para o pagamento e sem juros. Na área urbana da colônia, um terreno com 2.500 m² chegava a custar 30\$000.²³ Observando que na colônia Dona Francisca os terrenos eram, em grande parte, impróprios à agricultura, Theodor Rodowicz estimou que, para uma família manter-se por conta própria, seriam necessários 50 hectares de terras. Portanto, um lote rural nessas dimensões custava de 480\$000 a 720\$000. Ainda segundo Rodowicz, para limpar e preparar o terreno, deixando-o pronto para o cultivo, pagava-se mais 60 mil-réis por hectare. Para abrigar a família, gastavam-se 25 mil-réis em uma casa simples,

²² Rodowicz, *Colônia*, 59.

²³ “Registro de lote de terra, 1852-1897”; “Controle de demarcação, 1856-1890”. Série Sociedade Colonizadora, cxs 1 a 4, prat. 41. BR SCAHJ CF 12.

feita de pau-a-pique, com paredes de barro e coberta por folhas.²⁴ Por esses cálculos e considerando o aproveitamento inicial de apenas 10% do terreno, isto é, 5 hectares, estima-se que, na colônia Dona Francisca, uma propriedade agrícola adequada a uma família de seis a oito pessoas custava inicialmente de 805\$000 a 1:045\$000, valor fora da realidade da absoluta maioria dos colonos.

Segundo Johann Jakob von Tschudi, que em 1861 visitou Dona Francisca, “o colono, que geralmente chega muito pobre e não quer logo de início assumir dívidas excessivas, costuma comprar por isso uma parcela de 50 a 100 morgos [12,5 a 25 hectares], pelos quais fica devendo de 150 a 300 mil-réis”.²⁵ Em carta de 22 de outubro de 1854, um imigrante relata que pagou 400 mil-réis por 12,5 hectares de terras, dos quais cerca de 3 hectares estavam limpos e parcialmente cultivados com café, mandioca e cana de açúcar. Também estavam plantadas árvores frutíferas; havia ainda um pasto, uma casa e um rancho no terreno.²⁶ Comparando o valor pago pelo imigrante e as benfeitorias existentes na propriedade, verifica-se que as estimativas feitas anteriormente estão bem próximas da realidade.

Ainda para efeito de comparação, na colônia Blumenau, na mesma época, os lotes rurais custavam de 4 a 16 mil-réis o hectare, variando de acordo com a forma de pagamento, localização, qualidade do solo e condições do terreno, isto é, se ele estava ou não desmatado. Ou seja, o preço da terra na colônia Dona Francisca era bem maior do que em Blumenau.²⁷ Em outras localidades da província de Santa Catarina, o preço das terras virgens, de qualidade semelhante ou superior às da Dona Francisca, variava de 1 a 4 mil-réis o hectare. Em São Francisco, por exemplo, propriedades prontas, quer dizer, com casa, plantações e engenho, podiam ser encontradas por 400 mil-réis.²⁸ Portanto, o preço da terra em Dona Francisca era relativamente muito alto, o que pode explicar o fato de 75% das propriedades da colônia possuírem menos de 10 hectares de terras em 1852.

Também é provável que o alto preço das terras explique por que, dos quase 1.800 colonos chegados à colônia nos primeiros cinco anos da colonização da Dona Francisca, menos da metade tenha permanecido. A respeito, escreveu Johann Jakob von Tschudi: “as terras são

²⁴ Rodowicz, *Colônia*, 63 e 71.

²⁵ J. J. Tschudi, “Santa Catharina”, in *Reisen durch Südamerika* (B. III. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1867), 365.

²⁶ “Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil”, *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung*, nº 1, 1/1/1855, 3.

²⁷ “Relatórios do Dr. Blumenau”, *Blumenau em Cadernos*, t. VII, nº 7, (Jun. 1965), 144; Dr. Blumenau [1856], *A colônia alemã Blumenau na província de Santa Catarina no Sul do Brasil*. Tradução Annemarie Fouquet Schünke, Organização Cristina Ferreira (Blumenau: Cultura em Movimento; Instituto Blumenau 150 anos, 2002), 80-81.

²⁸ Tschudi, “Santa Catharina”, 365; Rodowicz, *Colônia*, 63.

muito caras na colônia Dona Francisca e, por essa razão, o assentamento é muito reduzido”.²⁹ Parte considerável dos colonos que continuaram na colônia preferiu dedicar-se apenas parcialmente ao cultivo de suas terras, possibilitando-lhes trabalhar como diaristas para a direção da colônia ou particulares relativamente abastados, recebendo de 600 a 800 réis por dia ou mais, de acordo com o tipo de serviço e a qualificação profissional.

Em seu quinto relatório, a direção da Sociedade Colonizadora também se manifestou a respeito: “A produção [agrícola da colônia] poderia ser mais significativa, se a maioria dos colonos, nos primeiros anos, não tivesse se restringido a viver do salário recebido com os abastados donos de terra e com a construção de estradas, ou de seu ofício”.³⁰ Para Tschudi, havia em Dona Francisca uma anomalia em direta oposição às condições de uma colônia em franco progresso: “os colonos ganhavam muito mais como diaristas do que cultivando sua própria terra, e mesmo assim, os vencimentos diários não eram suficientes para garantir a subsistência”.³¹

Assim, inicialmente, a agricultura tornou-se uma atividade complementar na colônia Dona Francisca, pois, de acordo com um imigrante, “em razão dos colonos serem, em sua maioria, pessoas sem recursos e endividadas, viam-se obrigadas para poder sobreviver, a trabalhar para outros, ou seja, para a direção da colônia e para particulares; às suas propriedades podem se dedicar apenas pouco tempo”.³² Ainda a esse respeito, outro imigrante relata que, no início, ele e sua família trabalhavam exclusivamente como diaristas. Dizia Martin Meyer, “no início [...] minha mulher lavou muita roupas para senhores alemães e com isso ganhamos um bom dinheiro”; trabalhando como diaristas “nós recebemos da Direção da Colônia 30 vinténs por dia, a Úrsula e a Barbara 15 cada uma, o Martin 40 e o Alexandre, 7 vinténs”, o que, segundo Meyer, lhes permitiu acumular dinheiro para construir uma pequena casa e preparar parte do seu lote para o cultivo.³³ “Depois de construirmos nossa cabana e limpar um pedaço de terra”, conta o imigrante, “passamos a trabalhar parte do tempo em nosso lote e parte como diaristas”. Mais tarde, suas duas filhas, Úrsula e Barbara, empregaram-se como “criadas para os senhores da colônia”, recebendo um “salário anual de 20 mil-réis”.³⁴

²⁹ Tschudi, “Santa Catharina”, 365.

³⁰ “Quinto relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, dezembro de 1855”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ.

³¹ Tschudi, “Santa Catharina”, 362.

³² “Sobre a Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil”, *Der Colonist*, n.º. 2, 14/01/1853, 6-7.

³³ 1 vintém = 20 réis.

³⁴ “Carta de Martin Meyer”, *Mittheilungen Betreffend Dona Francisca*, n.º 1, agosto de 1852, 14-16. Martin Meyer, 38 anos, lavrador, chegou à Dona Francisca em 12/7/1852 acompanhado da mulher Anna (37), e dos filhos Samuel (17), Ursula (15), Barbara (14), Martin (9), Alexander (7) e Christian (4). “Listas de imigrantes da Colônia Dona Francisca”. AHJ.

Devido ao fato de a maioria dos imigrantes chegar sem nenhum dinheiro, aos custos elevados para adquirir um terreno e prepará-lo para o cultivo, à má qualidade do solo, o que dificultava obter a primeira boa colheita, e à necessidade de cobrir as despesas mais urgentes da família, grande parte dos colonos preferia empregar-se primeiro como diaristas, dedicando-se quase exclusivamente a essa atividade. Gustav Strobel conta que logo após a chegada da sua família à colônia Dona Francisca, seu pai, Christian August Strobel, começou a derrubar a mata e limpar o terreno que receberam a crédito. Porém, lembra Gustav, “após cortar diversas árvores de porte, [seu pai] concluiu que antes de conseguir preparar o chão para o plantio, já teríamos morrido de fome. Vendo a impossibilidade de continuar, devolveu as terras à companhia e foi procurar trabalho”.³⁵

Gustav Strobel conta que seu pai logo “encontrou ocupação com um senhor de nome Kroene, que o contratou para derrubar a mata, para preparação de madeira para a construção de uma casa na praça de Joinville”. Pelo serviço, Christian August Strobel recebia 640 réis por dia, importância com a qual, segundo Gustav, “era impossível sustentar uma família de 5 pessoas”.³⁶ A família Strobel era composta por dois adultos, Christian August Strobel, 35 anos, carpinteiro, e sua mulher, Christine Friederike (28), e 3 crianças, Emilie Bertha (7), Gustav Herrmann (5), e Robert Emil (1). Assim, as dificuldades para essa família se estabelecer eram, de fato, maiores que a de outras nas quais quase todos os membros podiam trabalhar e contribuir para o sustento da casa, como no caso da família de Martin Meyer, citada acima.

Se depois de estabelecidos os colonos optassem por dedicar mais tempo ou trabalhar apenas na sua propriedade, é porque a atividade agrícola apresentava um retorno maior em relação ao trabalho de diarista. O mesmo raciocínio se aplica caso os colonos optassem por dedicar mais tempo trabalhando para terceiros, como diaristas. Assim sendo, é provável que, se os empregadores buscassem baixar as diárias, os imigrantes optariam por cultivar suas terras, provocando, deste modo, um ajuste nos preços dos salários, mais elevados que em outros núcleos coloniais de Santa Catarina. Em Blumenau, por exemplo, pagava-se, em meados da década de 1850, de 500 a 600 réis por dia. Na mesma época, como já assinalado, um colono de Dona Francisca recebia em média de 700 a 800 réis.³⁷

Outro aspecto importante a observar no relato de Martin Mayer é a expressão “senhores da colônia”. Pertenciam a essa classe de “senhores” os imigrantes abastados e os membros da

³⁵ Strobel, *Relatos*, 31-32.

³⁶ *Ibidem*, 32 e 35

³⁷ Dr. Blumenau, *A colônia alemã Blumenau*, 100.

direção da colônia. Entre eles estavam Bernhard J. Poschaan Jr., filho de B. J. Poschaan, acionista da Sociedade Colonizadora. Poschaan Jr. possuía 41,5 hectares de terras, distribuídos em cinco diferentes propriedades, uma delas com 25 hectares, a fazenda *Neu-Hamburg*; Léonce Aubé, vice-cônsul da França em Santa Catarina e administrador das terras dos Príncipes de Joinville; Georg Adolf Otto Niemeyer, acionista da Sociedade Colonizadora, proprietário de 35 hectares de terras, à época, uma das maiores áreas distribuídas na região central da colônia; Adolph Haltenhoff, Benno von Frankenberg, Friedrich Heeren, Matthias Bannholzer, Carl Pabst, Jacob Daniel Hoffmann e os doutores Krebs, Möller e Otto Wachsmuth, todos membros da direção, o que lhes dava muito prestígio e status social. Mais tarde, juntaram-se a esse seletivo grupo de “senhores da colônia” Ottokar Dörffel, que em 1862 fundou o mais influente jornal da Dona Francisca, o *Kolonie Zeitung*, e o eminente engenheiro Carl August Wunderwald.³⁸

Como funcionários da Sociedade Colonizadora, esse seletivo grupo de imigrantes recebia salários relativamente elevados. Por exemplo, em 1852, como vice-diretor da colônia, Carl Pabst recebia anualmente 1:000\$000; o engenheiro Mathias Bannholzer ganhava 600\$000, o mesmo que Adolph Haltenhoff, administrador do armazém; o pastor Jacob Hoffmann recebia 500\$000 anuais. Dificilmente a renda anual de uma família média da Dona Francisca se aproximava dessas somas, mesmo se fosse uma família com seis a oito pessoas trabalhando no cultivo das suas terras e também como diaristas. Como já assinalado, em 1852 um colono adulto do sexo masculino ganhava em média 700 réis por dia efetivo de serviço, enquanto a mulher recebia 400 réis, o mesmo que um jovem bem disposto. As moças ganhavam menos, 300 réis, e as crianças capazes de trabalhar recebiam de 70 a 100 réis por dia.³⁹ Supondo uma família média, composta por dois adultos, três jovens (dois rapazes e uma moça) e três crianças em que todos trabalhassem como diaristas pelo menos três dias na semana, ou seja, 156 dias no ano, recebendo diárias de acordo com a idade e sexo, ao todo, a renda anual dessa família seria de 382\$200, conforme Tabela 4.2 a seguir.

Para as famílias com crianças muito pequenas, tornava-se ainda mais difícil obter uma renda anual semelhante à dos funcionários da direção da colônia, pois as crianças pouco podiam ajudar e ainda precisavam de cuidados e alimentação, impedindo a mãe ou irmã mais velha de trabalhar.

³⁸ “Livros Caixa, 1852-1854”, “Controle de demarcação e administração”, “Registro de lote de terra, 1852-1897”. BR SCAHJ CF 12, Série Sociedade Colonizadora, cx 1, prat. 40; cxs 1 a 4, prat. 41; Rodowicz, *Colônia*; Relatórios da direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, diversos anos. Traduções Helena R. Richlin. AHJ; Avé-Lallemant, *Santa Catarina*; Ficker, *História de Joinville*; Böbel e S. Thiago, *Joinville*.

³⁹ “Livros Caixa, 1850-1852”. Série Sociedade Colonizadora, cx 1, prat. 40. BR SCAHJ CF 12 “Carta de Christian Herrmann”, *Der Colonist*, nº 11, 12/3/1852, 41-44; Rodowicz, *Colônia*, 94; Cunha, *Suíços*, 125 e 129.

Tabela 4.2 – Renda estimada de uma família média da colônia Dona Francisca (valores em réis)

Membros da Família	Diárias	Renda Anual
Homem Adulto	\$700	109\$200
Mulher Adulta	\$400	62\$400
Rapaz 1	\$400	62\$400
Rapaz 2	\$400	62\$400
Moça	\$300	46\$800
Criança 1	\$100	15\$600
Criança 2	\$80	12\$480
Criança 3	\$70	10\$920
Total	2\$750	382\$200

Nota: Conforme relatos e informações da época, devido aos períodos de chuvas e as doenças e males comuns, causados pela falta de aclimatação, um colono da Dona Francisca trabalhava em média três dias na semana, ou seja, 156 dias no ano.

Fontes: Listas de imigrantes da colônia Dona Francisca; “A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil”, *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung*, nº. 3, 4/1/1853, 9. *Kolonie-Zeitung*, vários anos, Série microfilmes. AHJ; “Livros caixa, 1850-1852”. Série Sociedade Colonizadora, cx 1, prat. 40. BR SCAHJ CF 12; “Carta de Martin Meyer”, *Mittheilungen Betreffend Dona Francisca*, nº 1, agosto de 1852, 16-17.

Melhores possibilidades tinham os imigrantes que, embora não abastados, chegavam à colônia Dona Francisca com recursos suficientes para se estabelecerem e, mesmo assim, empregavam-se como diaristas para pagar as despesas iniciais dedicando-se ao cultivo de suas terras e à produção de pequenas manufaturas agrícolas. Também existiam aqueles colonos que conseguiram estabelecer seus negócios, em alguns casos recorrendo a empréstimos. Em 1854, já existiam na colônia Dona Francisca 5 casas de comércio, 3 padarias, 1 fábrica de telhas, 1 de louças de barro, 2 hospedarias, 1 charutaria, 1 cervejaria, 2 açougues, 2 engenhos de açúcar, 2 prensas de óleo, 6 engenhos de mandioca, 2 de milho e 2 de socar arroz.⁴⁰

Por outro lado, até 1854 ainda não havia sido feita nenhuma colheita significativa na colônia e o abastecimento da Dona Francisca dependia do comércio com São Francisco do Sul, que fornecia quase todos os gêneros de primeira necessidade à colônia. Inicialmente, a direção controlava parte desse comércio, revendendo em seu armazém as mercadorias vindas de São Francisco.⁴¹ Depois, em decorrência do crescente número de protestos contra os preços praticados pela direção da colônia, esta resolveu repassar as mercadorias aos colonos estabelecidos como comerciantes que revendiam aos demais. Em carta aos seus familiares, Gustav Müller conta que arrendou o armazém construído pela direção no local denominado

⁴⁰ Santa Catarina, *Falla... Presidente da Provincia, Dr. João José Coutinho*, 1854, 9-10; “Quarto relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, julho de 1854”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ.

⁴¹ “Quarto relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, julho de 1854”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ; Sousa e Mello, “Relatório da Repartição Geral de Terras Públicas”, 28, in Brasil, *Relatório... Ministro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz*, 1856.

Águas Vermelhas, ressaltando sua satisfação com o seu negócio, cujo faturamento bruto mensal era de 250\$000, dos quais Müller obtinha um lucro de 30% a 40%.⁴²

As reclamações contra os preços praticados não cessaram, mas deixaram de ser direcionados à direção da colônia. O comerciante passou a ser o responsável pelos abusos, mas este tinha posição privilegiada e importância para os colonos, pois como nos primeiros anos todos os recursos obtidos pela família eram destinados ao pagamento das dívidas contraídas com a compra das passagens, aquisição do lote e construção da casa, pouco dinheiro sobrava. Por isso, logo tornou-se comum recorrer ao crédito fornecido pelos comerciantes, como revela a imigrante Margaretha Mäder: “quando a nossa mãe não tem dinheiro suficiente para a semana, ela pode pegar o que precisar e no domingo nós pagamos. Já há alguns domingos pagamos 5 – 6 Florins ao comerciante da mercearia”.⁴³

Verifica-se, nesse contexto, a formação de três classes distintas no início da colonização da Dona Francisca: a maior e mais ampla era constituída por imigrantes pobres, sem nenhum recurso e endividados, os quais, não podendo contar imediatamente com os rendimentos da lavoura, se empregavam como diaristas para poder se manter e pagar suas dívidas. Depois vinha aquela classe social formada por colonos que trouxeram recursos suficientes para se estabelecer. Eram lavradores, artesãos, operários qualificados e pequenos comerciantes que cedo passaram a se dedicar a sua propriedade ou estabelecimento comercial ou de ofício. Finalmente, no topo da hierarquia social da colônia Dona Francisca estavam alguns dos funcionários da Sociedade Colonizadora e os imigrantes relativamente abastados, com formação acadêmica ou técnica, que não reuniam as habilidades típicas de um colono, mas dispunham do dinheiro que, em grande parte, sustentou os trabalhadores da Dona Francisca durante seus primeiros anos. Por isso, esses últimos logo se tornaram membros dirigentes da colônia, alcançando prestígio e status social, influenciando e organizando aquela sociedade.

As disparidades econômicas e sociais que marcaram os primeiros anos de vida da Dona Francisca podem ser atribuídas à estratégia da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, que, como visto no Capítulo 2, pretendia atrair e estabelecer na colônia duas categorias distintas de colonos. A primeira deveria ser composta por trabalhadores pobres, preferencialmente famílias da classe camponesa. A segunda categoria era formada por imigrantes relativamente abastados e dispostos a investir em algum empreendimento colonial. Não por acaso, as duas primeiras levadas de imigrantes alemães e suíços desembarcados na colônia Dona Francisca em 1851 eram

⁴² Carta de Gustav Müller, 20/1/1853, transcrita em Ficker, *História de Joinville*, 130-131.

⁴³ “Carta de Margaretha Mäder, *Der Colonist* nº 17, 1/5/1853, 68.

predominantemente formadas por colonos pobres, em sua maioria, agricultores, enquanto os dois veleiros seguintes, “Gloriosa” e “Neptun”, trouxeram colonos relativamente abastados, acionistas da Sociedade Colonizadora, profissionais do setor urbano com formação técnica ou acadêmicas, pequenos comerciantes e industriais, dispostos a investir na Dona Francisca. Parte destes imigrantes deu origem uma elite incipiente que passou a organizar e dirigir a colônia e representar localmente os interesses da Sociedade Colonizadora de Hamburgo.

Quanto às condições precárias da Dona Francisca, foi um risco assumido pela Sociedade de Hamburgo, que, ao elevar súbita e excessivamente a população da colônia, registrou, devido aos efeitos naturais de mercado (oferta e demanda), uma alta nos preços dos terrenos coloniais. Por outro lado, como a colônia não dispunha de infraestrutura necessária para abrigar um grande número de imigrantes, cresceu o número de descontentes e os riscos de fracasso do empreendimento, como se busca demonstrar a seguir.

4.2 A ação colonizadora da Sociedade de Hamburgo, 1851-1855

Pelo contrato firmado com o Príncipe de Joinville, a “Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo” deveria introduzir 300 imigrantes na colônia Dona Francisca até o final de 1851. A Tabela 4.3 a seguir mostra que esse número foi largamente superado com a chegada de 477 colonos até dezembro daquele ano. Desse total, 39 colonos deixaram Dona Francisca e outros 45 faleceram na colônia, a maioria vítima de uma epidemia de tifo e disenteria bacilar que, em três meses, matou 31 pessoas. Destas, a maior parte, conta um colono, “morreu por falta de assistência e dois infelizes, Fabel e seu filho, morreram, como todos dizem, de fome. A direção não tomou nenhuma providência, mesmo tendo tomado conhecimento da situação”.⁴⁴

Em relato publicado no *Deutsche Auswanderer-Zeitung* de Bremen, Dr. Wilhelm Krebs, que chegou à Dona Francisca em setembro de 1851, a bordo do “Gloriosa”, descreveu colônia como um “buraco horrível”, um “brejo” onde as bruscas mudanças de temperatura, o solo pantanoso e a umidade excessiva só fizeram piorar o estado de saúde dos colonos, que geralmente já chegavam debilitados à colônia devido às dificuldades enfrentadas durante a viagem entre Hamburgo e Dona Francisca: falta de higiene, escassez de alimentos e de água potável eram alguns dos problemas a bordo.⁴⁵

⁴⁴ “Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil”, *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung*, nº 2, 4/1/1853, 5-6.

⁴⁵ Relato do Dr. Wilhelm Krebs, *Deutsche Auswanderer-Zeitung*, nº 12, Bremen, 4/3/1853, 79-83.

Tabela 4.3 – Colonização da colônia Dona Francisca até 31 de dezembro de 1852

Nome do Barco	Chegada	Porto de Origem	Embarcados	Desembarcados	Sexo		Idade			Falecidos				Deixaram a colônia		
					Masculino	Feminino	Menores de 12 anos	Entre 12 e 18 anos	Maiores de 18 anos	Na colônia 1851	Na colônia 1852	A bordo	Total	1851	1852	Total
Dois Irmãos	22/5/1850	Rio de Janeiro	10	10	5	5	2	-	8	2	-	-	2	4	2	6
Colón	9/3/1851	Hamburgo	125	118	62	56	43	19	56	11	4	7	22	1	5	6
Glória dos Anjos	10/3/1851	Rio de Janeiro	74	74	74	-	-	-	74	6	1	-	7	30	24	54
Emma & Louise	12/7/1851	Hamburgo	117	116	72	44	37	21	58	16	5	2	23	1	3	4
Pereira	28/8/1851	Rio de Janeiro	6	6	3	3	-	-	6	-	-	-	-	1	-	1
Gloriosa	27/9/1851	Hamburgo	75	75	51	24	13	7	55	10	2	-	12	2	18	20
Neptun	12/12/1851	Hamburgo	79	78	52	26	18	8	52	-	9	1	10	-	6	6
Não Consta	5/1/1852	Rio de Janeiro	7	7	6	1	3	-	4	-	-	-	-	-	7	7
Emma & Louise	21/5/1852	Hamburgo	125	125	91	34	28	9	88	-	5	-	5	-	14	14
Florentin	19/7/1852	Hamburgo	232	199	127	72	-	-	-	-	7	33	40	-	10	10
Swea	6/8/1852	Hamburgo	21	19	12	7	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-
Andromache	5/12/1852	Hamburgo	54	53	33	20	19	8	26	-	2	1	3	-	5	5
Totais			925	880	588	292	163	72	427	45	35	46	126	39	94	133

Fonte: “Mapa Estatístico, 1851-1852”; “Listas de Imigrantes”; Rodowicz-Oswiecimsky, *Colônia Dona Francisca*, 14, 18 e 33; Ficker, *História de Joinville*, 72-80 e 99-100; Böbel e S. Thiago, *Joinville*, 63-69, 74-77, 84, 93-96, 104-107, 117-137.

Na colônia, relata o imigrante Theodor Rodowicz, “não havia enfermeiras ou pessoas que cuidassem dos solteiros, nem hospital, que, embora construído, era ocupado como moradia. Assim, poucos melhoravam e o sino soava fúnebre, devagar, mas cada vez mais frequente”. Ainda conforme Rodowicz, a permanência na casa de recepção tornou-se desagradável e perigosa, porque “as exalações vindas dos doentes e, às vezes, dos cadáveres [...], tornavam o ar irrespirável”.⁴⁶ Porém, lembra Gustav Strobel, não havia outro jeito senão esperar. A chuva incessante, o calor, a densa vegetação e o solo lodoso dificultavam os trabalhos dos colonos, que, não dispondo de dinheiro para adquirir uma casa pronta ou mesmo para retornar à Europa, se amontoavam na casa de recepção, sarcasticamente denominada pelos colonos de “Palácio dos Imigrantes”, onde alguns colonos chegaram a permanecer por quatro meses.⁴⁷

Ainda que a epidemia ocorrida em 1851 tenha sido superada, os inconvenientes da precária situação da colônia Dona Francisca persistiram, como revelam as memórias de Gustav Strobel, que chegou à colônia em novembro de 1854 no veleiro “Florentin”, cuja travessia, novamente, foi um desastre, com 35 passageiros mortos a bordo. Antes, em 1852, haviam falecido 33 imigrantes a bordo do “Florentin”, navio pertencente a companhia August Johannes Schon & Co., de Hamburgo. Nessa primeira viagem, o veleiro encontrava-se superlotado, com 109 pessoas a mais, como denunciou um imigrante: “o Florentin, quando navega para Nova York, só pode embarcar 145 passageiros, para Dona Francisca ele tinha embarcado 254!”.⁴⁸ Na expedição de 1854, o “Florentin” transportava menos pessoas à colônia Dona Francisca, mas ao que tudo indica estava novamente superlotado, com 213 imigrantes a bordo.

Gustav Strobel conta que, na chegada a Joinville, um funcionário da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, “apontando um barracão extenso à margem do rio, nos disse: É ali o local onde poderão ficar”. Prosseguindo seu relato, Strobel lembra: “esta foi a recepção que tivemos na terra prometida. Ninguém indagou se tínhamos fome ou sede, ou nos orientou sobre o modo de nos alimentarmos”. O imigrante recorda que depois de algum tempo, passada a perplexidade, surgiram as primeiras reações: “Este maldito rancho, que não usaríamos nem para nossas galinhas ou porcos, destinaram para nossa moradia? [...] Aqui não ficaremos! Tratemos já da nossa volta!” gritavam alguns dos recém-chegados. Ainda conforme Strobel, mesmo depois de algum tempo, “os colonos insatisfeitos com as condições precárias de Joinville manifestavam frequentemente sua revolta com a situação”. Diziam eles: “O maldito Hühn, o

⁴⁶ Rodowicz, *Colônia*, 31.

⁴⁷ Strobel, *Relatos*, 30-35 e 102.

⁴⁸ “Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil”, *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung*, nº 2, 4/1/1853, 5-6.

desgraçado Schröder nos iludiram, nos despacharam para estas paragens onde temos que nos alimentar com pão de raízes (mandioca) para não morrer de fome. Na Alemanha, nem nossos suínos seriam alimentados com esta droga!”. O “maldito Hühn” era Wilhelm Hühn, secretário da Sociedade Colonizado e editor do jornal que publicava informações sobre a colônia Dona Francisca na Alemanha; e “o desgraçado Schröder” tratava-se do senador Christian Matthias Schröder, diretor da empresa colonizadora. Gustav Strobel conta que “muitos dos emigrantes teriam malhado estes agentes de emigração, caso pudessem agarrá-los” e “todos estavam dispostos a retornar à Europa”. Porém, sem dinheiro para regressar, “o lema”, diz o imigrante, “passou a ser: viver como puder, para não perecer”.⁴⁹

Nessas circunstâncias, os colonos que tinham oportunidade logo deixavam a colônia Dona Francisca, dirigindo-se a outras localidades, principalmente São Francisco do Sul, Curitiba, São Paulo, Desterro e Rio de Janeiro, onde esperavam encontrar melhores condições. Ao final de 1851, havia na colônia 394 habitantes, número que superava o compromisso contratual que a Sociedade Colonizadora de Hamburgo havia assumido com o Príncipe de Joinville. Mesmo assim, e apesar de conhecerem as condições precárias da colônia, em 1852 os empresários hamburgueses enviaram mais 432 imigrantes à Dona Francisca. Ao todo, nos dois primeiros anos de colonização, a sociedade hamburguesa despachou 828 colonos de Hamburgo para Dona Francisca, dos quais 126 faleceram, sendo 46 durante a travessia e 80 na colônia, o que representa uma taxa de mortalidade de 15,2%. Dos 880 colonos introduzidos na colônia no período 1850-1852, incluindo aqueles enviados do Rio de Janeiro, 133 (15,1%) foram embora da Dona Francisca. Entre os que ficaram, predominou o sentimento de resignação manifestado no seguinte ditado: *Der ersten Generation der Tod, der Zweiten die Not und der dritten das Brot* (à primeira geração, a morte; à segunda, a dificuldade; e à terceira, o pão).⁵⁰

Não obstante, em 1853 foram encaminhados de Hamburgo para Dona Francisca mais 160 colonos, dos quais 33 (20,6%) morreram durante a viagem. No ano seguinte, chegaram à colônia 487 imigrantes e, em 1855, desembarcaram mais 307 colonos na Dona Francisca. Em fins de 1855, a direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo contabilizava o envio de quase 1,8 mil colonos à Dona Francisca. Estava, assim, superado o compromisso contratual que obrigava a sociedade hamburguesa a introduzir 1,5 mil colonos nas terras de Dona Francisca até fins de 1855. Nota-se, porém, que, em 31 de dezembro de 1855, a população da colônia, incluindo 42 nascimentos, era de apenas 901 habitantes. Portanto, dos quase 1,8 mil imigrantes

⁴⁹ Strobel, *Relatos*, 30-31 e 34.

⁵⁰ Schneider, *Povoamento*, 165.

que chegaram à colônia ao longo dos seus cinco primeiros anos, menos da metade permaneceu na Dona Francisca. A maior parte dos colonos, observou Manoel Felizardo de Souza e Mello, diretor da Repartição Geral de Terras Públicas, “desanimada se havia retirado para outros lugares, em busca de mais proveitoso modo de vida”.⁵¹

Ainda assim, os dirigentes da Sociedade Colonizadora comemoraram. Primeiro porque a empresa cumpriu a exigência de introduzir 1,5 mil imigrantes na colônia Dona Francisca, o que garantiu à Sociedade o direito de propriedade sobre 7,5 mil dos 14,4 mil hectares de terras que o Príncipe de Joinville havia alienado à empresa. Cabe observar, cerca de 6,4 mil hectares de terras tinham sido vendidos aos colonos e o restante pertencia ao Príncipe. Em segundo lugar, a Sociedade Colonizadora conquistou o direito de adquirir outros 19,2 mil hectares de terras pertencentes ao Príncipe de Joinville pelo preço de 10 francos o hectare, onde deveriam ser estabelecidos pelo menos mais 2,5 mil colonos até o final de 1860.⁵²

Contudo, a situação econômica da Sociedade Colonizadora não lhe permitia levar a cabo a segunda etapa do seu projeto de colonização. Já em 1852 a direção da empresa comunicou aos acionistas que, devido à falta de recursos, precisou “negar os adiantamentos comuns para as passagens, até que, depois do retorno dos anteriores, estejamos novamente em condições de fazê-lo”.⁵³ Como as dificuldades financeiras da empresa só aumentaram nos anos seguintes, em maio de 1854, o procurador da Sociedade de Hamburgo no Rio de Janeiro, J. C. Nagel, solicitou auxílio financeiro ao governo brasileiro. A partir de então, a colonização da Dona Francisca avançou rapidamente, mas somente devido aos favores e subsídios conferidos pelo governo brasileiro à sociedade hamburguesa.

4.3 O indispensável auxílio do governo brasileiro

Em reunião pública realizada em Hamburgo, a 11 de março de 1851, a direção da Sociedade Colonizadora apresentou aos seus acionistas e interessados as estimativas de receitas e despesas para os próximos cinco anos da empresa. Pelos cálculos da direção, ao longo do período 1851-1855, seriam gastos um total de 243 mil marcos hamburgueses na colonização da colônia Dona Francisca, sendo 75 mil (30,9%) destinados aos investimentos de infraestrutura (alojamentos provisórios, estradas, pontes, caminhos, armazém, escolas, igrejas e hospital), 50

⁵¹ Manoel Felizardo de Souza e Mello, “Relatório da Repartição Geral das Terras Públicas”, 28, in Brasil, *Relatorio... Ministro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz* (Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1857).

⁵² Quarto e quinto relatórios da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, julho de 1854 e dezembro de 1855. Trad. Helena Remina Richlin. AHJ.

⁵³ “Segundo relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, maio de 1852”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ.

mil (20,6%) para adiantamentos aos colonos e 45 mil (18,5%) para pagamento dos salários do diretor e demais funcionários da direção da colônia. Foram previstos ainda 36 mil (14,8%) para despesas diversas e imprevistas, 20 mil (8,2%) para gastos administrativos dos escritórios de Hamburgo e do Rio de Janeiro, 6 mil (2,5%) em subvenções para o pagamento de parte dos vencimentos dos sacerdotes, professores, médicos e farmacêuticos, 8 mil (3,3%) para as despesas com passagens dos funcionários da Sociedade Colonizadora e 3 mil marcos (1,2%) com utensílios, ferramentas e mobílias necessárias à instalação da administração da colônia.⁵⁴

No que diz respeito à receita, a principal fonte de recursos da Sociedade Colonizadora seria a venda de terras aos colonos, que, conforme as estimativas, renderia 318 mil marcos hamburgueses. Esse montante seria o resultado da venda de 250 hectares de terras igualmente distribuídos em 1.000 lotes localizados na área urbana da colônia, mais 13.250 hectares de terras a serem vendidas na área rural da Dona Francisca. Também foram previstos ganhos com a venda de algumas edificações e com o recebimento dos adiantamentos feitos aos colonos, o que, segundo projeções, alcançaria a soma de 75 mil marcos.⁵⁵ A Tabela 4.4 apresenta uma síntese das estimativas de receitas e despesas da empresa para o período 1851-1855.

Tabela 4.4 – Projeção das receitas e despesas da Sociedade Colonizadora, 1851-1855
(valores em marcos hamburgueses)

Débito		Crédito	
Honorários	45.000	Venda de 1.000 terrenos urbanos	30.000
Passagens para funcionários	8.000	Venda de 13.250 hectares de terras rurais	268.000
Investimento em Infraestrutura	75.000	Ganhos sobre vendas e adiantamentos	30.000
Adiantamentos aos colonos	50.000	Adiantamento devolvido com 10% de perdas	45.000
Despesas administrativas	20.000		
Despesas diversas e imprevistas	36.000		
Resultado presumido	150.000		
Total	393.000	Total	393.000

Fonte: “Primeiro relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, março de 1851”. Trad. Helena R. Richlin AHJ.

Na Tabela 4.4 há previsão de distribuição de lucros no valor de 150 mil marcos hamburgueses no quinquênio 1851-1855, o que equivalia a um ganho de 50% ou de 100 marcos por ação em cinco anos. Esse resultado, diziam os dirigentes da empresa, “nos parece mais do que suficiente, já que o empreendimento dificilmente estará sujeito a uma perda real, pois, uma

⁵⁴ “Primeiro relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, março de 1851”; “A Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo”, *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung*, nº 38, 29/3/1851. Trad. Helena R. Richlin.

⁵⁵ “Primeiro relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, março de 1851”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ.

fraca venda de terras, que só pode ser consequência da fraca imigração, fará com que os custos também sejam menores”.⁵⁶ Por outro lado, segundo a direção da Sociedade, na eventualidade de uma venda mais lenta dos terrenos, os custos, calculados sobre o empreendimento em sua totalidade, poderiam em parte ser distribuídos em um período de tempo maior. Em todo o caso, ponderava a direção da empresa colonizadora, “quase não se pode admitir dúvidas de que o ganho terá que crescer a cada ano com o progresso da colonização e de que o empreendimento pode ser expandido muito além de seus limites atuais [...], porque as terras que fazem fronteira com a colônia, pertencem em parte ao Príncipe de Joinville e em grande parte ao governo brasileiro” e ambos, asseguravam os dirigentes hamburgueses, tinham interesse no avanço da colonização. Assim, essas terras, “com condições muito favoráveis, poderão ser adquiridas a cada expansão da sociedade”.⁵⁷

Apesar do otimismo da direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, nota-se que, embora as terras concedidas à empresa representassem uma reserva importante de valor, elas não tinham liquidez imediata para financiar os investimentos e as despesas previstas para a colonização inicial da Dona Francisca. Além disso, ao contrário do projetado, após um ano, foram gastos mais de 38,1 mil marcos com transporte, preparativos para recepção e hospedagem dos colonos e cerca de 26,5 mil marcos com alimentação e adiantamentos aos colonos. Portanto, já no primeiro ano, foi despendido mais da metade do montante previsto para essas duas despesas no período 1851-1855. Também foram gastos pouco mais de 8 mil marcos com móveis e material de escritório, passagens e subvenções para os funcionários da Sociedade Colonizadora. Ao todo, foram gastos 73 mil marcos hamburgueses no primeiro ano, o equivalente a 30% do valor total projetado para o período de cinco anos, sem que houvessem sido providenciados alguns dos investimentos previstos no contrato com o Príncipe de Joinville, como, por exemplo, a construção de escolas e igrejas.⁵⁸

Ao mesmo tempo, até 31 de dezembro de 1851 a venda de 828 ações injetou na empresa um capital de 46,1 mil marcos hamburgueses. Portanto, somente no primeiro ano, a Sociedade Colonizadora de Hamburgo acumulou um déficit de 26,9 mil marcos. Nessas circunstâncias, em maio de 1852 a direção da empresa comunicou aos acionistas que “por mais que a nossa situação financeira prometa desenvolver-se, o nosso ativo é formado basicamente por

⁵⁶ “Primeiro relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, março de 1851”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ.

⁵⁷ *Ibidem*.

⁵⁸ “Segundo relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, maio de 1852”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ.

estimações e não há, no momento, como arcar com as demais exigências previstas em nosso primeiro relatório”.⁵⁹ Dois anos depois, J. C. Nagel, procurador da Sociedade Colonizadora no Rio de Janeiro, expôs a preocupante situação da colonização da Dona Francisca ao Ministro Pedro de Araújo Lima, Visconde de Olinda. Nagel ressaltou que, sem o auxílio financeiro do governo brasileiro, não seria possível cumprir a segunda parte do contrato firmado com o Príncipe de Joinville, que consistia na aquisição e colonização das 12 léguas quadradas de terras vizinhas à colônia Dona Francisca.⁶⁰

Segundo J. C. Nagel, o não cumprimento dessa segunda etapa do projeto não resultaria em multas ou penalidades à sociedade hamburguesa; advertiu, porém, que o fracasso da colonização das terras de Dona Francisca, caso faltasse o apoio do governo brasileiro, causaria repercussão negativa nos principais centros de emigração, principalmente na Alemanha, provocando prejuízos à colonização e modernização do Brasil. Desta forma, os empresários hamburgueses pressionavam o governo brasileiro para obter o auxílio financeiro necessário à manutenção de seu empreendimento colonial em Santa Catarina.

Para embasar o pedido de apoio da empresa, J. C. Nagel encaminhou ao Visconde de Olinda uma pró-memória assinada pelo diretor gerente da Sociedade Colonizadora, Friedrich Gültzow. Trata-se, *ipsis litteris*, de uma exposição “confidencial, franca e exata dos trabalhos da Sociedade Colonizadora de 1849 em Dona Francisca, das quantias expendidas por ela e dos resultados da experiência dos primeiros três anos da sua gestão”. Conforme o documento, até 20 de outubro de 1853 a Sociedade de Hamburgo havia vendido 1.028 ações a 200 marcos hamburgueses cada, levantando assim um capital de 205.600 marcos. Deste valor, a empresa tinha gasto 129.235 marcos com a colonização das primeiras 9 léguas quadradas de terras, restando em seus cofres 76.365 marcos hamburgueses, o equivalente a 45:600\$000.

Conforme Gültzow, a Sociedade Colonizadora contava ainda com 22:985\$551 em dívida dos colonos e esperava arrecadar 172:140\$000 com a venda de 11.476 hectares de terras na colônia, o que gerava uma expectativa de receita de 195:125\$551. Entretanto, ponderava Gültzow, a cobrança feita aos colonos exigia cautela e a medição, demarcação e venda dos terrenos requeriam tempo, o que poderia exceder os prazos contratualmente estabelecidos pelo Príncipe de Joinville. Desta forma, na realidade, a Sociedade dispunha de apenas 45:600\$000 para executar as obras de que a colônia mais necessitava, avaliadas em 40:000\$000, e cobrir as

⁵⁹ “Segundo relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, maio de 1852”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ.

⁶⁰ “Pró-memória para o Visconde de Olinda”. BR RJHGB Lata 216 - Doc. 21. Cópia no Apêndice B, Figura B2.

despesas com a remessa e estabelecimento dos 417 colonos que faltavam para cumprir a primeira parte do contrato com o Príncipe de Joinville, o que, pelos cálculos da direção da Sociedade de Hamburgo, custaria 31:275\$000.

Para empreender na segunda fase do projeto de colonização da Dona Francisca, Gültzow calculava serem necessários 274:700\$000, dos quais 67:200\$0000 seriam para a aquisição das 12 léguas quadradas de terras do Príncipe de Joinville, 187:500\$000 para colonizar essas terras com pelo menos 2,5 mil imigrantes e 20:000\$000 para cobrir metade dos custos de construção e manutenção das estradas, igrejas, escolas e hospitais. Assim, ao todo, a Sociedade de Hamburgo precisava investir ao menos 345:975\$000 para prosseguir e expandir a colonização da Dona Francisca, sendo necessário desembolsar, no curto prazo, 138:475\$000. A empresa, entretanto, possuía apenas um terço desse montante em seus cofres. Portanto, a Sociedade Colonizadora de Hamburgo não dispunha de capital suficiente disponível para sequer finalizar a primeira etapa da colonização da Dona Francisca, muito menos para empreender na segunda fase do projeto.

Para contornar esse problema e manter o seu projeto colonizador em Santa Catarina, os empresários hamburgueses ofereceram ao governo brasileiro 1.500 ações da Sociedade de Hamburgo, que seriam subscritas pelo valor total de 187:500\$000. Aceitando essa proposta, o governo imperial brasileiro passaria a controlar 50% da Sociedade Colonizadora. Friedrich Gültzow argumentava que aquelas ações ofereciam garantias suficientes pela posse e venda das terras aos colonos da Dona Francisca, as quais, segundo ele, tenderiam a subir de valor na medida que o número de colonos com plena propriedade de terras aumentasse.

A direção da Sociedade Colonizadora projetava a expansão da colonização da colônia Dona Francisca com a aquisição das 12 léguas quadradas de terras do Príncipe de Joinville e introdução de mais 4 mil colonos, o que exigia um investimento total de 367:200\$000. Gültzow ponderava que, naquele momento, as 21 léguas quadradas de terras, que antes nada valiam, estavam avaliadas em 504:000\$000. Assim, Friedrich Gültzow garantia ao governo brasileiro um resultado positivo de 136:800\$000, acrescendo ainda o valor de 80:000\$000 relativo ao pagamento dos adiantamentos feitos aos colonos, o que elevava o resultado do balanço para 216:800\$000.⁶¹

Apesar dos resultados prometidos e das considerações temerárias a respeito dos efeitos nefastos que o fracasso da colônia Dona Francisca provocaria à colonização do Brasil, o

⁶¹ “Pró-memória para o Visconde de Olinda”. BR RJHGB Lata 216 - Doc. 21. Cópia no Apêndice B, Figura B3.

governo brasileiro não aceitou a proposta dos empresários hamburgueses e, excetuando as concessões previstas no decreto de 15 de maio de 1850, não ofereceu nenhum auxílio à Sociedade Colonizadora de Hamburgo.⁶² A colônia, assim, entrou em crise.

Sem a ajuda do governo brasileiro, o empreendimento estava fadado ao fracasso, conforme relata o Príncipe de Joinville em carta dirigida ao Conselheiro e Mordomo da Casa Imperial, Paulo Barbosa da Silva, em 9 de fevereiro de 1855. Na correspondência, o Príncipe revela grande preocupação com o futuro da colônia, onde ele havia aplicado parte de seus recursos na expectativa de lucrar com a valorização das terras que ainda lhe pertenciam. Dizia o Príncipe de Joinville:

O futuro de minhas propriedades é, em miniatura, o futuro do Brasil. Se a colonização europeia se dirigir nessa direção, o futuro do Brasil estará assegurado. As circunstâncias são favoráveis. [...] Mas os homens são crianças. Para que ocorra um grande movimento, é preciso um chefe para assumir o comando, para pôr-se à frente, que por sua vez conduza os demais. Poder-se-ia iniciar o movimento de imigração e sustentá-lo até que esteja bem desenvolvido e possa avançar por si. É preciso que os que devem recrutar os colonos e transportá-los obtenham nessa operação benefícios *imediatos* suficientes. Falo intencionalmente imediato. Com efeito, nos tempos normais os negociantes contentavam-se, quando uma transação é segura, com vantagens sucessivas. Assim, a casa de Hamburgo com a qual eu havia contratado a colonização, contentava-se, a princípio, com a remuneração representada por concessões de terras, com as quais ela contava especular e auferir lucros futuros. Hoje em dia, ainda que já exista na colônia um núcleo populacional que confere certo valor às terras que nada valiam, ela se recusa a continuar a transação e continuá-la nas condições em que fora estabelecida. Vejo-me assim ameaçado de ver interrompida a corrente imigratória e, talvez, em consequência declina e padeça o começo de colônia que havíamos formado.⁶³

Temendo os prejuízos que poderiam advir caso a Sociedade Colonizadora de Hamburgo abandonasse seu empreendimento colonial, o Príncipe de Joinville solicitou ao Conselheiro Paulo Barbosa que conversasse com “pessoas entendidas” e que “inspirassem confiança” para que fosse possível obter meios de “manter e continuar com a empresa da colonização, no momento ameaçada de naufrágio”.⁶⁴ As preocupações e solicitações do Príncipe foram imediatamente transmitidas a D. Pedro II, que, após fazer breves considerações a respeito da política de colonização do Império, comunicou a Paulo Barbosa que havia conversado com o Ministro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz sobre o pedido de Joinville e que ele havia se comprometido a ver com os colegas o que se podia fazer.⁶⁵

⁶² “Quinto relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, dezembro de 1855”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ.

⁶³ “Carta do Príncipe de Joinville ao Conselheiro Paulo Barbosa da Silva, Claremont, 9 de fevereiro de 1855”. APB- Tomb. 3133-97. Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

⁶⁴ *Ibidem*.

⁶⁵ “Mensagem de D. Pedro II a Paulo Barbosa”, in Lacombe, *O Mordomo do Imperador*, 330.

Logo depois, em abril de 1855, chegou à Dona Francisca o diretor da Repartição Geral de Terras Públicas, Manoel Felizardo de Souza e Mello, que, após permanecer por seis semanas na colônia, emitiu parecer favorável às solicitações da Sociedade Colonizadora de Hamburgo. Em seguida, a 13 de junho de 1855, reconhecendo “que o progresso de Dona Francisca se retardava, e que o mau resultado que dali proviesse tinha de influir poderosamente contra a colonização em geral”, o governo brasileiro contratou com a “Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo”, mediante subvenção, a introdução de 2.250 imigrantes na colônia Dona Francisca. Pelo contrato, os empresários hamburgueses comprometiam-se a estabelecer aquele número de colonos dentro do prazo de três anos, manter casas de recepção para abrigo provisório de pelo menos 200 imigrantes, dar alimento por oito dias aos mais pobres e lhes conseguir trabalho remunerado por pelo menos seis meses. A Sociedade obrigava-se ainda a abrir ruas e estradas que servissem de comunicação entre os colonos e pagar multa de 4 mil-réis para cada determinação do contrato que não fosse cumprida.⁶⁶

Em contrapartida, o governo imperial brasileiro se comprometeu a conceder um prêmio de 30 mil-réis para cada imigrante entre 10 e 45 anos de idade que fosse introduzido na colônia Dona Francisca e de 20 mil-réis para menores entre 5 e 10 anos. O governo também prometeu financiar a construção de escolas e das igrejas católica e protestante, comprometendo-se, inclusive, a pagar os salários dos sacerdotes de ambas confissões e dos professores do ensino elementar. O governo imperial assumiu, ainda, os custos de manutenção das pontes e da construção de uma estrada que ligasse a colônia ao planalto do Paraná através da Serra Geral, que viria a ser a espinha dorsal do comércio da Dona Francisca.⁶⁷

Ao mesmo tempo, o governo brasileiro garantiu que, depois de finalizada a Estrada da Serra, seria facultada à Sociedade Colonizadora de Hamburgo a aquisição de 2 léguas quadradas de terras localizadas no planalto paranaense, pelo preço de meio Real a braça quadrada. Nesse caso, a Sociedade obrigava-se a estabelecer 2 mil colonos na região, com a ajuda de prêmios idênticos ao anteriormente mencionado. O governo ainda assegurou à Sociedade de Hamburgo a preferência na aquisição de mais 16 léguas quadradas de terras vizinhas àquelas 2 léguas quadradas, desde que os hamburgueses confirmassem o desejo de colonizá-las pelos mesmos

⁶⁶ Manoel Felizardo de Souza e Mello, “Relatório da Repartição Geral das Terras Públicas”, 12-13, 23-25, in Brasil, *Relatório... Ministro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz*, 1856; “Quinto relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, dezembro de 1855”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ.

⁶⁷ *Ibidem*; *Ibidem*.

favores. Finalmente, o governo brasileiro prometeu prorrogar, por mais de três anos, os favores concedidos à Sociedade por meio do decreto imperial de 15 de maio de 1850.⁶⁸

Também naquela data de 13 de junho de 1855, mediante a mesma subvenção por imigrante introduzido, o governo imperial brasileiro contratou com Léonce Aubé, procurador dos Príncipes de Joinville, a importação e a fixação, dentro do prazo de cinco anos, de 4 mil colonos nas terras que ainda pertenciam ao Príncipe de Joinville. Nessas condições, o Príncipe enviou Aubé a Hamburgo para firmar um novo acordo com a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, cuja assinatura se deu em 23 de novembro de 1855. Pelo novo contrato, os empresários hamburgueses abdicavam do direito de compra das 12 léguas quadradas de terras contratualmente asseguradas pelo Príncipe, que naquela data, por intermédio do seu procurador, Léonce Aubé, adquiriu 800 ações nominais da empresa colonizadora, mediante o pagamento de 100.000 marcos e a cessão de 7.500 hectares de terras à empresa. Ao mesmo tempo, liquidou-se a “Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo”, sendo seus ativos e passivos transferidos a uma nova sociedade, fundada naquele ato com o mesmo nome, *Colonisations-Verein von 1849 in Hamburg*. Nesta nova empresa, em cumprimento às exigências do Príncipe de Joinville, Léonce Aubé foi incluído como membro da direção e assumiu também o cargo de diretor da colônia Dona Francisca.⁶⁹

Com essa nova configuração societária e administrativa e o apoio do governo brasileiro, a Sociedade Colonizadora de Hamburgo deu início à segunda fase de colonização da colônia Dona Francisca. Desde logo, a empresa buscou reduzir as despesas limitando o número de funcionários empregados na colônia, transferindo os armazéns aos comerciantes locais e colocando à venda outras propriedades coloniais até então administradas pela empresa.

Em 10 de março de 1856, o governo brasileiro firmou novo contrato com a Sociedade de Hamburgo, pelo qual prometeu vender, por meio Real a braça quadrada, até 1.000 lotes de 250 mil braças quadradas cada um ao longo da Estrada da Serra, que pelo contrato anterior o governo havia se comprometido a construir. Até o final de 1858, o governo imperial brasileiro havia investido aproximadamente 35 contos de réis na construção daquela estrada e gasto pouco mais de 41 contos na construção das igrejas católicas e protestantes, escolas, e na abertura e consertos de caminhos e pontes da colônia. Também havia o governo brasileiro concedido cerca de 45 contos de réis em prêmios pela importação de colonos, além da despesa de 27:308\$240

⁶⁸ Souza e Mello, “Relatório da Repartição Geral das Terras Públicas”, 12-13, 23-25, in Brasil, *Relatório... Ministro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz*, 1856; “Quinto relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, dezembro de 1855”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ.

⁶⁹ *Ibidem*; *Ibidem*.

com o estabelecimento de 403 colonos que o próprio governo imperial enviou à Dona Francisca. Ainda participou mensalmente com cerca de 2 contos de réis para custear gastos correntes da colônia.⁷⁰

Ainda assim, no ano de 1858 foi registrado um déficit de quase 6 contos de réis nas contas da direção da colônia e os recursos da Sociedade Colonizadora de Hamburgo estavam novamente esgotados. Os empresários hamburgueses, então, propuseram ao governo brasileiro a rescisão dos contratos de 13 de junho de 1855 e 10 de março de 1856 e a assinatura de um novo acordo, no qual pediam o aumento nos prêmios de 20 e 30 mil-réis, conforme a idade, por imigrante introduzido na colônia, para 50 e 60 mil-réis, além de novos e maiores subsídios para cobrir as despesas da colônia Dona Francisca. Na impossibilidade de se concretizar um novo acordo, seria imperativo liquidar a empresa e abandonar a colônia, advertiu a direção da Sociedade Colonizadora.

O governo brasileiro não atendeu imediatamente às exigências dos hamburgueses; reconhecendo, porém, que não poderia deixar de amparar o empreendimento Dona Francisca, pois ali já havia empenhado cerca de 190 contos de réis, o governo enviou à colônia Luiz Pedreira do Coutto Ferraz para que se inteirasse pessoalmente da situação do núcleo colonial. Coutto Ferraz permaneceu na colônia por aproximadamente 20 dias, sendo que nesse período, a 15 de abril de 1859, foi agraciado com um terreno de 2.500 m² no local que, em sua homenagem, recebeu o nome de Pedreira, hoje Distrito de Pirabeiraba.⁷¹

Em seu relatório, Coutto Ferraz informa que a empresa estava endividada e não possuía recursos suficientes para manter o empreendimento colonial, a não ser os valores a receber dos colonos e a receita que a venda de 12.500 hectares de terras poderia gerar. Ainda assim, Coutto Ferraz recomendou que governo imperial continuasse a “prestar à Sociedade Colonizadora os auxílios que forem indispensáveis para a prosperidade e desenvolvimento do núcleo já fundado e ao mesmo tempo habilitá-la para continuar a promover a emigração para aquele ponto”.⁷² Coutto Ferraz justificou sua recomendação advertindo que a falta de amparo à colônia causaria prejuízos ao país, pois, por um lado, o governo perderia a grande soma de capitais já empregado

⁷⁰ Manoel Felizardo de Souza e Mello, “Relatório da Repartição Geral de Terras Públicas”, 50-54, in Brasil, *Relatorio... Ministro João de Almeida Pereira Filho* (Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1860); Coutto Ferraz, “Colônia Dona Francisca”, 1-23, in Brasil, *Relatorio... Ministro Sergio Teixeira de Macedo*, 1859; “Oitavo relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, setembro de 1859”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ.

⁷¹ “Controle de demarcação e administração”; “Registro de terra, 1852-1897”. BR SCAHJ CF 12, Série Sociedade Colonizadora, cx 1, prat. 40; cxs 1 a 4, prat. 41; Ficker, *História de Joinville*, 208.

⁷² Coutto Ferraz, “Colônia Dona Francisca”, 14, in Brasil, *Relatorio... Ministro Sergio Teixeira de Macedo*.

naquele empreendimento, e por outro, causaria embaraços à colonização do Brasil, uma vez que o fracasso da Dona Francisca teria repercussão negativa na Europa.⁷³

Coutto Ferraz ainda ressaltou que, caso o governo imperial assumisse para si a colônia, teria despesas muito mais elevadas do que a auxiliando e deixando-a sob a direção e responsabilidade da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, a qual, lembrou Coutto Ferraz, “tem a sua frente nomes já conhecidos, pessoas residentes no próprio porto da imigração, influentes e relacionadas em todos os países de onde devem ser retirados os colonos”.⁷⁴ Vê-se, pois, que pesou sobre a decisão de Coutto Ferraz a influência dos empresários hamburgueses, que, como visto no Capítulo 3, desde o início consideravam o apoio do governo brasileiro condição indispensável ao seu projeto particular de colonização.

Poucos meses depois do parecer de Coutto Ferraz, foi firmado um novo acordo entre a Sociedade Colonizadora e governo brasileiro. Por este contrato, datado de 1º de julho de 1859, a empresa hamburguesa se comprometeu a introduzir na colônia, no prazo de cinco anos, pelo menos 2,5 mil imigrantes entre 5 e 45 anos de idade, sendo que 80% deles deveriam ser agricultores; oferecer abrigo aos recém-chegados durante os dois primeiros meses; construir um hospital e pagar um médico para o tratamento gratuito dos colonos mais pobres; manter um número suficiente de terrenos medidos e demarcados para vender aos imigrantes recém-chegados, com prazo de até cinco anos para pagamento, sem juros nos dois primeiros; empregar preferencialmente os imigrantes recém-chegados nas obras da colônia; e por fim, construir estradas necessárias para comunicação dos colonos.

Em contrapartida, o governo imperial brasileiro se comprometeu a conceder à Sociedade Colonizadora subvenção de 50 mil-réis por colono introduzido que tivesse entre 10 e 45 anos de idade e de 30 mil-réis para as crianças entre 5 e 10 anos, desde que não ultrapassasse o número de 3 mil imigrantes; contribuir mensalmente com 3 contos de réis para cobrir os custos de instalação dos colonos e outras despesas correntes da colônia; terminar a construção da Estrada da Serra no período mais curto possível; disponibilizar uma soma de 16 contos de réis para pequenos empréstimos aos colonos; ceder quatro léguas quadradas de terras ao longo da Estrada da Serra a um preço de meio Real por braça quadrada.⁷⁵

⁷³ Coutto Ferraz, “Colônia Dona Francisca”, 12-14, in Brasil, *Relatorio... Ministro Sergio Teixeira de Macedo*.

⁷⁴ *Ibidem*, 14.

⁷⁵ Souza e Mello, “Relatório da Repartição Geral de Terras Públicas”, 53-54, in Brasil, *Relatorio... Ministro João de Almeida Pereira Filho*, 1860.

Com a assinatura desse novo acordo, a direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo declarou no seu relatório de 1860 que as necessidades da colônia estavam “resolvidas por uma extensão maior de tempo”. Mesmo assim, no ano seguinte, cientes do interesse do governo brasileiro na colônia Dona Francisca, a empresa colonizadora, por intermédio do seu procurador no Rio de Janeiro, enviou uma representação à Corte com objetivo de “induzir o governo brasileiro a favorecer diretamente a nossa Sociedade”, uma vez que, até então, a empresa ainda não havia distribuído lucros aos seus acionistas.⁷⁶ Com esse propósito, os empresários hamburgueses exigiram garantias que proporcionassem uma perspectiva de maior prosperidade à empresa, solicitando o financiamento direto do empreendimento – caso contrário a Sociedade entregaria a colônia ao governo brasileiro.⁷⁷

O governo imperial, reconhecendo que “os núcleos coloniais, destinados a serem importantes centros de atração, não se podem manter e desenvolver devidamente sem fortes auxílios”, garantiu aos empresários hamburgueses rever alguns artigos do último contrato e concedeu à empresa colonizadora um auxílio adicional de 15:000\$000 em três parcelas iguais com intervalo de quatro meses entre uma e outra. No Senado, Manoel de Assis Mascarenhas questionou a política de concessões em favor da colonização e afirmava que a colônia Dona Francisca só prosperava porque contava com o auxílio do Príncipe de Joinville e proteção do governo brasileiro. Críticas como essas não abalaram a confiança da direção da Sociedade de Hamburgo em relação ao governo imperial brasileiro, ao qual a direção da empresa expressava, em 1860, “profundo sentimento de gratidão à repetida prova de magnanimidade” e “lealdade tantas vezes já demonstrada”.⁷⁸

Externamente, porém, a Sociedade Colonizadora sofreu um revés em fins de 1859. O Restrito de Heydt, promulgado na Prússia em novembro daquele ano, proibiu a propaganda e restringiu o engajamento de emigrantes prussianos para o Brasil. Conforme os dirigentes da empresa, o embargo prussiano foi o principal obstáculo à colonização da Dona Francisca a partir de 1860.⁷⁹ Os diretores da Sociedade assim justificavam, em 1864, o não cumprimento

⁷⁶ “Nono relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, setembro de 1860”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ.

⁷⁷ Azambuja, “Relatório das Terras Publicas e da Colonisação”, 62-65, in Brasil, *Relatorio... Ministro Manoel Felizardo de Souza e Mello*, 1861.

⁷⁸ “Nono relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, setembro de 1860”. Trad. Helena R. Richlin. AHJ; Azambuja, “Relatório das Terras Publicas e da Colonisação”, 62-65, in Brasil, *Relatorio... Ministro Manoel Felizardo de Souza e Mello*, 1861; AS, Sessão de 14/6/1859, Livro I, 114.

⁷⁹ De acordo com a nacionalidade, 70% dos imigrantes que chegaram à colônia Dona Francisca entre 1857 e 1859 vinham da Prússia. Sétimo, oitavo e nono relatórios da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, setembro de 1858, setembro de 1859 e setembro de 1860. Traduções Helena R. Richlin. AHJ. Ficker *História de Joinville*, 209; Böbel e S. Thiago, *Joinville*, 234-301; Richter, “Fundadora de Joinville”, 104.

integral do contrato de 1º de julho de 1859, que previa a remessa e estabelecimento de 2.500 colonos na Dona Francisca. Porém, vê-se na Tabela 4.5 que o número total de imigrantes embarcados em Hamburgo pela Sociedade Colonizadora nos cinco anos que precederam ao Restrito de Heydt, isto é, durante a vigência do contrato de 13 de junho de 1855, foi menor que o total de imigrantes enviados pela empresa entre 1860 e 1864, ou seja, depois do Restrito.

Tabela 4.5 – Origem dos imigrantes da colônia Dona Francisca, 1855-1864

Ano/Quinquênio	Imigrantes Embarcados	Origem dos Imigrantes	
		Prússia	Outros
1855	261	-	-
1856	455	-	-
1857	579	404	175
1858	245	190	55
1859	357	238	119
Total (1855-1859)	1.897	832	349
1860	628	333	295
1861	272	182	90
1862	528	376	152
1863	396	245	151
1864	91	42	49
Total (1860-1864)	1.915	1.178	737

Fonte: Relatórios da Sociedade Colonizadora de Hamburgo. AHJ.

Vê-se na Tabela 4.5 que, nos primeiros anos depois do Restrito, das 1.915 pessoas embarcadas na Alemanha com destino à Dona Francisca, 1.178 (61,5%) tinham como origem a Prússia. Assim, há indícios de que os efeitos do Restrito de Heydt sobre o fluxo imigratório para Santa Catarina foram menores do que declaravam os diretores da Sociedade Colonizadora. A Tabela 4.5 ainda permite constatar que o declínio mais acentuado no número de pessoas embarcadas com destino à Dona Francisca ocorreu somente no último ano do contrato de 1859, que expirou em 1º de julho de 1864. Por isso, é provável que a redução do transporte de imigrantes para a colônia Dona Francisca tenha sido influenciada por outros fatores e não apenas, ou de maneira mais significativa, devido ao Restrito de Heydt. Entre os principais fatores, destaca-se o receio dos empresários hamburgueses de que o governo brasileiro pudesse retirar o seu apoio à empresa colonizadora, que, à época, reclamava do atraso no repasse do dinheiro para a construção da Estrada da Serra. Esta era considerada fundamental para expansão da colonização em direção ao planalto do Paraná, onde a sociedade hamburguesa planejava explorar o comércio do mate, gado e seus derivados, além da venda de novas terras.

Em 1864, no seu relatório anual dirigido aos acionistas da empresa, a direção da Sociedade Colonizadora, ao tratar sobre o término do contrato de 1º de julho de 1859, protestou

contra o governo brasileiro, dizendo “que de nossa parte aconteceu muito mais no cumprimento do contrato do que o governo tinha o direito de cobrar”, e por isso esperavam “que ele próprio também cumpra com suas obrigações, especialmente com o pagamento posterior dos 60 a 70 contos ainda devidos, que foram estipulados para a construção da Estrada da Serra, dando-nos condições de terminar esta importante obra o mais rápido possível”.⁸⁰

Ainda conforme a cúpula da empresa colonizadora, o representante da Sociedade no Rio de Janeiro, Otto Köhler, empenhou-se para renovar o contrato com o governo brasileiro. Porém, afirmavam os empresários hamburgueses, a sua tarefa “foi muito dificultada por uma mudança constante das personalidades no Ministério”.⁸¹ Ainda assim, Köhler obteve, a 23 de fevereiro de 1864, a prorrogação provisória do contrato, cuja data de expiração foi alterada de 1º de julho para 31 de dezembro de 1864, o que renovou as esperanças da Sociedade Colonizadora de conseguir um prolongamento definitivo do contrato. Caso essa prorrogação não se confirmasse, a direção da Sociedade ameaçava transferir a administração da Dona Francisca aos colonos, cabendo à empresa atuar apenas para a realização dos créditos e das terras ainda não vendidas. Antes, porém, a direção da empresa colonizadora comunicou a demissão de todos os seus funcionários empregados na colônia, exprimindo-lhes, ao mesmo tempo, o desejo de, futuramente, recontratá-los caso se confirmasse a prorrogação definitiva do contrato com o governo brasileiro.⁸² Com essa atitude, os dirigentes da Sociedade de Hamburgo tentaram mostrar ao governo brasileiro que suas advertências não eram apenas ameaças.

O ano de 1864 chegou ao fim e, apesar da intensa negociação, a situação ainda estava indefinida. No último instante, porém, uma nova prorrogação do contrato, desta vez por mais quatro meses, isto é, até o final de abril de 1865. Pouco antes do término deste segundo prazo, foi assinado um novo acordo com duração de cinco anos, a contar de 1º de maio de 1865. Neste, a Sociedade de Hamburgo se comprometeu a transportar e estabelecer mil colonos por ano durante a duração do contrato, dos quais 80% deveriam ser lavradores; aplicar, anualmente, pelo menos 10 contos na construção de novas estradas na colônia; assumir a administração da construção da Estrada da Serra de acordo com o projeto do governo; fundar uma colônia de pecuaristas no planalto do Paraná e lá domiciliar anualmente 300 colonos, aplicando pelo menos 2 contos na introdução de boas raças de gado nesta colônia.

⁸⁰ “Décimo terceiro relatório da direção Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, outubro de 1864”. Trad. Helena R. Richlin. AHJ.

⁸¹ *Ibidem*.

⁸² *Ibidem*.

O governo brasileiro, por sua vez, prometeu pagar à Sociedade uma subvenção anual de 60 contos de réis, em prestações trimestrais de 15 contos, para que fossem realizados os compromissos acima; conceder mensalmente 5 contos de réis para a continuidade da construção da Estrada da Serra; transferir os recursos necessários para a conclusão da Igreja católica na Dona Francisca e para a construção de uma colônia de pecuaristas no Paraná; pôs à disposição até 247 km² de terras ao longo da Estrada da Serra a um preço de meio Real por braça quadrada, cuja medição e demarcação, no entanto, deveriam ser providenciadas pela direção da Sociedade Colonizadora. Além disso, foram anuladas todas as disposições dos acordos anteriores, com a única exceção daquele em que o governo concedia favores à Sociedade, por meio do decreto de 15 de maio de 1850.⁸³

Depois da assinatura do novo contrato, a direção da Sociedade Colonizadora retirou as demissões dos seus funcionários, e o fluxo de imigrantes para a colônia Dona Francisca foi reestabelecido, apesar das restrições impostas pela legislação prussiana. Entretanto, o número de 241 embarques em 1865 ficou muito abaixo do estabelecido contratualmente. O fato não causou surpresa, pois, mesmo antes do Restrito de Heydt, nunca a empresa colonizadora transportou mil colonos para Dona Francisca em um mesmo ano, como mostra a Tabela 4.6. Por isso, desde o início, a direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo considerava impossível o cumprimento incondicional das obrigações expressas no contrato de 1865.

Tabela 4.6 – Colonos enviados de Hamburgo à colônia Dona Francisca, 1850-1869

Ano	Imigrantes Embarcados	Média	Ano	Imigrantes Embarcados	Média
1850	125	325	1860	628	383
1851	336		1861	272	
1852	435		1862	528	
1853	204		1863	396	
1854	524		1864	91	
1855	261	379	1865	214	339
1856	455		1866	82	
1857	579		1867	137	
1858	245		1868	498	
1859	357		1869	763	

Fonte: Relatórios da Sociedade Colonizadora de Hamburgo. AHJ.

Na opinião do Sr. Köhler, representante da Sociedade Colonizadora no Rio de Janeiro, não havia outra opção senão aceitar as condições impostas pelo governo brasileiro naquele

⁸³ “Décimo quarto relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, dezembro de 1865”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ.

momento. Porém, dizia ele, “em breve espera-se ver modificadas, a um preço adequado, as determinações do contrato acima”, especificamente a necessidade de fundar uma colônia de pecuaristas no planalto do Paraná e a obrigação de estabelecer anualmente mil colonos na Dona Francisca.⁸⁴ Após um ano de negociações, as expectativas do Sr. Köhler não se concretizaram. Como resultado do não cumprimento daquelas duas determinações consideradas impraticáveis pelos empresários hamburgueses, a Sociedade Colonizadora foi condenada a pagar uma multa contratual e ainda foram suspensos os pagamentos das subvenções.⁸⁵ Mais uma vez, o receio de que o governo brasileiro retirasse definitivamente o seu apoio à empresa causou uma acentuada queda no número de imigrantes transportados de Hamburgo para Dona Francisca, que em 1866 foi de apenas 82 pessoas (Tabela 4.6).

Logo, porém, após veemente protesto do Sr. Köhler, a multa foi retirada e a subvenção foi mantida provisoriamente até o final do ano de 1866. Segundo os dirigentes da Sociedade de Hamburgo, na impossibilidade de resolver o impasse, e sem o auxílio financeiro do governo brasileiro, não poderia a empresa continuar suas atividades no Brasil. Nas negociações que se seguiram a respeito da modificação do antigo ou da assinatura de um novo acordo, a direção da empresa colonizadora insistiu na eliminação daquelas duas determinações consideradas impraticáveis. Na mesma época, a mando do governo imperial brasileiro, chegou à colônia Dona Francisca o ex-presidente da província de Santa Catarina, o Conselheiro Ignácio Cunha Galvão, que examinou o estado da colônia e a situação financeira do empreendimento colonial. Daí resultou um novo acordo entre o governo brasileiro e a Sociedade de Hamburgo, firmado em 22 de abril de 1867. As determinações essenciais desse novo acordo incluíam a duração do contrato fixada em cinco anos e o número de colonos que deveriam ser estabelecidos na colônia durante este período, reduzido de 1.000 para 400 imigrantes anualmente. Caso condições desfavoráveis impedissem atingir esse número em um ano, o número faltante de imigrantes deveria ser acrescido ao número de pessoas a serem transportadas no ano seguinte.

O governo brasileiro se comprometeu a pagar anualmente 36 contos de réis para custear os gastos administrativos e de manutenção da colônia e as despesas de propaganda da Sociedade Colonizadora relativas à imigração, além de renunciar a todas as exigências feitas em contratos

⁸⁴ “Décimo quarto relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, dezembro de 1865”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ.

⁸⁵ *Ibidem*.

anteriores, o que significava que a determinação de fundar uma colônia de criação de gado no planalto do Paraná foi anulada.⁸⁶

Pelo contrato de 22 de abril de 1867, a Sociedade Colonizadora de Hamburgo teve suas exigências atendidas e, assim, com o apoio quase incondicional do governo brasileiro, pôde continuar suas atividades no Brasil. Em 30 de dezembro 1871, um novo acordo foi acertado e, novamente, diziam os dirigentes da sociedade hamburguesa, o governo imperial brasileiro demonstrou seu apoio à empresa colonizadora, o que ocorreria outras vezes com a assinatura dos contratos de 1882 e 1888.⁸⁷ Desta forma, o governo brasileiro assegurou à “Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo” o monopólio da exploração comercial das terras localizada na colônia Dona Francisca, que, após sua expansão, cobriu uma área que compreende os atuais municípios de Joinville, Jaraguá do Sul, Araquari, Guaramirim, São Bento do Sul e Campo Alegre.

Não obstante, na segunda metade da década de 1880, a Sociedade Colonizadora estava novamente em crise, em decorrência da qual, em maio de 1890, a empresa suspendeu seus planos de colonização. Em 30 de março de 1897, esses planos foram transferidos para outra empresa, a *Hanseatische Kolonisationsgesellschaft* (Sociedade Colonizadora Hanseática). Esta recebeu da Sociedade Colonizadora de Hamburgo 650 mil hectares de terras pelo valor de 250 mil marcos, dos quais 230 mil foram destinados ao pagamento de dívidas.⁸⁸

4.4 Conclusões

O objetivo deste capítulo foi analisar os primeiros anos da colonização das terras de Dona Francisca e a crise da “Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo”. Constatou-se que, diante do alto preço da terra, dos custos para cultivá-las, da má qualidade do solo, dos preços das mercadorias e das necessidades imediatas da família, os colonos, na sua maioria sem dinheiro, empregavam-se como diaristas, dedicando-se parcialmente a suas terras.

Nesse contexto, verificou-se a formação de três classes sociais distintas e bem definidas na colônia Dona Francisca. A primeira e mais ampla era constituída pelos imigrantes pobres, a maioria agricultores sem dinheiro e endividados. Depois vinham aqueles que trouxeram

⁸⁶ “Décimo sexto relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, dezembro de 1867”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ.

⁸⁷ Vigésimo primeiro, trigésimo oitavo e trigésimo nono relatórios da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, outubro de 1872; março de 1891; maio de 1892. Traduções Helena Remina Richlin. AHJ.

⁸⁸ Trigésimo oitavo e trigésimo nono relatórios da direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo. Tradução Helena R. Richlin; Klaus Richter, *A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897* (Florianópolis: UFSC, Blumenau: FURB, 1992), 24-25.

recursos suficientes para se estabelecer e cedo passaram a se dedicar à sua propriedade ou à pequenos negócios. Finalmente, no topo dessa hierarquia social, estavam os membros da direção da colônia e os imigrantes abastados, que não reuniam as habilidades de um colono típico, mas possuíam recursos para empreender e empregar os trabalhadores na Dona Francisca. Essa elite dirigente logo passou a influenciar e organizar a colônia e representar localmente os interesses da sociedade hamburguesa de colonização. A empresa, porém, não dispunha de recursos suficientes disponíveis para finalizar as obras de infraestrutura necessárias à colônia e continuar com o seu projeto colonizador em Santa Catarina.

Já em 1854, a direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, por intermédio do seu representante no Rio de Janeiro, J. C. Nagel, comunicou ao governo brasileiro as dificuldades financeiras da empresa e solicitou auxílio financeiro para continuar a empreender na colonização das terras de Dona Francisca. Após decisiva intervenção do Príncipe de Joinville, o governo imperial brasileiro firmou seu primeiro contrato com a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, assinado em junho de 1855. A partir de então, o governo brasileiro assumiu papel fundamental na colonização da Dona Francisca. Cientes do especial interesse do governo pela colônia, considerada como um importante núcleo de atração espontânea de imigrantes para o Brasil, a sociedade hamburguesa de colonização manteve representantes no Rio de Janeiro para articular na Corte e, ao mesmo tempo, pressionar o governo brasileiro a oferecer todo o apoio necessário à manutenção e expansão da colônia Dona Francisca.

Ao fim e ao cabo, não fosse a intervenção do Príncipe de Joinville e o auxílio financeiro do governo brasileiro, a “Sociedade Colonizadora de 1849 Hamburgo” não teria sido capaz de continuar com o seu projeto de colonização em Santa Catarina. Esse fato merece ser destacado, pois contradiz a ideia amplamente difundida na historiografia, de que o sucesso da colônia Dona Francisca, um dos mais importantes e notáveis núcleos coloniais do Brasil no século XIX, prescindiu de grandes favores do governo brasileiro por ser um negócio privado, organizado e dirigido por uma importante sociedade de empresários alemães.

O próximo capítulo analisa as condições do mercado de trabalho e o progresso econômico da colônia Dona Francisca.

CAPÍTULO 5

TRABALHO E PRODUÇÃO NA COLÔNIA DONA FRANCISCA

Este capítulo analisa a formação do mercado de trabalho, a produção e a estrutura social da colônia Dona Francisca, onde o acesso à terra era garantido a todos e a maioria dos colonos possuía alguma qualificação ou habilidade profissional específica. O capítulo está dividido em três partes. Na primeira, examina-se a formação do mercado de trabalho da Dona Francisca, reconstituindo o emprego de escravos, as experiências e os contratos de parceria e as principais características do trabalho assalariado na colônia. Na segunda parte, analisa-se a evolução das atividades agrícola, comercial, manufatureira e criatória. Especificamente, avaliam-se as dificuldades iniciais e o progresso agrícola da Dona Francisca; as principais condicionantes do desenvolvimento comercial e industrial de Joinville, observando o conhecimento técnico e a qualificação profissional dos colonos, a expansão da atividade criatória na colônia e os efeitos da construção da Estrada da Serra, mais tarde denominada Estrada Dona Francisca, e do comércio e beneficiamento da erva-mate. Ao final, apresentam-se as conclusões do capítulo.

5.1 Mercado de trabalho na colônia Dona Francisca

5.1.1 A mão de obra escrava

Desde 1824, com a fundação da colônia São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, era expressamente proibido o emprego de trabalhadores escravos nos núcleos de colonização europeia estabelecidos no Brasil. Com essa proibição, dentre outros objetivos (ver Capítulo 1), o governo brasileiro aparentemente pretendia evitar que o colono europeu, futuro pequeno proprietário de terra no país, fosse influenciado pelo pensamento dominante da sociedade escravista brasileira de que o trabalho manual, principalmente o cultivo do solo, era humilhante. A respeito escreveu Augusto Decosterd, cônsul suíço na Bahia, em carta dirigida à “Sociedade Suíça do Bem Comum” em 1843: “Deste flagelo [da escravatura] resulta que todo estrangeiro se acostuma à crença de que o trabalho manual, sobretudo o do solo, é humilhante”. Segundo Decosterd, o colono influenciado por essa crença passava a desprezar o trabalho manual e também o “branco que não se sujeita a esta opinião; e este desprezo é expresso assim pelo branco ou liberto como pelo escravo, o qual, pelo fato de vê-lo trabalhar, considera-o logo em condição inferior”.¹

¹ “Carta do Sennor Decosterd, Consul Suisso na Bahia, dirigida à mesma Sociedade, respondendo a vários quesitos”, 23/7/1843, in Visconde de Abrantes *Memorias*, 46. Ver também Petrone, *Imigrante*, 39-40.

Na opinião do cônsul Decosterd, para evitar a “funesta influência da escravatura, não se deve permitir a colono algum a compra de escravos, nem o servir-se com escravo alugado, emprestado, etc. O melhor seria incontestavelmente o proibir que nenhum escravo, preto ou de cor, mesmo negro liberto, pudesse morar na colônia”.² Opinião semelhante foi manifestada por Visconde de Abrantes, em obra publicada em 1846: “a existência da escravatura parece em verdade que repele a concorrência do trabalhador livre”.³

Temendo que a escravidão contaminasse seu empreendimento, criando embaraços à colonização das terras de Dona Francisca, a “Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo”, em petição de 11 de agosto de 1849, solicitou favores e benefícios ao governo brasileiro e a sua autorização para coibir diretamente o emprego de escravos pelos colonos que viessem a se estabelecer na futura colônia Dona Francisca.⁴ Essa solicitação estava de acordo com as recomendações do cônsul Decosterd para colonização do Brasil, as quais haviam sido apresentadas aos empresários hamburgueses pelo então embaixador brasileiro em Berlim, Visconde de Abrantes. Aliás, grande parte das ideias propostas no plano de colonização da Sociedade Colonizadora de Hamburgo foi extraída do relatório do cônsul Decosterd, que recomendava expressamente a criação de grandes colônias no Brasil, preferencialmente nas províncias de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; exclusão e proibição de escravos nas colônias; a venda e não a doação de terras aos colonos imigrantes; estipulação de garantias na conclusão de qualquer acordo com o governo brasileiro; estabelecimento de normas e regulamentos específicos a fim de garantir a ordem e assegurar os direitos e deveres dos colonos; atenção especial com a educação religiosa e material dos imigrantes; e “se o governo brasileiro conceder subsídios a favor da colonização, será preciso pô-los debaixo da responsabilidade de empregados estrangeiros [...]; senão o desperdício há de ser inevitável”, advertiu Decosterd.⁵

Pelo decreto imperial nº 537, de 15 de maio de 1850, D. Pedro II aprovou grande parte dos benefícios requeridos pela direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo na petição de 11 de agosto de 1849, proibiu o emprego de escravos na colônia Dona Francisca e atribuiu a responsabilidade de fiscalização ao diretor da colônia.⁶ Porém, essa proibição se restringia ao núcleo colonial, sendo comum a utilização de escravos nas propriedades adjacentes às terras de

² Visconde Abrantes, *Memorias*, 50-51.

³ *Ibidem*, 33.

⁴ “Relação de concessões que pede a Sociedade Colonizadora de Hamburgo”. BR RJHGB Lata 216, doc. 21.

⁵ “Carta do Sennor Decosterd”, in Visconde Abrantes, *Memorias*, 48-51.

⁶ Decreto Imperial nº 537 de 15/5/1850, *CLIB* de 1850, Tomo XI. Parte I, 23.

Dona Francisca. Nessas propriedades, grandes sesmeiros chegavam a empregar de 20 a 40 escravos, a maioria no cultivo de mandioca e cana e na produção de farinha e aguardente. Embora esse número de cativos estivesse muito abaixo das escravarias empregadas nas áreas de *plantation* da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, para a realidade da economia agrícola catarinense, plantéis com mais de 10 escravos eram relativamente grandes.⁷

Naquela época, a farinha de mandioca constituía o principal produto de exportação de Santa Catarina e a freguesia de São Francisco do Sul, onde se localizava a colônia Dona Francisca, era importante produtora e a terceira maior exportadora de farinha catarinense, abastecendo sobretudo o mercado do Rio de Janeiro. No entanto, a qualidade inferior da farinha produzida em Santa Catarina e o fato de a produção de farinha de mandioca ser comum a quase todas as regiões brasileiras pressionavam o preço do produto catarinense no mercado interprovincial.⁸ Nessas condições, a fundação da colônia Dona Francisca, instalando novos consumidores, foi favorável à economia de São Francisco do Sul, principalmente aos produtores e comerciantes de farinha de mandioca, cuja produção, além disso, não constituía uma atividade estritamente familiar. Pequenos e médios lavradores da região empregavam escravos no cultivo da mandioca e fabricação da farinha, enquanto grandes proprietários e comerciantes utilizavam amplamente a mão de obra cativa na produção e transporte da farinha de mandioca.⁹

⁷ “Registros de Sesmarias de Santa Catarina”, CMC nº 33.0.01.01. AHJ; Walter F. Piazza, *A escravidão negra numa província periférica* (Florianópolis: Garapuvu, 1999), 40-43, 49-61; Oswaldo R. Cabral, *História de Santa Catarina* (Florianópolis: EDUFSC, 1970), 205; Joana Maria Pedro *et al.*, *Negro em terra de branco* (Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988), 11-35; Mamigonian, Beatriz Gallotti e Vitor Hugo Bastos Cardoso, “Tráfico de escravos e a presença africana na Ilha de Santa Catarina”. In: *História Diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina*, organização Beatriz Gallotti Mamigonian e Joseane Zimmermann Vidal. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013, 17-39; Cunha, *História do trabalho*, 109-110; Denize Aparecida da Silva, “Plantadores de Raiz: escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville, 1845/1888” (Dissertação de Mestrado, UFPR, 2004), Cap. I.

⁸ Santa Catarina, *Falla Que o Presidente da Provincia, o Brigadeiro Antero Jozé Ferreira de Brito, dirige á Assembleia Legislativa da Mesma Provincia... em 1º de março de 1841* (Cidade do Desterro: Typographia Provincial, 1841), 13; *Relatorio do Presidente da Provincia, Francisco Carlos d'Araujo Brusque, apresentado na Assembléa Legislativa Provincial na 1ª Sessão da 10ª Legislatura* (Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1860), 26-37; *Relatorio apresentado pelo Segundo Vice-Presidente da Provincia, Exm. Sr. Doutor Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão... em 27 de janeiro de 1873* (Cidade do Desterro, 1873), 12; *Falla com que o Exm. Sñr. Doutor João Rodrigues Chaves abriu a 2ª Sessão da vigesima segunda Legislatura da Assembéa Provincial... em 2 de fevereiro de 1881* (Cidade de Desterro: Typ. de Alex. Margarida, 1881), 41; *Relatorio com que o Exm. Sñr. Doutor Theodoro Carlos de Faria Souto abriu a 2ª Sessão da vigesima quarta Legislatura da Assembéa Provincial... em 25 de março de 1883* (Cidade de Desterro: Typ. do Caixeiro, 1883), 64-69; *Relatorio apresentado... pelo presidente Francisco José da Rocha, em 11 de outubro de 1887* (Rio de Janeiro: Typ. União de A. M. Coelho da Rocha & C., 1888), 380-397; Paulo J. Miguel de Brito, *Memória política sobre a capitania de Santa Catarina* (Florianópolis: IHGSC, 2008), 59-60; Laura Machado Hübener, *O comércio da cidade do Desterro no século XIX* (Florianópolis: EDUFSC, 1981), Caps. II e V.

⁹ “Carta de Margaretha Mäder”, *Der Colonist*, nº 17, 1/5/1853, 67-68; Rodowicz, *Colônia*, 46; Sousa e Mello, “Relatório da Repartição Geral das Terras Públicas”, 28, in Brasil, Relatório... *Ministro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz*, 1856; Silva, “Plantadores”, Cap. I; Ficker, *História de Joinville*, 61, 125-126, 232; Cunha, *História do trabalho*, 112.

Deste modo, é provável que o significativo acréscimo na população escrava da freguesia de São Francisco do Sul esteja associado, ainda que parcialmente, ao aumento da produção e comércio de farinha de mandioca estimulados pela fundação da colônia Dona Francisca. A Tabela 5.1 mostra que o número de escravos em São Francisco do Sul mais que dobrou entre os anos 1840 e 1856, subindo de 1.057 para 2.736 cativos. Em termos relativos, a proporção de escravos na população total da freguesia, incluindo os habitantes da colônia Dona Francisca, fundada em 1851, subiu de 16,2% (1840) para 18,9% (1856). Excluindo-se a população da colônia, onde o trabalho escravo era proibido, a proporção de cativos na população da Freguesia de São Francisco em 1856 aumenta para 21%, sendo a maior parte empregada como lavradores.

Tabela 5.1 – População da freguesia de São Francisco do Sul, 1840-1856

Anos	Livres		Escravos		Total	Proporção da pop. escrava (%)
	S. Francisco	D ^a Francisca	S. Francisco	D ^a Francisca		
1840	5.479	-	1.057	-	6.536	16,2
1854	9.795	1.194	1.074	-	12.063	8,9
1856	10.328	1.428	2.736	-	14.492	18,9

Fontes: Santa Catarina, *Relatórios dos Presidentes da Província*, Brigadeiro Antero Jozé Ferreira de Brito (1841), Mapa 15; Dr. João José Coutinho (1855), 35 e (1857), 37.

Quando Joinville, centro urbano e comercial da colônia Dona Francisca, começou a prosperar, uma parcela da população escrava de São Francisco do Sul fixou-se na colônia ou nas suas imediações acompanhando seus proprietários (sesmeiros, lavradores e comerciantes luso-brasileiros estabelecidos na região). Fora dos limites da colônia, nas velhas sesmarias às margens dos rios Areias, Cubatão, Parati, Aririú, Paranaguá Mirim e ao redor da Lagoa de Saguçu e em terras arrendadas, a mão de obra escrava foi empregada em atividades domésticas, no cultivo agrícola e nos engenhos de cana e mandioca. Na colônia, mesmo sendo proibidos, cativos foram utilizados como domésticos e como “escravos de ganho”, alugados para realizar o transporte de cargas e mercadorias.¹⁰

Uma evidência do uso de escravos na colônia Dona Francisca é a nota publicada no *Kolonie-Zeitung* (Jornal da Colônia) em 11 de maio de 1867. Com o título *Sklaven weg!* (Escravos fora), o aviso assinado por alguns colonos denunciava: “Por meio de decreto do Reino, é expressamente proibido, tanto aos empresários, quanto aos moradores desta colônia, todo e qualquer uso ou propriedade de escravos. Não obstante, nos últimos tempos, alguns negros foram introduzidos aqui e usados constantemente [...]”. Diante deste fato, classificado

¹⁰ “A Colônia Dona Francisca”, *O Conciliador Catharinense*, nº 256, 28/10/1851, 3; “Diário de João Paulo Schmaz”, 2/6/1886, Série Domínio Pirabeiraba, cx 4, prat. 39. BR SCAHJ CF 12; “Registros de medição e demarcação de 1846”, Mapoteca do AHJ; James C. Fletcher and Daniel P. Kidder, *The Brazil and The Brazilians* (Boston: Little, Brown and Company, 1879), 326-330; Cunha, *História do trabalho*, 110-114.

pelos denunciante como “inconveniente problema”, foi solicitado ao subdelegado de polícia de Joinville, Adolfo Haltenhoff, que tomasse as providências necessárias para retirar os escravos da colônia.¹¹

Em geral, os colonos da Dona Francisca não aceitavam o emprego de mão de obra escrava e repudiavam quem a utilizava. Não obstante, em 1872 achavam-se estabelecidos em Joinville 75 escravos (cerca de 1% da população do município), sendo 42,7% deles empregados como domésticos e 48% como lavradores. Em 1884, existiam 121 cativos no município, e às vésperas da abolição, a população escrava de Joinville perfazia 97 cativos, o equivalente a menos de 1% da população local. Nessa época, a economia joinvilense girava em torno do beneficiamento e exportação de erva-mate, atividades dominadas por negociantes luso-brasileiros. Estes empregavam a maior parte dos cativos de Joinville, sobretudo no transporte de cargas e mercadorias. Porém, a utilização de trabalhadores escravos na Dona Francisca não se restringiu aos comerciantes e ervateiros luso-brasileiros. Existem registros que comprovam a posse de escravos por colonos. São, por exemplo, os casos de Gustavo Seiles, feitor do engenho de mate de Eduard Trinks, e Marcos Görresen, proprietário de casas de comércio em São Francisco do Sul e Joinville.¹²

Em suma, as evidências mostram que não se pode atribuir a posse e utilização de escravos na Dona Francisca exclusivamente às famílias luso-brasileiras estabelecidas em Joinville, como geralmente sugere a historiografia local.¹³ No entanto, não há dúvidas de que a grande maioria dos colonos da Dona Francisca não possuía escravos e que absoluta maioria dos cativos empregados na colônia pertencia aos comerciantes, grandes proprietários e ervateiros luso-brasileiros da região. Também é fato que, mesmo sendo proibido e apesar da pequena proporção em relação à média da província de Santa Catarina, o emprego de escravos na Dona Francisca existiu, tendo coexistido com o trabalho livre assalariado e, no início da colonização, com o regime de parceria, que será analisado a seguir.¹⁴

¹¹ “Sklaven weg!”, *Kolonie-Zeitung*, nº 19, 11/5/1867, 76. Tradução Helena R. Richlin.

¹² Brasil, *Recenseamento do Império de 1872*, 88-90; Santa Catarina, *Relatorio com que o Exm. Sr. Coronel Manoel Pinto de Lemos... 22/6/1885* (Cidade de Desterro: Typ. do Jornal do Commercio, 1885), 32-33; *Relatorio apresentado... pelo presidente Francisco José da Rocha, em 11/10/1887* (Rio de Janeiro: Typ. União de A. M. Coelho da Rocha & C., 1888), 282; *Kolonie-Zeitung*, edições nº 2, 6/1/1891, 6; nº 102, 28/12/1894, 2-3; Silva, “Plantadores”, 53; Cunha, *História do trabalho*, 113-114, 118, 143; Rufino Porfírio Almeida, “Um aspecto da economia de Santa Catarina: a indústria ervateira. O Estudo da Companhia Industrial” (Dissertação de Mestrado, UFSC, 1979), 26-29.

¹³ Mattos, *Colonização*, 138-170; Piazza, *Colonização*, 136-143; *Escravidão*, 16, 21, 55-56; Cabral, *História de Santa Catarina*, 199-200, 228-231; Ternes, *História de Joinville*, Caps. V e VI; *História econômica de Joinville* (1ª edição. Joinville: Meyer, 1986), Caps. 2, 3 e 7.

¹⁴ Entre 1850 e 1880, a população escrava em Santa Catarina representou de 9% a 18% da população total da Província – Apêndice A, Tabela A7. Na Dona Francisca, o número de cativo nesse período representou menos de

5.1.2 O regime de parceria

Estabelecido como importante proprietário de terras na colônia Dona Francisca, Bernhard Poschaan Jr., filho do rico comerciante hamburguês B. J. Poschaan, acionista da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, fundou um grande empreendimento agrícola colonial denominado *Neu-Hamburg*, em 1851. Nessa propriedade, Poschaan empregou de 50 a 60 colonos, a maioria contratada para cultivar cana e dedicar-se às atividades ligadas à produção de açúcar e aguardente.¹⁵

Pelo contrato de trabalho firmado com Poschaan, ainda na Europa, o imigrante casado que pagasse integralmente as passagens e despesas de viagem da sua família receberia diárias de 600 réis por 10 horas efetivas de trabalho, enquanto a mulher e os filhos capazes receberiam 400 réis nas mesmas condições. Aquele que pagasse metade, ou outra proporção do valor das passagens, receberia diárias proporcionais durante o tempo necessário para quitar a dívida referente à travessia. Caso não pudessem trabalhar por motivo de doença, os colonos ganhariam 200 réis por dia como adiantamento, que seriam descontados posteriormente no acerto de contas. Também estava estipulado no contrato que, na falta de um membro da família, todos os demais eram responsáveis pelo cumprimento do acordo.¹⁶

Colonos adultos do sexo masculino que imigrassem sozinhos, e que pagassem integralmente suas passagens, receberiam alimentação e moradia durante três anos e um ordenado anual de 100 mil-réis por 300 dias de trabalho. Aqueles que pagassem metade da passagem deveriam trabalhar quatro anos na fazenda *Neu-Hamburg*, recebendo anualmente 80 mil-réis nos dois primeiros anos e 100 mil-réis nos dois anos seguintes. Para os imigrantes embarcados na Europa por conta de Poschaan Jr., o prazo do contrato de trabalho era de cinco anos, sendo-lhes garantidas alimentação e moradia durante a vigência do acordo, mais uma remuneração anual de 40 mil-réis no primeiro ano, 80 mil-réis nos dois anos seguintes e 100 mil-réis nos dois anos restantes. Depois do terceiro ano, todos os colonos solteiros contratados por Poschaan Jr. receberiam 300 réis por dia de trabalho extra realizado na *Neu-Hamburg*.

Ainda conforme o contrato, cada indivíduo solteiro ou família imigrante que pagasse integralmente as despesas da travessia receberia 8 morgos (2 hectares) de terras na *Neu-*

1% da população da colônia. Brasil, *Recenseamento do Império de 1872*, 88-90; Santa Catarina, *Falas e Relatórios dos Presidentes da Província*, vários anos; Piazza, *Escravidão*, 12 e 16.

¹⁵ “Segundo relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, maio de 1852”; “Carta de Margaretha Mäder”, *Der Colonist*, nº 17, 1/5/1853, 67-68. Traduções Helena R. Richlin; Rodowicz, *Colônia*, 76 e 93; Avé-Lallemant, “Santa Catarina”, 184; Tschudi, “Santa Catharina”, 371.

¹⁶ Os termos do contrato proposto por Poschaan estão descritos em Rodowicz, *Colônia*, 93-95.

Hamburg, com todos os direitos e ônus transferidos, com uma casa simples, isto é, uma choupana coberta de palha, 5/8 do terreno queimados ou limpos e 3/8 de mata virgem. Em contrapartida, como juros e amortização da dívida referente ao lote e à casa, Poschaan Jr. exigia que um colono adulto, forte e saudável trabalhasse na sua propriedade ao menos um dia e meio por semana, durante 30 anos sem remuneração nem alimento, ou dois dias e meio por semana, durante 60 anos com remuneração diária de 400 réis mais alimentação, cujo custo era calculado em 200 réis por dia.

Conforme escreveu em 1853 o colono e cronista Theodor Rodowicz, essas condições tornariam os imigrantes servos ou “semiescravos”, pois quando estivessem por quitar suas dívidas, estariam “bom para deitar-se no berço mortuário, deixando aos filhos e herdeiros, talvez, uma casa em ruína e uma dívida de 250 réis por semana, pelo espaço de 60 anos, sem contar impostos devidos à Colônia”. Crítico às imposições contratuais de Poschaan, Rodowicz advertiu aos emigrantes que desejassem embarcar para Dona Francisca: “para ganhar 600 réis de diárias, ninguém necessita contrair compromissos incômodos, visto que a direção da colônia sempre empregou gente nesta base, e particulares até 700 réis e mais, nunca abaixo”. Em seguida, Rodowicz reiterou seu pensamento ressaltando que a única vantagem que os colonos teriam ao firmar contratos de trabalho ainda na Europa seria não precisar procurar emprego ao chegarem. “Mas esta vantagem”, assinalou Rodowicz, “eles pagam caro, muito caro”.¹⁷

Melhores condições ofereceu Arthur Guiguer, cônsul da Suíça e representante da “Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo” no Rio de Janeiro. Também sob contrato particular de parceria, Guiguer engajou algumas famílias de colonos para cultivarem café nos seus 62 hectares de terras localizados na *Guiguerstrasse* (Estrada Guiguer). Pelo contrato firmado com Guiguer, os imigrantes recebiam transporte gratuito de Hamburgo até Dona Francisca e certa quantia de terras para cultivar livremente. O contrato também previa a concessão de moradia gratuita aos imigrantes durante os cinco primeiros anos, sendo, porém, indispensável o auxílio dos colonos na construção das casas. Depois desse prazo, eles poderiam adquirir as terras que cultivaram, podendo o pagamento ser feito a prazo. Além disso, como prêmio, Guiguer se comprometia a presentear com terras aqueles que melhor cumprissem com suas obrigações. Em contrapartida, cada membro da família com idade superior a 16 anos deveria plantar e cultivar 300 pés de café por ano, não podendo abandonar a lavoura que lhes foi confiada durante os cinco anos de vigência do acordo. No caso de quebra do contrato, os

¹⁷ Rodowicz, *Colônia*, 94-95.

colonos tinham que pagar os adiantamentos recebidos, acrescidos de juros anuais de 6%, a contar de 1º de maio de 1851.¹⁸

Embora as condições propostas por Arthur Guiguer fossem consideradas mais acessíveis e generosas, o clima da região não favoreceu o cultivo de café em larga escala e seu empreendimento na Dona Francisca não prosperou. Assim, pensaram-se alternativas para as famílias pagarem as dívidas contraídas com Guiguer. Tentou-se a meação da livre produção agrícola dos colonos, mas também essa experiência de parceria malogrou.

Além das condições climáticas, dois outros fatores concorreram para o fracasso da solução de meação nas terras de Guiguer. Em primeiro lugar, não havia na colônia produção em larga escala de gêneros agrícolas de exportação com alto valor de mercado, o que tornou a meação pouco atrativa. Em segundo lugar, a falta de perspectiva da maioria dos colonos em relação ao clima e à qualidade do solo da Dona Francisca durante os primeiros anos da colonização, e as possibilidades de obterem ganhos imediatos como diaristas, trabalhando nos empreendimentos de particulares e nas obras públicas de infraestrutura, levaram os imigrantes em geral a preferirem dedicar-se mais tempo às atividades ligadas ao setor urbano, deixando a agricultura em segundo plano.¹⁹

Em suma, no início da colonização da colônia Dona Francisca coexistiram três modelos básicos de organização do trabalho. O primeiro baseava-se no trabalho livre e na pequena propriedade agrícola, adquirida ou arrendada por colonos europeus. Estes cultivavam suas terras livremente e dedicavam mais ou menos tempo às suas propriedades conforme as oportunidades do mercado. O segundo modelo de organização do trabalho experimentado na colônia Dona Francisca foi o de parceria, implementado, sem sucesso, por Arthur Guiguer e Bernhard Poschaan Jr. A experiência de Poschaan Jr. foi bastante criticada na época e malogrou devido a suas exigências draconianas. Guiguer, por sua vez, ofereceu condições mais favoráveis aos colonos; sua tentativa, no entanto, sucumbiu ao clima e à falta de experiência dos imigrantes na produção em larga escala de gêneros agrícolas de exportação, especialmente o café.

O terceiro modelo de organização de trabalho foi o escravo, adotado sobretudo nas terras adjacentes à colônia, nas antigas sesmarias e nas terras arrendadas a lavradores brasileiros.

¹⁸ “Contratos de lote de terra”, Série Sociedade Colonizadora. BR SCAHJ CF 12, cx 1, prat. 41; Rodowicz, *Colônia*, 95.

¹⁹ Santa Catarina, *Relatorio do Presidente da Provincia, Francisco Carlos d'Araujo Brusque*, 1860, 14-16; *Falla... Presidente da Provincia, Dr. João José Coutinho*, (1855), 8-10; (1856), 11-12; e (1857), 28, 31-32; “Carta de Christian Herrmann”, *Der Colonist*, nº 11, 12/3/1852, 41-44; “Carta de Rudolph Freudenberg”, in Miltenberg, *Dona Francisca*, 30-32; Coutto Ferraz, “Colônia Dona Francisca”, 5, in Brasil, *Relatorio... Ministro Sergio Teixeira de Macedo*, 1859.

Nessas terras, os cativos foram largamente empregados no cultivo de cana e mandioca e na produção de açúcar e farinha. Na colônia, em menor escala, os escravos foram empregados principalmente nos serviços domésticos e no transporte de carga e mercadorias.

Contudo, não parecem haver dúvidas de que, desde o início da colonização das terras de Dona Francisca, o trabalho assalariado foi predominante. Nesse regime, os colonos, principalmente os recém-chegados, empregavam-se como diaristas nos empreendimentos de particulares e nas obras de infraestrutura e expansão da colônia, obtendo, assim, parte do dinheiro necessário para pagar suas dívidas e se estabelecerem como proprietários. Uma vez estabelecidos, os colonos podiam optar por dedicar-se integralmente à sua propriedade ou cultivá-la parcialmente para continuar trabalhando como diaristas para terceiros. Na próxima seção, serão vistas as principais características e as possibilidades do mercado de trabalho assalariado da colônia Dona Francisca.

5.1.3 *A mão de obra assalariada*

As obras públicas de infraestrutura e expansão da Dona Francisca e os empreendimentos de imigrantes relativamente abastados empregaram muitos colonos na colônia, principalmente os recém-chegados à Dona Francisca. Estes, não podendo extrair imediatamente o seu sustento da terra e, em geral, não dispondo de recursos para cobrir suas despesas iniciais, trabalhavam para a direção da colônia e particulares antes mesmo de cultivar suas propriedades. Conforme relato de um imigrante, “em razão dos colonos serem, em sua maioria, pessoas sem recursos e endividadas, viam-se obrigadas para poder sobreviver, a trabalhar para outros, ou seja, para a direção da colônia e para particulares; às suas propriedades podem se dedicar apenas pouco tempo”.²⁰

O desmatamento e limpeza de terrenos, a abertura de caminhos e a construção e manutenção de estradas, ruas, pontes e bueiros constituíam as principais atividades dos colonos contratados pela direção. Apontadas como fundamentais para o desenvolvimento econômico da Dona Francisca, as estradas que cortavam a colônia impressionavam quem as visitava e ganharam destaque nos registros de contemporâneos. Por exemplo, conforme Avé-Lallemant os habitantes de Dona Francisca usufruíam de boas estradas, sendo essa a “característica dominante da colônia e essa nota dominante é encontrada em toda parte”. Ele ainda assinala

²⁰ “Sobre a colônia Dona Francisca no Sul do Brasil”, *Der Colonist* nº 2, 14/01/1853, 6-7.

que muitas pessoas trabalhavam na construção e conservação das estradas da colônia, as quais, afirmou Avé-Lallemant, eram “modelares”.²¹

Também Johann Jakob von Tschudi observou: “Dona Francisca tem grande vantagem, comparada a outras colônias brasileiras, de contar com excelentes ruas, traçadas com visão e inteligência”.²² Em 1860, havia aproximadamente 85 quilômetros de ruas e estradas construídas na colônia, que, em geral, possuíam 11 metros de largura e contavam com pontes e valas. Dois anos depois, foram construídos quase 18 quilômetros de ruas, 29 pontes, 37 bueiros na Dona Francisca. Em 1867, incluindo a parte concluída (31,9 km) da Estrada da Serra, espinha dorsal do comércio da colônia, existiam 169 km de ruas e estradas transitáveis na Dona Francisca.²³

A grande maioria dos colonos da Dona Francisca chegou à colônia com pouco ou nenhum dinheiro. Inicialmente os imigrantes dependiam do trabalho oferecido pela direção da colônia e particulares para adquirir um lote de terra, construir uma pequena e modesta casa, comprar alimentos, ferramentas e utensílios domésticos. Como na maioria das vezes os ganhos obtidos como diaristas na colônia não eram suficientes para garantir o sustento da família, os colonos da Dona Francisca dependiam fundamentalmente do crédito oferecido pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo e por alguns comerciantes locais. Logo os colonos encontravam-se endividados, muitos deles presos a um ciclo vicioso de dívidas, como revela a carta do imigrante suíço Martin Stamm às autoridades da Suíça. Escreveu ele em carta de 2 de dezembro de 1855:

Nós chegamos à colônia como pobres famílias. Dinheiro não tínhamos. [...] Tínhamos créditos e podíamos pegar o que quiséssemos com os comerciantes. Não tínhamos louças, instrumentos de trabalho, apenas roupas surradas. Tudo isso custou-nos uma soma considerável [...]. Obter os mantimentos foi para nós uma tarefa dura [...] Agora então nos atormentam para pagar. Dinheiro não temos e não podemos assim saldar nenhuma dívida. Não temos nada para vender. Não quero dizer que não temos o suficiente para sobreviver. Digo apenas que, se tivéssemos que pagar essas dívidas agora, seríamos mais pobres que antes, na Europa [...] então realmente estamos todos procurando arranjar o que é preciso para a nossa economia agrícola, e sem o que um agricultor brasileiro não pode subsistir, por exemplo: engenho de mandioca, moinho de arroz e milho [...]. Quem não possui isso não consegue progredir [...] Tudo isso custa aqui uma soma considerável. Se alguém possui seu próprio dinheiro e adquiriu tais coisas, pode dizer: ‘Eu estou salvo’. Mas como obtê-los? Se pedimos o dinheiro emprestado, temos assim de pagar 10% de juros e se juntarmos com o nosso próprio trabalho, vocês compreenderão como serão as coisas. Por isso, de novo pedimos encarecidamente que vocês façam um bom juízo a nosso respeito e nos ajudem [...].²⁴

²¹ Avé-Lallemant, “Santa Catarina”, 182 e 191

²² Tschudi, “Santa Catarina”, 358.

²³ Relatórios da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, 1860-1868. Traduções Helena R. Richlin. AHJ.

²⁴ Carta transcrita em Cunha, *Suíços*, 126-127.

Nessas circunstâncias, os colonos, especialmente os recém-chegados, geralmente aceitavam as condições de trabalho impostas pela direção da colônia e particulares, como conta o imigrante Gustav Strobel: “aqueles que tinham chegado com uma razoável soma de dinheiro, aproveitavam-se e pagavam aos menos afortunados o que bem entendessem, pois os imigrantes ficavam satisfeitos por encontrarem algum trabalho remunerado”.²⁵ A favor dos colonos, mesmo dos mais pobres, contava o fato de lhes ser garantido o acesso à terra. Esse fato dava-lhes a possibilidade de obter sua subsistência, que, embora muitas vezes incerta, podia ser alcançada de maneira independente depois de estabelecidos nas suas propriedades. Assim, mesmo nas condições precárias do início da colonização, os colonos de Dona Francisca podiam cultivar suas próprias terras durante alguns dias da semana e nos outros dias trabalhar como diaristas para terceiros, garantindo, assim, parte do dinheiro necessário para pagar as dívidas contraídas com a compra das passagens, alimentos, utensílios, aquisição do terreno e construção da casa.

O acesso à terra e a possibilidade de associar o cultivo de sua propriedade às atividades remuneradas por dia ou empreitada constituíam, sem dúvida, uma vantagem aos colonos da Dona Francisca. Desde o início, podiam escolher dedicar mais tempo às atividades que lhes fossem mais atrativas e lucrativas. Por exemplo, nos períodos entre safras, os colonos podiam empregar-se como diaristas, trabalhando na construção e manutenção de caminhos, estradas, valas, pontes, moradias, engenhos e estabelecimentos agrícolas e comerciais de terceiros. Podiam, ainda, ante as tentativas da direção da colônia de baixar os salários, optar por se dedicar exclusivamente às suas terras ou partir para outras regiões em busca de trabalho remunerado, conservando, assim, o preço das diárias na colônia. Quando novos investimentos provocavam um acréscimo na demanda por mão de obra na Dona Francisca, elevando conseqüentemente o valor das diárias, os colonos tinham a opção de dedicar mais tempo às atividades remuneradas do que às suas terras.

Com muitos pequenos proprietários autônomos e oferta de mão de obra relativamente pouco elástica, os salários no mercado de trabalho da colônia Dona Francisca mantinham-se praticamente inalterados. Em 1851, um trabalhador comum, adulto, do sexo masculino, recebia de 600 a 800 réis por dia efetivo de trabalho na colônia. Profissionais especializados (pedreiros, carpinteiros, serralheiros, vidreiros), ganhavam mais, de 1 mil a 2 mil-réis por dia. Vinte cinco anos depois, a diária paga a um operário na colônia variava de 800 a 1.500 réis, conforme

²⁵ Strobel, *Relatos*, 35.

qualificação, enquanto um artesão recebia de 2 a 3 mil-réis por dia de serviço. Ainda assim, segundo Tschudi, a remuneração diária recebida por um colono na Dona Francisca não lhe permitia garantir o sustento da sua família, visto que os gêneros comercializados na colônia eram muito caros (ver Capítulo 3).²⁶

O salário pago a um trabalhador comum na Dona Francisca em 1851 era considerado alto pelos dirigentes da Sociedade Colonizadora de Hamburgo. Por isso a direção da colônia contratou “trabalhadores brasileiros para fazer concorrência aos alemães”, relatou um colono.²⁷ Em memorial de 20 de outubro de 1853, Friedrich Gültzow, diretor gerente da Sociedade Colonizadora, contou que trabalhavam na colônia de 80 a 100 brasileiros, o equivalente a quase 17% da população da Dona Francisca acima de 12 anos de idade.²⁸ Também com o objetivo de reduzir o preço da mão de obra na colônia, a Sociedade Colonizadora ajustou contratos em Hamburgo com 28 imigrantes solteiros, que chegaram à Dona Francisca em maio de 1852. À época, os dirigentes da Sociedade recomendavam “a todos os abastados que se dirigiam à Dona Francisca, que levassem consigo alguma força de trabalho, arranjando trabalhadores baratos e conhecidos”.²⁹

Essas medidas, no entanto, surtiram pouco efeito em termos de redução do preço da mão de obra na colônia, pois os colonos já estabelecidos, quando percebiam a queda na oferta de trabalho ou quando precisavam, deixavam suas propriedades aos cuidados da família para empregar-se como diaristas fora dos limites da colônia. Em abril de 1865, por exemplo, 60 colonos da Dona Francisca foram trabalhar nas obras da Estrada da Graciosa, na província do Paraná. A construção dessa estrada foi entregue a diversos empreiteiros de origem germânica, entre eles George de Drusina, Moritz Schwarz, Albino Schimmelpfeng, Jacob e Pedro Hey, que pagavam diárias que variavam de 1 mil a 2,5 mil-réis, conforme qualificação e serviço executado pelo operário. Em 1870, enquanto 30 imigrantes se preparavam para deixar Dona Francisca para trabalhar na construção de ferrovias na província de São Paulo, mais de 100 colonos trabalhavam na Estrada da Graciosa.³⁰

²⁶ Tschudi, “Santa Catarina”, 362.

²⁷ “Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil”, *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung*, nº. 2, 4/1/1853, 5-6.

²⁸ “Pró-memória para o Visconde de Olinda”, 3. BR RJHGB Lata 216, doc. 21; Listas de imigrantes da Colônia Dona Francisca, 1851-1853. AHJ

²⁹ “Segundo relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, maio de 1852”. Trad. Helena R. Richlin. AHJ.

³⁰ Strobel, *Relatos*, 106; “Notícias locais” e “Colônia Dona Francisca”, *Kolonie-Zeitung*, edições nº 15, 15/4/1865, 59 e nº 12, 19/3/1870, 47; Cunha, *História do trabalho*, 87-88; *Suíços*, 146-147.

Na colônia, foram principalmente as obras de construção e manutenção da Estrada da Serra, construída entre 1858 e 1892, que empregaram muitos colonos da Dona Francisca. Com alimentação e remuneração garantidas pelo governo brasileiro, muitos colonos deixavam o cultivo de suas terras em segundo plano para trabalhar como operários nas obras Estrada da Serra, posteriormente denominada Estrada Dona Francisca. Josef Zipperer, imigrante que chegou à colônia em 1873, conta que, para quase todos os recém-chegados, a construção da *Serrastrasse* (Estrada da Serra) representava o “único e precioso ganho”.³¹ Por dia efetivamente trabalhado na estrada, os colonos recebiam de 1 mil a 2 mil-réis, conforme qualificação e serviço.³² A Tabela 5.2 apresenta os valores das diárias pagas aos colonos empregados na Dona Francisca e nas obras da Estrada da Serra.

Tabela 5.2 – Valores das diárias pagas aos colonos da Dona Francisca conforme qualificação

Qualificação	Remuneração diária em réis					
	Colônia			Estrada da Serra		
	1851-59	1874-76	1884	1858	1866-69	1873-76
Operário comum*	\$600	\$800	\$800	\$500	1\$000	1\$200
	a	a	a	a	a	a
	\$800	1\$500	1\$300	1\$000	1\$200	2\$000
Carpinteiros, pedreiros, serralheiros	1\$000	2\$000			1\$500	2\$500
	a	a	3\$000	1\$500	a	a
	2\$000	3\$000			2\$000	3\$000

Nota: *Trabalhador adulto do sexo masculino não especializado ou empregado em atividade que não requeria qualificação.

Fontes: “Recibo e nota fiscal, 1855-1894”, cx 1, prat. 40; “Colônia Dona Francisca, Subvencionada pelo Governo”, cx 1, prat. 40; “Livro Caixa, 1853-1890”, cx 2, prat. 40, Série Sociedade Colonizadora, BR SCAHJ CF 12; Zipperer, *São Bento*, 39.

O fato de os colonos dedicarem mais tempo às obras públicas do que à agricultura desagradava a direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo e, principalmente, algumas autoridades provinciais, que desejavam ver os colonos mais empenhados na produção agrícola.³³ Por exemplo, em 1860, Francisco de Araújo Brusque, então presidente da província de Santa Catarina, reclamou: “as obras públicas, especialmente a Estrada da Serra, que,

³¹ Josef Zipperer, *São Bento no passado: reminiscências da época da fundação e povoação do município* (Curitiba: Tipografia João Haupt & Cia, 1951), 39.

³² “Vigésimo quinto relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, dezembro de 1876”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ; “Brasilien”, *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung*, nº 1, 4/1/1866, 2-3; Zipperer, *São Bento*, 19 e 39; “Controle de medição e manutenção de lote de terra e estrada”, Série Sociedade Colonizadora. BR SCAHJ CF 12, cx 1, prat. 40; Ficker, *História de Joinville*, 192-193, Cunha, *História do trabalho*, 87.

³³ Santa Catarina, *Falla Que o Presidente da Província, Dr. João José Coutinho, dirigio á Assembleia Legislativa da Mesma Província...* em 1855, 9; em 1856, 12; e em 1857, 32; *Relatorio do Presidente da Província, Francisco Carlos d'Araujo Brusque*, 1860, 15; Relatórios da direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, dez. de 1855 e set. de 1860. Traduções Helena R. Richlin. AHJ.

conquanto útil e necessária, distraem o colono do seu destino, que prefere nelas trabalhar, em vez de cultivar o seu terreno”.³⁴ Por outro lado, não há dúvidas de que a opção dos colonos era coerente e estritamente racional.

Também ao lado da colônia Dona Francisca, em terras pertencentes ao “Domínio dos Príncipes”, a “Colônia Francesa” e a “Fazenda Pirabeiraba” ofereciam acesso à terra e emprego remunerado aos colonos da Dona Francisca.³⁵ Estabelecida na margem esquerda do Rio Cachoeira, a “Colônia Francesa” ou “Colônia do Sr. Aubé” surgiu da iniciativa de Léonce Aubé, representante do Príncipe de Joinville, de construir uma estrada que, atravessando as terras remanescentes do dote nupcial da Princesa Dona Francisca, ligasse a colônia ao planalto de Curitiba. Deste modo, Léonce Aubé pretendia estabelecer um fluxo comercial contínuo entre a colônia Dona Francisca e o planalto paranaense, o que permitiria explorar comercialmente as terras do “Domínio Dona Francisca”, quer dizer, a parte do patrimônio dotal da Princesa Dona Francisca que não havia sido negociada com a Sociedade Colonizadora de Hamburgo.

Com esse propósito, em janeiro de 1852 Léonce Aubé mandou abrir uma picada em direção à Estrada de Três Barras, a partir da qual se poderia alcançar os Campos de Curitiba e Lages e a feira de Sorocaba pelo Caminho de Viamão. À medida que os trabalhos avançavam mata adentro, foram demarcados lotes de terra contendo de 10 a 20 hectares. Esses terrenos foram arrendados a imigrantes e a brasileiros; estes, em alguns casos, estabelecidos com seus escravos. Porém, pelo contrato firmado com a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, o Príncipe de Joinville e seus representantes não podiam fazer concorrência à colônia Dona Francisca, isto é, ao empreendimento da Sociedade. Por isso, Léonce Aubé não vendeu e sim arrendou as terras do Príncipe. Assim, em 1852 surgiu, junto à colônia Dona Francisca, a “Colônia Francesa” ou “Colônia do Sr. Aubé”.³⁶

Segundo Carlos Ficker, Léonce Aubé obteve enorme êxito com o arrendamento das terras do “Domínio Dona Francisca”, que oferecia algumas vantagens em relação aos terrenos comercializados pela Sociedade Colonizadora, principalmente quanto ao preço, forma de pagamento e configuração dos terrenos. A primeira vantagem do “Domínio” foi a forma pela

³⁴ Santa Catarina, *Relatorio do Presidente da Provincia, Francisco Carlos d'Araujo Brusque*, 1860, 15.

³⁵ Atualmente as terras da “Colônia Francesa” fazem parte dos bairros Saguauçu e Santo Antônio, nas proximidades do Arquivo Histórico de Joinville, e as terras da Fazenda Pirabeiraba compõem o atual Distrito de Pirabeiraba, localizado ao norte de Joinville.

³⁶ Primeiro e segundo relatórios da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, março de 1851 e maio de 1852. Trad. Helena R. Richlin; Rodowicz, *Colônia*, 46; “A colônia Dona Francisca na província de Santa Catharina”, *Jornal do Commercio*, nº 48, 17/2/1852, 1; “Relatório Estatístico”, cx 1, prat. 41, Série Sociedade Colonizadora; “Contrato de arrendamento de lote de terra”, cx 1, part. 36. Série Domínio Dona Francisca. BR SCAHJ CF 12.

qual suas terras foram demarcadas. Diferentemente dos lotes da Sociedade, que possuíam uma frente relativamente mais estreita, voltada para as vias de comunicação e grande profundidade, que incluía uma extensa área de banhados e acidentes geográficos praticamente inaproveitáveis, os terrenos do “Domínio” tinham frente mais larga e menor profundidade, apresentando, portanto, uma área aproveitável maior, o que atraiu muitos colonos da Dona Francisca.³⁷

Outra vantagem do “Domínio” consistia na forma de acesso à terra. Enquanto a Sociedade Colonizadora vendia terrenos aos colonos a preços relativamente altos e com prazo de três anos para o pagamento (ver Capítulos 3 e 6), na “Colônia Francesa” a terra era arrendada por contrato de aforamento que variava de 30 a 50 anos, devendo o foreiro pagar anualmente meio Real por braça quadrada. A título de exemplo, o preço de um terreno rural de 10 hectares na colônia Dona Francisca era cerca de nove vezes maior que o valor do foro anual de um lote de terra semelhante na “Colônia Francesa”. Uma terceira vantagem do arrendamento das terras do “Domínio” era que os colonos podiam transferir os direitos de posse do terreno para terceiros a qualquer momento, bastando comunicar a transferência à administração do “Domínio”.³⁸ Assim, a “Colônia Francesa” passou a fazer concorrência à colônia Dona Francisca.³⁹

Ao norte da “Colônia Francesa”, entre as margens dos Rios Cubatão e Pirabeiraba, o Duque d’Aumale, irmão do Príncipe de Joinville, estabeleceu a Fazenda Pirabeiraba. Nela foi instalada a mais moderna usina de açúcar de Santa Catarina. Com investimento estimado em 120 contos de réis, o complexo industrial da Fazenda Pirabeiraba contava com moderno maquinário importado da França, caldeiras a vapor, oficina, depósitos, casa de máquinas, ranchos para abrigar trabalhadores e cerca de quatro quilômetros de trilhos ferroviários que cortavam toda a extensão da fazenda, interligando as plantações à usina e a fábrica a dois pequenos portos fluviais. Em 1883, havia na Fazenda Pirabeiraba cerca de 200 pequenos engenhos, os quais tinham capacidade de produzir 60 barricas diárias de açúcar e a aguardente.⁴⁰

³⁷ Ficker, *História de Joinville*, 145-146.

³⁸ “Registros de arrendamento de lote terra”; “Controle, medição e manutenção de lote de terra e estrada”; “Registro cartográfico”, Fundo Domínio Dona Francisca, cxs 1 a 21. BR SCAHJ DDF 2; “Livro copiador de correspondências”, cx 1, prat. 41; “Relatório Estatístico”, cx 1, prat. 41; “Controle, medição e manutenção de lote de terra e estrada”, cx 1, prat. 40, Série Sociedade Colonizadora; “Livro copiador de correspondências”, cx 1, prat. 38, Série Domínio Dona Francisca. BR SCAHJ CF 12.

³⁹ “Quinto relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, dezembro de 1855”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ; Ficker, *História de Joinville*, 146-155.

⁴⁰ Brasil, *Relatorio... Ministro Affonso Augusto Moreira Pena* (Rio de Janeiro: Typ. Nacional), 232-233; “Livro copiador de correspondências”, cxs 1, prat. 38, Série Domínio Dona Francisca; “Mapa da Fazenda Pirabeiraba”, Mapoteca do AHJ; “Registro de litígio”, cx 1, prat. 39, “Relatório Fazenda Pirabeiraba”, cxs 1 a 4, prat. 39; Série Domínio Pirabeiraba. BR SCAHJ CF 12; “Trigésimo terceiro relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, dezembro de 1884”. Trad. Helena R. Richlin. AHJ; Odete Schmalz, “Um ducado francês em terras principescas de Santa Catarina” (Monografia de Especialização em História, FURJ, 1989), Cap. 3.

O cultivo de cana na Fazenda Pirabeiraba estava organizado em roças de 18 a 20 hectares, distribuídas em uma área calculada em 4.361 hectares de terras. Com duas a três safras no ano, a fazenda empregava de 50 a 70 trabalhadores na colheita e produção de açúcar e cerca de 40 empregados no plantio e cultivo da cana. Entre esses trabalhadores, encontravam-se colonos da Dona Francisca, lavradores brasileiros da região, rendeiros e proprietários de terras, que, atraídos pela possibilidade de auferir renda extra fora das suas propriedades, sem, no entanto, ter que abandoná-las, empregavam-se como diaristas na fazenda e na usina do Duque d'Aumale.⁴¹

Com produção crescente e propósito de concentrar a fabricação de aguardente e de açúcar da região, a usina do Duque d'Aumale passou a comprar cana dos plantadores estabelecidos nas redondezas. Assim, a usina criou oportunidades a lavradores brasileiros e colonos da Dona Francisca, os quais, visando fornecer matéria-prima e prestar serviços eventuais à usina do Duque d'Aumale, arrendaram terras do “Domínio Dona Francisca” nas proximidades da Fazenda Pirabeiraba. A Figura 5.1 a seguir mostra a localização da fazenda e a demarcação dos terrenos arrendados pelo “Domínio” na parte norte da colônia.

Os terrenos dos caminhos das Três Barras e Oeste possuíam de 10 a 75 hectares. Os lotes nos caminhos do Mildau, Tromba, Morro, Prata e Kiriri, localizados acima do limite norte da colônia Dona Francisca, variavam de 5 a 45 hectares de terra, sendo todos esses terrenos recortados por rios e acidentes geográficos que os tornavam pouco aproveitáveis.⁴² O “Domínio Dona Francisca” arrendava suas terras a imigrantes e brasileiros indistintamente, inclusive a nacionais com escravos. Havia, porém, diferenças entre os contratos de arrendamento. Os estrangeiros arrendavam lotes de 5 a 30 hectares por um prazo de até 50 anos; e os brasileiros arrendavam terrenos maiores, em geral contendo de 40 a 60 hectares, por um prazo menor, no máximo de 30 anos.⁴³

⁴¹ “Relatório Fazenda Pirabeiraba”; “Livro Caixa”, cxs 1 e 2, prat. 39; “Notas fiscais e recibo”, cx 1, prat. 39; “Carta e Ofícios”, cx 1, prat. 39, Série Domínio Pirabeiraba; “Controle, medição e manutenção de lote de terra e estrada”, cx 1, prat. 40; “Livro copiador de correspondências”, cx 1, prat. 38, Série Domínio Dona Francisca; “Relatório sobre o estado da colônia Dona Francisca em 1879”, cx 1, prat. 41, Série Sociedade Colonizadora; BR SCAHJ CF 12; Schmalz, “Ducado”, Cap. 3.

⁴² “Livro de lançamento de receitas”. Fundo Conselho Municipal de Joinville, cx 5, prat. 549; “Mapa da Colônia Dona Francisca em 1886”; “Contrato de arrendamento de lote de terra”, cx 1, part. 36, Série Domínio Dona Francisca. BR SCAHJ CF 12.

⁴³ “Contrato de arrendamento de lote de terra”, cx 1, prat. 36, Série Domínio Dona Francisca. BR SCAHJ CF 12; “Registros de arrendamento de lote terras”, cxs 1 a 21. BR SCAHJ DDF 2.

Enquanto aguardavam a primeira colheita e, depois, nos períodos entre safras, muitos colonos estabelecidos nas proximidades da Fazenda Pirabeiraba procuravam emprego na usina do Duque d'Aumale e nas obras da Estrada Dona Francisca. Outros, aproveitando o impulso econômico que esses dois empreendimentos geraram na região, estabeleceram-se ao longo daquela estrada como proprietários de pequenas oficinas (mecânica, ferramentaria, carpintaria de carros), manufaturas (fábricas de farinha, olarias de tijolos e telhas) e estabelecimentos comerciais.⁴⁴

Outra importante atividade que ofereceu trabalho e renda extras aos colonos da Dona Francisca foi a extração e comercialização de madeira. Inicialmente obtida durante o processo de limpeza dos terrenos coloniais e depois extraída para fins comerciais nas matas da região, a madeira era vendida na forma de tábuas, ripas ou vigas para construção de casas, ranchos, prédios públicos (casas de recepção, igrejas, escolas), pontes e estradas. Além disso, os colonos abasteciam a “Serraria do Príncipe” com a madeira extraída na região. Estabelecida na Estrada Dona Francisca, a “Serraria do Príncipe” produzia tábuas e vigas de madeira de lei como cedro, canela, jacarandá, imbuia e peroba. A maior parte dessa produção era exportada, principalmente para o Rio de Janeiro e Montevidéu.⁴⁵

A constante expansão da colônia e a grande disponibilidade de madeira na região impulsionaram o desenvolvimento de pequenas serrarias, carpintarias de carros, fábricas artesanais de cabos de ferramentas e de instrumentos agrícolas, marcenarias de esquadrias e mobiliário. Conforme o imigrante Josef Zipperer, muitos dos colonos da Dona Francisca “eram bem experimentados nos trabalhos em madeira, habilidade que trouxeram da sua terra de origem, onde exerciam a profissão de carpinteiros”.⁴⁶ Em 1875, dos 410 artesãos estabelecidos na colônia Dona Francisca, quase um terço deles trabalhava com madeira. Existiam 45 carpinteiros, 30 serradores, 10 serralheiros e 44 marceneiros.⁴⁷ Convém observar que nos primeiros anos de colonização o colono geralmente desmatava apenas uma parcela da sua propriedade, isto é, somente a área necessária à construção da casa e ao cultivo de alguns

⁴⁴ “Relatório Fazenda Pirabeiraba”; cxs 1 e 2, prat. 39, Série Domínio Pirabeiraba; “Livro copiador de correspondências”, cx 1, prat. 38, Série Domínio Dona Francisca; “Relatório Estatístico”, cx 1, prat. 41; “Controle, medição e manutenção de lote de terra”, cx 1, prat. 40. Série Sociedade Colonizadora. BR SCAHJ CF 12; Schmalz, “Ducado”, Cap. 3.

⁴⁵ Relatórios da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, 1862-1864. Trad. Helena R. Richlin; “Relatório Estatístico”, cx 1, prat. 41, Série Sociedade Colonizadora; “Relatório Fazenda Pirabeiraba”, cxs 1 a 4, prat. 39, Série Domínio Pirabeiraba. BR SCAHJ CF 12; Zipperer, *São Bento*, 62; Ficker, *História de Joinville*, 219-221; “Brasilien”, *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung*, nº 1, 4/1/1866, 2-3.

⁴⁶ Zipperer, *São Bento*, 58.

⁴⁷ “Vigésimo quinto relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, dezembro de 1876”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ.

gêneros de subsistência. Nos anos seguintes, conforme a necessidade e disponibilidade do terreno, ele desmatava de 2 a 5 hectares de terra por ano, o que lhe garantia trabalho acessório e ganhos extras com a obtenção e fornecimento de matéria-prima para a indústria madeireira e moveleira nascente.⁴⁸

A partir de meados da década de 1870, foi a economia ervateira a principal indutora do desenvolvimento da colônia Dona Francisca. O comércio, beneficiamento e exportação do mate provocaram a expansão dos mercados de trabalho, bens e serviços e induziram à produção de manufaturas em Joinville. Como será visto mais adiante, a economia do mate elevou a demanda por serviços e profissionais especializados, sobretudo na área metalmeccânica. Em pouco tempo, surgiram oficinas e fundições, ferragens e centros de formação de mestres e operários (ferreiros, caldeiros, funileiros, mecânicos, torneiros, tanoeiros); houve significativa expansão no mercado assalariado; os gastos com consumo de roupas, alimentos, calçados, bebidas e serviços aumentaram e comércio de produtos e serviços expandiu-se. Além disso, surgiram as primeiras fábricas de tecidos, bebidas, alimentos, peças e equipamentos de Joinville. Algumas dessas fábricas deram origem a grandes empresas, como a Döhler (1881), hoje com 3.200 funcionários, e a “Casa do Aço” (1881), loja de ferragens e ferramentas da família Schneider, fundadora da Ciser, atualmente a maior fabricante de porcas e parafusos da América Latina.⁴⁹

Resumindo, se, por um lado, a possibilidade de obter renda imediata trabalhando como diaristas nas obras de infraestrutura ou nos empreendimentos de imigrantes relativamente abastados fez muitos colonos da Dona Francisca deixarem o cultivo de suas terras em segundo plano, por outro, o incremento no fluxo da renda e a maior demanda por serviços e bens de consumo estimulou o comércio e a pequena indústria artesanal na Dona Francisca. Foi a partir dessas atividades que, apenas três décadas após a fundação da colônia, em 1851, verificou-se uma notável acumulação de capital que resultou na criação de manufaturas de tecidos, indústrias de alimentos e bebidas e o surgimento e fortalecimento da indústria metalomeccânica, principal ramo de atividade econômica de Joinville atualmente. Analisa-se melhor adiante a evolução da produção agrícola, comercial e industrial da colônia.

⁴⁸ Zipperer, *São Bento*, 51.

⁴⁹ Ternes, *História econômica*, Cap. 7; Isa de Oliveira Rocha, “Industrialização de Joinville (SC): da gênese às exportações” (Dissertação de Mestrado, UFSC, 1994), 40-45; Cunha, *História do trabalho*, 94-95; “Histórico”, in <http://www.ciser.com.br/sobre/historico>; <http://www.dohler.com.br/institucional>.

5.2 Evolução econômica da colônia Dona Francisca

5.2.1 Agricultura

As vantagens que os colonos da Dona Francisca encontravam para trabalhar como diaristas nas obras de infraestrutura e nos empreendimentos agrícolas e industriais de imigrantes relativamente abastados transformou a agricultura em atividade secundária nos primeiros anos da colônia. A este respeito, escreveu a direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo em relatório dirigido aos seus acionistas em 1855: “A produção [agrícola da colônia] poderia ser mais significativa, se a maioria dos colonos, nos primeiros anos, não tivesse se restringido a viver do salário recebido com os abastados donos de terra e com a construção de estradas, ou de seu ofício”.⁵⁰ Opinião semelhante expressou o Conselheiro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz após visitar a colônia em 1859.⁵¹ Para João José Coutinho, presidente da província de Santa Catarina, os colonos da Dona Francisca, com raras exceções, tinham pouco apreço pela agricultura e, por isso, salientou ele, a produção da colônia era insuficiente para o seu consumo.⁵² Em 1860, Francisco Carlos de Araújo Brusque criticou o fato de mais de um terço da população da Dona Francisca não trabalhar diretamente na agricultura. Dizia ele:

[...] com 2.475 almas, [...] artes e ofícios absorvem em si [...] 691 pessoas, que formam a massa dos artistas e operários e suas respectivas famílias, alheios todos à agricultura. Não erraremos se a este número acrescentarmos 200 pessoas que trabalham a jornal e que dele somente vivem, que não possuem terras [...]. São, portanto, 891 pessoas que não estão ligados ao solo pela agricultura, que não produzem nas proporções das necessidades do consumo de cada um, e que formam a massa dos consumidores dos produtos que os colonos agrícolas oferecem à venda no mercado da colônia.⁵³

Uma análise mais detalhada sobre o cultivo e a produção na Dona Francisca ajuda a compreender melhor a baixa produção agrícola da colônia no início da sua colonização. O desmatamento, limpeza e preparo do terreno para cultivo em um ambiente selvagem, hostil e inóspito requeria habilidades, experiência e consistia em uma tarefa bastante árdua, mesmo para os colonos habituados ao trabalho do campo. Por isso, os primeiros imigrantes que chegaram à Dona Francisca recomendavam aos que lhes seguiram entregar a tarefa de desmatamento e preparo da terra aos brasileiros da região, experientes e acostumados àquele meio. Mas por esse serviço, os nacionais cobravam de 50 a 60 mil-réis por hectare, soma bastante alta para a absoluta maioria dos colonos. Assim sendo, os imigrantes preferiam dedicar apenas alguns dias

⁵⁰ “Quinto relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, dezembro de 1855”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ.

⁵¹ Coutto Ferraz, “Colônia Dona Francisca”, 5, in Brasil, *Relatorio... Ministro Sergio Teixeira de Macedo*, 1859.

⁵² Santa Catarina, *Falla... Presidente da Província, Dr. João José Coutinho*, (1855), 9; (1856), 12; e (1857), 31.

⁵³ Santa Catarina, *Relatorio do Presidente da Província, Francisco Carlos d'Araujo*, 1860, 13-14.

da semana a suas terras e trabalhar como diaristas para garantir a subsistência da família e, talvez, acumular algum capital para investir na sua propriedade.⁵⁴

O trabalho de preparar a terra consistia basicamente nas seguintes etapas: (1) com um facão e uma foice, abria-se uma clareira derrubando a vegetação rasteira e as árvores pequenas; (2) com um machado, abatiam-se as árvores maiores; (3) o fogo queimava a madeira amontoada e limpava o matagal; (4) com a retirada das raízes e cepos das árvores, concluía-se a limpeza do terreno. Em seguida, construía-se uma casa rústica, lavrava-se a terra com a enxada e providenciava-se a sementeira, aproveitando o solo adubado com as cinzas. “Entre os galhos e tocos de árvores”, conta um imigrante, “plantam-se batata, milho, arroz, feijão, alface, nabo, inhame, mandioca, rabanete, melão, abacaxi, abóbora, cana de açúcar, café, árvores frutíferas e todo o tipo de hortaliças”.⁵⁵

Em 1856, as plantações da colônia Dona Francisca ocupavam aproximadamente 264 hectares de terras, o equivalente a menos de 5% da soma das áreas dos terrenos vendidos aos colonos.⁵⁶ Com produção agrícola insuficiente para o consumo de seus habitantes, a colônia dependia da importação de quase todos os gêneros de subsistência. Embora essa realidade não tenha sido alterada no curto prazo, a Tabela 5.3 mostra uma progressiva e significativa expansão da área agrícola da colônia no final da década de 1850.

Tabela 5.3 – Área cultivada e população da colônia Dona Francisca, 1856-1859

Área cultivada e população	1856	1857	1858	1859
Área total cultivada (em m ²)	2.637.800	3.221.020	8.273.980	11.227.590
População total	1.428	1.700	2.250	2.475
Área média cultivada por hab.	1.847 m ²	1.894 m ²	3.677 m ²	4.536 m ²

Fontes: Relatórios da direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, vários anos. Traduções Helena R. Richlin. AHJ. Relatório e mapa estatístico da colônia Dona Francisca, 1859. Santa Catarina, *Falla do Presidente da Província, Dr. João José Coutinho*, 1858, 14.

Esse aumento da área agrícola cultivada na colônia pode ser atribuído basicamente aos fatores descritos a seguir. Em primeiro lugar, houve um expressivo acréscimo no número de colonos no período 1856-1859, o que equilibrou a oferta e demanda da mão de obra necessária às obras de infraestrutura e manutenção da colônia, principalmente quanto à construção e conservação de ruas, estradas e pontes. Em segundo lugar, cresceu significativamente o número

⁵⁴ Rodowicz, *Colônia*, 63; Coutto Ferraz, “Colônia Dona Francisca”, 5, in Brasil, *Relatorio... Ministro Sergio Teixeira de Macedo*, 1859; Relato do Dr. Otto Wachsmuth, 17/6/1852, in Böbel e S. Thiago, *Joinville*, 110-116.

⁵⁵ Carta de Samuel Meyer de 20/4/1852, *Mittheilungen Betreffend Dona Francisca*, nº 1, agosto de 1852, 16-17. Fotocópia no AHJ, série microfilmada, impressa e não catalogada. AHJ.

⁵⁶ “Relatório estatístico”, cx 1, prat. 41; “Registro de lote de terra, 1852-1897”, cxs 1 a 4, prat. 41, Série Sociedade Colonizadora. BR SCAHJ CF 12; Quinto e sexto relatórios da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, dezembro de 1855 e maio de 1857. Traduções Helena R. Richlin. AHJ.

de terrenos medidos e ocupados. Até fins de 1857, haviam sido demarcados e entregues aos colonos cerca de 500 lotes de terras. Em abril de 1859, esse número subiu para 800; quer dizer, em 16 meses, foram vendidos 300 novos terrenos, aumento de 60% no número de propriedades na colônia.⁵⁷ Tem-se, assim, como efeito combinado, o acréscimo da área média cultivada por trabalhador.

Na época, plantava-se principalmente cana, café, mandioca, tubérculos (aipim, inhame, batatinha e cará), arroz, milho, feijão, temperos e hortaliças. De acordo com os contemporâneos Theodor Rodowicz, Luiz Pedreira do Coutto Ferraz e Johann Jakob von Tschudi, a cana era a cultura preferida dos colonos da Dona Francisca, pois seu cultivo prometia bons negócios, fosse com a colheita e fornecimento da matéria-prima a terceiros, fosse com a produção de açúcar ou com o fabrico de aguardente.⁵⁸ “Também porque”, diz Rodowicz, “como produção extra, [o cultivo da cana] permite aproveitar os entre-espacos para outras culturas como feijão, milho, até mesmo batatinhas”.⁵⁹

O café era outra cultura de grande interesse dos colonos da Dona Francisca. Porém, seu cultivo sofreu com as fortes geadas e com a umidade excessiva do solo. Com clima e solo mais propícios ao cultivo de tabaco, o plantio desse gênero foi incentivado pela direção da Sociedade Colonizadora, que enviou mudas havanesas à colônia. Assim, logo no início da colonização da Dona Francisca, plantou-se muito tabaco, mas na primeira colheita, “as folhas, eram, na maioria, pequenas, de mau aspecto e furadas. Para o comércio, portanto, sem valor. Mesmo para o consumo próprio, era de má qualidade”, assinalou Theodor Rodowicz. Em seguida, mesmo antes de melhorar a produção da matéria-prima, os colonos começaram a fabricar charutos, porém, no geral, com tabaco vindo do Rio de Janeiro.⁶⁰

Arroz, feijão, milho e mandioca formavam a base da dieta dos colonos, sendo, portanto, amplamente cultivados na Dona Francisca. Contudo, durante muitos anos, a produção desses gêneros foi insuficiente para atender à demanda dos habitantes da colônia. Em seus terrenos estreitos e alongados, que, em média, continham de 5 a 10 hectares, sendo grande parte da superfície irregular e alagada, ou seja, imprópria à agricultura, os colonos dificilmente podiam implementar técnicas racionais de cultivo, como pousio e rotação extensiva de culturas. A má qualidade do solo também prejudicava o cultivo. Sempre que possível, os colonos buscavam

⁵⁷ “Oitavo relatório da direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, setembro de 1859”. Trad. Helena Richlin.

⁵⁸ Rodowicz, *Colônia*, 74; Tschudi, “Santa Catarina”, 354-358; Coutto Ferraz, “Colônia Dona Francisca”, 5, in Brasil, *Relatorio... Ministro Sergio Teixeira de Macedo*, 1859.

⁵⁹ Rodowicz, *Colônia*, 74.

⁶⁰ *Ibidem*, 78.

adquirir moinhos para beneficiar a produção agrícola e construir engenhos que lhes permitissem fabricar gêneros com maior valor de mercado.⁶¹

Nesse contexto, no início da colonização da Dona Francisca, a mandioca ofereceu grandes vantagens aos colonos. Em primeiro lugar, plantar mandioca significava garantir as necessidades de subsistência da família devido às propriedades nutricionais da raiz e a possibilidade de comercialização da farinha. Em segundo lugar, o plantio da mandioca podia ser feito em qualquer época do ano e praticamente em todo tipo de solo. Outra vantagem da mandioca é que o seu cultivo não exigia grandes habilidades e, ainda que não fosse fácil, não era um trabalho muito penoso, podendo ser realizado com o auxílio de toda a família, inclusive das crianças menores. Além disso, depois de maduras, as raízes de mandioca podem permanecer na terra durante meses, sendo colhidas conforme a necessidade de consumo da família. Nessas condições, o cultivo da mandioca permitia que os colonos dedicassem parte considerável do seu tempo trabalhando como diaristas, principalmente na construção e manutenção de ruas e estradas, sem, no entanto, deixarem de cultivar suas terras e dela extraírem sua subsistência.⁶²

Outros tubérculos cultivados em grande quantidade na colônia Dona Francisca eram o inhame, mangarito e taiá, cuja produção era unicamente destinada à subsistência dos colonos.⁶³ A Tabela 5.4 mostra a expansão da plantação dos principais gêneros agrícolas da colônia no triênio 1857-1859, destacando-se, nesse período, o cultivo do milho e tubérculos.

Tabela 5.4 – Principais gêneros agrícolas cultivados na colônia Dona Francisca, 1857-1859 (em hectares, exceto a lavoura de café)

Culturas	1857			1858			1859		
	Área cultivada/pés	%	Índice	Área cultivada/pés	%	Índice	Área cultivada/pés	%	Índice
Mandioca	64	10,3	100	56	7,0	88	195	16,9	306
Arroz	75	12,1	100	108	13,6	144	160	13,9	215
Milho	165	26,6	100	177	22,2	107	396	34,4	239
Tubérculos	125	20,2	100	260	32,6	208	286	24,8	228
Feijão	126	20,3	100	127	15,9	100	66	5,7	52
Cana	65	10,5	100	69	8,7	106	49	4,3	75
Café	64.800 pés	-	100	77.000 pés	-	119	73.000 pés	-	113

Fontes: Santa Catarina, Falas e Relatórios dos Presidentes da Província de Santa Catarina, 1858-1860; Relatórios da direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, vários anos. Traduções Helena R. Richlin. AHJ.

⁶¹ Relatórios da direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, vários anos. Trad. Helena R. Richlin; “Controle, medição e manutenção de lote de terra”, cx 1, prat. 40. Série Sociedade Colonizadora. BR SCAHJ CF 12; Coutto Ferraz, “Colônia Dona Francisca”, 4-5, in Brasil, *Relatorio... Ministro Sergio Teixeira de Macedo*, 1859; Rodowicz, *Colônia*, 74; Tschudi, “Santa Catarina”, 354-358; Carta de Martin Stamm de 2/12/1855, transcrita em Cunha, *Suíços*, 126-127.

⁶² Relatórios da direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, vários anos. Trad. Helena R. Richlin. AHJ; Rodowicz, *Colônia*, 79-80; Coutto Ferraz, “Colônia Dona Francisca”, 4, in Brasil, *Relatorio... Ministro Sergio Teixeira de Macedo*, 1859; Barickman, *Contraponto*, 271-278; Seyferth, *Colonização*, 61.

⁶³ Rodowicz, *Colônia*, 73-84; Tschudi, “Santa Catharina”, 357; Coutto Ferraz, “Colônia Dona Francisca”, 1859, 4

Considerando a proporção das áreas cultivadas e as exportações decorrentes da produção de gêneros comuns, a produtividade agrícola da Dona Francisca era mais baixa que a de outras colônias menos populosas e com menos recursos, como Blumenau, Itajaí e mesmo a pequena Teresópolis.⁶⁴ O solo lodoso, a má qualidade da terra e o fato de grande parte dos terrenos rurais da colônia Dona Francisca conter áreas acidentadas, impróprias ao cultivo, contribuíram para reduzir a produtividade agrícola da colônia. Entretanto, de outra parte, a insuficiência da produção agrícola da Dona Francisca tinha, na sua origem, o rápido aumento da população da colônia em decorrência do permanente fluxo de imigrantes, o que não permitia equilibrar a oferta e demanda de alimentos. Assim sendo, o problema decorria da própria estratégia econômica da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, que, ao introduzir anualmente um grande número de imigrantes na colônia Dona Francisca e não demarcar e oferecer terrenos na mesma proporção (ver capítulo 3), via o preço das suas terras aumentar devido ao constante aumento da demanda.

A partir da Tabela 5.5, verifica-se que houve um significativo acréscimo na produção agrícola da Dona Francisca na década de 1860, especialmente no cultivo de milho, tubérculos e arroz. Entre 1860 e 1868, a produção de arroz quadruplicou; no mesmo período a de milho quintuplicou; e o cultivo de tubérculos aumentou mais de 6,4 vezes entre 1862 e 1868. Ainda assim, a produção agrícola da colônia continuou insuficiente para o consumo da sua população, que cresceu a uma taxa média anual de 7,7% no decênio 1860-1868, passando de 2.885 para 5.237 habitantes – Apêndice A, Tabela A5.

Tabela 5.5 – Produção agrícola da colônia Dona Francisca, 1860-1868

Produto	1860	1862	1863	1864	1865	1866	1867	1868	Medida
Arroz	6.500	1.300	2.800	3.600	5.600	7.500	8.262	25.780	Alqueires
Milho	12.471	20.300	21.800	26.000	23.000	24.340	29.033	63.072	Alqueires
Tubérculos		70.000	95.000	130.000	140.000	150.000	224.700	452.200	Alqueires
Feijão		680	790	2.000	1.100	1.800	829	930	Alqueires
Café	500	230	140	460	688	550	224	2.978	Arrobas
Tabaco	150					2.200	1.716	1.720	Arrobas
Mel						6.200	3.495	2.800	Kg
Cera						620	748	720	Kg
Batatas							1.363	5.440	Alqueires
Óleos							27	92	Medidas
Ovos							40.213	40.310	Dúzias

Fontes: Brasil, *Relatorio... Ministro Manoel Pinto de Souza Dantas*, 1867, 428-429; Santa Catarina, *Relatorios do Presidente da Provincia, Francisco Carlos d'Araujo*, (1860), 13-15 e (1861), 7-9; “Relatório Estatístico”, cx 1, prat. 41. BR SCAHJ CF 12; Relatórios da direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, vários anos. Trad. Helena R. Richlin. AHJ.

⁶⁴ Santa Catarina, *Relatórios dos Presidentes da Provincia, Francisco Carlos d'Araújo Brusque* (1860), 10-19; (1861), 5-12; *Pedro Leitão da Cunha* (1863), 23-36; *Alexandre Rodrigues da Silva Chaves* (1865), 17-34; *Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda* (1867), 11-23; Tschudi, “Santa Catharina”, 374-422; Avé-Lallemant, “Santa Catarina”, 153-171, 190-191.

O resultado do desajuste entre oferta e demanda de gêneros alimentícios básicos foi o registro de novos déficits no balanço do comércio da Dona Francisca com outras localidades, o que ocorreu consecutivamente até 1867.⁶⁵ Por outro lado, o acréscimo na produção agrícola da Dona Francisca no final da década de 1860 ocorreu sem que houvesse crescimento significativo da área cultivada, ou seja, houve um aumento considerável da produtividade agrícola da colônia. Esse resultado é ainda mais relevante se for considerado que, na época, cerca de 36% dos habitantes da colônia eram crianças menores de 10 anos de idade e mais de 7,5% da população da Dona Francisca tinha mais de 50 anos de idade. As Tabelas 5.6 e 5.7 permitem avaliar o perfil dos habitantes da colônia no final da década de 1860.

Tabela 5.6 – População da colônia Dona Francisca segundo faixa etária, 1867-1868

Faixa Etária	Dez/1867	%	Dez/1868	%
Menores de 10 anos	1.624	34,8	1.940	37,0
10 a 20 anos	967	20,7	1.041	19,9
20 a 30 anos	597	12,8	734	14,0
30 a 40 anos	590	12,6	577	11,0
40 a 50 anos	512	11,0	562	10,7
50 a 60 anos	257	5,5	277	5,3
60 a 70 anos	94	2,0	84	1,6
Com mais de 70 anos	26	0,6	22	0,4
Total	4.667	100	5.237	100

Fonte: Relatórios da direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, outubro de 1868 e novembro de 1869. Traduções Helena R. Richlin. AHJ.

Tabela 5.7 – População da colônia Dona Francisca segundo sexo, estado civil, nacionalidade e religião, 1867-1868

População		Dez/1867	%	Dez/1868	%
Sexo	Masculino	2.377	51	2.652	51
	Feminino	2.290	49	2.585	49
Estado Civil	Casado	1.642	35	1.948	37
	Solteiro	2.878	62	3.289	63
Nacionalidade	Brasileiros*	1.721	37	1.932	37
	Estrangeiro	2.946	63	3.305	63
Religião	Católica	629	13	734	14
	Protestante	4.038	87	4.503	86

Nota: * Nascidos na colônia ou naturalizados.

Fonte: Relatórios da direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, outubro de 1868 e novembro de 1869. Traduções Helena R. Richlin. AHJ.

⁶⁵ Relatórios da direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, vários anos. Traduções Helena R. Richlin. AHJ; “Relatório Estatístico da Direção da Colônia”, cx 1, prat. 41, Série Sociedade Colonizadora. BR SCAHJ CF 12.

Em 1870, a população da colônia Dona Francisca alcançou 6.452 habitantes, sendo 3.286 (50,9%) homens e 3.166 (49,1%) mulheres; 2.270 eram casados, 204 viúvos, 3.978 solteiros. Havia naquele ano cerca de 5.220 hectares de terras cultivadas, das quais 2.387 hectares plantadas e aradas e 2.833 hectares de pasto. Os principais gêneros agrícolas produzidos na colônia em 1870 foram: milho, feijão, tubérculos, hortaliças, frutas e legumes, arroz, café, tabaco, açúcar, araruta, melado e cachaça. No ano seguinte, devido às consequências da forte geada que atingiu Dona Francisca, a qual destruiu quase totalmente as plantações de cana, café, tubérculos e queimou os pastos da colônia, a produção agrícola obteve resultado insatisfatório, conforme salientou o relatório da direção da Sociedade Colonizadora. Em 1874, o forte calor do verão e o inverno rigoroso novamente prejudicaram as lavouras da colônia, sobretudo as plantações de cana, arroz e café.⁶⁶

Em 1875, houve uma significativa melhora na produção agrícola da Dona Francisca, com destaque para a produção de fumo, centeio, batata inglesa, ovos, queijos, manteiga e para as pequenas culturas de cevada, hortaliças, frutas e verduras. Conforme Frederico Bruestlein, diretor da colônia, essa melhora resultou da conjugação dos seguintes fatores: redução da oferta de trabalho aos colonos da Dona Francisca na província do Paraná devido ao estabelecimento de novos imigrantes naquela província; e falta de mercado para as madeiras derrubadas nas terras dos colonos, consequência da supressão da exportação de madeira para Montevidéu e redução dos preços da madeira destinada ao Rio de Janeiro. “Os colonos”, afirma Bruestlein, “vêm-se obrigados por isso a dedicar-se ainda mais à lavoura”.⁶⁷ Além desses fatores, a disponibilidade de terras relativamente mais férteis e o clima mais favorável e estável das áreas de colonização recente, localizadas a oeste, nas partes mais altas da colônia Dona Francisca, contribuíram para a melhora no cultivo agrícola da Dona Francisca. A Tabela 5.8 a seguir apresenta o resultado da produção da colônia no início da década de 1870.

⁶⁶ “Relatório sobre o estado da colônia Dona Francisca no ano de 1871”; Frederico Bruestlein, “Relatório sobre o estado da colônia Dona Francisca no ano 1875”; cx 1, prat. 41, Série Sociedade Colonizadora. BR SCAHJ CF 12; Vigésimo e vigésimo primeiro relatórios da direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, dezembro de 1871 e outubro de 1872. Traduções Helena R. Richlin. AHJ.

⁶⁷ Frederico Bruestlein, “Relatório de 1875”, cx 1, prat. 41, Série Sociedade Colonizadora. BR SCAHJ CF.

Tabela 5.8 – Produção agrícola da colônia Dona Francisca, 1870-1875

Produtos	1870	1871	1875	Medida
Arroz	36.000	25.000	4.125	Alqueires
Araruta	3.000	1.000	3.389	Arrobas
Fumo	1.500	2.000	5.718	Arrobas
Açúcar	6.000	1.500	7.665	Arrobas
Milho		36.000	9.900	Alqueires
Café	200		612	Arrobas
Feijão		500	772	Alqueires
Cachaça	300	50	388	Pipas
Melado	9.000	3.000		Medidas
Algodão			200	Quilos
Cevada			500	Litros
Centeio			8.000	Litros
Manteiga			80.000	Quilos
Queijo			30.000	Quilos
Ovos			76.000	Dúzias
Tubérculos			13.120.000	Quilos

Fontes: Relatórios da direção Sociedade Colonizadora de Hamburgo, dez. de 1871, out. de 1872 e dez. de 1876. Traduções Helena R. Richlin. AHJ. “Relatório Estatístico”, caixa 1, prat. 41, Série Sociedade Colonizadora. BR SCAHJ CF 12.

A 30 de dezembro de 1871, o governo brasileiro firmou novo contrato com a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, pelo qual garantiu privilégios, subvenções e apoio financeiro direto ao empreendimento, e comprometeu-se a ceder à empresa colonizadora uma área de 247 quilômetros quadrados de terras nos Campos de São Miguel e terrenos devolutos ao longo da estrada que leva a Rio Negro, no Paraná, o que gerou grande expectativa de progresso à colônia Dona Francisca. “Achando-se esta Colônia em condições de prosperidade”, celebrou Louis Niemeyer, diretor da colônia, “não deixará de constituir-se foco de atração para a colonização espontânea, que daqui se espalhará para o interior do país e principalmente para as altas planícies além da Serra do Mar”.⁶⁸ Com esse propósito, em 1872 a direção da colônia deu início aos preparativos para colonização das terras prometidas pelo governo brasileiro. A população da Dona Francisca somava então 6.810 pessoas, distribuídas em 1.320 casas com 1.392 anexos – Apêndice A, Tabelas A5 e A6.

Em 1873, a imigração para Dona Francisca cresceu expressivamente. Somente naquele ano, desembarcaram na colônia 1.200 colonos, mais que o dobro do registrado no ano anterior. O súbito aumento no número de habitantes da Dona Francisca gerou diversos problemas e dificuldades à direção da colônia, principalmente quanto à propagação de doenças epidêmicas, reclamações e tumultos devido à falta de terrenos demarcados e superlotação das casas de

⁶⁸ Ottokar Dörffel, “Relatório de 1872”, cx 1, prat. 41, Série Sociedade Colonizadora. BR SCAHJ CF 12; Vigésimo primeiro e vigésimo segundo relatórios da direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, outubro de 1872 e novembro de 1873. Traduções Helena R. Richlin. AHJ.

recepção. Contudo, segundo Ottokar Dörffel, diretor interino da colônia, Dona Francisca progrediu satisfatoriamente e sua produção agrícola correspondeu às expectativas.

As vendas para fora da colônia alcançaram cerca de 350 contos de réis em 1873, constituindo-se principalmente de madeira cortada, farinha de araruta, arroz, cachaça, açúcar, ovos, manteiga, artigos de couro e de ferro, charutos, mobílias, tijolos e telhas. As importações somaram 320 contos de réis e eram compostas basicamente de carne, artigos manufaturados importados da Europa e matérias-primas destinadas às indústrias coloniais que começavam a expandir suas produções.⁶⁹

Em 22 de setembro de 1873, a direção da colônia Dona Francisca fundou a “Colônia Agrícola São Bento”, estabelecida no planalto norte catarinense, cerca de 84 quilômetros de Joinville, a 800 metros acima no nível do mar. Até dezembro daquele ano, foram distribuídos no novo núcleo colonial 79 lotes de terras, com área total de 2.408 hectares. As condições naturais de solo e clima do planalto criaram grande expectativa na direção da Dona Francisca, que projetou para São Bento o plantio da batata inglesa, trigo, centeio e cevada, gêneros cujo cultivo havia malgrado nas terras pouco férteis de Joinville. Assim, esperava-se um incremento e uma maior diversificação da produção agrícola da Dona Francisca.⁷⁰

Com a fundação de São Bento, a extensão da área agrícola cultivada na colônia Dona Francisca aumentou quase 60% entre 1873 e 1875, passando de 7.850 para 12.526 hectares de terras. Em 1875, havia ainda 21.640 hectares de terras incultas e a produção total da colônia foi avaliada em 350 contos de réis.⁷¹ Por essa época, acentuou-se na colônia uma característica destacada por Avé-Lallemant durante sua visita a Dona Francisca em 1858: a especialização no comércio e na indústria. Dizia Avé-Lallemant: “Embora a lavoura se estenda em todas as direções, ainda não é bastante grande em relação ao número de habitantes. Além disso, há uma tendência, que me parece demasiada, para o comércio e a indústria”.⁷² Em 1873, Ottokar Dörffel, diretor da colônia, assinalou em seu relatório: “a colônia tem de preferência um caráter industrial e comercial e nas indústrias principalmente baseia a exportação crescente da colônia, que já desde alguns anos excede a importação”.⁷³ Analisa-se a seguir como essa especialização se desenvolveu.

⁶⁹ Ottokar Dörffel, “Relatório de 1873”, cx 1, prat. 41, Série SCH. BR SCAHJ CF 12; “Vigésimo terceiro relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, novembro de 1874”. Tradução Helena R. Richlin.

⁷⁰ Ottokar Dörffel, “Relatório de 1873”, cx 1, prat. 41, Série Sociedade Colonizadora. BR SCAHJ CF 12.

⁷¹ “Vigésimo quinto relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, dezembro de 1876”. Trad. Helena Richlin; Frederico Bruestlein, “Relatório de 1875”; cx 1, prat. 41, Série SC. BR SCAHJ CF 12.

⁷² Avé-Lallemant, “Santa Catarina”, 190.

⁷³ Ottokar Dörffel, “Relatório de 1872”, cx 1, prat. 41, Série Sociedade Colonizadora. BR SCAHJ CF 12.

5.2.2 Comércio e Indústria

Em 1858, Avé-Lallemant observou, surpreso, que apesar da colônia Dona Francisca “não produzir o bastante para alimentar-se [...] exportava mobílias para o Rio de Janeiro ou para os arredores, ao passo que importava muitos gêneros alimentícios que poderiam ser cultivados na colônia”.⁷⁴ Para alguns contemporâneos, o fato de a Dona Francisca não ser autossuficiente na produção agrícola depois de quase dez anos de fundação revelava um certo atraso no seu desenvolvimento.⁷⁵ Em relatório apresentado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina no início de 1860, Francisco de Araújo Brusque escreveu: “se compararmos a produção desta colônia com a massa geral dos produtos importados, reconheceremos de um modo irrecusável quão lento vai sendo o seu desenvolvimento na presença das crescentes necessidades da sua população, composta proporcionalmente de poucos produtores agrícolas”. Araújo Brusque atribuía a insuficiência da produção agrícola da colônia Dona Francisca ao grande número de artesãos (691) e operários (200), isto é, ao fato de um terço da população da colônia ser composta de profissionais que não se dedicavam à agricultura.⁷⁶

Entretanto, além de apresentar progressivo aumento na produção agrícola, em 1859 Dona Francisca exportou tábuas, móveis, carroças, calçados e roupas, cujo valor total alcançou de 10 a 13 contos de réis. As condições internas favoreciam a indústria artesanal. Por exemplo, em meados de 1852, ou seja, pouco mais de um ano depois da fundação da colônia, os artesãos e operários qualificados representavam quase 20% da população da Dona Francisca. Em 1868, aproximadamente 25% da população da colônia viviam apenas de atividades vinculadas ao comércio e à indústria artesanal.⁷⁷ As Tabelas 5.9 e 5.10 a seguir apresentam a produção e os valores das vendas de manufaturas da colônia Dona Francisca para outros mercados em 1868.

Tabela 5.9 – Produção de manufaturas na colônia Dona Francisca, 1868

Produtos	Quantidade	Medida
Cigarros	2.200.000	Unidades
Tijolos	400.000	Unidades
Telhas	200.000	Unidades
Madeira para construção	69.800	Palmas
Aguardente	64.800	Medidas
Garrafas de cerveja	40.000	Unidades

Continua

⁷⁴ Avé-Lallemant, “Santa Catarina”, 190.

⁷⁵ Santa Catarina, *Falla... Presidente da Provincia, Dr. João José Coutinho* (1855), 9; (1856), 12; e (1857), 31; Coutto Ferraz, “Colônia Dona Francisca”, 5, in Brasil, *Relatorio... Ministro Sergio Teixeira de Macedo*, 18595.

⁷⁶ Santa Catarina, *Relatorio do Presidente da Provincia, Francisco Carlos d’Araujo Brusque*, 1860, 13.

⁷⁷ *Ibidem*, 13-16; Nono e décimo oitavo relatórios da direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, setembro de 1860 e novembro de 1869. Traduções Helena R. Richlin. AHJ; “Relatório Estatístico da Colônia Dona Francisca”, cx 1, prat. 41. Série Sociedade Colonizadora. BR SCAHJ CF 12; Rodowicz, *Colônia*, 34.

Produtos	Quantidade	<i>Continuação</i>
		Medida
Melado	9.875	Medidas
Açúcar	8.760	Arrobas
Farinha de araruta	5.669	Arrobas
Vinagre	5.200	Medidas
Farinha de mandioca	4.650	Alqueires
Peles curtidas	3.900	Unidades
Pranchões e paus de prumo	3.012	Dúzias
Sabão e velas	1.900	Quilos
Sarrafos	1.600	Dúzias
Tábuas	928	Dúzias
Manteiga	920	Arrobas
Queijo	712	Arrobas

Fonte: “Décimo oitavo relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, novembro de 1869”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ.

Tabela 5.10 – Valores das vendas de manufaturas da colônia Dona Francisca, 1868

Produtos	Valor em réis
Madeira cortada	56\$000
Artigos de corte	40\$000
Farinha de araruta	17\$000
Cigarros	16\$000
Arroz moído	14\$000
Manteiga	12\$000
Carroças	11\$000
Aguardente	8\$000
Goma	2\$000
Produtos diversos não especificados	30\$000
Total	206\$000

Fonte: “Décimo oitavo relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, novembro de 1869”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ.

Como resultado da produção de 1868, pela primeira vez o valor total das vendas para fora da colônia superou o de suas compras externas, o que ocorreu invariavelmente entre os anos 1868 e 1879, como mostra a Tabela 5.11 a seguir. Nesse período, os principais produtos vendidos para fora da colônia foram: arroz, farinha de araruta, açúcar, aguardente, manteiga, madeiras, carroças, móveis, vestuários, calçados, charutos e artigos de couro. Em contrapartida, comprou-se farinha de mandioca, carne seca, vinho, sabão, reses, tabaco, ferro, mercadorias para o comércio e matérias-primas necessárias à produção de pequenas manufaturas artesanais. No balanço do período 1868-1879, as vendas para fora da colônia superaram suas compras externas em pelo menos 257 contos de réis.⁷⁸

⁷⁸ “Colônia D. Francisca Subvencionada pelo Governo”, 22-29; “Colônia D. Francisca”, Tabela II A, in Brasil, *Relatório... Ministro Manoel Pinto de Souza Dantas*, 1867; *Relatório... Ministro Manoel Pinto de Souza Dantas* (Rio de Janeiro: Typ. do Diário do Rio de Janeiro, 1868), 48-49; “Colonização, Colônias e Catechese”, 22-25, in *Relatório... Ministro Joaquim Antônio Fernandes Leão* (Rio de Janeiro: Typ. do Diário do Rio de Janeiro, 1869);

Tabela 5.11 – Balanço do comércio da colônia Dona Francisca com outros mercados, 1862-1879

Ano	Vendas	Compras	Saldo
1862	50:000\$000	120:000\$000	- 70:000\$000
1863	61:000\$000	130:000\$000	- 69:000\$000
1864	72:000\$000	156:000\$000	- 84:000\$000
1865	94:383\$000	167:000\$000	- 72:671\$000
1867	162:000\$000	172:000\$000	- 10:000\$000
1868	206:000\$000	182:000\$000	24:000\$000
1869	225:000\$000	200:000\$000	25:000\$000
1870	230:000\$000	215:000\$000	15:000\$000
1871	230:000\$000	220:000\$000	10:000\$000
1872	280:000\$000	260:000\$000	20:000\$000
1873	350:000\$000	320:000\$000	30:000\$000
1874	370:000\$000	330:000\$000	40:000\$000
1875	335:000\$000	327:000\$000	8:000\$000
1876	330:000\$000	315:000\$000	15:000\$000
1877	400:000\$000	380:000\$000	20:000\$000
1878	700:000\$000		
1879	900:000\$000	850:000\$000	50:000\$000

Nota: Os valores do comércio da Dona Francisca com outros mercados são aproximações apresentadas nos relatórios anuais da direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, conforme informações da direção da colônia.

Fontes: Brasil, *Relatórios dos Ministros da Agricultura*, 1867 e 1868; Relatórios da direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, vários anos.

No início da década de 1870, os produtos manufaturados ganharam participação preponderante no comércio da colônia Dona Francisca. Em 1871, o aumento da produção e venda de produtos manufaturados compensou os prejuízos que as geadas causaram às plantações, e o saldo positivo do comércio da Dona Francisca com outras localidades foi semelhante ao do ano anterior, quando as vendas para fora da colônia somaram cerca de 230 contos de réis e as compras, 215 contos de réis. No triênio 1872-1874, a produção industrial garantiu resultados ainda mais satisfatórios no balanço do comércio da Dona Francisca com outros mercados. Nesse período, as vendas para fora da colônia cresceram 9,7% ao ano, totalizando mil contos de réis (Tabela 5.11). Os principais artigos manufaturados vendidos para fora da colônia compreendiam madeira cortada, aguardente, açúcar, farinha de araruta, móveis, manteiga, tijolos, telhas, roupas, carroças, cigarros, calçados e artigos de ferro e couro.⁷⁹

Relatorio... Ministro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque (Rio de Janeiro: Typ. Universal de E. & H. Laemmert, 1870), 49-50; Santa Catarina, *Relatorio... Presidente da Província, Dr. Carlos Augusto Ferraz de Abreu* (Desterro: Typ. de J. K. Lopes, 1869), 19-20; *Relatorio... Presidente da Província, Dr. André Cordeiro de Araujo Lima* (Desterro: Typ. de J. K. Lopes, 1870), 15-16. Relatórios da direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, vários anos. Traduções Helena R. Richlin. AHJ.

⁷⁹ Relatórios da direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, vários anos. Traduções Helena R. Richlin. AHJ; “Estatísticas de 1875”, cx 1, prat. 41, Série Sociedade Colonizadora. BR SCAHJ CF 12.

Com a crescente importância da pequena indústria artesanal na economia da colônia Dona Francisca, em 1874 foi organizada uma exposição agroindustrial em Joinville. Entre os dias 16 e 23 de agosto, os colonos apresentaram gêneros da sua produção agrícola e manufaturada à população local, visitantes e autoridades. Bastante prestigiada, a exposição contou com o apoio financeiro do governo brasileiro, que contribuiu com a importância de 500 mil-réis, valor correspondente a 47,8% do custo total do evento. Durante a exposição, foram distribuídos 156 prêmios e menções honrosas aos colonos, sendo 85 condecorações para produtos industrializados. Em 1876, na exposição internacional da Filadélfia, nos Estados Unidos, alguns produtos manufaturados da Dona Francisca foram expostos e premiados. Na ocasião, os colonos Wilhelm Rosenstock e Jacob Sauerbeck receberam menção honrosa. Assim, pouco mais de vinte anos após a sua fundação, em 1851, a “Colônia Agrícola Dona Francisca” progredia com base na pequena indústria artesanal e no comércio. Em 1875, por exemplo, existiam na colônia Dona Francisca 49 estabelecimentos comerciais, 165 oficinas e instalações industriais e cerca de 450 profissionais dedicados à indústria, comércio e serviços. Esse último número correspondia a quase 25% do total da população da área urbana da colônia na época.⁸⁰ A Tabela 5.12 mostra algumas das principais especializações e o número de colonos especializados empregados na colônia.

Tabela 5.12 – Especializações e número de colonos especializados empregados na colônia Dona Francisca, 1852-1875

Especializações	Nº de colonos especializados			Especializações	Nº de colonos especializados		
	1852	1868	1875		1852	1868	1875
Açougueiros	4	10	10	Gravador		1	
Alfaiates	10	24	40	Jardineiros	3	3	3
Armeiro		1		Ladrilheiros		16	22
Barbeiros		2		Latoeiros		4	
Barqueiros		12		Livreiro		1	
Barreteiros		2		Marceneiros	14	34	44
Caldeireiro	1		1	Mecânicos	2		
Carpinteiros	6	32	45	Médicos		2	
Carreteiros		14		Mineiros		3	
Cervejeiro	1	3		Moleiros		11	12
Seleiros		7	11	Montador de carroças	1		
Cirurgiões		2		Oleiros	3	2	22
Comerciantes		40		Ourives	2		
Charuteiros	3	6	30	Padeiro	1	7	8
Costureiras		16		Relojoeiros		3	2
Construtores navais		2		Pedreiros	2	20	20
Cordoeiro	1			Pintor	1	2	2

Continua

⁸⁰ “Vigésimo quinto relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, dezembro de 1876”. Trad. Helena R. Richlin; “Estatísticas de 1875”, cx 1, prat. 41, Série Sociedade Colonizadora. BR SCAHJ CF 12.

				<i>Continuação</i>			
Especializações	Nº de colonos especializados			Especializações	Nº de colonos especializados		
	1852	1868	1875		1852	1868	1875
Curtidores	2	5	13	Saboeiro		1	1
Encadernadores		2	1	Sapateiros	5	30	40
Segeiros		15		Serralheiros		8	10
Serradores			30	Tanoeiros	2	4	6
Farmacêuticos		2		Taverneiros		9	
Ferreiros	2	12	14	Tecelões	2		
Filigraneiro	1			Tintureiros	3	2	2
Forjador de cobre	1	1		Tipógrafos		3	3
Fotógrafo		1	1	Torneiro	1	2	3
Funileiro	1		10	Vidreiro	1		
Fabricante de vinagres	1		2	Construtores de máquinas	3	6	
Fabricantes de panelas	2			Fabricantes de panos	7		
Fabricante de guarda-chuvas		1		Fabricantes de chapéus de palha		3	
Totais	36	212	208	Totais	53	176	200

Fontes: “Décimo oitavo relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, nov. de 1869”. Trad. Helena Richlin; “Estatísticas de 1875”, cx 1, prat. 41. Série Sociedade Colonizadora. BR SCAHJ CF 12; Rodowicz, *Colônia*, 34.

No início da colonização da colônia Dona Francisca, esses trabalhadores qualificados dividiam seu tempo trabalhando no preparo e cultivo de suas propriedades e como diaristas, exercendo diferentes atividades, inclusive do seu ofício principal. Mais tarde, com o aumento da população da colônia e o maior número de colonos estabelecidos, aqueles artesãos puderam dedicar mais tempo ao exercício do seu ofício, uma vez que havia na Dona Francisca uma demanda por mão de obra qualificada, enquanto outros colonos, devido às suas habilidades ou pelo fato de cultivarem terras mais férteis que as ocupadas no início da colonização, elevaram progressivamente a produção agrícola da colônia, como visto na seção anterior.

Com um estoque relativamente alto de capital humano representado por suas habilidades e qualificações artesanais, a crescente demanda por serviços e produtos em um mercado de trabalho predominantemente assalariado, e devido ao fato de os preços das mercadorias revendidas na Dona Francisca serem bastante elevados (ver Capítulo 3), pode-se considerar que o intenso comércio e os preços praticados na colônia favoreceram a produção de pequenas manufaturas destinadas ao mercado local. Assim sendo, as condições internas contribuíram para que, desde cedo, houvesse uma detalhada divisão social do trabalho na colônia Dona Francisca, o que permitiu distribuir de maneira mais eficiente os fatores de produção e, ao contrário do que se pensava na época, ofereceu à colônia melhores condições de desenvolvimento. Os números confirmam essa hipótese. Em 1854, já existiam na colônia Dona Francisca 16 moinhos de mandioca, 5 fábricas de açúcar com destilação, 2 descascadoras de arroz, 2 prensas de óleo,

2 moinhos de milho, 2 fábricas de tijolos, 3 charutarias, 1 fábrica de louças de barro, 1 fábrica de licor, 1 cervejaria, 3 padarias e 3 açougues.⁸¹

A Tabela 5.13 mostra que, nos anos seguintes, a colônia Dona Francisca continuou apresentando um número relativamente elevado de manufaturas artesanais, o que estimulou a abertura de casas de comércio.

Tabela 5.13 – Indústrias artesanais e estabelecimentos comerciais na colônia Dona Francisca, 1857-1868

Estabelecimentos	1857	1858	1859	1865	1868
Moinhos de Mandioca	32	32	39	41	40
Moinhos de arroz	4	3	7	4	14
Moinhos de cana	11	21	23	30	35
Moinhos de milho	3	3	5		
Moinhos de araruta				6	6
Serrarias	1	2	3	4	6
Olarias	1	1	1	1	2
Fábrica de telhas e tijolos	4	5	5	5	8
Fábrica de licores	2	2	1		
Fábrica de Vinagres			2	2	4
Fábrica de velas e sabão					1
Charutarias	4	3	4	-	20
Cervejarias	3	3	3	3	3
Destilarias				10	8
Curtumes	1	1	1	4	3
Padarias	3	5	5		4
Açougues	3	5	6		
Tipografia				1	1
Casas de Comércio	10	19	19	-	30
Farmácias	1	2	3	-	2

Fonte: Relatórios da Sociedade Colonizadora, 1858-1868. Trad. Helena R. Richlin.

Entre 1872 e 1875, chegaram à colônia Dona Francisca 2.330 imigrantes, nasceram 1.325 crianças e faleceram 489 pessoas, o que provocou um aumento de 3.166 habitantes na população da Dona Francisca. Embora grande parte dos colonos desembarcados nesse período não tenha permanecido na colônia, o rápido e expressivo incremento populacional elevou o consumo interno de produtos e serviços, o que implicou redução do excedente de venda para fora da colônia. Desta maneira, no biênio 1875-1876 os relatórios da direção da Sociedade Colonizadora registraram queda no saldo positivo das compras e vendas externas da Dona Francisca. Em seguida, porém, registrou-se um acréscimo expressivo nas vendas para fora da colônia. Em 1879, Dona Francisca vendeu cerca de 900 contos de réis para outras localidades, valor 28,5% superior ao total registrado no ano anterior, quando as vendas externas da colônia

⁸¹ “Quinto relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, dezembro de 1855”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ.

somaram 700 contos de réis, e 125% maior que o total vendido em 1877, ano no qual as vendas externas da Dona Francisca voltaram a subir após dois anos consecutivos de queda.⁸²

Fator decisivo para o salto das exportações da Dona Francisca no período 1877-1879 e para o intenso desenvolvimento econômico de Joinville a partir de 1881 foi a conclusão, no início da década de 1870, da primeira grande etapa das obras de construção da Estrada Dona Francisca, isto é, a transposição da Serra Geral. Em 1873, a estrada alcançou o planalto norte catarinense, onde a Sociedade Colonizadora de Hamburgo fundou o núcleo colonial de São Bento. Deste ponto em diante, as obras da estrada continuaram em direção a Rio Negro, no Paraná. A conclusão do trecho entre São Bento a Rio Negro estabeleceria uma ligação direta entre Joinville e as regiões produtoras de erva-mate de Santa Catarina e Paraná, um dos principais produtos de exportação dessas províncias no século XIX.⁸³

5.2.3 *Erva-Mate*

Em meados de 1877, desceram pela Estrada Dona Francisca e chegaram a Joinville as primeiras carroças de quatro rodas carregadas de erva-mate vindas do planalto. A partir de então, Joinville se tornou o principal centro de beneficiamento de erva-mate de Santa Catarina. Já em 1879, o mate representou mais da metade do valor das exportações da Dona Francisca. Na época, havia na colônia sete engenhos de beneficiamento de mate, dos quais cinco estavam instalados na cidade de Joinville, sendo três movidos a vapor e dois a água; e dois em São Bento, um movido a vapor e outro, a energia hidráulica. Segundo Frederico Bruestlein, diretor da colônia, em 1883 esses engenhos produziram mais de 40 mil barricas de mates. A produção, transporte e beneficiamento da erva-mate empregavam trabalhadores nacionais e estrangeiros indistintamente. No entanto, a industrialização e exportação do mate eram majoritariamente controladas por empresários luso-brasileiros estabelecidos em Joinville e São Bento.⁸⁴

Na década de 1880, entre os principais negociantes e exportadores ervateiros de Joinville, estavam Antonio Sinke, Ernesto Canac, José Celestino de Oliveira, Antonio Augusto Ribeiro, Abdon Baptista e Procópio Gomes de Oliveira. No final do ano de 1890, as firmas Ernesto Canac & Cia, Augusto Ribeiro & Procópio, Mira & Ribeiro, Abdon Batista & Oscar,

⁸² Relatórios da direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, vários anos. Trad. Helena R. Richlin; “Relatório Estatístico”, cx 1, prat. 41; “Cartas e Ofícios”, cx 1, prat. 40, Série Sociedade Colonizadora. BR SCAHJ CF 12.

⁸³ Relatórios da direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, vários anos. Traduções Helena R. Richlin. AHJ.

⁸⁴ “Trigésimo terceiro relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, dezembro de 1884”. Trad. Helena R. Richlin. AHJ; “Relatório sobre o estado da colônia Dona Francisca em 1879”, cx 1, prat. 41, Série Sociedade Colonizadora. BR SCAHJ CF 12; Ficker, *História de Joinville*, 309-310, 316, 407-408; Almeida, “Aspecto”, 26-27.

Oliveira & Genro, F. Kamiensky & Cia, uniram-se para fundar a mais importante exportadora de mate de Santa Catarina, a “Companhia Industrial Catarinense”, com sede em Joinville.⁸⁵ A notícia da fundação da empresa e as razões da sua constituição foram assim divulgadas no periódico *Kolonie-Zeitung* de 6 de janeiro de 1891:

Os principais fabricantes e exportadores de erva-mate estabelecidos no Estado de Santa Catarina incorporaram nesta praça a sociedade anônima Companhia Industrial Catarinense [...]. Constituída por esta forma [...], a Companhia conta, principalmente, assegurar melhor a sorte da importante indústria de erva-mate no Estado, [...] e, como dispõe de grande número de fábricas, acha-se habilitada a negociar em tempo curto carregamentos para qualquer mercado.⁸⁶

O decreto federal nº. 1.273, de 10 de janeiro de 1891, concedeu à Companhia Industrial Catarinense, mais tarde denominada apenas Cia Industrial, a exploração de erva-mate pelo período de vinte anos nos terrenos devolutos dos municípios catarinenses de São Bento do Sul, Blumenau, Tubarão, Campos Novos, São Joaquim, Curitiba e Lages. Na época, a área total desses municípios representava mais da metade do território catarinense, o qual ainda era escassamente povoado. Assim, a Cia Industrial praticamente monopolizou a exploração de erva-mate em Santa Catarina no período 1891-1906.⁸⁷

A atuação da Cia Industrial não ficou restrita ao Estado catarinense. Além dos engenhos, depósitos e armazéns instalados em Joinville, Campo Alegre e São Bento, a Companhia possuía instalações em Rio Negro, Antonina, Morretes, no Paraná, e Buenos Aires, na Argentina, o que lhe permitiu controlar uma parcela considerável do comércio erva-mateiro no sul do Brasil e exercer importante influência no mercado platino.⁸⁸

Como estratégia de diversificação de investimentos, a Cia Industrial atuava na importação de manufaturas europeias, alimentos e matérias-primas do mercado nacional para abastecer o comércio atacadista e varejista de Joinville, na exportação de parte da produção agrícola e industrial da colônia Dona Francisca, e ainda possuía duas fábricas de cal, que abasteciam principalmente os mercados do Rio de Janeiro e São Paulo. Para transportar as mercadorias que comercializava, a Companhia adquiriu, em 1891, seis navios a vela. Mais tarde, a empresa comprou mais dois navios para transportar a erva-mate beneficiada em

⁸⁵ “Estatutos da Sociedade Anônima Industrial Catharinense”, “Companhia Industrial Catharinense”, *Kolonie-Zeitung*, edições nº 96, 7/12/1890, 284-285; nº 2, 6/1/1891, 6, Série microfilmes. AHJ; Almeida, “Aspecto”, 26.

⁸⁶ “Companhia Industrial Catharinense”, *Kolonie-Zeitung*, edição nº 2 de 6/1/1891, 6. AHJ.

⁸⁷ Brasil, Decreto nº 1.273 de 10/1/1891, Coleção de Leis da República do Brasil (CLRB), *Decretos do Governo Provisório* (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891), 238-240.

⁸⁸ “Companhia Industrial Catharinense”, “Balanço Geral da Companhia Industrial Catharinense”; “Companhia Industrial”; “Resumo do Balanço da Companhia Industrial”, “Companhia Industrial.”, *Kolonie Zeitung*, edições nº 26, 31/3/1892, 3; nº 49, 26/6/1894, 2; nº 27, 5/4/1898, 1-2; nº 31, 28/4/1895, 2; nº 33, 29/4/1902, 2-3. AHJ.

Joinville para o porto de São Francisco do Sul e também empreendeu, embora sem sucesso, na construção de uma pequena fábrica têxtil.⁸⁹

Em 1892, a Cia Industrial adquiriu a filial do “Banco Industrial e Construtor do Paraná”, que foi o primeiro banco de Joinville, estabelecido em 1891. Realizando operações comerciais, o banco recebia depósitos à vista de terceiros, o que fornecia à Cia Industrial uma importante fonte de financiamento de curto prazo. Os registros contábeis da empresa mostram que o banco recebeu mais de mil contos de réis em depósitos de terceiros entre 1893 e 1899. O banco ainda realizava os pagamentos e recebimentos da Companhia no exterior, o que permitia à Cia Industrial obter vantagens cambiais no seu comércio exportador e importador.⁹⁰

Apesar da estrutura ampla e da diversificação dos seus investimentos, não há dúvidas que o negócio do mate representava a principal atividade da Cia Industrial. Com uma estrutura verticalizada, a Companhia controlava o processo de produção, transporte, financiamento, industrialização e comercialização do mate do planalto norte catarinense e de parte da produção do Paraná. A empresa exportava, via São Francisco do Sul, a erva-mate beneficiada em Joinville para seus clientes e consignatários na Argentina, Uruguai, Chile e Europa. Em 1897, a Cia Industrial negociou mais de três quartos das exportações de erva-mate de Santa Catarina. Na década de 1890 o mate representou, em média, cerca de 22% do valor total das exportações catarinenses, seguido pela farinha de mandioca (16%), madeira (7,5%) e manteiga (7,3%). Considerando somente os produtos vendidos ao mercado internacional, a participação do mate no comércio exterior de Santa Catarina na década de 1890 foi de quase 70% em média, sendo a Cia Industrial a principal exportadora de mate do Estado catarinense. Na mesma época, o mate representava de 70% a 85% das exportações totais de Joinville.⁹¹

O comércio e beneficiamento da erva-mate impulsionaram a economia da colônia Dona Francisca e a industrialização de Joinville. Transportada em carroções de quatro rodas cobertos com toldos de lona e puxados por quatro a seis cavalos, como mostra a Figura 5.2 a seguir, a erva-mate descia o planalto catarinense e paranaense em direção a Joinville, onde era beneficiada e então exportada, via porto de São Francisco do Sul. Com capacidade média para

⁸⁹ “Companhia Industrial Catharinense”, “Balanço Geral da Companhia Industrial Catharinense”; “Companhia Industrial”; “Resumo do Balanço da Companhia Industrial”, “Companhia Industrial”, *Kolonie Zeitung*, edições nº 26, 31/3/1892, 3; nº 49, 26/6/1894, 2; nº 27, 5/4/1898, 1-2; nº 31, 28/4/1895, 2; nº 33, 29/4/1902, 2-3. AHJ.

⁹⁰ “Balanço Geral da Companhia Industrial”; “Companhia Industrial”; “Resumo do Balanço da Companhia Industrial”, “Companhia Industrial”, *Kolonie Zeitung*, edições nº 49 26/6/1894, 2; nº 27, 5/4/1898, 1-2; nº 31, 28/4/1895, 2; nº 33, 29/4/1897, 4; nº 33, 26/4/1900, 2-3. AHJ.

⁹¹ “Companhia Industrial”, *Kolonie Zeitung*, edições nº 32, 25/4/1899, 2; nº 33, 29/4/1902, 2-3; nº 33, 28/4/1903, 2-3. AHJ; “Quadro demonstrativo da exportação do Estado de Santa Catarina”, in Santa Catarina, *Mensagem... Vice-Governador Vidal José de Oliveira Ramos Junior* (1903), 47; (1904), 32.

transportar duas toneladas de mercadorias, os carroções coloniais, conhecidos na região como *São Bento Wagen*, retornavam ao planalto carregados com produtos produzidos na colônia Dona Francisca (açúcar, café, cigarros, tecidos, calçados, pregos) e outros gêneros importados.

Figura 5.2 – *São Bento Wagen* na Estrada Dona Francisca no final do século XIX

Fonte: Arquivo pessoal de Dilney Cunha

Na década de 1890, no auge do comércio do mate, foram empregados de 800 a 900 cargueiros *São Bento Wagen* no transporte de cargas e mercadorias, os quais subiam e desciam constantemente a Estrada Dona Francisca.⁹² O intenso uso dos carroções exigiu maior frequência nas manutenções, reparos e mesmo a produção de novos cargueiros. Cresceu, assim, o número de oficinas especializadas no conserto dos carroções e fabricação de peças mecânicas. Simultaneamente, aumentou a produção de estribo, ferraduras, selas, rédeas e outros artigos para montaria. A maior parte desses produtos era fabricada nas oficinas de Joinville, onde, como visto, desde o início da colonização da Dona Francisca estavam estabelecidos um grande número de artesãos – marceneiros, carpinteiros, mecânicos, ferreiros, curtidores, seleiros, funileiros.

⁹² H. Bachl, “A Estrada Dona Francisca”, *Álbum Histórico do Centenário de Joinville*, 88; Carlos Ficker, *São Bento do Sul: subsídios para a sua história* (1ª Parte. Joinville, Imp. Ipiranga, 1973), 209.

Na época, faltava papel-moeda no planalto norte catarinense. Por isso, os moradores da região comumente pagavam suas compras em Joinville com erva-mate ou madeira. “Em São Bento”, conta o imigrante Josef Zipperer, “cada negociante ou industrial fazia o seu dinheiro próprio, em vales de madeira, folha de flandres, couro ou papel, que emitia”. Conforme Zipperer, “até caixas de fósforo vazias eram utilizadas. Bastava que se escrevesse nela o valor e o nome do negociante, para que todos as aceitassem como moeda corrente”.⁹³ Esse sistema permitiu que os colonos estabelecidos como pequenos comerciantes em Joinville começassem a participar do comércio do mate, atividade dominada por negociantes luso-brasileiros. Por meio do escambo e do crédito, os colonos da Dona Francisca abasteciam parte do planalto catarinense e paranaense com produtos da colônia, recebendo principalmente erva-mate como forma de pagamento, a qual era vendida aos engenhos de beneficiamento de Joinville.

Depois de beneficiado, o mate seguia de Joinville, por via fluvial, até o porto de São Francisco do Sul, de onde era exportado. O constante fluxo de pessoas e mercadorias entre as duas cidades estimulou a fundação, em 1880, da “Empresa de Navegação a Vapor entre São Francisco e Joinville” e a construção de estaleiros no porto de Joinville. Em 1883, existiam na Dona Francisca dois barcos a vapor e dez veleiros, quase todos construídos na colônia. A construção e reparos das embarcações empregadas no transporte fluvial entre Joinville e São Francisco do Sul aumentaram a demanda por serviços especializados, especialmente de carpinteiros, funileiros e construtores navais estabelecidos na colônia.⁹⁴

Nos engenhos de beneficiamento de erva-mate, fornos, trituradores e misturadores necessitavam de reparos e componentes mecânicos, estimulando a criação de oficinas e fábricas de peças, o que também aumentou a demanda por mão de obra especializada na colônia. Depois de beneficiada, a erva-mate era acondicionada em barricas de madeira, como as representadas na Figura 5.3 a seguir. Nas décadas de 1880 e 1890, fundaram-se, em Joinville, fábricas de barricas e metalúrgicas que produziam aduelas de metal que davam sustentação aos tonéis de madeira. Em seguida, surgiram oficinas litográficas especializadas na impressão de rótulos para barricas, que passaram a ser identificadas com o nome do engenho de fabricação do mate.⁹⁵

⁹³ Zipperer, *São Bento*, 62.

⁹⁴ “Trigésimo terceiro relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, dezembro de 1884”. Tradução Helena R. Richlin; “Anúncio”, *Gazeta de Joinville*, nº 36, 1/6/1880, 144; “Colônia”, *Kolonie-Zeitung*, nº 27, 8/7/1887, 106; Ficker, *História de Joinville*, 311-312; Rocha, “Industrialização”, 43.

⁹⁵ “Trigésimo terceiro relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, dezembro de 1884”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ.

Figura 5.3 – Fábrica de barricas de Michael Vogelsanger

Fonte: Arquivo pessoal de Dilney Cunha

A renda gerada no conjunto da economia ervateira proporcionou um incremento expressivo no consumo e comércio de bens e serviços na colônia Dona Francisca. As pequenas manufaturas e casas comerciais expandiram-se e fundaram-se as primeiras fábricas de tecidos, metalúrgicas e indústrias de alimentos e bebidas de Joinville. Por exemplo, a Wetzel S/A, hoje uma das principais fabricantes de peças do setor eletrometalmecânico do sul do Brasil, tem sua origem ligada à Cia Wetzel Industrial, fabricante de velas e sabão. Esta produção foi artesanalmente iniciada em 1856 por Friedrich Wetzel, que deixou o pequeno negócio para seus filhos e netos. A empresa foi ampliada, a produção diversificada e o capital acumulado foi investido de acordo com as oportunidades do mercado de Joinville, que no início do século XX passou a se destacar no setor metalmecânico.⁹⁶

A Ciser, atualmente a maior fabricante de porcas e parafusos da América Latina, surgiu da expansão das atividades da loja de ferragens e ferramentas do imigrante Carl Schneider, mais tarde denominada de “Casa do Aço” (1881). Inaugurado em 1856, o curtume de Jacob Richlin forneceu os primeiros artigos de couro exportados pela colônia Dona Francisca e deu origem à “Richlin & Cia”, uma das mais importantes firmas comerciais de Joinville no século XX. Semelhantes são as histórias da Döhler S/A (1883), Fundição de ferro e metal de Wilhelm Motzkeit (1883), Comércio e Indústria Germano Stein S/A (1883), Emílio Stok & Cia (1888),

⁹⁶ Ternes, *História Econômica*, 92-93; “Antigas instalações da Wetzel dão lugar ao Centro Universitário de Joinville”, *A Notícia*, edição eletrônica de 27/2/2015; “Histórico”, in <http://www.wetzel.com.br/a-wetzel/historico>.

Oficinas mecânicas e fundições de Otto Bennack (1893) e Grossembacher & Trinks (1907), Cia Fabril Lepper (1907) e a Vogelsanger Empreendimentos, cuja história está ligada à serralaria e fábrica de barricas de Michael Vogelsange, que chegou à colônia Dona Francisca em 1852.⁹⁷

Essas empresas se desenvolveram no contexto de grandes mudanças econômicas e sociais no Brasil durante as últimas décadas do século XIX. A expansão do sistema de comunicação e transporte, a urbanização, o incremento do fluxo imigratório europeu, a abolição da escravidão e o aumento do mercado de trabalho assalariado foram determinantes para ampliação do mercado brasileiro. Por outro lado, a crescente acumulação de capital, proveniente sobretudo da lavoura cafeeira, o influxo de capitais estrangeiros e os grandes investimentos públicos e privados no setor de infraestrutura impulsionaram decisivamente no início da industrialização no país.⁹⁸ Portanto, a conjuntura nacional favorável e as condições internas existentes desde o início da colonização da Dona Francisca contribuíram para a diversificação industrial de Joinville.

Em resumo, desde o início da sua colonização em 1851, Dona Francisca contou com um número relativamente grande de artífices, operários e profissionais oriundos do meio urbano, o que fez surgir na colônia uma maior tendência ao comércio e à indústria. Nas décadas de 1870 e 1880, chegaram à Dona Francisca muitos imigrantes que deixaram a Alemanha para fugir da hostilidade e instabilidade geradas pela guerra franco-prussiana, que culminou na unificação alemã em 1871, e pela crise econômica europeia do final do século XIX (ver Capítulo 2). Muitos desses colonos eram trabalhadores qualificados ou com alguma experiência comercial ou industrial, e, ao lado dos operários e profissionais estabelecidos na colônia há mais tempo, constituíram a mão de obra especializada que, aproveitando a conjuntura nacional favorável e o impulso econômico gerado pelo beneficiamento e exportação do mate, fortaleceram o setor assalariado e impulsionaram o comércio de bens e serviços da colônia Dona Francisca. Com efeito, oficinas e casas comerciais expandiram-se, surgiram novos estabelecimentos comerciais e foram fundadas pequenas manufaturas e indústrias para atender à crescente demanda local. Ao mesmo tempo, desenvolveu-se outro importante ramo da atividade econômica na colônia Dona Francisca: a criação de animais domésticos e de tração. Veja-se a seguir como ocorreu esse desenvolvimento.

⁹⁷ Ternes, *História Econômica*, Cap. 7; Rocha, “Industrialização”, 40-41; “Histórico”, in <http://www.ciser.com.br;http://vogelsangerempreendimentos.com.br>.

⁹⁸ Warren Dean, *A industrialização de São Paulo: 1880-1945*. Tradução de Octavio Mendes Cajado (São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971); Prado Jr., *História*, Cap. 20; Furtado, *Formação*, Caps. XXV e XXVI; Alcides Goularti Filho, *Formação econômica de Santa Catarina* (3ª edição. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016)

5.2.4 Atividade criatória

Devido à falta de pastos e ao alto preço do gado de corte e leiteiro, a criação de bovinos no início da colonização da Dona Francisca foi bastante reduzida. “Somente entre os colonos mais abastados alguns criaram bezerros”, salientou o quarto relatório da direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, sendo mais comum entre os colonos a criação de suínos e aves.⁹⁹ Além de os custos de aquisição e manutenção desses animais serem relativamente mais baixos, aves e suínos satisfaziam as necessidades de consumo de carne da família e ainda forneciam ovos, penas e banha, que serviam para o consumo doméstico e também para serem trocados ou vendidos no mercado.¹⁰⁰

Deste modo, não existia gado de corte nos primeiros anos da Dona Francisca, sendo ela geralmente abastecida com a carne bovina vinda do planalto de Curitiba, através da Estrada de Três Barras. Mais importante para a dieta do colono e à economia da família era o gado leiteiro, que fornecia leite e permitia a produção de queijo e manteiga, produtos que serviam tanto para a subsistência dos colonos como para a troca ou venda no mercado. Igualmente importantes eram os animais utilizados no transporte de pessoas e mercadorias da área rural ao centro da colônia. Sempre que possível, os colonos, principalmente os estabelecidos nos distritos rurais, adquiriam um ou dois animais de tiro ou tração (cavalos, bois, mulas) e uma ou mais vacas. A Tabela 5.14 apresenta uma síntese da evolução da atividade criatória na colônia Dona Francisca no período 1859-1874.

Tabela 5.14 – Evolução da atividade criatória na colônia Dona Francisca, 1859-1874

Criação	1859	1862	1866	1867	1868	1870	1872	1873	1874
Aves		11.504		13.063	13.600	14.700	15.000	25.000	26.000
Suínos	1.092	2.711	3.120	2.431	2.520	2.740	2.698	3.214	3.414
Cavalos	131	193	523	687	725	793	892	920	980
Gado bovino	150	536	1.673	1.725	1.740	1.623	1.684	1.795	1.900
Muares			11	11	15	21	45	116	116
Cabras	49	79	52	45	50	102	194	201	201
Ovelhas			132	112	120	140	264	175	175

Fonte: Relatórios da direção da Sociedade Colonizadora, vários anos. Traduções Helena R. Richlin. AHJ.

O crescimento dos rebanhos de animais de tração (gado bovino, cavalos e muares) na Dona Francisca acompanhou o ritmo de construção da Estrada da Serra. À medida que as obras avançavam, crescia o comércio entre a colônia e o planalto. Houve um expressivo aumento no

⁹⁹ “Quarto relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, julho de 1854”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ.

¹⁰⁰ Relatórios da direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, abril de 1853, set. de 1858 e set. de 1859. Traduções Helena R. Richlin. AHJ; Coutto Ferraz, “Colônia Dona Francisca”, 5, in Brasil, *Relatorio... Ministro Sergio Teixeira de Macedo*, 1859; Rodowicz, *Colônia*, 85; Seyferth, *Colonização*, 65-66.

número de carroças de quatro rodas na Dona Francisca, as quais eram puxadas por quatro, seis ou mais animais de tração. A Figura 5.4 mostra que, no ano de 1861, existiam 30 dessas carroças na colônia; quatro anos depois esse número subiu a 112, saltando para 240 carroças em 1870. Ou seja, em apenas dez anos o número de carroças de quatro rodas na colônia multiplicou por oito.

Figura 5.4 – Número de carroças de quatro rodas na colônia Dona Francisca, 1861-1884

Fonte: Relatórios da direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, vários anos. Trad. Helena R. Richlin. AHJ.

Com o impulso do comércio de madeira e erva-mate nas décadas de 1870 e 1880, o número de carros de quatro rodas continuou crescendo na colônia Dona Francisca. Em 1879, transitavam nas ruas e estradas da colônia 500 carroças de quatro rodas; cinco anos mais tarde esse número subiu para 528, aumento de 120% em relação a 1870. Esse aumento pode ser interpretado como um indicativo de prosperidade da colônia, uma vez que as carroças coloniais de quatro rodas eram empregadas basicamente no transporte de mercadorias. Do mesmo modo, dado o preço elevado dos animais de tração e o fato de a pecuária extensiva não ter sido desenvolvida na colônia, o crescimento no número de bovinos, cavalos e muares (Tabela 5.14) também sugere um progressivo desenvolvimento econômico da colônia Dona Francisca.

5.3 Conclusões

Neste capítulo, analisou-se a formação do mercado de trabalho, a evolução da produção agrícola e manufatureira da colônia Dona Francisca e o processo inicial de industrialização de Joinville. Constatou-se que na Dona Francisca o trabalho assalariado, predominante, coexistiu com o trabalho escravos e, no início da colonização, com o regime de parceria experimentado por Bernhard Poschaan e Arthur Guiguer em seus empreendimentos agrícolas coloniais.

A maioria dos colonos da Dona Francisca, principalmente os recém-chegados, inicialmente dedicava pouco tempo ao cultivo de suas terras, preferindo, diante das circunstâncias e das oportunidades de ganhos imediatos, trabalhar como diaristas nas obras públicas de infraestrutura e para a direção da colônia e particulares. A constante demanda por trabalhadores, especialmente para abrir caminhos, construir e conservar estradas, ruas e pontes, favoreceu o desenvolvimento do assalariamento na colônia. Ao mesmo tempo, a presença, desde o início da colonização da Dona Francisca, de imigrantes relativamente abastados e de número substancial de artesãos, profissionais qualificados e colonos com experiência em atividades artesanais, contribuiu para promover a pequena produção de artigos manufaturados, incrementar o comércio de bens e serviço e aumentar a importância relativa da indústria e do trabalho assalariado na colônia.

Por quase vinte anos, a produção agrícola da Dona Francisca foi insuficiente para o consumo da sua população. No entanto, ao contrário do que pensavam alguns contemporâneos, por vários motivos essa insuficiência não representou um atraso no desenvolvimento econômico da colônia. Em primeiro lugar, no início da colonização da Dona Francisca foram cultivados diferentes gêneros agrícolas, tais como café, cana de açúcar, milho, arroz, mandioca, batatas, inhame, tabaco, feijão, frutas, hortaliças e temperos diversos. Assim, muito cedo se desenvolveu na colônia uma base agrícola bastante diversificada com experiências distintas em termos de cultivo.

Em segundo lugar, os preços elevados dos produtos comercializados na colônia e, sobretudo, o fato de grande parte dos colonos da Dona Francisca possuir conhecimento técnico ou habilidades artesanais, favoreceu o surgimento e desenvolvimento de dois importantes ramos de atividades manufatureiras. O primeiro ramo foi a pequena indústria doméstica de transformação da produção familiar, que incluía a fabricação da farinha de mandioca, açúcar, cachaça, queijo, manteiga, banha e doces de fruta. Esses produtos, inicialmente destinados ao consumo doméstico, foram posteriormente comercializados no mercado local e, mais tarde,

vendidos para outros mercados, contribuindo significativamente para o desenvolvimento do comércio da colônia.

O segundo ramo de atividade que surgiu na Dona Francisca foram as serrarias e as indústrias artesanais de velas e sabão, louças, telhas, tijolos, licores, cerveja, charutos, produtos de couro, ferro e madeira, especialmente selas, arreios, ferramentas, calçados, tábuas, mobílias e carroças. Foi sobretudo devido à exportação dessas manufaturas não agrícolas que em 1868 Dona Francisca registrou, pela primeira vez, saldo positivo nas suas trocas comerciais, o que continuou a ocorrer nos anos seguintes.

Em terceiro lugar, com o progresso da colonização da Dona Francisca, houve um incremento no número de imigrantes agricultores e profissionais qualificados, muitos deles oriundos do meio urbano. Estes, ao lado dos artesãos e operários já estabelecidos na colônia, puderam desde logo dedicar mais tempo a seus ofícios e à indústria artesanal, enquanto os colonos agricultores dedicavam-se quase exclusivamente à produção agrícola. Devido a essa especialização, houve aumento na produtividade agrícola e industrial da colônia, que, claramente, desenvolveu-se a partir de uma ampla divisão social do trabalho.

Outro fator decisivo para progresso econômico da colônia Dona Francisca foi a construção da Estrada da Serra. Construída entre 1858 e 1892, a estrada empregou muitos colonos da Dona Francisca e, em meados da década de 1870, integrou definitivamente a colônia à atividade ervateira do planalto norte catarinense. Logo foram instalados engenhos de mate em Joinville, que rapidamente se tornou o principal beneficiador e exportador de erva-mate de Santa Catarina. A crescente produção dos engenhos elevou a demanda por serviços especializados, estimulou a diversificação de novos setores da economia local, notadamente o setor metalomecânico (fundições, oficinas, fábricas de peças), ampliou o comércio de ferragens e contribuiu para a expansão do mercado de trabalho assalariado da colônia. A comercialização de erva-mate estimulou a fabricação de carroções, o que fez crescer o número de animais de tiro e tração. Como efeito, a produção de artigos de couro e ferraria foi ampliada; aumentou o comércio global de Dona Francisca; surgiram novos empreendimentos (fábricas de barricas, oficinas litográficas, estaleiros, companhias de navegação); houve significativo incremento no fluxo da renda e, então, pequenas casas de comércio se tornaram grandes empreendimentos comerciais, a produção de manufaturas foi expandida e foram instaladas as primeiras indústrias de tecidos, alimentos e bebidas de Joinville.

Na raiz do desenvolvimento da colônia Dona Francisca parece estar o fato de todos os colonos terem acesso à terra. Esse contexto dava ao imigrante a possibilidade de obter a sua subsistência de maneira independente e optar, conforme as circunstâncias e oportunidades, por dedicar mais ou menos tempo ao cultivo da sua propriedade.

No próximo capítulo, serão analisadas as questões que envolvem a propriedade da terra e suas implicações em termos de distribuição fundiária na colônia Dona Francisca.

CAPÍTULO 6

DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA NA COLÔNIA DONA FRANCISCA, JOINVILLE E SANTA CATARINA

Este capítulo investiga a desigualdade na distribuição da propriedade da terra na colônia Dona Francisca, hoje município de Joinville, um dos maiores e mais importantes núcleos de colonização europeia de Santa Catarina e do Brasil no século XIX. Para tanto, examinam-se os registros de proprietários de terras na colônia, os livros de lançamentos de impostos de Joinville de 1891 e o recenseamento agrícola do Brasil de 1920. A partir das informações extraídas dessas fontes primárias, analisa-se a distribuição da propriedade fundiária e são calculados indicadores e estatísticas que permitem avaliar a concentração da posse da terra na colônia Dona Francisca e em Joinville no final do século XIX e início do século XX.

O capítulo está dividido em oito seções. Na primeira discute-se a questão fundiária na formação de Santa Catarina. Em seguida, na segunda seção, oferece-se uma classificação e analisa-se a distribuição da propriedade fundiária na colônia Dona Francisca. A terceira seção trata do comércio de terras na colônia. Na sequência, examinam-se a organização e distribuição da propriedade fundiária e a aparente tendência à concentração da posse da terra na Dona Francisca. Depois, nas quinta, sexta e sétima seções, avalia-se a concentração fundiária na colônia, Joinville e Santa Catarina. Por fim, apresentam-se as conclusões do capítulo.

6.1 A questão fundiária na formação de Santa Catarina

Existe uma tradição na historiografia brasileira que enfatiza como excepcional a formação socioeconômica do sul do Brasil em relação às demais regiões do país, sobretudo no que diz respeito à estrutura agrária e à organização social e do trabalho.¹ Na visão de Caio Prado Júnior, o sistema de colonização do Rio Grande do Sul e Santa Catarina oferece particularidades que, segundo o autor, se distinguem nitidamente do conjunto da colonização brasileira. Nessas regiões, observou Prado Jr.,

[...] as terras a serem ocupadas são previamente demarcadas em pequenas parcelas – uma vez que não se destinavam às grandes lavouras tropicais [...] A propriedade fundiária é muito subdividida, o trabalho escravo é raro, quase inexistente, a população é etnicamente homogênea [...]. Trata-se em suma de comunidades cujo paralelo encontramos apenas, na América, em suas regiões temperadas, e foge inteiramente às normas da colonização tropical formando uma ilha neste Brasil de grandes domínios escravocratas e seus derivados.²

¹ Prado Jr., *História*; Furtado, *Formação*; Carneiro, *Imigração*; Petrone, *Imigrante*; Leo Waibel, *Capítulos de geografia tropical e do Brasil* (Rio de Janeiro: IBGE/CNG, 1958); Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, *Cor e mobilidade social em Florianópolis* (São Paulo: Cia Editora Nacional, 1960).

² Prado Jr., *História*, 96 e 190.

Para Prado Jr., o principal determinante do modelo inicial de colonização da região sul do Brasil foi a falta de condições naturais favoráveis à produção de gêneros tropicais de exportação. O latifúndio monocultor exportador escravista não teria se constituído como nas regiões do açúcar, predominando, no sul do país, o trabalho livre do colono europeu e a pequena propriedade agrícola. Em Santa Catarina, essa visão foi reiterada e reforçada nos estudos clássicos de Oswaldo Rodrigues Cabral, Walter F. Piazza e Fernando Henrique Cardoso.³

Enfatizando a relação entre estrutura fundiária e escravidão, Oswaldo Cabral afirma que, no processo de formação econômica e social de Santa Catarina, não se encontram aqueles “domínios que se instalaram alhures e que deram origem àquela nobreza fundada no poder territorial”. Ou ainda, na formação de Santa Catarina não se encontra nenhum domínio na “mesma categoria daqueles latifúndios cafeeiros e açucareiros existentes mais ao norte, nenhuma produção em larga escala, nenhum trabalho intensivo a exigir o maior emprego escravo [...]. Muito cedo iniciou-se então o regime da pequena propriedade e logo surgiu o trabalho livre”.⁴

Para Walter Piazza, o predomínio da pequena propriedade fundiária na formação de Santa Catarina limitou o emprego da mão de obra escrava em larga escala no território catarinense.⁵ Nas palavras desse historiador: “a grande propriedade agrícola, que carecia de mão de obra mais numerosa e mais barata, era raríssima no litoral catarinense e, só, existente em maiores proporções, no planalto, onde poucos homens, nas fainas do pastoreio, realizam a tarefa de apascentar grandes rebanhos”. Mais tarde, Piazza conclui sua análise dizendo: “na Capitania, depois província de Santa Catarina, a escravidão negra não teve as mesmas dimensões de outras partes do Brasil. Parcialmente tal [situação] se deve ao pequeno número de grandes propriedades agrícolas ou pastoris”.⁶

Em publicação posterior, Piazza sustenta que a utilização do trabalho escravo no território catarinense não se justificava economicamente, uma vez que Santa Catarina constituiu-se como região periférica, onde, segundo Piazza, a ausência da grande lavoura voltada para a exportação e o predomínio da pequena unidade de produção familiar teriam

³ Cabral, *História de Santa Catarina*; Walter F. Piazza, *O escravo numa economia minifundiária* (Florianópolis: Editora da UDESC; São Paulo: Resenha Universitária, 1975); *Escravidão*; Fernando Henrique Cardoso, *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas* (Florianópolis: Insular, 2000); Cardoso e Ianni, *Cor*.

⁴ Cabral, *História de Santa Catarina*, 205.

⁵ Walter F. Piazza, “Introdução à história da propriedade rural em Santa Catarina”, in *A Propriedade Rural*, organização Eurípedes Simões de Paula (São Paulo: Coleção da Revista de História, v. II, 1976), 627-680; *Escravidão*, 13-18, 75-120; *Escravo*, 156, 177-178, 219-220; *Colonização*, 84-236.

⁶ Piazza, *Escravo*, 156 e 219

restringido o investimento de capitais em mão de obra escrava. “Foi a existência da pequena propriedade, predominante, que mais acelerou o alijamento do braço escravo do cenário agrícola catarinense [...]”, assinalou Walter Piazza.⁷

Em outro trabalho, Piazza buscou demonstrar o predomínio da pequena propriedade rural na formação da estrutura fundiária catarinense. Para tanto, o autor utilizou um grande volume de documentos oficiais e a partir deles concluiu que, primeiro, Blumenau “era, inquestionavelmente, uma colônia de pequenas propriedades agrícolas”; segundo, a “distribuição que corresponde, hoje, à área urbana da cidade de Joinville, era povoada de pequenas, médias e grandes propriedades rurais”; terceiro, “o regime de concessão de terras aos casais açorianos demonstra [...] que não houve interesse em grandes concessões, e sim em pequenas glebas ocasionando, desde logo, a formação de minifúndios” no litoral catarinense.⁸

Embora Walter Piazza saliente que seu texto é um estudo introdutório, não se pode deixar de notar que o historiador não informa os critérios quantitativos e qualitativos utilizados para classificar pequena, média e grande propriedades rurais em Santa Catarina. O mesmo ocorre em diversos estudos específicos do desenvolvimento econômico catarinense. Por exemplo, nas importantes contribuições de Armen Mamigonian, Giralda Seyferth, Maria Luiza Renaux Hering, Idaulo José Cunha, Ondina Pereira Bossle e Apolinário Ternes, faltam dados quantitativos e informações qualitativas para avaliar a estrutura fundiária dos principais núcleos de colonização europeia de Santa Catarina, especialmente nas colônias Blumenau, Brusque e Dona Francisca, que, segundo esses autores, desenvolveram-se a partir do regime de pequena propriedade.⁹ No entanto, se nas colônias Blumenau e Brusque a maioria das famílias de imigrantes recebeu um lote de terra contendo de 25 a 35 hectares, na colônia Dona Francisca, embora a maior parte dos terrenos (61,4%) tivesse, em 1860, até 10 hectares, o tamanho das propriedades particulares na colônia variava de 875m² a 887 hectares, excetuando-se os domínios dos Príncipes de Joinville e de Schönburg-Waldenburg, que, respectivamente,

⁷ Piazza, *Escravidão*, 83

⁸ Piazza, “Introdução”, 655, 661, 678.

⁹ Armen Mamigonian, “Brusque: Estudo de geografia urbana e econômica”, in *Álbum do Centenário de Brusque* (Brusque: Edição da Sociedade Amigos de Brusque, 1960); “Estudos geográficos das indústrias de Blumenau”, *Revista Brasileira de Geografia*, v. 27, nº. 3 (jul/set, 1965), 389-481; “Geografia das indústrias de Santa Catarina”, *Atlas de Santa Catarina*, organização Revista Geosul (Florianópolis: GEOSUL, 1986); Idaulo José Cunha, *Evolução econômico-industrial de Santa Catarina* (Florianópolis: FCC, 1982); *O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil* (Florianópolis: Paralelo 27, 1992); Ondina Pereira Bossle, *História da industrialização catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro* (Florianópolis: CNI/FIESC, 1988); Hering, *Colonização*; Seyferth, *Colonização*; Ternes, *História econômica de Joinville*.

possuíam propriedades de 500 hectares e 1.898 hectares de terras improdutivas aguardando valorização.¹⁰

Desta forma, embora seja comumente reiterado na historiografia a predominância e importância da pequena propriedade na formação econômica e social catarinense, ainda não há estudos que forneçam dados quantitativos para avaliar adequadamente a estrutura fundiária de Santa Catarina durante o período de sua formação. Também pouco ou nada se pode afirmar sobre o grau de concentração da propriedade da terra no território catarinense no século XIX, nem mesmo nas principais áreas de colonização germânica de Santa Catarina (Blumenau, Joinville e Brusque), comumente destacadas por apresentarem uma organização econômica e social mais dinâmica e relativamente menos desigual, baseada na pequena propriedade e produção familiar. Nas próximas seções, apresentam-se evidências quantitativas que permitem avaliar em detalhes como era realmente a distribuição da propriedade fundiária e a concentração da posse da terra na colônia Dona Francisca e Joinville.

6.2 Classificação e distribuição fundiária na colônia Dona Francisca

Uma das principais dificuldades da análise da estrutura fundiária de qualquer região é a definição do conceito de pequena, média e grande propriedade. Essa dificuldade decorre do fato de espaços geográficos específicos possuírem características próprias (geografia, qualidade do solo, história, economia, organização social e do trabalho), o que dificulta transpor para outras áreas os aspectos e as categorias de determinados sistemas fundiários. Por exemplo, em artigo originalmente publicado em 1935, Caio Prado Júnior, baseado em características sociológicas típicas das fazendas paulistas, apresentou uma classificação fundiária para São Paulo. Pequenas propriedades foram definidas como aquelas que tinham até 25 alqueires; propriedades médias, de 25 a 100 alqueires; e grandes propriedades, aquelas com mais de 100 alqueires.¹¹ Em termos de hectares, a divisão seria correspondente a até 60,5 hectares para pequenas propriedades, entre 60,5 e 242 para médias e mais de 242 hectares para grandes propriedades.¹²

Leo Waibel, por sua vez, estudou as especificidades das propriedades coloniais do sul do Brasil. Analisando as características naturais (posição geográfica, qualidade do solo, clima e relevo), o tipo de colonização e o modelo de cultivo aplicado nas colônias do Brasil

¹⁰ “Décimo relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, setembro de 1861”. Trad. Helena R. Richlin. AHJ. Seyferth, *Colonização*, 47, 50, 54-55 e 60; Hering, *Colonização*, 41.

¹¹ Caio Prado Jr, “Distribuição da propriedade fundiária rural no Estado de São Paulo”, *Boletim Geográfico*, v.3, nº. 29, (Agosto, 1945), 692-693.

¹² 1 alqueire paulista = 2,42 hectares ou 24.200 m².

meridional, Waibel argumentou que 25 hectares de terras (cerca de 10 alqueires paulista) não eram suficientes para permitir a um trabalhador rural do século XIX prover o sustento de sua família. Para Waibel, a área mínima de um lote colonial no sul do país deveria ser de 55 a 65 hectares (22 a 27 alqueires paulista) em terras férteis e de 80 a 105 hectares (33 a 43 alqueires) em terras ruins.¹³

Já em seu estudo sobre a colonização alemã no Vale do Itajaí Mirim, região de Santa Catarina, Giralda Seyferth sustenta que uma propriedade rural contendo de 20 a 30 hectares não era suficiente ao sustento de uma família de colonos. Seyferth lembra que grande parte dos terrenos coloniais era formada por acidentes geográficos que restringiam a área cultivável do lote. Assim sendo, uma propriedade agrícola naquelas dimensões não permitia que o pousio das terras fosse muito longo, o que, segundo a autora, acabava esgotando o solo mais rapidamente.¹⁴

Em 1861, Johann Jakob von Tschudi já havia sustentado que, “no sistema agrícola brasileiro, no qual o solo é exaurido ininterruptamente”, uma propriedade de 25 hectares era insuficiente para sustentar uma família.¹⁵ Observando as características dos terrenos e o modo pelo qual se processava a limpeza dos lotes na colônia Dona Francisca em 1852, o colono Otto Wachsmuth afirma que uma propriedade rural de 12,5 hectares (cerca de 5 alqueires paulista) não era suficiente para uma família sobreviver.¹⁶ Também observando as condições locais da Dona Francisca, o imigrante Theodor Rodowicz estimava que, para uma família manter-se por conta própria na colônia, seriam necessários no mínimo 50 hectares de terras.¹⁷

Com base nas pesquisas de Leo Waibel e Giralda Seyferth e nas observações dos contemporâneos citados acima, parece razoável aceitar que um terreno contendo 50 hectares era a menor porção de terra necessária ao sustento de uma família de colonos agricultores na Dona Francisca no século XIX. Portanto, uma propriedade de 50 hectares na colônia pode ser classificada como pequena, o que se aproxima da tipologia de Caio Prado Júnior, que definiu pequenas propriedades como aquelas que possuem até 25 alqueires ou 60,5 hectares. Como observaram Renato Colistete e Maria Lúcia Lamounier, a classificação de Caio Prado Jr. não é sem seus problemas, mas é uma base útil para descrever padrões de posse de terras e permite compará-los com diferentes regiões brasileiras, em particular com as zonas cafeeiras paulistas.¹⁸

¹³ Waibel, *Capítulos*, 257.

¹⁴ Seyferth, *Colonização*, 60.

¹⁵ Tschudi, *Santa Catharina*, 365.

¹⁶ Relato do Dr. Wachsmuth, in in Böbel e S. Thiago, *Joinville*, 110-116.

¹⁷ Rodowicz, *Colônia*, 71.

¹⁸ Renato Perim Colistete, and Maria Lucia Lamounier, “Land inequality in a coffee economy: São Paulo during the early twentieth century”. Working Paper nº. 2014-1. Department of Economics, FEA-USP. 2014.

Assim, seguindo Caio Prado Jr., assume-se como pequenas as propriedades da colônia Dona Francisca com até 60,5 hectares; médias, as que têm entre 60,5 e 242 hectares; e grandes, as propriedades com mais de 242 hectares. De acordo com essa classificação, a Tabela 6.1 mostra que nos anos 1852 e 1860 as pequenas propriedades correspondiam a 98,6% dos terrenos distribuídos na colônia, enquanto as médias e grandes representavam 1,40% das propriedades na Dona Francisca. Em 1864, o número de pequenas propriedades aumentou 36,7% em relação ao ano de 1860, representando 99,3% do número de terrenos da colônia, contra menos de 1% das médias e grandes propriedades.

Tabela 6.1 – Distribuição dos terrenos particulares na colônia Dona Francisca, 1852-1864

Classificação	Número de propriedades					
	1852	%	1860	%	1864	%
Pequena	145	98,6	992	98,6	1.356	99,3
Média	1	0,7	9	0,9	6	0,4
Grande	1	0,7	5	0,5	4	0,3
Total	147	100	1.006	100	1.366	100

Fontes: Calculado dos registros proprietários de terras na colônia Dona Francisca, cxs 1 a 4, prat. 41. Série Sociedade Colonizadora. BR SCAHJ CF 12; Décimo e décimo terceiro relatórios da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, sete. de 1861 e out. de 1864. Traduções Helena Remina Richlin. AHJ.

Na Tabela 6.2 abaixo percebe-se que, nos anos de 1852 e 1860, o tamanho médio das propriedades na colônia Dona Francisca foi muito superior à mediana, o que indica uma distribuição assimétrica à direita, isto é, o tamanho de algumas propriedades era muito maior que a grande maioria dos terrenos na colônia, elevando a área média. Também é possível observar essa discrepância pela grande diferença entre os valores das áreas mínimas e máximas das propriedades, que em 1852 variavam de 2.500 m² (tamanho de 1,1% dos lotes) a 500 hectares, área da reserva do Príncipe de Joinville. As Figuras 6.1, 6.2 e 6.3 a seguir permitem visualizar a configuração dos terrenos na colônia nos três anos analisados.

Tabela 6.2 – Estatística descritiva dos terrenos particulares na colônia Dona Francisca, 1852-1864

Indicadores	1852	1860	1864
Área média (hectares)	11	13	12
Área mediana (hectares)	5	7	8
Desvio padrão	41,5	70	58
Coeficiente de variação	3,73	5,29	4,85
Área mínima (m ²)	2.500	875	250
Área máxima (hectares)	500	1.898	1.898
Número total de propriedades	147	1.006	1.366

Fontes: *Idem* Tabela 6.1.

Figura 6.1 – Distribuição dos lotes de terras na colônia Dona Francisca, 1852

Fonte: Rodowicz, *Colônia*, Anexo.

Figura 6.2 – Distribuição dos lotes de terras na colônia Dona Francisca, 1859

Fonte: “Carte der colonie Dona-Francisca in Süd-Brasilien”, in <https://gallica.bnf.fr>

Figura 6.3 – Distribuição dos lotes de terras na colônia Dona Francisca, 1868

Fonte: Arquivo pessoal de Dilney Cunha.

Nota-se na Tabela 6.2 que a diferença entre os valores das áreas mínimas e máximas das propriedades na colônia Dona Francisca em 1860 é ainda mais expressiva. Na época, coexistiam terrenos muito pequenos – 21% deles com menos de 1 hectare (o menor contendo 875m²) – com propriedades muito grandes, a maior delas com 1.898 hectares, que pertencia ao Príncipe de Schönburg-Waldenburg. Além disso, o desvio padrão e o coeficiente de variação aumentam significativamente de 1852 para 1860. Tais medidas significam que houve maior variação no tamanho dos terrenos, cujas dimensões, em 1860, eram mais dispersas em relação à média. No ano de 1864, apesar do aumento da disparidade entre as áreas mínimas e máximas, houve reduções na diferença entre a média e a mediana, no desvio padrão e no coeficiente de variação. Apesar desses declínios, os valores destas duas medidas de dispersão indicam a persistência de uma grande heterogeneidade na estrutura fundiária da colônia Dona Francisca.

A análise dos dados sugere que essa disparidade na distribuição da propriedade da terra na Dona Francisca decorre da presença de *outliers*, casos excepcionais, isto é, investidores proprietários de grandes extensões de terras que não residiam na colônia, ou que residiam mas não apresentavam características de um colono típico. No caso, as terras dos Príncipes de Joinville e de Schönburg-Waldenburg e as propriedades de Wilhelm Hühn, Ernst Merck, Arthur Guiguer, G. W. Schröder e Bernard Poschaan, sócios ou membros da Sociedade Colonizadora de Hamburgo que, visando adquirir ganhos futuros com a valorização e exploração econômica da terra, adquiriram terrenos relativamente grandes na Dona Francisca. A Tabela 6.3 apresenta a estatística descritiva das propriedades particulares na colônia excluindo esses *outliers* das distribuições.

Tabela 6.3 – Estatística descritiva dos terrenos particulares na colônia Dona Francisca sem *outliers*, 1852-1864

Indicadores	1852	1860	1864
Área média (hectares)	7	9	9
Área mediana (hectares)	5	7	8
Desvio padrão	6,46	12,51	11,42
Coeficiente de variação	0,90	1,43	1,23
Área mínima (m ²)	2.500	875	250
Área máxima (hectares)	37,5	291	291
Número total de propriedades	138	975	1.339

Fontes: Calculado dos registros proprietários de terras na colônia Dona Francisca, cxs 1 a 4, prat. 41. Série Sociedade Colonizadora. BR SCAHJ CF 12; Décimo e décimo terceiro relatórios da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, sete. de 1861 e out. de 1864. Traduções Helena Remina Richlin. AHJ.

Comparando os resultados das Tabelas 6.2 e 6.3, fica evidente o efeito dos *outliers* na distribuição da propriedade da terra na colônia Dona Francisca. Nota-se que, excluindo-se os *outliers* (Tabela 6.3), o tamanho médio das propriedades declina nos três anos analisados, aproximando-se da mediana. Ainda mais significativa é a queda expressiva nos desvios padrão e coeficientes de variação das distribuições. Apesar disso, a questão fundamental na análise da distribuição da propriedade da terra é o nível de concentração fundiária, que será analisado nas próximas seções. Antes, porém, é importante avaliar o comércio de terra na colônia Dona Francisca, que segundo contemporâneos apresentou uma nítida tendência especulativa.¹⁹

6.3 Comércio de terras na colônia Dona Francisca

Ao conceder parte das terras pertencentes ao patrimônio dotal da Princesa Dona Francisca à “Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo”, o Príncipe de Joinville reservou para si um terreno contendo 5 hectares na área urbana e 500 hectares de terras no distrito rural da colônia Dona Francisca, bem como o direito de explorar minas de qualquer natureza, conhecidas ou não, mesmo que essas estivessem em terras vendidas aos colonos.²⁰

Deduzida a área reservada ao Príncipe e aquelas destinadas à construção de praças, jardins, prédios e demais locais públicos, a Sociedade Colonizadora de Hamburgo planejou obter uma receita bruta de 318 mil marcos hamburgueses com a venda de 13.500 hectares de terras, sendo 250 hectares distribuídos igualmente em 1.000 lotes urbanos e 13.250 hectares a serem comercializados na área rural da colônia Dona Francisca. Os terrenos localizados na “Cidade de Joinville”, com 2.500 m² cada, custavam, inicialmente, de 25 a 30 mil-réis. Os preços das terras situadas na área rural variavam conforme a distância do centro da colônia e ocupação territorial, custando, em 1851, de 9\$600 a 14\$400 o hectare, para pagamento no prazo de três anos e sem juros. Depois desse período, eram cobrados juros de 6% ao ano.²¹

A Sociedade Colonizadora ainda planejava expandir a colonização da Dona Francisca para o interior, em direção à Serra Geral, que era o limite a oeste da colônia. Desde cedo, a Sociedade de Hamburgo tinha como objetivo explorar as terras do planalto de Curitiba e Lages, de onde, segundo a direção da empresa, o “mate, o gado e os produtos derivados da criação de

¹⁹ Tschudi, *Santa Catharina*, 361-362; Avé-Lallemant, *Santa Catarina*, 206-207; Coutto Ferraz, “Colônia Dona Francisca”, 21, in Brasil, *Relatorio... Ministro Sergio Teixeira de Macedo*, 1859.

²⁰ “Primeiro relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, março de 1851”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ; “Contrato de cessão de parte das terras dotais”. BR RJHGB Lata 216, doc. 21.

²¹ “Primeiro relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, março de 1851”. Tradução Helena R. Richlin; Coutto Ferraz, “Colônia Dona Francisca”, 20-21, in Brasil, *Relatorio... Ministro Sergio Teixeira de Macedo*, 1859; “Registro de lote de terra”, cxs 1 a 4, prat. 41. Série SCH. BR SCAHJ CF 12;

gado são exportados em quantidades significativas”.²² Na visão dos empresários hamburgueses, a colonização das terras do interior da colônia Dona Francisca contribuiria para estabelecer uma comunicação com os planaltos paranaense e catarinense, a qual garantiria o abastecimento de gado à colônia, o escoamento da produção dos colonos para o interior do Brasil e, ao mesmo tempo, permitiria à Sociedade controlar parte do importante comércio da erva-mate, gado e seus derivados. Com esses propósitos, já em 1852 a direção da colônia Dona Francisca fundou o núcleo de “Águas Vermelhas”, mais tarde denominado Annaburgo (hoje bairro Vila Nova), situado nas encostas da Serra Geral, mais ou menos a 8 km do centro da “Cidade de Joinville”.²³

Ressaltada a qualidade do solo da região, a direção da colônia prometia fazer de Annaburgo o centro agrícola da colônia e planejava estabelecer, a partir de Annaburgo, a estrada que ligaria Dona Francisca ao planalto de Curitiba. Por esse motivo, houve uma rápida valorização das terras comercializadas na “Vila de Annaburgo”, que chegavam a custar 40 mil-réis o hectare. A título de comparação, em 1856 o hectare nas outras áreas agrícolas da colônia custava de 12 mil a 16 mil-réis. Para as terras reservadas, o valor do hectare variava de 20 a 24 mil-réis e, na “Cidade de Joinville”, um terreno contendo 2.500 m² era vendido a 30 mil-réis.²⁴

Pelo alto preço das terras localizadas na “Vila de Annaburgo”, pode-se ter ideia da expectativa de progresso daquele núcleo colonial, que em 1857 já contava com 100 casas e uma escola para 80 crianças.²⁵ Mais tarde, porém, o traçado da estrada que ligaria Dona Francisca ao planalto de Curitiba foi modificado. Muitos colonos venderam suas propriedades e partiram para outras regiões, e assim “desapareceu para Annaburgo a esperança de um rápido desenvolvimento”, observou Johann Jakob von Tschudi.²⁶

Com a definição do novo traçado da Estrada da Serra, foi demarcado o local para criação do terceiro núcleo colonial da Dona Francisca, localizado às margens daquela estrada e a noroeste da “Cidade de Joinville”. Fundado em 15 de abril de 1859, o núcleo de Pedreira teria, de acordo com a direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, rápido progresso e significativa valorização devido a sua localização.²⁷ Em 1859, os primeiros lotes de terras foram

²² “Quinto relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, dezembro de 1855”. Trad. Helena R. Richlin. AHJ.

²³ Relatórios da direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, vários anos. Traduções Helena R. Richlin. AHJ.

²⁴ “Sexto relatório da direção Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, maio de 1857”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ; “Registro de Lote de Terra, 1852-1897”, cxs 1 a 4, prat. 41; “Livro caixa”, cxs 1 e 2, prat. 40. Série Sociedade Colonizadora. BR SCAHJ CF 12; Coutto Ferraz, “Colônia Dona Francisca”, 4, in Brasil, *Relatorio... Ministro Sergio Teixeira de Macedo*, 1859.

²⁵ “Sétimo relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, setembro de 1858”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ; Avé-Lallemant, *Santa Catarina*, 191.

²⁶ Tschudi, *Santa Catharina*, 353.

²⁷ As terras do núcleo de Pedreira fazem parte do atual distrito joinvilense de Pirabeiraba.

vendidos a 16 mil-réis o hectare, mas à medida que a construção da Estrada da Serra prosseguia em direção ao planalto e a colonização da Dona Francisca avançava, o preço das terras no distrito de Pedreira aumentava. Em setembro de 1862, Nicolaus König adquiriu 2 hectares de terras na região, pagando 40 mil-réis por hectare; dois anos depois, o mesmo König pagou 40 mil-réis por dois terrenos na região, cada um medindo 925 m². Em 1872, quando a Estrada da Serra já alcançava o planalto, o hectare de terra no distrito de Pedreira chegou a custar 200 mil-réis.²⁸

Para Johann Jakob von Tschudi, as terras na colônia Dona Francisca eram muito caras. Segundo Tschudi, “durante os seis primeiros anos de existência da colônia, [...] a maioria dos lotes distribuídos aos colonos passaram por várias mãos, sendo vendidos por preços cada vez mais altos”. Tschudi afirma que os valores estabelecidos eram imaginários e que “todos os moradores da Dona Francisca tinham interesse em manter esses valores ilusórios e artificiais”.²⁹ Comparando o preço médio de um terreno localizado na área rural da colônia Dona Francisca com o valor cobrado por um lote de terra semelhante em outras localidades da província de Santa Catarina, verifica-se que as terras na Dona Francisca eram, de fato, muito valorizadas. Por exemplo, na colônia Blumenau um terreno rural custava, em 1860, de 4 a 16 mil-réis o hectare, enquanto em outras localidades da província catarinense o preço das terras variava de 1 a 4 mil-réis o hectare, ou seja, de 3 a 16 vezes menos que um terreno de qualidade semelhante na colônia Dona Francisca.³⁰

Considerando a baixa qualidade do solo, o preço relativamente elevado das terras na Dona Francisca e o direito que tinham de escolher livremente onde se estabelecer, por que os colonos recém-chegados à Dona Francisca inicialmente optavam por adquirir um terreno e permanecer na colônia? A assimetria de informação poderia justificar a decisão dos colonos. Porém, como visto, antes de adquirirem um terreno, os imigrantes permaneciam alguns meses na casa de recepção e trabalhavam como diaristas na colônia. Eles também tinham contato com comerciantes de outras localidades, representantes dos governos imperial e provincial e viajantes que frequentemente visitavam a colônia (ver Capítulos 3 e 4). Portanto, é improvável que a falta de informações mais detalhadas sobre as condições reais da colônia seja relevante para explicar a decisão dos colonos de adquirir um terreno na Dona Francisca.

²⁸ “Sétimo relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, setembro de 1858”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ; “Registro de lote de terra”, cxs 1 a 4, prat. 41; “Livro caixa”, cxs 1 e 2, prat. 40. Série Sociedade Colonizadora. BR SCAHJ CF 12; Coutto Ferraz, “Colônia Dona Francisca”, 4, in Brasil, *Relatorio... Ministro Sergio Teixeira de Macedo*, 1859.

²⁹ Tschudi, *Santa Catharina*, 361-362.

³⁰ *Ibidem*, 365; “Relatórios do Dr. Blumenau”, *Blumenau em Cadernos*, t. VII, nº 7, (Jun. 1965), 144.

Parece mais razoável considerar que, diante do fato de a maioria dos colonos possuir pouco ou nenhum recurso financeiro, tenha pesado na decisão individual dos imigrantes a real possibilidade de adquirir um terreno com longo prazo de financiamento. A Sociedade Colonizadora vendia lotes de terras na Dona Francisca por hipoteca, inicialmente com prazo de três anos e sem juros nominais. Na prática, porém, a Sociedade embutia os juros no preço dos terrenos e, na maioria dos casos, depois do término do prazo de três anos, refinanciava a dívida do colono com juros na ordem de 6% ao ano. Portanto, uma possível explicação para o fato de os terrenos na Dona Francisca serem mais caros que em outras colônias de Santa Catarina é que a Sociedade Colonizadora de Hamburgo não comercializava apenas terras, mas também crédito de longo prazo. Em Blumenau, por exemplo, o fundador e diretor da colônia, Dr. Hermann Blumenau, geralmente exigia das famílias de imigrantes comprovação de que possuíam dinheiro suficiente para pagarem suas despesas de viagem da Europa para a colônia, adquirirem um terreno à vista e cobrirem as despesas iniciais da instalação da família. Para alguns colonos com pouco ou sem nenhum recurso financeiro, Dr. Blumenau concedia crédito com juros e prazo máximo de três anos para aquisição de um terreno contendo de 1,25 a 12,5 hectares. Porém, como não possuía dinheiro suficiente, Dr. Blumenau não podia conceder crédito e auxiliar os colonos sem distinção e restrição, como ele mesmo ressaltou em obra publicada na Alemanha em 1856. Além disso, Dr. Blumenau impunha condições e reserva do direito de “cancelar e antecipar o prazo de vencimento, ou sequer prestar ajuda” a determinados colonos.³¹

Na colônia Dona Francisca os colonos podiam adquirir terrenos sem restrição de limites de área. Em Blumenau, o tamanho dos lotes deveria, em geral, ser proporcional ao tamanho e capacidade de trabalho da família. Segundo Dr. Blumenau, “a maioria dos imigrantes está obcecada em adquirir muitas terras, independente se precisam ou não das mesmas”.³² Giralda Seyferth explica que essa obsessão dos colonos alemães é resultado de três fatores principais: disponibilidade de terras devolutas; tamanho da colônia; e a tradição alemã. Segundo a autora, a contínua entrada de imigrantes tornava as terras disponíveis mais escassas e mais distantes a cada ano. Ao mesmo tempo, o tamanho da propriedade de uma família típica de colonos agricultores, em geral menor que 30 hectares, limitava a subdivisão do solo entre os filhos depois de eles casarem ou após morte do progenitor. Os arranjos feitos no processo de herança dos colonos germânicos e seus descendentes estabelecidos em Santa Catarina, geralmente seguiam a tradição familiar dos camponeses alemães. Na maior parte dos casos, a terra passava

³¹ Dr. Hermann Blumenau, *A colônia alemã Blumenau*, 99-100.

³² *Ibidem*, 82.

do pai para o filho mais novo ou mais velho, conforme a tradição (ver Capítulo 2). No entanto, esse costume confrontava com a legislação brasileira, que assegurava a partilha igualitária dos bens entre os herdeiros.³³ “Em consequência”, observou Seyferth, “a aquisição de terras era a principal meta do chefe da família”.³⁴

Portanto, o acesso ao crédito para financiar sua passagem e adquirir um lote de terra sem restrições de tamanho tornava Dona Francisca mais atraente para os imigrantes sem recursos, mesmo que os terrenos na colônia tivessem preços elevados. Além disso, para que os colonos obtivessem meios para pagar suas hipotecas, a Sociedade Colonizadora incentivou, e mesmo favoreceu, a imigração de colonos relativamente abastados, cujos investimentos na colônia Dona Francisca ajudariam a manter os imigrantes pobres até que eles pudessem extrair da terra o necessário ao seu sustento (ver Capítulos 2 e 4).³⁵ Como visto, as obras de construção e expansão da colônia também empregaram grande parte dos colonos, assim como as obras públicas de infraestrutura (Capítulo 5). Ao mesmo tempo, os imigrantes podiam trabalhar nas suas terras, optando livremente a se dedicar às atividades que lhes oferecessem maiores possibilidades de ganhos. Aqueles que obtinham algum sucesso geralmente eram apresentados como exemplo, servindo para motivar os imigrantes estabelecidos e atrair outros europeus.³⁶

6.4 A organização política na colônia: Lei Fundamental e a Associação de Proprietários da Colônia Dona Francisca

Ao adquirir um terreno na colônia Dona Francisca, o adquirente recebia um título de propriedade (*Kaufbrief*) emitido pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo.³⁷ O documento garantia o direito à propriedade e estabelecia obrigações aos proprietários e a seus herdeiros, dentre as quais manter em boas condições a parte da rua ou estrada em frente ao seu terreno e o pagamento anual de uma taxa não inferior a 2 mil-réis para cada chaminé existente na propriedade. Os valores arrecadados deveriam ser empregados na construção e manutenção de igrejas, hospitais, escolas ou na construção de estradas, pontes, poços ou qualquer outra finalidade comum. O *Kaufbrief* ainda determinava que o proprietário do terreno deveria

³³ Ernest Wagemann, *A colonização alemã no Espírito Santo* (Rio de Janeiro: IBGE, 1949), 95-96. Ao analisar a colonização alemã no Espírito Santo, Ernest Wagemann relata que, durante anos, herdeiros e descendentes de colonos alemães usufruíam das terras segundo a tradição alemã sem regularizar as propriedades herdadas. Segundo Wagemann, isso provocou uma série de conflitos judiciais entre juízes de comarca e herdeiros de imigrantes germânicos; Seyferth, *Colonização*, 80-82.

³⁴ Seyferth, *Colonização*, 80-82.

³⁵ Primeiro e segundo relatórios da Sociedade Colonizadora, março de 1851 e maio de 1852. Trad. Helena Richlin.

³⁶ Relatórios da direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo. Traduções Helena R. Richlin; *Millheilungen Betreffend die Deutsche Kolonie Dona Francisca*, nº 1, agosto de 1852; nº 3, out. de 1852; nº 2, fev. de 1853.

³⁷ Cópia no Apêndice B, Figura B4.

construir, dentro de quatro meses, uma moradia e, no prazo de seis meses a partir da data de aquisição do lote, desmatar e iniciar o cultivo de parte das suas terras.³⁸

Nessas condições, entre março de 1851 e dezembro de 1852, foram distribuídos cerca de 150 terrenos aos colonos da Dona Francisca.³⁹ A maior parte desses terrenos foi vendida a prazo, ficando o lote registrado e hipotecado em nome do comprador até que fosse quitado. A outra parte foi distribuída aos acionistas da “Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo”, que, conforme previsto nos estatutos da empresa, optaram pelo direito preferencial de escolher uma ou mais propriedades na colônia, trocando suas ações por terras, sem no entanto deixarem de ter direito aos dividendos (ver Capítulo 3).

Alguns dos acionistas da Sociedade Colonizadora que optaram por receber terras na colônia logo se estabeleceram como proprietários na Dona Francisca e, ao lado dos funcionários da empresa colonizadora e de colonos eminentes, organizaram aquela sociedade colonial nascente. Entre os nomes de maior destaque dessa sociedade encontram-se Léonce Aubé, Benno von Frankenberg, Bernhard Poschaan Jr., Jacob Daniel Hoffmann, Adolph Haltenhoff, Capitão Theodor von Rodowicz, Tenentes Otto Niemeyer e M. Meyer, Dr. Moeller, Dr. Krebs, Bernhard Bemba, Friedrich Heeren, Ottokar Dörffel, August Wunderwald, Heinrich Lepper, Zacharias Hasselmann, Carl Pabst, Louis Niemeyer e Carl Lange. Esses eram importantes representantes de um embrião da elite local, composta basicamente pelos membros da direção da colônia, colonos relativamente abastados, ex-oficiais militares e imigrantes com formação técnica ou acadêmica, que orientaram a formação de importantes instituições na colônia, dentre elas a “Lei Fundamental” (1853) e a “Associação de Proprietários” (1856) da Dona Francisca.⁴⁰

Com 34 parágrafos, a “Lei Fundamental” da colônia Dona Francisca foi uma espécie de constituição da colônia, a qual, respeitando as leis brasileiras, organizou a sociedade local, garantindo direitos mais amplos e maior participação dos colonos na formação daquela sociedade colonial. Aprovada em 23 de janeiro de 1853, a “Lei Fundamental” da colônia constituiu a “Comuna”, que conforme o documento era formada por “todos os colonos que se encontram na colônia e aqueles que para ela vierem para o futuro, à exceção dos que, por decisão da Comuna, forem recusados”. A Comuna foi definida como “poder legislativo” da

³⁸ “Registro de lote de terra”. BR SCAHJ CF. Série Sociedade Colonizadora, cxs 1 a 4, prat. 41.

³⁹ “Sétimo relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, setembro de 1858”. Trad. Helena Richlin. AHJ; “Registro de lote de terra”. Série Sociedade Colonizadora, cx 1, prat. 41. BR SCAHJ CF 12.

⁴⁰ “Registro de Lote de Terra”, Série Sociedade Colonizadora, cxs 1 e 2, prat. 41. BR SCAHJ CF 12; Rodowicz, *Colônia*, 106-109; Avé-Lallemant, *Santa Catarina*, 183; Ficker, *História de Joinville*, 123-124, 148, 166-172; Cunha, *História do trabalho*, 79.

Dona Francisca, sendo representada por um “Conselho Comunal” composto por cinco membros e dois suplentes eleitos. A esse conselho cabia zelar pelos interesses comuns dos colonos, propor projetos de leis, elaborar o orçamento, administrar a propriedade pública e apresentar relatórios mensais e semestrais de seus atos à Comuna. A Lei ainda definia os direitos e deveres dos colonos, regulava o poder judiciário, as eleições e a assembleia popular.⁴¹

Em 1856, os dispositivos da “Lei Fundamental” da colônia foram extintos e o “Conselho Comunal” foi substituído pela *Gemeindevorstand* (Conselho Comunitário), cujos poderes foram limitados a estipular e arrecadar impostos dos colonos para investir na conservação de estradas, caminhos e pontes e fiscalizar a execução das obras nas vias de comunicação da colônia. Os recursos aplicados para aqueles fins eram obtidos pela cobrança de imposto territorial e taxas sobre montarias, mulas e animais de carga que todos os proprietários deveriam pagar. Para gerir a arrecadação e aplicação dos recursos, a colônia foi dividida em vários distritos, cujos moradores proprietários de terras elegiam um representante como responsável pela administração dos impostos que eles pagavam. Os representantes dos distritos formavam a *Vertreterschaft* (Conselho de Representantes) da *Verein der Grundbesitzer* (Associação de Proprietários de Terras) da Dona Francisca, que, por sua vez, elegia o “Conselho Comunitário” da Comuna.⁴²

Com a criação do município de Joinville, em 1868, o “Conselho Comunitário” foi dissolvido. Porém, nas eleições realizadas nos dias 7 e 8 de setembro daquele ano, alguns dos principais representantes da extinta “Associação de Proprietários” da colônia foram eleitos como conselheiros municipais. Foi o caso de Bernhard Poschaan Jr., Benno von Frankenberg e Adolph Haltenhoff, este também eleito como Juiz de Paz e presidente da Câmara Municipal.⁴³

Esses e outros colonos destacados formaram um grupo de proprietários influentes na Dona Francisca, cujo prestígio e influência não decorriam apenas do fato de pertencerem à administração da colônia, mas também ao seu poder econômico, também manifestado pela posse da terra. Por exemplo, em 1851, Georg A. Otto Niemeyer adquiriu 21 hectares de terras, igualmente divididos em dois terrenos, ambos localizados na *Matthiasstrasse* (Rua Matthias), no centro da colônia. Nessa mesma rua, Otto Niemeyer também comprou à vista, em 10 de

⁴¹ “Contrato de cessão de parte das terras dotais...”. BR RJHGB Lata 216, doc. 21; “Projeto de Lei Fundamental da colônia Dona Francisca”. BR RJHGB DL 794.3. Cópias no Apêndice C, Documentos C2 e C3.

⁴² Sexto e décimo oitavo relatórios da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, maio de 1857 e novembro de 1869. Traduções Helena R. Richlin. AHJ.

⁴³ “Décimo oitavo relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, novembro de 1869”. Tradução Helena R. Richlin; Ficker, *História de Joinville*, 172 e 260.

agosto de 1852, o lote de nº 89, com 14 hectares, tornando-se assim proprietário de 35 hectares de terras na área central da Dona Francisca. Na mesma época, Benno von Frankenberg estabeleceu-se na colônia como proprietário de um terreno com aproximadamente 37 hectares, enquanto Bernhard Poschaan Jr. e Zacharias Hasselmann, possuíam respectivamente 40,5 e 71 hectares de terras na colônia, distribuídos em diferentes propriedades. Outros dois importantes proprietários na Dona Francisca eram Wilhelm Hühn e Arthur Guiguer, que não residiam na colônia. Juntos, Niemeyer, Frankenberg, Poschaan Jr., Hasselmann, Hühn e Guiguer possuíam 18% da área total das propriedades particulares da colônia em fins de 1852. O Príncipe de Joinville, que naquele ano aparece como o maior proprietário da Dona Francisca, possuía uma reserva de 500 hectares de terras improdutivas aguardando valorização, o que representava 30,6% da área total dos terrenos distribuídos na colônia até fins 1852. A Tabela 6.4 lista os maiores proprietários de terras na Dona Francisca naquele ano.

Tabela 6.4 – Maiores proprietários de terras na colônia Dona Francisca em fins de 1852

Proprietários	Nº do Lote	Área da Propriedade	Localização	
			Original	Tradução
Benno von Frankenberg	35	37 hectares	Nordstrasse	Rua do Norte
Arthur Guiguer	138	62 hectares	Guigerestrasse	Estrada Guiguer
B. Poschaan	134	2.500 m ²	Caxoeirastrasse	Rua Cachoeira
	86	2.500 m ²	Zigeleistrasse	Rua da Olaria
	36	9 hectares	Zigeleistrasse	Rua da Olaria
	127	6 hectares	Matthiasstrasse	Estrada Matthias
	184	25 hectares	Mittelweg	Caminho do Meio
G. A. O. Niemeyer	10	10,5 hectares	Matthiasstrasse	Estrada Matthias
	11	10,5 hectares	Matthiasstrasse	Estrada Matthias
	89	14 hectares	Matthiasstrasse	Estrada Matthias
Zacharias Hasselmann	43	25 hectares	Carolinenstrasse	Estrada da Carolina
	112	30 hectares	Schweizerstrasse	Estrada dos Suíços
	149	16 hectares	Nordstrasse	Estrada dos Suíços
Wilhelm Hühn	117	46 hectares	Caxoeirastrasse	Rua Cachoeira
	133	5.000 m ²	Nordstrasse	Rua do Norte
Príncipe de Joinville	137	5 hectares	Prinzenstrasse	Rua do Príncipe
	275	500 hectares	Langestrass	Estrada Lange

Fonte: “Registro de lote de terra”. Série Sociedade Colonizadora, cxs 1 e 2, prat. 41. BR SCAHJ CF 12.

Em 1860, o levantamento de proprietários de terras na colônia Dona Francisca revela um expressivo aumento das posses de Bernhard Poschaan Jr. Em 1852, Poschaan Jr. possuía 40,5 hectares de terras distribuídos em 5 diferentes propriedades (Tabela 6.4). Oito anos depois, com 13 propriedades, Poschaan Jr. concentrava uma área total de 1.096 hectares. Assim, Poschaan Jr. tornou-se o segundo maior proprietário de terras da colônia, atrás apenas do Príncipe de Schönburg-Waldenburg, que possuía uma propriedade com aproximadamente 1.900 hectares de terras na Dona Francisca. Localizada na margem direita do Rio Pirai-Piranga, essa grande propriedade do Príncipe de Schönburg foi adquirida em 1857 e permaneceu aguardando valorização por mais de 40 anos, até que foi comprada pela “Sociedade Hanseática de Colonização”, sucessora da “Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo”. Também com o propósito de obter ganhos com a valorização futura das terras da colônia, nos anos 1850 os comerciantes hamburgueses Georg W. Schröder e Ernst Merck, acionistas da Sociedade Colonizadora, adquiriram muitas terras na Dona Francisca.

Em 1860, Bernhard Poschaan Jr., Ernst Merck, G. W. Schröder, Wilhelm Hühn e os Príncipes de Joinville e de Schönburg-Waldenburg possuíam, juntos, mais de um terço da área total das propriedades particulares da colônia Dona Francisca. Foi essa realidade que fez alguns contemporâneos que visitaram a colônia alertar sobre os riscos que grandes proprietários e a especulação poderiam causar ao futuro daquele empreendimento colonial. Na opinião de Avé-Lallemant, “gente rica na Europa ali possui terras que sobem de preço com o suor dos colonos que se estabelecem perto delas” e “para a lavoura brasileira e para a colonização, os pequenos é que são uma benção, e não os grandes”.⁴⁴

Também o Ministro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz advertiu: “é lícito a qualquer um comprar a porção de terrenos que julgar conveniente, seja qual for a sua extensão. Parece-me que [não haver limite máximo] pode dar lugar a inconvenientes dignos de atenção em uma colônia destinada a servir de centro de atração de imigrantes”. Para Coutto Ferraz, não havendo um limite para aquisição de terras, “pessoas com grandes somas de capitais disponíveis [...] na esperança de maior lucro, podem comprar uma porção considerável de terras, [...] conservá-las, entretanto, muito tempo sem cultura”. Nessa situação, sugeriu ele a exemplo de Avé-Lallemant, “não será inútil, e antes vantajoso, a providência que tivesse por fim obrigar os que comprassem terrenos a cultivar dentro de determinado prazo [...] sob pena de comissão ou outra qualquer”.⁴⁵

⁴⁴ Avé-Lallemant, *Santa Catarina*, 206-207.

⁴⁵ Coutto Ferraz, “Colônia Dona Francisca”, 21, in Brasil, *Relatorio... Ministro Sergio Teixeira de Macedo*, 1859.

Na avaliação de Johan Jakob von Tschudi, “durante os seis primeiros anos de existência da colônia [...] a maioria das terras distribuídas aos primeiros colonos passaram por várias mãos”, tendo sido “estabelecidos valores imaginários para essas propriedades e todos os habitantes de Dona Francisca”. Ainda conforme Tschudi, a especulação de terras nos primeiros anos de colonização da Dona Francisca foi favorecida pelos membros da direção da colônia.⁴⁶

6.5 Concentração da posse da terra na colônia Dona Francisca

A Tabela 6.5 oferece um conjunto de indicadores que permite uma análise mais precisa da desigualdade fundiária na colônia Dona Francisca. Foi calculada a proporção da área apropriada pelos estratos superiores, 1%, 5% e 20% dos proprietários da colônia, bem como os 50% e 20% da faixa inferior. Para sintetizar o grau de desigualdade na posse da terra na colônia Dona Francisca, foi estimado o coeficiente de concentração de Gini, que varia de 0 (perfeita igualdade) a 1 (desigualdade perfeita), de modo que, quanto mais próximo o coeficiente estiver de 1, mais desigual é a distribuição.⁴⁷

Tabela 6.5 – Percentual de concentração fundiária e índice de Gini da posse da terra na colônia Dona Francisca, 1852-1864

Área de terra apropriada	1852	1860	1864
1% superior dos proprietários	30,9	37,4	27,6
5% superiores dos proprietários	46,7	49,6	37,3
20% superiores dos proprietários	67,0	68,3	58,9
50% inferiores dos proprietários	10,8	11,8	17,0
20% inferiores dos proprietários	1,1	1,0	1,6
Índice de Gini	0,657	0,660	0,558

Fontes: Calculado dos registros proprietários de terras na colônia Dona Francisca, cxs 1 a 4, prat. 41. Série Sociedade Colonizadora. BR SCAHJ CF 12; Décimo e décimo terceiro relatórios da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, set. de 1861 e out. de 1864. Traduções Helena R. Richlin. AHJ.

Comparando as Tabelas 6.1 e 6.5, vê-se que o maior número de pequenas propriedades não resultou em menor desigualdade na posse da terra entre os proprietários na colônia Dona Francisca nos anos 1852 e 1860. No primeiro ano, 1% dos proprietários concentrava 30,9% da área total das propriedades particulares da colônia, enquanto os 50% da faixa inferior possuíam apenas 10,8% das terras (Tabela 6.5). Ainda mais significativo é o fato de que os 5% dos proprietários do estrato superior concentravam mais de dois quintos da área total dos terrenos

⁴⁶ Tschudi, *Santa Catharina*, 361-362.

⁴⁷ As estimativas do índice de Gini e a metodologia de análise seguem Rodolfo Hoffmann, *Distribuição de Renda: medidas de desigualdade e pobreza* (São Paulo: EDUSP, 1998), Cap. 3; “Estimação da desigualdade dentro de estratos no cálculo do índice de Gini e da redundância”, *Pesquisa e Planejamento Econômico* (Rio de Janeiro, 9(3), dez. 1979), 719-738; Colistete and Lamounier, “Land inequality”.

distribuídos na colônia até fins de 1852. Essa desigualdade é sintetizada pelo índice de Gini da posse da terra, igual a 0,657. Em 1860, a concentração fundiária na colônia Dona Francisca é ainda maior, com aumento da área apropriada pelos estratos superiores dos proprietários. Os 5% dos proprietários concentravam, em 1860, quase a metade da área total das propriedades particulares da colônia. O Gini de 0,660 também reflete essa desigualdade.

A análise dos dados sugere que a desigualdade na apropriação da propriedade da terra na colônia Dona Francisca resulta da disparidade entre os extremos da distribuição. Ou seja, essa discrepância parece ser resultado da distorção causada pela presença de *outliers*, no caso Ernst Merck, Arthur Guiguer, Wilhelm Hühn, Georg W. Schröder e os Príncipes de Joinville e de Schönburg-Waldenburg, que não residiam na colônia, e Bernhard Poschaan Jr, estabelecido como importante proprietário de terras na Dona Francisca. Excluindo esses sete proprietários de terras da análise, acha-se uma distribuição fundiária muito mais dispersa e democrática naqueles três anos, como mostra a Tabela 6.6.

Tabela 6.6 – Percentual de concentração fundiária e índice de Gini da posse da terra na colônia Dona Francisca excluindo os *outliers* das distribuições, 1852-1864

Área de terra apropriada	1852	1860	1864
1% superior dos proprietários	7,2	9,5	7,2
5% superiores dos proprietários	21,5	24,2	19,2
20% superiores dos proprietários	48,7	51,8	46,7
50% inferiores dos proprietários	17,0	17,9	22,0
20% inferiores dos proprietários	1,6	1,5	2,1
Índice de Gini	0,484	0,492	0,429

Fontes: *Idem* Tabela 6.5.

Comparando as Tabelas 6.5 e 6.6, é significativo o declínio nos índices de Gini de 0,657 para 0,484 em 1852, de 0,66 para 0,492 em 1860, e de 0,558 para 0,429 em 1864, comprovando a distorção que os *outliers* provocavam nas distribuições. A Tabela 6.7 sintetiza a variação nos índices de Gini estimados com e sem a presença de *outliers* nas distribuições.

Tabela 6.7 – Índice de Gini da posse da terra na colônia Dona Francisca com e sem *outliers*, 1852-1864

Anos	Índice de Gini	
	Gini com todos os proprietários	Gini sem <i>outliers</i>
1852	0,657	0,484
1860	0,660	0,492
1864	0,558	0,429

Fontes: Tabelas 6.5 e 6.6.

Nota: o primeiro Gini inclui todos os proprietários de terras na colônia Dona Francisca, enquanto o segundo Gini apresenta o resultado excluindo os *outliers* das listas de proprietários na colônia em 1852, 1860 e 1864.

Voltando às Tabelas 6.5 e 6.6, nota-se que, em comparação aos anos anteriores, em 1864 houve uma queda significativa na proporção das terras apropriadas pelos estratos superiores e uma distribuição menos desigual entre todos os estratos, o que também é confirmado pelo índice de concentração de Gini. Essa queda na desigualdade na apropriação de terras na colônia Dona Francisca é verificada com e sem a presença de *outliers* nas distribuições. Como houve aumento no número de terrenos e não ocorreram mudanças significativas no tamanho das áreas apropriadas pelos grandes proprietários, tudo indica que a redução do grau de desigualdade na distribuição da terra na Dona Francisca é resultado do acréscimo do número de pequenas propriedades, o que elevou a área total abaixo da mediana da distribuição sem que houvesse alterações significativas no tamanho das terras apropriadas por indivíduo.

É importante deixar claro que os indicadores apresentados nas Tabelas 6.5 e 6.6 medem o grau de concentração da área total apropriada pelos proprietários de terras na colônia Dona Francisca, ou seja, não são incluídos nas estimativas os não proprietários, que compreendem os colonos recém-chegados e ainda não estabelecidos. Também ficam de fora arrendatários, agregados, inquilinos e outras pessoas que viviam na colônia, mas não foram incluídos nos levantamentos da direção ou não constam como proprietários de terras nos registros da Sociedade Colonizadora de Hamburgo. Portanto, os indicadores acima devem ser entendidos como as estimativas mais baixas da concentração de terra, pois a inclusão dos não proprietários tenderia causar um aumento nos índices de desigualdade fundiária na Dona Francisca. Por outro lado, antes de 1860, o arrendamento de terras ocorreu basicamente fora dos limites da colônia, nas terras do “Domínio dos Príncipes”.

6.6 Concentração fundiária em Joinville no final do século XIX

Planejando expandir a colonização ao longo do Rio Itapocu, e, assim, estabelecer uma segunda ligação entre Joinville e São Bento e aproximar as colônias Dona Francisca e Blumenau, a Sociedade Colonizadora de Hamburgo deliberou a colonização de parte das terras pertencentes ao patrimônio dotal da Princesa Dona Isabel, filha de D. Pedro II, casada com Luís Filipe Gastão de Orléans, Conde d’Eu, sobrinho do Príncipe de Joinville. Localizadas no Vale do Rio Itapocu, as terras do Conde d’Eu foram incorporadas pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo ao município de Joinville em 1883.⁴⁸ Nesse mesmo ano, a freguesia de São Bento foi elevada à categoria de Vila, sendo seu território desmembrado de Joinville.⁴⁹ A Figura 6.4,

⁴⁸ Relatórios da direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, vários anos. Traduções Helena R. Richlin. AHJ.

⁴⁹ Lei n.º 1.030 de 21/5/1883, CLPSC (Desterro: Typographia Regeneração, 1883).

elaborada em 1873 por Heinrich Kreplin e August Heeren, mostra a localização de São Bento, Joinville e das terras do Conde d'Eu no Vale do Itapocu.

Figura 6.4 – Localização das terras do Conde d'Eu no Vale do Itapocu, 1873

Fonte: Mapoteca do AHJ, CCM 02.02.

A rápida colonização de São Bento, fundada em 1873 e emancipada apenas dez anos depois, levou a direção da colônia Dona Francisca a aconselhar os colonos recém-chegados a não seguirem para São Bento, onde, apesar do clima mais ameno e condições favoráveis ao cultivo de cereais europeus (centeio, trigo, cevada e aveia), faltavam terrenos demarcados e se acentuavam os conflitos por terras devido à questão de limites envolvendo as províncias do Paraná e Santa Catarina.⁵⁰

No final de 1883, Joinville contava uma população de 15.100 pessoas, enquanto o número de habitantes de São Bento somava 8.700 indivíduos, dos quais 5.200 eram colonos europeus e 3.500 brasileiros da região. Entre 1884 e 1887, chegaram a Joinville 2.439 imigrantes, mas a grande maioria preferiu se estabelecer em São Bento. Buscando conter esse movimento e, também, prevenir-se de possíveis reclamações dos colonos, em 1888 a direção da colônia Dona Francisca exigiu dos imigrantes recém-chegados que desejassem subir a serra e se estabelecer em São Bento que declarassem, por escrito, fazer questão de seguir para lá,

⁵⁰ “Trigésimo oitavo relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, março de 1891”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ; Ficker, *São Bento*, Caps. III e IV; *História de Joinville*, 320.

apesar das advertências e vontade contrária da direção. Segundo os dirigentes da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, a falta de terras disponíveis era o principal obstáculo à continuidade da colonização de Joinville e São Bento, que juntos formavam o empreendimento colonial hamburguês Dona Francisca.⁵¹

À época, o contrato de colonização das terras do Conde d'Eu no Vale do Itapocu ainda não havia sido executado devido à reestruturação administrativa da Sociedade Colonizadora e por falta de um novo acordo entre a empresa e o governo brasileiro (ver Capítulo 3). Em 1890, o decreto nº 1.050 determinou que as terras pertencentes ao dote da Condessa d'Eu, ex-princesa imperial do Brasil, fossem incorporadas ao patrimônio do Estado. Apesar disso, naquele mesmo ano o governo brasileiro garantiu à Sociedade Colonizadora de Hamburgo a compra das terras em questão, permitindo à empresa aumentar a oferta de terrenos e promover a imigração de colonos alemães para Joinville.⁵² As Figuras 6.5 e 6.6 a seguir mostram a configuração dos terrenos nos municípios de Joinville e São Bento em 1886.

A Tabela 6.8 mostra a distribuição de 1.502 propriedades urbanas e rurais do município de Joinville em 1891. O número de propriedades arroladas corresponde a cerca de 70% dos terrenos de Joinville naquele ano.⁵³ Vê-se na Tabela 6.8 que 98% das propriedades analisadas possuíam menos de 60,5 hectares (pequenas propriedades); 1,9% tinham entre 60,5 e 242 hectares (propriedades médias); e 0,1% dos terrenos possuíam mais de 242 hectares (grandes propriedades). A Tabela 6.8 ainda mostra que as pequenas propriedades compreendiam 84,5% da área total dos imóveis arrolados, as propriedades médias abrangiam 8% da área total, e as grandes propriedades ocupavam 7,5% da extensão territorial dos imóveis analisados.

Tabela 6.8 – Distribuição das propriedades urbanas e rurais em Joinville, 1891

Extensão das propriedades	Número de propriedades	%	Área total em hectares	%
Pequena	1.472	98	24.783	84,5
Média	28	1,9	2.357	8,0
Grande	2	0,1	2.189	7,5
Totais	1.502	100	29.330	100

Fonte: “Livro de lançamento de receitas”. Fundo Conselho Municipal, cx 5, prat. 549. AHJ.

⁵¹ Relatórios da direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, vários anos. Traduções Helena R. Richlin. AHJ.

⁵² “Trigésimo oitavo relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, março de 1891”. Tradução Helena R. Richlin. AHJ; Decreto nº 1.050 de 21/11/1890, *CLRB*, “Decretos do Governo Provisório da República do Brasil” (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890), 3.746.

⁵³ “Livro de lançamento de receitas”. Fundo Conselho Municipal, cx 5, prat. 549. AHJ.

Figura 6.5 – Distribuição dos lotes de terras em Joinville, 1886

Fonte: Mapoteca do AHJ.

Figura 6.6 – Distribuição dos lotes de terras em São Bento, 1886

Fonte: Mapoteca do AHJ.

A Tabela 6.9 mostra que, excluindo os *outliers* das distribuições, em 1891 a área média das propriedades no município de Joinville e a diferença entre a média e a mediana aumentaram expressivamente em relação aos anos anteriores. Além disso, o desvio padrão e o coeficiente de variação indicam uma maior heterogeneidade fundiária em Joinville no ano de 1891. Entretanto, como veremos a seguir, a concentração da posse da terra no município joinvilense foi relativamente mais baixa em 1891.

Tabela 6.9 – Estatística descritiva dos terrenos particulares na colônia Dona Francisca e Joinville excluindo os *outliers* das distribuições, 1852-1891

Indicadores	1852	1860	1864	1891
Área média (hectares)	7	9	9	18
Área mediana (hectares)	5	7	8	14
Desvio padrão	6,46	12,51	11,42	15,42
Coeficiente de variação	0,90	1,43	1,23	0,85
Área mínima (m²)	2.500	875	250	250
Área máxima (hectares)	37,5	291	291	291
Número total de propriedades	138	975	1.339	1.474

Fontes: Calculado dos registros proprietários de terras na colônia Dona Francisca, cxs 1 a 4, prat. 41. Série Sociedade Colonizadora. BR SCAHJ CF 12; Décimo e décimo terceiro relatórios da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, set. de 1861; e out. de 1864. Traduções Helena R. Richlin; “Livro de lançamento de receitas”. Fundo Conselho Municipal, cx 5, prat. 549. AHJ.

No levantamento de 1891 o Príncipe de Joinville aparece como proprietário de vinte e sete imóveis em Joinville, cuja área total compreendia 895 hectares, e o Príncipe de Schönburg possuía uma área contendo cerca de 1900 hectares. A Tabela 6.10 abaixo mostra que, enquanto os 5% dos proprietários do estrato superior concentraram praticamente a mesma proporção de terras que os 50% da faixa inferior, 1% dos proprietários possuía 14,5% da área total dos terrenos arrolados em 1891. Excluindo-se as propriedades dos Príncipes de Joinville e de Schönburg da distribuição, verifica-se uma queda significativa na proporção da terra apropriada pelos 1% e 5% dos proprietários do estrato superior. Esses resultados indicam uma distribuição fundiária relativamente mais dispersa, o que é confirmado pelo índice de Gini de 0,438. Excluindo as propriedades dos Príncipes da análise, acha-se um Gini ainda menor, igual a 0,381.

Tabela 6.10 – Percentual de concentração fundiária e índice de Gini da posse da terra em Joinville com e sem *outliers* na distribuição, 1891

Área de terra apropriada	Com <i>outliers</i>	Sem <i>outliers</i>
1% superior dos proprietários	14,5	6,1
5% superiores dos proprietários	25,3	17,8
20% superiores dos proprietários	48,6	43,3
50% inferiores dos proprietários	22,0	24,3
20% inferiores dos proprietários	4,5	5,0
Índice de Gini	0,438	0,381

Fonte: “Livro de lançamento de receitas”. Fundo Conselho Municipal, cx 5, prat. 549. AHJ.

Em resumo, analisando as distribuições sem a presença de *outliers*, observa-se uma queda expressiva na concentração fundiária na colônia Dona Francisca (Joinville), tendo o Gini da posse da terra declinado de 0,484 em 1852 para 0,381 em 1891. Como durante muito tempo a disponibilidade de terras demarcadas na colônia foi limitada, não acompanhando o aumento da sua população, tudo indica que a queda na desigualdade fundiária na colônia Dona Francisca, hoje município de Joinville, foi resultado de três fatores principais. Em primeiro lugar, com a expansão da colonização e a falta de terras disponíveis, a direção da colônia privilegiou a demarcação de terrenos com área inferior a 60,5 hectares (pequenas propriedades). Em segundo lugar, as dificuldades financeiras da Sociedade Colonizadora de Hamburgo (ver Capítulo 4) limitou o financiamento para aquisição de terrenos maiores. Em terceiro lugar, dada a escassez de lotes de terras demarcados e disponíveis, houve parcelamento das médias e grandes propriedades particulares em terrenos menores, os quais eram vendidos a pequenos proprietários que prosperaram e aos colonos recém-chegados, ou distribuídos entre os membros da família, geralmente numerosa. Como resultado, houve acréscimo do número de pequenas propriedades, o que elevou a área total abaixo da mediana da distribuição e à redução da disparidade entre a proporção das terras apropriadas pelos estratos superiores e inferiores dos proprietários na colônia.

Na próxima seção, consideraremos os dados do censo agrícola brasileiro de 1920, a fim de verificar a persistência ou não da queda no grau de concentração fundiária entre proprietários de terras de Joinville. A análise será feita no contexto de Santa Catarina, com o que será possível avaliar se as características da propriedade da terra em Joinville eram similares ou divergentes do que se consolidou no conjunto do estado catarinense no início do século XX.

6.7 Concentração fundiária em Joinville e Santa Catarina em 1920

O recenseamento agrícola do Brasil de 1920 abrangeu 37,6% do território catarinense, sendo apuradas informações de 33.744 imóveis rurais. No município de Joinville, foram recenseados 2.608 propriedades, que somadas compreendiam 73.534 hectares, número duas vezes e meia maior que a área total das 1.502 propriedades arroladas no levantamento de 1891. A Tabela 6.11 a seguir mostra a distribuição das propriedades rurais recenseadas no município de Joinville em 1920.

Tabela 6.11 – Distribuição das propriedades rurais em Joinville, 1920

Extensão das propriedades	Número de propriedades	%	Área total em hectares	%
Menos de 41 hectares	2.333	89,5	48.993	66,6
41 – 100 hectares	237	9,1	13.746	18,7
101 – 200 hectares	27	1,0	3.942	5,4
201 – 400 hectares	7	0,3	1.827	2,5
401 – 1000 hectares	2	0,1	1.252	1,7
1001 – 2000 hectares	2	0,1	3.774	5,1
2001 – 5000 hectares	-	-	-	-
5001 – 10000 hectares	-	-	-	-
10001 – 25000 hectares	-	-	-	-
25001 e mais hectares	-	-	-	-
Total	2.608	100	73.534	100

Fonte: Calculado de Brasil, Directoria Geral de Estatística, *Recenseamento do Brasil, Realizado em 1 de setembro de 1920*. Agricultura, Vol. III, 1ª parte (Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1923), 190-192.

Como o recenseamento agrícola de 1920 apresenta as informações dos proprietários de terras por estratos e oferece uma definição de pequena, média e grande propriedade diferente da proposta neste estudo para analisar a distribuição da propriedade da terra na colônia Dona Francisca e Joinville no século XIX, não é possível comparar os coeficientes de Gini estimados para os anos analisados anteriormente sem antes organizar os dados de acordo com a classificação do recenseamento de 1920. Feita essa organização, é possível estimar os coeficientes de Gini por estrato para os anos 1852, 1860, 1864 e 1891 e compará-los com o resultado da estimação feita com base nos dados do censo de 1920. A Figura 6.7 apresenta os coeficientes de Gini de concentração da área total apropriada pelos proprietários de terras de Joinville, excluindo os *outliers* observados nas distribuições.

Figura 6.7 – Coeficiente de Gini de concentração da posse da terra por estratos de proprietários em Joinville no período 1852-1920, de acordo com a classificação do censo agrícola de 1920

Fontes: Calculado com os registros de proprietários de terras na colônia Dona Francisca, 1852-1891; Brasil, Directoria Geral de Estatística, *Recenseamento Agrícola de 1920*.

Comparando os Ginis calculados para os anos do século XIX (incluindo todos os proprietários individuais da colônia Dona Francisca, exceto os *outliers* das distribuições) com os Ginis calculados por estratos de acordo com o recenseamento agrícola de 1920, percebe-se que os Ginis de 1860 e 1864 variam levemente, enquanto os índices de 1852 e 1891 variam mais fortemente. Essas variações decorrem das diferenças de classificação dos dados de todos os proprietários de terras (como na análise anterior do século XIX) e dos proprietários por estratos (como o censo de 1920), sendo a desigualdade dentro dos estratos a principal causa das diferenças. Por exemplo, conforme o recenseamento de 1920, o primeiro estrato inclui todos os proprietários que possuem até 41 hectares de terras. Nesse grupo, há proprietários de terrenos com 1 hectare ou menos e de 10, 20, 30 e 40 hectares. Devido a essas disparidades, os índices de Gini estimados inicialmente, isto é, considerando o conjunto dos proprietários individuais excluindo os *outliers* das distribuições (Tabelas 6.6 e 6.10), refletem melhor a desigualdade na apropriação da terra na colônia Dona Francisca (Joinville) no século XIX. Não obstante, as estimativas do Gini por estratos apresentadas na Figura 6.7 são interessantes para visualizar um padrão no grau de concentração fundiária em Joinville, com Gini sempre em torno de 0,45.

Analisando o conjunto das propriedades rurais recenseadas em Santa Catarina em 1920, percebe-se que os imóveis rurais com menos de 101 hectares (pequenas propriedades, conforme definiu o recenseamento de 1920) representavam 87,4% dos estabelecimentos agrícolas do Estado catarinense naquele ano (Tabela 6.12). Apesar desse predomínio do número de pequenas propriedades, a área total ocupada por esses imóveis rurais compreendia 25,1% da superfície agrícola recenseada.

Tabela 6.12 – Distribuição das propriedades rurais em Santa Catarina, 1920

Extensão das propriedades	Número de propriedades	%	Área total em hectares	%
Menos de 41 hectares	22.730	67,4	470.351	13,1
41 – 100 hectares	6.744	20,0	430.818	12,0
101 – 200 hectares	1.879	5,6	276.272	7,7
201 – 400 hectares	1.073	3,2	307.906	8,6
401 – 1000 hectares	804	2,4	523.041	14,6
1001 – 2000 hectares	300	0,9	443.770	12,4
2001 – 5000 hectares	166	0,5	488.832	13,6
5001 – 10000 hectares	32	0,1	220.139	6,1
10001 – 25000 hectares	12	0,04	168.951	4,7
25001 e mais hectares	4	0,01	255.160	7,1
Total	33.744	100	3.585.240	100

Fonte: Calculado de Brasil, Directoria Geral de Estatistica, *Recenseamento do Brazil de 1920*, 190-192.

A Tabela 6.12 ainda permite constatar que, embora as propriedades com área superior a 10.000 hectares correspondessem apenas 0,05% dos estabelecimentos rurais catarinenses, sua extensão territorial representava quase a metade da área ocupada pelos terrenos com menos de 101 hectares. Essa disparidade na distribuição da terra sugere que, em 1920, o predomínio do número absoluto de pequenas propriedades não se traduziu em menor concentração da posse da terra em Santa Catarina. Tal fato é confirmado pelo índice de Gini de 0,766 para o conjunto do Estado catarinense. Este resultado é igual ao Gini de concentração fundiária de São Paulo e superior ao do Maranhão (0,742), Minas Gerais (0,726) e Pernambuco (0,627) no ano de 1920, algo surpreendente dado o passado colonial dessas regiões.⁵⁴

A Tabela 6.13 decompõe a desigualdade na posse da terra dos municípios e regiões de Santa Catarina em 1920. A distribuição mais igualitária em alguns municípios, notadamente Urussanga (0,383), Brusque (0,364), Blumenau (0,434), Joinville (0,435), Nova Trento (0,447), e Cruzeiro (0,412) – atual Joaçaba –, não foi suficiente para definir uma distribuição mais democrática do conjunto do Estado catarinense em 1920, conforme demonstrou o Gini de 0,766.

Tabela 6.13 – Concentração da área apropriada por proprietários de terra em Santa Catarina, regiões e municípios catarinenses, 1920

Regiões e Municípios	Gini	Regiões e Municípios	Gini
<i>Grande Florianópolis</i>	0,812	<i>Serrana</i>	0,685
Florianópolis	0,712	Campos Novos	0,726
Palhoça	0,858	Lages	0,671
São José	0,644	Curitibanos	0,663
Biguaçu	0,555	São Joaquim	0,594
Tijucas	0,625	<i>Vale do Itajaí</i>	0,505
Nova Trento	0,447	Blumenau	0,434
<i>Norte Catarinense</i>	0,755	Brusque	0,364
Joinville	0,435	Camboriú	0,490
Porto União	0,855	Porto Belo	0,580
São Francisco do Sul	0,570	Itajaí	0,670
Mafra	0,764	<i>Sul Catarinense</i>	0,572
São Bento do Sul	0,652	Araranguá	0,572
Campo Alegre	0,625	Garopaba	0,546
Canoinhas	0,634	Imaruí	0,460
Itaiópolis	0,661	Jaguaruna	0,517
Parati	0,549	Laguna	0,643
<i>Oeste Catarinense</i>	0,790	Orleans	0,544
Chapecó	0,818	Tubarão	0,542
Cruzeiro	0,412	Urussanga	0,383
<i>Santa Catarina</i>			0,766

Fonte: Calculado de Brasil, Directoria Geral de Estatística, *Recenseamento do Brasil de 1920*, 190-192.

⁵⁴ Apêndice A, Tabela A8.

Os Ginis de concentração da posse da terra municipais estimados são negativa e moderadamente correlacionados com o fato de os municípios terem sido ou não núcleos de colonização europeia no século XIX – a correlação de Pearson é igual a menos 0,61. Ainda que a correlação de 61% seja moderada, o sinal negativo apresenta a relação esperada, isto é, quanto maior o número de localidades cuja formação baseada na pequena propriedade foi preservada, menor a concentração fundiária.

Uma hipótese para o elevado índice de concentração fundiária em Santa Catarina no ano de 1920 é o fato de que, em 1916, uma área considerável do território que estava em litígio entre Santa Catarina e Paraná foi incorporada ao estado catarinense. Essa área incluía os municípios de Canoinhas, Porto União, Chapecó, Cruzeiro, Campos Novos, Curitibanos e partes de Mafra, Campo Alegre e São Bento do Sul. A Figura 6.8 mostra o território de litígio que deu origem à Guerra do Contestado (1912-1916).⁵⁵

Figura 6.8 – Território em litígio entre Paraná e Santa Catarina no início do século XX

Fonte: Editado pelo autor com base em IBGE, Diretório Regional de Santa Catarina, Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, *Atlas de Santa Catarina*, 1958.

⁵⁵ Sobre a Guerra do Contestado ver: Oswaldo R. Cabral, *A campanha do Contestado* (2ª edição. Florianópolis: Lunardelli, 1979); Élio Serpa, *A Guerra do Contestado, 1912-1916* (Florianópolis: EDUFC, 1999); Paulo Pinheiro Machado, *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas* (Campinas: UNICAMP, 2004); Marli Auras, *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla* (4ª edição. Florianópolis: UFSC, 2001).

Como exercício contrafactual, excluíram-se os municípios de Mafra, Canoinhas, Porto União, Chapecó, Cruzeiro, São Bento, Campos Novos, Curitibanos e Campo Alegre da análise e estimou-se a concentração da posse da terra em Santa Catarina novamente. Como resultado, achou-se um Gini ligeiramente menor (0,740) e uma correlação negativa e moderada (-0,64) entre os índices de Gini de concentração fundiária municipais em 1920 e as áreas de colonização europeia do século XIX em Santa Catarina. Este resultado mostra que o tipo de colonização, o predomínio da pequena propriedade rural e a distribuição mais igualitária da terra em algumas regiões catarinenses, especialmente nas áreas de colonização alemã e italiana, não produziram uma estrutura fundiária menos concentrada em Santa Catarina como um todo no início do século XX.

6.8 Conclusões

Este capítulo analisou a estrutura fundiária e a concentração da posse da terra na colônia Dona Francisca. Com base nos registros de proprietários de terras na colônia, observações de contemporâneos e estudos específicos, definiu-se como pequenas as propriedades da colônia Dona Francisca com até 60,5 hectares; médias, as que têm entre 60,5 e 242 hectares; e grandes, as propriedades com mais de 242 hectares.

A partir dessa classificação, constatou-se que a pequena propriedade correspondia a quase 99% das propriedades da colônia Dona Francisca nos anos de 1852 e 1860. Apesar desse predomínio da pequena propriedade, a concentração da posse da terra na colônia mostrou-se bastante elevada naqueles dois anos, conforme demonstraram os índices Ginis de 0,657 em 1852 e de 0,660 e 1860. Esses resultados parecem confirmar as observações de Robert Avé-Lallemant (1858), Luiz Pedreira do Coutto Ferraz (1859) e Johann Jakob von Tschudi (1861), contemporâneos que denunciaram uma certa tendência à concentração fundiária no início da colonização da colônia Dona Francisca, e advertiram sobre os riscos que grandes proprietários e a especulação de terras poderiam causar ao futuro da colônia. Contudo, a análise das listas de proprietários de terras na colônia revelou que essa aparente tendência à concentração fundiária decorria da presença de *outliers* nas distribuições, isto é, poucos e excepcionalmente grandes proprietários como os Príncipes de Joinville e de Schönburg-Waldenburg e investidores que não residiam na colônia, ou que residiam mas não apresentavam características de um colono típico. Excluindo-se esses *outliers* da análise, verificou-se uma distribuição mais dispersa e democrática entre os colonos da Dona Francisca. Para o ano de 1852, achou-se um Gini de concentração da posse da terra igual a 0,484 e, para 1860 o Gini foi de 0,492.

A análise dos registros de 1864, excluindo os *outliers* da distribuição, revelou uma queda expressiva na concentração da posse da terra na Dona Francisca, tendo o Gini declinado de 0,492 em 1860 para 0,429 em 1864. Mantendo essa tendência de queda na concentração da propriedade fundiária em Joinville, em 1891 o Gini foi igual a 0,381. Tudo indica que essa queda na concentração da posse da terra na colônia Dona Francisca (Joinville) foi resultado de três fatores principais. O primeiro foi o fato de que a entrada contínua de imigrantes associada à falta de terras disponíveis levou a direção da colônia a privilegiar a demarcação de lotes de terras menores. O segundo fator está associado às dificuldades financeiras da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, que devido à escassez de recursos e dívida crescentes dos colonos limitou o financiamento para aquisição de terrenos maiores. O terceiro fator que contribuiu para a queda no índice de desigualdade da posse da terra na Dona Francisca foi a escassez de terrenos demarcados e disponíveis, o que levou ao parcelamento das médias e grandes propriedades particulares em lotes de terras menores, os quais eram vendidos a colonos estabelecidos e, principalmente, a imigrantes recém-chegados ou divididos entre os membros da família. Por consequência, houve acréscimo do número de pequenas propriedades, o que elevou a área total abaixo da mediana da distribuição e redução do grau de concentração da posse da terra na colônia.

Com o objetivo de verificar a persistência dessa tendência de queda no grau de concentração fundiária em Joinville, utilizamos os dados do censo agrícola brasileiro de 1920 para estimar a desigualdade da posse da terra no município naquele ano. A análise mostrou que, em 1920, o predomínio da pequena propriedade rural no município de Joinville determinou uma concentração da posse da terra relativamente baixa, com Gini de 0,435. O mesmo, porém, não ocorreu em Santa Catarina como um todo, onde, apesar do grande número de pequenos proprietários (87,4%), a concentração da propriedade fundiária mostrou-se bastante elevada no ano de 1920, como mostrou o coeficiente Gini de 0,766. Ou seja, a distribuição da terra menos desigual e mais democrática resultante da colonização em Joinville e outras localidades similares não impediu que o estado de Santa Catarina apresentasse índices de desigualdade fundiária semelhantes, ou ainda mais elevados, do que os de estados marcados pela grande lavoura exportadora do açúcar e do café.

CONCLUSÕES GERAIS

As evidências apresentadas nesta tese questionam algumas interpretações da história econômica do Brasil e de Santa Catarina no que diz respeito à experiência de colonização do sul do país na segunda metade do século XIX. Partindo da análise dos objetivos da política imigratória do governo brasileiro, a tese teve como objetivo a história da colonização, formação econômica e distribuição da posse da terra na colônia Dona Francisca, hoje município de Joinville, Santa Catarina, um dos maiores e mais importantes núcleos de colonização alemã do Brasil no século XIX.

O Capítulo 1 mostrou que, desde o início do século XIX, o governo brasileiro procurou atrair imigrantes europeus, preferencialmente germânicos, concedendo terras, subsídios, favores e benefícios específicos a colonos suíços e alemães. Essa política de colonização baseada em concessões pretendia, alegadamente, povoar o território nacional com gente branca e laboriosa, cuja principal missão era vista como a de branquear e melhorar os hábitos da população brasileira, substituir o trabalho escravo pelo livre e a grande propriedade pela pequena e aperfeiçoar e expandir a atividade agrícola do país.

O governo brasileiro financiou a criação de vários núcleos coloniais de pequenos proprietários suíços e alemães entre 1818 e 1830. No entanto, os resultados da imigração europeia foram exíguos frente ao elevado investimento público feito no período, o que fortaleceu a oposição do parlamento brasileiro à política do governo de concessões e subsídios à imigração. A situação mudou a partir de meados da década de 1840, ante o agravamento das pressões para o fim do tráfico negreiro e o aumento do temor da elite dos fazendeiros com a possível falta de braços para a grande lavoura. Nesse contexto, o debate em torno da necessidade de o governo brasileiro adotar medidas efetivas de estímulo à imigração de trabalhadores europeus ocupou o centro das atenções no Brasil. A Lei de Terras de 1850 criou amparo jurídico aos particulares e companhias de colonização interessadas em empreender no país. Na época, o transporte de imigrantes europeus e a colonização do Novo Mundo eram um grande e lucrativo negócio.

No Capítulo 2, foram investigados os aspectos gerais e específicos da emigração germânica no século XIX. Essa análise preliminar permitiu compreender a importância da propriedade da terra para o imigrante germânico; seu desejo de migrar e permanecer no Novo Mundo e a diversidade na nacionalidade e na formação técnica dos colonos encaminhados à colônia Dona Francisca, onde se estabeleceram alemães, suíços, dinamarqueses, noruegueses,

austriacos e outros europeus. Esse capítulo mostrou que os principais fatores que levaram não menos que 5 milhões de imigrantes germânicos a embarcarem na Europa rumo às Américas no século XIX foram a fragmentação das pequenas e médias propriedades rurais, a expansão dos domínios dos grandes proprietários, transformação dos camponeses em trabalhadores rurais assalariados e restrição das suas oportunidades de manter ou adquirir uma pequena propriedade agrícola, além da consolidação das fazendas agrícolas de produção comercial, do desemprego e da pobreza. Esse quadro foi agravado pelos interesses divergentes e constantes conflitos que marcaram o processo de formação da Alemanha como Estado nacional no século XIX.

Diante dessa conjuntura de empobrecimento, falta de perspectivas e ambiente político e economicamente instável e hostil, a imigração surgiu como solução atraente para milhares de trabalhadores rurais, camponeses, artesãos, operários, profissionais urbanos e pequenos comerciantes alemães. Eram, em geral, pessoas pobres, mas que possuíam algum dinheiro para emigrar. Os mais pobres não tinham como pagar o preço da passagem transatlântica. Somente mais tarde, com o aumento dos salários reais na Europa e, muitas vezes, com a ajuda de parentes e amigos já estabelecidos no Novo Mundo, é que potenciais emigrantes alemães, os mais pobres, conseguiram emigrar.

Na década de 1840, quando parte significativa de alemães e suíços sofria com desemprego, falta de terras e as consequências nefastas de sucessivas colheitas ruins, um grupo de grandes mercadores, banqueiros e políticos hamburgueses reuniu-se em Hamburgo para organizar a imigração alemã para o sul do Brasil, onde planejavam criar grandes colônias agrícolas. O Capítulo 3 demonstrou que o principal objetivo dos empresários hamburgueses era estimular a navegação e o comércio de Hamburgo com o transporte de imigrantes e com o fluxo de mercadorias entre Brasil e Alemanha, que na época não possuía colônias próprias. Apesar do apoio de importantes autoridades brasileiras, o plano hamburguês esbarrou na falta de definição da legislação de terras e política de colonização do Brasil, cujo projeto tramitou por anos no Senado. O impasse levou os hamburgueses a negociar com o Príncipe de Joinville, que possuía 25 léguas quadradas de terras na província de Santa Catarina, as quais pertenciam ao dote nupcial da Princesa Dona Francisca, irmã de D. Pedro II. Depois de longa negociação, o Príncipe concordou em ceder parte dessas terras à “Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo”, criada especificamente para colonizá-las. Fundada em Hamburgo, na Alemanha, essa sociedade se tornou a maior e mais importante empresa de colonização a atuar no Brasil no século XIX. Entre 1850 e 1888, a Sociedade Colonizadora de Hamburgo encaminhou mais

de 17 mil imigrantes à colônia Dona Francisca, o equivalente a cerca de 20% do total de colonos germânicos que chegaram ao Brasil nesse período.

A promulgação da Lei de Terras em 1850 ofereceu o amparo jurídico necessário à comercialização de terras no Brasil, atividade que, segundo os estatutos da “Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo”, constituía a sua principal fonte de receita. Porém, como demonstrado no Capítulo 3, a venda de terras aos colonos imigrantes era apenas parte da estratégia comercial da sociedade hamburguesa, cujo objetivo primordial foi organizar o transporte de imigrantes e controlar o comércio de importação e exportação da colônia. Esses objetivos não foram mencionados nos estatutos da empresa, mas aparecem frequentemente nos relatórios da Sociedade Colonizadora, cujos acionistas, eram em geral negociantes, casas de comércio, agências e companhias de navegação hamburguesas com fortes relações comerciais com o Brasil.

A composição acionária da “Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo” revela o grande negócio que era a emigração europeia no século XIX e o tamanho das expectativas em relação à colônia Dona Francisca, que, desde a sua fundação, teve o respaldo da Casa de Orléans e o apoio do governo brasileiro. Como visto no Capítulo 4, esse apoio foi fundamental para a sobrevivência e o desenvolvimento da colônia Dona Francisca. A ajuda financeira e os subsídios acertados em sucessivos contratos com o governo brasileiro, sendo o primeiro assinado em 1855, após decisiva intervenção do Príncipe de Joinville, sustentaram grande parte dos investimentos feitos na colônia e garantiram o transporte de uma parcela considerável dos colonos encaminhados pela Sociedade Colonizadora para Dona Francisca.

O Capítulo 4 apresenta evidências que questionam uma ideia bastante difundida na historiografia de Santa Catarina: a de que a colônia Dona Francisca foi, desde o início, um empreendimento modelo, bem sucedido e que prescindiu de grandes favores do governo brasileiro por ser um negócio privado, organizado e dirigido por uma importante sociedade de empresários alemães. Esse questionamento é uma das principais contribuições deste estudo e torna-se tema importante em uma eventual revisão da história de Joinville e Santa Catarina.

Outro tema central desta tese foi a organização do trabalho na colônia Dona Francisca. O Capítulo 5 demonstrou que, embora fosse absolutamente proibido, o emprego de escravos na colônia Dona Francisca não constituiu exceção, coexistindo com o predominante trabalho livre assalariado e com o sistema de parceria experimentado nas fazendas de Bernhard Poschaan Jr. e Arthur Guiguer. Embora tenham malogrado, as experiências de parceria na Dona Francisca ocorreram na mesma época em que cafeicultores paulistas contrataram colonos europeus para

trabalharem nas suas fazendas de café sob o mesmo regime de trabalho, cujos resultados têm sido amplamente estudados pela historiografia. Esta, no entanto, desconhece ou ignora outras experiências de parcerias com trabalhadores europeus fora das principais zonas cafeeiras do Brasil do século XIX. A análise comparada dos sistemas de parcerias experimentados nas fazendas paulistas de café e na colônia Dona Francisca ainda precisa ser feita e pode contribuir para o importante debate sobre a reciprocidade e viabilidade no cumprimento dos contratos de parceria, bem como as principais barreiras que o regime encontrou para criar relações trabalhistas estáveis na Dona Francisca.

O Capítulo 5 ainda chama a atenção para um importante aspecto da colonização da colônia Dona Francisca: a presença, desde o início, de colonos relativamente abastados, com conhecimento técnico e formação acadêmica, e de número substancial de artesãos, profissionais qualificados e imigrantes com experiência em atividades artesanais, o que contribuiu para o desenvolvimento precoce do comércio e da indústria artesanal de manufaturas na colônia. No último quarto do século XIX, a conclusão da construção da Estrada Dona Francisca e os efeitos do beneficiamento e comércio do mate reforçaram a tendência da colônia para a produção de manufaturas, bem como impulsionaram os mercados de trabalho, bens e serviços, aumentando a importância relativa da indústria e do trabalho assalariado em Joinville.

Nesse contexto, sobressai outra importante característica da colonização da colônia Dona Francisca: com a garantia de acesso à terra e a permanente oferta de trabalho remunerado nas obras públicas de infraestrutura e nos serviços oferecidos pela direção da colônia e particulares, desde o início os colonos da Dona Francisca podiam obter sua subsistência de maneira independente e optar – de acordo com as circunstâncias, oportunidades de mercado e suas habilidades – por dedicar mais tempo ao cultivo da sua propriedade ou às atividades remuneradas. Essa possibilidade de os colonos poderem escolher livremente dedicar mais tempo às atividades que lhes fossem mais atraentes e lucrativas favoreceu a construção de uma estrutura de produção e um mercado de bens e serviços com base em vantagens comparativas.

Outra questão central desta tese foi análise da concentração da posse da terra na colônia Dona Francisca. As estatísticas e indicadores apresentados no Capítulo 6 mostram que o predomínio da pequena propriedade não se traduziu à primeira vista em menor concentração fundiária na Dona Francisca durante a primeira década de sua colonização. As informações quantitativas confirmam as observações feitas pelos contemporâneos Robert Avé-Lallemant, Luiz Pedreira do Coutto Ferraz e Johan Jakob von Tschudi, que, depois de visitarem Dona Francisca, advertiram sobre o risco da especulação de terras e a tendência à concentração

fundiária na colônia. Ainda assim, o Capítulo 6 mostrou que o quadro de desigualdade na posse da terra na Dona Francisca muda muito quando são excluídos alguns poucos proprietários excepcionais e privilegiados, que poderiam ser considerados *outliers* em relação aos colonos que caracterizavam a colônia Dona Francisca.

A constante chegada de imigrantes, combinada com a falta de terrenos medidos e demarcados na Dona Francisca, ajudou a inflacionar o preço da terra na colônia, levando muitos proprietários a fracionar seus terrenos em lotes menores e vendê-los a um vizinho, parente e, principalmente, aos colonos recém-chegados. Com o dinheiro obtido com a venda de parte ou totalidade das suas terras, os colonos, em geral, saldavam parte de suas dívidas e adquiriam outra propriedade, quando possível, na “Cidade de Joinville”, onde tinham maiores possibilidades de prestar serviços ou se estabelecer como comerciantes, ou ainda como proprietários de uma pequena oficina ou manufatura artesanal. Outros colonos utilizaram os recursos oriundos da venda da sua propriedade para liquidar seus débitos e partiram da colônia em busca de melhores oportunidades e de terras mais baratas e férteis. Havia, ainda, grandes proprietários, agentes e acionistas da Sociedade Colonizadora de Hamburgo estabelecidos na Europa, que aproveitaram a alta dos preços e venderam suas terras na Dona Francisca, aplicando seus lucros no Velho Continente.

No final, o resultado desse fracionamento e venda de terras na Dona Francisca foi o aumento substancial do número de pequenas propriedades na colônia. A partir de 1860, observa-se uma queda expressiva no grau de concentração da posse da terra na Dona Francisca. Medida pelo coeficiente de concentração de Gini, essa desigualdade declinou de 0,492 em 1860, para 0,429 em 1864, chegando a 0,381 em 1891. Em 1920, considerando a distribuição da propriedade da terra por estratos, conforme o recenseamento agrícola daquele ano, o Gini da posse da terra para o município de Joinville foi de 0,435, com o absoluto predomínio da pequena propriedade rural.

Ao mesmo tempo, a tese chama a atenção para um ponto relevante: o maior número de pequenas propriedades não significou menor concentração na posse da terra no conjunto do estado de Santa Catarina. As estatísticas e indicadores apresentados no Capítulo 6 revelam que, embora Joinville e outros municípios importantes na estrutura econômica e social catarinense apresentassem baixa concentração fundiária e os pequenos proprietários predominassem em número, a desigualdade na distribuição da propriedade da terra no estado de Santa Catarina foi bastante elevada, com um índice de Gini de 0,766. Este resultado é igual ao Gini de concentração fundiária de São Paulo e superior ao do Maranhão (0,742), Minas Gerais (0,726)

e Pernambuco (0,627) em 1920, algo surpreendente dado o passado colonial desses estados. Desta forma, é preciso revisar interpretações clássicas da história catarinense, que sugerem ter havido melhor distribuição da propriedade da terra em Santa Catarina como um todo devido ao predomínio da pequena propriedade rural e, também, à falta de produção de gêneros agrícolas de exportação durante o período de formação econômica catarinense. A baixa concentração fundiária foi mais uma característica de algumas localidades – como Joinville – do que uma marca do conjunto do estado de Santa Catarina no início do século XX.

Finalmente, esta tese é parte de uma agenda de pesquisa mais ampla que, por um lado, visa contribuir para a revisão da história econômica catarinense, e, por outro, busca identificar possíveis efeitos de longo prazo gerados pela desigualdade na distribuição dos recursos produtivos, renda e riqueza durante o período de formação econômica do Brasil. Salienta-se que alguns estudos recentes têm produzido evidências a respeito da composição e distribuição da riqueza no Brasil colônia, século XIX e início do século XX.¹ Esses estudos, porém, concentram suas análises em regiões ou mercados exportadores, não sendo possível, portanto, fazer uma avaliação adequada das diferenças e tendências da distribuição de riqueza e concentração fundiária entre regiões social e economicamente distintas, como Joinville, uma economia organizada a partir do trabalho livre do colono europeu e da pequena produção mercantil voltada ao abastecimento interno e externo.

¹ Por exemplo, ver: Colistete and Lamounier, “Land inequality”; Zélia M. Cardoso de Mello, *Metamorfoses da riqueza*: São Paulo, 1845-1895. (São Paulo: Hucitec, 1985); João Fragoso e Manolo Florentino, *O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em um uma economia tardia: Rio de Janeiro c.1790-c.1840* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001); Juliana Garavazo, “Riqueza e Escravidão no Nordeste Paulista: Batatais, 1851-1887” (Dissertação de Mestrado, USP, 2006).

APÊNDICE

Apêndice A, Tabela A1 – Entrada de estrangeiros no Brasil por nacionalidades, 1820-1914

Anos	Italianos	Portugueses	Espanhóis	Russos	Alemães	Austríacos	Franceses	Inglese	Suecos	Belgas	Suíços	Trucos/Árabes	Japoneses	Outros	Total
1820											1.682				1.682
1821															
1822															
1823															
1824														126	126
1825														909	909
1826														828	828
1827														1.088	1.088
1828					1.261									799	2.060
1829					723									1.689	2.412
1830															
1831															
1832															
1833															
1834															
1835															
1836	180													1.000	1.180
1837		120			207									277	604
1838														396	396
1839		141												248	389
1840		206			63										269
1841		159	10		191									195	555
1842		48			332		100							88	568
1843							59							635	694
1844															
1845					53										53
1846							64				17			354	435
1847	5	78			1.500			292		2	8			465	2.350
1848											28				28
1849											40				40
1850		178	122		643		50				245			834	2.072
1851		53	5		400		20				321			3.626	4.425
1852	2	231	17		1.221		52				468			740	2.731
1853	22	8.329			2.214				21	13	180			156	10.935
1854		7.384			846				74		604			281	9.189

Continua

Continuação

Anos	Italianos	Portugueses	Espanhóis	Russos	Alemães	Austríacos	Franceses	Ingleses	Suecos	Belgas	Suíços	Trucos/Árabes	Japoneses	Outros	Total
1855		9.839			532				28		173			1.226	11.798
1856		9.159	37		1.822				79		92			2.819	14.008
1857		9.340			2.639				42		8			2.215	14.244
1858		9.327			2.333		51		60	5	161			6.592	18.529
1859		9.342			3.165				143		276			7.188	20.114
1860		5.914			3.748		18			8	112			5.974	15.774
1861		6.460			2.211		15	4		44	193			4.076	13.003
1862	431	5.625			4.037		233	164	185	376	240			3.004	14.295
1863		4.420			367				119		89			2.647	7.642
1864	2.092	5.097	83		234		1.166	68						838	9.578
1865	500	3.784			275									1.893	6.452
1866		4.724			360			418						2.197	7.699
1867		4.822			1.128			867	1		2			4.082	10.902
1868	841	4.425	218		3.779	104	598	1.026	76	33	64			151	11.315
1869	1.052	6.347	332		375		538	375		20	58			2.430	11.527
1870	7	4.458	38		6		16	3	64		187			379	5.158
1871	1.626	8.124	510	4	296	14	777	515	2	32	62	2		467	12.431
1872	1.808	12.918	727	7	1.103	17	1.048	1.051	9	33	141			357	19.219
1873		1.310		41	1.082				14		287	8		12.000	14.742
1874	5	6.644		30	1.435			147	53		134	21		11.863	20.332
1875	1.171	3.692	39	956	1.308	290	328	363	67	73	302			6.001	14.590
1876	6.820	7.421	763	3.011	3.530	4.028	1.214	635	37	132	409			2.747	30.747
1877	13.582	7.965	23	2.115	2.310	1.728	383		125		316	15		906	29.468
1878	11.836	6.236	929	1.904	1.535	1.185	183	52						596	24.456
1879	10.245	8.841	911	7	2.022	318	264	51						129	22.788
1880	12.936	12.101	1.275	426	2.385	292	240	229	14		88	6		363	30.355
1881	2.705	3.144	2.677	305	1.851	83	194	30	51		70	38		400	11.548
1882	12.428	10.621	3.961	19	1.804	94	249	239		5	30			139	29.589
1883	15.724	12.509	2.660	10	2.348	251	152	158	2	24	94	6		77	34.015
1884	10.102	8.683	710	457	1.719	651	243	100		19	70	16		2.120	24.890
1885	21.765	7.611	952	275	2.848	524	233	90	16	16	43	43		1.024	35.440
1886	20.430	6.287	1.317	146	2.414	728	218	93		101	396			1.356	33.486
1887	40.157	10.205	1.766		1.147	274	241	72		212				1.891	55.965
1888	104.353	18.289	4.736		782	1.156	478	129		1.082				2.248	133.253
1889	36.124	15.240	9.012		1.903	550	608	76		387	51			1.295	65.246
1890	31.275	25.174	12.008	27.125	4.812	2.246	2.844	193	354	308	254			881	107.474
1891	132.326	32.349	22.146	11.817	5.285	4.244	1.921	1.959	2.008	471	198	3		2.033	216.760
1892	55.049	17.797	10.471	158	800	574	575	67	37	24	58			593	86.203

Continua

Continuação

Anos	Italianos	Portugueses	Espanhóis	Russos	Alemães	Austríacos	Franceses	Ingleses	Suecos	Belgas	Suíços	Trucos/Árabes	Japoneses	Outros	Total
1893	58.552	28.986	38.998	155	1.368	2.737	616	100		37	40			3.216	134.805
1894	34.872	17.041	5.986	57	790	798	309	91	8	9	21			1.002	60.984
1895	97.344	36.055	17.641	275	973	10.108	286	28		28	93			4.787	167.618
1896	96.505	22.299	24.154	592	1.070	11.365	327	63	7	22	153			1.575	158.132
1897	104.510	13.558	19.466	569	930	3.665	225	106	14	28	90	648		2.553	146.362
1898	49.086	15.105	8.024	258	535	924	255	103	4	18	119	978		2.700	78.109
1899	30.846	10.989	5.399	412	521	1.826	217	101	6	6	30	1.823		2.453	54.629
1900	19.671	8.250	4.834	147	217	2.089	233	166	8	13	23	874		3.775	40.300
1901	59.869	11.261	8.584	99	166	696	212	47	14	25	17	781		3.535	85.306
1902	32.111	11.606	3.588	108	265	511	151	35	27	5	15	772		3.010	52.204
1903	12.970	11.378	4.466	371	1.231	474	302	85	2	17	46	481		2.239	34.062
1904	12.857	17.318	10.046	287	797	387	228	362		29	98	1.097		2.658	46.164
1905	17.360	20.181	25.329	996	650	427	224	123		18	68	1.446		3.473	70.295
1906	20.777	21.706	24.441	751	1.333	1.012	109	73	1	15	10	1.193		2.251	73.672
1907	18.238	25.681	9.235	703	845	522	202	119	8	26	12	1.480		10.716	67.787
1908	13.873	37.628	14.862	5.781	2.931	5.317	992	1.109	19	87	442	3.170	830	3.495	90.536
1909	13.668	30.577	16.219	5.663	5.413	4.008	1.241	778	35	99	262	4.027	31	2.069	84.090
1910	14.163	30.857	20.843	2.462	3.902	2.636	1.134	1.087	424	83	156	5.257	948	2.799	86.751
1911	22.914	47.493	27.141	14.013	4.251	3.352	1.397	1.157	1.110	293	229	6.319	28	3.878	133.575
1912	31.785	76.530	35.492	9.193	5.733	3.045	1.513	1.077	59	255	281	7.302	2.909	2.713	177.887
1913	30.886	76.701	41.064	8.251	8.004	2.255	1.532	825	25	223	304	10.886	7.122	2.255	190.333
1914	15.542	27.935	18.945	2.958	2.811	971	696	462	20	160	182	3.456	3.675	1.419	79.232
Totais	1.355.998	962.306	463.212	102.914	126.120	78.476	27.774	17.563	5.472	4.961	10.942	52.148	15.543	180.502	6.807.772

Fonte: Ferenczi and Willcox, *International migrations*, Vol. 1: "Statistics", 549-551.

Apêndice A, Tabela A2 – Imigração germânica direta de Hamburgo conforme país de destino, 1836-1870

Anos	EUA	Canadá	Brasil	Argentina	Chile	México e América Central	Outros Países da América Latina	África	Ásia	Austrália	Total
1836	2.870										2.870
1837	2.177		250								2.427
1838	484		55					71		345	955
1839	1.415		154								1.569
1840	1.407										1.407
1841	1.071		13			20		15		258	1.377
1842	495									120	615
1843	1.756										1.756
1844	1.774										1.774
1845	2.388										2.388
1846	3.960	399	498								4.857
1847	5.439	1.431	758								7.628
1848	4.741	775								1.069	6.585
1849	3.800	315	37							1.468	5.620
1850	5.879	593	240		215					368	7.430
1851	8.533	647	1.950		245	190				530	12.279
1852	13.886	3.508	2.047		581	128				1.195	21.916
1853	14.027	2.104	546	23	326	49	43	20	6	1.825	18.969
1854	21.001	4.530	1.395	76	263	81	57	17	10	4.880	32.310
1855	8.708	1.586	1.978	66	192	42	67	16	12	2.996	15.663
1856	16.782	3.195	1.529	80	703	84	102	29	42	1.747	24.293
1857	20.949	4.208	1.772	81	332	158	101	52	8	1.233	28.894
1858	10.823	749	3.431	41	160	21	40	2.580	8	969	18.822
1859	8.650	906	1.757	23	151	17	37	163	8	1.041	12.753
1860	12.205	536	897	64	167	27	35	533	13	436	14.913
1861	9.370	1.791	1.017	45	107	17	11	586	18	762	13.724
1862	14.300	2.019	1.025	52	74	20	13	102	21	934	18.560
1863	15.721	2.678	847	47	199	14	12	33	15	2.494	22.060
1864	17.050	1.633	447	28	83	14	14	32	15	641	19.957
1865	32.000	1.396	414	168	96	248	47		11	2.832	37.212
1866	35.074	2.447	417	199	41	224	48	33	8	549	39.040
1867	33.996	2.638	1.155	96	41	17	40	41	3	143	38.170
1868	37.274	2.669	3.425	18	30	6	7	47	1	151	43.628
1869	37.261	369	3.475	71	62	7	73	23	10	73	41.424
1870	24.874	97	1.169	8	18		5	3	9	1.259	27.442

Fonte: “Statistics of Migrations, National Tables, Germany”, in Ferenczi and Willcox, International migrations, Vol. 1: “Statistics”, 695.

Apêndice A, Tabela A3 – Imigração alemã conforme país de destino, 1871-1924

Anos	Europa	África	Ásia	Austrália	Outros	Canadá	EUA	Brasil	Argentina	México e América Central	Outros Países da América Latina	Total
1871		18	11	817	312	9	73.816	920	62	58	201	76.224
1872		2	12	1.172	2.502	690	119.780	3.232	160	99	503	128.152
1873		4	9	1.331	6.800	49	96.641	5.048	232	60	264	110.438
1874		5	33	900	2.559	138	42.492	1.019	165	107	253	47.671
1875		1	37	1.026	1.556	38	27.834	1.387	126	73	251	32.329
1876		54	31	1.226	1.276	11	22.767	3.432	104	43	700	29.644
1877		750	31	1.306	934	11	18.240	1.069	87	268	202	22.898
1878		394	50	1.718	1.410	89	20.373	1.048	201	96	248	25.627
1879		23	31	274	2.561	44	30.808	1.630	216	76	225	35.888
1880		27	36	132	10.907	222	103.115	2.119	189	119	231	117.097
1881		314	35	745	10.335	286	206.189	2.102	362	114	400	220.882
1882		335	40	1.247	9.716	383	189.373	1.286	599	104	502	203.585
1883		772	50	2.104	7.497	591	159.894	1.583	668	84	373	173.616
1884		230	35	666	5.479	728	139.339	1.253	692	59	584	149.065
1885		294	72	604	2.881	692	102.224	1.713	726	63	850	110.119
1886		191	116	534	3.350	330	75.591	2.045	637	68	363	83.225
1887		302	227	500	5.075	270	95.976	1.152	908	98	279	104.787
1888		331	230	539	5.436	199	94.364	1.129	1.225	93	405	103.951
1889		422	262	496	5.811	88	84.424	2.412	1.519	137	499	96.070
1890		471	165	474		307	89.762	4.117	1.033	116	658	97.103
1891		599	97	438		976	113.046	3.779	665	170	319	120.089
1892		476	120	376		1.577	111.806	796	699	129	360	116.339
1893		586	146	261		6.136	78.249	1.173	684	93	349	87.677
1894		760	151	225		1.490	35.902	1.288	751	117	280	40.964
1895		886	134	211		1.100	32.503	1.405	795	124	340	37.498
1896		1.346	144	174		634	29.007	1.001	745	148	625	33.824
1897		1.115	145	324		539	20.346	936	642	155	429	24.631
1898		1.104	223	163		208	18.563	821	629	162	303	22.221*
1899	1.626	554	178	141		126	19.805	896	521	162	259	24.323**
1900	1.388	183	1	196		144	19.703	364	275	33	22	22.309

Continua

* Inclui 45 imigrantes que foram para outras partes da América.

** Inclui 55 imigrantes que foram para outras partes da América.

Continuação

Anos	Europa	África	Ásia	Austrália	Outros	Canadá	EUA	Brasil	Argentina	México e América Central	Outros Países da América Latina	Total
1901	1.199	55	6	217		11	19.912	402	231	26	14	22.073
1902	1.183	414	2	235		183	29.211	807	316	2	45	32.398
1903	857	226		153		480	33.649	693	232	2	18	36.310
1904	719	78	2	97		332	26.085	355	312		4	27.984
1905	672	57		84		243	26.005	333	674		7	28.075
1906	310	33		86		540	29.226	182	686	1	10	31.074
1907	153	37		163		333	30.431	167	404	2	6	31.696
1908	157	33	1	175		260	17.951	326	515		465	19.883
1909	164	26		178		367	19.930	367	448		3.441	24.921
1910	77	16		128		460	22.773	353	793		931	25.531
1911	98	18		246		511	18.900	363	990		1.564	22.690
1912	90	4		322		891	13.706	225	1.278		2.029	18.545
1913	68	32		359		1.306	19.124	140	1.085		3.729	25.843
1914	51	8		232		580	9.614	77	281		960	11.803
1915							467				61	528
1916							291				35	326
1917							6				3	9
1918												
1919							213				2.931	3.144
1920	1						1.429	131	588	231	6.078	8.458
1921	770	391					9.080	6.872	2.056	992	3.290	23.451
1922	57	607	15			3	24.605	5.261	4.996	253	730	36.527
1923	328	635	125	51		768	92.808	8.920	9.640	408	1.733	115.416
1924		1.000	60	3		2.221	22.475	21.016	8.125	716	2.712	58.328

Fonte: "Statistics of Migrations, National Tables, Germany", in Ferenczi and Willcox, *International migrations*, Vol. 1: "Statistics", 700.

Apêndice A, Tabela A4 – Navios e passageiros que partiram de Hamburgo com destino à colônia Dona Francisca, 1850-1890

Ano	Nº de Navios	Nº de colonos embarcados
1850	1	125
1851	3	270
1852	4	432
1853	3	204
1854	3	524
1855	3	261
1856	4	455
1857	5	579
1858	3	245
1859	3	357
1860	4	628
1861	4	272
1862	4	528
1863	4	396
1864	3	91
1865	2	214
1866	3	82
1867	3	137
1868	6	498
1869	7	763
1870	2	220
1871	4	320
1872	7	530
1873	5	1.200
1874	2	164
1875	1	40
1876	5	867
1877	6	899
1878	2	297
1879	6	586
1880	7	893
1881	6	754
1882	2	58
1883	7	729
1884	7	499
1885	8	784
1886	9	766
1887	7	394
1888	9	523
1889	5	126
1890	2	38
Total	181	17.748

Fonte: Relatórios da Direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, 1851-1892.
Traduções Helena Remina Richlin. AHJ.

Apêndice A, Tabela A5 – Número de habitantes da colônia Dona Francisca segundo sexo, religião e distrito, 1851-1886

Ano	Sexo		Religião		Total de habitantes	Habitantes de Joinville	Habitantes de São Bento
	Masculino	Feminino	Protestante	Católico			
1851					394		
1852					687		
1853					757		
1854	663	531			1.194		
1855					901		
1856					1.428		
1857					1.700		
1858					2.250		
1859					2.475		
1860					2.885		
1861					3.050		
1862					3.675		
1863					4.120		
1864					4.263		
1865					4.275		
1866					4.475		
1867					4.667		
1868					5.237		
1869					6.185		
1870	3.286	3.166	5.443	1.009	6.452		
1871	3.401	3.270	5.606	1.065	6.671		
1872	3.476	3.334	5.703	1.107	6.810		
1873	3.850	3.708	6.141	1.417	7.558		
1874	3.992	3.868	6.293	1.567	7.860	1.670	396
1875	4.133	4.022	6.518	1.637	8.155		
1876	4.974	4.324	6.346	2.952	9.298		1.158
1877			7.077	5.371	12.448	9.978	2.470
1878					11.877	9.485	2.392
1879					16.967	12.692	4.275
1880					18.229	13.138	5.091
1881					19.455		
1882					19.825		
1883					23.800	15.100	8.700
1884					24.100	15.200	8.900
1885					25.000	15.600	9.500
1886					26.000	16.150	9.850

Fontes: Relatórios estatísticos da colônia, cx 1, prat. 41, Série Sociedade Colonizadora. BR SCAHJ CF 12; Relatórios da Direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, 1851-1892. Traduções Helena Remina Richlin. AHJ.

Apêndice A, Tabela A6 – Número de casas e escolas na colônia Dona Francisca, 1851-1886

Ano	Número de casas em Joinville	Número total de casas na colônia	Número de escolas
1851			
1852	21	105	
1853	26	150	
1854	39	199	
1855	59	219	
1856	68	215	
1857	87	320	3
1858	98	502	
1859	113	596	
1860	129	653	
1861	134	689	3
1862		708	
1863		785	
1864		803	
1865		836	
1866			11
1867		924	12
1868	174	982	12
1869			14
1870		1.279	
1871			14
1872		1.320	16
1873			16
1874	280	1.456	
1875	282	1.475	
1876		3.180	
1877	406	3.867	19
1878			
1879			
1880			
1881			
1882			
1883			
1884			20
1885			
1886			

Fontes: Relatórios estatísticos da colônia, cx 1, prat. 41, Série Sociedade Colonizadora. BR SCAHJ CF 12; Relatórios da Direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, 1851-1892. Traduções Helena Remina Richlin. AHJ.

Apêndice A, Tabela A7 – Evolução da População de Santa Catarina, 1712-1872

Anos	População total	Brancos e Libertos	Escravos	Proporção da população Escrava (%)
1712	500			
1749	4.197			
1774	9.058			
1775	9.000			
1787	20.611	16.386	4.225	20
1796	23.855	18.664	5.191	22
1803	28.433	22.186	6.247	22
1805	29.049	22.330	6.719	23
1810	30.349	23.146	7.203	24
1813	32.949	25.471	7.478	23
1814	33.663	25.361	8.302	25
1819	36.403	27.172	9.231	25
1820	39.889	30.106	9.783	25
1824	45.410	29.877	15.533	34
1838	63.624	49.966	13.658	21
1839	65.638	51.576	14.062	21
1840	67.218	54.638	12.580	19
1842	65.280	52.700	12.580	19
1848	80.133	65.883	14.250	18
1849	74.727	60.785	13.942	19
1850	86.490	71.465	15.025	17
1852	87.448	72.391	15.057	17
1855	105.604	88.485	17.119	16
1856	111.109	92.922	18.187	16
1857	122.833	104.425	18.408	15
1858	127.786	108.655	19.131	15
1860	114.597	98.281	16.316	14
1864	133.738	117.418	16.320	12
1865	138.765	121.817	16.948	12
1866	119.181	104.459	14.722	12
1872	159.802	144.818	14.984	9

Fontes: Santa Catarina, *Falas e Relatórios dos Presidentes da Província*, vários anos; Resumo de toda a População pertencente ao Governo da Ilha de Santa Catarina, vários anos; Piazza, *Escravidão*, 12; Brasil, *Recenseamento do Império de 1872*. “Província de Santa Catarina”.

Apêndice A, Tabela A8 – Gini de concentração
fundiária no Brasil e Unidades da Federação, 1920

Brasil/UFs	Gini
Brasil	0,835
Espírito Santo	0,567
Pernambuco	0,627
Ceará	0,721
Rio de Janeiro	0,724
Rio Grande do Norte	0,724
Alagoas	0,725
Minas Gerais	0,726
Maranhão	0,742
Paraíba	0,747
Sergipe	0,761
Mato Grosso	0,761
São Paulo	0,766
Santa Catarina	0,766
Goiás	0,784
Rio Grande do Sul	0,800
Paraná	0,811
Bahia	0,811
Piauí	0,821
Distrito Federal	0,835
Pará	0,877
Amazonas	0,902
Território do Acre	0,937

Fonte: Calculado de Brasil, Directoria Geral de Estatística,
Recenseamento do Brazil de 1920.

Apêndice B, Figura B1 – Relações das concessões que pede a “Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo” ao Governo Brasileiro, 11 de agosto de 1849

Relação das Concessões que pede a
Sociedade Colonizadora estabelecida em Hamburgo em 1849.

— Ao Governo de Sua Magestade O Imperador do Brazil
a favor da colonia que pretende estabelecer nas terras de Suas
Altezas Reaes o Principe e a Senhora Princeza de Saxe-Coburg, na
Provincia de Sta. Catharina, e debaixo do Patrocinio das mesmas
Reaes Pessoas.

1.
— O Estabelecimento de hum Alfanega, e Mesa de Consulado
as margens do Rio de San Francisco (Provincia de
Santa Catharina), na Villa do mesmo nome ou ainda
mais proxima (sendo possivel as terras de Suas Altezas
Reaes, a fim de que os Navios estrangeiros possam alli
aportar para desembarcarem os Colonos com as suas
bagagens, e receberem os productos da colonia para
portos estrangeiros.

Existo que na terra firme da
Provincia de Sta. Catharina, ainda
nao existe Alfanega nenhuma,
havendo ja duas, nas Provincias limitrophes,
tanto na de Sta. Paulo, como na do
Rio Grande, parece este pedido plenamente

H. G. B
ARQUIVO

Lote 216
Pasta 21

Continua

E na naturalização pevia, não pode haver nelle difficildade.

5.º Isenção para os colonos de toda e qualquer Contribuição directa durante os primeiros doze annos da sua residência nas terras de Suas Altezas Reaes, e do serviço Militar no Exercito e na Marinha por toda a Vias, excepto o da Guerra Nacional dentro do districto da colonia.

Estes insultos existem em maior escala nos Estados Unidos, e na Australia Inglesa. Com cujos paizes não se pode fazer Concorrência no engajamento de colonos. Sem que se offerça aos mesmos, iguaes Vantagens. - No contracto Van Heve, Artos 6.º & 8.º se achão a este respeito Concessões muito mais extensas.

6.º Pagamento da passagem da Europa até a colonia dos colonos menores, de cinco até doze annos de idade, pelo preço de Deza nove Rees fortes por Cabeça, e até a Concorrência de Duzentos Saberas por anno, durante o decurso do Contracto Com Suas Altezas Reaes (5 ou 10 annos). Este pagamento sera feito pelo Seguro na forte, logo que lhe fôr apresentada pelo Procurador da Sociedade, hum Cartidão de embarque passava pelo Agente Diplomatico ou Consular Brasileiro, residente no porto de Sabida.

5
 E serve de precedente a este pedido igual
 favor Concedido ao Sr. Sr. Senador
 Vergueiro no Embargo de colonos de
 Hamburgo para Santos pelas Barcas
 "Franziska" & "Merck" em 1847.

Estes colonos menores, não impoem senão
 sacrificios a Sociedade, sem compensação de
 trabalho ou de meios de Subsistencia, e
 deverão ser por ella rejeitados, no caso de
 não merecerem a protecção do Governo
 Imperial. Visto que são os colonos, que
 pela sua maior docilidade e trabalho conti-
 nuam desde a sua idade viril, mais vantagens
 offercem ao paiz.

7.º Linguagem para dous Ecclesiasticos allemães; Hum Catholico,
 e outro protestante, que devem acompanhar os colonos. Estas
 Congruas, cujo pagamento se sollicita do Governo Imperial, serão
 convencionadas entre os ditos Clerigos e a Sociedade por hum
 Contracto Celebrado por hum Agente Diplomatico ou Consular
 Brasileiro no porto da Sahuva.

e serve de exemplo igual procedimento
 da parte do Governo Imperial, na
 colonia de Petropolis.

8.º Protecções aos colonos de livres instituições Municipaes. Semelhantes

Semelhantes as que regem a colônia as que regem a colônia de Petropolis. Para este fim o Governo Imperial permittirá aos colonos a escolha de arbitros (Burgomestres) para a justa decisão das suas disputas, e administração dos seus Estabelecimentos pios e bens de freguezia, aos quaes elles deverão prestar obediência. Estes arbitros deverão ser devidamente installados e protegidos no desempenho das suas attribuições pelo Governo Provincial, o qual, sendo requerido pelo Director da colônia, porá a disposição do mesmo hum piquete de tropa para a protecção e policia da mesma.

Estas attribuições que existem nos Estados Unidos, e na Australia, se tornão immensamente necessarias, visto que os colonos, não intendo por ora a lingua do paiz, e não sendo ainda naturalizados, não gozarão de direito de elegorem Juizes de Paz.

10.ª Autorisação ao Director da colônia para prohibir aos colonos o emprego de escravos nas terras de suas Aldeas Reaes, e para velar ou restringir a venda a retalho de bebidas espirituosas.

Este pedido e dirigido ao Governo Imperial no interesse da moralidade da colônia, a qual sem estas restricções não poderá preencher as vistas philantropicas de suas Aldeas Reaes.

Reaes.

11.º Promessa de mandar Sufficientar e tornar effectivos Com todo o rigor da lei os Contractos feitos pela Sociedade ou pelos seus Agentes Com os seus Colonos.

A Sociedade não pretense impôr obrigação alguma aos Colonos. que pagarem a sua passagem. A vista porém da promessa de introduzir annualmente. Certo numero de Colonos e de fornecer lhes. Viveres, utensilios, e moradia, durante o espaço de hum anno, não poderá ella, deus de Contrahir debitos Com humma parte d'elles e por isso, pede a protecção do Governo, para taes engajamentos voluntariamente contrahidos pelos Colonos, aos quaes Concede a faculdade de os amortizarem em parte Com Salarios de Serviço.

Os Supplicantes nos motivos acima expostos, recorrerão algumas Vezes ao Contracto van Lee. o qual encontrou opposição nas Camaras, em algumas das suas estipulações, mas não naquellas a que se referem os

Supplicantes

Supplicantes; Senão do outro Lado os Sacrificios
impostos pelo dito Contracto ao Governo Imperial
na Concessão gratuita de terras, premios d'importação
de R\$. 304.000 por foleto, Construção d'estradas, &c &c
muito mais pagadas, e as Condições impostas aos Colonos
dedizimios a beneficio da Companhia, de juros accumula-
das, Armazenagens, Comissões &c &c, muito mais
onerosas.

Os abaixo assignados, que ha muitos annos cultivão relações com o Brasil,
que tem estabelecido Casas de commercio em varios portos do Imperio, e
adquirido algum Conhecimento do paiz, desejão estabelecer huma Colonia
que possa por todas as hações servir de modelo. Foi este principal fim
que guiou não só as Suas Altezas Reaes, como os Supplicantes na
relação do mencionado Contracto de Colonização, e por isso desejão, e
esperão, que o Governo Imperial lhes prestará Coajvação, dignando-
se conceder lhes no interesse do paiz, os privilegios e isenções que pedem.

Hamburgo 11. de Agosto de 1849.

o Comité Provisorio da Sociedade Colonizadora
de 1849. estabelecida em Hamburgo.

Procurador no Rio de Janeiro (assignado.)
Arthur Guignard
48. Rua d'Alfamaça.

Chr. Matth. Schröder & C^o
A. Schramm.
G. W. Schröder.

I. H. G. B.
ARQUIVO

Lata 216
Pasta 21

anno de 1854 a dita Companhia tem de
 declarar a S. A. R. R. se s'engaja
 a povoar e habitar mais 12 legoas quadradas
 pagando n'esta base R\$ 192.000. — impor.
 dando em consequencia mais 2500 colonos
 além daquelles 1500 que s'obrigou a
 importar / nas proximidades oito legoas que
 são ja cultivadas e utilizadas como he'
 publico / — Os 2500 colonos devem ser
 importados até o anno de 1860. — No
 caso contrario, isto e, quando a Companhia
 não se engaja a cumprir estes annos, não
 he' possible visto muita ou pouca algama,
 pois resultará sem duvida grande embaraco
 para a futura colonisação, porq' na Alemanha
 se dizem que o Governo não quiz proteger
 a Companhia e por a colonisação não poder
 meiar no Paiz, porq' a que se fundem
 nas terras do Principado de Hohenzollern não
 foi adiante etc etc etc. — Ora v. g.
 sabe que animosidade ha' na Alemanha
 contra o Brazil a respeito da Colonisação.
 A Companhia, sem auxilio algum do Governo
 Imperial, tem importado 1100 colonos e
 feito estradas, pontas etc a suas custas
 proprias, pagando enfim tudo que for
 preciso na colonia e vai completar o numero
 de 1500 fazendo ainda mais sacrificio e
 despesa para vencer tantas difficuldades. —
 Mas

Mas para poder lutar e vencer as difficuldades
 que necessariamente tera para a importacao
 de 2500 colonos ou mais, precisa que o
 Governo Imperial lhe de a mão, que a auxilie,
 e é o que se deve esperar do hum Governo
 tão illustrado e patriótico.

O pedido que a Companhia fez ao
 Governo Imperial consta de hum requerimento
e pro Memoria feito ao Governo pelos Directores da dita
 Companhia, que são Geroscos de alto credito
 na Europa, em Hamburgo onde residem
 e mesmo n'esta praça.

Em conclusão que o Pa. Ep.^o des-
 licença para lhe declarar que se o Governo
 Imperial não auxilia a Companhia, ella
 não pode obrigar-se a segunda parte do
 Contracto que fez com S.^o M. R. R. e
 assim deixaria muito a futura Colonizacao
 do Paiz, que, estabelecida completamente
 a Colonia de São Francisco, se facilitaria
 muito, havendo seu exemplo, este argumento
 poderoso para resolver Emigrantes, m.^{as} abastados
 a pro carecem neste bello Paiz residencia, que
 para cá transmitem seus Capitais, sua industria
 etc etc.

Resando a Pa. Ep.^o a breve
 solucão de negocio tão importante para o Paiz,
 tenho a honra de ser Com o mais Subido
 Considerações e respeito

De Pa. Ep.^o
 Mante Aff. e Ci.
 J. J. J. J. J.

Eu de São. 8 de Maio 1854
 Rua de S. Pedro N.º 58. 1.º Andar

N.B. Sendo em meu poder de
 este unico Copia do Contracto.
 pelo Pa. Ep.^o de mandar. voltee.
 Eu - Logo de não ficar o mais

Como Procurador e Agente
 da Sociedade Colonizadora em
 Hamburgo de 1849

Apêndice B, Figura B3 – Pró-memória da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo destinada ao Governo do Império do Brasil, 20 de outubro de 1853

7

Pro. Memoria

para servir de apoio á publicação da Sociedade Colonizadora Hamburгуeza.

Eis aqui humra relação confidencial franca e exacta dos trabalhos da Sociedade Colonizadora de 1849 em D. Francisca, das quantias expendidas por ella e dos resultados da experiencia dos primeiros annos da sua gestão.

A Sociedade pela primeira parte do seu trato com S. S. C. A. R. N. e Principe e a Senhora Francisca de Seimville obteve de a assentar em 8 hecctas de terras e no espaço de 3 annos 1500 colonos. Esta parte do trato está se completando e cumprir-se ha infallivelmente, para cujo fim a Sociedade dispõe ainda de 2 annos completos de tempo e de hum saldo effectivo de R\$ 76.365. fallando remetter somente 417 colonos.

A Sociedade, da sua emissão de 1500 accões de 200 R\$ conseguiu vender até agora 1023 accões, as quaes pagas as 4 prestações de 25 p. c. produzem

R\$ 205.600.
A despesa até hoje importa em
R\$ 129.235.
R\$ 76.365.

Além deste haver liquidado da Sociedade possui a mesma em dividas de colonos, que ainda que empataadas, estão pela maior parte seguradas com hypotheca nas terras

Nº 22.985 + 551

e 9 hecctas de terras incultas (das quaes ja se venderão a hecctas de accões e a colonos a prazo de 3 annos 11000 Morgen ou seja 2824 Hectares.) representando pelo preço de 3 Saleres Russiânos e Morgen

22600 Morgen	
11696	vendidos
16904 Morgen	8760
172.140 + 000	
R\$ 195.125 + 551.	

Ainda

Continua

3

Exatidão sobre os serviços.

Em relação de tais colonos, que querem se precuar de
conveniências, que se podem afluir de colonias livres, se
podem aduzir a cultura e a agricultura de agricultura in-
tensiva e a cultura de agricultura livre, a cultura de agricultura
intensiva e a cultura de agricultura livre, a cultura de agricultura
para o Brasil. Que importa comparativamente a sua
situação de pessoas ignorantes, jornalistas, que vai ocupar as
sanções de uma fazenda de colônia, ao fim desta gente robusta
e enérgica, dignos **emulos** dos **Homens Americanos**, que
se não se trabalham duro e comitente de male virgem!

Receber de terra igualmente a colonização por
gente afluente e inteligente por ser a maior disposição.

É a sociedade colonizadora sendo embebedado no ar
de São Paulo em 1.º março 1853 colonos, com muitos de gente afluente
da e dos jornalistas necessários para conservar o preço do
trabalho diário a nível de 40 e gastar com adiantamentos
para a viagem unicamente 10.000 \$ e a mais. São Paulo
em sua por cabeça 10.000 \$, equivoque 10.000 \$ e tem ainda
a mais de

286	de	para pagar	12
396	de		13
486	de		15

da sua passagem, de sorte que poderia embarcar colonos com
de 200 a 300, a parte de que se fez com os de parceria e com
ajuda do imperial governo e para remeter não só 4000,
mas por cima de 10.000 colonos em 7 annos.

Além dos seus colonos trabalham constantemente na
colônia de São Paulo Brasileiros livres, com cujos serviços e
directores e engenheiros da sociedade se declararam completamente
satisfeitos e que vão amendoando a par dos colonos, sem que
nunca tenha havido entre as duas raças a menor desavença.

Se os colonos embarcados para São Francisco 1.º de pagar
a sua passagem por inteiro e a mais comido um cabedal
electivo e em créditos de São Paulo 250.000
1250 \$ 300 375.000

agis a partidos ao numero total
de colonos 1000 com a ser
N

4

Nº 234.000 por cabeça. Sanc.º Nº 308.375.000

A Sociedade Colonizadora gastou propriamente com os colonos, fora da passagem acima, em adiantamentos de viveres e utensílios na colônia e terras ~~vendidas~~ a prazos, somente 7.769.000
ou Nº 7.500 por cabeça, dando cada qualifica-
mento por 3 mozas e exigindo que os colonos
pagassem os supprimentos pelo trabalho dos
seus crangos.

Este modo criou cada colono ali
estabelecido se em casa propria sua, suas terras
a diminuta somma de 20.000 de passagem
e supprimentos.

A despesa por outro lado com estradas,
pontes, demarcações, culturas e edificios pu-
blicos tem sido consideravel e amontou por
cu seja 13.500 por cabeça. 47.250.000

Com Salarios do Director, ouvro, enge-
nheiros, padre mestre d'escola medico,
assistentes e officios d'Alfandega gastou se 17.250.000

Com Agencias, formos, impressos,
carreiros e escritorio d'esta praça, servindo
a Direcção gratuitamente 7.750.000

Sao Nº 308.375.000
que forão augmentar o cabedal productivo da Provincia de
Santa Catharina.

Perante a Sociedade, tendo expendido 60 lres em
trabalhos que propriamente competem ao Governo, como se a esta
das pontes, educaçao e promocio a remessa para o Brazil e
emprego no mato virgem de perto de 400 lres de Hon e de
1083 lres com despesa geral de 75.000, por cabeça, que com
a ser a quinta parte do cabedal, que impetrou de dito colono
no Imperio, não comprehendidos os seus tractos e utensílios.

De todos estes factos se podem apresentar contas e
provas authenticas.

A Sociedade ja expendio 43 lres e sem lres
que lhe estão não pode acudir as obras que mais necessita
a colônia, que são:

1. Casas de

I. H. G. B.
ARQUIVO

Esta 216
Pasta 21

1. Acabar-se a estrada de carro ~~de~~ terras da Colônia, que já tem 8000 Braças até as margens do Pirahy, além de picadas, e que deve atravessar a Serra geral em direcção do momento perto da lancheira grande. Tem aquelle projectada pelo Sr. Lube' se unisse a estrada antiga na fazenda de Tres Barras) seguindo em linha recta para os cascos acima da Serra, para onde deve passar e estender-se o influxo de colonos. Ao passar a serra faltará 2 legoas cujo trabalho fica orçado em R. 15.000/000
 2. Edificar-se hum templo protestante de pedra e cal que possa conter 1000 pessoas 12.000/000.
 3. Construir-se hum hospital com 30 camas e mais arranjos necessarios 8.000/000
 4. Construir-se 4 escolas em diversos districts da Colônia, que já tem mais de 2 legoas e brevemente terá 4 legoas de fundo 5.000/000
-
- R. 40.000/000

Diz o contrato com S. J. A. A. R. R. que estes edificios devem ser construidos "par les soins" da Sociedade e bem entendido ficou entre as partes contractantes, que não havia de ser "a sua custa". Assim mesmo a Sociedade dispõe interinamente a sua custa para estes fins de edificios de taipa, que os colonos achão pouco decorozos. Offereceu-se pois a Sociedade para mandar construir edificios apropriados de pedra e cal conforme o orçamento acima, com tanto, que os colonos contribuissem a metade da despesa, e que não se tem podido conseguir por não ter o Governo Imperial concedido á Colônia instituição municipal, de sorte, que nem se lhe pode pagar impostos, nem colligir a contribuição annual de 2 Talles, que devem pagar os colonos conforme o contrato.

Estes edificios com tudo, são eminentemente necessarios e sua construcção deve preceder a ratificação da segunda parte do contrato.

Para emprender finalmente a segunda parte do contrato, a saber:

1. Pagar-se ao Principe de Joinville 12 licenças de terras

6

quilo preço de 10 francos e heclare — Rs. 192.000.—
 300 50 67.200.000

2. Alugar nellas 2500 colonas, e gastará
 em proporção do expendido, 25.000 \$ por cubica. 187.500.000

3. Expendir metade do custo de igrejas, escolas,
 hospitais e estrada principal 20.000.000
Rs. 274.700.000

achando-se esgotado o cofre da Sociedade com a colonização das
 primeiras Gileas, si se pode proceder depois de ter disponíveis
 pelo menos 3/5 partes da quantia acima pela venda de
 1500 accções no valor de Rs. 300.000.—
 ou seja a 625 \$ Rs. 187.500 \$

Destas accções não se pode dispor na Alemanha
 avendo tais emprezas pouco favor mercantil e menos confiança
 inspirao em consequencia de mau successo da Companhia Cole-
 niadora de Tebas e ultimamente daquella da America Central.

Nesta posicao espere a Sociedade do Imperial
 Governo os meios necessarios para levar a cabo a sua em-
 preza, daqual ao Imperio do Brazil resulta *incito* maior
 vantagem que aos Socos Hamburquizes.

Quando se acharem reunidos na Colonia 2000 almas
 e depois de ella ter vingado por espaço de 10 annos e possuir
 humma estrada capaz para o sortao para poder negociar com
 o centro do Imperio e porcaho se Deus quizer ate o Paraná,
 a Colonia de D. Francisca podera subsistir por si so, sem ser
 peizado ao Imperial Governo e não deixará de augmentar
 em população e riqueza todos os annos.

Hamburgo 20 de Outubro 1853.

Frederico Gultrow
 Director da empreza.

DL 216.21

Apêndice B, Figura B4 – Título de propriedade de Friedrich Wilhelm Ebert, primeiro proprietário de terras da Colônia Dona Francisca

Continua

Apêndice C, Documento C1 – Contrato de Casamento do Príncipe de Joinville e da Princesa Dona Francisca Carolina ¹

EM NOME DA SANTÍSSIMA E INDVISÍVEL TRINDADE

Fazemos saber a todos que o presente virem, que como promessas de casamento têm sido feitas entre sua Alteza Real o Senhor Francisco Fernando Felipe Luis Maria de Orleans, Príncipe de Joinville, Filho do Sereníssimo e Muito Alto e Muito Poderoso Príncipe Luis Felipe, Primeiro Rei dos Franceses, e da Muito Alta e Poderosa Princesa Maria Amélia, Rainha dos Franceses, de uma parte, e sua Alteza Imperial a Senhora Princesa Dona Francisca Carolina Joana Leopoldina Romana Xavier de Paula Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga, Filho do Muito Alto e Muito Poderoso Príncipe D. Pedro de Alcântara de Bragança e Bourbon, Primeiro Imperador do Brasil, e da Sereníssima e Muito Alta e Muito Poderosa, Princesa Carolina Josefa Leopoldina, Arquiduquesa da Áustria, Imperatriz do Brasil, Irmã do Sereníssimo, Muito Alto e Poderoso Dom Pedro, Segundo Imperador do Brasil, de outra parte, Sua Majestade o Imperador do Brasil, e Sua Majestade o Imperador e Rei dos Franceses, desejando estreitar cada vez mais os laços de parentescos, de amizade e de confiança as Convenções Matrimoniais, escolhido e nomeado, por seus plenipotenciários, a saber:

Sua Majestade o Imperador do Brasil ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Bernardo Pereira de Vasconcellos, Conselheiro de Estado, Senador do Império, Dignitário da Ordem Imperial do Cruzeiro.

E sua Majestade o Rei dos Franceses, ao Senhor Barão Emílio de Langsdorff, Comendador da Sua Ordem Real da Legião de Honra e seu Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto à Sua Majestade o Imperador do Brasil.

Os quais, em virtude dos plenos poderes que respectivamente se comunicaram, convieram nos seguintes artigos e condições do contrato de casamento:

Artigo 1º.

Sua Majestade o Imperador do Brasil dá seu consentimento ao casamento da Sua Alteza Imperial a Senhora Dona Francisca Carolina, Princesa do Brasil, com sua Alteza Real o Senhor Príncipe de Joinville. As Altezas Contratantes têm concordado celebrar o casamento

¹ “Contrato de Casamento do Príncipe de Joinville e da Princesa Dona Francisca Carolina”. Coleção Carlos Ficker. Série Domínio Dona Francisca, cx 1, prat. 36. BR SCAHJ CF 12.

na cidade do Rio de Janeiro, segundo a forma e as solenidades prescritas pelos Santos Cânones e Constituição da Igreja Católica, Apostólica Romana, devendo preceder dispensa da autorização eclesiástica, por causa do parentesco existente entre os dois esposos. Antes das cerimônias religiosas, será o casamento celebrado segundo as formas estabelecidas pelas leis civis francesas.

Artigo 2º.

Tendo a Princesa Dona Francisca Carolina, com autorização do Imperador, de sair do Império com seu futuro esposo, são lhe reservados, expressamente, todos os direitos de sucessão política, que lhe pertençam ou lhe poderão pertencer, dentro dos limites da Constituição, sobrevindo o caso em que Sua Majestade o Imperador do Brasil, e Sua Alteza Imperial Dona Januária, Princesa Imperial e herdeira presuntiva da coroa, faleçam sem posteridade.

Artigo 3º.

Todas as despesas de viagem da Senhora Princesa, serão feitas à custa de sua Majestade o Rei dos Franceses.

Artigo 4º.

Sua Majestade o Imperador do Brasil, nos termos dos artigos 11 e 12 da Lei de 29 de Setembro de 1840, constituiu um dote para sua Augusta Irmã a Senhora Princesa D. Francisca Carolina: 1º) a soma de trezentos e setenta contos de réis, equivalentes pelo câmbio atual a um milhão de francos, moeda francesa, que será entregue por via de letras do Governo Brasileiro sobre Paris, ou Londres, ao futuro esposo, dentro de seis meses que se seguirem a data da celebração do casamento; 2º) a soma de mil contos de réis em apólices, ou inscrições da dívida pública interna do Brasil, equivalentes, segundo o preço atual da praça, à soma de setecentos contos de réis e em moeda francesa a de um milhão e novecentos mil francos; 3º) cinco léguas em quadro, ou vinte e cinco léguas quadradas, de 3.000 braças, segundo a Lei de 25 de Janeiro de 1809, de terras devolutas que podem ser escolhidas nas melhores localidades, em um ou mais lugares da Província de Santa Catarina. S.A.R o Príncipe de Joinville, entrará na posse destas terras logo que forem medidas, o que terá lugar o mais breve possível, e será considerado proprietário da superfície, na forma das leis que regulam no Brasil as concessões de terras, destinadas à cultura, como de profundidade, para extrair, sem que tenha necessidade de outras concessões ou privilégios, sem reserva alguma, exceto as minas de diamantes.

Artigo 5º.

A Senhora Princesa Dona Francisca Carolina, com autorização de Sua Majestade o Imperador do Brasil, seu Augusto Irmão e Tutor, e Sua Alteza o Senhor Príncipe de Joinville com

autorização de seu Augusto Pai, declaram casar-se sem comunhão de bens e que é sua vontade que em tudo quanto não se achar expressamente determinado no presente contrato, os efeitos desta estipulação sejam regulados conforme o Código Civil Francês, que regerá as condições civis do casamento, e será aplicado não obstante todos os costumes, estatutos os usos em contrário, a todos os bens dos futuros esposos, de quaisquer natureza que sejam que sejam e em qualquer lugar em que estejam situados. Ficam porém entendido, que os bens situados no Brasil, estão sujeitos a todos os encargos públicos, que são ou venham a ser impostos pelas leis sobre as propriedades brasileiras.

Artigo 6º.

Os teres e haveres que S. A. R, o Príncipe de Joinville, traz ao casamento, são: 1º) Todos os direitos indivisos de propriedade que adquiriu e lhe pertencem em virtude de doação paterna, que lhe foi feita por ato de 7 de agosto de 1830, perante Dentend e Noel, Notário de Paris, tais como forem regulados pela partilha testamentária de S. M. o Rei dos Franceses; 2º) seus direitos de propriedade na terra e palácio de Carlheil, Departamento de Loire inferior; e todos os outros direitos de propriedade, e bens que lhe pertençam ou possam pertencer por qualquer título, ou de qualquer natureza que sejam.

Artigo 7º.

Fica estipulado como condição expressa do presente contrato, que, no caso que S. A.R o Príncipe de Joinville faleça sem filhos, assim como no caso que os filhos nascidos de seu casamento ou seus descendentes faleçam sem posteridade legítima, os bens imóveis pertencentes a S. A.R, e de que ele não tiver disposto, ou que pertençam a seu último descendente, serão devolvidos aos Príncipes e Princesas seus irmãos e irmã, ou a seus representantes em linha direta e legítima, franceses e domiciliados em França, livres e quites de todas as dívidas (sic) e hipotecas. Para este efeito, os ditos bens ficam onerados com um direito de devolução perpétua em favor dos Príncipes e Princesas, e de seus descendentes, o qual será aberto no caso de extinção da descendência do Príncipe futuro esposo.

Artigo 8º.

Os teres e haveres que a Princesa, futura esposa, traz ao casamento, são: 1º) seu dote declarado no artigo 4º do presente contrato; 2º) sua fortuna particular, consistindo em 145 apólices ou inscrições da dívida pública do Brasil, em diamantes, joias, objetos de ouro e prata, e rendas, no valor de cerca de duzentos mil francos, mais ou menos, segundo o inventário que se fizer de comum acordo, em duplicata, devendo uma cópia ser entregue a S. M. o Imperador, e outra a S. A. R. o Príncipe de Joinville; 3º) Todos os outros direitos de propriedades, bens ou

ações, que lhe pertencem ou puderem pertencer-lhe, por qualquer origem ou título que seja, por herança, doação, legado ou outro meio. A administração de todos estes bens pertencerá ao futuro esposo desde a celebração do Casamento.

Artigo 9º.

Fica estipulado como condição expressa do presente contrato, que, no caso que a Princesa futura esposa faleça sem filhos, assim como no caso em que os filhos nascidos de seu casamento, ou seus descendentes, faleçam sem posteridade legítima, todos os bens imóveis que lhe pertencerem ou puder pertencer por compra, herança, legado, doação ou qualquer outro meio, e de que ela não houver disposto ao tempo de sua morte, serão devolvidos ao Imperador e à Princesa Imperial, seu irmão e irmã ou a seus representantes em linha direta e legítima, brasileiros e domiciliados no Brasil, livres e quites de todas as dívidas e hipotecas. Para este efeito, os ditos bens ficarão onerados com um direito de devolução perpétua em favor dos Príncipes e Princesas, e de seus descendentes, o qual será aberto no caso de extinção da descendência da Princesa futura esposa.

Artigo 10º.

S.M. o Imperador, constitui, além disto, à Sua Augusta Irmã, nos termos do artigo 4º da Lei de 29 de setembro de 1840, um enxoval no valor de cem contos de réis, moeda brasileira, que fazem em francos, pelo câmbio atual, a soma de cerca de duzentos e setenta mil francos.

Artigo 11º.

S.M. o Rei dos Franceses, pagará aos futuros esposos uma renda anual de cem mil francos, sobre a qual S. A. Real, o Príncipe de Joinville, assina à Sereníssima futura esposa uma pensão de sessenta mil francos por ano. A dita renda será de pleno direito extinta tanto pela morte do Príncipe de Joinville, como no momento em que, em consequência de morte de S.M. o Rei dos Franceses, o Príncipe tiver que entrar no gozo dos bens, cuja nua propriedade lhe foi conferida pelo ato de doação de sete de agosto de mil e oitocentos e trinta; mas, neste último caso, o Príncipe futuro esposo assinará diretamente à Princesa uma pensão anual conveniente e proporcional ao seu nascimento e hierarquia, que será destinada às despesas de Câmara e do entretenimento de seu estado e Casa. A renda acima mencionada não impedirá que o Rei continue, como prática para com todos os seus filhos, a subministrar pelos diversos serviços de sua casa, tudo quanto for necessário para a sustentação dos futuros esposos, conforme sua hierarquia.

Artigo 12º.

Fica assinada e constituída à Princesa futura esposa, uma pensão anual de cem mil francos, de que ela gozará, logo que enviúve, e durante toda sua vida que (sic) reside em França, quer julgue conveniente retirar-se para fora do Reino. No caso que a Princesa prefira habitar em França, ser-lhe-á destinado, enquanto viver, um alojamento e mais dependências adequadamente mobiliados, para sua habitação, em algum dos Palácios do Rei ou em alguns dos palacetes de S. A. Real o Príncipe de Joinville.

Artigo 13º.

A pensão de viúva e as estipulações dotais acima declaradas, as propriedade particulares da Princesa, são garantidas pela hipoteca legal da Princesa futura esposas sobre os bens imóveis que S. A. R o Príncipe de Joinville possuir, e por todos os valores da mobília do seu serviço, que deixar por sua morte.

Artigo 14º.

Os presentes artigos e condições de casamento serão ratificados por uma e outra parte, e as ratificações, encontradas em boa e devida forma, serão trocadas loque que seja possível.

Em fé e testemunho do que, nós os Plenipotenciários respectivos, o temos assinado com nosso punho, e lhes pusemos e selo de nossas armas.

Feito em duplicata, no Rio de Janeiro, aos vinte de dois do mês de abril, de mil oitocentos e quarenta e três.

*(aa) Bernardo Pereira de Vasconcelos
Baron Emile de Langsdorff*

*Está conforme:
João Batista Moreira*

Apêndice C, Documento C2 – Contrato de Cessão de Parte das Terras Dotais, Firmado entre o Príncipe de Joinville e Christian Mathias Schröder ²

Entre os abaixo assinados, o Sr. Luis François Léonce Aubé, residente em Paris, à Rua Grange Betelière número 17, legítimo e especial procurador para todos os fins de direito de Suas Altezas Reais, o Príncipe e a Princesa de Joinville, e Sr. Senador Christian Mathias Schroeder, residente em Hamburgo, à Rua Catarinenstrasse N° 40, foi dito o que segue:

Suas Altezas Reais, o Príncipe e a Princesa de Joinville, tendo recebido o projeto de fundação de uma colônia nas terras que lhes pertence no distrito de São Francisco, Província de Santa Catarina, Sul do Brasil, a fim de cultivar uma parte dessas terras que o Snr. Schröder lhes ofereceu para se encarregar de sua colonização.

Sua Alteza Real, o Príncipe de Joinville, concorda com as seguintes condições e cláusulas:

Concessão de 8 Léguas Quadradas de Terras:

Suas Altezas Reais, o Príncipe e a Princesa de Joinville, cedem e renunciam a título de alienação perpétua a M. Schroeder, que aceita sem as reservas, 8 (oito) léguas quadradas de terras a razão de 1600 hectares por légua, que pertencem as Suas Altezas Reais no distrito de São Francisco, Província de Santa Catarina, Brasil, e que devem serem escolhidas pelo Snr. Schroeder no local designado pelo concessionário para fundação de uma colônia.

Designação do Local da Área de 8 Léguas Quadradas de Terras:

Constam na planta que acompanha o presente contrato, duas linhas, uma parte do ponto “D”, localizado no marco 7°, seguindo a direção ESTE, e outra parte do ponto “A”, localizado no marco 8°, seguindo a mesma direção até se encontrarem na Serra Geral, formando um polígono com a área de 11 (onze) léguas quadradas, de 16000 hectares cada uma, ficando ao critério do Snr. Schroeder a escolha de 8 léguas quadradas, desta área disponível, sem ultrapassar em hipótese alguma as linhas “D” e “A”.

Particularidades da Concessão:

Suas Altezas Reais, aceitam conceder a M. Schroeder todas as benfeitorias existentes, como casas ou derrubadas de matas, feitas no local da escolha das terras de concessão.

Reservas:

1º) À Sua Alteza Real reserva-se o direito de requerer no local de uma futura cidade, um lote de 5 hectares e 500 hectares na área destinada à agricultura rural.

2º) Sua Alteza Real tem, ainda, o direito de explorar as minas de qualquer natureza, conhecidas ou desconhecidas, mesmo que os terrenos venham a ser vendidos a terceiro, reservando-se, neste caso, o direito de desapropriar, em qualquer época, as terras em questão contra indenização aos proprietários.

² “Contrato de Cessão de Parte das Terras Dotais, Firmado entre o Príncipe de Joinville e Christian Mathias Schröder”. BR RJHGB Lata 216 - Doc. 21.

Condições de Concessão:

A presente concessão é feita sob os encargos e condições seguintes que Mathias Schroeder promete e se obriga a garantir o preço das 8 (oito) léguas de terra.

1º) O Snr. Schroeder obriga-se a introduzir na futura colônia pelo menos 1500 (mil e quinhentos) imigrantes de bons modos e costumes, de ambos os sexos, com as seguintes condições: Cem colonos adultos nos próximo 15 meses e que deverão ser embarcados em um porto europeu destinados à colônia; duzentos colonos nos nove meses seguintes; e quatrocentos imigrantes em cada um dos três anos seguintes, de maneira que após 5 (cinco) anos será completada a quantidade de 1500 (mil e quinhentos) colonos introduzidos na colônia.

2º) Para preparar alojamento e casas de recepção para os colonos, o Snr. Schroeder obriga-se a enviar um agente especial que deve partir de Hamburgo três meses após a ratificação do presente contrato.

3º) O Snr. Schroeder se compromete a fornecer aos colonos durante os dois primeiros anos, contados a partir da chegada da primeira leva de imigrantes, além de alojamento, todos os objetos de primeira necessidade, como ferramentas, sementes e alimentos a preços módicos. Será aberto um crédito para os colonos pobres que poderão restituir a importância recebida em forma de mão de obra na base de 3 (três) dias por semana. Fica desde já acertado que estes três dias não serão remunerados e que o salário pertinente a este trabalho, independentemente de sua natureza e que será pago pelo Snr. Schroeder, não poderá, para os homens, ser inferior a 400 (quatrocentos) reis, considerando-se que a cada 360 (trezentos e sessenta) reis corresponde 1(hum) Franco, ou a um valor equivalente seguindo as variações cambiais e da moeda; considere-se ainda que nestas semanas as mulheres e as crianças não trabalham. Enfim, o Snr. Schroeder obriga-se a manter um depósito (Magazin) de mantimentos na colônia, durante os dois primeiros anos.

4º) O Snr. Schroeder obriga-se a construir conforme a necessidade, igrejas, hospitais, escolas, etc., e enviar os respectivos sacerdotes, médicos e professores em quantidades suficientes. Para fazer face às despesas com a manutenção e conservação destas instituições públicas, como também das estradas e caminhos, o Snr. Schroeder poderá cobrar dos colonos proprietários um imposto anual na base de 2\$000 por família.

5º) Obriga-se o Snr. Schroeder a mandar construir estradas e caminhos para facilitar a comunicação entre os colonos e cada proprietário deverá manter em bom estado de conservação todas as estradas. Promete o Snr. Schroeder observar rigorosamente este ponto importante do nosso contrato.

6º) Suas Altezas Reais concedem aos colonos o direito de caça em toda extensão dos terrenos concedidos bem como o direito da pesca e navegação nos lagos, lagoas, rios etc., dentro dos domínios e que não fazem parte da concessão.

Suas Altezas Reais se reserva o direito de conceder a Mathias Schroeder e a seus colonos áreas mais extensas que se configurem úteis à prosperidade da colônia, de forma a evitar que os trabalhadores fiquem impedidos de ter interesse no desenvolvimento da colônia. Por isto ele deve deixar à margem dos lagos e dos dois rios, riachos e ribeiras um certo espaço de terras de uma largura de 5 metros destinados a conservação de suas margens.

Quanto ao manancial que venha a nascer (quanto às nascentes) nos terrenos concedidos após a roçada deles, os rios não poderão ser desviados de seu curso natural.

7º) O Snr. Schroeder promete usar de toda sua influência e seu esforço para dar aos trabalhadores uma direção vantajosa no interesse geral da colônia.

8º) O Snr. Schroeder solicitará imediatamente do Governo Brasileiro os privilégios concedidos geralmente nestes casos e apontados na nota anexa a este contrato. Suas Altezas Reais prometem fazer uso de todas as suas influências para consegui-los. No caso de serem os privilégios recusados, o Snr. Schroeder poderá renunciar o presente contrato.

O Snr. Schroeder tem o direito de renunciar a execução do presente contrato, ficando encarregado de notificar esta renúncia a Sua Alteza Real num prazo máximo de 12 (doze) meses a partir do dia de hoje, a partir do qual a demora implica na manutenção de tudo que consta neste contrato bem como os privilégios que tenham sido acordados ou não.

Em caso de renúncia a anulação do presente contrato será pura e simples e as benfeitorias introduzidas pelo O Snr. Schroeder passarão a pertencer as Suas Altezas Reais sem necessidade de indenização.

Promessa de Concessão de Outras 12 Léguas:

Monsieur Léonce Aubé promete em nome de S.A.R., o Príncipe de Joinville, a concessão de mais 12 (doze) léguas quadradas de terras, de 1600 hectares cada uma, com as mesmas condições acima estipuladas.

Determinação da Localização das 12 Léguas:

Para que fique bem determinado o objetivo desta concessão foi traçado sobre o mapa anexo duas linhas, uma partindo do ponto “D”, marco 7º, que é o único limite traçado pelas 8(oito) primeiras léguas; e um outro partindo do ponto “P”, marco 21º, seguindo em linha reta a direção Este/Oeste todas duas no prolongamento da Serra Geral as duas linhas como se vê no mapa compreende entre elas o espaço no qual as 8 léguas acima concedidas terão de ser logo escolhidas; elas são formadas numa extremidade pela Serra Geral e na outra por uma parte da linha em frente compreendida entre os dois pontos “D” e “P” marcados sobre o mapa anexo.

As 12 léguas cuja concessão foi prometida serão avaliadas a escolha do Snr. Schroeder seja aquilo que restar do primeiro espaço antes demarcado, seja no intervalo restante mas indiferentemente às partes dos dois espaços que constituem os lotes que deverá acontecer sempre que os intervalos entre cada lote não seja nem a metade de 16 hectares e que nenhum deles ultrapasse o espaço compreendido entre estas duas últimas linhas. Tudo que foi dito acima relativamente às construções, roças, comércio, nas 8 léguas de terras concedidas, minas, lagos, rios, etc. aplica-se igualmente, os mesmos termos, às 12 léguas presentemente prometidas.

Demora pela Aceitação Definitiva do Prometido:

O Snr. Schroeder tem o direito de aceitar ou recusar estas 12 léguas quadradas de terras dentro do prazo de 4 (quatro) anos, a partir da data de hoje.

Penalidades:

Caso o Sr. Schroeder não apresente uma declaração dentro da data pré-fixada renunciando a concessão das 12 léguas quadradas suplementares, nem muito menos continuar durante o quinto ano a transportar e estabelecer os colonos dentro das 8 léguas quadradas e lhes distribuir as terras, como já foi dito, justamente implica em romper com as cláusulas do presente contrato.

Condições em caso de aceitação:

1º) Se o Sr. Schroeder declarar aceitar definitivamente a concessão das 12 léguas quadradas suplementares, compromete-se a introduzir pelo menos 2500 colonos naquelas terras no prazo de 5 (cinco) anos a partir do vencimento do período para colonização das primeiras 8 léguas quadradas, ou seja pelo menos 500 colonos a cada ano, de maneira que no intervalo de 10 anos a partir de hoje e deverá ter transportado 4000.

2º) O preço das 12 léguas quadradas aqui concedidas está fixado no presente contrato em 10 (dez) Francos por hectare. Este preço será pago ao término de cada ano, em fim à medida que as concessões forem feitas aos colonos naquele mesmo ano. Se, entretanto, a quantidade distribuída anualmente for inferior a 3.840 (três mil oitocentos e quarenta) hectares, o Sr. Schroeder estará não menos obrigado de pagar a S.A.R o combinado de 10 Francos, perfazendo um total de 38.400 (Trinta e oito mil e quatrocentos) Francos a título de indenização sem entretanto, abrir mão das outras obrigações contidas neste contrato.

3º) No decorrer do décimo ano ficam por conta do Sr. Schroeder as despesas com a demarcação e medida dos terrenos que não teriam sido concedidos ou vendidos pelo menos 20 léguas, e estas, contraditoriamente com a autorização da procuração de LL.AA.RR..

Ele estará investido de todo processo verbal na cópia que acompanha a planta e indicam os detalhes dos terrenos pertencentes definitivamente ao Sr. Schroeder ou a seus adquirentes ali relacionados.

Cláusulas Gerais

1º) No caso das comunicações entre o porto de Hamburgo e a Riviera de São Francisco encontrar-se interrompidas por uma guerra, bloqueio ou qualquer outro evento grave de força maior, que impeçam o cumprimento das cláusulas do presente contrato, o prazo retro fixado serão prorrogados em todos os seus termos que perdurará durante a interrupção mesmo que ele dure, consecutivamente, mais que um ano inteiro, o Sr. Schroeder tem a faculdade de rescindir o compromisso imediata e simplesmente.

2º) Fica expressamente combinado que o Sr. Schroeder, por sua conta e risco assumirá todas as despesas decorrentes dos treinamentos na empresa que ele comandar, e que Suas Altezas Reais não serão nunca, sob qualquer pretexto, ou por qualquer outra causa que seja, interpelado a participar com qualquer soma para pagar quaisquer espécies de despesas.

3º) Ao fim de cada ano o Sr. Schroeder deverá apresentar um relatório completo sobre o estado da colônia com uma planta anexa que indique as terras que foram marcadas e as terras distribuídas aos colonos, as estradas, ruas e caminhos e as construções.

4º) Caso o Sr. Schroeder não cumpra qualquer uma das cláusulas do presente contrato, A.S.R, o Príncipe de Joinville, terá o direito de anular o trato retomando a posse sobre todas as terras que até então não tenham sido concedidas ou vendidas e de todas as propriedades do Sr. Schroeder existentes na colônia sem que haja necessidades de qualquer indenização.

A fim de que mais adiante ele não possa discutir este artigo, as terras concedidas aos colonos não poderão exceder às medidas calculadas em 8 hectares por pessoa sem distinção de idade ou de sexo.

5º) Da sua quota, A.S.R não poderá, e também Monsieur Aubé promete em seu nome e obriga, fazer durante 10 (dez) anos, a partir deste dia, qualquer trato do mesmo gênero com outras pessoas que não seja o Sr. Schroeder. Mas, Suas Altezas Reais se reservam o direito de fazer as concessões nas condições que lhes pareçam vantajosas a seus interesses. Suas Altezas Reais declaram ainda que eles não pretendem fazer qualquer concorrência desleal aos interesses da colônia fundada pelo Sr. Schroeder e prometem evitar tudo que possa caracterizar uma concorrência real e séria; portanto eles se comprometem a não fazer concessões de suas terras aos colonos trazidos pelo Sr. Schroeder, sem seu consentimento prévio.

6º) Suas Altezas Reais nomeiam no Brasil uma pessoa com plenos poderes, que cuidará para que todas as cláusulas deste contrato sejam cumpridas; todos os esclarecimentos que permitirão ao mesmo de exercer um controle sério e eficiente deverão lhes ser fornecido pela direção da colônia em São Francisco e pelo procurador de S.A.R. que terá o direito de apresentar suas observações.

7º) O Sr. Schroeder tem o prazo de 6 semanas ou quarenta dias a contar de hoje para renunciar ao presente contrato que será rescindido pura e simplesmente pelo único fato de sua declaração de sua vontade sem qualquer indenização de uma parte ou de outra. Mas, também, este trato será aceito definitivamente, imediatamente após a não declaração de renúncia no prazo de quarenta e cinco dias e, neste caso, não tendo o Sr. Schroeder começado a executar os serviços nos prazos fixados anteriormente, enviando os cem primeiros colonos, ele se obriga a pagar a S.A.R uma indenização de 20.000 (vinte mil) Francos, referente aos juros pelos prejuízos causados e as terras serão devolvidas a S.A.R em sua totalidade.

Após a remessa dos cem primeiros colonos não cabe mais indenizações e juros, mas somente a retomada das terras por S.A.R na proporção indicada anteriormente no artigo que se refere às cláusulas gerais. Se entretanto esta cláusula tiver sido aplicado à concessão das 12 (doze) léguas, S.A.R devem conceder ao Sr. Schroeder as terras já pagas ao preço de 10 (dez) Francos, ou lhes reembolsar ao mesmo preço as terras que ele possuíam e que excederam os 8 (oito) hectares por colono introduzido.

8º) Os títulos de propriedade das terras distribuídas aos colonos deverão, por serem valiosas estarem contra assinadas pelo procurador de S.A.R e devolvidas em seguida ao agente do Sr. Schroeder que as entregará aos colonos.

As demarcações serão feitas e os títulos de propriedade serão assinalados em medidas brasileiras.

Com estes títulos de propriedade o agente do Sr. Schroeder deverá fazer constar um registro que deverá igualmente estar contra assinado por aquele que verificara o número de hectares ocupados. Antes de emitir os títulos de propriedade o agente do Sr. Schroeder deverá assinar

para todo comprador uma declaração das obrigações impostas pelos diversos artigos do contrato, concernente à eles, os futuros compradores deverão sempre ser submetidos às mesmas obrigações que são inerentes à propriedade.

Suas Altezas Reais declaram que mesmo aqueles que não admitirão qualquer colono ou locatário sobre as terras que lhes foram reservadas ou que lhes restaram no limite da presente concessão, sem exigir uma declaração semelhante.

9º) Fica conveniado que todas as contestações que poderão surgir entre S.A.R e o Sr. Schroeder sobre a execução de um dos artigos do presente contrato jamais poderão afetar as terras vendidas aos colonos, cuja propriedade se manterá intacta e inviolável.

10º) O Sr. Schroeder terá o direito de fazer demarcações e roçar as terras antes de distribuí-las aos colonos e o procurador de S.A.R. não poderá recusar de assinar os títulos de propriedade que lhe serão cobrados pelo Diretor da colônia, exceto em caso de a quantidade de terras à conceder serem próxima às terras anteriormente distribuídas que formarão uma vasta extensão superior àquelas calculadas à razão de 8 (oito) hectares por pessoa. Além do que ele disse e por serem válidos todos os títulos de propriedade deverão estar assinados pelo procurador de S.A.R.

Divergências que poderão acontecer entre S.A.R. e o Sr. Schroeder sobre a interpretação ou execução do presente contrato serão julgadas por um tribunal arbitral composto de um juiz designado por S.A.R. e um segundo juiz designado pelo Sr. Schroeder e um terceiro juiz nomeado como ele será chamado adiante, sobre um simples requisito de presença da parte mais beligerante. Estes juízes deliberarão amigavelmente e última alçada sem portanto que eles possam submeter as emendas ou outras condições além daquelas relacionadas no contrato; as partes renunciam discordar da decisão através de apelação contida em requerimento civil ou por apelação.

Tanto que o presente contrato não sofrerá nenhuma execução até a chegada da primeira leva de colonos, o tribunal arbitral terá sede em Londres e o terceiro juiz será indicado pelos dois outros ou em caso de desacordo será designado por quem de direito como foi dito e expresso em requerimento, a parte mais beligerante. Logo que o presente contrato entrar em vigor com a chegada dos primeiros colonos, o tribunal arbitral ficará localizado no Rio de Janeiro ou em São Francisco e o terceiro juiz será designado como justo e não menos quanto os juízes nomeados no Brasil promoverão a anulação do contrato, sua decisão não será soberana e executória após ter sido confirmada pelas partes, é como ele deseja.

12º) Para cumprimento do presente ato e particularmente da última parte do artigo 11º que se refere às duas partes que se devem representar no Brasil por uma pessoa com plenos poderes e comunicar o nome desta pessoa e seu endereço no prazo de um ano a partir deste dia.

Fixa eleito domicílio de cada uma das partes a residência do mandatário que será indicado ou qualquer ligação significativa, citações do lugar onde reside ou qualquer outra coisa de relevante importância sem observação dos prazos exigidos pelas leis brasileiras. Esta determinação do domicílio está relacionada com a jurisdição a partir da chegada da primeira leva de colonos formando o Tribunal Arbitral neste caso facilitando neste particular ponto a execução da sentença dos juízes.

13º) Fica estabelecido que o contrato com todos as suas cláusulas deverá ser transferido pelo Sr. Schroeder a uma Sociedade de acionistas que deverá representar um capital de pelo menos 300.000 (trezentos mil) Francos. O Sr. Schroeder compromete-se a ficar ele próprio na direção desta futura Sociedade. Ele não poderá se retirar sem apresentar uma outra pessoa que deverá ter o consentimento de S.A.R.

14º) O presente contrato será ratificado por S.A.R. dentro de até dois meses a partir desta data.

15º) As despesas pertinentes ao presente contrato, seja em Hamburgo, Londres ou Brasil, serão pagas pelo Sr. Schroeder.

Feito em duas cópias, o original em Hamburgo aos 5 de maio de 1849.

Assinam: L. Aubé e C.M. Schroeder

Testemunhas: Friedrich Theodor Prohne e Adolph Ritter

Carimbo W.2196 e 2197 Vier Schilling Data: 5 de maio de 1849

Este texto não substitui o original publicado em francês.

Apêndice C, Documento C3 – Projeto de Lei Fundamental para a colônia Dona Francisca³

PROJETO DE LEI FUNDAMENTAL DA COLÔNIA DONA FRANCISCA

§ 1º Os colonos da colônia Dona Francisca forma em união uma comuna, cujos atos comunais são absolutos, tanto quanto não estejam em contradição com as leis brasileiras e os estatutos da Sociedade.

§ 2º São membros da comuna todos os colonos que se encontram na colônia e aqueles que para ela vierem para o futuro, a exceção dos que, por decisão da Comuna, forem recusados.

§ 3º A Comuna é o poder legislativo.

§ 4º A Comuna nomeia o Conselho Comunal.

§ 5º A duração das funções d Conselho Comunal será fixada em um ano, porém os dois conselheiros, que tiverem obtido menor número de votos, se retirarão no fim de 6 meses, e serão substituídos por novos eleitos.

§ 6º O Conselho Comunal é o órgão da Comuna e poder absoluto.

§ 7º O Conselho Comunal é composto de cinco membros e dois suplentes.

§ 8º O Conselho Comunal escolhe um chefe de sessão entre os seus membros.

§ 9º O Conselho Comunal ocupa-se dos interesses de cada colono em particular, assim como dos da Comuna tanto no interior, como no exterior.

§ 10º Os projetos de leis adotados pela Comuna tornam-se leis em vigor.

§ 11º A lei não tem força retroativa.

§ 12º O Conselho Comunal deve todos os meses apresentar um relatório à Comuna, e lhe dar contas dos seus atos.

§ 13º O Conselho Comunal faz e propõe um orçamento todos os seis meses, administra a propriedade pública e presta conta todos os seis meses à Comuna.

§ 14º O Conselho Comunal escolhe um secretário pago.

PODER JUDICIÁRIO

§ 15º O Poder Arbitral repousa entre as mãos de um Juiz de Paz, ao qual é adjunto um substituto, até que se tenha a tradução alemã da lei fundamental brasileira.

§ 16º A duração das funções do Juiz de Paz é fixada em um ano.

§ 17º Nos casos de processos não terminados, o Juiz de Paz os renovará diante do Tribunal.

§ 18º Os delitos graves ou crimes, tais como segundo roubo, assassinio, incêndios, serão reenviados aos tribunais, para serem julgados.

§ 19º O tribunal se compõe do Juiz de Paz e de doze colonos e se reunirá em dia fixo, cada semana.

³ “Projeto de Lei Fundamental para a Colônia Dona Francisca”. IHGB. DL 794.3.

§ 20º Os doze juízes serão convocados, de quatro em quatro semanas, entre os colonos elegíveis, pelo Juiz de Paz conforme a lista dos nomes.

§ 21º Depois da sentença do tribunal, nenhuma apelação terá lugar.

DIREITOS E DEVERS DOS COLONOS

§ 22º Cada membro da Comuna tem o direito de reclamar defesa cômoda e proteção dos seus interesses.

§ 23º Cada membro da Comuna se compromete a submeter-se às intimações, que lhe forem feitas pelo poder legal.

ELEIÇÕES

§ 24º Cada colono que contar vinte anos completos é eleitor, a menos que o impeça crime ou denúncia.

§ 25º Cada colono eleitor é elegível a todos os cargos públicos.

§ 26º Cada colono é obrigado a aceitar o cargo para que foi eleito; são isentos os seguintes: médico ou farmacêutico e todos aqueles que tenham exercido funções durante um ano.

§ 27º Não são elegíveis todos os empregados da Sociedade Hamburguesa, assim como os do Príncipe de Joinville.

§ 28º A eleição tem lugar por boletins.

§ 29º Para a eleição de empregados públicos é precisa a maioria absoluta.

DA ASSEMBLEIA POPULAR

§ 30º O Conselho Comunal reúne regularmente todos os três meses a assembleia popular.

§ 31º Quando um terço dos colonos, com direito de voto, reclame um assembleia popular extraordinária, o Conselho Comunal é obrigado a ordená-la.

§ 32º Para a admissão de uma decisão valiosa a simples maioria dos assistentes é obrigatória.

§ 33º A assembleia popular nada pode fazer senão quando foi reunida pelo Conselho Comunal.

CONCLUSÃO

§ 34º Em consequência da aceitação desta lei pela assembleia comunal de 23 de janeiro de 1853, ela entra em vigor, como lei fundamental, a qual cada colono, em particular, é irrevogavelmente submetido.

REFERÊNCIAS

Arquivos e Bibliotecas

Arquivo Histórico de Joinville (AHJ)

Relatórios da “Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo” (1851-1892), títulos e registros de propriedade de terras, relatórios da direção da colônia Dona Francisca, listas de imigrantes, livros-caixa, estatísticas da colônia, mapas, jornais, correspondências, ofícios e documentos diversos da administração da colônia Dona Francisca.

Arquivo Histórico do Itamarati

Carta do cônsul brasileiro em Hamburgo, Eustáquio Adolfo de Mello Mattos, ao Marquês de Inhambupe. “Missão Diplomática Brasileira em Hamburgo”. Ofícios de 1824 a 1834.

Arquivo Público José Ferreira da Silva

Periódicos e documentos diversos sobre as colônias Blumenau e Dona Francisca.

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC)

Registros e correspondências a respeito da colônia Dona Francisca.

Biblioteca Digital de Kanton Aargau

Jornal “Der Colonist” (1851-1852); “Der Kolonist” (1853-1857)

Biblioteca Nacional Digital (BNDigital)

Jornais, periódicos e relatórios dos Ministros dos Negócios do Império do Brasil.

Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina

Leis da província de Santa Catarina

Center for Research Libraries (CRL)

Relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e do Ministério das Relações Exteriores do Império do Brasil, falas e relatórios dos presidentes da província de Santa Catarina.

Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB)

Projeto sobre terras e colonização, contrato de cessão de parte das terras dotais firmado entre o Príncipe de Joinville e Christian Mathias Schröder, relação de concessões solicitadas pela “Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo”, Pró-memória da Sociedade Colonizadora.

Museu Imperial

Ofício do Conselheiro Paulo Barbosa dirigido ao Ministro Almeida Torres a respeito da demarcação das terras dotais de Dona Francisca, carta do Príncipe de Joinville ao Conselheiro Paulo Barbosa, projeto de lei fundamental da colônia Dona Francisca.

Stiftung Hanseatisches Wirtschaftsarchiv, Handelskammer Hamburg

Documentos da Hamburger Kolonisations-verein von 1849.

Jornais e Periódicos

Allgemeine Auswanderungs-Zeitung (Disponível em <https://zs.thulb.uni-jena.de>)

A Imigração (Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

A Notícia (Disponível em <http://www.anoticiaregional.com.br/>)

Blackwood's Edinburgh Magazine (Disponível em <https://onlinebooks.library.upenn.edu/>)

Boletim Stein (Disponível no Arquivo Histórico de Joinville)

Correio Braziliense (Disponível em <https://digital.bbm.usp.br>)

Deutsche Auswanderer-Zeitung (Disponível <https://www.digitale-sammlungen.de/>)

Der Colonist (Disponível em <http://kbaargau.visual-library.de>)

Gazeta de Joinville (Disponível no Arquivo Histórico de Joinville)

Hamburger Nachrichten (Disponível no Arquivo Histórico de Joinville)

Illustrierte Zeitung (Disponível <https://www.digitale-sammlungen.de/>)

Jornal do Commercio (Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

Jornal do Dia (Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

Kolonie-Zeitung (Disponível no Arquivo Histórico de Joinville)

Neue Zürcher Zeitung (Disponível no Arquivo Histórico de Joinville)

O Conciliador Catharinense (Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

O Sete d'Abril (Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

Reform (Disponível no Arquivo Histórico de Joinville)

Publicações Oficiais

Alemanha. “*Deutsche Bundesakte*, 1815”. Disponível em www.documentArchiv.de

Brasil. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Deputados, vários anos.

_____. *Annaes do Senado do Imperio do Brasil*. Senado, vários anos.

_____. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil*. Rio de Janeiro, vários anos.

_____. *Coleção de Leis da República do Brasil*. Rio de Janeiro, vários anos.

_____. *Fallas do Throno desde o anno de 1823 até o anno de 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

Brasil. Directoria Geral de Estatistica. *Recenseamento da População do Império do Brasil de 1872*. Vol. I. Rio de Janeiro: Typographia de Leuzinger e Filhos, 1876.

_____. *Recenseamento do Brazil, Realizado em 1 de setembro de 1920*. Agricultura. Vol. III, 1ª parte. Rio de Janeiro: Typographia da Estatistica, 1923.

_____. *Recenseamento do Brazil, Realizado em 1 de setembro de 1920*. População. Vol. IV, 1ª parte. Rio de Janeiro: Typographia da Estatistica, 1926.

Brasil. Ministério do Império. *Relatorio da Repartição dos Negócios do Imperio apresentado á Assembléia Geral Legislativa na Sessão Ordinaria de 1832 pelo Ministro e Secretario de Estado José Lino dos Santos Coutinho*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1832.

_____. *Relatorio da Repartição dos Negócios do Imperio apresentado á Assembléia Geral Legislativa na Sessão Ordinaria de 1835 pelo Ministro e Secretario de Estado Joaquim Vieira da Silva e Sousa*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1835.

_____. *Relatorio da Repartição dos Negócios do Imperio apresentado á Assembléia Geral Legislativa na Sessão Ordinaria de 1838 pelo Ministro e Secretario de Estado Interino Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1838.

_____. *Relatorio da Repartição dos Negócios do Imperio apresentado á Assembléia Geral Legislativa na Sessão Ordinaria de 1839 pelo Ministro e Secretario de Estado Interino Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1839.

_____. *Relatorio da Repartição dos Negócios do Imperio apresentado á Assembléia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 5ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado Candido José de Araujo Viana*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1841.

_____. *Relatorio da Repartição dos Negócios do Imperio apresentado á Assembléia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 5ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado Candido José d'Araujo Viana*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1843.

_____. *Relatorio da Repartição dos Negócios do Imperio apresentado á Assembléia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 6ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado José Carlos Pereira de Almeida Torres*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1845.

_____. *Relatorio da Repartição dos Negócios do Imperio apresentado á Assembléia Geral Legislativa na 4ª Sessão da 6ª Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado Joaquim Marcelino de Brito*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1847.

_____. *Relatorio apresentado á Assembléia Geral Legislativa na Terceira Sessão da Nona Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio Luiz Pedreira do Coutto Ferraz*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1855.

_____. *Documentos Anexos ao Relatório apresentado á Assembléia Geral Legislativa na Terceira Sessão da Nona Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio Luiz Pedreira do Coutto Ferraz*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1855.

_____. *Relatorio apresentado á Assembléia Geral Legislativa na Quarta Sessão da Nona Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio Luiz Pedreira do Coutto Ferraz*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1856.

_____. *Relatorio apresentado á Assembléia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio Luiz Pedreira do Coutto Ferraz*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1857.

_____. *Relatorio apresentado á Assembléia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Decima Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio Marquez de Olinda*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1858.

_____. *Relatorio apresentado á Assembléia Geral Legislativa na Terceira Sessão da Decima Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio Sergio Teixeira de Macedo*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1859.

_____. *Relatorio apresentado á Assembléia Geral Legislativa na Quarta Sessão da Decima Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio João de Almeida Pereira Filho*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1860.

_____. *Relatorio apresentado á Assembléia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Decima Segunda Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio José Bonifácio de Andrada e Silva*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1864.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Relatorio da Repartição dos Negocios Estrangeiros apresentado á Assembléia Geral Legislativa na Sessão Ordinaria de 1835 pelo Ministro e Secretário de Estado Manoel Alves Branco*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1835.

_____. *Relatorio da Repartição dos Negocios Estrangeiros apresentado á Assembléia Geral Legislativa na Sessão Ordinaria de 1836 pelo Ministro e Secretário de Estado José Inacio Borges*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1836.

_____. *Relatorio da Repartição dos Negocios Estrangeiros apresentado á Assembléia Geral Legislativa na Sessão Ordinaria de 1836 pelo Ministro e Secretário de Estado Antônio Paulino Limpo de Abreu*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1837.

_____. *Relatorio apresentado á Assembléia Geral Legislativa na Terceira Sessão da Decima Oitava Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negocios Estrangeiros Lourenço Cavalcanti de Albuquerque*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

_____. *Instruções particulares para servirem de regulamento ao Sr. Jorge Antônio Schäffer, na missão com que parte desta corte para a de Viena da Áustria, e outras, 21/8/1822*. In: Cadernos do CHDD. Ano 7, nº. 12, Primeiro Semestre, 2008.

Brasil. Ministério da Agricultura. *Annuário Estatístico do Brasil 1º anno (1908-1912)*, v. 1 - Território e População. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1916.

_____. *Relatorio da Repartição dos Negocios da Agricultura, Comercio e Obras Publicas apresentado á Assembléia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Decima Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado Manoel Felizardo de Souza e Mello*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1861.

_____. *Relatorio da Repartição dos Negocios da Agricultura, Comercio e Obras Publicas apresentado á Assembléia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Decima Primeira Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado Manoel Felizardo de Souza e Mello*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862.

_____. *Relatorio apresentado á Assembléia Geral Legislativa na Quarta Sessão da Decima Segunda Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Comercio e Obras Publicas Dr. Antonio Francisco de Paula Souza*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1865.

_____. *Relatorio apresentado á Assembléia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Decima Terceira Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Comercio e Obras Publicas Manoel Pinto de Souza Dantas*. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1868.

_____. *Relatorio apresentado á Assembléia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Decima Quarta Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Comercio e Obras Publicas Joaquim Antão Fernandes Leão*. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1869.

_____. *Relatorio apresentado á Assembléia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Decima Quarta Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Comercio e Obras Publicas Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de E. & H. Laemmert, 1870.

_____. *Relatorio apresentado á Assembléia Geral Legislativa na Terceira Sessão da Decima Quarta Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Comercio e Obras Publicas Teodoro Machado Freire Pereira da Silva*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E. & H. Laemmert, 1871.

_____. *Relatorio apresentado á Assembléia Geral Legislativa na Quarta Sessão da Decima Quarta Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Comercio e Obras Publicas Barão de Itaúna*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E. & H. Laemmert, 1872.

_____. *Relatorio apresentado á Assembléia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Decima Quinta Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Comercio e Obras Publicas Francisco do Rego Barros Barreto*. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1872.

_____. *Relatorio apresentado á Assembléia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Decima Sexta Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Comercio e Obras Publicas Thomaz Jose Coelho de Almeida*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1877.

_____. *Relatorio apresentado á Assembléia Geral Legislativa na Quarta Sessão da Decima Oitava Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Comercio e Obras Publicas Affonso Augusto Moreira Pena*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884.

_____. *Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas. Relatorio apresentado ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas Engenheiro Antonio Francisco Paula Souza no ano de 1893*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

_____. *Relatorio apresentado ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas Engenheiro Antonio Olyntho dos Santos Pires no ano de 1895*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

França. Gallica BnF, *Carte der colonie Dona-Francisca in Süd-Brasilien*, 1859. Disponível em <https://gallica.bnf.fr>

Santa Catarina. *Coleção de Leis da Província de Santa Catarina*. Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC), vários anos.

_____. *Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catharina pelo Presidente da Província, José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, na abertura da 2ª sessão da 1ª Legislatura Provincial em 5 de abril de 1836*. Cidade de Desterro: Typographia Provincial, 1836.

_____. *Falla do Illustrissimmo e Excellentissimo Senhor Jose Joaquim Machado de Oliveira, Presidente da Provincia de Santa Catharina, na abertura da Terceira Sessão da Primeira Legislatura em primeiro de março de 1837*. Cidade de Desterro: Typ. Provincial, 1837

_____. *Discurso pronunciado na abertura da Assembléia Legislativa da Província de Santa Catarina na 1ª Sessão ordinária da 2ª Legislatura de 1838 pelo presidente Brigadeiro João Carlos Pardal em 1 de março de 1838*. Cidade de Desterro: Typ. Provincial, 1838.

_____. *Falla Que o Presidente da Provincia de Santa Catharina, o Brigadeiro Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigio á Assembleia Legislativa da Mesma Província na abertura da sua Sessão Ordinaria em 1º de março de 1841.* Cidade do Desterro: Typographia Provincial, 1841.

_____. *Falla Que o Presidente da Provincia de Santa Catharina, o Marechal de Campo Graduado Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigio á Assembleia Legislativa da Mesma Província na abertura da sua Sessão Ordinaria em 1º de março de 1842.* Cidade do Desterro: Typographia Provincial, 1842.

_____. *Falla Que o Presidente da Provincia de Santa Catharina, o Marechal de Campo Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigio á Assembleia Legislativa da Mesma Província na abertura da sua Sessão Ordinaria em 1º de março de 1843.* Cidade do Desterro: Typographia Provincial, 1843.

_____. *Falla Que o Presidente da Provincia de Santa Catharina, o Marechal de Campo Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigio á Assembleia Legislativa da Mesma Província na abertura da sua Sessão Ordinaria em 1º de março de 1844.* Cidade do Desterro: Typographia Provincial, 1844.

_____. *Falla Que o Presidente da Provincia de Santa Catharina, o Marechal de Campo Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigio á Assembleia Legislativa da Mesma Província na abertura da sua Sessão Ordinaria em 1º de março de 1845.* Cidade do Desterro: Typographia Provincial, 1845.

_____. *Falla Que o Presidente da Provincia de Santa Catharina, o Exm Snr. Dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa da mesma Província, por ocasião da abertura de sua Sessão ordinária em 1º de março de 1852.* Cidade do Desterro, 1852.

_____. *Relatorio do Presidente da Provincia de Santa Catharina, Exm Snr. Dr. João José Coutinho, apresentado na Assembléa Legislativa Provincial em 19 de abril de 1854.* Cidade do Desterro, 1854.

_____. *Falla Que o Presidente da Provincia de Santa Catharina, Dr. João José Coutinho, dirigio á Assembleia Legislativa da Mesma Província na abertura da sua Sessão Ordinaria em 1º de março de 1855.* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1855.

_____. *Falla Que o Presidente da Provincia de Santa Catharina, Dr. João José Coutinho, dirigio á Assembleia Legislativa da Mesma Província na abertura da sua Sessão Ordinaria em 1º de março de 1856.* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1856.

_____. *Falla Que o Presidente da Provincia de Santa Catharina, Dr. João José Coutinho, dirigio á Assembleia Legislativa da Mesma Província na abertura da sua Sessão Ordinaria em 1º de março de 1857.* Rio de Janeiro: Typographia Imp. E Const. de J. Villeneuve E C., 1857.

_____. *Relatorio do Presidente da Provincia de Santa Catharina, Francisco Carlos d'Araujo Brusque, apresentado na Assembléa Legislativa Provincial na 1ª Sessão da 10ª Legislatura.* Rio de Janeiro: Typographia do Correio Mercantil, 1860.

_____. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina pelo Presidente, Dr. Carlos Augusto Ferraz de Abreu, no acto de abertura da sessão em 2 de abril de 1869.* Desterro: Typ. de J. K. Lopes, 1869.

_____. *Relatorio Que o Presidente da Provincia de Santa Catharina, Dr. André Cordeiro de Araujo Lima, dirigio á Assembléa Legislativa Provincial no acto d'abertura de sua sessão ordinaria em 25 de março de 1870.* Cidade do Desterro: Typ. de J. K. Lopes, 1870.

_____. *Relatorio Que o Exm. Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina, Dr. Joaquim Bandeira de Gouvêa, dirigio á Assemblêa Legislativa Provincial no ato da abertura de sua sessão ordinaria em 26 de março de 1871.* Desterro: Typ. do Jornal Provincia, 1871.

_____. *Relatorio apresentado pelo Segundo Vice-Presidente da Provincia de Santa Catharina Exm. Sr. Doutor Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão ao Terceiro Vice-Presidente Exm. Sr. Doutor Ignacio Accioli de Almeida por ocasião de passar-lhe a administração da mesma em 27 de janeiro de 1873.* Cidade do Desterro, 1873.

_____. *Falla com que o Exm. Sñr. Doutor João Rodrigues Chaves abriu a segunda Sessão da vigesima segunda Legislatura da Assembêa Provincial de Santa Catharina, em 2 de fevereiro de 1881.* Cidade de Desterro: Typ. E Lith. de Alex. Margarida, 1881.

_____. *Relatorio com que o Exm. Sñr. Doutor Theodoreto Carlos de Faria Souto abriu a segunda Sessão da vigesima quarta Legislatura da Assembêa Provincial de Santa Catharina, em 25 de março de 1883.* Cidade de Desterro: Typographia do Caixeiro, 1883.

_____. *Relatorio com que o Exm. Sr. Coronel Manoel Pinto de Lemos, 1º Vice-Presidente, Passou a Administração da Provincia de Santa Catharina o Dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá, em 22 de junho de 1885.* Cidade de Desterro: Typographia do Jornal do Commercio, 1885.

_____. *Relatorio apresentado á Assembêa Legislativa Provincial de Santa Catharina na 2ª sessão de sua 26ª legislatura pelo presidente Francisco José da Rocha, em 11 de outubro de 1887.* Rio de Janeiro: Typ. União de A. M. Coelho da Rocha & C., 1888.

_____. *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 26 de julho de 1903 pelo Vice-Governador Vidal José de Oliveira Ramos Junior.* Florianopolis: Typ. da Livraria Moderna, 190.

_____. *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 24 de julho de 1904 pelo Vice-Governador Cel. Vidal José de Oliveira Ramos Junior.* Florianopolis: Typ. da Livraria Moderna, 1904.

São Paulo. Secretaria dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. *Relatorio da Agricultura, 1914.* São Paulo, 1916.

Acervo do Arquivo Histórico de Joinville

Arquivo Histórico de Joinville. *Coleção Carlos Ficker*, diversos documentos.

_____. *Acervo Domínio Dona Francisca*, diversos documentos.

_____. *Acervo Coleção Memórias da Cidade*, diversos documentos.

_____. *Fundo Conselho Municipal*, Livro de lançamento de receitas.

_____. *Mapoteca*, diversos documentos.

_____. *Microfilmes*, diversos documentos.

_____. *Relatórios da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo*, de 1851 a 1892. Tradução Helena Remina Richlin. Originais no Arquivo Estadual de Hamburgo.

_____. *Sesmarias em Santa Catarina.* Documentos de concessão de sesmarias na Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco Xavier do Sul.

Hühn, Wilhelm. *Mitteilungen, betreffend die deutsche Kolonie Dona Francisca in der sudbrasilianische Provinz Sta. Catharina und die benachbarten deutschen Kolonien*. Hamburgo, Wilhelm Kühn & Co, 1852/53.

Einfuhr und Ausfuhr Hamburg – Brasilien, 1845-1860. Fotocópia. Série microfilmes.

Mitteilungen, betreffend die deutsche Kolonie Dona Francisca in der sudbrasilianische Provinz Sta. Catharina und die benachbarten deutschen Kolonien. Hamburgo, Wilhelm Kühn & Co, 1852/53. Fotocópia. Série microfilmes.

Acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Contrato de cessão de parte das terras dotais firmado entre o Príncipe de Joinville e Christian Matthias Schröder. BR RJHGB Lata 216, doc. 21

Exposição e projeto sobre colonização e sesmarias aprovado na sessão de 8 de agosto de 1842. BR RJHGB 125DL212.12.

Pró-memória para servir de apoio à petição da Sociedade Colonizadora Hamburguesa, 20/10/1853. BR RJHGB Lata 216, doc. 21.

Relação de concessões que pede a Sociedade Colonizadora estabelecida em Hamburgo ao Governo de Sua Majestade o Imperador do Brasil. BR RJHGB Lata 216, doc. 21.

Projeto de Lei Fundamental para a Colônia Dona Francisca. IHGB. DL 794.3.

Acervo do Museu Imperial

Ofício de Paulo Barbosa a Almeida Torres, Ministro do Império, 29/11/1844, 1. Arquivo Paulo Barbosa, Tomb.: 3126.

Carta do Príncipe de Joinville ao Conselheiro Paulo Barbosa da Silva, Claremont, 9/2/1855. APB- Tomb. 3133-97. Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

Acervos Pessoais

Sistema Métrico Brasileiro de 1866. Editado e Publicado por Ottokar Dörffel, 1866. Arquivo de Helena Remina Richlin.

Statistik der Kolonie Dona Francisca vom Jahre 1867. Fotocópia. Arquivo de Dilney Cunha. Tradução Helena Remina Richlin.

Mapa da distribuição dos terrenos da colônia Dona Francisca em 1868. Fotocópia. Arquivo de Dilney Cunha.

Foto da fábrica de barricadas de Michael Vogelsanger. Fotocópia. Arquivo de Dilney Cunha.

Referências Bibliográficas

Abrantes, Visconde de. *Memoria sobre meios de promover a colonisação*. Berlim: Typographia de Unger Irmãos, 1846.

Andrada e Silva, José Bonifácio de. “Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil Sobre a Escravatura”, in *José Bonifácio de Andrada e Silva*, Organização e introdução Jorge Caldeira. São Paulo: Editora 34, 2002.

Alencastro, Luiz Felipe de; e Maria Luiza Renaux. “Caras e modos dos migrantes e imigrantes”. In: *História da vida privada no Brasil*, Vol. 2. Organizado por Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

Almeida, Miguel Calmon du Pin e. *Memória sobre o estabelecimento d’uma companhia de colonização nesta Província*. Bahia: Typ. do Diário de G. J. Bizerraz & Cia, 1835.

Almeida, Rufino Porfírio. “Um aspecto da economia de Santa Catarina: a indústria ervateira. O Estudo da Companhia Industrial”. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 1979.

Auras, Marli. *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*. 4ª edição. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

Avé-Lallemant, R. *Reise durch Süd-Brasilien im Jahre 1858*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1859.

_____. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo* (1858). Tradução Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1980.

Baasch, Ernst. *Beiträge zur Geschichte der Handelsbeziehungen zwischen Hamburg und Amerika*. Hamburg: L. Friederischen & Co., 1892.

Bachl, H. “A Estrada Dona Francisca”, Álbum Histórico do Centenário de Joinville. In: *Álbum Histórico do Centenário de Joinville: 1851-1951*, organizado pela Sociedade Amigos de Joinville. Curitiba: Gráfica Mundial, 1951.

Barickman, Bert J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Tradução de Maria Luiza Z. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Bethell, Leslie. *A abolição do comércio brasileiro de escravos*. Tradução Luís A. P. Souto Maior. Brasília: Senado Federal, 2002.

Bianquis, Geneviève. *A vida quotidiana na Alemanha na época romântica, 1795-1830*. Tradução Joel Serrão. Lisboa: Edição Livros do Brasil, s/d.

Blumenau, Hermann B. Otto. *Südbrasilien in seinen Beziehungen zu deutscher Auswanderung und Kolonisation*. Rudolfstadt: Froebel, 1850.

_____. “Sul do Brasil em suas referências à emigração e colonização alemã”. Tradução Curt Willy Hennings. In: *Um alemão nos trópicos: Dr. Blumenau e a Política Colonizadora no Sul do Brasil*, organizado por Cristina Ferreira e Sueli Maria Vanzuita Petry. Blumenau: Cultura em Movimento, 1999.

_____. *Leitende Anweisungen für Auswanderer nach der Provinz Santa Catharina in Südbrasilien*. Rudolfstadt: Froebel, 1851.

_____. “Guia de instruções aos emigrantes para a Província de Santa Catarina no Sul do Brasil”. Tradução Annemarie Fouquet Schünke. In: *Um alemão nos trópicos: Dr. Blumenau e a Política Colonizadora no Sul do Brasil*, organização Cristina Ferreira e Sueli Maria Vanzuita Petry. Blumenau: Cultura em Movimento, 1999.

_____. *Deutsche Kolonie Blumenau in der Provinz Santa Catharina in Südbrasilien*. Rudolfstadt: Froebel, 1856.

_____. *A colônia alemã Blumenau na província de Santa Catarina no Sul do Brasil*. Trad. Annemarie Fouquet Schünke; Org. Cristina Ferreira. Blumenau: Cultura em Movimento; Instituto Blumenau 150 anos, 2002.

- Böbel, Maria Thereza; e Raquel S. Thiago. *Joinville – os pioneiros: documento e história*, v. I, 1851 a 1866. 2ª edição. Joinville: UNIVILLE, 2010.
- Bossle, Ondina P. *História da industrialização catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro*. Florianópolis: CNI/FIESC, 1988.
- Brauns, E. Ludwig. *Amerika und die moderne Völkerwanderung. Nebst einer Darstellung der gegenwärtig zu Ökonomie (Economy) am Ohio angesiedelten Harmonie-gesellschaft und einem kupfer Georg Rapp, leiter de Harmonie-gesellschaft, vorstellend*. Potsdam: H. Vogler, 1833.
- Brito, José Gabriel de Lemos, *Pontos de partida para a história econômica do Brasil*. Brasileira, Série 5ª, Vol. 155, 2ª edição. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1939.
- Browne, George P. “Política imigratória no Brasil Regência”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, vol. 307, Abril-Junho, 1975.
- Cabral, Oswaldo R. *História de Santa Catarina*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.
- _____. *A campanha do Contestado*. 2ª edição. Florianópolis: Lunardelli, 1979.
- _____. *História política em Santa Catarina durante o império*, Vol. 4. Organização Sara Regina P. dos Reis. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.
- Caldeira, Jorge (Org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Editora 34, Coleção Formadores do Brasil, 2002.
- Cardoso, Fernando Henrique; e Octavio Ianni. *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1960.
- Cardoso, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas*. Florianópolis: Insular, 2000.
- Cardoso de Mello, Zélia M. *Metamorfoses da riqueza: São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: Hucitec, 1985.
- Carneiro, J. Fernando, *Imigração e colonização no Brasil*. Publicação Avulsa nº 2. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1950.
- Carvalho, Maria Alice Rezende de. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ-UCAM, 1998.
- Cervo, Amado Luiz. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores: 1826-1889*. Brasília: Editora da UnB, c1981.
- Cervo, Amado Luiz; e Clodoaldo Bueno. *História da política exterior do Brasil*. 4ª edição. Brasília: UnB, 2011.
- Cipolla, Carlos M. *História econômica de la población mundial*. Traducción castellana Jordi Beltran. Barcelona: Crítica, 1978.
- Colistete, Renato Perim; e Maria Lucia Lamounier, “Land inequality in a coffee economy: São Paulo during the early twentieth century”. Working Paper nº. 2014-1. Department of Economics, FEA-USP. 2014.
- Conrad, R. “The Planter Class and the Debate over Chinese Immigration to Brazil, 1850-1893”. *International Migration Review*, New York, vol. 9, Nº 1, 1975).
- _____. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. Tradução Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

- Costa, Emília Viotti da, *Da monarquia à república*, 6ª edição. São Paulo: UNESP, 1999.
- _____. *Da Senzala à Colônia*. 5ª edição. São Paulo: UNESP, 2010.
- Costa, Hipólito José da. “Observações sobre o estado da agricultura e população no Brasil”. In: *Correio Braziliense*. Vol. VI. Londres: W. Lewis, Paternoster-row, 1811.
- Cunha, Dilney. *Suíços em Joinville: o duplo desterro*. Joinville: Letradágua, 2003.
- _____. *História do Trabalho em Joinville: gênese*. Joinville: Todalettra, 2008.
- Cunha, Idaulo José. *O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil*. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.
- _____. *Evolução econômico-industrial de Santa Catarina*. Florianópolis: FCC, 1982.
- Davatz, Thomas. *Die behandlung der Kolonisten in der Provinz São Paulo in Brasilien und deren Erhebung gegen ihre Bedrücker. Ein Noth-und Hilfruf an die Behörden und Menschenfreunde der Länder und Staaten, welchen die Kolonisten angehörten*. Chur: Druck von L. Hitz, 1858.
- _____. *Memórias de um colono no Brasil: 1850*. Tradução, prefácio e notas de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Martins; Editora da USP, 1972.
- Dean, Warren. “Latifundia and land policy in nineteenth-century Brazil”, *The Hispanic American Historical Review*. Vol. 51, Nº 4, Nov., 1971.
- _____. *A industrialização de São Paulo: 1880-1945*. Tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1971.
- _____. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Tradução Waldívia Marchiori Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- Delbrück Hans (Hrsg.), *Preussische Jahrbücher*, 86 Band. Berlin: Stilke, 1896.
- Dolan, Jay P. *The Irish Americans: a history*. New York: Bloomsbury Press, 2008.
- Easterlin, Richard A., “Influences on European overseas emigration before World War I”, *Economic Development and Cultural Change*, nº 9, 1961, 331-351.
- Elias, José Maria. “Os debates sobre o trabalho dos chins e o problema da mão de obra no Brasil durante o século XIX”. *Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores de História*, v. 1. São Paulo: FFLCH-USP, 1973.
- Engels, Friedrich. *Revolução e contrarrevolução na Alemanha* [1852]. Lisboa: Avante, 1982.
- Estrada, Osório Duque. *A Abolição*. Brasília: Senado Federal, 2005.
- Fausto, Boris. “Brasil: estrutura social e política da primeira república, 1889-1930”. In: *História da América Latina, Volume V: de 1870 a 1930*, organização Leslie Bethell. Tradução Geraldo Gerson de Souza. 1ª ed. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.
- Ferenczi, Imre; e Walter F. Willcox, *International migrations*. Nova York: NBER Books, 1929, Vol. 1: “Statistics”.
- Ficker, Carlos. *História de Joinville: subsídios para a crônica da colônia Dona Francisca*. 2ª edição. Joinville: Imp. Ipiranga, 1965.
- _____. *São Bento do Sul: subsídios para a sua história*. Joinville: Imp. Ipiranga, 1973.
- Fitzpatrick, David. “Irish Emigration in the Later Nineteenth Century”, *Irish Historical Studies*, Vol. 22, Issue 86, Sept. 1980, 126-143.

- Fletcher, James C. and Daniel P. Kidder, *The Brazil and The Brazilians*. Boston: Little, Brown and Company, 1879.
- Fouquet, Carlos. *O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil*. São Paulo: Instituto Hans Staden; São Leopoldo: Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, 1974.
- Fragoso, João; e Manolo Florentino. *O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em um uma economia tardia: Rio de Janeiro c.1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 32ª edição. São Paulo: Ed. Nacional, 2005.
- Galt, John. “On Colonial Undertakings”, *Blackwood’s Edinburgh Magazine*, vol. XX, July-Dec., 1826.
- Gallaway, Lowell E. and Richard K. Vedder, “Emigration from the United Kingdom to the United States, 1860-1913”, *Journal of Economic History*, Vol. 31, Nº 4, Dec., 1971, 885-897.
- Gallo, Ivone C. d’A. “A aurora do socialismo: fourierismo e o Falanstério do Saí (1839-1850)”. Tese de Doutorado em História. Campinas: Unicamp, 2002.
- Garavazo, Juliana “Riqueza e Escravidão no Nordeste Paulista: Batatais, 1851-1887”. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2006.
- Giron, Loraine Slomp; e Heloisa E. Bergamaschi. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.
- Glade, William. “A América Latina e a economia internacional, 1870-1914”. In *História da América Latina, Volume IV: de 1870 a 1930*, organizado por Leslie Bethell. Tradução Geraldo Gerson de Souza. 1ª edição. São Paulo: EDUSP, 2015.
- Goularti Filho, Alcides. *Formação econômica de Santa Catarina*. 3ª edição. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.
- Gould, John D. “European inter-continental emigration 1815-1914: patterns and causes”. *The Journal of European Economic History*. Roma, v. 8, n. 3, 1979.
- Graham, Douglas H. “Migração estrangeira e a questão da oferta de mão-de-obra no crescimento econômico brasileiro – 1880-1930”. *Estudos Econômicos*. v. 3, nº 1, 1973, 7-74.
- Güttler, A. Carlos. “A colonização do Saí (1842-1844): esperança de falanstérios, expectativa de um governo”. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 1994.
- Hall, Michael M. “Reformadores de classe média no Império brasileiro: a Sociedade Central de Imigração”, *Revista de História*. Ano XXVII, v. LIII, 1976.
- _____. “Italianos em São Paulo (1880-1920)”, *Anais do Museu Paulista*, Tomo XXIX, São Paulo, 1979.
- Handelmann, Heinrich. *Geschichte von Brasilien*. Berlin: J. Springer, 1860.
- _____. *História do Brasil*. Tomo II. Tradução Lúcia Furquim Lahmeyer. 4ª Edição. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.
- Hatton, Timothy J. “The age of mass migration: what we can and can’t explain”, In: *Migration and Mobility: The European Context*, edited by Subrata Ghatak and Anne S. Sasso. New York: Palgrave, 2001.
- Hatton, Timothy J. and Jeffrey G. Williamson, *The age of mass immigration. Causes and economic impact*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

_____. “What drove the mass migrations from Europe in the late nineteenth century?” *Population and Development Review*, v. 20, nº. 3, Sept. 1994, 533-559.

_____. “International migration and world development: a historical perspective”, *NBER Historical*, Working Paper Nº 41, Sept., 1992, 1-64.

_____. “After the Famine: Emigration from Ireland, 1850-1913”, *Journal of Economic History*, Vol. 53, Nº 3, Sept., 1993, 575-600.

Hering, Maria Luiza Renaux. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: FURB, 1987.

Hobsbawm, Eric J. *A era das revoluções, 1789-1848*. Tradução Maria Tereza Teixeira e Marcos Penchel. 36ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

_____. *A era do capital, 1848-1875*. Tradução de Luciano Costa Neto. 24ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

_____. *A era dos impérios, 1875-1914*. Tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 21ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

Hoffmann, Rodolfo. *Distribuição de Renda: medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo: Editora da USP, 1998.

_____. “Estimação da desigualdade dentro de estratos no cálculo do índice de Gini e da redundância”, *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, 9(3), dez. 1979.

Holanda, Sérgio Buarque de. “Prefácio do Tradutor”. In: Davatz, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil: 1850*. São Paulo: Editora Martins; EDUSP, 1972.

_____. “As colônias de parcerias”. In: *O Brasil Monárquico: reações e transações*, v. 5, t. II, Organizado por Sérgio Buarque de Holanda. 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. *O Brasil Monárquico: do Império à República*, v. 7, t. II, 7ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

Hübener, Laura Machado. *O comércio da cidade do Desterro no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1981.

Iotti, Luiza Horn (Org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS; Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

Jucá, Joselice. *André Rebouças: reforma & utopia no contexto do segundo império: quem possui a terra possui o Homem*. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001.

Kamphoefner, Walter D. “At the crossroads of economic development: Background factors affecting emigration from Nineteenth Century Germany”. In: *Migration Across Time and Nations*, edited by Ira A. Glazier and Luigi De Rosa. New York: Holmes and Meier, 1986.

Kautsky, Karl. *A questão agrária*. Tradução C. Iperoig. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

Kelley, Allen C., “International migration and economic growth: Australia, 1865-1935”, *Journal of Economic History*, Vol. 25, Nº 3, Sep., 1965, 333-354.

Klein, Herbert S. “A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil no fim do século XIX e no século XX”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 6, n. 2, jul/dez. 1989, 17-37.

_____. “Migração internacional na história das Américas”. In: *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*, organizado por Boris Fausto. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2000.

_____. “A Integração dos imigrantes italianos no Brasil, na Argentina e Estados Unidos”. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 25, out./1989, 95-117.

Klosa, Sven. *Die Brandenburgische-Africanische Compagnie in Emden: eine Handelscompagnie des ausgehenden 17. Jahrhunderts zwischen Protektionismus und unternehmerischer Freiheit*. Bern: Peter Lang, 2011.

Köllmann, Wolfgang and Peter Marschalck. “German Emigration to the United States”. *Perspectives in American History*. Harvard University: Charles Warren Center for Studies in American History, Vol. III, 1973.

Koseritz, Karl von. *Imagens do Brasil*. Tradução, prefácio e notas Afonso Arinos de Melo Franco. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1980.

Kuznets, Simon. “The contribution of immigration to the growth of the labor force”. In: *The Reinterpretation of American Economic History*, edited by Robert Fogel and Stanley Engerman. New York: Harper and Row, 1971.

_____. “Toward a Theory of Economic Growth”, *National Policy for Economic Welfare at Home and Abroad*, edited by Robert Lekachman. New York: Doubleday, 1955.

Lacerda Werneck, Luiz Peixoto de. *Ideias sobre colonização*, 2ª edição. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1865.

Lacombe, Américo L. Jacobina. “A colonização e os dotes das Princesas”. In: *Digesto Econômico*, nº 94, 1952.

_____. *O Mordomo do Imperador*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

Laërne, C. F. Van Delden. *Brazil and Java: Report on coffee-culture in America, Asia and Africa*. London: W. H. Allen & Co., 1885.

Lamounier, Maria Lucia. “Between slavery and free labour: experiments with free labour and patterns of slave emancipation in Brazil and Cuba c.1830-1888”. PhD thesis, The London School of Economics and Political Science, 1993.

_____. *Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*. Campinas: Papirus, 1988.

_____. “Ferrovias, agricultura de exportação e mão de obra no Brasil no século XIX”. Tese de Livre-Docência, FEA/USP Ribeirão Preto, 2008.

Lanza, André Luiz. “Imigrantes no Brasil e na Argentina: políticas de atração, fluxos, atividades e deslocamentos (São Paulo e Buenos Aires, 1870-1930)”. Dissertação de Mestrado. PROLAM/USP, 2015.

Lazzari, Beatriz Maria. *Imigração e ideologia: reação do parlamento à política de colonização e imigração, 1850-1875*. Porto Alegre: EST; Caixas do Sul: UCS, 1980.

Lins, Hoyêdo N. “Fourierismo no Brasil Meridional: a saga do falanstério do saí (1841-1844)”. *Revista de História Econômica & História de Empresas*. v. XIII, nº 1, Jan/Jun., 2010.

Lenz, Sylvia Ewel. *Alemães no Rio de Janeiro: diplomacia e negócios, profissões e ócios (1815-1866)*. Bauru: Edusc, 2008.

Lobo, Marinho de Souza. “Colônia Dona Francisca: fundação e desenvolvimento nos primeiros anos”. In: *Álbum Histórico do Centenário de Joinville: 1851-1951*, organizado pela Sociedade Amigos de Joinville. Curitiba: Gráfica Mundial, 1951.

Lorenzoni, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Tradução Armida Lorenzoni Pereira. Porto Alegre: Sulina, 1975.

Lowell, Briant Lindsay *Scandinavian exodus: Demography and social development of 19th Century rural communities*. Boulder, Colorado: Westview Press, 1987.

Machado, Paulo P. *A política de colonização do Império*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.
_____. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas*. Campinas: UNICAMP, 2004.

Magnussen, Olav and Gunnar Siqveland, “Migration from Norway to the USA, 1866-1914. The use of econometric methods in analyzing historical data”, *The Scandinavian Journal of Economics*, Vol. 80, Nº 1, 1978, 34-52.

Mamigonian, Beatriz Gallotti; e Vitor Hugo Bastos Cardoso, “Tráfico de escravos e a presença africana na Ilha de Santa Catarina”. In: *História Diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina*, organização Beatriz Gallotti Mamigonian e Joseane Zimmermann Vidal. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

Mamigonian, Armen. “Estudos geográficos das indústrias de Blumenau”, *Revista Brasileira de Geografia*, v. 27, nº. 3, jul-set, 1965.

_____. “Brusque: Estudo de geografia urbana e econômica”. In: *Álbum do Centenário de Brusque*. Edição da Sociedade Amigos de Brusque, 1960.

_____. “Geografia das indústrias de Santa Catarina”, *Atlas de Santa Catarina*. Organização Revista Geosul. Florianópolis: GEOSUL, 1986.

Manchester, Alan K. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

Manfroi, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul; Instituto Estadual do Livro, 1975.

Marschalck, Peter. *Deutsche Überseewanderung im 19. Jahrhundert. Ein Beitrag zur soziologischen Theorie der Bevölkerung*. Industrielle Welt, Band 14. Stuttgart, 1973.

Mattos, Jacinto Antonio de. *Colonização do Estado de Santa Catharina: dados históricos e estatísticos, 1640-1916*. Florianópolis: “O Dia”, 1917.

Meléndez, José Juan Pérez. “Reconsidering colonization policy in Imperial Brazil: the regency years and the world beyond”, *Revista Brasileira de História*. v. 34, nº 68, 2014.

Mendonça, Salvador de. *Trabalhadores Asiáticos*. New York: Typ. do Novo Mundo, 1879.

Meneses e Sousa, João Cardoso de. *Theses sobre colonização do Brasil: projeto de solução as questões sociaes que se prendem a este difficil problema*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1875.

Miltenberg, R. J. *Die Deutsche Kolonie Dona Francisca in der südbrasilischen Provinz Santa Catharina*. Berlin: Fr. Schneider & Comp., 1852.

Minnemann, H. *Tratado de Comércio e Navegação entre os Senados das Cidades Livres e Hanseáticas de Lübeck. Bremen e Hamburgo e Sua Majestade o Imperador do Brasil, assinado no Rio de Janeiro em 17/11/1827*. Hamburgo: Instituto de Estudos Iberoamericanos, 1977.

Mönckmeier, W. *Die deutsche überseeauswanderung. Ein beitrage zur deutschen Wanderungsgeschichte*. Jena, 1912.

Moraes, João Pedro Carvalho de. *Relatório apresentado ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870.

- Motta, Márcia Maria Menendes. “Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX”. Tese de Doutorado. Unicamp, 1996.
- Müller, A. Karl. *Statistisches Jahrbuch für 1845*. Verlag der I. C. Hinrichsschen Buchhandlung. Leipzig, 1845.
- Nicoceli, Vanessa. “Hermann Blumenau: uma experiência de colonização em Santa Catarina (1846-1884)”. Dissertação de Mestrado em História. Curitiba: UFPR, 2014.
- Nipperdey, Thomas. *Deutsche Geschichte, 1800-1866: Bürgerwelt und starker Staat*, Bd. 1. München: Verlag C. H. Beck, 1994.
- North, Michael. “The great German banking houses and international merchants, sixteenth to nineteenth century”. In: *Banking, Trade and Industry: Europe, America and Asia from the Thirteenth to the Twentieth Century*, edited by Teichova, Alice, Ginette Kurgan-van Hentenryk, and Dieter Ziegler. United Kingdom: Cambridge University, 1997.
- Oberacker Jr., Carlos Henrique. *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*. Vol. II, 2ª edição em língua portuguesa. Rio de Janeiro: Presença, 1985.
- _____. Joinville: Fundação Hamburguesa, *Revista de História*, v. 31, nº. 64, 1965.
- Oehm, Hans Joachim. *Die Rheinisch-Westindische Kompagnie*. Neustadt an der Aisch: Ph. C. W. Schmidt, 1968.
- Oliveira, Candido Baptista de. *Systema financial do Brasil*. S. Petersburgo: Typographia P. de Fischer, 1842.
- Oliveira, Carlos Gomes de. *Integração: estudos sociais e históricos*. Joinville, Santa Catarina, Brasil. Florianópolis: Gráfica Canarinho, 1984.
- Oliveira, Plácido Olímpio de. “O primeiro capítulo da história de Joinville”. In: *Album Histórico do Centenário de Joinville: 1851-1951*, organizado pela Sociedade Amigos de Joinville. Curitiba: Gráf. Mundial, 1951.
- Oliveira, Ricardo Costa de. “Oliveira entre alemães. Estudo de caso da classe dominante no noroeste de Santa Catarina: da lavoura escravista para indústria e política”, *Revista de Sociologia e Política*, nº 4/5, 1995, 89-111.
- Pedro, Joana Maria et al. *Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- Pellanda, Ernesto. *Colonização germânica no Rio Grande do Sul, 1824-1924*. Porto Alegre: Globo, 1925.
- Perret-Gentil, Carlos. *A Colônia Senador Vergueiro*. Santos: Typ. Imparcial, 1851.
- Petrone, Maria Thereza Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade, 1824-1930*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. “Imigração”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, t. III, Vol. 9. Organização Boris Fausto. 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- Philippovich, Eugen von. *Auswanderung und Auswanderungspolitik in Deutschland*. Leipzig: Duncker & Humblot, 1892.
- Piazza, Walter F. “Introdução à história da propriedade rural em Santa Catarina”. In: *A Propriedade Rural*, organizado por Eurípedes Simões de Paula. Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Aracaju, 1975. Coleção da Revista de História. São Paulo, Vol. II, 1976, 627-680.

- _____. *A colonização de Santa Catarina*. 3ª Edição. Florianópolis: Lunardelli, c1994.
- _____. *O escravo numa economia minifundiária*. Florianópolis: UDESC; SP: Resenha Universitária, 1975.
- _____. *A escravidão negra numa província periférica*. Florianópolis: Garapuvu, 1999.
- Prado Jr., Caio. “Distribuição da propriedade fundiária rural no Estado de São Paulo”. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, v.3, n°. 29, 1945.
- _____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- Quigley, John M. “An economic model of Swedish emigration”, *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 86, Issue 1, February, 1972, 111-126.
- Rebouças, André. *A democracia rural brasileira*. Rio de Janeiro, 1875.
- _____. *A agricultura nacional: estudos econômicos, propaganda abolicionista e democrática, set. de 1874 a set. de 1883*. Rio de Janeiro: A. J. Lamoureux, 1883.
- _____. *Diários e notas autobiográficas de André Rebouças*. Textos escolhidos e anotações de Ana Flora e Inacio José Veríssimo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1838.
- Rego Filho, José Pereira. “O Brasil e os Estados Unidos na questão da imigração”. Conferência realizada em 16 de dezembro de 1883. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1884.
- Richter, Klaus. *A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização no interior de Joinville e Blumenau*. 2ª edição. Florianópolis: UFSC; Blumenau: FURB, 1992.
- _____. “A fundadora de Joinville: sociedade colonizadora de 1849 em Hamburgo”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. 3º fase, n°. 4. 1982/1983.
- _____. “Os primórdios da colonização sistemática alemã em Santa Catarina: 1846-1848”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. n°. 23, 2004.
- _____. “As raízes de Blumenau, 1847-1850”. *Revista Blumenau em Cadernos*. t. 47, nº 01/02. Jan/Fev., 2006.
- _____. “A primeira viagem do Dr. Blumenau para Santa Catarina em abril de 1847”. *Revista Blumenau em Cadernos*. t. 48, nº 11-12, Nov/Dez., 2007.
- Richard, Roberts. *Schroder's: Merchants & Bankers*. London: Macmillan Press, 1992.
- Rocha, Isa de Oliveira. “Industrialização de Joinville (SC): da gênese às exportações”. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 1994.
- Roche, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Tradução Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.
- Rodowicz-Oswiecimsky, Theodor. *Die Kolonie Dona Francisca in Süd-Brasilien*. Hanburg: J.S. Mefyler und Melle, 1853.
- _____. *A colônia Dona Francisca no sul do Brasil*. Tradução Júlio Chella. Florianópolis: Editora da UFSC, FCC; Joinville: FCJ, 1992.
- Rodrigues, José Honório. *O parlamento e a consolidação do império, 1840/1861: contribuição à história do Congresso Nacional do Brasil, no período da Monarquia*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982.
- _____. *A Assembleia Constituinte de 1823*. Petrópolis: Editora Vozes, 1974.
- _____. (Org.). *Atas do Conselho de Estado*. Brasília: Senado Federal, 1973-1978.

Rosoli, Gianfausto. “Um quadro globale della diaspora italiana nelle Americhe”. *Altreitalie*, Turim, nº 8, 1992.

Rudé, Georges F. E. *Europe in the eighteenth century: aristocracy and the bourgeois challenge*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1985.

Rürup, Reinhard. *Deutschland im 19. Jahrhundert, 1815-1871*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1992.

Sánchez-Albornoz, Nicolás. “A população da América Latina, 1850-1930”. In: *História da América Latina, Volume IV: de 1870 a 1930*, organizado por Leslie Bethell. Tradução Geraldo Gerson de Souza. 1ª edição. São Paulo: EDUSP, 2015.

Sánchez-Alonso, Blanca. “The other Europeans: immigration into Latin America and the international labor market”. *Working Papers*. Universidad Carlos III de Madrid, 2007, 1-33.

_____. “La época de las grandes migraciones: desde mediados del siglo XIX a 1930”. *Mediterráneo Económico*. Vol. 1, feb. 2002, 19-32.

Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1978.

Serpa, Élio. *A Guerra do Contestado, 1912-1916*. Florianópolis: EDUFSC, 1999.

Schmalz, Odete. “Um ducado francês em terras principescas de Santa Catarina”. Monografia de Especialização em História. Joinville: FURJ, 1989.

Schmidt, F. *Grundzüge einer geregelten Auswanderung der Deutschen; mit besonderer Rücksicht auf Süd-Brasilien*. Hamburg: Perthes, 1842.

Schneider, Adolfo Bernardo. *Povoamento, Imigração e Colonização: a fundação de Blumenau e de Joinville*. Joinville: edição do autor, 1983.

_____. “A formação do patrimônio dotal da Princesa Dona Francisca”, *Boletim Stein*. Dezembro de 1964.

_____. “O patrimônio dotal da Princesa Dona Francisca”, *Boletim Stein*. Novembro e Dezembro de 1964.

_____. “A formação do patrimônio dotal da Princesa Dona Francisca”, *Boletim Stein*. Janeiro e Março de 1965.

_____. “A origem do projeto”, *Boletim Stein*. Janeiro e Fevereiro de 1967.

_____. “Comércio, Navegação, Migrações”, *Boletim Stein*. Agosto e Outubro de 1967.

Schramm, Ernst Percy. Die Deutsche Siedlungskolonie Dona Francisca (Brasilien: St. Catharina) Im Rahmen Gleichzeitiger Projekte und Verhandlungen. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*, Vol. 1. Hamburg University Press, 1964.

_____. *Neun Generationen: dreihundert Jahre deutscher “Kulturgeschichte” im Lichte der Schicksale einer Hamburger Bürgerfamilie (1648-1948)*, v. 2. Vandenhoeck & Ruprecht, 1964.

Schröder, Ferdinand. *A imigração alemã para o sul do Brasil até 1859*. Tradução Martin N. Dreher. São Leopoldo: Editora da Unisinos; Porto Alegre: Ed. da PUCRS, 2003.

Seyferth, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. 2ª edição. Porto Alegre: Movimento, 1999.

Silva, Denize Aparecida da. “Plantadores de Raiz: escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville, 1845/1888”. Dissertação de Mestrado em História. Curitiba: UFPR, 2004.

Silva, Elisiane da, Gervásio R. Neves, e Liana Bach Martins (Org.). *José Bonifácio: a defesa da soberania nacional e popular*. 2ª edição Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2013.

Silva, Ligia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850*. 2ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

Sociedade Importadora de Trabalhadores Asiáticos. *Demonstração das conveniências e vantagens á lavoura no Brasil pela introdução dos trabalhadores asiaticos (da China)*. Rio de Janeiro: Typographia de P. Braga & Ca., 1877.

Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, *Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife, outubro de 1878*. Recife: Typographia de Manoel F. Faria & Filhos, 1879.

Souza, Bruno G. Witzel de. “Imigração alemã e mercado de trabalho na cafeicultura paulista: um estudo quantitativo dos contratos de parceria”. *História Econômica & História de Empresas*. vol. XV, nº 2, jul/dez. 2012, 81-109.

_____. “The combined effect of institutions and human capital for economic development: a case study of German immigration to São Paulo, Brazil, 1840- 1920”. Master dissertation in Development Economics, Chair of Development Economics, Georg-August-Universität Göttingen, 2014.

Strobel, Gustav Hermann. *Relatos de um pioneiro da colonização alemã*. Estante Paranista, nº 27. Curitiba: Literotécnica, 1987.

Tavares Bastos, Aureliano Cândido. *Os males do presente e as esperanças do futuro: estudos brasileiros* São Paulo: Cia Nacional, 1939.

_____. *A Província: estudo sobre a descentralização no Brasil*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1870.

Ternes, Apolinário. *História econômica de Joinville*, 1ª edição. Joinville: Meyer, 1986.

_____. *História de Joinville: uma abordagem crítica*. Joinville: Meyer, 1981.

Thiago, Raquel S. “Um caso de liderança luso-brasileira na região de Joinville: Abdon Baptista, 1884-1922”. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 1983.

Tschudi, Johann Jakob v. *Reisen durch Südamerika*. Band III. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1867.

Umann, Josef. *Memórias de um imigrante Boêmio*. Introdução, tradução e notas Hilda Agnes Hübner Flores. Porto Alegre: EST, 1981.

United Nations, *The world at six billion*. New York: United Nations, Population Division, ESA/P/WP 154, 1999.

Van Lede, Charles. *Mapa Corográfico da Província de Sta. Catarina, parte da Província de São Paulo e da Província de Rio Grande do Sul e parte da República do Paraguai*. Bruxelas: J. Collon, 1842.

Vianna, Hélio. *História do Brasil*, vol. III, 4ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1966.

Vieira Filho, Ady. *As raízes da industrialização – grupos empresariais catarinenses: origem e evolução*. Florianópolis: Edição do Autor, 1986.

Voigt, André Fabiano. *Cartas reveladas: a troca de correspondências entre Hermann Blumenau e Johann Jacob Sturz*. Blumenau: Cultura em Movimento, 2004.

Wagemann, Ernest. *A colonização alemã no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1949.

Waibel, Leo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. RJ: IBGE/CNG, 1979.

Walker, Mack. *Germany and the emigration, 1816-1885*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1964.

Weber, Max. Capitalismo e sociedade rural na Alemanha. In: Max Weber, *Textos Seleccionados*. São Paulo: Nova Cultural; Círculo do Livro, 1997.

Williamson, Jeffrey G. *Coping with city growth during the British Industrial Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Witter, José Sebastião. *Ibicaba, uma experiência pioneira*. São Paulo: APESP, Coleção Teses e Monografias, Vol. 5, 1982.

Wulff, Henry. *Norddeutsche Bank in Hamburg, 1856-1906*. Berlin: Ecksteins, 1906.

Zipperer, Josef. *São Bento no passado: reminiscências da época da fundação e povoação do município*. Curitiba: Tipografia João Haupt & Cia, 1951.